Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Terra Livre

n. 56 v. 1
jan-jul/2021
ISSN 2674-8856



Terra Livre

n. 56, v. 1, 2021

Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2020-2022

Diretoria Executiva Nacional

Presidenta
Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente)

Vice-Presidente
Amanda Emiliana Santos Baratelli (AGB Três Lagoas)

1ª Secretário
Vinicius Lima Lemes (AGB Vitória)

2º Secretária
Amanda Amaral (AGB Juiz de Fora)

1º Tesoureiro
Felipe Rodrigues Leitão (AGB Fortaleza)

2º Tesoureiro
Gabriel Henrique de Oliveira Bragança (AGB Belo Horizonte)

Coordenação de Publicações
Rachel Facundo Vasconcelos (AGB Fortaleza)
Maria Clara Salim Cerqueira (AGB Belo Horizonte)

Comunicações
Igor Carlos Feitosa Alencar (AGB João Pessoa)
Lucas Araújo Martins (AGB João Pessoa)
Paola Luchesi Braga (AGB Belo Horizonte)

Secretario Administrativo
Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

ISSN 2674-8355

TERRA LIVRE

Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 36 – VOL. 1
NÚMERO 56

TERRA LIVRE
Conselho Científico

André Buonani Pasti – Campinas/SP
Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
Bibiana C. Rezende– Presidente Prudente/SP
Bruno Zucherato – João Pessoa/PB
Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP
Camila Zucon R. de Siqueira – Belo Horizonte/MG
Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
Guilherme dos S. Claudino – Presidente Prudente/SP
Gustavo Pietro – São Paulo/SP
Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
Isabel C. M. Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
João Alves de Sousa Neto – São Paulo/SP
João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
Jodenir Calixto Teixeira– Três Lagoas/MS
Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
Larissa A. C. de Paula – Presidente Prudente/SP
Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG
Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
Mateus Fachin Pedroso – Presidente Prudente/SP
Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
Patrícia H. Mirandola Garcia – Três Lagoas/MS
Patrícia M. Mendonça e Silva – Rio de Janeiro/RJ
Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
Pedro H. de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG
Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos – Fortaleza/CE
Theo Soares de Lima – Porto Alegre/RS
Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG

Pareceristas Ad Hoc da Terra Livre n. 56: Alexsandro Costa de Sousa, André Nascentes Coelho, Ângela Massumi Katuta, Ana Paula Pinho Pacheco Gramata, Átila Menezes Lima, Bernard Teixeira Coutinho, Bruno Von Sperling, Camila Salles de Faria, Cássia Maria dos Santos Costa, Christian Dennys Monteiro de Oliveira, Cristiane Ferreira de Souza França, Claudemir Cosme, Darlan da Conceição Neves, Danielle Rodrigues da Silva, Dayana Aparecida Marques Oliveira Cruz, Debora Cristina Vieira de Simas, David dos Santos da Conceição, Diego Dhermani, Diógenes Rabello, Élvio Rodrigues Martins, Edimundo Almeida da Cruz, Eduardo José Marandola Junior, Eider de Olivindo Cavalcante, Fernando Freitas de Almeida, Fernanda Matheus, Flamarion Dutra Alves, Francisleile Lima Nascimento, Francisco Assis Filho, Frédéric Monié, Felipe Rodrigues Leitão, Gilberto Vieira Dos Santos, Gabriel Coelho Santana, Humberto Goulart Guimarães, James Ulisses dos Santos, Jeani Delgado Paschoal Moura, Jean Filippe Gomes Ribeiro, João César Abreu de Abreu de Oliveira Filho, José Yure Gomes dos Santos, José Carlos Dantas, Julia Berezovoya Assis, Leonardo Silva, Leandro Vieira Cavalcante, Lourival Andrade Junior, Luiz Henrique Vieira, Maria Adriana Martins dos Santos, Marlon Altavini de Abreu, Mahalia Gomes de Carvalho Aquino, Patrício Carneiro, Paulo Cesar Aguiar Junior, Paulo Wendell Alves de Oliveira, Paulo Roberto Raposo Alentejano, Raisa Maria de Sousa Regala, Raphael Fernando Diniz, Rogata Soares Del Gaudio, Rodrigo Chaves de Mello Rodrigues de Carvalho, Rodrigo Coutinho Andrade, Roselene Affonso do Nascimento, Samuel Miranda, Sulivan Dantas, Thell Rodrigues, Virginia Celia Cavalcante de Holanda, Wagner Scopel Falcão.

Editoras Responsáveis: Rachel Facundo Vasconcelos e Maria Clara Salim Cerqueira.

Capa: José Henrique Brandão Neto

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa
1987 - n. 2 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31– impressa e digital
1989 - n.6 – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1990 - n.7 – impressa	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1991 - n.8, n.9 – impressa	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1992 - n.10 – impressa	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa	2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
1994, 95,96 – interrompida	2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
1997 - n.13– impressa	2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
1998 - interrompida	2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
1999 - n. 14 – impressa	2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital
2000 - n.15 – impressa	2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	2019 – ano 34, v. 1 n. 52; v. 2, n. 53 – digital
2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa	2020 – ano 35, v. 1 n. 54 – digital
2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa	2020 – ano 35, v. 2 n. 55 – digital
2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa	2021 – ano 36, v. 1 n. 56 - digital
2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa	**ISSN 2674-8355**

SUMÁRIO

EDITORIAL XI

ARTIGOS

O BOLSONARISMO COMO ASPECTO DO COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE A CATÁSTROFE BRASILEIRA / *BOLSONARISMO AS AN ASPECT OF THE COLLAPSE OF MODERNIZATION: NOTES ON THE BRAZILIAN CATASTROPHE / EL BOLSONARISMO COMO ASPECTO DEL COLAPSO DE LA MODERNIZACIÓN: NOTAS SOBRE LA CATÁSTROFE BRASILEÑA* 15

Frederico Rodrigues Bonifácio

PORTOS SECOS E A REDE LOGÍSTICA BRASILEIRA: MEDIAÇÕES TEÓRICAS SOB A PERSPECTIVA DOS PROCESSOS ESCALARES / *DRY PORTS AND THE BRAZILIAN LOGISTICS NETWORK: THEORICAL MEDIATIONS FROM THE PERSPECTIVE OF SCALAR PROCESSES / PUERTOS SECOS Y LA RED LOGÍSTICA BRASILEÑA : MEDIACIONES TEÓRICAS DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS PROCESOS ESCALARES* 56

Samarane Fonseca De Souza Barros

PERCURSO TEÓRICO DAS ABORDAGENS EM GEOGRAFIA CULTURAL / *THEORETICAL PATH OF APPROACHES IN CULTURAL GEOGRAPHY / EL CAMINO TEÓRICO DE LOS ENFOQUES EN GEOGRAFÍA CULTURAL* 86

Alex Nunes Silva e Jucélia Maria Rocha Oliveira

A GEOGRAFIA BRASILEIRA E MICHEL FOUCAULT / *BRAZILIAN GEOGRAPHY AND MICHEL FOUCAULT / LA GEOGRAFIA BRASILEÑA Y MICHEL FOUCAULT* 112

Aldo Luiz Fernandes Souza

UM RECORTE SOBRE A GEOGRAFIA DA RELIGIÃO E A INVISIBILIDADE DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA PAISAGEM / *A GEOGRAPHY OF RELIGION AND THE INVISIBILITY OF AFRICAN MATRIX RELIGIONS IN THE LANDSCAPE PROFILE / UN CORTE SOBRE LA GEOGRAFÍA DE LA RELIGIÓN Y LA INVISIBILIDAD DE LAS RELIGIONES DE LA MATRIZ AFRICANA EN EL PAISAJE* 152

Luara Martins De Oliva Santos e Rik Ferreira Alves

CAPISTRANAS DA GEOGRAFIA: O PATRIMÔNIO PENSADO A PARTIR DA FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL / *CAPISTRANAS OF GEOGRAPHY: THE PATRIMONY THINKING THOUGHT FROM THE EXISTENTIAL PHENOMENOLOGY* / *CAPISTRANNAS DE GEOGRAFÍA: PENSAMIENTO PATRIMONIO BASADO EN FENOMENOLOGÍA EXISTENCIAL* 182

Tiago Rodrigues Moreira e Letícia Carolina Teixeira Pádua

EXÍLIO E GEOGRAFIA PROFÉTICA: DESLUGARIZAÇÃO E RELUGARIZAÇÃO COMO BASE DA EXPERIÊNCIA DO POVO HEBREU NA BABILÔNIA / *EXILE AND PROPHETIC GEOGRAPHY: DISPLACEZACION AND REPLACEZATION AS THE BASIS OF THE EXPERIENCE OF HEBREW PEOPLE IN BABYLON* / *EXILIO Y GEOGRAFÍA PROFÉTICA: DESLUGARIZACIÓN Y RELUGARIZACIÓN COMO BASE DE LA EXPERIENCIA DEL PUEBLO HEBREO EN BABILONIA* 208

Diego Oliveira Montenegro

PROJETO "ZINESLITERATURA": FANZINES COMO PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA / *"ZINESLITERATURA" PROJETCT: FANZINES AS A METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR THE TEACHING OF GEOGRAPHY* / *PROYECTO "ZINESLITERATURA": UNA PROPUESTA METODOLÓGICA PARA LA ENSINO DE LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFIA* 246

Bruno Fantin Salvi e Danielle Silva Yabuki

QUAL O LUGAR DA AVALIAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA? / *¿CUÁL ES EL LUGAR DE LA EVALUACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA* / *WHAT IS THE PLACE OF EVALUATION IN TEACHING GEOGRAPHY?* 279

Astrogildo Luiz de França Filho e Charlles da França Antunes

ESTÁGIO CURRICULAR DAS LICENCIATURAS COMO ZONAS DE FRONTEIRAS: DESCRIÇÕES E INTERPRETAÇÕES / *UNDERGRADUATE CURRICULUM TRAINEENSHIP AS BORDER ZONES: DESCRIPTIONS AND INTERPRETATIONS* / *PASANTIA DEL PLAN DE ESTUDIOS DE PREGRADO COMO ZONAS FRONTERIZAS: DESCRIPCIONES E INTERPRETACIONES* 307

Felipe Costa Aguiar

UM LUGAR PARA A GEOGRAFIA: CONTRA AS BASES NACIONAIS COMUNS CURRICULARES DO ENSINO E DA (DE)FORMAÇÃO DOCENTE */ A PLACE FOR GEOGRAPHY: AGAINST THE COMMON NATIONAL CURRICULAR BASES FOR TEACHING AND TEACHER (DE)TRAINING / UN LUGAR PARA LA GEOGRAFIA: CONTRA LAS BASES CURRICULARES NACIONALES COMUNES PARA LA ENSEÑANZA Y LA (DE)FORMACION DEL PROFESORADO* 329

José Erimar dos Santos

AFINAL, PARA ONDE CAMINHA O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DE REFORMA DO ENSINO MEDIO E IMPLANTAÇÃO DA BNCC? */ AFTER ALL, WHERE IS GEOGRAPHY TEACHING GOING IN THE CONTEXT OF HIGH SCHOOL REFORM AND BNCC IMPLEMENTATION? / DESPUES DE TODO, ¿A DONDE SE DIRIGE LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFIA EN EL CONTEXTO DE LA REFORMA DE LA ESCUELA SECUNDARIA Y LA IMPLEMENTACION DEL BNCC?* 370

Daniel Rodrigues Silva Luz Neto

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS: UMA LEITURA ATRAVÉS DO CONSUMO E DA POLICENTRALIDADE */ SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION IN MEDIUM-SIZED CITIES: A READING THROUGH THE CONSUMPTION AND THE POLYCENTRALITY / FRAGMENTACIÓN SOCIOESPACIAL EN CIUDADES MEDIAS: UNA LECTURA A TRAVÉS DEL CONSUMO Y LA POLICENTRALIDAD* 398

Alexandre Antonio Abate

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA, RR: DO ORDENAMENTO À EXPANSÃO "DESORDENADA" */ PRODUCTION OF THE URBAN SPACE OF BOA VISTA, RR: FROM PLANNING TO "DISORDERLY" EXPANSION / PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO DE BOA VISTA, RR: DE LA PLANIFICACIÓN A LA EXPANSIÓN "DESORDENADA"* 440

Hassler Johnny De Sales, Isaac Anderson Dantas Oliveira e Lúcio Keury Almeida Galdino

SILENCIAMENTOS DA LUTA PELO DIREITO À CIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA OCUPAÇÃO VILA SOMA NA MÍDIA */ SILENCING THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO THE CITY: SOCIO-SPATIAL REPRESENTATIONS OF THE VILA SOMA OCCUPATION IN THE MEDIA / SILENCIANDO LA LUCHA POR EL DERECHO A LA CIUDAD: REPRESENTACIONES SOCIOESPACIALES DE LA OCUPACIÓN VILA SOMA EN LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN* 462

Maria Luiz Assis, André Pasti e Isadora Garcia

A QUESTÃO INDÍGENA BRASILEIRA: ANÁLISE GEO-HISTÓRICA E CENSITÁRIA / *THE INDIGENOUS BRAZILIAN ISSUE: GEOHISTORY AND CENSITRY ANALYSIS / EL TEMA INDÍGENA BRASILEÑO: ANÁLISIS DE GEOHISTORIA Y CENSITRÍA* 493

Lúcio Keury Almeida Galdino

TERRITORIALIDADES INDÍGENAS TAPEBA EM CAUCAIA (CE): TRAJETÓRIA DE LUTA E CONTINUIDADE DO POVO / *TAPEBA INDIGENOUS TERRITORIALITY INTO CAUCAIA (CE): TRAJECTORY OF FIGHT AND THE PEOPLE'S CONTINUITY / TERRITORIALIDAD INDÍGENA TAPEBA EN CAUCAIA (CE): LA TRAYECTORIA DE LA LUCHA Y LA CONTINUIDAD DEL PUEBLO* 518

Vitória Alves Lima

GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA DOS GUARANI E KAIOWÁ: ASSASSINATOS, LOCALIDADES E NECROPOLÍTICA / *GEOGRAPHY OF VIOLENCE OF GUARANI AND KAIOWÁ: ASSASSINATIONS, LOCALITIES AND NECROPOLITICS / GEOGRAFÍA DE LA VIOLENCIA DE LOS GUARANÍES Y KAIOWÁ: ASESINATOS, LOCALIDADES Y NECROPOLÍTICA* 545

Marcos Mondardo, Roberto Chaparro Lopes, Pamela Staliano

CORPOS-TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA NAS RETOMADAS KAIOWÁ E GUARANI: INSURGÊNCIAS ANCESTRAIS DIANTE DOS SOLOS DEVASTADOS PELO NEOEXTRATIVISMO / *TERRITORY BODIES IN RESISTANCE IN THE KAIOWÁ AND GUARANI RETURNS: ANCESTRAL INSURGENCES BEFORE THE SOILS DEVASTATED BY NEOEXTRACTIVISM / CUERPOS-TERRITORIOS EN RESISTENCIA EN LOS REASENTAMIENTOS KAIOWÁ Y GUARANÍ: INSURGENCIAS ANCESTRALES FRENTE A SUELOS DEVASTADOS POR EL NEOEXTRACTIVISMO* 580

Germano Lima Alziro e Gislaine Carolina Monfort

TRABALHO, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA REPRODUÇÃO DA VIDA DE JOVENS CAMPONESES EM ANAGÉ-BA / *LABOR, EDUCATION AND RESISTANCE IN REPRODUCTION OF LIFE OF YOUNG PEASANTS IN ANAGÉ-BA / TRABAJO, EDUCACIÓN Y RESISTENCIA EN REPRODUCCIÓN DE LA VIDA DE JÓVENES CAMPESINOS EN ANAGÉ-BA* 621

Guilherme Matos de Oliveira

O PROCESSO DE PATOGENIZAÇÃO ESPACIAL REFERENTE AO USO DE AGROTÓXICOS NO ESPÍRITO SANTO / *THE SPACE PATHOGENIZATION PROCESS REGARDING THE USE OF PESTICIDES IN ESPÍRITO SANTO / EL PROCESO DE PATOGENIZACIÓN ESPACIAL DEL USO DE AGROTÓXICOS EM ESPÍRITO SANTO* **649**

Paulo César Aguiar Júnior

HIDRELÉTRICAS E REASSENTAMENTO: ENSAIO SOBRE A TEMPORALIZAÇÃO DOS IMPACTOS LIGADOS A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS EM SANTA RITA, RONDÔNIA / *HYDROELECTRIC AND RESETTLEMENTS: TEST ON THE TEMPORALIZATION OF IMPACTS RELATED TO (DE) TERRITORIALIZATION OF FAMILIES RESETTED IN SANTA RITA, RONDÔNIA / HIDROELÉCTRICA Y REASENTAMIENTOS: PRUEBA SOBRE LA TEMPORALIZACIÓN DE IMPACTOS RELACIONADOS CON LA (DES) TERRITORIALIZACIÓN DE FAMILIAS RESTABLADAS EN SANTA RITA, RONDÔNIA* **701**

Laila Cíntia Mota Belforte e Maria Madalena De Aguiar Cavalcante

RESENHAS

A EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA À LUZ DA OBRA GEOGRAFIA E MODERNIDADE / *REVIEW: THE EPISTEMOLOGY OF GEOGRAFY IN THE LIGHT OF THE WORK GEOGRAPHY AND MODERNITY / RESEÑA: LA EPISTEMOLOGÍA DE LA GEOGRAFÍA A LA LUZ DE LA OBRA GEOGRAFÍA Y MODERNIDAD*

727

Luara Martins de Oliva Santos

NORMAS DE PUBLICAÇÃO 745

Editorial

É com imenso prazer que convidamos todos os agebeanos, pesquisadores, estudiosos e curiosos a lerem a edição de número 56 da Revista Terra Livre. Este número da publicação foi marcado pela continuidade da pandemia da Covid-19, condição esta que vivemos já há dois anos – e contando.

Esta edição conta com a publicação de 23 artigos, que abordam temas como conjuntura política brasileira, sobre o pensamento geográfico, sobre as múltiplas visões sobre a geografia cultural, sobre ensino de geografia e políticas educacionais, sobre os desafios vividos no campo e na cidade brasileiros, e ainda uma resenha sobre epistemologia na geografia. Prezados pelo diálogo entre o conhecimento científico e as questões sociais, e dessa forma esperamos que os textos repercutam e tragam possibilidades de reflexões e diálogo sobre a ciência geográfica e as contribuições desta para a sociedade.

Durante o período de elaboração desta edição, foi realizado o primeiro Fórum de Editores da AGB, no final do mês de janeiro 2022, onde participamos as editoras da Revista Terra Livre, editores de outros periódicos ligados às Seções Locais da entidade. Dos diálogos deste encontro desenvolvemos em conjunto um documento de compromissos e princípios éticos voltados a todos os colaboradores de todos os periódicos da AGB: autores, avaliadores, editores e leitores. Esse documento tem como intuito nortear as práticas e políticas editoriais da entidade, prezando pelos princípios que deram origem à Terra Livre: o diálogo com questões e demandas sociais a partir da ciência, fomentando e divulgando debates que interessam à sociedade e à ciência geográfica.

Diante de uma conjuntura ainda pandêmica que persiste e insiste em assolar o mundo, continuamos juntas, resistindo a esse contexto. Aproveitamos este ensejo para nos posicionar contra o negacionismo em relação à vacinação. Os efeitos da vacina aplicadas a grande parte da população brasileira (e mundial) já mostrou eficácia, com a diminuição significativa de internações e óbitos causados pela doença. Muitos acreditam que o que está acontecendo é um estabelecimento de um "novo" normal, por isso trazemos a reflexão do pensador Ailton Krenak (2020, s.p):

> Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro. (...). Seria como se converter ao negacionismo, aceitar que a Terra é plana e que devemos seguir nos devorando. Aí, sim, teremos provado que a humanidade é uma mentira.

Voltar a normalidade é deixar subentendido que o negacionismo prevaleceu, pois nesse ínterim pandêmico o discurso negacionista assumido no Brasil – um país que historicamente teve sucesso nas campanhas e adesões a vacinação, o que é reconhecido internacionalmente – tomou proporções estarrecedoras.

Isso ocorreu em certa medida pelo forte boicote às medidas de distanciamento social, única medida conhecida que previne e controla a pandemia da Covid-19 sem a vacinação, e o uso de máscaras. Isso foi gerou uma subnotificação dos dados epidemiológicos, que fez com que houvesse displicência na forma de traçar estratégias nacionais de saúde. O que vimos foi o estímulo a tratamentos medicinais sem validade científica, e tentativa de descredibilização da vacina. O posicionamento negacionista em relação à ciência acentua as incertezas e influencia as escolhas participação da população que, em vez de seguir os protocolos de prevenção, acaba por agir de maneira a possibilitar a maior propagação do vírus pela desinformação veiculada cotidianamente. Isso compromete a situação do país em relação à pandemia, ameaça aflige diretamente a democracia nacional.

A pandemia da Covid-19 também foi responsável pelo desgaste em diversas áreas: economia, saúde, educação, política e cultura. Essa deterioração trouxe à tona debates sobre a necessidade de ser produtivo "todo tempo e a todo custo", o que acaba por adoecer e sobrecarregar inúmeras pessoas. Por isso, destacamos a importância do debate sobre saúde mental, sobre a necessidade de cuidarmos de nós e aceitarmos nossas fragilidades enquanto seres humanos. As doenças mentais afligem de maneira cada vez mais voraz a comunidade acadêmica: pesquisadores, professores e estudantes são cada vez mais suscetíveis a doenças como, por exemplo, depressão, ansiedade, síndrome do pânico e síndrome de *burnout*. Muitas vezes os sintomas são acompanhado do desespero, devido à falta de incentivos – sejam eles emocionais ou financeiros – para possibilitar a continuidade e prosseguimento das pesquisas e dos projetos. Destacamos aqui a gravidade dos cortes de bolsas das agências de fomentos federais e a ausência de aumento há das bolsas de pós graduação das principais

agencias federais – CAPES E CNPq há quase uma década. Isso acarreta em uma grande evasão de pesquisadores, que passam por situações de insegurança emocional e impossibilidade de financeira de dar continuidade às pesquisas. Além de terem que fazer ciência com todo o rigor e análise crítica que é necessário à prática científica, muitas das vezes o tempo dos pesquisadores é tomado pela lida com as angústias, frustrações e falta de perspectiva para o futuro. Somado à isso, torna-se necessária uma defesa da ciência para combater o negacionismo científico – o que muitas vezes causa uma defesa cega da ciência positiva. A seguir expomos os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2021) sobre desemprego no Brasil:

> O Brasil enfrenta hoje uma recessão econômica que aumentou o número de desempregados para um recorde negativo histórico, atingindo 14,7% dos brasileiros ao fim do 1º trimestre de 2021, o que representa 14,8 milhões de pessoas. Os jovens na faixa de 18 a 24 anos viram um crescimento acentuado na taxa de desocupação que, atualmente, impacta 31% deste público [...].

Sendo assim, entendemos que a exigência da produtividade científica pode ser considerada como uma forma perversa de manutenção e legitimidade dessa forma de agir e ser, que foi implementada no ambiente acadêmico como uma lógica maçante e competitiva. Devido a estes fatores, consideramos que muitas vezes a produção científica é realizada sem critério ou rigor, e cada vez mais é necessária uma reflexão crítica sobre as exigências impostas por agentes externos, pois essa forma de produção acaba se tornando um conjunto de tentativas de demonstração do valor e da importância da pesquisa, para que seja possível ao menos flertar em tentar uma vaga de emprego na área de estudo consolidada.

Este cenário de desgastes e de incertezas não é exclusividade do Brasil, tendo em vista os momentos de tensão mundial que vivemos pelas questões geopolíticas da Europa (Ucrânia X Rússia). As consequências deste conflito poderão reverberar em todos os cantos do planeta, apenas por acontecerem onde acontecem – no suposto centro do mundo. Essas inseguranças acabam sendo fomentadas pela disseminação de *fake news,* e discursos vazios de ódio que legitimam e ganham força por grupos extremistas e radicais. Consideramos que a ciência não é uma produção meramente realizada em um gabinete, que beneficie um ou outro sujeito, mas ela deve se fazer presente no cotidiano de toda a humanidade.

Deixamos, para concluir esta nota, uma provocação e reflexão sobre os objetivos da pesquisa científica: a ciência é uma ponte construtiva, ou arma destrutiva, ou um mero adereço da negação?

Aproveitamos ainda para fazer um convite a toda a comunidade geográfica para participarem do XX Encontro Nacional de Geógrafos e Geógrafas (ENG), que ocorrerá entre os dias de 20 a 24 de julho 2022, no formato online. Esse evento tem a proposta de ser um espaço múltiplo e plural de reflexão sobre temas e as ações ligadas à Ciência Geográfica. Acessem o site para maiores informações: https://eng2022.agb.org.br/ .

Referências:

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Relatório econômico**. Brasília: Ipea; IBGE, 2021. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38536&Itemid=3> . Acesso em 20 de fev. 2022.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda. O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 12p.

Coletivo de Publicações (2020-2022)
Maria Clara Salim Cerqueira
Rachel Facundo Vasconcelos Oliveira

O BOLSONARISMO COMO ASPECTO DO COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE A CATÁSTROFE BRASILEIRA

BOLSONARISMO AS AN ASPECT OF THE COLLAPSE OF MODERNIZATION: NOTES ON THE BRAZILIAN CATASTROPHE

EL BOLSONARISMO COMO ASPECTO DEL COLAPSO DE LA MODERNIZACIÓN: NOTAS SOBRE LA CATÁSTROFE BRASILEÑA

FREDERICO RODRIGUES BONIFÁCIO

Doutorando em Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG
E-mail: fredrodrigues93@gmail.com

Resumo
A presente elaboração intenta, a partir de aspectos do radicalismo de direita contemporâneo, apresentar alguns elementos concernentes ao sentido histórico do bolsonarismo. Argumenta-se que o contexto hodierno não pode ser compreendido como mero irracionalismo, como apenas um recrudescimento liberal, tampouco ser identificado sem mediações com o fascismo clássico. Trata-se antes de compreendê-lo em seu momento histórico: qual seja, o de crise radical do sistema capitalista. A compreensão de tal historicidade demandou um esforço transdisciplinar e transescalar que nos permitisse articular aspectos objetivos da história da modernização capitalista com a formação de subjetividades danificadas e de personalidades autoritárias tendentes ao fascismo, e aptas a se identificarem com personificações de seus próprios ressentimentos, como se verifica no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Radicalismo de Direita; Crise; Fascismo; Brasil Contemporâneo

Abstract

The present elaboration intends, as from aspects of contemporary right-wing radicalism, to present some elements concerning the historical sense of bolsonarismo. It is argued that the current context cannot be understood as mere irrationalism, as just a liberal resurgence, nor can it be identified without mediation with classical fascism. Rather, it is a question of understanding it in its historical moment: the radical crisis of the capitalist system. The understanding of such historicity demanded a transdisciplinary and transcalar effort that would allow us to articulate objective aspects of the history of capitalist modernization with the formation of damaged subjectivities and authoritarian personalities tending towards fascism, and able to identify with personifications of their own resentments, as if check in contemporary Brazil.

Keywords: Right-wing Radicalism; Crisis; Fascism; contemporary Brazil.

Resumen

La presente elaboración pretende, a partir de aspectos del radicalismo de derecha contemporáneo, presentar algunos elementos sobre el sentido histórico del bolsonarismo. Se argumenta que el contexto actual no puede entenderse como un mero irracionalismo, como un simple resurgimiento liberal, ni puede identificarse sin mediación con el fascismo clásico. Se trata de entenderlo en su momento histórico: la crisis radical del sistema capitalista. La comprensión de tal historicidad exigió un esfuerzo transdisciplinar y transescalar que nos permitiera articular aspectos objetivos de la historia de la modernización capitalista con la formación de subjetividades dañadas y personalidades autoritarias tendientes al fascismo, y capaces de identificarse con personificaciones de sus propios resentimientos, como si chequear en Brasil contemporáneo.

Palabras-clave: Radicalismo de Derecha; Crisis; Fascismo; Brasil Contemporáneo.

Introdução

"A situação é demasiado crítica, para que a ausência de crítica esteja à sua altura". Essas palavras de Thomas Mann (1984, p.338) fazem-se mais do que nunca imperiosas ante à dissolução catastrófica do horizonte democrático da modernização brasileira. Momento histórico que tem no bolsonarismo – de forma particular – e no radicalismo de direita contemporâneo – de forma geral – sua expressão mais desenvolvida. Partindo dessa compreensão, a presente elaboração, que compõe o conjunto de preocupações de nossa pesquisa de doutorado ainda em andamento, engaja-se em um esforço transdisciplinar – perpassando pelos campos da Geografia, da História, da Sociologia e da Psicanálise – a fim de melhor compreender o radicalismo de direita contemporâneo em sua indissociável vinculação com o momento atual do capitalismo.

Trata-se aqui, nos termos da crítica marxiana do valor, de compreender os aspectos do radicalismo de direita contemporâneo em sua vinculação com o colapso da modernização capitalista. Colapso esse que, em suma apertada, comunica-se a um aumento crescente da composição orgânica dos capitais em todos os setores da economia, ou, em outros termos, da dispensa relativa contínua de força de trabalho. Donde os capitais de distintos setores, sob condições de concorrência, aumentam a partir desse mecanismo a capacidade produtiva, produzindo assim uma massa cada vez maior de valor. A despeito desse crescimento *aparente*, *passa às costas* dos capitais particulares a tensão entre a massa e a magnitude do valor produzido, tensão essa que só pode se revelar tendo em conta o capital global. Isso porque, "como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital

global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele" (MARX, 1986, Livro I, Tomo II, p. 260).

Esse movimento contraditório já assinalado desde Marx, no entanto, não poderia se repetir indefinidamente como se os ciclos de valorização e desvalorização constituíssem uma espécie de fênix que passa "da eterna destruição à eterna auto-renovação" (KURZ, 1995, s.p). Nesse desdobramento categorial, a sociabilidade fundada na tautológica valorização do valor teria atingido seus limites históricos absolutos. Se tal hipótese até o ano de 2008 era tomada como uma espécie de messianismo apocalíptico, a crise que se torna visível a partir da derrocada do *subprime* nos Estados Unidos – e que logo ganha proporções globais – desvela as possíveis limitações de uma sociedade lastreada no processo de valorização. Como afirmou David Harvey (2011, p.12-3), "um mundo que antes parecia estar inundado de excesso de liquidez de repente se viu sem dinheiro e inundado por casas, escritórios, *shopping centers* em excesso".

É preciso salientar, contudo, que essa crise global tem implicações diretas no cotidiano e nas formas reais de consciência que consubstanciam esse cotidiano. O núcleo familiar moderno, indissociável do patriarcado que o constituiu, por exemplo, experimenta de maneira particular o tempo histórico do colapso da modernização capitalista, o que se realiza, como veremos, como um asselvajamento do patriarcado manifesto nos surtos de ódio, intolerância e violência tão recorrentes no tempo presente.

A presente elaboração, portanto, procederá um trânsito entre as escalas, perpassando do global ao nacional, chegando mesmo à ordem próxima do núcleo familiar, a fim de compreender o sentido e a atualidade do radicalismo de direita contemporâneo, tendo em vista que embora tal fenômeno se ponha na particularidade

brasileira não pode ser explicado apenas e tão somente por ela. É que nossa preocupação central se situa precisamente na tensão dialética entre a universalidade crítica e a particularidade que tanto a experimenta quanto a repõe. Vejamos: em um primeiro momento, a partir de dois exemplos do cotidiano hodierno, buscaremos pôr em questão a formulação corrente de que o bolsonarismo seria uma espécie de fascismo ou de neofascismo. Para verificar a pertinência dessa formulação será necessário compreender o sentido e o conteúdo histórico do fascismo em uma interpretação que o inclua como momento da história da modernização capitalista, e não como um desvio na história dessa modernização. Em um segundo momento tematizaremos o duplo caráter do fascismo: pois, se por um lado teve historicamente um papel modernizador, por outro trouxe em seu âmago a crítica truncada – e falsa – da modernização capitalista. Dualidade essa que, como veremos, coliga medo e ódio enquanto formas de conservação do *status quo*. Na parte final do texto apresentaremos ainda alguns aspectos da linguagem e da estética fascista que se revelam preservados nas manifestações autoritárias contemporâneas.

Fascismo? O novo e o velho radicalismo de direita na história da modernização

O contexto catastrófico do Brasil contemporâneo – marcado pelo bolsonarismo – tem sido com frequência associado à ideia de uma ressurgência fascista ou neofascista. Não é preciso muitas delongas para que a aproximação do contemporâneo ao conceito de fascismo demonstre algum nível de pertinência: em maio de 2021, quando esta passagem é redigida, o Brasil supera a marca de 400 mil mortes em decorrência da COVID-19, chegando a ultrapassar as 4

mil mortes diárias em alguns momentos. Isso, ao mesmo tempo em que o presidente do país, Jair Bolsonaro, insiste em pregar contra o isolamento social, o uso de máscaras e relativizar a importância da vacina, além de dificultar reiteradamente o acesso à mesma. Esse contexto grotesco, no entanto, não pode ser apreendido a contento tendo por referências figuras de destaque que *parecem* personificar a irracionalidade em curso. Mesmo porque bastaria um olhar a momentos do cotidiano, elevados ao nível do absurdo, para notar que o irracional não opera apenas ao nível institucional ou por meio daqueles que personificam o poder de governo. Rememoremos aqui dois fatos que, longe de esgotarem o quadro, parecem-nos apresentar elementos importantes para que possamos avançar na compreensão da catástrofe em curso:

Em 25 de março de 2021, um dos inúmeros atos de apoio a Jair Bolsonaro, ocorreu em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul: um pequeno grupo de manifestantes, vestido de verde e amarelo, bradava em frente à prefeitura da cidade contra a possibilidade de Lockdown anunciada pelo prefeito Ary Vanazi (PT) três dias antes. O grupo se manifestava ainda a favor do tratamento precoce contra a COVID-19, simbolizado por uma enorme caixa de Cloroquina para a qual prestavam continência.

Figura 1: Apoiadores de Bolsonaro prestam continência a uma caixa de Cloroquina



Fonte: https://revistaforum.com.br/brasil/coronavirus/bolsonaristas-batem-continencia-para-caixa-gigante-de-cloroquina-no-rs/. Acesso em 27 de abril de 2021.

Três dias depois, em Salvador, na Bahia, um policial militar em surto chega ao Farol da Barra uniformizado, armado com um fuzil e uma pistola e com o rosto pintado de verde e amarelo, atira várias vezes para o alto e arremessa grades, isopores e bicicletas ao mar. O militar é cercado pelo Bope (Batalhão de Operações Especiais), que tenta estabelecer uma negociação. Depois de mais três horas, o militar abre fogo contra os agentes do Bope e é baleado, falecendo horas mais tarde em um hospital em Salvador. No dia seguinte, a Deputada Federal Bia Kicis (PSL-DF), ferrenha apoiadora de Jair Bolsonaro, usa suas redes socais para incentivar – a partir do ocorrido na véspera – um motim contra o governador da Bahia, Rui Costa (PT): "Soldado da PM da Bahia abatido por seus companheiros. Morreu porque se recusou a aprender (sic) trabalhadores. Disse não às ordens ilegais do governador Rui Costa da Bahia. Esse soldado é um herói. Agora, a PM da Bahia parou. Chega de cumprir ordem

ilegal", diz a deputada em referência ao fechamento do comércio decretado no estado devido ao agravamento da pandemia. Nos dias que se seguiram, milhares de postagens e comentários em redes sociais elevavam o militar morto no Farol da Barra ao patamar de uma espécie de herói nacional.

Figura 2: Militar armado em surto no Farol da Barra



Fonte: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/03/28/policial-militar-dispara-tiros-para-cima-na-regiao-do-farol-da-barra-em-salvador.ghtml. Acesso em: 27 de abril de 2021.

Se tais momentos de aparentes surtos individuais e coletivos fornecem-nos imagens dialéticas de uma flagrante desintegração do corpo social, a compreensão dessas *imagens* apenas é possível se elas não forem isoladas como irracionalidades frente a uma racionalidade a qual elas apareceriam como *mero* desvio. Se de fato o irracional ganha corpo nessas manifestações, é preciso ter em conta que elas revelam muito mais da ordem dita racional do que poderia supor a consciência esclarecida e democrática. Como nos diria Marx (2010, p.82): "que o racional é real, isso se revela precisamente em contradição com a realidade irracional, que, por toda parte é o contrário do que afirma ser e afirma ser o contrário do que é".

Precisamente nessa medida, seria necessário compreender tais irracionalidades em associação aos momentos ditos racionais e progressistas, tendo em conta a decisiva imbricação entre ambos. Noutros termos, o radicalismo de direita manifesto no colapso brasileiro da modernização é menos uma espécie de irracionalismo, como poderia compreender a tradição de pensamento oriunda de Georg Lukács (2020),[1] que a consumação da racionalidade mesma; ou, nos termos de Horkheimer: "o fascismo fixa[ndo] os resultados sociais do colapso capitalista"(apud CATALANI, 2020, p.42).

Conferir o devido sentido a essa formulação, no entanto, requer mediação histórica. Pois, se o processo aludido não pode ser compreendido por meio daqueles que personificam o que aparece como irracional, tampouco pode ser simplesmente identificado sem mediações com o fascismo clássico ocorrido no contexto europeu do século passado. O fenômeno fascista é compreendido aqui em uma dupla historicidade: por um lado como fenômeno historicamente situado na Europa no segundo quartel do século XX, e por outro como latência histórica, na medida em que as condições que tornaram possível a barbárie nazifascista não se encontram superadas. Nos termos de Adorno (1995, p.29), "o nazismo sobrevive, e continuamos sem saber se o faz apenas como fantasma daquilo que foi tão monstruoso a ponto de não sucumbir a própria morte, ou se a disposição pelo indizível continua presente nos homens bem como nas condições que os cercam". O que se formula, portanto, não é a

[1] Em seu *A destruição da razão*, Lukács (2020), no intento de compreender o fenômeno fascista, formula o irracionalismo como sendo como sendo um fenômeno internacional do período imperialista, dedicando-se, assim, a compreender a consubstanciação de tal irracionalismo de Nietzsche a Hitler, passando Schelling, Schopenhauer e Kierkegaard. Mais que personificar e subjetivar um processo objetivo, Lukács acaba por cindir antidialeticamente a tensão entre racionalidade e irracionalidade, buscando salvaguardar a primeira e escamoteando que a constituição mesma da razão funda e aprofunda o momento irracional como condição decisiva do progresso e da modernização.

repetição do que ocorreu no contexto europeu do século XX, mas a atualização do sentido histórico do radicalismo de direita que resguarda fundamentos similares com o passado de imposição do moderno e patriarcal sistema produtor de mercadorias (SCHOLZ, 1992). Se o primeiro momento se comunica de maneira decisiva com a modernização alemã e a imposição da forma social de valor, o segundo se comunica com o esgotamento dessa forma social mesma, com seus limites internos e absolutos. Nos termos sintéticos de Robert Kurz (2020, p.59), "o velho radicalismo de direita foi um fenômeno da ascensão das crises de desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias, que ainda tinha diante de si um espaço de desenvolvimento histórico", sendo desse modo, "uma função do 'crescimento interno' no interior das vestes ainda não completamente preenchidas do universalismo abstrato no campo do trabalho, do povo e da nação". Se configurou, em suma, como uma força modernizadora, nos termos da modernização capitalista. O radicalismo de direita contemporâneo, por sua vez, "já é ele mesmo uma forma visível do esgarçamento daquelas vestes".

Nesses termos, compreende-se a pertinência da formulação de Horkheimer (apud CATALANI, 2020, p.11) segundo a qual "quem não quer falar do capitalismo deveria calar-se sobre o fascismo". E, em que pese as particularidades da formação alemã, o antissemitismo e o radicalismo de direita longe estiveram de se pôr como mote modernizador apenas na Alemanha. O próprio Kurz (2020, p.61) afirma que "no que concerne à barbárie em geral, os seus elementos podem ser encontrados em todos os surtos de imposição da história da modernização". A própria modernização brasileira, aliás, não coincidentemente tem um forte vínculo com antissemitismo presente na era Vargas. As teorias integralistas têm vínculo

umbilical com a modernização brasileira. Não em vão Maria Luiza Tucci Carneiro (1988; 2010) argumenta que o antissemitismo no período do Estado Novo tem um "corte moderno", que resguarda mais proximidade com o Nazismo do que com o comportamento antissemita clássico de fundamentação cristã. "O discurso antissemita veiculado no Brasil entre 1930 e 1945 reunia atributos que, no seu conjunto, transformavam o judeu em um ser parasita, indigesto" (CARNEIRO, 2010, 223), e esse era ponto central da perseguição e não propriamente os fundamentos religiosos e raciais, embora, evidentemente, eles estivessem presentes. Não ocasionalmente, um autor como Jeffrey Lesser (1995) compreende como ambígua a política brasileira do período em relação aos judeus. Se por um lado, a perseguição era notória, por outro, de maneira estratégica, o governo brasileiro abria brechas em suas políticas migratórias. É que o próprio imperativo da modernização brasileira – pano de fundo decisivo do período – impunha que o Estado brasileiro tratasse de modo distinto determinados grupos judeus, precisamente na medida em que se compreendia a capacidade que esses indivíduos específicos tinham de corroborar um projeto de modernização nacional. Ambiguidade essa que não passa despercebida, por exemplo, a Antônio Candido (1988, p.13), que comentando acerca da vinculação entre o antissemitismo e a modernização brasileira afirma que "um pano de boca que parecia dar ingresso ao mais ameno dos mundos, [...] abre na verdade para alguns recantos do inferno".

Desse modo, se é necessário distinguir o antissemitismo de raízes propriamente cristãs do antissemitismo com vinculações nazifascistas, é igualmente imprescindível ter em conta as rupturas e continuidades entre o velho radicalismo de direita – como o

verificado na primeira metade do século XX – e o novo radicalismo de direita – como o que se verifica hodiernamente, e não raro é tratado sem qualquer mediação como neofascismo. Se o nazifascismo, tal como ocorreu no século XX nos Estados tardiamente unificados da Europa, é uma particularidade histórica que não pode ser imputada *ad hoc* a quaisquer formas autoritárias de governo, isso não quer dizer – como bem formula Theodor Adorno (1995) – que as condições históricas de tal catástrofe se encontrem superadas. Robert Kurz (2020) tem certa razão ao se opor a Adorno e afirmar que, não apenas do ponto de vista do sentido histórico da formação, o nazismo não poderia se repetir, mas também do ponto de vista de suas técnicas: o campo de concentração tal como ocorreu na Alemanha é uma especificidade histórica que não pode ser desconsiderada. Mas o campo de forças que tornou possível tal catástrofe é o que está em questão, e, desse ponto de vista, o campo de referências segue sendo o mesmo: uma espécie de reverso obscuro do processo mesmo da modernização agora generalizada. De tal modo, que o que está em questão nos dois momentos da história da modernização é o mesmo campo de forças coligado na forma mercadoria. Noutros termos, "a capitalização da vida até seu mais recôndito poro encetou uma das maiores barbáries da história humana no momento de sua instauração e ameaça produzir novas barbáries no momento de sua derrocada" (BONIFÁCIO, 2018, p.155).

O que está aqui em questão, em última instância, é a dupla historicidade simultânea da crise e da modernização; seu movimento diacrônico. É que "há de se diferenciar de novo entre as crises no contexto da constituição histórica do capital e as crises no âmbito de seu movimento 'em si mesmo', com base nos próprios fundamentos" (KURZ, 2014, p.216). Trata-se, em suma, da distinção e da dialética

histórica entre a fase ascendente do capitalismo e sua fase de automediação. Pois, concluída sua fase ascendente, ou seja, irrompida a quase totalidade dos limites externos, resta ao capital tornar-se idêntico a si mesmo na forma mais desenvolvida da tautologia que o define.

> No processo protomoderno da constituição estamos, antes de mais, perante crises de imposição da lógica do capital, ou seja, fricções que resultam do embate com formas de reprodução pré-capitalistas baseadas nas "relações com Deus" e na representação pessoal pela qual as mesmas se pautam. Estas crises imediatamente ligadas à imposição confundem-se com contradições da nova e incipiente lógica do dinheiro, ainda no plano subdesenvolvido "da circulação" (Ibidem, p.217).

Se tal é verdade para o centro do capitalismo, onde Marx e Kurz formulam e desenvolvem suas teorias, em países periféricos e de modernização *tardia*, tal como o Brasil, o conceito tem ainda maior teor de verdade. Não é ocasional que Paulo Arantes tenha captado uma dualidade que consubstancia a experiência intelectual brasileira, sentimento que "impregnaria a vida mental de uma nação periférica" (ARANTES, 1992, p.14), ou que Anselmo Alfredo (2013, p.219) afirme que a *tardia* industrialização brasileira "internalizou as contradições da economia mundial antes mesmo de generalizar o desenvolvimento das forças produtivas internas à economia brasileira". O que aí se impõe é a compreensão de que o escrutínio da crise – sobretudo na periferia do mundo – demanda a compreensão de que a identidade do capital enquanto movimento se põe como um duplo em negativo. A expansão geográfica do modo de produção não apenas é simultânea à sua negação como impõe a negação mesma da própria expansão. A fase ascendente do capital põe e convive com sua fase de automediação, o que se expressa na crise da modernização, como impossibilidade lógica e histórica seja de ascender

infinitamente seja de se automediar *ad eternum* a despeito dos limites físicos do mundo. A forma própria do colapso se poria então como esgotamento do caráter relativo do limite interno em função de sua nova condição como limite absoluto. Se na fase ascendente o interno é relativo ao externo, na fase automediada ele é autorreferente, ou seja, limite de si mesmo.

Ódio e paixão pelo abstrato no velho e no novo radicalismo de direita

Ter em conta a simultaneidade e a diacronia da crise e da modernização é central para que compreendamos o campo de referência comum ao velho e ao novo radicalismo de direita. E se, conforme Kurz argumenta ao longo de toda sua obra, a década de 1970, com a decisiva revolução microeletrônica, representa um ponto de inflexão no que concerne à dinâmica do moderno e patriarcal sistema produtor de mercadorias, isso não quer dizer que o processo de dissolução da mediação social fundada na abstração trabalho não estivesse em curso já no lume do progresso. O próprio Adorno (2020) que, em que pese a crítica da demolidora da razão, permanecia, de certo modo – até por não levar a termo uma crítica da economia política desde à produção –, um democrata, compreendeu bem que os novos radicalismos de direita que afloravam nos pós-guerra, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, comunicavam-se já a esse esgarçamento. E compreendia ainda que ambos os momentos – o velho e o novo radicalismo de direita – deviam tributo a um ódio não elaborado para com o abstrato. Nesse aspecto, a clássica formulação de August Bebel, em um pronunciamento acerca da Alemanha nazista, de que "o antissemitismo é o socialismo dos tolos" não deixa de ter algum teor de verdade. Pois, distintamente daquele secular

antissemitismo cristão – como o tematizado por Gerald Messadié (2003) – o antissemitismo moderno – como aquele da Alemanha de Hitler – "é pouco explicado caso ele seja simplesmente subsumido a um conceito mais genérico de racismo", uma vez que "opera como crítica primitiva do mundo, distinguindo 'capital produtivo (*schasffendes kapital*), ao qual se vincula o lado positivo concreto e 'capital rapinante' (*raffendes kapital*), que seria o momento 'negativo' e abstrato do capital (o próprio NSDAP[2] utilizava esses termos em seu combate à 'servidão do juros' [*zinsknechtschaft*])" (CATALANI, 2020, p.23). O que torna não exagerado dizer que havia no nacional-socialismo alemão, contraditoriamente, uma pretensão anticapitalista, corporificada em ódio contra os dominantes que "personificam o abstrato a parasitar o concreto" (Idem). De modo que a "fábrica negativa" (KURZ, 1999) que se tornou Auschwitz, pode ser compreendida precisamente como esse ódio irracional contra os que personificam a abstração real, mal percebida enquanto abstração *falsa* que parasita os momentos concretos – não percebendo aí o quão falso é o próprio concreto ao nível da totalidade.

> Uma fábrica capitalista é o local onde é produzido valor, algo que "infelizmente" tem de assumir a forma de produção de bens, de valores de uso. O concreto é produzido enquanto suporte necessário para o abstrato. Os campos de extermínio não eram uma versão terrível dessa fábrica, mas, ao invés, devem ser vistos como a sua negação grotesca, Ariana, "anticapitalista". Auschwitz era uma fábrica para "destruir o valor", isto é, para destruir as personificações do abstrato. A sua organização correspondia a um processo industrial demoníaco [*fiendish*], cujo objetivo era "libertar" o concreto do abstrato. O primeiro passo constitui em desumanizar, ou seja, arrancar a "máscara" de humanidade, de especificamente qualitativa, e revelar os judeus como aquilo que "realmente são" – sombras, cifras, abstrações numéricas. O segundo passo consistiu em erradicar essa

[2] Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.

> abstração, transformá-la em cinzas, procurando durante o processo despojá-la dos traços remanescentes do "valor de uso" material concreto: roupas, ouro, cabelo, sabão, etc. (POSTONE, 2012, p.27).

Esse ódio – mal elaborado – ao abstrato persiste até os dias atuais nas críticas truncadas a certo capitalismo rapinante que seria, graças à ganância especulativa dos agentes do capital financeiro, a grande força motora do capitalismo de catástrofe contemporâneo. Os processos de financeirização e ficcionalização do valor – oriundos eles mesmos da crise do capital ante seu limite interno absoluto – são reiteradamente personificados nesses agentes como se bastasse eliminá-los para superar o momento crítico. Tal fundamento antissemita inaudito largamente difundido, inclusive nas esquerdas acadêmicas, se comunica decisivamente à atribuição de um polo positivo ao lado concreto da forma social. Os momentos concreto e abstrato da forma social não são aí tomados como contradição real da forma, mas como momentos ambíguos. E como bem formula Henri Lefebvre (1980, p. 226, tradução livre), "a ambiguidade exclui a consciência da ambiguidade. Sociologicamente, é uma categoria da inconsciência e da ignorância ou antes do desconhecimento e do mal-entendido, da aparência misturada ao 'real'". No interior de tal ambiguidade, ataca-se o abstrato em defesa do concreto, escamoteando o fato de que essa concretude mesma só pode sê-la no campo de referências comum da abstração real moderna. A tentativa de salvação do concreto via aniquilação do abstrato equivale à autoaniquilação.

Esse ódio ao abstrato assume atualmente um teor distinto em relação àquele da fase ascendente do capitalismo – ainda que evidentemente os agentes que levam a cabo essa repulsa não tenham consciência dessa distinção que lhe *passa às costas* –: se o nacional-

socialismo nutria um ódio pelo aparentemente abstrato e improdutivo em um momento histórico ainda de ascensão do produtivo, e em que a definição leniniana do capital financeiro como amálgama entre capital bancário e capital industrial (LENIN, 2012) ainda fazia jus a tal mediação; o novo radicalismo de direita – e mesmo alguns setores da esquerda – nutre seu ódio contra um financeiro que passou a determinar o produtivo em sua totalidade, e em um momento no qual "a relação inverteu-se: a reprodução real tornou-se o apêndice duma gigantesca bolha de 'capital fictício' nas suas diversas formas fenomênicas e nos seus diversos estados de agregação, em vez de produzir essa bolha como mera emanação do seu interior" (KURZ, 1995, s.p). Essa inversão de teor pôde ser apreendida por Adorno ainda na década de 1960 quando o otimismo do contexto *welfare* tomava conta das ciências sociais, embotando a crítica. Ao se ater aos novos radicalismos de direita que se aprofundavam na Europa do pós-guerra, bem como nos Estados Unidos – quando no desenvolvimento da pesquisa acerca da "personalidade autoritária"[3] – Adorno afirma que

> apesar do pleno emprego e apesar desses sintomas de prosperidade, o fantasma do desemprego tecnológico continua a rondar de tal modo que, na era da automatização [...] também as pessoas que estão no processo de produção sentem-se já como potencialmente supérfluas [...] elas sentem na verdade como desempregados potenciais (ADORNO, 2020, p.47).

Noutros termos, o novo radicalismo de direita se apresenta como catalisador da dissolução catastrófica da forma social. Se indubitavelmente ocupa outro lugar na história da modernização – se pensado em relação ao período nacional-socialista –, não deixa de operar com as mesmas categorias; sendo que outrora com a imposição

[3] Cf. Adorno (2019).

delas e agora com ausência das mesmas, que não aparece como superação, mas igualmente como imposição. Uma espécie de "humilhação secundária" (HEIDEMANN, 2004), na qual após a imposição da presença das categorias que determinam a sobrevivência mobilizada pelo e para o trabalho, o progresso mesmo dessa forma social impõe a ausência dessas categorias, que persistem a organizar a vida, mas agora como pura negatividade.

Esse vazio objetivo e subjetivo imposto pela dissolução do que organizava a vida – já de maneira negativa, mas ainda de modo a permitir ao menos a reprodução imediata –, coliga o ódio ao abstrato a uma espécie de paixão [*pathos*] pelo abstrato.[4] "A crise do valor determina a conservação da (i)racionalidade crítica uma vez mais passada 'às costas' dos homens sem qualidades" (BONIFÁCIO, 2018, p.241). Não ocasionalmente, surtos de ódio são propiciados de maneira cada vez mais contundente – e pública – por homens contra mulheres. Bastaria recordarmos algumas das várias declarações notadamente misóginas de uma figura como Jair Bolsonaro. Como quando aos gritos afirmou à Deputada Maria do Rosário (PT/RS): "Não te estupro porque você não merece"[5], ou quando ao mencionar sua única filha afirmou: "Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher"[6] E evidentemente, não é apenas no plano do discurso que tal embrutecimento se revela. Tampouco ele pode ser atribuído apenas a esta ou aquela figura. O crescimento da violência contra a mulher, não raro culminado em

[4] Aqui o sentido psicanalítico de *pathos* não é ocasional.

[5] Cf. https://lunatenorio.jusbrasil.com.br/noticias/156410097/nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-volta-a-dizer-bolsonaro-a-deputada. Acesso em 11 de Maio de 2021.

[6] Cf. https://revistaforum.com.br/noticias/bolsonaro-eu-tenho-5-filhos-foram-4-homens-a-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-e-veio-uma-mulher-3/. Acesso em 11 de Maio de 2021.

feminicídio, é flagrante nos últimos anos, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 1: Número de feminicídios por causa de morte (1996-2017)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
X85 Agressao meio drog medic e subst biologicas	9	0	2	2	0	4	2	2	4	5	4	0	2	4	9	2	2	9	11	6	4	2
X86 Agressao p/meio de subst corrosivas	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	9	4	0
X87 Agressao p/pesticidas	2	0	0	0	0	2	7	0	0	5	4	0	0	2	2	0	0	0	6	4	2	0
X88 Agressao p/meio de gases e vapores	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	2	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0
X89 Agressao outr prod quim subst nocivas espec	19	11	0	0	0	2	0	4	7	2	7	2	2	0	2	2	9	11	11	6	2	2
X90 Agressao prod quimicos e subst nocivas NE	2	22	11	11	2	4	5	4	4	5	22	4	7	11	4	4	4	17	9	4	6	4
X91 Agressao enforc estrangulamento sufocacao	279	282	292	329	385	413	460	480	513	524	493	472	548	563	550	586	669	624	649	670	617	589
X92 Agressao p/meio de afogamento e submersao	45	17	20	20	31	27	16	13	36	38	28	29	27	29	54	13	37	34	47	34	30	15
X93 Agressao disparo de arma de fogo de mao	225	133	184	201	334	286	338	346	405	398	302	423	492	498	492	667	543	480	490	507	552	510
X94 Agressao disparo arma fogo de maior calibre	32	17	31	31	49	51	52	40	70	45	46	51	51	54	28	46	43	47	56	54	45	64
X95 Agressao disparo outr arma de fogo ou NE	3710	3670	3652	3647	4107	4313	4239	4325	4130	4096	4210	3929	4000	4344	4253	4223	4477	4473	4588	4333	4428	5065
X96 Agressao p/meio de material explosivo	0	0	0	2	2	0	2	2	2	0	4	4	4	0	0	0	4	6	4	2	0	2
X97 Agressao p/meio de fumaca fogo e chamas	54	58	53	39	69	49	95	54	92	63	116	80	98	80	109	107	130	159	135	116	138	201
X98 Agressao vapor agua gases ou objetos quentes	4	4	0	7	2	4	2	0	2	2	0	0	4	0	0	0	0	4	4	9	2	2
X99 Agressao objeto cortante ou penetrante	1464	1310	1301	1307	1545	1753	1772	1800	1812	2026	2089	2041	2194	2342	2504	2610	2736	2592	2625	2565	2495	2417
Y00 Agressao p/meio de um objeto contundente	800	951	972	672	438	474	408	468	528	549	615	601	688	744	827	732	773	820	797	724	696	788
Y01 Agressao p/meio projecao de um lugar elevado	2	2	7	9	11	9	7	2	13	5	9	11	9	11	11	7	4	13	6	6	2	4
Y02 Agressao proj coloc vitima obj movimento	4	0	0	2	0	0	2	7	4	0	7	2	2	4	2	7	4	6	6	4	6	6
Y03 Agressao p/meio de impacto veic a motor	28	6	7	7	2	13	14	18	4	11	46	55	49	51	37	37	54	47	43	28	32	49
Y04 Agressao p/meio de forca corporal	24	26	27	57	29	87	106	116	103	108	140	113	144	141	181	146	154	166	183	202	264	186
Y05 Agressao sexual p/meio de forca fisica	17	24	18	24	29	36	38	33	31	34	18	33	40	22	33	26	46	54	17	47	28	28
Y06 Negligencia e abandono	11	6	7	17	9	7	9	9	7	9	18	4	2	18	7	22	13	24	26	17	13	11
Y07 Outr sindr de maus tratos	17	30	46	22	62	78	61	80	56	88	57	62	64	54	72	70	48	60	60	47	45	38
Y08 Agressao p/outr meios espec	128	168	104	52	100	49	20	22	67	61	50	47	53	45	48	66	37	52	56	52	54	60
Y09 Agressao p/meios NE	1083	977	1020	1254	1078	938	1064	952	717	666	519	394	441	501	487	490	458	547	550	468	492	478
Total	7960	7716	7753	7714	8283	8601	8719	8782	8610	8741	8806	8359	8924	9520	9714	9862	10245	10250	10378	9916	9959	10522

Fonte: Roichman (2020, p.362).

É evidente que a misoginia, bem como a violência direta contra a mulher, não são exclusividades do período atual. O que se formula é que a crescente dessa violência – como subsidia-nos os dados – somada ao espaço que manifestações inequivocamente misóginas passaram a ter do ponto de vista público e institucional, revela um teor distinto dessa violência. Processo esse que longe está se restringir ao Brasil. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, por exemplo, em nada pode ser desvinculada desse mesmo teor histórico. Ainda em 2016, ao se perguntar quem eram os eleitores de Donald Trump, e porque seus discursos extremos mais atraíam que repeliam certas camadas da população estadunidense, o jornalista Michael Goldfarb, muito em função do seu diálogo com o sociólogo Todd Gitlin – que tem estudado a nova direita no país –

chegou a relevantes termos para a questão. Os eleitores fiéis a Donald Trump representavam na época cerca de 40% do eleitorado, vinham de quatro derrotas nas últimas seis eleições presidenciais, mas haviam permitido "ao Partido Republicano o controle do Congresso e do governo de vários Estados, tornando quase impossível para administrações democratas a missão de governar o país" (GOLDFARB, 2016). Consistia em uma camada da população tanto ressentida quanto paranoica com a crise econômica de 2008 e com os atentados de 11 de setembro de 2001. Eram "majoritariamente indivíduos brancos que previamente votavam em candidatos democratas". Gitlin (apud GOLDFARB), no entanto, compreende que as raízes dessa camada podem ser encontradas em períodos bem anteriores, mais especificamente na década de 1930, nos períodos de seca que criaram um êxodo rural dos Estados de Oklahoma e Kansas.

> Muitos desses fazendeiros e suas famílias foram para a Califórnia, transformando-se em partidários de políticos republicanos, como Barry Goldwater, o candidato derrotado na eleição presidencial de 1964. No final da década de 1960, muitos brancos do sul juntaram-se ao Bloco por conta da aprovação da legislação que deu à população negra igualdade de direitos, inclusive o voto. Nos anos 70 e 80, recessões levaram ao fechamento de fábricas no norte dos EUA. Comunidades em regiões como Johnstown, na Pensilvânia, foram devastadas pelo desemprego e muitas pessoas tiveram que deixar a região para procurar trabalho, normalmente em condições bem diferentes das que tinham sustentado gerações e permitido o crescimento de comunidades. Foi um deslocamento tão violento quando o dos anos 1930. Também se juntaram ao Bloco pessoas que discordaram da decisão judicial que deu às mulheres americanas o direito de aborto em 1973 – o Partido Republicano tradicionalmente se opõe à interrupção da gravidez. Nos últimos 50 anos, os democratas também passaram por mudanças. Sua configuração é mais diversa e dedicada a usar a legislação de direitos civis para reverter os efeitos de anos de discriminação contra minorias e mulheres, além de defender uma legislação mais liberal em assuntos de sexualidade. Uma maioria esmagadora de negros, e significante de hispânicos e asiáticos vota nos

> democratas, enquanto brancos com curso superior dominam o partido. Identidade e política de gênero são discussões regulares nos campi universitários e na grande mídia. No lado democrata, muito tem se falado sobre a identidade do homem branco (GOLDFARB, 2016, s.p).

Não ocasionalmente a mídia estadunidense, em especial o jornal *The New York Times*, se dedicou a publicar entre 2016 e 2020 dezenas de matérias acerca do "homem branco raivoso" [*angry white man*]. O que evidentemente não vedou que mulheres também personificassem esse ressentimento: o emblemático diálogo entre Michel Goldfarb e Bonnie Cordova, uma correligionária de Hilary Clinton, ajuda a compreender o que estava em questão na popularidade de Trump. Ao ser perguntada pelo jornalista se ela conseguia compreender o que tornava Trump uma alternativa a uma camada tão vasta da população estadadunidense, Corodova respondeu:

> "Lecionei em escola de grandes centros urbanos por mais de 30 anos" [...] "Fui por algumas vezes preterida em promoções por não ser de uma minoria. Trabalhei em uma escola em que crianças imigrantes tinham tratamento dental e oftalmológico gratuito enquanto eu tinha problemas para custear o dos meus filhos." Ela admitiu o ressentimento: "É uma chama que pode ser abanada e virar ódio. Você precisa superar (os sentimentos ruins)" (Ibidem).

O ódio mobilizado contra aqueles que supostamente furam a fila de acesso a um mundo cada vez mais tornado "buraco de rato para elefantes" (KURZ, 1996) se comunica precisamente ao desemprego estrutural registrado desde as décadas de 1970 e 80 que tolhe a identidade e avilta a condição de provedor do homem branco. Se o que lhe conferia dignidade e a condição de sujeito, em que pese os constrangimentos objetivos do trabalho abstrato, era exatamente o invólucro do trabalho, a retirada desse invólucro equivale à demissão da própria existência. "A perda do emprego costuma ser acompanhada pela perda da identidade e das estruturas

interpessoais que até então permitiam que pessoas com ego fraco funcionassem precariamente" (JAPPE, 2017, p.269, tradução livre). E nesse contexto, as psicopatologias latentes e próprias aos indivíduos de uma sociedade sacrificial vem à tona de modo exposivo. Se por lado, a sociedade fundada na abstração trabalho deve ser criticada e superada em seu núcleo substancial, por outro, afirma Anselm Jappe, "deve-se reconhecer que o desaparecimento do trabalho também libera energias destrutivas que anteriormente estavam vinculados ao trabalho e agora vagam livremente em espaço social" (Ibidem). O vazio tanto subjetivo – perda a identidade – quanto objetivo – perda das condições de subrevivência – transmuda-se na busca por "explicações em teorias da conspiração e outras visões paranóicas. É um pouco como tentar acertar a névoa que cobre a sociedade e torna difícil ver com clareza"(Ibidem). Por isso, esses grupos "vociferam, urram como feras embriagadas que querem de volta suas jaulas – elas ao menos lhes davam um sentido seguro às suas vidas" (MENEGAT, 2019, p.145). Ameaçam, em último termo, a possiblidade de qualquer nível de sociabilidade. É o que Roswitha Scholz compreende como "asselvajamento do patriarcado"

> A crise tem repercussões diferentes nas mulheres e nos homens. Falo neste contexto de um "asselvajamento do patriarcado". Isto não significa que a relação de gênero se dissolva num sentido emancipatório. Nem tão pouco significa que a estrutura fundamental da sociedade sexualmente hierárquica se torne obsoleta. Haverá mais um abrandamento dos papéis tradicionais de gênero em condições de empobrecimento. Tais desenvolvimentos podem ser observados, por exemplo, nas favelas do chamado Terceiro Mundo. As mulheres são aqui responsáveis pela sobrevivência da família. [...] Em situações de crise social aguda a maior carga recai sobre os ombros das mulheres (SCHOLZ, 2017, s.p).

Essa "paixão pelo abstrato" que mescla o desejo de extermínio do outro e de si mesmo com a defesa obstinada das categorias que

determinam a existência nos termos hodiernos, comunica-se a uma espécie de pesadelo diurno do sujeito moderno que se corporifica em uma nova direita cuja o sentimento de catástrofe social converte-se em um "desejo inconsciente de fim do mundo" (ADORNO, 2020, p.52).

Essa pulsão de morte organizada politicamente pela nova direita – que, aliás, resguarda alguma similaridade com a postura das famílias nazistas alemãs que ante a inevitabilidade da queda do Terceiro Reich optavam por, antes de cometer suicídio, matarem seus filhos, em especial as crianças, vez que o mundo após o Reich não mereceria ser vivido – é a chave de compreensão para atitudes lunáticas como o grupo gaúcho que se mobilizou para prestar continência a uma réplica gigante de uma caixa de remédios ineficaz ao tratamento de uma doença mortal durante o período mais crítico de uma pandemia global; ou mesmo do policial baiano que acabou por dar à própria vida na tentativa de garantir que isolamento social – que poderia salvar outras vidas – não fosse cumprido. Essa franja de lunáticos [*lunatic fringe*] parece não apenas experienciar o tempo histórico de dissolução do social, de apocalipse das formas que consubstanciam a moderna forma sujeito, mas se aderir a essa dissolução, como uma espécie de astúcia última da razão no intuito de preservar a abstração que a constitui. Nos termos de Löwental & Guterman (apud CATALANI, 2020, p.35), "o medo é transformado em uma expectativa niilista mórbida, ou mesmo esperança, de destruição total"; pois esses indivíduos não querem apenas "a destruição do seu grupo, [querem], se possível, a destruição do todo" (ADORNO, 2020, p.52).

A astúcia da razão, na forma de uma subjetividade danificada, fica mais nítida se notarmos que simultaneamente a esse desejo manifesto de apocalipse opera uma defesa obstinada dos

valores tradicionais, da família, etc. A "angústia da classe média" (SCHOLZ, 2008) tornada supérflua do ponto de vista da valorização, faz essa camada experienciar a dissolução paulatina do núcleo familiar tradicional. O que não conseguem perceber é que essa dissolução não é fruto de qualquer agência comunista, dos valores de esquerda, etc., mas deve tributo ao próprio desenvolvimento capitalista, que se em um primeiro momento demandou o núcleo familiar como pressuposto para a formação do trabalho livre, agora carece se livrar desse núcleo que gradativamente se torna aporético. O desenvolvimento das forças produtivas, como se sabe, não engendrou uma maior liberdade aos indivíduos como poderiam pressupor as utopias tecnológicas que um dia vislumbraram um mundo onde as máquinas trabalhariam pelas pessoas. Ao contrário, quanto mais a força de trabalho humana foi expulsa do processo produtivo mais atores sociais tiveram de ser mobilizados pelo e para o trabalho: mulheres, crianças, idosos, etc. Ante a impossibilidade até mesmo da promessa de um emprego estável e formal, "os homens arrastam-se de emprego em emprego e de mulher em mulher e, na verdade, já não se sentem responsáveis pelas relações nem pelos próprios filhos" (SCHOLZ, 2017). Götz Eisenberg, um psicólogo com larga experiência em trabalhos em penitenciárias e que tem se dedicado a compreender o fenômeno *amok* – que não ocasionalmente começa a se tornar mais comum no Brasil[7] - considera que muito do ódio e do mal-estar narcisista difuso hoje, indissociável à compreensão do que torna possível os recorrentes ataques em escolas, não decorre propriamente de feridas graves que os pais

[7] Cf. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/13/interna-brasil,742630/relembre-casos-de-atiradores-em-escolas-no-brasil.shtml. Acesso em 18 de Maio de 2021.

teriam infligido, como em outros momentos da história, mas de um profundo vazio que marca sobretudo as classes médias.

> A educação negligenciada e a solidão na frente das telas pode resultar em ódio sem sujeito e sem objeto, totalmente "puro", o que gera violência cega e gratuita flutuando, um crime "sem finalidade" que permanece um enigma para o vítimas, polícia, justiça e psicólogos especialistas forenses. Sua busca por padrões compreensíveis não leva a nada de concreto, mas essa falta de motivos concretos é talvez o motivo real. [...] Ódio e amok nascem do frio, da falta do objeto, indiferença e vazio crescente (EISENBERG apud JAPPE, 2017, p.265, tradução livre).

Em um contexto de frieza e isolamento – imposto pela própria dinâmica de trabalho (ou ausência dele) – mesclado com violência e resignação, o núcleo familiar começa a se esgarçar – ou ao menos se transformar em algo radicalmente distinto do que a ideia tradicional de família historicamente propalou. Com isso, a família e o patriarcado não são superados em seu núcleo e de forma emancipatória, ao contrário, essas categorias começaram a desmoronar paulatinamente sobre si mesmas; representando, invés de emancipação, formas ainda mais diretas de dominação e violência. É que ante a cegueira do processo de dissolução em curso, a violência, o ódio e a misoginia são as respostas mesmas da razão androcêntrica ocidental. Pois se por um lado, "a raiva é uma proteção contra esse medo" (JAPPE, 2017, p.266, tradução livre), por outro, "esses atos permanecem um fenômeno predominantemente masculino" (Ibidem, p.269). O que se deve tanto a razões históricas que revelam o vínculo entre violência e masculinidade, quanto "uma consequência das tentativas de lutar contra o medo da simbiose devoradora com a figura materna arcaica – medo reforçado pelo desaparecimento de figuras paternas na família e na sociedade – e para salvaguardar uma forma de 'eu" (Ibidem).

Não é ocasional que a defesa obstinada dessas categorias em ruínas – trabalho por um lado e família por outro – encontrem porto para se ancorar precisamente em grotescas exteriorizações da figura paterna perdida – de Trump a Bolsonaro. A âncora encontrada nessas figuras comunica-se não apenas a um saudosismo conservador no que concerne à família, mas também a uma profícua imagem concreta de algo que almejam conservar. É que se tudo parece se dissolver quase a olhos vistos – do sonho da casa própria ao sonho da viagem à Disney (sonhos, aliás, diretamente vinculados ao núcleo familiar) – sem que os sujeitos dessa dissolução possam ser identificados – até por inexistirem – os novos radicais de direita, personificam por um lado os culpados pela abstração a qual não compreendem,[8] e por outro atribuem às figuras paternas perdidas o conteúdo concreto do mundo. "Quanto menos [...] há clareza do quão decapitados são os mecanismos de coerção social, mais se torna necessário hipostasiar ídolos, conjurar o bem e o mal. A necessidade da identificação e destruição do mal se impõe. Os judeus, os comunistas, os ciganos... os petistas carecem ser aniquilados" (BONIFÁCIO, 2018, p.241). O indivíduo autoritário típico do novo

[8] Adorno (2020, p.61) menciona, por exemplo, o ódio mobilizado contra os intelectuais de esquerda tanto no período nacional-socialista quanto no que concerne aos novos radicais de direita: "O termo 'intelectual de esquerda' também é uma dessas expressões para assustar. Em primeiro lugar, apela-se aí também à desconfiança alemã contra aquele que não tem cargo nem dignidade, que não tem um posto fixo, que é observado como alguém que vaga na vida, como 'alguém que vive de brisa' [*Luftmensch*], como se dizia antigamente na Polônia. Quem não se insere na divisão do trabalho, quem por meio da profissão não está ligado a uma determinada posição e, portanto, a um pensamento bastante determinado, mas que conservou sua liberdade de espírito e, de acordo com essa ideologia, uma espécie de patife e deve ser cortado fora. Entra aí certamente o antiquíssimo rancor do trabalhador manual contra o trabalho intelectual, mas de um modo completamente deslocado e tornado totalmente irreconhecível". Que no Brasil os assim chamados "intelectuais" de esquerda em geral tenham um vínculo institucional bem mais demarcado que na Alemanha, isso não chega a tocar o cerne da questão, haja vista a enorme opacidade que circunda – do ponto de vista do cidadão médio – o ambiente das universidades públicas e dos institutos de pesquisa. Configuração que a fala do ex-ministro da educação Abraham Weintraub – que contou com considerável aceitação de parte opinião pública – sobre as universidades federais serem ambientes de "balbúrdia" ilustra bem.

radicalismo de direita é mobilizado pelo medo transmudado em raiva, e esta última

> dirige-a contra um bode expiatório. Ele projeta nos objetos externos os impulsos que ele tem de lutar dentro de si mesmo. O sujeito narcisista e limítrofe [*borderline*] – na verdade, o narcisismo é um sintoma limítrofe [*borderline*] no sentido de que se situa entre a neurose e a psicose – que domina hoje está sujeito ao ódio sem sentido. Ele é devorado pelo medo de que sua estrutura psíquica possa se dissolver absolutamente, e a agressão serve como um mecanismo para reter seu ego [...] Eles facilmente apresentam um grande ressentimento sem saber para onde direcioná-lo [...] Populismos de todos os matizes se alimentam dele (JAPPE, 2017, p.265-8, tradução livre).

Nesse contexto, as chamadas classes médias que se dilataram durante décadas parecendo tender a corresponder à totalidade dos indivíduos humanos,[9] assumem um lugar decisivo. Não apenas a obsolescência de sua forma, mas também a opacidade de sua posição faz das classes médias catalisadoras da neurose objetiva do social.

Como na genealogia da tragédia nietzschiana, a necessidade da personificação do mal e do bem se comunica ao sentimento daqueles que são constrangidos a existir entre poderes percebidos como titânicos. Afinal, questiona Nietzsche (1992, p.36-7), "de que outra maneira poderia aquele povo tão suscetível ao sensitivo, tão impetuoso no desejo, tão singularmente apto ao sofrimento, suportar a existência, se esta, banhada de uma glória mais alta, não lhe fosse mostrada em suas divindades? " Na moderna e patriarcal sociedade

[9] Durante as fases de ascensão e imposição do capitalismo as classes médias tenderam a se alargar progressivamente, vez que "cada vez menos atores controlam os mercados e cada vez menos pessoas se encontram verdadeiramente alheios a ele" (BONIFÁCIO, 2018, p.110). Contexto histórico no qual a sociologia brasileira, em larga medida tributária das formulações de Martins (2007), pôde compreender como limitada a antiga ideia de exclusão social, pois todos em alguma medida estariam incluídos, ainda que se tratasse de uma "inclusão precária". No entanto, o capitalismo de catástrofe que se aprofunda hodiernamente faz com que novamente as classes médias se encolham e que parcelas cada vez maiores da sociedade sejam de fatos excluídas de qualquer possibilidade, sendo, no limite, alvos de extermínio direto.

produtora de mercadorias em colapso, trata-se da neurose imposta pelo constrangimento de sobreviver entre o desconhecido que domina e o conhecido que, por sua própria exclusão, aparece como ameaça de tomar seu lugar no mundo. Daí a tendência a se aferrar às figuras que parecem personificar uma promessa concreta. No último grande espasmo da fase de imposição do processo de modernização essa tendência assumiu a forma da promessa de um *reich* que iria durar mil anos. No momento dissolutivo da modernização, assume mesmo a forma da promessa de completa aniquilação. As duas formas aparentemente antagônicas resguardam, no entanto, o mesmo núcleo fantasioso comum: a eternidade.

As esquerdas, ou o assim chamado campo progressista, por sua vez, tem falhado substancialmente em dar respostas adequadas a este contexto, em larga medida, por não compreenderem a fundo seu estatuto. Algo próximo à afirmação de Vladimir Safatle (2020, s.p) de que "nossa pretensa supremacia intelectual ainda irá nos matar", pois,

> ela nos faz não ver como, no fundo, há uma parte da população brasileira que deseja isto e se dispôs a jogar roleta russa com todos e com elas mesmas. [...] Esta será sua forma de se sacrificar por um ideal, mesmo que este ideal não prometa nada mais do que o próprio sacrifício, nada além de um movimento permanente em direção à catástrofe.

E tal como no caso do economista que pôde deduzir dos interesses dos cervejeiros bávaros a impossibilidade da unificação da Alemanha (ADORNO & HORKHEIMER, 1985), a cegueira esclarecida frente aos fundamentos e desdobramentos da catástrofe faz com que parcela significativa da esquerda se torne "a última defensora da 'força civilizatória' do capitalismo (que nunca entra em crise, pois ela será sempre uma marolinha ou mera ideologia das políticas de austeridade), enquanto a nova direita (militares

inclusive) reconhecem a face bárbara de seu fim de linha – e está vencendo mundo afora ao se apresentarem como os Cavaleiros do Apocalipse" (CATALANI, 2019, s.p). Configuração na qual a salvação de um suposto passado dourado perdido nas ruínas mal percebidas da modernidade seria a última aposta de uma esquerda inconsciente de sua forma, e por isso mesmo apegada até o último fio à abstração real da política como se pudesse desgarrá-la da forma valor que historicamente a demandou. Nesse limiar,

> por um lado, os progressistas se voltam para o passado, querem evitar a "decadência" dos valores democráticos, e assumem uma posição reativa (que era desde o século XIX a posição dos conservadores clássicos e dos teóricos da decadência). Por outro lado, os populistas de direita, isto é, os reacionários, se tornaram "progressistas" no sentido de que querem acelerar o tempo e adiantar o futuro – mas por isso são apocalípticos. Apocalípticos porque *amigos do apocalipse*, porque eles não têm pudor em acelerar o processo de devastação do meio ambiente, em aniquilar pessoas (ou simplesmente deixar morrer, como no caso italiano em que impediram que um barco de refugiados atracasse) e em transformar a sociedade em uma guerra de todos contra todos em que sobrevive o mais armado – e isso não é nenhum "retorno à Idade Média", é o próprio ápice do desenvolvimento capitalista, cuja verdade não é nenhuma versão democrática e luminosa de sociedade, mas sim esse grande Nada destrutivo. Daí a afinidade entre niilismo e a "ponte para o futuro" (ou o cínico "future-se"). A referência temporal dessa nova direita não é nenhum passado, mas essa "nova era", que é, para eles, "*a última cruzada*" (para usar o título de uma grotesca série sobre "história" do Brasil produzida por um grupo de direita bem amparado financeiramente, e que já foi vista por quase 2 milhões de pessoas). Enquanto para a nova direita "tudo que é sólido se desmancha no ar", a esquerda mais do que nunca tenta se agarrar àquilo que parece firme. E então ocorrem coisas estranhas: nunca se deu tanta carteirada com títulos, prêmios etc. Como resposta ao ressentimento anti-intelectual, ao ataque à universidade e às figuras grotescas da direita (como Olavo de Carvalho e cia.), a esquerda se torna bacharelista, fazendo autoelogio contabilizando os pontos no Lattes e ostentando título de doutorado. Uma atitude que, além de vergonhosa, não poderia ser pior do

> ponto de vista estratégico" (CATALANI, 2019, s.p, grifos do autor).

Uma resposta crítica à catástrofe em curso careceria, portanto, tomar como pressuposto se despir da positividade do progresso e ter em conta precisamente o teor negativo e destrutivo do progresso e da modernização. O caminho oposto apenas tende a repor o movimento que nos leva com todo vapor ao colapso societário.

Breves apontamentos sobre linguagem e radicalismo de direita

O filólogo alemão Victor Klemperer (2009, p.177-198) apresenta, a partir de diálogos cotidianos ocorridos durante o período hitlerista, como a fé inabalável em Hitler como personificação de concretude e confiança foi decisiva para a catástrofe daquele período. Ao conversar com distintos apoiadores do *reich* sobre a derrocada do nacional-socialismo quando esta já era nítida, Klemperer ouviu invariavelmente repostas como "Ah!, mas o que se ouve no exterior é tudo mentira"; "Eu sou um reles cabo, não entendo de estratégia o suficiente para poder julgar. Mas há poucos dias o Führer disse que seguramente haveremos de vencer, que a vitória é certa. Ele nunca mentiu. Eu acredito em Hitler. Deus jamais o abandonaria. Eu acredito em Hitler"; ou ainda: "Não interessa perceber, o que interessa agora é acreditar! O Führer não vai desistir, e o Führer não pode ser derrotado. Ele sempre descobriu um caminho quando os outros supunham que não havia saída. Não, com os diabos, não! Não interessa compreender, temos é de acreditar! *Ich glaube an den Führer* [eu acredito no Führer]".

Vemos, a partir de Klemperer, que o perfil dos apoiadores de Hitler era tão amplo quanto diverso. Contudo, invariavelmente ele era caracterizado por uma fé e uma confiança que prescindiam

inclusive de qualquer confirmação objetiva. "Nele eu acredito! ": essa é a fórmula e a única coisa que de fato importa. É evidente que, para além do perfil sociopsicológico desses grupos, a força da propaganda nazista exercia um papel decisivo – não ocasionalmente Joseph Goebbels, o Ministro da Propaganda nazista, pode ser considerado por muitos como o segundo homem mais importante da Alemanha naquele período. Mas não apenas pelos meios oficiais a linguagem da propaganda do Reich se fazia presente. A LTI – Linguagem do Terceiro Reich – comparecia desde discursos políticos a programas de rádio aparentemente despretensiosos.[10] O fundamental é que no domínio dessa linguagem "tudo é *historisch* [histórico], *einmaling* [único] e *ewig*" [eterno/divino] (Ibidem, p.187). Robert Ley, chefe da *Deutsche Arbeitsfront* [Frente de Trabalho Alemã], por ocasião da inauguração *Hitlerschule* [Escola de Hitler], em 1938 afirma "*win haben den Weg in die Ewigkeit gefunden* [encontramos o caminho para eternidade]". Nos exames de conclusão de cursos era comum, relata Klemperer era comum haver a pergunta: "*Was kommt nach dem Dritten Reich?* [o que vem depois do Terceiro Reich?]. Se um ingênuo ou um novato respondesse das *vierte Reich* [o Quarto Reich], era eliminado, mesmo que possuísse bons conhecimentos técnicos. A resposta correta era: "*Nichts kommt dahinter, das Dritte Reich ist das ewige Reich der Deutschen* [Nada, pois o Terceiro Reich é o eterno Reich dos alemães]" (Ibidem).

Essa dilatação temporal associada ainda a promessas vagas e confusas sobre o futuro, sobre o qual pouco se sabe para além de que

[10] Adorno (2015, p.151) menciona o exemplo de um padre fascista da Costa Oeste estadunidense – que em muito se valia da mesma linguagem, adaptando-a, evidentemente às particularidades do país – que em de seus programas de rádio afirma: "vocês não conseguem ver que, a não ser que exaltemos a santidade do nosso Deus, a não ser que proclamemos a justiça de Deus neste nosso mundo, a não ser que proclamemos a existência de um paraíso e de um inferno, a não ser que proclamemos o fato de que sem a remissão, *sem derramamento de sangue*, não há remissão do pecado? Vocês não conseguem ver que somente Cristo e Deus dominam e que a revolução vai tomar esta nação de nós? " Leia-se: "*judenblut mub flieben*" – o sangue judeu deve jorrar.

será eterno e divino, além de despertar emoções tanto recalcadas quanto reprimidas no ouvinte, comunica-se ao fato de que "os seguidores acabarão sendo trapaceados e, que, assim os líderes precisam evitar qualquer formulação que posteriormente tenham de reafirmar" (ADORNO, 2015, p.141). Se o *reich* é eterno, tudo que ainda não se concretizou ainda está por se concretizar. Nesse domínio nada poder ser falso. E ainda que o novo radicalismo de direita atinente ao contexto de colapso da modernização tenha um teor puramente destrutivo e sequer possa preencher sua retórica com qualquer conteúdo acerca da eternidade, muitos dos "truques" característicos à propaganda fascista persistem a ser mobilizados consciente ou inconscientemente. Lembremo-nos que em janeiro de 2020 o então Secretário de Cultura, Roberto Alvim parafraseou o ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels durante um pronunciamento que tinha inclusive um cenário muito similar ao que Goebbels costumava utilizar em suas falas.[11] Na ocasião Roberto Alvim disse que "a arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo, ou então não será nada", algo muito próximo à declaração de Goebbels de que "a arte alemã da próxima década será heroica, será ferrenhamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande *pathos* e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada". Quatro meses mais tarde seria a vez do próprio Jair Bolsonaro junto à ministra da Agricultura, Tereza Cristina e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado

[11] Cf. https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html.

Alceu Moreira (MDB-RS), reproduzirem um gesto supremacista ao tomarem leite simultaneamente durante uma *live*.[12] Na ocasião o presidente justificou que o ato apenas aderia ao desafio da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite) que propôs que eles gravassem vídeos tomando um copo de leite como forma de valorizar o setor leiteiro e apoiar o consumo de leite e derivados no período de pandemia do coronavírus.

E não apenas no governo Bolsonaro podemos encontrar signos que se comunicam à linguagem e estética fascista. A votação do prosseguimento de *impeachment* contra a ex-presidente Dilma Rouseff, realizada em Abril de 2016, também está repleta de elementos próprios a esse tipo de retórica. Assim como nos discursos cuidadosamente arquitetados por Goebbels, e repetidos até de modo inadvertido pelos simpatizantes de Hitler, tudo ali era histórico, único, eterno e divino e uma *ponte para o futuro*[13]: "Jamais a nação viveu os tormentos que vive no presente. A cada dia a situação se agrava, a cada hora quase 300 brasileiros perdem seu emprego. Não há nenhum canto no país em que se possa vislumbrar no rosto das pessoas algum sinal de esperança. *Não estamos julgando os muitos crimes cometidos pela presidente* Dilma Rousseff, diariamente presentes nas manchetes de jornais. Estamos a decidir o futuro de um país destroçado por uma presidente da República que, com sua arrogância, fulminou o Parlamento", dizia o Deputado Miguel Haddad (PSDB/SP). "Hoje é o dia decisivo, em que vamos escolher o

[12] Cf. https://noticiapreta.com.br/durante-live-bolsonaro-toma-copo-de-leite-simbolo-nazista-de-supremacia-racial/.

[13] Adorno (2015, p.149) salienta que "fetichizar a realidade e as relações de poder estabelecidas é o que tende, mais do que qualquer outra coisa, a induzir o indivíduo a abdicar de si mesmo e entrar na suposta onda para o futuro", mesmo que não haja qualquer conteúdo concreto no dito futuro.

Brasil que queremos daqui para frente. Pelo voto dado, seremos marcados e julgados *para sempre*. Teremos oportunidade de escolher de que forma queremos *entrar para história*. Pela porta da frente, com o *impeachment*, ou pela porta dos fundos, de mãos dadas com uma presidente que mentiu para o país e levou o país para a mais profunda crise", afirmava o Deputado Antônio Imbassahy PSBD/BA).

Theodor Adorno (2015), a partir do estudo sobre a propaganda fascista alemã e sobre como os novos radicais de direita dos Estados Unidos a partir da década de 1950 propagavam suas ideias, nos apresenta um panorama dos padrões desses discursos: Esses indivíduos "despedem grande parte de seu tempo falando sobre si mesmo e sobre suas audiências", "referem- se a si mesmos como mensageiros daquele que está por vir", "substituem os fins pelos meios", falam repetidamente sobre "este grande movimento" (p.138-9). Recorrem repetidamente a falas como: "que nós possamos demonstrar ao mundo que existem patriotas, homens e mulheres cristãos temente a Deus, que ainda estão dispostos a dar suas vidas à causa de Deus, ao lar e à pátria" (p.140). Falas que em muito se assemelham às de Jair Bolsonaro e seu séquito, expressa inclusive em seu *slogan* na campanha presidencial de 2018: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". Constantemente essas pessoas "contam histórias escandalosas, a maioria fictícias, particularmente de excessos sexuais e atrocidades", (Ibidem) algo próximo da *fake news* acerca das mamadeiras eróticas que seriam distribuídas em escolas por iniciativa do Partido dos Trabalhadores. "A indignação com a obscenidade e a crueldade nada mais é, entretanto", segundo Adorno que "a fina racionalização, propositalmente transparente, do prazer que essas histórias proporcionam ao ouvinte" (Ibidem). Um agitador

fascista da Costa Oeste estadunidense ao noticiar um falso decreto soviético legalizando a prostituição de mulheres russas diz que "ninguém verdadeiramente homem ouviria tais fatos sem sentir um frio na espinha". "A ambivalência implicada neste artifício do frio na espinha [*tinkling backbone*] é evidente" (p.141), afirma Adorno.

Outro ponto decisivo é que "a propaganda fascista ataca fantasmas [*bogies*], e não oponentes reais, ou seja, constrói um imaginário do judeu ou do comunista, separa-o em pedaços sem prestar muita atenção a como este imaginário se relaciona com a realidade", o que tem por implicação a possibilidade de maior identificação por parte do ouvinte, vez que este para "seguir" tais ideias "não tem que construir exatamente um pensamento, pois pode abandonar-se passivamente a uma corrente de palavras na qual mergulha" (Ibidem). Esse conjunto de técnicas retóricas historicamente talhadas e reproduzidas demonstra para Adorno que tais posturas não são filhas de qualquer "irracionalismo" como compreendido por Lukács (2020), são, ao contrário, frutos da própria razão que traz em seu âmago a tendência a uma "calamidade triunfal". O radicalismo de direita não deve tributo "a uma espécie de acidente genético, que possibilita o afloramento de impulsos atávicos" (KURZ, 2020, p.23). Se não se trata de uma irracionalidade do ponto de vista da constituição mesma da racionalidade ocidental, também não o é do ponto de vista puramente psíquico. Pois ainda que

> a mentalidade do agitador fascista reflita em alguma medida a confusão mental de seus possíveis seguidores, e que também seus líderes sejam eles próprios de tipo histérico ou mesmo paranoico, eles aprenderam, a partir e do exemplo enfático de Hitler, como utilizar suas próprias disposições neuróticas ou psicóticas para fins totalmente adaptados ao princípio de realidade (*realitätsgerecht*). As condições prevalecentes em nossa sociedade tendem a transformar a neurose e até mesmo a loucura moderada em

> uma mercadoria, que o doente pode facilmente vender, bastando que ele descubra que muitos outros têm uma afinidade com sua própria doença. O agitador fascista é usualmente um exímio vendedor de seus próprios defeitos psicológicos. Isso somente é possível devido a uma similaridade estrutural geral entre seguidores e líder (ADORNO, 2015, p.144).

A aparente irracionalidade loucura ou mesmo estupidez desses indivíduos comunica-se muito mais a uma espécie de ritual arquitetado precisamente para despertar identificação no expectador passivo que, ressentido, confuso e constrangido pela objetividade social, tende a encontrar na neurose e na conspiração algum nível de concretude que o preserve egoicamente de tal objetividade. Por isso os líderes dos velhos e dos novos radicais de direita "gritam e choram, lutam contra o demônio em pantomimas e tiram seus casacos ao atacarem aqueles poderes sinistros", "não conhecem inibições ao se exprimir", "violam tabus que a sociedade de classe média colocou sobre qualquer comportamento expressivo por parte do cidadão normal e realista" (Ibidem). Nessa medida, "os agitadores fascistas são tomados a sério porque arriscam a se passar por tolos". O próprio Hitler "foi aceito, não apesar de suas bizarrices baratas, mas precisamente por causa delas". E "esse caráter fictício é o elemento vital das *performances* da propaganda fascista" (Ibidem, p.145, grifos do autor). Por isso, não apenas não é ocasional como extremamente comum

> muitas pessoas com atitude religiosa falsa entre os agitadores fascistas [...]. Psicologicamente, entretanto, o que permanece da antiga religião, neutralizado e desprovido de qualquer conteúdo dogmático específico, é colocado a serviço da atitude ritualística fascista. Linguagem e formas religiosas são utilizadas para fornecer a impressão de um ritual sancionado, que é realizado por alguma "comunidade". O conteúdo religioso e político específico é substituído por algo que pode ser resumidamente denominado o *culto do existente*. [...] Ele significa explicitamente que o que é e que logo tenha estabelecido a

> sua força é também certo, é também princípio consistente a ser seguido (Ibidem, p.148, grifos do autor).

A máscara de religiosidade coligada à linguagem e à estética próprias à personalidade autoritária consonante ao radicalismo de direita, fornece precisamente aquela imagem de concretude almejada ante a dissolução das categorias fundamentais da sociedade capitalista. O medo trasmudado em ódio, por um lado ataca e aniquila tudo o que vive, por outro imputa o "eterno" – bem representado pela fé judaico-cristã – como índice de um mundo possível.

Considerações Finais

A presente elaboração apresentou de maneira sintética – como demanda o formato da publicação – alguns elementos que nos subsidia a compreensão do sentido histórico do radicalismo de direita contemporâneo personificado no bolsonarismo. Evidentemente, não foi possível aqui desdobrar de maneira pormenorizada cada um desses elementos no campo de forças que os coliga, o que não nos impediu de estabelecer alguns nexos que julgamos essenciais: em síntese, na medida em que – para nos valermos dos já mencionados termos de Horkheimer – "o fascismo fixa os resultados sociais do colapso capitalista", antigos e novos elementos do radicalismo de direita são trazidos à tona. E se, indubitavelmente, a tendência atual de colocar sob o "guarda-chuva" do fascismo os mais variados matizes de despautérios políticos e sociais não expressa mais que a própria inconsciência sobre o caráter histórico da catástrofe hodierna, isso não implica que qualquer aproximação entre o velho e o novo radicalismo de direita seja descabida. Os dois momentos da história se comunicam ao mesmo campo de referências, qual seja, o de

imposição da abstração real moderna: se outrora a imposição das categorias que a perfaz; agora a dissolução dessas categorias mesmas, sem, no entanto, abolir a forma que as demandou e constituiu historicamente. Nesse arco da história da modernização, se outrora o fascismo operou como uma espécie de parteira da democracia – como Kurz (2020) demonstrou em relação ao Estado alemão –, uma vez instaurada e transistoricizada na consciência cotidiana, a democracia mesma passou a operar como uma espécie de útero, ou de incubadora, de tendências fascistas – que se não correspondem ao fascismo clássico, compartilham com ele elementos decisivos. Por isso é, um equívoco a compreensão de que o momento atual corresponde a um retrocesso, a uma regressão, ou mesmo a uma irracionalidade. Trata-se em verdade do desdobramento histórico da racionalidade do progresso. Desdobramento esse que se se revela como neurose coletiva e idolatria da morte não deixa de se pôr também como prática racionalizada de extermínio. A dissolução do social não se dá evidentemente apenas no nível de uma subjetividade destroçada pelos mecanismos de coerção social, mas se revela, objetivamente e, no limite, na aniquilação direta da vida.

REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. *O que significa elaborar o passado*. In: _____. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *Antissemitismo e propaganda fascista*. In: ADORNO, T. W. *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015.

_____. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Unesp, 2019.

_____. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Unesp, 2020.

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2013.

ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues. *Deus e o diabo na terra do sol: crise, conservadorismo e necessidade do mal no Brasil contemporâneo*. Dissertação (mestrado) IGC/UFMG. Belo Horizonte, 2018.

CANDIDO, Antônio. Prefácio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Cidadão do mundo: o Brasil diante o Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948).* São Paulo: Perspectiva, 2010.

CATALANI, Felipe. *A decisão fascista e o mito da regressão: o Brasil à luz do mundo e vice-versa*. Blog da Boitempo, 23 jul. 2019.

_____. *Depois da meia-noite do século: Adorno e as análises do fascismo*. In: ADORNO, Theodor. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Unesp, 2020.

GOLDFARB, Michael. *Quem são os eleitores fieis a Trump?* Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37826604, 2016.

HARVEY, David. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. *Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação.* In: *Serviço Pastoral dos Migrantes. Migrações: discriminações e alternativas*. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

JAPPE, Anselm. *La societé autophage : capitalisme, démesure et autodestruction.* Paris: La Découvete, 2017.

KLEMPERER, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus*. Disponível em: http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm, 1995.

_____. *Buracos de rato para elefantes*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/01/mais!/24.html, 1996.

_____. *Schwarzbuch Kapitalismus*. Frankfurt: Eichborn Verlag AG, 1999.

_____. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. *A democracia devora seus filhos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne II – Fondmonsts d'une sociologie de la quotidienneté*. Paris: Arche, 1980.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LUKÁCS, Georg. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. Rio de Janeiro: Nova Fonteira, 1984.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2007.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENEGAT, Marildo. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofes: o giro dos ponteiros no pulso de um morto e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

MESSADIÉ, Gerald. *História geral do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia: ou Helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POSTONE, Moishe. *Antissemitismo e nacional-socialismo*. In: *Revista Sinal de Menos*, n.8, 2012.

ROICHMAN, Carlos Barreto Campello. *Faca, peixeira, canivete: uma análise da lei do feminicídio no Brasil*. In: *Revista Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 357-365, maio/ago.

SAFATLE, Vladimir. *Preparar-se para a guerra*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-20/preparar-se-para-a-guerra, 2020.

SCHOLZ, Roswhita. *O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos*. Disponível em: http://www.obeco-online.org/rst1.htm, 1992.

_____. *O ser-se supérfluo e a "angústia da classe média": o fenómeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo.* Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm, 2008.

_____. *O ódio às mulheres está novamente a aumentar*. Disponível em http://www.obecoonline.org/roswitha_scholz26.htm, 2017.

Submetido em: 29 de setembro de 2021.

Devolvido para revisão em: 16 de fevereiro de 2021.

Aprovado em: 18 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

BONIFÁCIO, F. R. O Bolsonarismo como aspecto do colapso da modernização: Apontamentos sobre a catástrofe brasileira. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 15-55, Jan.-Jun./2021.

PORTOS SECOS E A REDE LOGÍSTICA BRASILEIRA:
MEDIAÇÕES TEÓRICAS SOB A PERSPECTIVA DOS PROCESSOS ESCALARES

DRY PORTS AND THE BRAZILIAN LOGISTICS NETWORK: THEORICAL MEDIATIONS FROM THE PERSPECTIVE OF SCALAR PROCESSES

PUERTOS SECOS Y LA RED LOGÍSTICA BRASILEÑA : MEDIACIONES TEÓRICAS DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS PROCESOS ESCALARES

SAMARANE FONSECA DE SOUZA BARROS

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP) - JÚLIO DE MESQUITA FILHO

E-MAIL : S.BARROS@UNESP.BR

Resumo:
No bojo de melhorias no sistema logístico e de circulação, os portos secos surgiram no território brasileiro como alternativas a pretensa ineficiência do sistema portuário tradicional. Estes empreendimentos tiveram sua implementação a partir da década de 1990 em um movimento que associa o Estado a outras frações de capital que administram os portos secos. A década de 1990 testemunhou a abertura comercial e o advento da neoliberalização da economia e, por isso, os portos secos podem ser apreendidos nesse esteio. Sendo assim, o presente trabalho a partir do levantamento bibliográfico e de dados secundários, buscou analisar estes empreendimentos à luz dos processos escalares, salientando as rodadas neoliberais e o reescalonamento do Estado brasileiro, assim como o emparelhamento entre o local e o global que tendeu a acirrar, ainda mais, as desigualdades no país.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Sistema Logístico, Escalas Espaciais, Redes, Portos Secos.

Abstract:
In the midst of improvements in the logistics and circulation system, dry ports appeared in Brazilian territory as alternatives to the alleged inefficiency of the traditional port system. These ventures were implemented in the 1990s in a movement that associates the State with other capital fractions that manage dry ports. The 1990s witnessed the opening of trade and the advent of neoliberalization of the economy and, therefore, dry ports can be seized on this suporte. Therefore, the present paper, based on bibliographic and secondary data surveys, sought to analyze dry ports in the light of scalar processes, highlighting the neoliberal rounds and the rescaling of the Brazilian State, as well as the pairing between the local and the global that tended to further exacerbate inequalities in the country.
Keywords: Neoliberalism, Logistics System, Spatial Scales, Networks, Dry Ports.

Resumen:
En medio de mejoras en el sistema logístico y de circulación, los puertos secos aparecieron en territorio brasileño como alternativas a la supuesta ineficiencia del sistema portuario tradicional. Estos emprendimientos se implementaron en la década de los noventa en un movimiento que asocia al Estado con otras fracciones de capital que administran puertos secos. La década de 1990 fue testigo de la apertura comercial y el advenimiento de la neoliberalización de la economía y, por lo tanto, los puertos secos se pueden aprovechar de este pilar. Así, el presente estudio, basado en encuestas de datos bibliográficos y secundarios, buscó analizar estos emprendimientos a la luz de procesos escalares, destacando las rondas neoliberales y lo reescalonamiento del Estado brasileño, así como la associación entre lo local y lo global que agravó las desigualdades regionales en el país.

Palabras-clave: Neoliberalismo, Sistema Logístico, Escalas Espaciales, Redes, Puertos Secos.

Introdução[1]

Os portos secos cumprem, no território brasileiro, o papel de recintos aduaneiros localizados em zonas secundárias que são alternativas ao desembaraço, tratamento, estocagem e transporte de mercadorias destinadas a importação e exportação. Desde a década de 1990 com a sua implementação legal, tais estabelecimentos foram concebidos como locais de uso público, no entanto, sob gerência do capital privado, o que engendrou alterações na organização territorial das cargas e nas paisagens regulatórias do capitalismo no Brasil (BRANDÃO, 2017). Todavia, as transformações não suprimiram as permanências de uma velha rede logística ainda concentrada em determinadas porções do país e este será um dos pontos que o presente trabalho buscará explanar.

O principal objetivo deste texto é compreender os portos secos dentro da rede logística brasileira a partir das concepções teóricas de autores e autoras que trabalham com as escalas espaciais e os seus processos, considerando que além de envolver o aspecto relacional do espaço geográfico, a implementação dos portos secos demanda também de diversos agentes que em uma coalizão de forças corrobora com a consolidação destes estabelecimentos. Dentre esses agentes, o Estado será analisado a partir do resgate de suas estratégias para demonstrar que dentro da lógica de concorrência capitalista e de rodadas de experimentação neoliberal, ele [o Estado] é central para

[1] O presente trabalho contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Processo nº 14031/2020-4 até fevereiro de 2021. Atualmente, é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) através de bolsa de doutorado, Processo nº 2020/00231-6.

Versão preliminar deste texto foi apresentada no "XVI Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio".

a implementação desses empreendimentos e, por conseguinte, para o acirramento das desigualdades regionais do Brasil.

Para cumprir com o objetivo, recorreu-se metodologicamente ao levantamento bibliográfico e documental, além do tratamento de dados secundários referenciados ao longo do texto. Os resultados e as discussões, então, seguem divididos em outras três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte delineou as dimensões teóricas e empíricas dos portos secos, assim como as suas funções dentro do território nacional; a segunda voltou-se aos agentes e as escalas envolvidos na consolidação dos portos secos, sobremaneira, a partir de políticas de cunho neoliberal e, por fim, o terceiro segmento se debruçou sobre a relação entre circulação e espaço a partir da conformação da rede logística brasileira e da problematização dos portos secos como pontos desta rede.

Os portos secos no Brasil: noção, tema e dimensões empíricas

No bojo de melhorias nos sistemas de circulação, técnico e normativo, os portos secos surgem no Brasil para atender a pretensa ineficiência do sistema portuário, assim como para otimização dos custos de transporte e adaptação aos padrões da logística internacional. A interiorização dos estabelecimentos portuários e o crescimento do tráfego de cargas via contêineres ocasionou a interiorização e regionalização das atividades de alfândega e aduana a fim de garantir maior agilidade nos processos de distribuição das mercadorias (MONIÉ; VASCONCELOS, 2012).

Arroyo (2005, p. 227) define os portos secos como:

> Lugares especiais, de origem normativa e sujeitos a legislação específica, que têm a finalidade de fazer com que o transporte de mercadorias exportadas e importadas, fundamentalmente as acondicionadas em

> contêineres, possam seguir sem interrupções nas fronteiras, portos ou aeroportos para o controle aduaneiro. São fixos formados por armazéns, pátios para armazenagem de contêineres, câmaras frigoríficas, posto bancário, além do posto da Receita Federal e do Ministério da Saúde e da Agricultura.

Os portos secos são institucionalizados no Brasil a partir do decreto lei nº 1.910 de 1996 que os conferiu papel de estabelecimentos alfandegários de uso público operados sob regimes especiais para importações e exportações de mercadorias. A partir da década de 2000, com a instrução normativa nº 79 do ano de 2001, foram ampliados os serviços a serem desembaraçados pelos portos secos. Neste sentido, estes estabelecimentos tornaram-se boas estratégias para o comércio exterior e a nova organização territorial das cargas brasileiras.

Desde sua institucionalização em 1996 os portos secos são geridos pela iniciativa privada, sendo que grande parte das empresas que se interessam em investir neste tipo de estabelecimento já são grandes atuantes em outras frações de capital, como as empresas de transporte e logística (ARROYO, 2005) e até mesmo empresas do setor imobiliário e financeiro (CLOLS, 2015).

Os portos secos neste trabalho são qualificados como capital fixo ao passo que são incorporados no processo de produção pelas empresas privadas e corroboram com a aceleração da reprodução do capital, principalmente, por engendrar maior fluidez e porosidade territorial (ARROYO 2005; 2015).

Nesta direção, parte-se do entendimento que o capital fixo transfere seu valor para o produto de forma parcelada em diferentes períodos de produção. Harvey (2013), a partir de Karl Marx, argumenta que o capital fixo vai além do maquinário: ele engloba outros elementos presentes no processo produtivo que agregam

valor, como os navios e os portos, as ferrovias e os trens, as plantas de fábrica, armazéns etc, sendo que tais capitais irão se diferenciar pela quantidade de valor depreendida em sua concepção e pela sua durabilidade.

Ademais, é plausível apreender os portos secos como infraestruturas pertencentes a rede logística por se combinarem a outros capitais fixos que condicionam ganhos competitivos e maior mobilidade para algumas parcelas do capital, sobretudo, as produtivas.

Parte da literatura internacional também trata os portos secos como possibilidades para o sistema logístico, sendo atrelados à cadeia de transporte intermodal e, portanto, como um importante nó na rede (ROSO; LUMSDEN, 2010). Roso e Lumsden (2010) citam estudos como os de Hanappe (1986) que também designa os portos secos como centros logísticos internacionais onde há inúmeras firmas operando no mesmo lugar, assim como as pesquisas da Economic Comission for Europe (2001 *apud* ROSO; LUMSDEN, 2010) que aproxima os portos secos de um terminal de cargas.

Vandervoot e Morgan (1999 *apud* ROSO; LUMSDEN, 2010) ao se debruçarem sobre uma tentativa fracassada de instalação de um porto seco no Egito colocam que para estes estabelecimentos atingirem sucesso eles devem integrar um complexo sistema de infraestruturas, uma base legislativa e institucional bem desenvolvida e adequadamente projetada para otimizar as relações entre público e privado.

Sobre o sistema de infraestruturas e a importância da intermodalidade, Roso et al (2009) propõem que os portos secos são terminais intermodais localizados ao interior dos países com capacidade de transporte, sobremaneira, ferroviário e,

necessariamente vinculados aos portos marítimos. Segundo estes autores nos portos secos os clientes podem resolver tudo que resolveriam em um porto marítimo, como se houvesse a extensão dos portões dos portos para o interior e, consequentemente, haveria a otimização do circuito produtivo.

Ao falarem dos portos secos brasileiros, Roso e Lumsden (2010) diferem estes estabelecimentos de outros espalhados pelo mundo por não haver clareza quanto a intermodalidade adotada por estes terminais de carga e tampouco o tipo de transporte utilizado para o tráfego até os portos marítimos. No Brasil há a supremacia do modal rodoviário sobre os outros e uma malha ferroviária incipiente, o que gera uma discrepância entre os portos secos deste país para com o de outros localizados na Europa e América do Norte.

Arroyo (2005), sobre o modal rodoviário, argumenta que este é ainda a opção principal das empresas para circulação de cargas dentro do território brasileiro e até para países vizinhos, sendo as rodovias as principais conectoras das cargas para com os portos e aeroportos responsáveis pelo comércio exterior. Em contrapartida, esta autora coloca que a despeito do modal ferroviário ter sua gênese relacionada ao comércio exterior, ele é ainda pouco utilizado no Brasil.

Na década de 1990 observou-se o movimento de privatização das ferrovias brasileiras, em associação a outros projetos de infraestrutura que objetivavam a melhoria da base material de circulação, sendo que grande parte dos grupos que ganhavam as concessões das ferrovias eram ligados à exportação e utilizavam dos portos marítimos para escoamento de produção. Todavia, nem assim houve a superação das rodovias para o transporte de cargas.

Silveira (2009) também compactua com a ideia que o modal rodoviário no Brasil é o principal e mesmo em um projeto de intermodalidade este ainda será o predominante, seguido das ferrovias. Seguindo esta ideia, este autor coloca que "as conexões se darão nos principais nós dessas redes interconectadas, como estações de armazenamento de mercadorias, portos secos e/ou EADI's (Estações Aduaneiras de Interior), Centros Logísticos Integrados (...)" (SILVEIRA, 2009, p. 2).

Desta forma, o transporte de cargas por caminhões em rodovias é muito importante para o comércio exterior brasileiro e, por isso, os portos secos tendem a se localizar estrategicamente onde há o entroncamento das principais vias. Ainda, em função da intermodalidade que a logística urge, estes estabelecimentos também estão próximos a ferrovias, embora este modal não seja fundamental, como já citado.

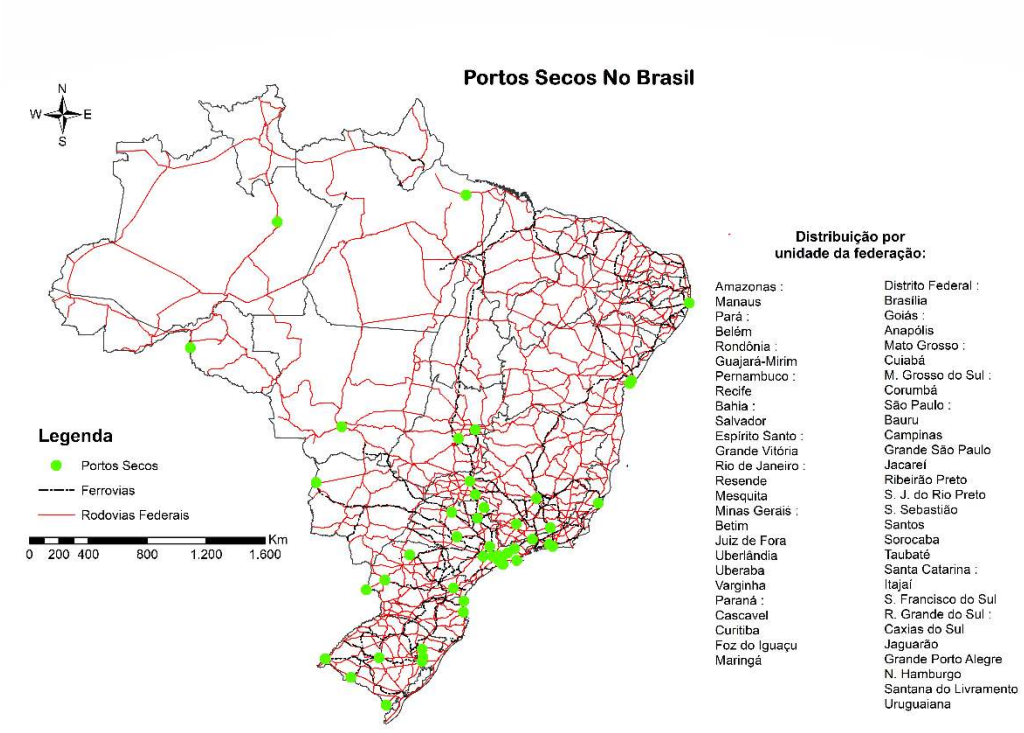
Ainda sobre a localização estratégica dos portos secos, como são empresas que gerem estes estabelecimentos eles tendem a se localizar onde é vantajoso para o capital. Nesta direção, observa-se que a localização deles, mormente, na Região Concentrada (SANTOS; SILVEIRA, 2008) salienta ainda mais as disparidades regionais do território nacional. Os empreendimentos localizam-se nesta região que é mais dinâmica e mais densa no que tange os elementos técnicos e outros capitais fixos que conformam a rede logística, como aeroportos e outros tipos de portos.

Santos (2004) propõe que a organização das cargas no território brasileiro obedece uma lógica poligonal em que grande parte da movimentação se dá entre as cidades de Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG), sendo que no interior deste polígono estão as cidades de São Paulo (SP), Santos (SP) e Campinas

(SP). Nota-se que todas essas cidades estão na Região Concentrada e são de particular interesse do capital por concentrarem vetores de modernização do território, tanto no âmbito técnico quanto no normativo, atraindo inúmeras empresas do "circuito superior da economia" (SANTOS, 1979).

A figura 1 abaixo refere-se à localização dos portos secos no Brasil que totalizam 62 em funcionamento (ABEPRA, 2015). Vale ressaltar que em algumas cidades há o funcionamento de mais de um empreendimento. É emblemático que deste montante mais de 35% dos estabelecimentos se localizem no estado de São Paulo (ABEPRA, 2015), conotando a centralidade deste estado para o transporte e distribuição das cargas no país

Figura 1 – Localização dos Portos Secos no Brasil.



Fonte – ABEPRA; DNIT; IBGE. Organização da autora.

O Estado tem papel importante na continuidade das desigualdades regionais oriundas da distribuição dos portos secos. Primeiro porque ele, no âmbito da Receita Federal e de outros órgãos relacionados ao Ministério da Fazenda e ao Comércio Exterior, define em suas diferentes instâncias a localização dos portos secos. Entra em cena, então, os governos estaduais e municipais que enfrentam verdadeiras "guerra dos lugares" (SANTOS, 1996) para abrigarem estes estabelecimentos e as suas possíveis vantagens. O Estado, pois, combinado a ação de empresas e outros agentes hegemônicos busca uma "maior eficácia mercantil" (SANTOS, 1996, p. 197) e lugares nos quais há maior possibilidade de reprodução ampliada do capital. Sabe-se que os vencedores dessa guerra são aqueles dispostos a oferecer melhores possibilidades às empresas, tanto em oportunidades criadas quanto nas preexistentes (SANTOS, 1994), ocasionando uma interação desigual entre as escalas geográficas à medida que os lugares tendem a se emparelhar cada vez às lógicas do capital global.

Um segundo ponto é a responsabilidade do Estado na provisão de infraestrutura de inúmeras formas, como sugerem Werner e Brandão (2019, p. 299):

> Seja por meio da provisão direta ou indireta, na concessão de crédito, no apoio a determinada engenharia financeira e jurídica, na sanção e na sustentação de certa expectativa de geração de fluxos, na promoção de adequada regulação etc., a ação estatal é decisiva nas mais diversas formações sociais capitalistas.

No entanto, da maneira como está concebido este mecanismo de provisão e distribuição das infraestruturas no Brasil, tem-se um quadro que é responsável por dar suporte à reprodução capitalista, fomentando "novas extrações de rendas financeiras e espaciais" e

alienando o território e a população do "bem-estar social geral da coletividade" (WERNER; BRANDÃO, 2019, p. 199).

Oliveira (1988, p. 9) já sinalizava sobre a proeminência do fundo público em realidades periféricas, tais como a brasileira, para o financiamento da acumulação de capital, sendo que "o cálculo da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível". Nesse esteio, o Estado brasileiro sempre agiu de forma conservadora no território quando ao invés de promover maior equidade perpetuou as vontades e pactos das elites que agora, cada vez mais, se alinham a outras frações de capital.

Silveira (2005), a partir de Topalov (1974), também contribui para este pensamento ao demonstrar que a modernização do território pode ser compreendida a partir da socialização capitalista quando o Estado ao investir na provisão de infraestruturas úteis ao capital hegemônico ocasiona a reprodução ampliada do capitalismo e o enriquecimento do empresariado a partir do dinheiro público e social.

Em um período de globalização e neoliberalização da economia, o modelo que se instala territorialmente atende as demandas corporativas e situa os fixos em posições estratégicas de modo que facilite os fluxos econômicos e o reordenamento do território conforme os interesses privados, acirrando a desigualdade entre "espaços que mandam" e "espaços que obedecem", assim como entre as "zonas de densidade" e "zonas de rarefação" (SANTOS, 1996; SANTOS, SILVEIRA, 2008).

Os portos secos cumprem no território nacional, destarte, o papel de novos nós em uma velha rede que tende a se estruturar de forma seletiva espacialmente e que respeita um padrão que

maximiza a reprodução capitalista ao mesmo passo que ratifica as desigualdades regionais.

Sendo os portos secos projetos implementados, principalmente, na década de 1990 e que vinculam agentes públicos, privados e frações diferentes do capital é cabível que haja o alinhamento entre eles e as rodadas neoliberais experimentadas no Brasil a partir desta época e, ainda, é possível que se estude estes empreendimentos à luz dos processos escalares.

Agentes, rodadas de experimentação neoliberal e processos escalares

A investigação acerca dos portos secos no território brasileiro levanta a necessidade de se resgatar o debate escalar, visto que por este objeto ser atrelado a diferentes redes e agentes, ele evoca a dimensão multiescalar da contemporaneidade. A articulação entre o público e o privado e entre o local e o global habita a dimensão dos processos escalares e este viés será o adotado a seguir.

As escalas vêm sendo acionadas como categoria analítica e prática que permite a compreensão relacional do espaço, trazendo à baila processos e relações de poder que pela sua natureza desigual intrínseca ao processo capitalista tensiona diferentes grupos e narrativas, fazendo com que as escalas espaciais sejam um campo em disputa. Mais do que entender e fixar conteúdos ao local, ao regional ou ao global, a atualidade urge que se entenda os processos que imbricam as multidimensionalidades do espaço geográfico. Dando robustez a este argumento, Brenner (2013, p. 201) sugere que

> Em vez de conceber a constituição escalar do capitalismo moderno – sua diferenciação entre unidades geográficas locais, regionais, nacionais, supranacionais e global – como um traço pré-estabelecido da vida social, tais

> configurações escalares são agora entendidas como arenas e produtos produzidos, contestados e, portanto, maleáveis das relações político-econômicas.

As escalas não passam de resultados temporários oriundos de diferentes processos socioespaciais e, para tanto, devem ser analisadas a partir de noções processuais ao invés de serem apreendidas como entidades fixas (SWYNGEDOUW, 1997; BRENNER, 2013). Sob esta ótica, aparecem termos próprios da gramática escalar e que serão neste artigo utilizados a fim de demonstrar que a implementação dos portos secos no Brasil perpassou pelos processos de escalonamento e reescalonamento, além de diferentes interações entre agentes e instituições diversas.

Para Brenner (2013, p. 201):

> É mais apropriado, portanto, falar no escalonamento (diferenciação escalar) e reescalonamento (rediferenciação escalar) de tipos particulares de processos sociais e formas institucionais do que falar de escalas *per se*.

A partir dos processos escalares é possível identificar os diferentes agentes que legitimam e forjam interesses a partir de interações espaciais e processos socioespaciais, isto porque conforme Brenner (2013) as escalas são resultado de diferenciação e rediferenciação vertical das relações sociais e elas só existem porque os processos sociais são escalonados. Ainda, os processos de escalonamento e reescalonamento fazem a mediação e são mediados por relações desiguais e profundamente assimétricas (SWYNGEDOUW, 1997; BRENNER, 2013) o que tensiona ainda mais as disputas sociais e políticas no/do âmbito escalar.

Os agentes vão reestruturando as suas estratégias escalares em prol do desenvolvimento capitalista, engendrando o fortalecimento de alguns em detrimento ao enfraquecimento de

outros tantos e, portanto, configurando uma geometria desigual de poderes. Os agentes, então, se reescalonam para melhorias no domínio político e econômico e isto passa, necessariamente, pelo âmbito espacial.

Dentre os agentes que tem suas estratégias reescalonadas e as suas interações espaciais reestruturadas, observa-se as mudanças do Estado brasileiro, principalmente, a partir da neoliberalização da economia. Ao contrário do que é pregado pelo *mainstream* econômico, o mercado não se mostra de maneira autossustentada e, tampouco, uniforme e equilibrado, demandando de um Estado forte e consciente como aliado para a otimização da acumulação capitalista.

Em realidades periféricas, tais como a do Brasil, observou-se que a virada neoliberal urgiu o reescalonamento do Estado e dos agentes transnacionais em uma movimentação simultânea que parte tanto do local para o global quanto vice-versa (SWYNGEDOUW, 1997; 2004). Entretanto, tem-se que o "discurso do neoliberalismo privilegia as relações verticais e hierárquicas da inter-relação global-local" e realoca o Estado em diferentes níveis de hierarquização, "(...) culminando em uma reconstituição completa das relações entre Estado, mercado e formas de governar (...)" (WERNER, 2019, p. 7-8).

Nesse ínterim, pode-se afirmar que os portos secos se alinham as estratégias de reescalonamento do Estado brasileiro ao passo que demonstram o interesse em melhorias no sistema de circulação e ganhos competitivos frente a economia globalizada e, ainda, demandam de uma coalizão de forças para a sua implementação.

O setor de logística e infraestrutura foi um dos mais afetados pelo Estado brasileiro nas rodadas de neoliberalização iniciadas na década de 1990, principalmente, através de alguns mecanismos, como os de concessão, que auxiliaram na reconfiguração de paisagens

regulatórias do capitalismo (BRANDÃO, 2017). Conforme Brandão (2017, p. 39) a "neoliberalização é um processo sempre incompleto, contraditório, contestado e complexo de experimentações sociopolíticoespaciais" e, por isso, demanda de constantes mudanças regulatórias e novos contornos institucionais ao longo da conjuntura.

A chave explicativa que associa estrutura e conjuntura pode aqui ser acionada para compreensão da implementação dos portos secos no Brasil: o Estado, frente ao tempo conjuntural da década de 1990, permitiu a interiorização de estabelecimentos aduaneiros geridos pelo capital privado que, por sua vez, buscou se adaptar a uma frente cada vez mais competitiva da globalização estruturante e estrutural.

Brandão (2017) reconhece três rodadas de neoliberalização experimentadas pelo Brasil em apenas 20 anos, a saber: a primeira com o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a segunda com os Governos Luís Inácio Lula da Silva e logo após Dilma Roussef (2003-2015) e a terceira a partir do Governo de Michel Temer (2016- ...).

O primeiro *round* foi de ataque e desmantelamento das instituições públicas e de abertura comercial e financeira em que foi possível reconhecer o controle corporativo do território a partir das privatizações e concessões que significaram, por seu turno, um aprofundamento do país na busca por suas vantagens competitivas e orientações macroestratégicas por "*commodities* e sua correspondente infraestrutura de logística" (BRANDÃO, 2017, p. 44).

Neste período, os portos secos puderam ser alinhados às novas estratégias do Estado por atender os gargalos econômicos das regiões produtoras e se portar como uma inovação técnica e normativa que servia, mormente, aos imperativos do mercado. Ainda

neste período, foi possível identificar um aprofundamento das desigualdades regionais, principalmente, por essa rodada ter sido mediada por interesses macroeconômicos que resultaram no descompasso entre os investimentos públicos e privados, além de alienar os interesses de níveis locais (BRANDÃO 2017).

A segunda rodada de neoliberalização iniciada no Governo Luís Inácio Lula da Silva também demonstrou a disseminação da concorrência mercantil como racionalidade política global (DARDOT; LAVAL, 2016). Em uma lógica de *Roll-Out*[2] cuja tática envolvia a mescla da conformação de mercados com o ganho de direitos sociais, a rodada transformou o Brasil em uma arena de valorização internacional e, para tanto, precisou investir na capacidade produtiva e nos sistemas infraestruturais de suporte à circulação capitalista (BRANDÃO, 2017).

Para as políticas dos portos secos, durante este período, constatou-se mais um movimento de reescalonamento estatal em direção ao alinhamento com as políticas de mercado. A partir da medida provisória nº 320 de 2006 ficou instituída uma nova modalidade aduaneira conhecida como Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (CLIA) que liberalizou ainda mais o setor ao transferir unicamente à iniciativa privada a possibilidade de criação de recintos alfandegários, sendo que até então cabia a Receita Federal, em associação a outros órgãos, a determinação da localização destes empreendimentos.

[2] De acordo com Brandão (2017, p. 40) a rodada de neoliberalização em que predomina o *Roll-Out* é marcada por "rerregulação, fundado na institucionalização política mais concertada do neoliberalismo", permanecendo "uma incursão e implementação regulatória que garanta modos de conformação mais mediados aos mercados".

Os projetos de CLIA são derivados dos portos secos e, portanto, corroboram com as estratégias locacionais deles e, dentre as empresas que os gerem, também estão presentes capitais de grandes empresas relacionadas a outras frentes de investimento (PENHA, 2009). A medida provisória nº 320 durou apenas seis meses, porém, foi o suficiente para construir no território brasileiro novas paisagens regulatórias que contribuíram para a fluidez capitalista.

Por fim, a terceira rodada de neoliberalização iniciada de forma antidemocrática com o golpe em 2016 teve como pressuposto "a aceleração do aprofundamento da neoliberalização" (BRANDÃO, 2017, p. 52) e foi baseada em um ataque incisivo aos direitos sociais conquistados nos últimos anos. Neste momento, observou-se ainda mais a entrega do território à iniciativa privada e o acirramento de uma produção capitalista do espaço com base em concessões e outros mecanismos. O lançamento de diversas Medidas Provisórias instituiu, por exemplo, o Programa de Parcerias de Investimento (PPI) para abertura de ainda mais espaços privados e outros marcos que permitiram que o capital entrasse com ainda mais força no setor de infraestrutura e logística.

Todos estes pontos convergem com a ideia de Brenner (2013, p. 206) de que há uma reestruturação multiescalar dos papéis do Estado ao passo que "os arranjos escalares nacionalizados estão sendo desestabilizados" face as condições atuais que propõem novos arranjos institucionais que ressignificam todos os níveis espaciais. Neste sentido, os agentes hegemônicos atuam "em quase todas as direções e entre os vários níveis da sociedade" (BRENNER, 2013, p. 206). Portanto, a escala nacional de regulamentação e organização

política foi reestruturada em consonância as estratégias de reescalonamento que surgem para

> (...) resolver tendências de crise, para administrar problemas regulatórios, para recompor relações de poder, e/ou para estabelecer novas bases geográficas para o desenvolvimento capitalista e para a governança político-econômica" (BRENNER, 2013, p. 206).

Neste artigo as rodadas de neoliberalização foram elencadas por demonstrarem o caráter (multi)escalonado do capitalismo, ao passo que ele [o capitalismo] atrela inúmeras frentes e agentes e reestrutura interações espaciais em diversas escalas.

Sobre isso, Theodore, Peck e Brenner (2009) sugerem que o neoliberalismo é um fenômeno multiescalar em pelo menos dois sentidos, a saber: i) na reconstituição de relações em escalas distintas e entre agentes institucionais e econômicos, como o Estado e o capital financeiro e; ii) na substituição de lógicas regulatórias redistributivas por lógicas competitivas globais que de maneira desigual transferem os riscos e as responsabilidades aos atores e jurisdições locais. E, por causa destes enunciados, o neoliberalismo explora e produz diferenciações socioespaciais que elevam a máxima do desenvolvimento desigual a uma faceta co-dependente do processo de neoliberalização (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009).

O imperativo da governança capitalista e a difusão da concorrência global marcam a implementação dos portos secos no Brasil. Tais fatores associados às práticas conservadoras do Estado no que diz respeito aos investimentos em infraestrutura e logística consolidam uma rede em que a maior concentração de nós continua a dar suporte para a reprodução ampliada do capital. A produção capitalista do espaço sob a égide de imposições globais ocasiona uma assimetria entre as práticas locais e os agentes hegemônicos cuja

lógica dominante é a do uso corporativo e espoliativo dos territórios (TEIXEIRA, 2018).

Os portos secos alinham-se às inovações técnicas e normativas que a estrutura globalizante demanda, respondendo as práticas espaciais que envolvem diferentes agentes e espacialidades e, ainda, acentuando a diferenciação socioespacial que é um dos predicados do marco neoliberal, principalmente, em realidades periféricas.

Abaixo os portos secos serão problematizados como nós na rede logística e nos sistemas de circulação brasileiro, corroborando com o argumento de que há um emparelhamento do local para com o global e o acirramento das desigualdades regionais brasileiras.

Circulação e espaço: os portos secos como nós na rede logística

A circulação se encontra no centro do modo de produção vigente e tem sua importância ainda mais salientada quando na atualidade os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais aumentaram significativamente. Blanco (2015) chama a atenção, porém, para o fato de todos os fluxos serem associados a uma materialidade, em muito, canalizada em redes no espaço.

Nesta direção, tem-se então os portos secos como nós nas redes de circulação do território o que revela, como já citado, a articulação de escalas e a seletividade espacial. A circulação, por sua vez, imbrica inúmeras redes técnicas que alimentam o sistema logístico e servem para fomentar, no capitalismo globalizado, a abertura de novas fronteiras econômicas e a articulação entre diferentes economias nacionais.

Blanco (2015, p. 19) propõe que as redes técnicas, por si, já apresentam diversas escalas articuladas, como, *"las redes de*

capilaridad que alimentan redes troncales de circulación o los esquemas multimodales desarrollados por la logística". A partir deste exemplo, presume-se que a logística e outros aparatos técnicos e normativos engendram maior fluidez e porosidade territorial (ARROYO, 2015) e são predicados importantes para o capitalismo cada vez mais competitivo.

Concorda-se com Arroyo (2015, p. 47, **grifos meus**):

> No capitalismo, as condições de circulação são tão importantes quanto as condições de produção; daí as pressões e as disputas para a existência e eficácia das redes técnicas quando as empresas decidem estabelecer-se num lugar. **A necessidade de criação de uma base material – sistemas de engenharia vinculados aos transportes e às comunicações – para viabilizar os fluxos de mercadorias tem sido coberta, historicamente, sobretudo pelos governos. Essa ação também tem garantido a implantação de uma base normativa para regular a adaptação do comércio às condições internacionais que se encontram em permanente mudança**. Assim a fluidez e a porosidade territorial adquirem novas qualidades e novas espessuras a cada período histórico.

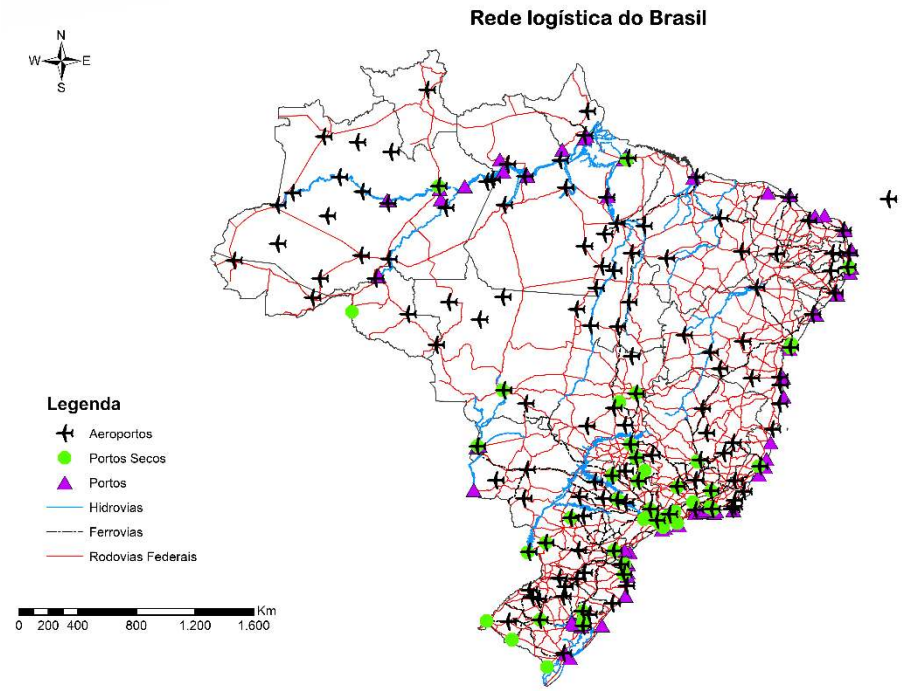
A partir do excerto anterior, problematiza-se que os portos secos são capitais fixos que assumem o papel de inovações técnicas e também de marcos regulatórios para os processos alfandegários, por isso, são nós importantes para a rede logística no território brasileiro. Vale colocar que neste trabalho a rede logística está sendo tratada como uma rede síntese que reúne os fixos produtivos (ARROYO, 2015), em seus pontos e vias, que compõem a base material e normativa e criam as devidas condições para a circulação de mercadorias e pessoas.

É válido resgatar a necessidade da unicidade técnica demandada pela economia globalizada, como Santos (1994; 1996) apresenta. Para este autor, no entanto, a unicidade técnica é fruto de

práticas hegemônicas e, por isso, se apresenta como uma força invasora em realidades periféricas à medida que ocasiona uma profunda diferenciação ao introduzir canais e redes em alguns territórios em detrimentos a outros.

Sob à luz do caso brasileiro, tem-se que a rede logística é mais densa em algumas porções do território brasileiro, como a figura 2 demonstra.

Figura 2 – Rede logística brasileira.



Fonte – ABREPRA; DNIT; IBGE. Organização da autora.

Em função de uma organização eficiente e para diminuir possíveis gargalos econômicos, observa-se que o padrão reticular visa apreender funções como captação, distribuição, transmissão e controle, sendo que a trajetória das redes transborda poucas externalidades para as suas margens (ALMEIDA, 1994). Tem-se,

portanto, uma distribuição desigual dos elementos e infraestruturas relacionadas à logística e à fluidez pelo território, revelando certa seletividade.

Silveira (2015, p. 63) argumenta que "a logística e as infraestruturas de transporte e armazenamento também conduzem a estruturação do espaço geoeconômico ao condicionar padrões de organização do território e a localização de atividades". No caso do Brasil, a distribuição dos equipamentos atrelados à rede logística obedece ao padrão já espacialmente concentrado, levando apenas algumas regiões a gozarem de possíveis efeitos multiplicadores [de produtividade e renda] que estes setores podem promover (SILVEIRA, 2015).

Brandão (2013) reconhece alguns pressupostos para a implementação destes equipamentos e infraestruturas no Brasil: privilegia-se áreas onde já são consolidadas atividades agroexportadoras e industriais e há a promoção de áreas consideradas atrativas pela iniciativa privada, sendo a dinâmica territorial subordinada à determinações multiescalares.

Em outras palavras, a provisão destes equipamentos, em muito, obedece aos imperativos do mercado, ratificando o padrão espacialmente concentrado e as desigualdades regionais. Sabe-se ainda que "(...) a cada aceleração, o número de 'lentos' se multiplica, contribuindo para o despontar de uma economia moderna fundada mais numa arquitetura de redes do que numa Geografia de todo o espaço" (SILVEIRA, 2005, p. 187).

Monte-Mór e Linhares (2009, p. 153) também argumentam que a seletividade espacial na implementação das condições gerais de produção e circulação contribui com a ampliação das desigualdades regionais brasileiras:

> [A] concentração dos investimentos de capital, da infraestrutura social e da presença hegemônica das condições gerais de produção em alguns pontos do espaço em detrimento de outros; o que finda por ratificar a concentração espacial dos meios de produção, circulação e consumo, e das atividades econômicas como um todo, significando, portanto, uma concentração espacial das oportunidades de desenvolvimento.

Tem-se então que o investimento em infraestrutura e logística é voltado às escalas gerais de produção e para subsidiar e oferecer melhores condições de circulação para algumas parcelas do capital, cumprindo papel importante nas máquinas de crescimento regional por ampliar seus horizontes espaciais (WERNER; BRANDÃO, 2019).

Neste ínterim, a logística, ao otimizar e tornar mais eficiente os circuitos produtivos, contribui para ganhos competitivos de uma dada área e, por isso, transforma o espaço geográfico através de ações corporativas e estatais (SILVEIRA, 2015). Estas medidas contribuem para o uso corporativo e espoliativo do território à medida que a iniciativa privada e os interesses do capital hegemônico sobressaem mais do que medidas totalizantes de uma logística de Estado voltada à produção social do espaço.

O Estado, enquanto principal provedor de infraestruturas e de melhorias na base material, ao se aproximar de experimentações neoliberais, como já visto, voltou todos os seus investimentos para as estratégias mercadológicas, por exemplo, o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) lançado no Governo Lula e que tinha como uma das pautas as infraestruturas. O PAC, dentre outros objetivos, visava transformar o Brasil em uma arena de investimentos privados, em uma fase *Roll-Out* do neoliberalismo que visava reestruturar o que havia sido desmantelado na rodada anterior de *Roll-Back* (BRANDÃO, 2017).

Sobre o PAC, Braz (2007, p. 51) afirma que o Estado visava garantir as condições externas para a produção e acumulação capitalista através das infraestruturas, "atuando diretamente na sua viabilização ou, indiretamente, como financiador da mesma".

O Estado em associação ao capital privado, portanto, buscam a "coerência estruturada" (HARVEY, 2013) para o subsídio da produção e a possibilidade da circulação sem precedentes. Nesta direção, inovações como os portos secos apresentam certa centralidade por diminuir o tempo de desembaraço das mercadorias e, consequentemente, o tempo de rotação do capital.

As mudanças conjunturais do capitalismo e o reescalonamento do Estado brasileiro tornaram tênue a linha entre esta instituição e o mercado. Da mesma forma, as novas demandas da globalização emparelham os locais às determinações multiescalares em um jogo hierárquico de forças, resultando em diferenciações e desigualdades no âmbito das regiões brasileiras.

Considerações finais

Enquanto inovação técnica e normativa, os portos secos surgem no território nacional com o intuito de superar algumas barreiras espaciais, gargalos econômicos e otimizar a circulação do capital. Em outras palavras, a implementação destes empreendimentos visa solucionar supostos problemas do sistema portuário tradicional, sendo novos capitais fixos componentes da rede logística. Porém, o que se constatou foi um acirramento nos usos corporativos e espoliativos do território ao passo que a provisão destes serviços se alinhou às medidas neoliberais experimentadas pelo Governo brasileiro.

Ademais, a implementação e consolidação dos portos secos na Região Concentrada do país ratificou a seletividade espacial e os interesses de mercado, acentuando as desigualdades regionais que já são marcas da formação socioespacial brasileira. Então, no escopo da rede logística, os portos secos se comportam como novos nós de um velho sistema que revela os traços conservadores do Estado brasileiro quanto à provisão de infraestrutura.

Os portos secos cumprem o papel de aumentar a fluidez e porosidade territorial pelas suas características técnicas e normativas. No entanto, à medida que torna uma dada área do país mais competitiva frente a economia globalizada, aumenta a imobilidade de outras áreas e corrobora com a desarticulação e fragmentação do território nacional.

As desigualdades são predicados da acumulação capitalista e são ainda mais relevadas sob a égide do neoliberalismo. Desde a década de 1990, constatou-se movimentações do Estado brasileiro na direção de atribuir à escala nacional traços da governança capitalista. Neste artigo, foram resgatados os momentos de experimentações neoliberais e, foi possível observar o reescalonamento do Estado brasileiro ao passo dele mediar os processos espaciais sob a ótica dos interesses do capital privado, ora desmantelando políticas públicas, ora reconstruindo o país para torna-lo uma arena de investimentos.

Os imperativos do mercado global e da governança capitalista corroboraram com modificações nos sistemas de circulação e na rede logística brasileira, transferindo responsabilidades e prejuízos às menores escalas. A logística de mercado, a partir de investimentos estatais, subsidia a acumulação sem precedentes e aliena, cada vez mais, os atores sociais que não gozam dos benefícios desse processo.

A perspectiva multiescalar é intrínseca a rede logística, visto que além de ela englobar e interligar os espaços e as paisagens regulatórias do capitalismo (BRANDÃO, 2017), a rede demanda para o seu pleno funcionamento de uma série de forças e agentes que tem ações escalonadas, modificando e ressignificando escalas preexistentes e forjando novas escalas que coadjuvam no crescimento econômico e desenham uma geometria hierárquica e desigual de poderes.

Referências

ABEPRA. Associação Brasileira de Empresas Operadoras de Regimes Aduaneiros. *Portos Secos e Clias 2015*. Disponível em <https://abepra.org.br/>. Acesso em 08-2020.

ALMEIDA, M. W. *Reestruturação, internacionalização e mudanças institucionais das telecomunicações*: lições das experiências internacionais para o caso brasileiro. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ARROYO, M. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA, M. L. (Org.) *Continente em chamas:* globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 209-242. 2005.

_____. Redes e circulação no uso e controle do território. In: ARROYO, M.; CRUZ, R. C. A. (Orgs) *Território e circulação:* a dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume Editora, pp 37-49, 2015.

BLANCO, J. Territorio, circulación y redes: articulaciones y tensiones. In: ARROYO, M.; CRUZ, R. C. A. (Orgs) *Território e circulação:* a dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume Editora, pp. 15-36. 2015.

BRANDÃO, C. A. Território, Estado e políticas públicas espaciais. Prefácio. In: STEINBERGER, M. (Org). *Território, Estado e políticas públicas espaciais*. Brasília: Ler Editora, 2013.

_____. Espaços estatais dos processos de neoliberalização e as recentes reestruturações regulatórias na Escala Nacional do Brasil. In: SUERTEGARY, D. M; SILVA, C. A.; PIRES, C. L. Z.; PAULA, C. Q. (Orgs.) *Geografia e Conjuntura Brasileira*. Rio de Janeiro: Consequência, pp. 35-58, 2017.

BRASIL. Decreto Lei nº 1910, de 21 de maio de 1996. Define para os Portos Secos o papel de recinto alfandegado de uso público, instalado na zona secundária e operando sob regimes aduaneiros especiais. *Diário Oficial da União***.** Brasília/DF, 22 de maio, 1996.

_____. Instrução Normativa nº 79, de 11 de outubro de 2001. Favorece pequenos e médios empresários do setor aduaneiro à ampliação de serviços agregados. *Diário Oficial da União.* Brasília/DF, 12 de outubro, 2001.

_____. Medida provisória nº 320, de 24 de agosto de 2006. Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros, altera a legislação aduaneira e dá outras providências. *Diário Oficial da União.* Brasília/DF, 24 de agosto de 2006.

BRAZ, M. O PAC e o Serviço Social: crescimento para quê e para quem? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 28, n. 91, 2007.

BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. *GEOUSP - Espaço e Tempo.* São Paulo, n. 33, pp. 198-220, 2013.

CLOLS, L. F. Logística y reestructuración metropolitana en el área de Barcelona. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universitat de Barcelona***,** Vol XIX, nº523, 2015.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. *Os limites do capital.* São Paulo: Boitempo. 2013.

MONIÉ, F.; VASCONCELOS, F. N. Evolução das redes entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de

diferenciação. *CONFINS – Revista Franco-Brasileira de Geografia.* N. 15, 2012.

MONTE-MÓR, R. L.; LINHARES, L. Urbanização extensiva: expressões no Brasil. In: REIS, N. G. (Org). *Sobre dispersão urbana.* São Paulo: Via das Artes. Pp. 147-169, 2009.

OLIVEIRA, F. O surgimento do anti-valor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos estudos Cebrap.* São Paulo, N. 22, pp. 08-28, 1988.

PENHA, L. F. R. Os centros logísticos e industriais aduaneiros e a integração territorial no estado de São Paulo. *GEOUSP – Espaço e Tempo.* Edição Especial, pp. 143-158. 2009.

ROSO, V. WOXENIUS, J.; LUMDSEN, K. The dry port concept: connecting container seaports with the hinterland. *Journal of Transport Geograph.* V. 17, N. 5, pp. 338-345, 2009.

ROSO, V.; LUMDSEN, K. A review of dry ports. *Maritime Economics & Logistcs.* V. 12, N. 2, pp. 196-213, 2010.

SANTOS, E. C. *Diretrizes de planejamento estratégico de uso e ocupação do solo urbano para portos secos.* Tese (Doutorado em Engenharia de Transportes). São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana de países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *A natureza do espaço*: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVEIRA, M. L. Argentina: do desencantamento da modernidade à força dos lugares. In: _____ (Org.) *Continente em chamas*: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Pp. 177-207. 2005.

SILVEIRA, M. R. Logística, sistemas de movimento, fluxos econômicos e interações espaciais no território paulista: uma abordagem para a Geografia do transporte e circulação. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universitat de Barcelona.*V. XIII, N. 283, pp. 1-23, 2009.

_____. Circulação, transportes, logística e a dinâmica capitalista: alguns apontamentos sobre as recentes reestruturações no Brasil. In: ARROYO, M.; CRUZ, R. C. A. (Orgs). *Território e circulação*: a dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume Editora, pp. 51-73. 2015.

SWYNGEDOUW, E. Neither Global Nor Local: 'Glocalization' and the Politics of Scale . In: *Spaces of Globalization*: Reasserting the Power of the Local. New York/ London: Guilford/Longman. Pp. 137-166. 1997.

_____. Globalisation or Glocalisation? Networks, Territories and Rescaling. *Cambrigde Review of International Affairs.* V. 17, N. 1, 2004.

TEIXEIRA, S. H. O. *Planejamento, informação e circulação*: as concessões dos aeroportos brasileiros e os usos corporativos do território. Tese (Doutorado em Geografia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018.

THEODORE, N.; PECK, J.; BRENNER, N. Urbanismo Neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. *Sur Corporación de Estudios Sociales y Educación, Temas Sociales.* N. 66, 2009.

WERNER, D. As reformas neoliberais do setor elétrico brasileiro à luz do referencial teórico das escalas espaciais. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. V. XXIV, N. 1265, pp. 1-30, 2019.

WERNER, D.; BRANDÃO, C. A. Infraestrutura e produção social do espaço: anotações sobre suas principais mediações teóricas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.* V. 15, N. 5, pp. 287-301, 2019.

Submetido em: 20 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 29 de setembro de 2021.

Aprovado em: 15 de outubro de 2021.

Como citar este artigo:

BARROS, S. F. de S. Portos secos e a rede logística brasileira: mediações teóricas sob a perspectiva dos processos escalares. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 56-85, Jan.-Jun./2021.

PERCURSO TEÓRICO DAS ABORDAGENS EM GEOGRAFIA CULTURAL

THEORETICAL PATH OF APPROACHES IN CULTURAL GEOGRAPHY

EL CAMINO TEÓRICO DE LOS ENFOQUES EN GEOGRAFÍA CULTURAL

Alex Nunes Silva
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
E-mail:

Jucélia Maria Rocha Oliveira
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
E-mail:
jucelia_oliveira90@hotmail.com

Resumo:
O presente trabalho discute o contexto histórico da Geografia Cultural, do século XX até os dias atuais. Esse ramo da Geografia vem ganhando importância ao longo dos séculos, contribuindo de modo significativo para o entendimento das relações que os sujeitos desenvolvem com o seu meio, ou seja, o espaço. Para isso, a Geografia Cultural passou por um processo de renovação, deixando de lado uma visão limitada a qual analisava a relação do homem com a paisagem, consolidando-se por meio de um debate mais amplo, em que a cultura é analisada não apenas do ponto de vista material, mas também imaterial. Dessa forma, utiliza-se como metodologia um amplo estudo a partir de referências nacionais e internacionais. Nesse sentido, leva-se em consideração tanto as práticas espaciais materiais, como também as simbólicas, em que as práticas cotidianas dos sujeitos, suas identidades e territorialidades vem ganhando cada vez mais destaque nos estudos e pesquisas da Geografia Cultural.

Palavras-chave: Geografia Cultural, Identidade, Renovação.

Abstract:
The current paper discusses about the historical context of Cultural Geography, from the 20th Century to nowadays. This Geography field is getting importance through the centuries, contributing in a significant way to the knowledge of the relations that a specific group develop with his/her space. For that, Cultural Geography came through a renewal process, leaving aside a limited view in which analysed the relation between man with the landscape, consolidating through an extensive debate, in which the culture is analysed not only through the material view, but also immaterial. Therefore, it is used as methodology a huge study from national to international references. In this way, it is taking into consideration the special and material practices, but also the symbolic view, in which the daily practices of the analysed population, his/her identities and territorialities is getting more and more emphasis in studies and researches in Cultural Geography.

Keywords: Cultural Geography, Identity, Renew.

Resumen:
El presente artículo trata sobre el contexto histórico de la Geografía Cultural, desde el siglo XX al día de hoy. Este campo de la Geografía está cobrando importancia a lo largo de los siglos, contribuyendo de manera significativa al conocimiento de las relaciones que un grupo específico desarrolla con el espacio. Para eso, la Geografía Cultural pasó por un proceso de renovación, dejando de lado una mirada limitada en la que se analizaba la relación del hombre con el paisaje, consolidándose luego de un amplio debate, otra en la que se analiza la cultura no solo a través de la mirada material, sino también inmaterial. Así, se utiliza como metodología un amplio estudio desde referencias nacionales hasta internacionales. De esta manera, se están tomando en consideración, no sólo las prácticas especiales y materiales, sino también la mirada simbólica, en la que las prácticas cotidianas de la población analizada, sus identidades y territorialidades cobran cada vez más protagonismo en los estudios e investigaciones de Geografía Cultural.

Palabras-clave: Geografía Cultural, Identidad, Renovación.

Introdução

É notório o quão a Geografia Cultural tem evoluído ao longo do tempo, ao longo de mais de um século, envolvendo diferentes atores, como grupos religiosos, étnicos, sexuais, nos seus respectivos espaços culturais de pertencimento, tais como santuários, igrejas, guetos, casas noturnas, revelando-se como fundamental para a compreensão da dinâmica que envolve a relação entre esses sujeitos com seus espaços identitários.

As abordagens em Geografia Cultural são datadas há mais de cem anos. Teve como um dos grandes precursores o geógrafo estadunidense Carl Sauer, originário da Escola de Berkeley, na Califórnia, "que também se deixou influenciar profundamente por geógrafos alemães, como Hettner, e pela chamada escola histórico-cultural" (ANDRADE, 2008, p. 124). Já para McDowell (1995), os interesses dos estudos de Sauer consistiam em compreender a maneira como os homens imprimiam suas marcas na paisagem através de suas atividades e seus assentamentos. Contudo, as ideias de Sauer se destacaram até aproximadamente os anos 1960, quando esse campo de estudo – empírico – passou a ser criticado, devido a sua ideia limitada de cultura.

Entre os anos de 1970 e 1980, até os dias atuais, a Geografia Cultural passa por processos de renovação, sabendo, portanto, fazer-se das críticas recebidas. Surgem, daí, novas possibilidades de análises empíricas, bem como amplia-se a abordagem teórica e metodológica. De tal modo, significado e contexto passam a ser compreendidas como palavras-chave de tais estudos, sendo essas as novas roupagens da Geografia Cultural. Destaca-se que, os ares de renovação, serão enfatizados no decorrer deste artigo.

A paisagem deixa de ser a única categoria de análise privilegiada. Território e lugar são categorias que, por ora, passam a ser abordadas no que tange às leituras das múltiplas relações que ligam o homem ao mundo – um mundo afetivo, conflituoso, colaborativo, globalizado – enfim, cultural.

Nesse sentido, este artigo teve como procedimento metodológico a busca por referências nacionais e estrangeiras no que tange os estudos em Geografia Cultural ou áreas correlatas, tais como: Andrade (2008); Berdoulay (2012); Bonnemaison (2012); Claval (1997, 2003, 2012); Corrêa (2003, 2009); Cosgrove e Jackson (2003, 2009); Crang (1998); Haesbaert (2013); Holzer (2016); Le Bossé (2012); Lowenthal (1961); McDowell (1994, 1995); Rosendahl (2012, 2013); Sauer (2003); Tuan (1983); Wagner e Mikesell (2003). Tais referências foram fundamentais para elaborar um traçado histórico e atual, envolvendo as suas origens, principais pensadores e escolas de pensamento, bem como a partir de uma perspectiva renovada, com abordagens que despontam, principalmente, entre os anos de 1970 e 1980, refletindo ainda sobre como este conhecimento adentra na geografia brasileira, no início dos anos 1980.

Portanto, este texto traz à luz possibilidades teóricas e metodológicas em que geógrafos e não-geógrafos podem utilizar como futuras abordagens empíricas. É ainda de suma importância para àqueles que desejam aprofundar os conhecimentos nesse ramo da Geografia. Ademais, cabe salientar que temas sensíveis, como conflitos de gênero, raça, orientação sexual, dentre outros, estão ganhando cada vez mais maior notoriedade na Geografia Cultural. Cabe aos geógrafos aceitarem mais esse desafio contemporâneo necessário para as comunidades culturais e para o próprio

fortalecimento da Geografia que estuda, engloba e abraça os diferentes sujeitos nos seus espaços de (sobre)vivência.

Sendo assim, o presente trabalho encontra-se organizado em uma primeira parte sobre uma abordagem histórica em Geografia Cultural; na segunda apresenta-se a Geografia Cultural e suas fases e pensamentos e na terceira discute-se a respeito da Geografia Cultural sob uma perspectiva renovada.

Abordagem cultural em geografia: algumas explanações

Os estudos que sistematizaram a Geografia Cultural datam o fim do século XIX e início do século XX. Àquela época, destacava-se a paisagem como elemento espacial cultural de maior interesse por parte das pesquisas. Para Corrêa e Rosendahl (2003), tais estudos tiveram como precursor, no ante 2ª guerra mundial, Carl Sauer, integrante da Escola de Berkeley, que abordava a paisagem pelos seus aspectos naturais e destacava certa centralidade ao homem como agente modelador das formas espaciais.

Sauer (2003) defende a tese de que o geógrafo deveria saber bem definir a matéria que observava. O autor assim menciona: "a Geografia Cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica" (SAUER, 2003, p. 22).

A visão de Geografia Cultural, empregada por Sauer, ajuda assim a compreender, inicialmente, os rumos conceituais desenhados a partir de então neste campo de pesquisas geográficas. A teoria de Sauer valoriza "a observação direta de campo baseada na técnica de análise morfológica desenvolvida em primeiro lugar na Geografia Física" (SAUER, 2003, p. 25). Nesta empreitada, o homem,

considerado um agente geomorfológico racional, ainda era pouco interpretado acerca dos simbolismos de suas ações.

É assim, por meio desse caráter naturalista dado à paisagem, que Sauer analisa a ação cultural humana, a partir das formas geográficas como o homem, variavelmente, tira proveito da terra. Para o referido autor, "a Geografia Cultural implica, portanto, um programa que está integrado com o objetivo geral da Geografia, isto é, um entendimento da diferenciação da Terra em áreas" (SAUER, 2003, p. 25). Esquematicamente, segundo as ideias sauerianas, a paisagem natural é transformada pelo trabalho humano e passa a ser entendida como paisagem cultural, sendo esta última uma forma simbólica espacial, denunciadora de parte da identidade dos homens, que lhes deram vida e magnitude geográfica.

Conforme apontam Rosendahl e Corrêa (2013), a Geografia Cultural, ao longo desses mais de cem anos de contribuição ao exame geográfico, apresentou dois caminhos destacáveis do ponto de vista teórico-metodológico: o primeiro diz respeito ao que se chama de Geografia Cultural tradicional, um campo que transparece as noções ventiladas pela Escola Berkeley, de relevante tradição saueriana; o segundo, reconhecido como nova Geografia Cultural, em que, a partir da década de 1970, foram introduzidas novas abordagens e temas, inovadores para a época.

A saber, dentre essas duas fases, a Geografia Cultural acabou representando certa fragilidade teórica. Para Corrêa e Rosendahl (2003), no pós-Segunda Guerra Mundial, as transformações vividas pelo mundo nas esferas social e cultural requeriam muitas respostas dos cientistas. Na Geografia Cultural, assim como em outras ciências, um reexame das bases de ideias foi

necessário não só para revitalização das pesquisas afins, como também representou sua manutenção no seio científico-geográfico. O novo momento exigia aproximação com outros campos de estudo da Geografia, bem como com outras ciências sociais.

Neste contexto, Corrêa e Rosendahl (2003) apontam que a antologia *Readings in Cultural Geography*, lançada em 1962 pelos autores Wagner e Mikesell, dá uma espécie de sobrevida à Geografia Cultural. Na obra, cinco temas são privilegiados: cultura, paisagem cultural, áreas culturais, história da cultura e ecologia cultural. Desdobrados desses temas, Corrêa e Rosendahl destacam ainda:

> Estudos sobre limites, contatos e mudanças culturais, difusão espacial, migrações, língua, religião, dieta alimentar, gênero de vida, nome dos lugares, tipos de casas, *habitat* rural, domesticação de plantas e animais, sistemas agrícolas, regiões agrícolas, diversidade e unidade regional e impactos ambientais devido à ação humana (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p.10-11).

De fato, com o processo de evolução conceitual, as bases tradicionais da Geografia Cultural passam a ser criticadas. Para Corrêa e Rosendahl (2003), as críticas se acentuam como o falecimento de Carl Sauer. Desse modo, a Geografia Cultural é questionada pela ausência de abordagens críticas e por não priorizar questões relacionadas às dinâmicas econômicas e sociais de ambientes urbanos.

Segundo os críticos, a Geografia Cultural deveria responder às inquietações do *novo mundo*, devendo assim, se desprender das análises exclusivas que faziam de espaços rurais, no qual "os estudos focalizavam espacialmente sociedades tradicionais, pouco

reportando-se às sociedades urbano-industriais" (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p. 10).

Outra forte crítica residia no fato de que a perspectiva de Sauer entendia a cultura como uma força além do homem. Nesse sentido:

> A cultura era, assim, concebida como algo exterior aos indivíduos de um dado grupo social; sua internalização se faz por mecanismo de condicionamento, gerador de hábitos, entendidos como cultura (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p.11).

Cosgrove e Jackson (2003) citam que a "nova" Geografia Cultural se debruça em compreender fatos históricos e contemporâneos contextualizados e respaldados na teoria, sendo, portanto, propostos novos olhares sobre a empiria. O entendimento que se passa a ter a respeito da paisagem parece lhe atribuir alma. A forma dá margem à leitura dos significados. O mundo pesquisado, para os referidos, é:

> Contemporânea e histórica [...]; social e espacial [...]; urbano e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência. Para essa "nova" Geografia a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e construída (COSGROVE; JACKSON, 2003, p. 136).

Cumpre salientar que, para tanto, a Geografia Cultural sofre influência da fenomenologia e do materialismo cultural. Raymond Williams é um dos nomes notáveis em termos dessa influência. As humanidades e a Geografia Social também contribuíram efetivamente neste cenário. Tais contribuições levam o

geógrafo cultural a ter um olhar mais crítico, no que diz respeito a temáticas envolvendo aspectos de resistência ou hegemonia de determinados agentes espaciais pelo poder simbólico ou material de dado território.

Chega-se, com efeito, a um momento no qual a "a cultura pode sempre ser representada como uma construção social e politicamente contestada" (COSGROVE; JACKSON, 2003, p.142). A Geografia Cultural se revela como plural, crítica, e com muito a desenvolver em termos de pesquisa.

Nesse sentido, McDowell (1995) nos lembra de que definir o termo cultura não é tarefa fácil dada a sua complexidade. Cultura não é algo homogêneo, é algo inerente aos indivíduos e a cada grupo social que estabelece seus modos de vida, suas visões de mundo e, assim, fazem a vida acontecer. Se é a cultura algo inerente, certamente pode haver situações de conflito entre as *verdades* dadas pelos indivíduos e grupos, sobretudo pela falta de habilidade em reconhecer determinados comportamentos enquanto representações do outro.

Como a cultura está relacionada com a noção de poder, McDowell (1995, p.161) afirma que "determinados grupos na sociedade tentam impor sua definição de cultura e outros grupos a contestam". Numa tentativa de conceituação de cultura, a autora em tela assim se coloca, ela é:

> Um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma às ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses

> conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço (MCDOWELL, 1995, p. 161).

Por sua vez, Cosgrove (2003) defende que o termo cultura é amplo, não podendo ser reduzido a um único significado. Contudo, para o referido autor, o termo é empregado para caracterizar aspectos do *ser social* relacionados ao trabalho e à consciência, ou seja, aquilo que move o *eu* enquanto ser, alguém detentor de uma ou várias identidades.

O conceito de cultura em Geografia tem como origem a antropologia. Como afirma Ziegenfus e Le Bossé (2012, p. 114), Sauer e seus discípulos tinham como inspiração *"a sister social science – anthropology*"[1]. Desse modo, conforme prosseguem os autores, *"Sauer's approach was to study the landscape to understand how humans had modified the natural setting to suit their needs"*[2].

A relação entre cultura e a Geografia, "está assentada em uma base geográfica" (WAGNER; MIKESELL, 2003, p. 29). É nessa base geográfica, delimitada, que os agentes espaciais ocupam, vivem, trabalham, atribuindo significado a partir dos símbolos (i)materiais da comunicação, transformando o espaço pelas técnicas adquiridas ao longo do tempo.

Para Bonnemaison (2012), a cultura se define como uma representação simbólica do real, uma *visão de mundo*, que se dá através da relação entre o homem com o espaço. Já para Berdoulay (2012), a imbricação entre o espaço e a cultura ocorre uma vez

[1] Uma ciência irmã – antropologia (Tradução do original).

[2] O alcance de Sauer era estudar a paisagem para entender como os humanos tinham modificado o ambiente natural para satisfazer as necessidades deles (Tradução do original).

mediada pelos grupos culturais que imprimem no espaço conformações de paisagens e de territórios que caracterizam os seres que eles são.

Claval (1997, p. 96) menciona que a cultura "resulta de um processo de construção sem fim, levado a cabo pelos indivíduos". Para o referido autor, é através da acumulação de *know how,* isto é, de todos os saberes, práticas, hábitos, habilidades, dentre outros conhecimentos, adquiridos ao longo da vida, amparado por aqueles que cercam e fazem o indivíduo, que o homem aprende a se comunicar, a interagir, a ter e a se fazer experiência de vida.

Cultura também é resistência. Os agentes espaciais que se opõem a uma ideia de cultura centralizada, unilateral, podem criar mecanismos para resistir e propor outros modos de compreender o mundo – discorre-se sobre as chamadas *subculturas*. Tais subculturas são fortemente carregadas de símbolos, representando assim a própria identidade sociocultural, atribuindo valor e significado às suas existências.

Ratificando: tais subculturas se revelam nos grupos ou indivíduos que não se identificam com os modelos dominantes de manutenção da sociedade. Ademais, as subculturas também podem ser observadas mediante posicionamentos extremistas e de ordens similares. Um dos casos emblemáticos diz respeito à contrariedade de determinada parcela da população mundial frente aos ideários ocidentais de vida.

Retornando a discussão para a Escola de Berkeley, é válido destacar novamente que o conceito de cultura foi tema de intenso debate naquele seio intelectual. Corrêa (2009) declara que tal efervescência se dava por conta da visão abrangente que se tinha

sobre cultura. *Cultura era tudo e parecia não ser nada*, tinha caráter de uma entidade supraorgânica.

No tocante a Geografia Cultural renovada, o conceito de cultura é apresentado de modo mais refinado, abrangendo os significados espaciais criados pela imaginação criativa do homem. Daí então, Cosgrove e Jackson (2003) fazem reconhecer a paisagem e o lugar como instâncias significativas para a problematização da cultura nos estudos geográficos, atribuindo ao mundo material aspectos poderosos do mundo simbólico.

Nesse sentido, o lugar revela uma "amplitude da experiência ou conhecimento. A experiência pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos", [...] em que "uma pessoa pode conhecer um lugar tanto do modo íntimo como conceitual" (TUAN, 1983, p. 6-7).

Além da paisagem e do lugar, o território também é mais uma categoria de abordagem para a cultura em Geografia:

> Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, "vivido", que "simboliza" uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo, e, em tese, mais abstrato, como o do Estado-nação (HAESBAERT, 2013, p. 238).

Desse modo, ainda de acordo com o autor supracitado, o território é visto como um referencial concreto, em que os símbolos (i)materiais se fixam, criando assim uma identidade territorial.

Há ainda o aspecto da difusão da cultura por meio do território, conforme Wagner e 'Mikesell (2003) mencionam. Quando

os agentes espaciais se deslocam, levam consigo seus saberes, seus costumes, formando assim novos territórios culturais.

Geografia cultural: abordagens iniciais

A Geografia Cultural como escola de pensamento surgiu no início do século XX, em 1925, a partir dos estudos de Carl Sauer, na Escola de Berkeley, Califórnia, tendo como foco o estudo da paisagem e sua modificação pelo homem.

Apesar da importância da contribuição da Escola de Berkeley, legítima até os dias atuais, as críticas ao Sauer foram inúmeras. O conceito de cultura respondia pelas críticas mais ferrenhas, bem como se questionava bastante porque a Geografia Cultural não tratava de espaços e paisagens consideradas *modernas* do ponto de vista metodológico. Com a obra de Wagner e Miksell, lançada em 1962, este campo do conhecimento geográfico ganha ares de renovação.

É importante ressaltar que, antes da Escola de Berkeley, a cultura era trabalhada pelas principais escolas de pensamento, merecendo alusão nesse trabalho. Dentre as escolas de pensamento, destacam-se a alemã, a francesa e a norte-americana. Foi na Alemanha onde os estudos em Geografia começaram a se institucionalizar.

Dentre eles, Ratzel, um naturalista, lecionou Geografia em universidades alemãs. O destaque nos estudos desta escola era a paisagem, em que se "estuda a presença de traços culturais [...], o recuo da floresta e de outras formações naturais diante do machado

dos cultivadores e das queimadas repetitivas dos criadores de gado" (CLAVAL, 1997, p. 91-92).

Ratzel também é o criador do tempo *Antropogeografia,* oriundo dos seus estudos desenvolvidos nos Estados Unidos que resultaram na sua tese de doutoramento, a respeito da migração de chineses ao estado norte-americano da Califórnia. Para Ziegenfus e Le Bossé (2012, p. 113), a *antropogeografia "describe his studies of human societies, their distribution on the planet, and their relationships with the physical world"*[3].

Ressaltamos que a escola francesa possui uma maior proximidade com os estudos culturais, também contribuindo significativamente para o desenvolvimento da abordagem cultural em Geografia no início do século XX.

A abordagem cultural em Geografia leva em consideração um conjunto de elementos que são trabalhados pela cultura. Claval (2003, p. 163) os menciona: "gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know how,* conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidade sempre mutáveis". A partir da internalização e reprodução desses elementos pelos agentes espaciais, que ocorre ao longo da vida, através do aprendizado e da observação, o indivíduo passa a atribuir sentido à sua vida e à relação com o ambiente no qual está inserido. O existir é fruto das experiências passadas e dos "horizontes futuros" (CLAVAL, 2003, p. 163).

Dentre os pensadores da escola francesa, mencionamos Vidal de La Blache e Deffontaines. Para Claval (2003, p. 149), na

[3] Descreve os estudos dele das sociedades humanas, as suas distribuições no planeta e as suas relações com o mundo físico (Tradução do original).

visão de La Blache, "a Geografia devia analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente onde moravam", o que, necessariamente implicaria na consideração dos elementos culturais.

Ainda segundo Claval (2003, p. 149), "Vidal de La Blache nunca falou de cultura, mas a ideia de cultura tinha um lugar central na sua concepção da disciplina". Nesse sentido, Claval (2003) afirma que o gênero de vida, isto é, as formas como o homem se adapta ao meio, através de técnicas, deu um tom cultural aos estudos de La Blache, ao se compreender o modo como se dá a relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Outro pensador francês de destaque é Pierre Deffontaines. Para Claval (2003, p. 153), Deffontaines tinha "um grande interesse pelo folclore e pela etnografia rural das regiões e países onde morou e trabalhou". Dentre os países em que Deffontaines viveu, foi o Brasil. Claval (2012, p. 12) menciona que "a Geografia praticada por Pierre Deffontaines é cultural. Os artigos que ele redige na época de sua estadia no Brasil demonstram isso. Deffontaines questiona, por exemplo, a origem das cidades brasileiras", envolvendo questões relacionadas à paisagem e cultura.

A escola norte-americana sofreu influência direta da escola alemã, tendo como maior pensador Carl Sauer, tendo grande influência no início do século XX. Para Sauer (2003, p. 23) "o desenvolvimento da Geografia Cultural procede necessariamente da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente".

Entendemos que, para se compreender a cultura de um determinado grupo, seguindo as ideias de Sauer, far-se-ão necessários uma caracterização dos elementos morfológicos do

espaço analisado, pois de acordo com o autor, é na terra onde o homem expressa o seu aproveitamento, seus interesses; é ali onde estão suas marcas que, em determinada época, registrou e fixou a sua passagem e permanência, levando o pesquisador a buscar dados históricos, com o intuito de elaborar uma cronologia para se desvendar "as sucessões de cultura que ocorrem numa área" (SAUER, 2003, p. 25).

Nesse sentido, na visão de Sauer, "a cultura é definida em termos amplos, abrangendo, entre outros, costumes, crenças, hábitos, habilidades, técnicas, leis, artes, linguagem, gestos e moral, mas especificamente as manifestações materiais" (CORRÊA; ROSENDAHL, 2012, p. 8).

De acordo com Zanatta (2017), as abordagens em Geografia Cultural, até a década de 1940, revelavam o escopo limitante sobre as abordagens culturais em Geografia, tendo a paisagem ou à noção de gênero de vida como focos principais, enaltecendo aspectos materiais, tais como técnicas, instrumentos de trabalho, artefatos, dentre outros, não acompanhando à evolução teórica-metodológica que já se manifestava, tendo seu auge a partir da década de 1970.

Em meados da referida década, os *novos* geógrafos culturais passaram a atribuir novas significações a esse campo de estudo, a partir de uma abordagem mais crítica e mais abrangente, indo além do conceito paisagem. Tais aspectos serão aprofundados no tópico seguinte.

Nesse sentido, a Geografia Cultural chega ao Brasil tardiamente, no início dos anos 1990, fase da *nova* Geografia Cultural. Há um consenso entre os geógrafos culturais de que esse campo do conhecimento geográfico demorou a ser reconhecido pela

Geografia brasileira. O modo como era proposto o tratamento empírico, por exemplo, gerava críticas, bem como a visão reduzida da compreensão da paisagem, que acabava por valorizar aspectos naturais e, em muito, apurados a partir de realidades rurais.

Em 1993, a Geografia Cultural brasileira ganha expressividade com a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura – NEPEC, no Departamento de Geografia da UERJ, tendo como grande precursora a Professora Zeny Rosendahl.

Nesse núcleo criou-se o Simpósio Internacional sobre Espaço e Cultura e o periódico Espaço e Cultura, ambos com mais de vinte anos, com o intuito de revelar novas temáticas da cultura na Geografia, além de difundir tal conhecimento por um vasto país e repleto de manifestações espaço-culturais, permitindo, assim, a problematização de várias possibilidades de abordagem.

A geografia cultural sob uma perspectiva renovada

De acordo com Corrêa e Rosendahl (2003), a renovação da Geografia Cultural ocorreu a partir da década de 1970, sendo mais expressivo na década de 1980. McDowell (1994) aponta dois autores responsáveis pela "nova" Geografia Cultural: Raymond Williams e Stuart Hall. Ainda de acordo com a autora, a *nova* fase da Geografia Cultural é dividida em duas teorias: o materialismo cultural e a escola de paisagem.

Seguindo o raciocínio de McDowell (1994), Williams criou a teoria do materialismo cultural. Essa teoria tem como análise a classe trabalhadora das cidades e das indústrias, localizadas em vilas no Reino Unido, entre os anos de 1950 e 1970, tendo como

campo de discussão as relações (ou a falta dela) entre esses agentes espaciais e a cultura do consumo crescente, trazendo à tona o *American way of life*.

A segunda teoria, a escola de paisagem, traz novas abordagens no que diz respeito ao conceito de paisagem. Nesse sentido, para McDowell (1994, p. 161), *"landscapes are not only constructed, they are also perceived through representations of ideal visions in painting and poetry, as well as in scientific discourse and academic writing"*.[4]

É importante destacar a participação de outros autores no processo de renovação da Geografia Cultural. De acordo com Holzer (2016), David Lowenthal é um dos principais nomes no surgimento da Geografia Humanista, na década de 1960. Tal segmento foi de fundamental importância para promover a contraposição ao fortalecimento da Geografia Analítica, unindo, dessa forma, a Geografia Cultural e Histórica, pois, de acordo com o autor supracitado (2016), Lowenthal considerava a Geografia em suas múltiplas diversidades, pela aproximação com o mundo vivido cotidianamente pelos sujeitos, a partir de suas diferentes visões.

Nesse sentido:

> Cada imagem e ideia acerca do mundo é composta, então, da experiência pessoal, do aprendizado, da imaginação e da memória. Os lugares em que vivemos, aqueles que visitamos ou percorremos, os mundos sobre os quais lemos ou vemos em trabalhos artísticos, e os domínios da imaginação e da fantasia, contribuem, cada um, para as nossas

[4] Paisagens não são somente construídas, elas também são percebidas através de representações de visões ideais na pintura e poesia, também como no discurso científico e escrita acadêmica (Tradução do original).

> imagens da natureza e do homem (LOWENTHAL, 1961, p. 260).

Ainda de acordo com Holzer (2016), as abordagens de Lowenthal aproximavam-se das de Tuan, em que a memória é um elemento fundamental na compreensão da experiência dos sujeitos, do lugar onde vivem, produzem..., ou seja, fazem a vida acontecer, e a experiência, que "implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência" (TUAN, 1983, p. 10). Assim, "o que começa com espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (TUAN, 1983, p. 6).

Ademais, autores como Cosgrove e Jackson também contribuíram para formação da *nova* Geografia Cultural. Tomando por referência os referidos autores (2003), os mesmos relatam que a paisagem ganha novos direcionamentos. Novos campos empíricos de análise passam a ser trabalhadas pela Geografia Cultural. Nesse sentido, assim mencionam a respeito da *nova* Geografia Cultural:

> Contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência: Para essa "nova" Geografia a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída (COSGROVE; JACKSON, 2003, p. 136).

Ainda de acordo com Cosgrove e Jackson (2003), os estudos em Geografia Cultural, amparado por autores como Hall, Williams, Berger, ganham abordagens com o intuito de resistência: "os trabalhos refletem acerca das várias estratégias de resistência desenvolvidas por grupos subordinados para contestar a hegemonia

daqueles que detém o poder" (COSGROVE; JACKSON, 2003, p. 141). Novos conceitos de análise geográfica também passam a ser trabalhadas pela Geografia Cultural, como lugar e região, ampliando o leque de abordagens culturais.

Desse modo, Crang (1998, p. 60) menciona que "*much recent work in cultural geography has been on the constitution of identities*"[5]. Ainda para o autor, a definição de identidade é uma tarefa difícil, dada a sua complexidade. As pessoas se diferem uma das outras de diversas maneiras, mas o que há em comum entre elas é o que forma os grupos identitários, sendo grupos sociais que lutam pelas suas respectivas causas, como por exemplo, movimentos feministas, negros, LGBTs, dentre outros. Tais representações podem ser encontradas em obras que trabalham esses tópicos relacionados à Geografia Cultural, como: "Reflexões sobre Geografia e Homoerotismo: Representações e Territorialidades" (COSTA, 2008); "Identidades Territoriais" (HAESBAERT, 2013); "Os santuários como lugares de construção do sagrado e da memória hierofânica: esboço de uma tipologia" (SANTOS, 2012).

Os estudos em Geografia Cultural têm se pautado em abordar questões relacionadas aos aspectos espaciais materiais e simbólicos, fazendo resgatar a noção de geossímbolo proposta por Bonnemaison (2012), compreendido como um conjunto de elementos (i)materiais que ajudam a reforçar a identidade e o pertencimento a um grupo ou a um lugar em questão.

[5] Muito dos trabalhos recentes feitos na Geografia Cultural têm sido na constituição de identidades (Tradução do original).

Dentre essas *novas* abordagens em Geografia Cultural – a Geografia da Religião – trabalhado de maneira demasiada pela Profª Drª Zeny Rosendahl, como observado em Rosendahl (2013):

> A religião, na perspectiva da Geografia Cultural, possui como foco os conceitos de sagrado e profano. [...]. Focaliza-os a partir de um tipo particular de hierocracia – o poder do sagrado –, que se manifesta espacialmente por uma organização territorial. Ao reconhecer a instituição religiosa como agente modelar do espaço, torna-se necessário considerar a forma e a intensidade do poder desse agente (ROSENDAHL, 2013, p. 174).

Questões identitárias também se fazem presente nos novos estudos culturais em Geografia. Tais questionamentos são extensos, assim como os campos de estudos empíricos: marchas, paradas, procissões e festas diversas. Geógrafos culturais estão interessados no entendimento da identidade de um grupo, associado ao lugar, ou território que estão inseridos, às suas origens, suas crenças, aos seus saberes e ao que move tais conhecimentos.

Conclusão

Nesse ínterim, para fins de aprofundamento teórico, considerou-se necessário ventilar reflexões alinhadas com a abordagem cultural em Geografia e, para tanto, apresentando um quadro que intencionou mostrar a evolução do campo de estudos em Geografia Cultural, que já conta com mais de um século de contribuição ao conhecimento das práticas espaciais de homens e mulheres. A saber, a cultura demorou a ser compreendida como uma categoria de análise abordada na Geografia. As resistências foram

diversas. Contudo, a cultura estava presente de modo indireto nos estudos de Geografia.

No que tange aos estudos em Geografia Humana, os ditos estudos de Geografia Cultural se expandiram e foram influenciados, sobretudo, pelas escolas norte-americana, alemã e francesa. Nos Estados Unidos, a escola de Berkeley encetou ganhos expressivos a partir do estudo da morfologia da paisagem, creditando ao homem o papel de agente modelador. Os espaços rurais, tidos como *lócus* do tradicional, eram os espaços privilegiados de investigação. Em seu turno, a escola de Berkeley desenrolou os seus investimentos teórico-metodológicos principalmente a partir do século XX, tendo como um dos representantes o geógrafo Carl Sauer.

Dada a limitação das abordagens da referida escola, tal direcionamento teórico-analítico não conseguiu angariar um grande número de geógrafos, fato esse refletido, por exemplo, nos anos de 1950 e 1960, por ser considerada uma ciência demasiadamente empírica e que pouco aprofundava o conceito de cultura. À época, à busca era por uma Geografia de resultados práticos, *imediatos*, afinal, o mundo vivia o pós-segunda guerra mundial, período no qual em que parecia que as respostas rápidas eram extremamente necessárias à reconstrução dos países.

Na década de 1960, com a introdução da obra *Readings in Cultural Geography,* dá-se o início de novas abordagens em Geografia Cultural. Desse modo, nas décadas de 1970 e 1980, novos temas surgem a este campo de estudos, ao que se reconhece um novo momento dado pela "virada cultural", vivido e debatido em escala global (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

É a partir da chamada "virada cultural", com a introdução de novas temáticas à Geografia Cultural, que hoje é possível desenvolver estudos com abordagens plurais em Geografia. Os guetos, as praças, os botecos, dentre outros pontos do meio urbano, são locais nos quais os grupos culturais se reúnem para manifestar seus modos de vida. Diz respeito a centralidades espaciais pelas quais a Geografia Cultural tem se debruçado com mais ênfase, preocupada em revelar as práticas cotidianas que modelam os fixos e fluxos urbanos, as paisagens e os territórios e territorialidades da cidade.

Nesse sentido, o conceito de cultura é vasto e complexo e se desenvolve mediante as críticas ensejadas ao longo do tempo e dos anseios humano-sociais. Assim, cabe ao pesquisador proceder com as escolhas teóricas na condução de suas investigações.

Referências

ANDRADE, M. C. Geografia: Ciência da Sociedade. Recife: Editora UFPE, 2008.

BERDOULAY, V. Espaço e Cultura. IN: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: uma antologia. Volume I. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CLAVAL, P. As abordagens da Geografia Cultural. IN: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z.

Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A Geografia Cultural no Brasil. IN: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. Visões do Brasil: Estudos Culturais em Geografia [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 11-25. ISBN 978-85-232-1238-4. Disponível em: http://books.scielo.org/id/8pk8p/pdf/barthe-9788523212384-02.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, R. L. Sobre a Geografia Cultural. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: http://ihgrgs.org.br/artigos/contibuicoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf. Acesso em 25 de maio de 2021.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: problemas da teoria. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, B. P. Reflexões sobre Geografia e Homoerotismo: Representações e Territorialidades. IN: SERPA, A. Espaços Culturais: Vivências, Imaginações e Representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

CRANG, M. Cultural Geography. London and New York: Routledge, 1998.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: uma antologia. Volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

HOLZER, W. A Geografia Humanista: Sua Trajetória 1950-1990. Londrina: EDUEL, 2016.

LOWENTHAL, D. Geography, Experience, and Imagination: Towards a Geographical epistemology. Annals of the Association of American Geographers, v.51. n.3, 1961, p.241-60.

McDOWELL, L. The transformation of Cultural Geography. IN: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. Human Geography: Society, Space and Social Science. London: Palgrave, 1994.

_____. A transformação da Geografia Cultural. IN: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: uma antologia. Volume I. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

_____. Geografia Cultural: uma antologia. Volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ROSENDAHL, Z. Território e Territorialidade: uma proposta geográfica para o estudo da Religião. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: uma antologia. Volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

SANTOS, M. G. M. P. Os santuários como lugares de construção do sagrado e da memória hierofânica: esboço de uma tipologia. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: uma antologia. Vol. II. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TUAN, YI-FU. Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da Geografia Cultural. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ZANATTA, B. A abordagem cultural na Geografia. Revista Temporis[ação] (ISSN 2317-5516), v. 9, n. 1, p. 224-235, 9 mar. 2017.

ZIEGENFUS, R. C.; LE BOSSÉ, M. Cultural/ Human Geography. IN: STOLTMAN, J. P. 21st Century Geography: a reference handbook. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington: Sage Publications, 2012.

Submetido em: 15 de setembro de 2021.

Devolvido para revisão em: 13 de outubro de 2021.

Aprovado em: 11 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

SILVA, A. N.; OLIVEIRA, J. M. R. Percurso teórico das abordagens em Geografia Cultural. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 86-111, Jan.-Jun./2021.

A GEOGRAFIA BRASILEIRA E MICHEL FOUCAULT

BRAZILIAN GEOGRAPHY AND MICHEL FOUCAULT

LA GEOGRAFIA BRASILEÑA Y MICHEL FOUCAULT

Aldo Luiz Fernandes Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

E-mail: aldofernand3@yahoo.com.br

Resumo:
O pensamento do filósofo Michel Foucault tem se reafirmado como importante referencial no Brasil, com reverberações sobre pensamento geográfico. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o pensamento foucaultiano e a geografia a partir das influências nas interpretações dos temas de pesquisa e por meio de desdobramentos sobre os próprios conceitos básicos da ciência geográfica. Adotou-se como metodologia um levantamento da produção bibliográfica dos geógrafos brasileiros em que é possível identificar, com clareza, uma certa força analítica e interpretativa das noções conceituais foucaultianas, como poder, governamentalidade, biopolítica, biopoder, heterotopia e outras. Os temas de pesquisa identificados na geografia foram agrupados em função da sua relação direta com essas noções. Dessa forma, foi possível traçar um quadro exploratório da relação entre o pensamento de Foucault e a geografia brasileira. Por fim, tentou-se identificar como as "teorias" e as noções foucaultianas foram desdobradas, ressignificando, inclusive, conceitos e teorias da geografia. Preliminarmente é possível afirmar que o pensamento de Foucault impactou bastante a geografia brasileira como referencial para interpretação de temas de pesquisa variados e inovadores, assim como contribuiu para ressignificar as próprias noções geográficas, em particular a noção de território.

Palavras-chave: Geografia; Michel Foucault; Saber geográfico; Território.

Abstract:
Philosopher Michel Foucault's Thought has been reaffirmed as an important reference in Brazil, with reverberations on Geographical Thought. The aim of this research is to analyze the relationship between Foucault's Thought and Geography from the influences on the interpretations of research themes and through developments on the very basic concepts of geographic science. A survey of the bibliographic production of Brazilian geographers was adopted as a methodology, in which it is possible to clearly identify a certain analytical and interpretive force of Foucault's conceptual notions such as power, governmentality, biopolitics, biopower, heterotopia and others. The research themes identified in geography were grouped according to their direct relationship with these notions. Thus, it was possible to elaborate an exploratory chart on the relationship between Foucault's Thought and Brazilian geography. Finally, an attempt was made to identify how Foucault's "theories" and notions were unfolded, reframing concepts and theories of geography. Hence, on a preliminary basis, it is possible to affirm that Foucault's Thought had a great impact on Brazilian geography as a reference for the interpretation of varied and innovative research themes, as well as contributing to reframe the geographical notions themselves, in particular the notion of territory.

Keywords: Geography; Michel Foucault; Geographical Thought; Territory.

Resumen:
El pensamiento del filósofo Michel Foucault se ha reafirmado como un referente importante en Brasil, con reverberaciones sobre el pensamiento geográfico. El objetivo es analizar la relación entre el pensamiento de Foucault y la geografía a partir de las influencias en las interpretaciones de los temas de investigación y a través de desarrollos sobre los conceptos más básicos de la ciencia geográfica. Se adoptó como metodología un relevamiento de la producción bibliográfica de geógrafos brasileños, en el cual es posible identificar claramente una fuerza analítica e interpretativa de nociones conceptuales de Foucault, como poder, gubernamentalidad, biopolítica, heterotropía, entre otras. Los temas identificados en geografía se agruparon según su relación directa con estas nociones. De esta manera, fue posible elaborar un cuadro exploratorio de la relación entre el pensamiento de Foucault y la geografía brasileña. Finalmente, se intentó identificar cómo se desarrollaron las "teorías" y nociones de Foucault, reinterpretando incluso conceptos y teorías geográficas. De manera preliminar, es posible afirmar que el

pensamiento de Foucault impactó mucho a la geografía brasileña como referente para la interpretación de variados e innovadores temas de investigación, además de contribuir a resignificar las propias nociones geográficas, en particular la noción de territorio.

Palabras-clave: Geografia; Michel Foucault; Saber Geográfico; Territorio.

Introdução

Em 1987, em uma coletânea de textos intitulada *Foucault Vivo* (TRONCA, 1987), foi realizado um balanço das influências do filósofo francês sobre o pensamento social brasileiro. O último artigo, intitulado *Foucault e a Geografia*, assinado por Antônio Carlos Robert Moraes, é um balanço exploratório sobre as influências do pensamento de Michel Foucault no movimento de renovação do pensamento geográfico, particularmente em sua vertente denominada geografia crítica, mais próxima do marxismo. Hoje, passados mais de 30 anos da publicação desse texto, que indicação pode-se fazer sobre a questão do efeito do pensamento de Michel Foucault na geografia brasileira, ou melhor, nos geógrafos brasileiros? Como os geógrafos do Brasil acompanharam a rápida difusão das ideias de Foucault e como se apropriaram delas nos diversos campos da ciência humanas e sociais nas últimas décadas no país? Existe, no Brasil, uma geografia foucaultiana?

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o pensamento foucaultiano e a geografia brasileira, seja a partir das influências nas interpretações dos temas de pesquisa geográfica, seja por meio de desdobramentos sobre os próprios conceitos básicos da geografia. Trata-se de um texto exploratório que tem o propósito de realizar um levantamento (não exaustivo) do uso e da apropriação das "teorias" e das noções conceituas foucaultianas feitas pelos

geógrafos brasileiros em suas agendas de pesquisas e em suas preocupações com uma leitura alternativa da realidade brasileira. De fato, diante das dificuldades e dos apontamentos das insuficiências dos paradigmas clássicos e da geografia crítica marxista, as possibilidades teóricas e metodológicas têm se diversificado no território epistemológico da geografia brasileira. Hoje, pelo menos na geografia humana, pode-se localizar uma geografia fenomenológica-humanística, uma aproximação com o pós-estruturalismo anglo-saxônico e, inclusive, o esboço de uma geografia descolonial.

Nesse sentido, no plano metodológico, realizou-se um levantamento da produção bibliográfica dos geógrafos brasileiros em que é possível identificar, com clareza, uma certa força analítica e interpretativa das noções conceituais foucaultianas, como poder, governamentalidade, biopolítica, biopoder, heterotopia, espaço e outras. Os temas de pesquisa identificados em livros, artigos, teses e dissertações de geógrafos brasileiros foram agrupados em função da sua relação direta com essas noções conceituais. Dessa forma, foi possível traçar um quadro exploratório, uma perspectiva da relação entre o pensamento de Foucault e a geografia brasileira.

Por fim, tentou-se identificar como as "teorias" e as noções foucaultianas foram desdobradas, ressignificando, inclusive, conceitos e teorias da geografia humana. Diante da força do pensamento de Michel Foucault nas ciências humanas e sociais — e, em particular, diante da ampliação dos usos das noções foucaultianas nas pesquisas geográficas — esse trabalho se inscreve em um esforço modesto de situar a relação entre Foucault e geografia, e, ao mesmo tempo, alertar para a necessidade de fortalecer esse campo de pesquisa mais relacionado à história do pensamento e da

epistemologia do saber geográfico, que teve, no grande geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, um expoente.

Panorama sobre o pensamento de Michel Foucault na geografia brasileira

Hoje, indubitavelmente, é possível afirmar que as ciências humanas e as ciências sociais foram todas afetadas, em maior ou menor grau, pelos desdobramentos do pensamento de Foucault. Contribuiu para isso, sem dúvida, a tradução para o português e a publicação de quase todos os livros e cursos do filósofo. Seminários e outros eventos são e foram realizados para debater as ideias foucaultianas pelas mais diversas áreas de conhecimento. As pesquisas no campo da educação utilizam, vigorosamente, como referência, o pensamento de Foucault (AQUINO, 2013). Outro campo bastante afetado, como afirmação ou como negação, foi a História após as críticas ao estruturalismo e ao historicismo (RAGO, 1993, 1995). Na Psicologia brasileira (FERREIRA NETO et al, 2017), o pensamento do filósofo também seria sentido. No chamado pensamento pós-estruturalista (WILLIAMS, 2012), a referência a Michel Foucault é obrigatória.

Nos textos *Espaço e poder* (Paul Claval, 1979), *Por uma Geografia do poder* (Claude Raffestin, 1993), *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra* (Yves Lacoste, 2012) e *Human Territoriality* (SACK, 1986) a relação entre a espacialidade e o poder é o eixo principal do debate. Nessas obras, a noção de poder relacional está explicitada, existindo, portanto, uma clara aproximação e certo embasamento nas análises foucaultianas de poder. Considerando que, ainda hoje, são textos muito explorados na geografia brasileira, certamente, a apropriação e o uso das teorias do

poder feitas por Michel Foucault sobre a relação entre espaço e poder impactou, consideravelmente, a formação de muito geógrafos e suas pesquisas, como aquelas relacionadas ao desenvolvimento da noção de território. Esse é um exemplo de influência difusa do pensamento do filósofo francês no pensamento dos geógrafos do Brasil.

O debate pós-moderno ou pós-estruturalistas foi introduzido com mais abrangência na geografia brasileira a partir da tradução das obras *Condição Pós-Moderna* (HARVEY, 1992) e *Geografias Pós-Modernas* (SOJA, 1993), que são um balanço crítico da realidade histórico-geográfica do final do século XX e, ao mesmo tempo, um reconhecimento do surgimento de um campo alternativo e diferenciado de reflexões geográficas mais alinhavadas com as ideias pós-modernas que emergiram ainda na década de 1960. As críticas dos dois autores — que são fundamentadas em um referencial marxista — negam, parcialmente, as teorias consideradas pós-modernas, tanto para interpretar a realidade do fim do século como para orientar a leitura geográfica da realidade. Nas palavras de David Harvey:

> A filosofia pós-moderna não nos incita somente a aceitar, mas mesmo a nos inspirar na fragmentação e na cacofonia das vozes, através das quais os dilemas do mundo contemporâneo se exprimem. Ela nos faz aceitar as reificações e as partições, indo mesmo até a glorificar os fetichismos da localidade, do lugar ou do grupo de pressão social. Essa retórica é perigosa porque ela evita enfrentar as realidades da economia política e as circunstâncias do poder mundial. (HARVEY apud BENKO, 1999, p. 98).

Uma contribuição importante para a geografia pós-moderna, no Brasil, foi a tradução de *For Space* (MASSEY, 2008), uma obra valorizada e alinhada com o desenvolvimento do pensamento pós-estruturalista no interior da geografia. Isso indica, primeiramente, a

redefinição das perspectivas teóricas, metodológicas, conceituais e de agenda de pesquisas fundadas em uma concepção antiessencialista do espaço. Em segundo lugar, indica a compreensão do espaço como esfera da existência da multiplicidade, da diferença e da heterogeneidade e, em terceiro, uma compreensão do espaço como uma estrutura sempre plural e aberta para futuro, possibilidade e produto das relações relacionais (MASSEY, 2008, p. 30-35).

Feitas essas considerações, é possível elaborar alguns comentários sobre a ressonância no pensamento dos geógrafos brasileiros. Talvez os livros de Foucault *A microfísica do poder* (1979), *As palavras e as coisas* (1981) e *Vigiar e punir* (1987), os primeiros a serem traduzidos, ainda hoje sejam os mais lidos e citados pelos geógrafos. Particularmente, a microfísica do poder exerceu grande atração sobre os geógrafos porque possibilitou um de debate virtuoso sobre a relação entre o espaço e o poder (MORAES, 1987). Sobre essa questão, afirma Antônio Carlos Moraes:

> A proximidade com as formulações de Foucault é por demais evidente. Esse autor é claro ao enfatizar tal tema: "seria preciso fazer uma história dos espaços – que seria ao mesmo tempo uma história dos poderes - que estudasse desde grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat". Poder-se-ia mesmo dizer que Foucault é um dos pensadores atuais que mais se preocupa com a espacialidade do poder. (MORAES, 1987, p. 131-132).

Para Antônio Carlos Robert Moraes, essa temática já tem grande tradição na geografia, desde a geografia clássica. Na perspectiva foucaultiana, o poder é exercido de forma multidimensional em todas as arenas das relações sociais, podendo ter natureza negativa (punitiva) ou positiva (resistência), a depender exatamente da ação dos agentes em interação. Dessa forma:

> As disposições espaciais, as repartições ("a arte da distribuição espacial das vigilâncias hierarquizadas"), as especializações (criação de "espaços especializados"), enfim, toda a gama de problemas que envolve a dimensão espacial do exercício do poder, é considerada na análise foucaultiana. (MORAES, 1987, p. 132).

Os desdobramentos para os debates dentro da geografia foram mais além, dentre eles, podemos citar as análises das relações de poder que transcendem a relação Estado–território. Essas podem ser aplicadas a múltiplas escalas geográficas e a diversos níveis de relações sociais que envolvam classes sociais, comunidades, movimentos sociais ou outras formas de agrupamentos sociais. As análises das relações de poder podem ser aplicadas a uma diversidade de temas, como: movimentos sociais no campo e na cidade, diferenças étnicas, minorias sexuais, questões de gênero. Emerge uma nova agenda que oxigena a pesquisa geográfica e, ao mesmo tempo, desloca os clássicos problemas colocados pela geografia clássica, inclusive pela propalada geografia crítica marxista. Por último, essas discussões forçaram a geografia a valorizar e desenvolver aqueles conceitos mais diretamente relacionados às questões sobre poder, principalmente a noção de território agora pensada na sua dinâmica multidimensional e multiescalar.

No Brasil, o pensamento foucaultiano influenciou a geografia no debate da renovação epistemológica dos anos 1980, por meio do debate criado em torno da relação saber-poder, alertando os geógrafos para a clara limitação do historicismo e do positivismo (MORAES, 1987). Além disso, influenciou as discussões teóricas e os temas de pesquisa.

Não é simples sistematizar a difusão do pensamento de Foucault na geografia no Brasil. Vários aspectos contribuem para

isso. Primeiro, o fato de que os temas debatidos por ele foram disseminados pelas ciências humanas e sociais, no Brasil, o que possibilita a utilização direta e indireta dos conceitos/noções foucaultianas na geografia. Segundo, as estratégias metodológicas, os conceitos e os temas foucaultianos são fluidos, flexíveis e descontínuos, o que os torna de difícil sistematização dentro de correntes de pensamento bem definidas. Por último, os temas debatidos na obra foucaultiana são apropriados pelos mais variados campos epistemológicos da geografia, incluindo aqueles que, geralmente, tecem críticas duras contra pensadores classificados como pós-estruturalistas ou pós-modernos (aliás, uma classificação que dificilmente o próprio Michel Foucault aceitaria). Um bom exemplo dessa postura crítica em relação ao pensamento pós-moderno está no artigo de Antônio Carlos Robert Moraes, intitulado *Na trilha do purgatório: política e modernidade na geografia brasileira contemporânea* no qual o autor comenta:

> [...] Pós-modernismo é o nome mais usual que se atribui a esta corrente de pensamento, que hoje influencia fortemente o campo disciplinar da geografia. O abandono da busca de sentido na história (próprio das "grandes narrativas" agora finalizadas) emerge como elemento estruturante dos discursos desconstrutivistas. O proclamado "fim das ideologias" se faz acompanhar da impossibilidade lógica de formulação de projetos alternativos ao "mundo da mercadoria", tornando a crítica mera retórica. Uma geografia despolitizada — ao mesmo tempo cosmopolita e localista — emerge de tal fundamentação. (MORAES, 2009, p. 113-114).

O professor Hélio de Araújo Evangelista afirma que as transformações econômicas, técnicas, culturais e políticas recentes na sociedade têm colocado muitos desafios para as interpretações da geografia. Porém, a aproximação com as chamadas teorias pós-modernas de leitura de mundo não implicou a formação de uma

"escola de pensamento geográfico" pós-moderna. Os geógrafos têm-se dedicado mais a ler a realidade da modernidade; contudo, a apropriação do debate cultural e científico tem sido tímida na geografia crítica e na geografia humanística. A hipótese que justifica isso, de acordo com Hélio Evangelista, é dura: "Talvez, seja possível responder esta pergunta ao afirmar que a geografia, ao final da década de oitenta, parou no tempo [...]." (EVANGELISTA, 1999, p. 136). Nas palavras do autor:

> Instituído e sucessivamente recriado no âmbito da modernidade, o discurso geográfico vê-se já de um tempo desafiado pelas críticas e referências do pós-moderno. Isto ocorre sobretudo diante do fato das mudanças recentes envolvendo a geografia humanista e a geografia crítica terem passado ao largo do avanço cultural da pós-modernidade. (Ibid., p. 136).

Iniciemos pelas discussões que se apropriam do conceito de heterotopia. De acordo com Edward Soja, essa noção apareceu em uma palestra de Michel Foucault intitulada *Des espaces autres*, em 1967 (FOUCAULT, 2013); porém, só foi apropriada de maneira mais intensa na década de 1980 (SOJA, 1993). Para Soja, o pensamento de Michel Foucault, carregado de noções e metáforas espaciais, torna possível contrapor o excessivo peso do historicismo e do tempo histórico na interpretação e na explicação da modernidade em favor da valorização da espacialidade. Conforme o autor sobre a heterotopia,

> [...] lugares reais, lugares efetivos, lugares que são desenhados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contra-alocações, espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais as alocações reais, todas as outras alocações reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas; espécies de lugares que estão fora de todos os

> lugares, embora sejam efetivamente localizáveis [...]. (FOUCAULT, 2013, p. 115).

Essa noção abriu um campo de possibilidades muito diferentes para interpretar os lugares singulares, deslocados, desencaixados e heteróclitos; lugares de negação da espacialidade regular (normal), de uso múltiplo e contraditório, enfim, espaços outros, como foi traduzido.

Na geografia no Brasil, a noção de heterotopia tem sido utilizada como um conceito, uma ferramenta para explicar determinado objetos de pesquisa sem grandes modificações ou desdobramentos das definições esboçadas por Michel Foucault, ainda na década de 1960. Na maioria das vezes, trata-se de apresentar o conceito e utilizá-lo para ler determinado objeto na geografia, seja como o estabelecimento de um espaço e de sua representação ou como uma estratégia insurgente de resistência (RAMOS, 2010; SILVA, 2016; VALVERDE, 2015). Merecem destaque os estudos de Rodrigo Ramos Valverde no debate da relação entre heterotopia e espaço públicos, como museus, largos e Cracolândia (VALVERDE, 2007, 2015, 2020). Para Valverde, as mudanças nas representações e no uso e os conflitos entre os Estados e outros sujeitos em torno dos espaços públicos, nas cidades, são sintomáticos da formação de espaços heterotópicos no interior nas relações de poder que envolvem a espacialidade moderna.

A tradução para o português das obras *Nascimento da Biopolítica*; *Segurança, Território e População* e *Em Defesa da Sociedade* possibilitou à geografia, no Brasil, a apropriação e o aprofundamento das pesquisas desenvolvidas por Michel Foucault durante as décadas de 1970 e 1980. Essas obras foram cursos ministrados que possibilitaram análises sobre a dinâmica da

sociedade nas últimas décadas do século XX, particularmente sobre o desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental e seus rebatimentos sobre o processo de subjetivação e as relações e práticas de poder advindas da crise dos anos de 1970 e do fortalecimento do neoliberalismo. A partir disso, noções conceituais, como governamentalidade, biopoder e biopolítica tornaram-se centrais para fazer um diagnóstico do capitalismo, das políticas dos Estados e da subjetividade no âmbito do neoliberalismo.

A partir do método genealógico, Foucault produz, não uma macroteoria, mas uma analítica do poder, uma análise das formas concretas de relações, práticas, discursos e valores que possibilitam o exercício do poder (BATISTA, 2017). As diversas modalidades do exercício do poder, de governo das condutas e das ações dos outros — como o poder pastoral, o poder soberano e o biopoder — constituem o cerne da noção de governamentalidade (CASTRO, 2009).

A noção governamentalidade tem sido usada na geografia, no Brasil, para iluminar diversos fenômenos ligados à ação do Estado e às práticas de poder no espaço ou no território. Estudos publicados por Jaime Alves (2011) e Lucas Gontijo (2015) mostram que o espaço urbano, principalmente nas grandes cidades, aparece permeado por uma governamentalidade muito ligada ao fortalecimento do mercado e à imposição de mecanismos ou dispositivos de poder responsáveis por padrões de violência e mortes de determinados grupos (necropolítica) que têm como fundamento um espaço organizado a partir do racismo, do medo, do controle e de segregação socioespacial. Por outro lado, a noção de governamentalidade também aparece como fundamento para explicitar o processo de resistência e de conflitos no âmbito do espaço urbano, insurreições pelo uso e pela

apropriação do território na cidade na forma de luta pela moradia e contra o racismo de Estado (GONTIJO, 2015).

Cabe mencionar um importante texto sobre as possibilidades teóricas de uso e aprofundamento da noção de governamentalidade na geografia. Trata-se do texto de Rafael Almeida (2013), no qual o autor — a partir de uma revisão do debate foucaultiano do tema da governamentalidade e seus desdobramentos na literatura geográfica anglo-saxônica — indica quatro precauções para uso e aprofundamento da noção de governamentalidade na geografia, a saber: a) a governamentalidade neoliberal integra, sem contradição, a liberdade econômica com métodos coercitivos e violentos de exercício de poder; b) na análise geográfica, a espacialidade não é apenas um efeito do exercício do poder, mas é parte constitutiva das relações de poder e da produção do saber (incluindo o saber geográfico); c) a inteligibilidade da natureza e de suas representações, na geografia, fazem parte das práticas de poder econômico e político, a exemplo de representações e discursos sobre a natureza na geografia física e na cartografia; d) as análises das governamentalidades devem partir ou buscar as relações entre as configurações históricas específicas das tecnologias de poder (ALMEIDA, 2013). Isso evita o transplante de conceitos e formas de análises entre realidades geográficas diferentes (por exemplo, entre a realidade europeia e a realidade latino-americana) e produziria uma interpretação crítica das diferenças sociais, étnicas, econômicas, políticas e geográficas.

No que diz respeito à governamentalidade, uma interessante análise foi realizada por Aldo Oliveira (2019) a respeito da dimensão discursiva e da representação da espacialidade contida nos livros didáticos de geografia. Para esse autor, a produção, a distribuição e

a veiculação dos livros didáticos de geografia, dentro da política educacional brasileira, foi capturada pela governamentalidade neoliberal implicando desde a concepção até o uso dos saberes geográficos sobre a espacialidade nas escolas. O livro didático de geografia torna-se um dispositivo do poder, permitindo a subjetivação de uma forma de espacialidade para a dominação expressa no seu turbilhão imagético. O autor também propôs, por meio da prática da digitalização, uma reapropriação das imagens para compor e decompor a espacialidade dominante, permitindo a reconstrução de um pensamento estratégico e crítico a partir do mundo imagético presente nos livros de geografia. De acordo o autor:

> [...] Descrevendo-o enquanto dispositivo de subjetivação espacial que opera a partir de uma rede de práticas discursivas e não-discursivas, destaquei a dimensão visual do saber geográfico que circula nesses manuais. A análise da linguagem visual, não-discursiva, das coleções aprovadas no PNLDEM-2018, desdobrou-se na decomposição do regime de visibilidade espacial imposta aos saberes veiculados pelo livro didático. A digitalização, a quebra caligramática e a colagem digital funcionaram como movimentações analíticas para problematizar as estratégias que investem a espacialidade do livro de diferentes vetores de subjetivação espacial. (OLIVEIRA, 2019, p. 154).

Ainda nesse campo ligado à questão da geografia escolar e seu ensino, Bruno Batista (2017a, 2017b, 2018, 2018b), a partir de uma pesquisa genealógica, conduziu um importante debate sobre a constituição e a emergência de uma ordem discursiva escolar na geografia que estrutura a subjetividade e as práticas de professores e alunos que recebem o saber geográfico. Para esse autor, tal discursividade escolar geográfica se estabelece acompanhando a modernidade na sociedade brasileira durante o século XX, e tem, como um de seus elementos fundamentais, o discurso permanente da

necessidade de renovação da geografia frente ao que é considerado ultrapassado na pedagogia do ensino e nas demandas da sociedade.

Fundamentado na realização de uma arqueologia do debate sobre a geografia escolar, desde o início do século XX, Bruno Batista (2017a) identifica três eixos principais dessa discursividade: a) a denúncia constante do método e do conteúdo que são considerados tradicionais na Geografia; b) a busca permanente de projetos considerados inovadores em termos de método, conteúdo e respostas às demandas sociais da sociedade (por exemplo, autonomia, inovação, participação, inserção social e criticidade e c) mais recentemente, introdução — na metodologia de ensino e nas atitudes dos alunos — de objetos, conceitos e valores ligados às aspirações liberais ou neoliberais. Esse último eixo está fortemente influenciado pelo construtivismo, pedagogia progressiva e pelos ideais da escola nova, associados, por exemplo, às metodologias ativas que buscam promover o aluno à condição de autonomia e protagonismo no processo de ensino-aprendizagem. Assim, Batista sintetiza a discussão a respeito dos impactos dessa discursividade sobre a subjetividade:

> [...] O sujeito psi é alguém que deve moldar-se à realidade, solucionar problemas localmente circunscritos, exercer sua capacidade de iniciativa e não esperar pela atitude dos outros [...]. Não é surpresa que muitas das metodologias compartilhadas pela ordem do discurso geoescolar apregoem mudanças nos padrões arquitetônicos escolares, nos processos avaliativos, na disposição mobiliária da sala de aula e nos planejamentos centrados no interesse dos estudantes; de um lado dadas pela economia de mercado de inspiração neoliberal, de outro pelas prescrições psicológicas construtivistas, são recomendações que sinalizam como dar uma aula, porque baseadas no prestígio da ciência e almejando a verdade da melhor docência. (BATISTA, 2017a, p. 264).

Por outro lado, diversos geógrafos brasileiros apropriaram-se das discussões sobre a noção foucaultiana de biopolítica associada à noção de biopoder. Vejamos como os geógrafos, Wilson Mendonça Neto e Eguilmar Chaveiro, apresentam a noção de biopolítica ao debaterem sobre as tecnologias de regulamentação da vida e do território:

> A biopolítica se volta para questões relacionadas ao homem enquanto espécie e seu meio, com uma preocupação acerca da manutenção das condições materiais de existência da vida. Preocupa-se com a relação entre a sociedade em geral, a espécie em sua totalidade, com os recursos disponíveis necessários à sua existência e, não somente, com o indivíduo. (MENDONÇA NETO; CHAVEIRO, 2012, p. 4).

As noções de biopoder e de biopolítica são desdobramentos das análises de Michel Foucault sobre as modalidades de governo, de poder advindo da modernidade, particularmente relacionado ao fortalecimento do poder nos Estados, ao advento da economia moderna industrializada, ao intenso processo de urbanização e a todas as contradições e conflitos potencializados no capitalismo. Governar uma grande população, crescentemente aglomerada, coordenar os intensos fluxos econômicos e demográficos, controlar as crescentes demandas sociais e os conflitos que emergem em todos os poros da sociedade moderna e seu território, redefinem a estrutura institucional e a escala de exercício de poder demandando, cada vez mais, dispositivos sofisticados e novas tecnologias de governo.

Nas palavras de Foucault:

> A velha potência da morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas — escolas, colégios,

> casernas, ateliês; aparecimento, também, no das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um "biopoder". (FOUCAULT, 1999, p. 31-32).

Fica muito evidente a similaridade entre os temas apontados por Foucault nessa passagem e as temáticas clássicas estudadas pela geografia, muito embora seja surpreendente que, por exemplo, a chamada "geografia da população" não tenha incorporado nada do debate foucaultiano, permanecendo, aliás, muito mais próxima de um discurso demográfico-estatístico para fins de gestão estatal da sociedade.

Por outro lado, em outros campos da geografia, podemos encontrar publicações sobre outras temáticas. Felipe Tavares (2020) analisa o processo de metropolização no Brasil enquanto espacialidade urbana e processo de institucionalização biopolítica. Isso porque a formação das metrópoles implica a criação de tecnologias regulamentadoras da população e, ao mesmo tempo, tecnologias que disciplinam a vida social. Um exemplo são as políticas de segurança e de circulação da população nessas grandes cidades, que resultam na produção de um território organizado e ordenado. Marcos de Carvalho (2014) analisa a estruturação do advento da forma civilizatória da modernidade e as diversas crises que são produzidas e gestadas por mecanismos biopolíticos na escala global, particularmente na gestão dos problemas sociopopulacionais e físico-ambientais, que progressivamente sujeitam o território e a vida a um padrão de acumulação globalizado.

Para Fernando Gomes (2017), as estratégias biopolíticas de controle, regulamentação e manutenção vigiada da vida podem ser identificadas em todas as escalas geográficas (global, nacional e

local). O geógrafo toma como referência as políticas e os discursos voltados ao controle da violência, do medo e da insegurança, que, na prática, são justificativas para biopolíticas neoliberais, para o que ele denomina "necropolíticas". Nas palavras do autor:

> A gestão da violência no espaço urbano tem manifestado um comportamento territorial, na medida em que confina em áreas de população pobre, parte dos homicídios das cidades grandes e médias. Entretanto, a territorialidade da violência homicida manifesta uma eficiência multiescalar. O desafio em compreender arranjos espaciais violentos compostos por formas de vidas precárias, não está somente na localização de processos históricos sobre a pobreza no Brasil, mas na geograficidade complexa de sua continuidade. Se há um território com fronteiras bastante previsíveis, sua previsibilidade pode ser resultante de um esforço multiescalar. (GOMES, 2017, p. 57).

Território, geografia e pensamento foucaultiano

No âmbito do clássico debate da geografia sobre a relação entre *poder* e *espacialidade*, sem dúvida, o conceito de território foi o mais enriquecido, ampliado e diversificado, tanto no plano teórico quanto no metodológico. Os geógrafos Marcelo Lopes de Souza, Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet construíram as mais significativas contribuições no debate sobre território no Brasil.

No que diz respeito ao escopo da discussão aqui em pauta, cabe destacar que, em suas contribuições, Marcelo Lopes de Souza (1995, 2012 e 2016) reconhece a importância de Foucault para o avanço da noção de poder na sua relação com a espacialidade, para a qualificação política da noção de território, "[...] um espaço definido por e a partir das relações de poder [...]" (SOUZA, 1995, 78). As importantes contribuições desse geógrafo estão mais referenciadas na noção de autonomia de Cornelius Castoriadis e de poder de

Hannah Arendt, o que possibilitou algumas críticas importante às reflexões foucaultianas usadas na geografia.

Conforme Souza, a concepção de território apresentada por Foucault é restrita, valorizando, fundamentalmente, a concepção jurídico-política ligada ao exercício do poder soberano, o que dificultaria a abordagem em suas múltiplas dimensões (SOUZA, 2012, p. 123). Além disso, também existiria uma abordagem um pouco restrita do mecanismo de poder na atualidade, principalmente quando Foucault analisa o "poder pastoral", que visaria mais à população e menos ao território. Para Souza, não é possível analisar o poder biopolítico sem colocar no mesmo plano de relevância o controle e a regulação do território (SOUZA, ibid.). Outro argumento do autor (aqui, talvez, o mais importante) é que Foucault trabalha com uma noção de sujeito dissolvido (assujeitado) nas relações de poder, o que cria dificuldade para pensar a autonomia e a práxis de um outro sujeito capaz de propor, concretamente, projetos de ações autônomas e libertárias (SOUZA, 2016, p. 83). Nota-se que, nesse caso, Foucault é fonte de referência na geografia, mas, para pensar em outro sentido a ação política e as formas de territorialidades.

As contribuições de Marcos Aurélio Saquet (2013, 2015) estão alinhadas a uma vertente já tradicional na geografia, no Brasil, que se apropria do pensamento de Michel Foucault buscando estabelecer a relação entre espacialidade e poder para desenvolver o conceito de território e territorialidade. Diversos autores podem ser citados, como Marques (2014), Roberto e Alves (2013), Ambrozio (2013), Moraes e Rodrigues (2013), Cantelmo, Lobo, Horta e Alexandrino (2015), Fuini (2017), Rangel e Tonella (2017), Valter Cruz (2011), Bruno Malheiro e Valter Cruz (2019).

Valter Cruz, em sua tese de doutoramento, usa a discussão do poder em Foucault para "[...] compreender melhor o conceito de território como chave analítica [...]." (CRUZ, 2011, p. 105). O território, para esse geógrafo, assume, na geografia brasileira, uma centralidade política e analítica cada vez maior. Sobre o debate do território, afirma:

> Recentemente, os avanços na leitura do fenômeno do poder, este entendido como relação e não como posse, e a constatação da existência de uma microfísica do poder, por Michel Foucault (1979), permitiram uma reflexão mais completa sobre a territorialidade humana, apontando para um entendimento de que o poder é imanente às relações sociais. Além da compreensão de que as formas de manifestação do exercício do poder podem dar-se em múltiplas escalas, envolvendo uma multiplicidade de atores sociais. (CRUZ, 2011, p. 105).

A pesquisa de Valter Cruz é um bom exemplo de uso e apropriação sistemática fundada no debate foucaultiano para interpretar uma problemática geograficamente construída, ultrapassando a simples anexação de noções conceituais. Ele utiliza noções de poder, dispositivo, governamentalidade e regime de verdade como parte de uma estrutura metodológica e de uma rede conceitual para interpretar a relação entre identidade, territorialidade, direito, conflitos e lutas sociais e lutas por reconhecimento na Amazônia.

Para Marcos Aurélio Saquet (2013), a concepção foucaultiana de poder possibilitou "[...] a redescoberta do conceito de território sob novas leituras e interpretações [...]" (p. 33) na geografia. O poder possui, no mínimo, três propriedades muito importantes para produzir uma perspectiva renovada na geografia brasileira. Primeiro, o poder é relacional e multidimensional, o que possibilitaria, por exemplo, uma análise multiescalar do poder e da

territorialidade. Segundo, o poder possui caráter negativo (repressivo, coercitivo, disciplinar); por ser exercido nas relações, comporta polaridades, linhas de tensões e forças, o que sempre possibilita resistências. Esse caráter confere às relações de poder uma capacidade positiva (produtiva) e de resistência (SAQUET, 2015). Nas palavras do autor:

> Nesse sentido, é importante não restringirmos a análise do poder aos seus aspectos negativos, conforme já identificara Michel Foucault, tais como exclusão, repressão, censura, punição, vigilância etc., verificando condições — territorialidades e temporalidades — que possam sustentar experiências de cooperação e solidariedade, ajuda mútua e a afetividade, relações também de poder presente em todas a sociedades, no entanto, não coercitivas, concorrenciais, imediatistas. (p. 135).

Dessa imbricação entre as reações de poder e a espacialidade emerge uma outra leitura de território. Para Marcos Saquet (2013), surge um território múltiplo, imaterial, objetivo, plural e complexo, permeado pela fluidez das relações de poder (p. 32-33). O autor faz uma cuidadosa sistematização da produção teórica geográfica, internacional e brasileira, sobre o conceito de território, sinalizando uma espécie de deslocamento progressivo na geografia brasileira após 1980. Assim, movimenta-se da valorização do conceito de espaço para a descoberta do território como um vasto campo interdisciplinar, teórico e metodológico na geografia.

No que diz respeito às contribuições do professor Rogério Haesbaert, este tem feito importantes contribuições teóricas sobre a noção de território, principalmente com base em uma literatura considerada pós-estruturalista (Gilles Deleuze, Félix Guattari, Doreen Massey, Michel Foucault e outros). São dezenas de artigos, diversos livros e palestras sobre a temática do território. Duas obras

reúnem as principais contribuições sobre a temática: *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade* e *Viver no limite: território e multi e transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Entre essas duas obras, existe um movimento progressivo de apropriação das discussões foucaultianas publicadas nos cursos Segurança, território e população (FOUCAULT, 2008a) e O nascimento da biopolítica (FOUCAULT, 2008b).

No texto *O mito da desterritorialização* (2014), Foucault é citado como um importante filósofo que contribuiu para valorizar a espacialidade como algo fundamental para compreender a modernidade, a denominada "virada espacial", o contrabalanço do historicismo, um movimento que significaria o fortalecimento da geografia. O fundamental, porém, é que Michel Foucault fornece as bases para um redirecionamento do debate sobre o poder, em suas modalidades, e suas relações com as diversas lógicas territoriais, estatais e não estatais. Dessa forma, a passagem da lógica de poder soberano (sobre o território jurídico-político) para a lógica do poder biopolítico (sobre a vida, o corpo da população), implicou a criação dos mecanismos, discursos e dispositivos de governo e de poder biolíticos sobrepostos aos mecanismos e dispositivos mais ligados ao poder soberano. Para ambas as modalidades, o espaço e o território são partes dos mecanismos de ação e controle, muito embora tenham formas diferenciadas. Sobre essa questão:

> Podemos afirmar que os aglomerados de exclusão, tal como o fenômeno "população", ou como uma "população" em seu sentido mais estrito, são objetos de uma preocupação antes de tudo por sua reprodução biológica — em seus índices de fecundidade, natalidade e mortalidade, por exemplo, por sua disposição enquanto "massa" — pelo espaço que podem ocupar e pelos movimentos que são capazes de promover, "ameaçando"

> o direito ao espaço dos efetivamente "incluídos". Provavelmente, hoje as situações mais dramáticas e preocupantes são aquelas se relacionam à mobilidade — os movimentos de "massa", ou seja, referidos a um grande volume de pessoas, como os refugiados miseráveis dos países mais pobres. Controlar esta movimentação muitas vezes completamente imprevisíveis torna-se cada vez mais um dilema central para muitos países. (HAESBAERT, 2014, p. 325).

Para Rogério Haesbaert, esse desenvolvimento das modalidades de poder e das formas de governo provocou a "explosão" das formas de territorialidades clássicas, que antecederam a modernidade. A territorialidade torna-se fluida, descontínua, sobreposta, múltipla e diferenciada, logo, acompanhando a multiplicidade das formas de vida, de produção e do exercício de poder. Daí o autor falar em território, territorialização, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade, em uma tentativa de captar a mobilidade do território da modernidade. Sobre essa dinâmica, afirma ou autor:

> Abre-se assim, portanto, uma outra discussão a ser retomada em próximos trabalhos: a relação entre 'ilogicidade" ou 'desordem", fluidez do espaço e desterritorialização. [...] o que deve efetivamente nos preocupar são as diferentes e cada vez mais complexas interconexões entre território-zona, territórios-rede e aglomerados, ou seja, a multiplicidade de territórios e/ou a multiterritorialidade em que estamos inseridos. (HAESBAERT, 2014, p. 236).

Por outro lado, no texto *Viver no limite* (2014), as discussões foucaultianas foram apropriadas e desdobradas de forma mais profunda no âmbito do debate sobre o território na teoria da geografia. Nesse texto, os cursos de Foucault *Segurança, território e população* e *O nascimento da biopolítica*, não só consta na referência, mas são bastante citados como estruturantes da discussão teórica sobre território. Nitidamente, buscando fundamentação em Michel

Foucault, Rogério Haesbaert apresenta o plano de trabalho nessa obra:

> [...] analisamos os processos de desterritorialização a partir da perspectiva da insegurança e da biopolítica que marcam a sociedade contemporânea. Começamos pelo debate mais amplo sobre as atuais sociedades de insegurança definidas a partir dos mecanismos biopolíticos identificados por Foucault. É desse contexto que, no nosso ponto de vista, emergem dinâmicas de territorialização específicas que, para além da simples precarização e reclusão territorial, envolvem o que denominamos de contenção e exclusão territorial — bastante evidentes no caso de uma megalópole como o Rio de Janeiro, analisada enquanto cidade vigiada e "imobilizada", mas, ao mesmo tempo, também "contornada" pelas formas com que a população reage a esses dispositivos de controle. Uma reflexão específica sobre essas formas de contornamento e transterritorialidade, abrindo para futuros desdobramentos, encerra este livro. (HAESBAERT, 2014, p. 15).

Como pode ser compreendido, esse plano de trabalho implica um aprofundamento e, principalmente, um desdobramento, no plano da geografia, das contribuições de Foucault em termos da identificação e análise de uma biopolítica territorial como componente da modernidade neoliberal. Modernidade fundamentada, discursivamente, no risco, no medo, na insegurança, na instabilidade e na mobilidade. Rogério Haesbaert chama essa sociedade, estruturada a partir de tais valores, de "sociedade de segurança". Nesse sentido, o autor busca analisar a governamentalidade do Estado, a espacialidade dos modos e dos efeitos do poder e as especificidades das noções geográficas *território*, *espaço* e *meio*, quando abordadas com base nas referências foucaultianas. Por fim, o autor realiza uma análise territorial concreta a partir daquelas considerações, a partir das noções de

contenção territorial, *contornamento* e *transterritorialidade*. (HAESBAERT, 2014).

A governamentalização do Estado e a incorporação biopolítico ao Estado (Ibid., p. 145) correspondem ao governo da população, dos processos econômicos e políticos na sociedade por meio de práticas, estratégias, táticas, regramentos voltados ao assujeitamento dos indivíduos no corpo da população, conduzidos por Estados, empresas e outras instituições em harmonia com a modernidade neoliberal, alterando e diversificando a própria relação entre território e o Estado. O que foi interpretado como um enfraquecimento do poder soberano sobre o território pode significar o nascimento de um complexo processo de reterritorialização do governo estatal do território, mais sutil, mais refinado, mais disperso, mais eficiente e perverso, porque voltado às formas de vida, às subjetividades. Sobre essa questão, afirma Haesbaert (2014):

> Nesse sentido, é interessante destacar que, não previsto à época por Foucault, várias esferas da vida privada, da sexualidade e do comportamento individual foram impregnadas da judicialização pelo Estado, ao mesmo tempo que a vigilância, amplificada com a informatização, não se restringe ao crivo estatal, mas envolve a multiplicidade das relações entre indivíduos e no interior de pequenos grupos (tratados como "comunidades", sejam elas concretas ou virtuais). (p. 145).

No sentido de aprofundar a relação entre as modalidades de poder e os desdobramentos nas estratégias territoriais, Rogério Haesbaert analisa como as modalidades do poder podem ser pensadas em relação à escala geográfica. Para o autor, não obstante as modalidades de poder (soberano, disciplinar e biopoder) terem se desenvolvido ao longo do desenrolar histórico da modernidade, no contexto neoliberal, eles se imbricam e se sobrepõem de forma

dinâmica, uma coexistência que se coloca na simultaneidade e na justaposição da espacialidade. Isso implica que a análise do poder, na sua relação com a territorialidade, não possa ser demonstrada ou explicitada em uma única escala, microterritorial (microfísica), mesoterritorial (soberano ou biopolítico) e macropolítico (para além do Estado). A questão é que essas modalidades de poder podem ser exercidas em múltiplas escalas, fundamentalmente porque os Estados e as demais instituições podem mobilizar, sozinhas ou em conjunto, estratégias de relações de poder em mais de uma escala simultaneamente (HAESBEART, 2014).

Rogério Haesbaert identifica, nos debates de Foucault no curso *Território, segurança e população*, uma contribuição no sentido de correlacionar as modalidades de poder e os objetos de poder. O objeto do poder soberano é o próprio território jurídico-político, o objeto do poder disciplinar é o corpo dos indivíduos e o objeto do biopoder é a própria população, a vida dos indivíduos no corpo biológico da população. No que diz respeito ao biopoder, suas características importantes são identificadas pelo autor. Primeiro, o biopoder, a partir do mecanismo de segurança, busca regular ou controlar os fluxos, os movimentos de massa no território, a circulação econômica e política (por exemplo, a migração). Segundo, esse poder busca regulamentar os fluxos em espaços abertos, multifuncionais ou polivalentes, o que pode estar associado a processos de multiterritorialização. Além disso, o poder biopolítico lida com possibilidades, com cenários e com o futuro que pode se desdobrar, territorialmente, a partir dos fluxos políticos, econômicos e sociais (HAESBAERT, 2014).

Nas palavras de Foucault citadas por Haesbaert:

> [...] enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema principal da sede de governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca-se como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança irá tentar ordenar um meio em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que ela deve regularizar num quadro multivalente e transformável. (FOUCAULT, 2004a, p. 22 apud HAESBAERT, 2014, p. 168).

Rogério Haesbaert também busca determinar ou se aproximar do sentido geográfico nas noções foucaultianas espaciais de *território*, *espaço* e *meio*, como uma forma de melhor explicitar a espacialidade contemporânea. O território aparece muito articulado à noção de soberania do estado moderno, no sentido jurídico-político. O espaço aparece, muitas vezes, associado à disciplina, como espaço disciplinar hierarquizado, funcionalizado, exclusivista, voltado à produção da subjetividade individual, tal como os exemplo no texto *Vigiar e Punir* (1987). O meio aparece enquanto espaço aberto, estruturado pela e para circulação dos fluxos econômicos e políticos, muito próximo da noção de rede espacializada. Trata-se de um espaço onde a questão da regulação dos fluxos e da segurança se impõe para o governo, para a governamentalidade da sociedade (HAESBAERT, 2014).

O aumento da instabilidade e da precarização política, econômica e social, geradas pela modernidade neoliberal, coloca o problema do gerenciamento dos fluxos e da circulação como uma questão central para o governo. O descontrole e o risco são recursos discursivos poderosos no neoliberalismo. No plano territorial, é possível falar da permanência do território da soberania, do espaço disciplinar da sociedade disciplinar, porém, imbricados com a emergência de territorialidades fluidas, múltiplas e móveis,

resultante da ação dos sujeitos, das instituições e das empresas e corporações, em diversas escalas.

Na parte final do livro, o autor analisa a emergência das estratégias de contenção e imobilização territorial de contrassujeitos desprivilegiados ou considerados inferiores e problemáticos no interior das grandes cidades, como Rio de Janeiro, ou na fronteira dos territórios soberanos. Por fim, apesar das estratégias de controle, aparecem indícios de territorialidades de resistência, denominados, pelo autor, como *contornamentos* e *transterritorialidade*. São ações de enfrentamento das estratégias de contenção territorial (contornamentos) a exemplo dos muros dentro de comunidades pobres no Rio de Janeiro (contornados pelos moradores) ou de proposição de territorialidades que ativam estratégias de superação de uma estratégia de controle estatal (transterritorialidade), a exemplo dos chamados *brasiguaios* (HAESBEART, 2014).

Para Valter do Carmo Cruz, essa aproximação entre o debate sobre território e as leituras do poder de Michel Foucault possibilita um deslocamento analítico e político, o território torna-se o fundamento dos embates políticos e das análises de processos socioespaciais complexos, deslocando, aos poucos, a centralidade analítica, já clássica, da noção de produção do espaço para noção de governo do espaço e do território (CRUZ, 2020). Emerge uma nova agenda de pesquisa e a ressignificação do uso do conceito de território na geografia brasileira. Nas palavras do autor:

> Essas novas formulações do conceito de território sugerem (de maneira implícita) uma abordagem que ampliam, aprofundam e refinam uma leitura da espacialidade/geograficidade, fundada em três grandes questões: 1) a problemática do poder, das formas de dominação, exploração, sujeição, das hegemonias, mas também das formas resistências, subalternidades conflitos, emancipações e autonomias; 2) a questão do

> sujeito, da ação, das práticas, dos agenciamentos socioespaciais; 3) a problemática das diferenças, do reconhecimento, das identidades culturais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade etc. (CRUZ, 2020, p. 159).

Considerações finais

É inegável que a geografia brasileira é tributária do pensamento de Michel Foucault. Como foi demonstrado, existe uma apropriação direta e uma apropriação difusa das noções conceituais e das "teorias" foucaultianas. Foucault e os demais pensadores pós-estruturalistas formam um quadro de referências que tende a se tornar cada vez mais importante aos pesquisadores brasileiros, muito embora não seja possível, ainda, afirmar que existe uma geografia foucaultiana ou pós-estruturalista no Brasil. Isso demandaria uma estrutura metodológica, conceitual e teórica propriamente geográfica, desdobrada a partir do pós-estruturalismo. Porém, avalia-se que esse alargamento das possibilidades teóricas e metodológicas está em construção e é positivo para o fortalecimento da própria geografia no quadro geral das ciências humanas, que também estão em processo de transformação de seus referenciais.

Retomando os pontos fundamentais desenvolvidos a respeito dos efeitos do pensamento de Michel Foucault, é possível apontar algumas dimensões. A primeira é que o pensamento de Foucault contribuiu ativamente para o processo de renovação teórico e epistemológico do pensamento geográfico a partir da década de 1970. O movimento de renovação da geografia humana, no Brasil, ocorreu, principalmente, sob a influência do marxismo ou neomarxismo; porém, isso não impediu que a discussão sobre a natureza do saber e do poder pesasse no debate epistemológico da geografia, principalmente com a tradução da obra *As palavras e as coisas*

(FOUCAULT, 1981). Mais recentemente, é nítida a aproximação da geografia brasileira com os pensadores pós-estruturalistas. A historicização do saber, dos conceitos e da metodologia, na geografia, é um efeito da sua aproximação com o pensamento do filósofo francês.

A segunda, é que o pensamento foucaultiano possibilitou uma redefinição dos marcos teóricos e metodológicos da definição da noção de território, particularmente pela apropriação do debate da noção complexa de poder relacional. No plano internacional, na renovação do debate sobre o território, nota-se a influência de Foucault na noção de *território* de Paul Claval, sobre a concepção de território relacional de Claude Raffestin e sobre a noção de territorialidade humana de Robert Sack. No Brasil, a noção foucaultiana de poder (e suas correlatas, como disciplina, biopoder, biopolítica e governamentalidade) influenciou o enriquecimento e a complexificação da noção de território, como pode-se notar, por exemplo, na obra de Rogério Haesbaert. A influência de Michel Foucault, associada às influências de outros autores pós-estruturalistas (como Giorgio Agamben, Félix Guattari, Gilles Deleuze e outros), sem dúvida, possibilitou avanços teóricos notáveis à noção de território na geografia brasileira. O conceito de território tornou-se plástico, móvel, relacional, multidisciplinar, multidimensional e multiescalar, passível de usos em várias perspectivas teóricas e metodológicas dentro da geografia.

Assim como ficou expresso no texto, os termos e as noções foucaultianos, como heterotopia, biopolítica, biopoder, *governamentalidade* e *poder* são anexados, apropriados e usados como parte importante da estrutura interpretativa de fenômenos considerados geográficos, principalmente no âmbito da modernidade neoliberal no Brasil. Outros temas também são analisados, na

geografia, à luz das noções foucaultianas, como: violência, espaço urbano, racismo, espaço público, resistência, identidade, representação do espaço, conflitos, ambiente, pós-modernidade e geografia, ensino de geografia, exclusão territorial e outros. Por outro lado, chama a atenção para a quantidade de trabalhos (de áreas muito similares à geografia) que mobilizam noções geográficas, mas que não são produzidos por geógrafos. São exemplos o texto de Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011) *A invenção do Nordeste e outras artes* e o texto *Espaços da verdade*, de Viviam Ritter (2018), o que demonstra as enormes possibilidades de desdobramentos do pensamento de Foucault na geografia brasileira.

É notável que a grande maioria dos geógrafos utiliza as noções foucaultianas e as "anexa" de forma simples, usando como ferramentas as noções conceituais. Por outro lado, em alguns trabalhos é possível verificar um desdobramento das noções foucaultianas no sentido de alterar teoricamente as noções geográficas ou de inovação analítica, por exemplo, levando a proposições conceituais novas a partir das noções já estabelecidas, ou utilizando-as de forma sistemática e criativa. Uma exceção são os trabalhos mais recentes de Rogério Haesbaert (2017), Valter Cruz (2011) e Bruno Nunes Batista (2017). O fato é que a influência do pensamento de Michel Foucault, na geografia brasileira, é ampla, difusa e direta, de forma que não se pode entender a renovação e as inovações teóricas na geografia brasileira (nas últimas três décadas) sem considerar toda contribuição foucaultiana. Uma arqueologia do efeito Foucault na geografia brasileira, para além das leituras da noção de poder, é uma dívida com o pensamento de Michel Foucault.

Em 1976, Foucault foi cobrado pelos geógrafos da Revista *Hérodote*, sobre o lugar da geografia no quadro de seu pensamento

arqueológico, nas ciências humanas, apesar de todas as suas referências a noções geográficas. A resposta de Foucault:

> Cabe a vocês, que estão diretamente ligados ao que passa na geografia, que se deparam com todos esses confrontos de poder em que a geografia está envolvida, cabe a vocês enfrentá-los, forjar os instrumentos para esse combate (FOUCALT, 2015, p. 246).

Aos que se identificam com a leitura de mundo foucaultiana, isso pode ser desdobrado. Cabe aos geógrafos produzir noções geográficas politicamente mais adequadas às demandas epistemológicas e teóricas da diversidade social e da geografia. A espacialidade e o saber sobre ela, a partir dela e apesar dela, provavelmente, são cumulativos, descontínuos, relacionais e não essenciais. Dessa forma, a geografia brasileira ainda não explorou, profundamente, as possibilidades da leitura foucaultiana de mundo e segue seu caminho, não para o purgatório, mas na direção de uma geografia mais plural e diversificada, mais aberta às diferenças e aos embates políticos, teóricos e epistemológicos.

Referências

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. Governamentalidade e Geografia: uma revisão crítica. **Espaço e Cultura.** UERJ, RJ, n. 34, p. 51-82, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>. Acesso em: 9 de jun. 2021.

ALVES, Jaime Amparo. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 22, p. 108-134, 2011. DOI: 10.7154/RDG.2011.0022.0006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47222>. Acesso em: 7 jun. 2021.

ALVES, Fernando Roberto Jayme. A dimensão espacial do poder: diálogos entre Foucault e a Geografia. **A Geografia em Questão,** v. 6, n. 01, p. 231-245, 2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/6725>. Acesso em: 9 jun. 2021.

AMBROZIO, Júlio. O conceito de território como campo de poder microfísico. **Revista de Geografia.** v. 3, n. 2, p.1-10, 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaGeografia>. Acesso em: 9 jun. 2021.

AQUINO, Julio Groppa. A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico. **Revista Brasileira de Educação.** v. 18 n. 53 abr.-jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/04.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

BATISTA, Bruno Nunes. **A ordem do discurso geoescolar.** Porto Alegre, UFRGS, 2017a. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/164329>. Acesso em: 9 jun. 2021.

_____. Como nos tornamos professores de Geografia: discurso ordenado, prática neoliberal. **Revista Pedagógica** | V.19, N.42, SET./DEZ. 2017b.

_____. A governamentalidade neoliberal e algumas implicações no espaço geográfico contemporâneo. Élisée - **Revista de Geografia da UEG**, v. 7, n. 02, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/7746>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BENKO, Georges. A pós-modernidade e o geógrafo. **GEOUSP Espaço e Tempo** (On-line). São Paulo, v. 3, n. 2, p. 95-104, 2006. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123367. Disponível

em:
<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123367>. Acesso em: 7 jun. 2021.

CANTELMO, Weslley et al. Território e territorialismo: a abrangência conceitual e a noção de poder. Belo Horizonte. **Caderno de Geografia.** v. 25, n. 44, p. 343-367. 2015. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Geografia/article/view/9669>. Acesso em: 9 jun. 2021.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. Da biopolítica à biocivilização: controles — do espaço, do corpo e do territorio — em disputa. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**, v. 494, n. 04, 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14966>. Acesso em: 9 jun. 2021.

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. Outros espaços e tempos, heterotopias. **Primeiro Congresso Internacional Espaços Públicos**, p. 1-12. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1807535/mod_resource/content/1/Castro.pdf. 2012>. Acesso em: 11 mai. 2021.

CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979.

CRUZ, Valter do Carmo. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia.** Rio de Janeiro; UFF, 2011, Tese de doutorado.

_____. A "teoria como caixa de ferramentas": reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 10., 2013, Campinas. **Anais**. [S. l.]: Editora UFGD, 2013. p. 4454-4466.

Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2013/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

_____. Da produção do espaço ao governo do espaço deslocamentos metodológicos para uma abordagem territorial. In: LIMONAD, Ester, BARBOSA, Jorge Luiz (org.) Geografias, Reflexões Conceituais, Leituras da Ciência Geográfica, Estudos Geográficos. - São Paulo : Editora Max Limonad, 2020, p. 142-169.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. Geografias moderna e pós-moderna. Rio de Janeiro**. GEOgraphia**, Ano 1, n. 1, p. 121-137, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13366>. Acesso em: 9 jun. 2021.

FERREIRA NETO, João Leite, MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ARAÚJO, José Newton Garcia; DRAWIN, Carlos Roberto. Usos de Foucault nos estudos de psicologia no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, n. 29, e159930, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Zj5gQd88RXbrMTNMs9tY6pz/?lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2021.

FUINI, Lucas Labigalini. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. Cuadernos de Geografía: **Revista Colombiana de Geografía,** n. 26 (1), p. 221-242, 2017. Doi: 10.15446/rcdg.v26n1.56791.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes,1977.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **As palavras e as coisas.** São Paulo. Martins Fontes. 1981.

_____. **Segurança, território e população:** curso dado no Colégio de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____ Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. De espaços outros. Estudos avançados, n. 27 (79), p.113-122, 2013.

_____. **Sobre a Geografia.** In: Microfísica do poder. 2 edição. Rio de Janeiro/São Paulo. Editora: Paz e Terra. 2015, p, 244-261.

GONTIJO, Lucas de Alvarenga. Insurreição popular, Geografia social e teoria do reconhecimento: teoria versus práxis em análise da experiência de luta por moradia na região Izidora de Belo Horizonte. **Caderno de Relações Internacionais.** v. 6, n. 11, jul-dez. 2015. Disponível em: <https://faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/relacoesinternacionais/article/view/176>. Acesso em: 9 jun. 2021.

GOMES, Fernando Bertani. Escalas da Necropolítica: Um ensaio sobre a produção do 'outro' e a territorialização da violência homicida no Brasil. **Geografia, Ensino & Pesquisa.** v. 21, n. 2, p. 46-60, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/Geografia/rt/captureCite/27000/0>. Acesso em: 9 jun. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo. Edições Loyola. 1992.

LACOSTE, Yves. **A Geografia- isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19 ed. Campinas-SP. Ed. Papirus, 2012.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço.** 3.ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MARQUES, Marcos Aurelio. Interdisciplinaridade e poder em Michel Foucault: outras imagens para a Geografia. **Entre-Lugar.** Dourados, MS, ano 5, n. 9, 1º semestre, 2014.

MALHEIROS, Bruno C.; CRUZ, Valter C. Geografias dos grandes projetos de desenvolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. Rio de Janeiro. **GEOgraphia,** vol: 21, n.46, 2019: mai./ago.

MENDONÇA NETO, Wilson Lopes; CHAVEIRO, Eguimar Felício. A construção de uma leitura biopolítica sobre a deficiência: a mediação do território. **Espaço em Revista,** v. 14 n. 1, p. 1-14, jan/jun.2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/issue/view/1172>. Acesso em: 9 jun. 2021.

MORAES, Robson de Sousa; RODRIGUES, Uelinton Barbosa. O conceito de poder em Michel Foucault e Hannah Arendt, como instrumento de definição da categoria território. **Revista Geonorte.** Manaus-AM, Edição Especial, v .7, n .1, p. 197-214, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revistageonorte/article/view/1161/1051>. Acesso em: 9 jun. 2021.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Foucault e a Geografia.** In: TRONCA, A. (org.). Foucault Vivo. Campinas, SP, 1987, p. 127-136.

OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. **O livro didático de Geografia como estratégia de governamento.** Porto Alegre. UFRS. 2019. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. **Geografia histórica do Brasil:** cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. Tempo Social; Revista Social, USP, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out., 1995.

RANGEL, M. C.; TONELLA, C. Análise do território em Michel Foucault: o território como locus do poder. In: TRINDADE, G. A.; MOREIRA, G. L.; ROCHA, L. B., RANGEL, M. C.; CHIAPETTI, R. J. N. **Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas para a sala de aula** [online]. Ilhéus: Editus, 2017. p. 161-174. ISBN: 978-85-7455-526-3.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias socioespaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro. **Polis** [Online], n. 27, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/916>. Acesso em: 30 abr. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática 1993.

SAQUET, Marcos A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University, 1986.

SOJA. Edward. **Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 323p.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Militarização da questão urbana.** Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.117-129, jul./dez. 2012.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** 3 ed. Rio de Janeiro; Ed. Bertrand Brasil, 2016.

SILVA, Wellington Amâncio da. notas sobre heterotopias. **Revista GeoSertões** (Unageo/CFP-UFCG). vol.1, n. 2, jul./dez. 2016
<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>. Acesso em: 9 jun. 2021.

TAVARES, Felipe. Metropolização do espaço e biopolítica: território, insegurança e reconfiguração do Estado. **Revista Eletrónica Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território,** p. 429-452, 2018. Disponível em: <http://cegot.or>. Acesso em: 9 jun. 2021.

TRONCA, A. (org.). **Foucault Vivo.** Campinas-SP: ed. Pontes, 1987.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felippe. **A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca.** Rio de Janeiro. UFRJ, 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IGEO/PPGG, 2007.

_____. Os limites da inversão: a heterotopia do Beco do Batman, São Paulo, **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 2, pp. 222-243, mai./ago., 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/49153>. Acesso em: 9 jun. 2021.

_____. A heterotopia dos museus brasileiros e os deslocamentos da Modernidade. PatryTer – **Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, v. 3, n. 5, p. 14-29, 2000. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i5.27267>. Acesso em: 9 jun. 2021.

_____. Cracolândia: a heterotopia de um espaço público. **Boletim Campineiro de Geografa**. v. 5, n. 2, p.211-230, 2015. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/221. Acesso em: 9 jun. 2021.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução: Caio Liudvig. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Submetido em: 31 de setembro de 2021.

Devolvido para revisão em: 26 de outubro de 2021.

Aprovado em: 10 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

SOUZA, A. L. F. A Geografia brasileira e Michel Foucault. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 112-151, Jan.-Jun./2021.

UM RECORTE SOBRE A GEOGRAFIA DA RELIGIÃO E A INVISIBILIDADE DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA PAISAGEM

A GEOGRAPHY OF RELIGION AND THE INVISIBILITY OF AFRICAN MATRIX RELIGIONS IN THE LANDSCAPE PROFILE

UN CORTE SOBRE LA GEOGRAFÍA DE LA RELIGIÓN Y LA INVISIBILIDAD DE LAS RELIGIONES DE LA MATRIZ AFRICANA EN EL PAISAJE

LUARA MARTINS DE OLIVA SANTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

E-MAIL : LUARAMARTINSOLIVA@GMAIL.COM

RIK FERREIRA ALVES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

E-MAIL :

rikferreiraalves@gmail.com;

Resumo: Ao estudar a epistemologia da Geografia é possível identificar que o tema da religião nos estudos geográficos foi de certo modo negligenciado, o que se relaciona à não valorização da subjetividade, das percepções do homem por parte de algumas correntes identificadas nesse percurso. Nessa perspectiva, a partir de uma revisão bibliográfica é discutida neste texto a trajetória da Geografia da Religião e a invisibilidade das religiões de matriz africana na paisagem evidenciando que mais estudos com essa temática devem ser produzidos e debatidos para que a população respeite e reconheça tais religiões enquanto manifestação cultural e, assim como as religiões hegemônicas, possam utilizar seus símbolos e deixarem suas marcas na paisagem.

Palavras-chave: geografia, religião, paisagem, invisibilidade.

Abstract: When studying the epistemology of Geography, it is possible to identify that the theme of religion in geographic studies was somewhat neglected, which is related to the lack of appreciation of subjectivity, of the perceptions of man by some currents identified in this path. In this perspective, based on a bibliographic review, the trajectory of the Geography of Religion and the invisibility of religions of African origin in the landscape are discussed in this text, showing that more studies with this theme must be produced and debated so that the population respects and recognizes such religions as a cultural manifestation, and, like the hegemonic religions, can use their symbols and leave their marks on the landscape.

Keywords: geography, religion, landscape, invisibility.

Resumen: Al estudiar la epistemología de la Geografía, es posible identificar que el tema de la religión en los estudios geográficos fue algo descuidado, lo cual se relaciona con la falta de apreciación de la subjetividad, de las percepciones del hombre por algunas corrientes identificadas en este camino. En esta perspectiva, a partir de una revisión bibliográfica, se discute en este texto[1] la trayectoria de la Geografía de la Religión y la invisibilidad de las religiones de origen africano en el paisaje, mostrando que se deben producir y debatir más estudios con esta temática para que la población respete y reconozca tales religiones como manifestación cultural y, al igual que las religiones hegemónicas, pueden utilizar sus símbolos y dejar sus huellas en el paisaje.

Palabras-clave: geografía, religión, paisaje, invisibilidad.

Introdução

[1] Artigo orientado pelo Prof. Dr. Ricardo Henrique Palhares (UNIMONTES) e realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Os estudos geográficos envolvendo a temática da religião têm ganhado espaço Brasil e, pode-se apontar que na Geografia Humanista, matriz que se volta para as experiências vividas pelos indivíduos, para o subjetivo, é um assunto que tem sido amplamente discutido, principalmente por núcleos de estudos de universidades brasileiras que têm apresentado abordagens como a representação da religião na paisagem e a análise do caráter fenomenológico das manifestações religiosas no espaço urbano, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC) e o Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião (NUPPER).

De acordo com Pereira (2013), a partir da Modernidade, fundamentalmente no século XX, que a religião enquanto temática começou a apresentar maior coerência acadêmico-científica, se consolidou como campo de pesquisa na Geografia, no entanto, antes desse período é possível identificar estudos geográficos que já abordavam a dimensão religiosa, como trabalhos desenvolvidos por pensadores gregos na Antiguidade, na geografia árabe e muçulmana no primeiro milênio da era cristã e com teólogos no fim do período medieval.

Ao analisar a história do pensamento geográfico nota-se que o tema da religião foi de certo modo negligenciado e, segundo Santos (2002), a Geografia Tradicional sob influência do positivismo geográfico foi, em partes, responsável pelo desinteresse da maioria dos geógrafos em analisar a questão religiosa, enquanto a Geografia Marxista não considerou a dimensão geográfica das religiões no espaço social. Nessa perspectiva, tanto a Geografia Tradicional quanto a Geografia Marxista não valorizaram em suas análises a

percepção do homem acerca do mundo, a subjetividade não foi central nos estudos realizados por essas correntes da geografia.

De acordo com Rosendahl (2012), as análises desenvolvidas por geógrafos nos séculos XVIII e XIX ligadas à religião se concentravam na geografia histórica dos tempos bíblicos, e na primeira metade do século XX as obras dedicadas à geografia e à religião foram responsáveis por fornecer o caminho inicial dos estudos teóricos de religião entre os geógrafos. Conforme Santos (2002) no período pós-guerra que deu-se o interesse de alguns geógrafos em analisar a religião no espaço social, destacando-se as contribuições de autores como Pierre Deffontaines, Maximilien Sorre, Claude Raffestin, Paul Claval e M. Buttner. O protagonismo dos geógrafos franceses na temática da religião deve ser ressaltado, principalmente em razão da tradição que davam aos estudos religiosos em suas abordagens regionais (ROSENDAHL, 2003).

De acordo com Santos (2002), no Brasil o primeiro estudo geográfico sobre religião foi realizado na década de 1970, em São Paulo, pela geógrafa Maria Cecília França, trabalho que culminou em sua tese de doutorado em geografia pela USP em 1972 e foi intitulado como "Pequenos Centros Paulistas de Função Religiosa". Em sua tese, a Maria Cecília França analisou a organização do espaço a partir dos fluxos de peregrinação de fiéis em quatro centros paulistas: Iguape, Tremembé, Perdões e Pirapora, com uma abordagem geográfica que se insere no pensamento da Geografia Tradicional. O autor ressalta, entretanto, que foi a partir da década de 1990 que o tema da religião de fato atraiu o interesse de geógrafos brasileiros, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, com expoentes como Gualberto Gouveia e Zeny Rosendahl realizando

estudos voltados para a análise geográfica de grupos religiosos hegemônicos, grupos de base cristã.

Conforme aponta Bonifácio (2017), os espaços urbanos das cidades brasileiras são compostos por diversas territorialidades que se distinguem segundo a história e trajetória dos grupos sociais que as constitui. Nesse contexto, diversas paisagens com símbolos e significados se encontram na configuração desses espaços e, dentre os sujeitos que promovem transformações no urbano e que estruturam essas paisagens a partir de suas lógicas e interesses, estão inseridos os grupos religiosos.

Cada religião se apropria e interage com o espaço a seu modo, com representações nas paisagens que se ligam a sua trajetória histórica na sociedade. Assim, as religiões cristãs enquanto dominantes, apresentam maior visibilidade no espaço urbano com suas catedrais, templos, ao passo que as religiões de matriz africana se encontram ocultas ou discretamente inseridas nas paisagens urbanas (BONIFÁCIO, 2017). Nessa perspectiva, mediante levantamento e revisão bibliográfica, esse trabalho buscou abordar a trajetória dos estudos sobre geografia e religião até chegar no Brasil evidenciando a invisibilidade das religiões de matriz africana nas paisagens urbanas e a necessidade de mais estudos que tratem sobre essa temática que é fundamental para entender a própria formação do Brasil.

Procedimentos metodológicos

O tipo de pesquisa aplicado a este trabalho é bibliográfico e nessa perspectiva, para o seu desenvolvimento foram utilizados materiais publicados em livros e artigos produzidos por

pesquisadores da área de Geografia da Religião, como a Zeny Rosendahl que realizou estudos preponderantes na compreensão acerca de como a religião pode ser identificada no espaço urbano, pode ser percebida na paisagem e as primeiras análises concatenando a geografia e a religião no Brasil. Além disso, foram analisados bibliografias pertinentes à invisibilidade das religiões de matriz africana na paisagem e acerca do racismo religioso direcionados aos adeptos dessas religiões.

A pesquisa bibliográfica, conforme aponta Gil (2008), é uma exploração realizada a partir de material já elaborado, formado essencialmente por livros e artigos científicos e faz uso, fundamentalmente, das contribuições de diversos autores acerca de um determinado assunto. Nesse tipo de pesquisa a primeira etapa do processo de desenvolvimento consiste na formulação de um problema a ser analisado e que esteja ligado a um assunto de interesse do pesquisador, a um tema que seja relevante para quem irá realizar a investigação. Na segunda etapa é elaborada a ordenação de seções correspondentes ao desenvolvimento que se pretende dar à pesquisa, de acordo com o objetivo que se quer alcançar. O próximo passo consiste em identificar as fontes necessárias para embasar o trabalho, buscando-as em bibliotecas, em sites na internet como portais de periódicos e acervos digitais de universidades.

Com o material em mãos, passa-se à fase de leitura procurando identificar as informações importantes e relacioná-las ao problema elencado. A princípio, uma leitura exploratória de todo o material para verificar o que pode ser utilizado, seguida pela leitura seletiva para averiguar o que será significativo para se aplicar à pesquisa. Na leitura analítica é feita a delimitação das ideias

centrais do texto, a ordenação e síntese dessas informações e por fim realiza-se a leitura interpretativa na qual busca-se associar o conteúdo das fontes consultadas a outros conhecimentos. Deve-se ressaltar que o conteúdo selecionado a partir das leituras feitas deve ser anotado e organizado, preferencialmente, em fichas visando facilitar a construção das seções que vão compor a pesquisa. A última fase consiste na redação do texto, etapa na qual se expressa o raciocínio desenvolvido no trabalho (GIL, 2008).

Panorama acerca da Geografia da Religião

A Geografia da Religião deve ser interpretada como a análise de uma ação exercida pelo impulso religioso do homem sobre o seu ambiente transformando-o, qualificando-o com formas espaciais segundo as suas necessidades. O homem age sobre o espaço lhe atribuindo significações e a manifestação do sagrado nesse espaço que é responsável por possibilitar a abordagem da religião nos estudos geográficos (ROSENDAHL, 2012).

O espaço geográfico é construído e transformado pelo homem a partir de diversas finalidades. Os múltiplos espaços constituídos pelo trabalho humano são marcados pelas funções a eles pertinentes, funções que remetem às dimensões da vida humana como educação, lazer, religião. Nessa perspectiva, na totalidade do espaço geográfico diversos espaços sociais estão relacionados, como o espaço da rua e o espaço da religião; a religião possui dimensão geográfica e por isso deve ser considerada e, dessa forma, averiguar o espaço da religião enquanto integrante do espaço social consiste numa questão a ser investigada pela Geografia (SANTOS, 2002).

Ao observar a história do pensamento geográfico desde a institucionalização da Geografia enquanto ciência no século XVIII até os estudos da Geografia Teorético-Quantitativa, geografia crítica e a nova geografia cultural nos anos 1980, a geografia da religião foi de certo modo negligenciada (FRANGELLI, 2012). A autora enfatiza que três possibilidades devem ser consideradas ao pensar no motivo desse desinteresse dos geógrafos pelos assuntos religiosos: a precária interdisciplinaridade entre a geografia e as outras ciências sociais que incluem essa temática em suas reflexões, a geografia se circunscrever a ela mesma, se fechar em si mesma e a terceira especulação é a de que o tema da religião teve dificuldades no seu processo de difusão no interior da disciplina e, à vista disso, a princípio viu a necessidade de se afirmar internamente para depois se voltar para os debates interdisciplinares.

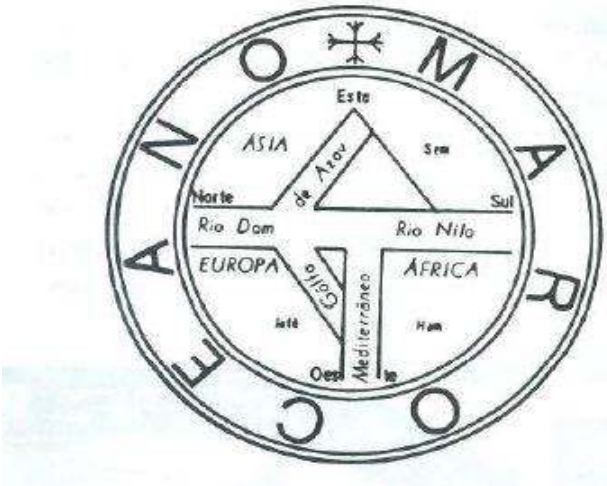
A geografia mencionava a religião em suas descrições mas sem considerar a convicção das pessoas, se voltava unicamente para os símbolos inscritos na paisagem pela fé, "a dimensão religiosa era abordada apenas de passagem, nas análises regionais" (CLAVAL, 1999, p.37). Nesse contexto, representações que pareciam não pertencer ao domínio dos geógrafos eram evitadas nos estudos geográficos. Claval (1999) sinaliza que as abordagens hodiernas são diferentes pois englobam o universo mental dos grupos que são analisados e as bases e manifestações materiais de suas atividades.

Na Antiguidade Clássica geógrafos da Grécia Antiga já representavam em seus modelos cosmológicos, em seus mapas a sua visão de mundo que era fundamentada na religião. No entanto, essa geografia que buscou incorporar as ideias religiosas ainda não havia se constituído numa geografia da religião (PEREIRA, 2013).

Na Idade Média, principalmente pela atuação da Igreja Católica por meio da religião cristã, a geografia e a religião tiveram uma aproximação notável e os estudos, por serem realizados por teólogos, apresentavam análises religiosas. O enfoque das análises não era o próprio espaço geográfico, mas a descrição da trajetória da história cristã (OLIVEIRA, 2019).

Como evidência da geografia desenvolvida na Idade Média têm-se os mapas T/O que pretendiam esquematizar como era a Terra. De acordo com Barata (1997), a água formando um T dentro do O delimitava os três continentes habitados pelos filhos de Noé, Sem, Cam e Jafé, e no centro desse mapa estava situada a cidade de Jerusalém que era concomitantemente centro geográfico e centro cósmico, como é possível identificar na Figura 1.

Figura 1: Exemplo de mapa T/O produzido na Idade Média



Fonte: BARATA, 1997, p. 19.

No início da Idade Moderna despontou uma nova visão de geografia, a Geografia Eclesiástica, que se dedicava principalmente

ao mapeamento do espaço cristão, objetivando a sua organização e o entendimento de como estava ocorrendo a ação e influência de outras religiões, uma nova prática da geografia que se deu após a Reforma e a Contrarreforma juntamente com o início das conquistas das grandes navegações (OLIVEIRA, 2019). Por mais que a Geografia Eclesiástica focasse na dinâmica espacial das religiões no mundo, seus principais interesses estavam ligados à religião cristã.

Souza (2010) evidencia que ainda no século XVII, ao mesmo tempo em que se desenvolvia uma Geografia Eclesiástica, os geógrafos passaram a realizar estudos a fim de localizar e representar os locais mencionados pela Bíblia, o que denominou-se Geografia Bíblica que se estendeu até o início do século XX.

No decorrer dos descobrimentos das grandes viagens fortaleceu-se uma tendência que ficou conhecida como Escola Físico-Teológica ou Geografia Físico-Teológica na qual a explicação para os fenômenos que ocorriam no ambiente estava diretamente ligada à religião, corrente de pensamento já presente na Antiguidade e na Idade Média (PEREIRA, 2013).

Simultaneamente à Escola Físico-Teológica, surgiu o proto-determinismo geográfico, cuja ideia central era a de que o ambiente tinha a capacidade de determinar algumas religiões e essa linha de pensamento que culminou posteriormente no determinismo geográfico. Deve-se ressaltar que, ainda antes da geografia se consagrar enquanto uma ciência moderna, o Iluminismo foi um movimento que contribuiu para o seu rompimento com a teologia e, por mais que nos primórdios da modernidade se identificasse algumas referências à religião, a Geografia da Religião ainda não tinha se constituído enquanto disciplina (PEREIRA, 2013).

No processo de renovação do pensamento geográfico, movimento calcado no materialismo histórico-dialético de Marx, também não foi dado destaque à temática da religião, valorizou-se os fenômenos socioeconômicos, as desigualdades sociais. Desse movimento de renovação surgiu a Geografia Crítica que de acordo com Souza (2010, p.71), "não conseguiu ensejar grande interesse nos geógrafos para que estudassem as dimensões geográficas da religião". Sobre a influência do marxismo, os geógrafos críticos focaram principalmente nas contradições oriundas do modo de produção capitalista e assim, negligenciaram a religião.

Com o despontar da Geografia Cultural-Humanista na segunda metade do século XX, a partir da virada cultural na Geografia, a religião, assim como outros temas, passou a ser estudada de modo mais estruturado nesse campo científico. Com a renovação da Geografia Cultural, a religião, com seus aspectos simbólicos, se integrou de forma mais intensa às atividades culturais determinadas pelos geógrafos e assim, além das materializações espaciais da religião, esses estudos passaram a abarcar a percepção do homem com relação a esses espaços (SOUZA, 2010).

Geografia da Religião no Brasil

A religião pode ser interpretada como um fato social e nessa perspectiva, está inscrita no tempo e no espaço sendo assim, um objeto de estudo da geografia. Entretanto, ao analisar a trajetória do pensamento geográfico percebe-se que o interesse do geógrafo pela religião é menor do que o apresentado por outros campos de conhecimento e que os estudos que discutem sobre a geografia da

religião são recentes, indicando que há muito a ser feito para contribuir com esse tema (ROSENDAHL, 2018).

Os estudos que abordam a religião na geografia brasileira podem ser organizados em dois blocos: trabalhos realizados antes de 1990, com reflexões que abarcam os efeitos da religião sobre a paisagem, e aqueles desenvolvidos após 1990, com análises sobre a natureza da experiência religiosa e as formas que adquirem no espaço. No primeiro grupo há trabalhos direcionados para as estruturas espaciais da religião, a dicotomia sagrado-profano, análises sobre cidades-santuário e dispersão espacial de hierofanias (manifestação do sagrado no espaço). Já no segundo grupo, o objetivo é a compreensão das manifestações religiosas a partir do caráter fenomenológico e das estruturas estruturadas da religião (FRANGELLI, 2012; ROSENDAHL, 1995, 2003).

No Brasil, as primeiras discussões sobre Geografia e Religião podem ser identificadas em trabalhos das geógrafas culturais Maria Cecília França, com sua tese de doutorado sobre cidades de função religiosa publicada em 1972, e Zeny Rosendahl com sua tese iniciada em 1989 e defendida em 1994 cujo tema é um centro de peregrinação localizado em Itaboraí no Rio de Janeiro, Porto das Caixas (ROSENDAHL, 2018).

Por volta de 1993, juntamente com Roberto Lobato Corrêa, outro pioneiro da Geografia Cultural no Brasil, Rosendahl fundou o NEPEC, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a fim de enaltecer a dimensão espacial da cultura nos estudos geográficos, um grupo que desde o seu início promoveu debates, cursos e publicações voltadas para o espaço, religião e a cultura. Cerca de dez anos após a

criação do NEPEC, em 2003, um outro núcleo de pesquisas foi criado, o Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião (NUPPER) tendo por coordenador o geógrafo Sylvio Fausto Gil Filho da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com a finalidade de analisar o fenômeno religioso em conformação com outras ciências humanas (FRANGELLI, 2012).

Frangelli (op. cit.) menciona que em 2004 foi criada uma rede de pesquisas denominada Núcleo de Estudos em Espaço e Representação (NEER) cujo propósito se volta para o aprofundamento e ampliação da abordagem cultural na geografia quanto aos aspectos do espaço e da representação e, nesse quadro, a geografia da religião se mostrou como um tema consolidado dentre os demais.

Ao organizar o panorama acerca dos primórdios da Geografia da Religião no Brasil nota-se que o surgimento deste subcampo coincide com o início da geografia cultural aqui no país tendo como pioneiros, intelectuais que ao mesmo tempo em que contribuíram para a consolidação desse campo de estudos no país, se voltaram para a construção do subcampo supracitado. A multiplicidade dos debates promovidos pelos núcleos de estudos sobre geografia e religião no Brasil, as diferentes análises desenvolvidas sobre o fenômeno religioso no espaço, revelam a importância da Geografia da Religião enquanto vertente da Geografia e a necessidade de se efetuar mais pesquisas voltadas para esse assunto, temática que por muito tempo foi ignorada pelos geógrafos.

Paisagem e religião

A interação do ser humano com o espaço ocasiona constantes transformações na paisagem, tanto na materialidade das coisas que os seres humanos constroem e organizam, quanto no plano da imaterialidade, dos sentidos e significados conferidos aos elementos constituintes da paisagem. Dessa forma, a paisagem está repleta de símbolos, que se baseiam nas experiências e interpretações de mundo feita pelos indivíduos que com ela interagem (TORRES, 2013).

Conforme aponta Rosendahl (2012), com a renovação da geografia cultural após 1970, a preocupação dos geógrafos desse campo cresceu no que tange à identidade cultural, ao simbolismo das coisas e dos objetos na paisagem. Nesse sentido, os geógrafos passaram a analisar o modo como os grupos sociais criam paisagens e concomitantemente têm a sua identidade cultural reforçada por essa paisagem, as características materiais e imateriais da cultura passaram a ser consideradas.

Entendendo a religião como um elemento integrante da cultura de um povo, na paisagem também são refletidos os valores da religião desenvolvida pelos grupos sociais. As práticas religiosas conferem à paisagem traços que estão intrinsicamente ligados aos aspectos culturais de uma comunidade, de forma que o espaço pode ser percebido conforme os valores simbólicos que ali estão representados, o que significa que a partir da cultura, a religião imprime uma marca na paisagem. Nessa perspectiva, ao analisar uma comunidade e sua identidade religiosa, a paisagem religiosa é preponderante por ser uma manifestação da espacialidade do sagrado (ROSENDAHL, 2003).

As paisagens religiosas se apresentam como expressões imediatas das religiões e dispõem de elementos que são testemunhos

das práticas religiosas. Dentre os elementos relevantes na paisagem religiosa podem ser citados os templos, os locais de culto, locais de peregrinação e as festas religiosas. A religião seria um aspecto cultural que se desenvolve em uma determinada área e transforma a paisagem e os templos podem ser entendidos como o principal exemplo dessa transformação (GIL FILHO, 2009; OLIVEIRA, 2012).

O templo enquanto elemento característico da paisagem religiosa possibilita identificar qual grupo religioso se insere num determinado espaço, é uma expressão da religião de uma comunidade. Entretanto, a materialidade e a arquitetura do templo seriam formas vazias se não houvesse a vida da comunidade de adeptos que o anima. Nesse sentido, a paisagem religiosa é uma projeção da ação humana que pode ser criada e transformada ocasionando renovadas impressões e representações evidenciando a prática religiosa do ser humano, está diretamente relacionada aos fenômenos religiosos desenvolvidos no espaço, à fé e às crenças dos indivíduos (GIL FILHO, 2009).

A formação religiosa do Brasil e a invisibilidade das religiões de matriz africana na paisagem

As religiões são integrantes da cultura humana e, dessa forma, cada religião apresenta suas peculiaridades por se referir às diferentes crenças, expressar diferentes linguagens e formas diversas de representar o fenômeno religioso vivenciado pelos indivíduos de cada cultura. Nesse contexto, no Brasil é possível identificar várias religiões que são resultado da diversidade cultural presente no país (KADLUBITSKI; JUNQUEIRA, 2010).

Para entender a diversidade de religiões na sociedade brasileira é necessário compreender a formação religiosa do Brasil. Santos (2002) aponta que o Brasil já nasceu como um país católico devido à influência que a Igreja Católica exerceu no poder da monarquia portuguesa. A partir da Companhia de Jesus, ordem religiosa pertencente à Igreja Católica, no período da colonização o catolicismo chegou ao território brasileiro com a missão de catequizar os indígenas que aqui habitavam. Os Jesuítas tinham a missão de converter índios e fixaram-se em povoados e cidades a fim de dissipar a fé cristã (COSTA, 2001).

Ao abordar a religião aqui no Brasil, Gilberto Freyre a aponta como um híbrido derivado de um processo histórico de interações entre povos e culturas, a cultura do português, do índio e do negro (FREYRE, 2003).

O candomblé é uma religião que se formou no Brasil como resultado da preservação dos cultos ancestrais aos Orixás dos distintos povos africanos traficados e escravizados no Brasil e, de acordo com a composição majoritária de cada grupo, os candomblés se diferenciam em nações, como Candomblés de nações Ketu, Candomblés de Angola e Jeje (SANTOS, 2010 apud GÓIS, 2013).

O judaísmo também pode ser identificado no início da formação religiosa do Brasil. Devido à introdução da Inquisição em Portugal por volta do ano 1531, os judeus que lá viviam tiveram que mudar para outros continentes e países, como por exemplo a América, chegando às terras brasileiras (SANTOS, 2002).

Ainda conforme Santos (2002), o espiritismo sistematizado por Allan Kardec na França em 1857 chegou ao Brasil em 1860 através de um grupo de franceses e difundiu-se enquanto doutrina

espírita a partir das cidades de Salvador e Rio de Janeiro que, na época, era a capital do país. Já no século XIX, o protestantismo tradicional representado, dentre outros, por luteranos, metodistas e presbiterianos teve sua inserção no Brasil. Na primeira década do século XX o pentecostalismo norte-americano chegou no território brasileiro e, nos anos 1910 e 1911, organizou-se enquanto Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus.

A anunciação da prática umbandista considerada por muitos como o nascimento da Umbanda no Brasil deu-se na primeira década do século XX. No dia 15 de novembro de 1908 Zélio Fernandino de Moraes incorporou um espírito que se diferenciava daqueles que se manifestavam em reuniões Kardecistas, espírito que passou a ser conhecido como Caboclo das Sete Encruzilhadas e que anunciou que a partir do dia 16 de novembro, na casa desse jovem seria fundada uma nova religião que aceitaria as enunciações de pretos e índios. Assim, no dia 16 de novembro, o espírito Caboclo das Sete Encruzilhadas manifestou-se novamente, ditou o nome da religião e instituiu os fundamentos teológicos, ritualísticos e doutrinários da Umbanda, além de dar nome ao local onde ocorreriam as sessões: Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade situada na Rua Floriano Peixoto, número 30, em São Gonçalo, Rio de Janeiro (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2019).

A diversidade cultural e, consequentemente, a pluralidade religiosa são elementos que marcam o Brasil desde os primórdios da sua formação enquanto país. No entanto, juntamente com essa multiplicidade de religiões, o racismo religioso esteve presente desde a época da colonização e a imposição do catolicismo por parte dos portugueses aos demais povos aqui presentes (índios e negros vindos

da África) é um forte exemplo disso. Esse racismo religioso gera preconceito e discriminação com relação aos adeptos de outras religiões, como as religiões de matrizes africanas, Umbanda e os diversos tipos de Candomblé.

A destruição de terreiros, a discriminação direcionada aos adeptos de religiões afro-brasileiras se apresentam como um complexo de violências integradas que se configuram como racismo religioso. Os terreiros se inscrevem como tempo/espaços que remontam existências perseguidas desde o período colonial. Nesse contexto, por um viés epistemológico, político e pedagógico, os terreiros também concernem saberes, identidades e se apresentam como locais de resistência frente a perseguição sofrida desde o período de formação do território brasileiro (RUFINO; MIRANDA, 2019)

Segundo Bonifácio (2017), as religiões de matriz africana, desde o período colonial, estiveram à margem da sociedade. Foi negado aos negros o direito de expressar suas práticas culturais, o que fomentou a perseguição e discriminação às culturas de origem africana e os compeliu a camuflar e ocultar as suas expressividades religiosas e culturais.

Acerca da subalternização da cultura africana no Brasil, Nogueira (2020) menciona que essa culmina em epistemicídio e apagamento daquilo que a hegemonia não suporta ver vivo, humano e verdadeiro e, que na raiz da negação de conhecimentos, saberes e culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental encontra-se a colonialidade do poder.

Por epistemicídio entende-se o aniquilamento de culturas e saberes de povos subjugados, como os negros e indígenas no Brasil, a

negação de práticas e grupos sociais, "o processo de matar o conhecimento do outro" (PESSANHA, 2019, p.167).

A formação social brasileira é marcada por uma estrutura racista cuja base está calcada no extermínio cultural, físico e simbólico dos povos africanos, indígenas e afrodescendentes. O epistemicídio se apresenta como uma das estratégias preponderantes para a sustentação desse processo e, associado à ideologia de branqueamento, que marca a história do Brasil, é responsável por invisibilizar, ocultar e desconsiderar na educação brasileira as contribuições dos conhecimentos destes povos (CARVALHO, 2020).

A ideologia de branqueamento juntamente às políticas de imigração de europeus e posteriormente à miscigenação, consistiu e ainda consiste numa forma de desconstrução de uma sociedade de maioria não-branca, buscando o esquecimento de sua história ao incentivar o conhecimento eurocentrado, eliminando as origens e contribuições de outros povos no processo de formação do país (PEREIRA, 2019).

Entendendo que os espaços urbanos das cidades brasileiras são constituídos por diversas territorialidades caracterizadas a partir da história e trajetória sócio espacial dos grupos sociais que as formam, nesses espaços são identificadas também diferentes paisagens repletas de símbolos e significados oriundos das várias culturas que ali se desenvolvem. Dentre os sujeitos responsáveis pelas transformações do espaço e, portanto, formadores de paisagens segundo seus interesses, encontram-se os diversos grupos religiosos presentes no urbano. Nesse contexto, as religiões hegemônicas possuem grande visibilidade no urbano, o que se percebe por meio

das suas igrejas e templos, enquanto as religiões de matriz africana estão ocultas ou discretamente caracterizadas nas paisagens urbanas (BONIFÁCIO, 2017).

Ainda de acordo com as considerações de Bonifácio (2017), templos de Umbanda e Candomblé, em sua maioria, estão situados em fundos de residências e nem sempre apresentam elementos nas fachadas para sinalizar a sua existência. O que predomina e é facilmente observado nos bairros são igrejas das religiões católica e evangélica, principalmente, e quando há algum templo ligado às religiões de origem africana, esse não possui identificação ou se apresenta de forma discreta no espaço urbano. A utilização de plantas tidas como sagradas dispostas no espaço externo dos terreiros exemplifica uma forma adotada por essas religiões para demarcar sua posição na sociedade e na paisagem de forma sutil.

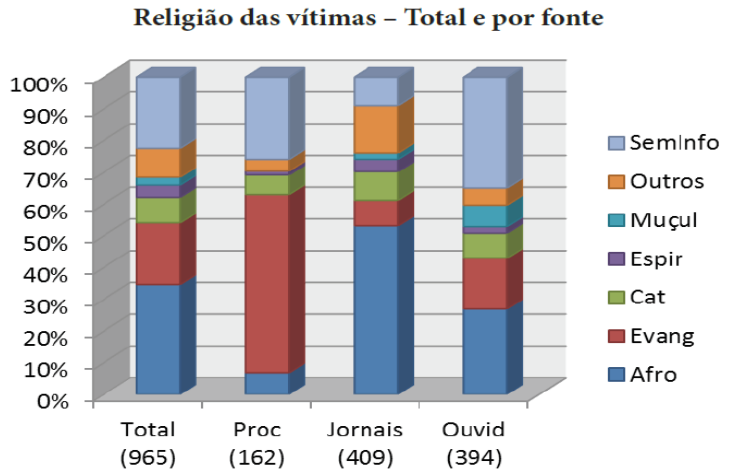
Na percepção de uma paisagem alguns elementos com expressivos significados são considerados pelas pessoas, símbolos com extensão cultural chamados de geossímbolos. São elementos reproduzidos culturalmente por uma coletividade e que representam experiências, vivências e valores desse grupo. As religiões de matriz africana utilizam geossímbolos mais comedidos para demarcar seus locais de culto, como as plantas já mencionadas e recipientes de barro (quartinhas) (STRACHULSKI, 2015).

Essa invisibilidade sofrida pelas religiões de matriz africana no espaço urbano é fruto de um processo de marginalização que remonta à colonização do Brasil, período em que a religião da monarquia portuguesa, o catolicismo, foi imposta aos negros trazidos da África e aos indígenas que já habitavam as terras brasileiras e às

suas crenças foi conferida uma posição subalternizada, lhes foi tirado o direito de manifestar livremente as suas práticas religiosas.

O Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (RIVIR), elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República entre o final de 2015 e início de 2016, aponta que as religiões de matriz africana aparecem de forma expressiva entre os que mais sofrem violações de seus direitos no que tange à sua religiosidade. Dados do Disque 100 (canal para denunciar violação de direitos humanos), de ouvidorias, de processos de justiça e dos jornais, evidenciam que cerca de 30% das vítimas de racismo religioso no Brasil são de matriz africana, cerca de 20% evangélicas e 10% católicas. Espíritas e muçulmanos aparecem cada um com aproximadamente 5% e um conjunto de outras 15 religiões englobam outros 10%. Faltam informações acerca de 20% das vítimas. A partir das fontes dos dados, nos processos de justiça há uma presença considerável de evangélicos, principalmente adventistas, em que 45% dos processos em que foi possível identificar o autor, que é a vítima, esse era adventista. Em relação aos jornais, 53% eram pessoas de religiões de matriz africana e nas ouvidorias também aparecem em primeiro lugar, com 23% das vítimas e em segundo lugar evangélicos com 16% (Figura 2) (FONSECA, 2018).

Figura 2: Vítimas de intolerância religiosa

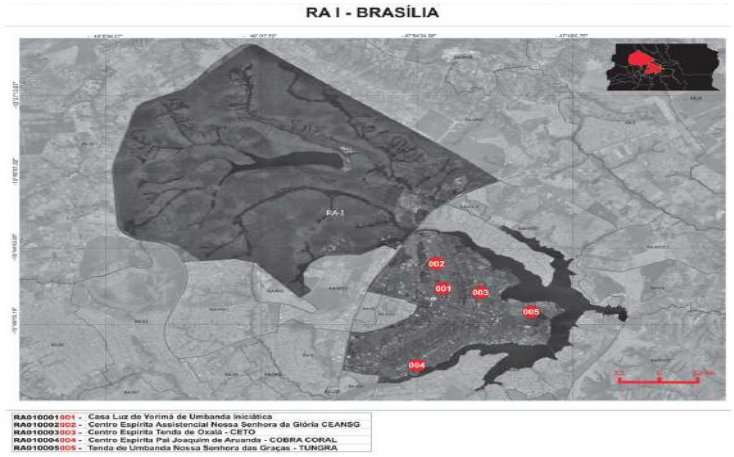


Fonte: FONSECA, 2018, p.38.

A intolerância religiosa atinge todas as crenças, entretanto a perseguição a determinadas religiões é mais intensa, como é o caso das religiões de matriz africana. Por mais que a legislação brasileira estabeleça a liberdade religiosa, exercer uma fé não é algo tão livre no Brasil. Conforme a Constituição Brasileira determina, exercer livremente sua religião é um direito de todos os cidadãos no Brasil, mas faltam condições para que as diferentes correntes religiosas possam conviver em harmonia (NOGUEIRA, 2020).

Mapeamentos que ilustram a espacialização das religiões de matriz africana nas cidades e que são uma contribuição para a geografia da religião foram realizados aqui no Brasil por universidades e centros de pesquisas, como a Universidade de Brasília que, em parceria com a Fundação Palmares, efetuou um mapeamento em 2018 (Figura 3) demarcando os terreiros localizados nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

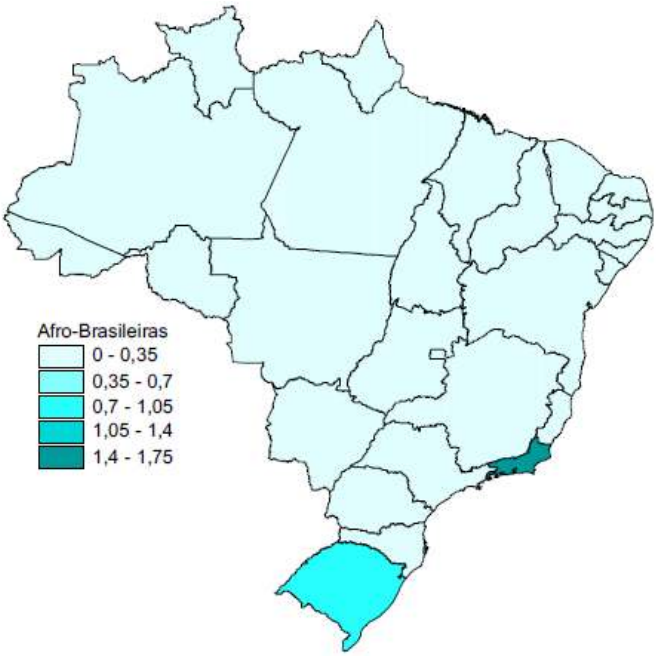
Figura 3: Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal, Região Administrativa I



Fonte: ANJOS, 2018, p. 77.

Os Mapas das Religiões elaborados pela Fundação Getúlio Vargas (Figura 4), com base em microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (POF IBGE) do ano de 2009, também podem ser considerados como uma importante ferramenta que ajudou na compreensão da espacialidade das religiões afro-brasileiras e permitiu mensurar a porcentagem de adeptos dessa matriz religiosa em cada estado do país no período considerado.

Figura 4: Porcentagem de adeptos de religiões afro-brasileiras – UF, POF 2009



Fonte: NERI, 2011, p. 36.

Realizar o mapeamento de terreiros ou das religiões é uma forma de tirar da inexistência espacial os territórios religiosos de matriz africana, de dar maior visibilidade a esses territórios, além de permitir identificar em quais áreas há uma presença maior dessas religiões na cidade e até mesmo no país.

Na atualidade, a presença das religiões hegemônicas na mídia (televisão e rádio) intensifica a "demonização" de outras crenças, incitando comportamentos preconceituosos, criando e propagando estereótipos característicos de racismo religioso, principalmente com relação às religiões afro-brasileiras. A tolerância dada aos afrodescendentes e a sua religião na história de formação do território brasileiro é identificada apenas quando esses assumem

valores cristãos e sua crença é transmutada em outra cultura, por meio da catequese (BEZERRA; RODRIGUES, 2016; GÓIS, 2011).

Os meios de comunicação são controlados por um grupo restrito que os utiliza para disseminar o seu conservadorismo, uma mídia parcial que prega o desrespeito e estigmatiza, sobretudo, as religiões de matriz africana.

Por mais que o Brasil seja conhecido por sua pluralidade cultural e diversidade religiosa, a intolerância a crenças e práticas ligadas a religiões não hegemônicas ainda é um grande problema no país, o que limita e até impossibilita a manifestação religiosa desses grupos e os obriga a se esconder na sociedade devido aos ataques que sofrem (SIMÕES; SERAFIM; MOURÃO, 2020).

O que se percebe é a falta de conhecimento por parte da sociedade no que tange às religiões de matriz africana, principalmente a Umbanda e os Candomblés e dos significados que essas religiões têm para os seus adeptos. Com a propagação de informações negativas sobre essas religiões, as pessoas tendem a ser cada vez mais preconceituosas e tais religiões, a fim de se preservarem e, inclusive, protegerem os seus adeptos, cada vez mais invisíveis na paisagem urbana, nas cidades.

Considerações finais

Ao analisar a trajetória de formação do pensamento geográfico percebe-se que desde a institucionalização da geografia enquanto disciplina, devido a existência de tendências que pouco valorizaram as percepções dos indivíduos, a subjetividade, a religião foi uma temática negligenciada nos estudos geográficos. Isso reforça a necessidade que as comunidades científicas têm de sempre

avaliarem as suas produções para identificar problemas e propor soluções, averiguando temáticas que muito podem contribuir para a compreensão acerca da sociedade em sua interação com o meio, como é o caso da geografia da religião.

A multiplicidade de trabalhos desenvolvidos pelos núcleos que abordam a geografia da religião no Brasil é outro fator que evidencia o peso que essa temática tem nos estudos geográficos, a espacialidade da religião enquanto questão central na geografia.

Se o objeto de estudo da geografia consiste na análise da sociedade em sua interação com o meio, a religião é um elemento preponderante por se ligar à cultura dos grupos sociais, por transformar a paisagem e deixar impressões no espaço diretamente relacionadas aos aspectos culturais de uma comunidade. Nesse contexto, como fruto do processo de formação do território brasileiro, a diversidade religiosa é um dos elementos mais marcantes do Brasil, o que é acompanhado pelo racismo religioso presente desde o período da colonização. O epistemicídio e a ideologia de branqueamento que marcam a história do Brasil são manifestações do racismo estrutural intimamente ligadas a essa invisibilidade das religiões de matriz africana na paisagem, invisibilidade que se mostra até mesmo como uma forma de proteção contra a violência desse racismo, da perseguição religiosa ainda vigente.

As religiões de matriz africana são as que mais sofrem com o preconceito das religiões hegemônicas que as segregam e marginalizam, forçando-as a se ocultarem no espaço urbano, tornando-se invisíveis na paisagem das cidades. Assim, um caminho para superar essa problemática consiste na realização de mais trabalhos que abordem essas religiões a fim de desmistificar a

imagem negativa que há tempos as religiões hegemônicas constroem em torno delas e de seus adeptos, para que sejam reconhecidas e respeitadas enquanto manifestação cultural de um povo.

Referências bibliográficas

ANJOS, R. S. A. Relatório Técnico do Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal – 1ª Etapa Cartografia Básica. ***Revista Tempo*** – *Técnica – Território,* UnB: Brasília, v.9, n. 1, 2018.

BARATA, F. T. Cartografia: representação do espaço e unificação do mundo. ***Caderno de Geografia***, PUC Minas: Belo Horizonte, v. 7, n. 9, p. 18-28, 1997.

BEZERRA, E. K.; RODRIGUES, F. S. **Da invisibilidade à visibilidade negativa das religiões de matriz africana na televisão brasileira.** *Interfaces Científicas- Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 5, n. 2, p. 67-80, 2016.

BONIFÁCIO, W. V. G. A invisibilidade das religiões afro-brasileiras nas paisagens urbanas. ***Revista Produção Acadêmica***, UFT: Palmas, v. 3, n. 01, 2017.

CARVALHO, V. F. Reflexões sobre a falsa universalidade da teologia judaico-cristã: epistemicídio e a construção do "outro". In: ALVES, M. C. (Org.). **A Matriz Africana: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas.** Porto Alegre: Rede Unida, 2020.

CLAVAL, P. O tema da religião nos estudos geográficos. ***Revista Espaço e Cultura,*** UERJ: Rio de Janeiro, n. 7, 1999.

COSTA, A. C. O poder econômico e territorial dos Jesuítas no Brasil Colônia: a organização espacial da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro nos séculos XVI ao XVIII. ***Revista Espaço e Cultura***, UERJ: Rio de Janeiro, n. 11 e 12, p. 77-82, 2001.

FONSECA, A. B. C. **Primeiras análises dos dados do Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011-2015)**. In: FONSECA, A. C. O. (Org.). *Estado Laico, Intolerância e Diversidade*

Religiosa no Brasil: pesquisas, reflexões e debates. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania, 2018.

FRANGELLI, P. A geografia da religião no Brasil: intelectuais pioneiros, propostas e metodologias de estudo. ***Revista Espaço e Cultura,*** UERJ: Rio de Janeiro, n. 31, 2012.

FREYRE, G. ***Casa Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GIL, A. C. ***Métodos e técnicas de pesquisa social.*** São Paulo: Atlas, 2008.

GIL FILHO, S. F.; GIL, A. H. C. F. ***Geografia da Religião:*** Estudos da Paisagem Religiosa. In: VIII Encontro Nacional Da ANPEGE – ENANPEGE, 2009, CURITIBA: ANPEGE, 2009.

GÓIS, A. J. ***O candomblé e a umbanda na cidade de Contagem, Minas Gerais:*** espaço e território, 2011. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte.

_____. As religiões de matrizes africanas: o Candomblé, seu espaço e sistema religioso. ***Revista Horizonte,*** PUC Minas: Belo Horizonte, v.11, n. 29, p. 321-352, 2013.

GONÇALVES, F. S.; OLIVEIRA, D. C. História da formação e renovação da Umbanda no Brasil: um estudo de caso no Terreiro Zambi-Iris, Bocaiúva/MG. ***Revista Desenvolvimento Social***, v. 25, n. 2, p. 111-131, 2019.

KADLUBITSKI, L.; JUNQUEIRA, S. Cultura e diversidade religiosa: diálogo necessário em busca da Fraternidade Universal. ***Revista Interações-Cultura e Comunidade,*** Uberlândia - MG, v. 5, n. 8, p. 123-139, 2010.

NERI, M. C. (Org.). **Novo mapa das religiões.** Rio de Janeiro: FGV, 2011.

NOGUEIRA, S. **Intolerância Religiosa.** São Paulo: Pólen, 2020.

OLIVEIRA, H. C. M. **Espaço e religião, sagrado e profano:** uma contribuição para a geografia da religião do movimento pentecostal. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente-SP, n. 34, v. 2, p.135-161, 2012.

OLIVEIRA, P. W. **A. Aproximações entre geografia e religião:** contribuição aos estudos em geografia da religião. *Revista Geosaberes*, UFC: Fortaleza, v. 10, n. 21, 2019.

PEREIRA, B. C. S. **Racismo religioso e ideologia do branqueamento no Brasil.** *Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*, UFMA: São Luís, n. 4, p. 59-76, 2019.

PEREIRA, C. J. **Geografia da religião: um olhar panorâmico.** *Revista RA' E GA- O Espaço Geográfico em Análise*, UFPR: Curitiba, n. 27, 2013.

PESSANHA, E. A. M. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. *PROBLEMATA: **Revista Internacional de Filosofia***, v. 10, n. 2, p. 167-194, 2019.

ROSENDAHL, Z. Geografia e Religião. **Boletim Gaúcho de Geografia,** Associação dos Geógrafos Brasileiros: Porto Alegre, n. 20, p. 96-99, 1995.

_____. Construindo a Geografia da Religião no Brasil. ***Revista Espaço e Cultura***, UERJ: Rio de Janeiro, n. 15, 2003.

_____. História, teoria e método em Geografia da Religião. ***Revista Espaço e Cultura,*** UERJ: Rio de Janeiro, n. 31, 2012.

_____. ***Uma procissão na geografia.*** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

RUFINO, L.; MIRANDA, M. S. **Racismo religioso:** política, terrorismo, trauma colonial – outras leituras sobre o problema. *PROBLEMATA: **Revista Internacional de Filosofia***, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019.

SANTOS, A. P. Introdução à geografia das religiões. ***Revista GEOUSP-Espaço e Tempo***, USP: São Paulo, n. 11, 2002.

SIMÕES, J. S.; SERAFIM, J. S.; MOURÃO, G. F. A vivência da fé sob o estigma na percepção de praticantes de religiões afro-brasileiras em Montes Claros. ***Revista Sacrilegens,*** UFJF: Juiz de Fora, v.17, n. 1, p. 262-275, 2020.

SOUZA, J. A. X. Religião: um tema cultural de interesse geográfico. ***Revista da Casa da Geografia de Sobral,*** Sobral-CE, v. 12, n. 1, p.69-80, 2010.

STRACHULSKI, J. A relação entre pessoas, paisagem e geossímbolos na comunidade rural Linha Criciumal, Cândido de Abreu-PR. ***Revista Geoambiente On-line***, UFG: Jataí, n. 24, p. 78-96, 2015.

TORRES, M. **A. As paisagens da memória e a identidade religiosa.** *RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise*, v. 27, p. 94-110, 2013.

Submetido em: 5 de janeiro de 2021.

Devolvido para revisão em: 20 de fevereiro de 2021.

Aprovado em: 24 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA. S, L. M. ALVES, R. F. Um recorte sobre a Geografia da religião e a invisibilidade das religiões de matriz africana na paisagem. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 152-181, Jan.-Jun./2021.

CAPISTRANAS DA GEOGRAFIA: O PATRIMÔNIO PENSADO A PARTIR DA FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL

CAPISTRANAS OF GEOGRAPHY: THE PATRIMONY THINKING THOUGHT FROM THE EXISTENTIAL PHENOMENOLOGY

CAPISTRANNAS DE GEOGRAFÍA: PENSAMIENTO PATRIMONIO BASADO EN FENOMENOLOGÍA EXISTENCIAL

Tiago Rodrigues Moreira

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

E-mail: tiagoufvjm@gmail.com

Letícia Carolina Teixeira Pádua

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

E-mail: leticia.padua@ufvjm.edu.br.

Resumo:
Diamantina, cidade entre morros mineiros, entre ouros e diamantes nas minas, no seu centro histórico a história é encarnada nos casarões imponentes do barroco. As capistranas são os olhos de Diamantina, é pela capistranas que o sujeito se movimenta. Diante disso então nos propomos a percorrer as capistranas dessa cidade. Então, no decorrer desse caminhar uma angustia nos colocou em estado de questionamento. Que é patrimônio? Que patrimônio é esse? Para quem o é? Pelas capistranas de Diamantina lançamos as perguntas norteadoras deste trabalho. Que é liberdade? Ao morar em uma cidade tombada como patrimônio histórico cultural, qual a relação que existe entre a liberdade e patrimônio? Qual a relação do lugar com o patrimônio? Pretendemos com este texto procurar uma possível contribuição de Sartre à Geografia que pode ser melhor explorada e, sobretudo, operacionalizada em termos metodológicos.

Palavras-chave: Liberdade, Lugar, Diamantina, Experiência.

Abstract:
Diamantina, a city between Minas Gerais hills, between gold and diamonds in the mines, in its historic center history is embodied in the imposing mansions of the Baroque. Capistranas are the eyes of Diamantina, it is through capistranas that the someone moves. Therefore we propose to go through the capistranas of this city. So during this walk an anguish put me in a state of questioning. What is heritage? What heritage is this? Who is it for? Through the capistranas of Diamantina I launch the guiding questions of this work. What is freedom? When living in a city listed as a cultural historical heritage, what is the relationship between freedom and heritage? What is the relationship of the place with the heritage? We intend with this text to look for a possible contribution of Sartre to Geography that can be better explored and, above all, operationalized in methodological terms

Keywords: Freedom, Place, Diamantina, Experience.

Resumen:
Diamantina, una ciudad entre las colinas de Minas Gerais, entre oro y diamantes en las minas, en su centro histórico, la historia está plasmada en las imponentes mansiones barrocas. Las capistranas son los ojos de Diamantina, es a través de las capistranas que se mueve el sujeto. Por eso, te proponemos visitar las capistranas de esta ciudad. Entonces, durante este viaje, una angustia nos puso en un estado de cuestionamiento. ¿Qué es el patrimonio? ¿Qué es esta herencia? ¿Para quién? A través de las capistranas de Diamantina lanzamos las preguntas orientadoras de este trabajo. ¿Qué es la libertad? Al vivir en una ciudad catalogada como patrimonio cultural, ¿cuál es la relación entre libertad y patrimonio? ¿Cuál es la relación del lugar con el patrimonio? Con este texto pretendemos buscar una posible contribución de Sartre a la Geografía que pueda ser mejor explorada y, sobre todo, operacionalizada en términos metodológicos.

Palabras-clave: Libertad, Lugar, Diamante, Experiencia.

Descendo pelas capistranas

O pensamento humanista na Geografia emerge de um movimento na geografia norte americana, propondo uma possível renovação das matrizes epistemológicas, metodológicas e ontológicas, conduzidas pelos geógrafos, a saber: Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph, David Lowenthal, David Seamon, dentre outros).

Esse movimento reuniu geógrafos que desejam construir uma geografia constituída de humanismo, de imaginário, de pensar a Geografia para além da academia. Uma Geografia construída a partir da experiência e centrada na existência do ser humano. Então, esse movimento fez com que esses geógrafos procurassem estabelecer a matriz filosófica sobretudo ancorada na fenomenologia, ou podemos dizer nas fenomenologias correspondentes a cada um fenomenólogo, como por exemplo, Bachelard, Merleau- Ponty, Edit Stein e Heidegger foram filósofos que amplamente fizeram parte da constituição da Geografia Humanista enquanto corrente de pensamento.

Outro filósofo pensador da fenomenologia existencial como uma potência da realidade humana é o Jean-Paul Sartre. O pensamento de Sartre parte da preocupação existencial com o homem e suas atitudes, escolhas e liberdade. Pensar questões existenciais sob a luz da filosofia sartreana é partir do próprio para-si, ou seja, do ser que conscientemente pensa algo para fora e se encontra com o em-si como a coisa dada. Porém, esse pensar para-si existencial pouco se tem referências na bibliografia da Geografia Humanista, então lançamos mão de um desafio que é o de fazer um pensar brotado na potência de uma Geografia pensada a partir do existencialismo-fenomenológico de Jean-Paul Sartre.

Consideramos que há uma contribuição possível de Sartre à Geografia que pode ser melhor explorada e, sobretudo, operacionalizada em termos metodológicos. Apontamos como principais objetivos desse texto, encaminhar uma proposta de pensamento para Geografia Humanista baseada na fenomenologia existencial sartreana. Pois, a partir dos desdobramentos sobre a liberdade e patrimônio, investigamos as responsabilidades que cada homem enquanto um ser-em-situação tem a se fazer. Por isso, repensar as Geografia Humanista em um solo existencial corresponde a deslindar de modo subjetivo a realidade de cada ser-em-situação.

É neste sentido que nos propomos a realizar este trabalho que, recorrendo ao pensamento sartreano, nos ajude a re-pensar o patrimônio Histórico de Diamantina no sentido essencial, sobretudo no que tange o exercício da liberdade, conceito tão basilar de todo o constructo teórico do existencialismo "[...] o homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer" (SARTRE, 1973, p. 15).

Ainda em Sartre,

> a liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível: a essência do ser humano acha-se suspenso na liberdade. Logo, aquilo que chamamos de liberdade não pode se diferenciar do ser da 'realidade humana" (SARTRE, 2015, p.68).

Para desvelar os sentidos de liberdade implicados no patrimônio histórico da cidade de Diamantina, partimos da experiência. Sendo assim, partimos da nossa experiência em mistura a experiência do outro, dando atribuição ao sentir experienciado.

Será que quando estávamos à deriva caminhando pelas capistranas de Diamantina, nós já não estávamos sendo tocados? Nos

corredores das ruas apertadas de Diamantina, acabamos por fazer caminhos tortuosos por entre as capistranas, num dia qualquer à deriva me deparo com uma ladeira, com casas apertadas, janelas coladas um ar puro de barroco.

Pelas capistranas[1] eu desço à ladeira. A frágil espinhosa trepadeira "rosa" guia-se pelo caminho azul da janela exuberante. Portas com trincos velhos demonstram que o tempo ainda não passou. Continuo descendo, vejo o sino, estou numa igreja, é velha! Seu muro é alto, suas cores vibrantes. Hoje é dia de festa em Diamantina, dia das ruas terem vidas. Ouço o barulho do vento, o roncando do motor, está subindo nessa ladeira um carro. Vou descendo, quero chegar à esta rua viva...

A permanência do branco é indiscutível. Ouço conversas, o cheiro da cor de madeira, exala em meu nariz é muita serragem. Continuo descendo, vejo as folhas correrem devido o vento, cheguei aqui onde as flores são mortas, porém vivas. Estou sentado em um banco, mas a cidade ainda se esgota de pessoas.

Então, no decorrer desse caminhar que a angustia nos colocou em estado de questionamento. Que patrimônio é esse? Para quem o é? Pelas capistranas de Diamantina lançamos as perguntas norteadoras deste trabalho. É possível ser livre em uma cidade tombada? Que liberdade é essa? Que é liberdade? Ao morar em uma cidade tombada como patrimônio histórico cultural, qual a relação que existe entre a liberdade e patrimônio? Qual a relação do lugar com o patrimônio? São estas as questões que nortearão nossa

[1] Capistranas refere-se relação ao calçamento de Diamantina na área central, onde fora instalado uma faixa de pedras largas e regulares no centro da rua de calçamento de pé de moleque. Dando destaque para a faixa principal calçada e as laterais em piso de terra batida ou pé de moleque. Isso tudo por volta dos anos de 1700.

investigação a partir de um aporte teórico ontológico-epistemológico que se situa entre aquelas que (re)pensam as bases da ciência e do conhecimento.

Os caminhos deste trabalho nos conduziram a várias capistranas, entre cada rua que passava algo me era despertado. Partimos então do caminhar como fonte inesgotável de conhecimento e experiência, caminhar pelas capistranas de Diamantina é conseguir perceber que a vida diamantinense se passa por meio delas, as grandes pedras no meio das ruas guia o diamantinense (ou visitante) no seu ir e vir cotidiano. O caminho se projeta a partir da experiência vivida. Nas capistranas, passam grande parte dos diamantinenses rumo a escola, a trabalho, a universidade, logo, ela está fortemente ligada a existência do ser, mesmo não sendo percebida.

A experiência se dá no próprio conhecer o mundo e a si mesmo, é no momento do ser lançado que a experiência presentifica o ser. Então, experienciar as capistranas de Diamantina, é poder dar asas ao imaginário de andar entre as ruas, becos, praças, bancos. Somos seres existenciais e por isso necessitamos das nossas experiências para dar sentido à vida. De modo geral a

> experiência geográfica é um fenômeno completo, que envolve nossa relação com o mundo de maneira essencial. Ela se dá pelos sentidos, envolvendo intuição e razão, operadas pela percepção, sensação e entendimento (MARANDOLA JR. , 2012, p. 42).

Nessa percepção, afirma Marandola Jr. (2014, p.202) que "é a forma primária e essencial de nossa relação com o mundo. A percepção do espaço implica no reconhecimento do "eu" fundado em uma corporeidade que não se separa, media nossa relação com o meio". É todo o conhecer o mundo, é o perceber que nos faz experienciar ao nosso redor. "Perceber é conhecer, tantos objetos

materiais (sensíveis) quanto objetos ideais (abstrações)" (MARANDOLA JR. 2014, p. 202).

Afirma Holzer (2016, p.144) que o caminho

> permite o reconhecimento e a descrição das "essências" da estrutura perceptiva, rejeitando as aproximações mecanicistas da ciência e valorizando o mundo da experiencia humana, também a intencionalidade humana, ou seja, como o ser se relaciona com o mundo.

Partindo da ideia do autor, essa descrição das essências, é descrever o mundo como ele nos aparece, suspendendo as nossas noções *a priori* de conhecimento e deixar que o mundo nos revele algo inédito.

Por isso todas conversas que se tem ao longo do trabalho sobre patrimônio, sobre liberdade e lugar são falas são oriundas de diálogos sem amarras, na corrente de pensamento da geografia humanista de base fenomenológica, então, pelas capistranas procuro estabelecer este voltar-se.

Nesse trabalho partimos da ideia da fenomenologia como potência de pensamento para uma ciência centrada na experiência e na existência. Epistemologicamente falando, a relação consciência-mundo. Portanto, é ir pelas e em diversos dias e horários, sem nenhuma amarra de questionário ou ferramentas do gênero. Apenas um diário, uma caneta, nesse percurso em situação é que a as questões emergem e tomam corpo.

Como fundamentação metodológica, propomos um trabalho que contasse com trabalho de campo de observação participante, no entanto, sem o intuito de perguntas chaves e entrevistas estruturadas, pois, o mesmo "nos coloca em direto com o mundo, levando-nos a conhecer (relacionar-se) os existentes (experiências singulares) ao mesmo tempo em que temos, nós mesmos, a experiência do objeto de investigação" (MARANDOLA, JR., 2014, p. 210).

No caminho aqui proposto, elenco a proposta de Sartre (2010; 2007) que corrobora em descrever as situações a partir da ontologia fenomenológica. Ou seja, a nossa preocupação esbarra em descrever as situacionalidades da experiência de quem habita o patrimônio histórico da cidade de Diamantina-MG. Ainda com Sartre (1987) pois, é relevante que uma pesquisa não deva conter traços de definição prévia, e sim, serem investigados em situação relacional.

Sendo assim, Marandola Jr. (2006) expressa que na relação de andarilho podemos nos relacionar com as fenomenalidades do vivido. Sentir a situação e descrevê-la como processo hermenêutico passa a ser então uma possibilidade de investigação desse trabalho. Outra proposta que acredito potencializar a escuta situacional refere-se a escrita dos diários de campo (DAL GALLO, MARANDOLA JR. 2010; MARANDOLA JR, DE PAULA, PIRES. 2007).

Entre as capistranas

Para compreendermos como este caminho se apresenta, precisamos entender como o patrimônio é pensado, para isso perguntamos: Que é, então patrimônio?

Tombar uma cidade é "evitar que o proprietário faça alterações, ou mesmo destrua a coisa, eliminando vestígios de fatos, épocas, do interesse da sociedade, ou ainda as áreas de interesse paisagístico" (ALVES,2008). O tombamento, entendido como instrumento principal para a preservação do patrimônio cultural está previsto no artigo 216 da Constituição Federal:

> O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Mas é preciso cautela ao escrever sobre o tombamento uma vez que ele pode ser visto e pensado de várias maneiras. Ele tem por

premissa garantir a preservação do bem tombado, e muitas vezes isso gera desconforto nas pessoas que se relacionam com estes bens. Entendendo o processo de tombamento, Caldeira, (1997, p. 147) nos aponta que:

> O ato de tombar uma edificação ou outro artefato é inicialmente apoiado por uma recomendação oficial que é enviada ao IPHAN. Então, membros da equipe do IPHAN, com o intuito de cumprir este requerimento, coletarão documentos, incluindo todas as referencias importantes à construção ou objeto de interesse. Serão anexadas pesquisas e desenhos contendo medidas e fotografias, assim como informações históricas. Depois de aprovado pelo escritório central do departamento, os documentos são enviados para o escritório central do IPHAN que discutirá os documentos com membros do Conselho Consultivo, com o objetivo de estudar cada caso, produzindo deste modo a conclusão final. A aprovação ou desaprovação será seguida por um relatório escrito contendo as opiniões conclusivas e explicando a decisão final.

Se por um lado, o tombamento contribui para a preservação das características peculiares, do orgulho das manifestações populares, da paisagem mineira do casario colonial, por outro ele pode congelar a cidade que deixa de se modernizar com o modo de vida pulsante. Como, por exemplo, em Diamantina lidamos com o pavimento de pedras irregulares que compõe o patrimônio histórico-cultural tombado e, mas que outro lado, limita os portadores de deficiência motora ou visual e idosos de se locomover pela sua cidade.

Uma moça que tinha acabado de ter seu filho, relatou sua dificuldade de chegar até o hospital em trabalho de parto devido aos solavancos do calçamento desuniforme. Outras pessoas com a qual conversamos tenta nos convence que, se Diamantina fosse no estado de São Paulo, ela seria palco de grandes novelas brasileiras, porque ela é muito bonita, e precisa só dar uma melhorada no calçamento.

Diamantina hoje figura entre os sítios históricos urbanos mais importantes do país. Tornou-se patrimônio da humanidade, reconhecido pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura – em 1999,

> pelo casario colonial dos séculos XVII a XIX de influência do barroco português de construções alicerçadas e estruturadas com madeira [...] a cidade se distingue pelo uso predominantemente residencial, boa preservação da arquitetura e padrão urbano em perfeito alinhamento ao entorno pedregoso em uma cidade estratificada por uma altitude maior que 150 metros entre seu ponto mais alto e mais baixo.

O patrimônio durante muito tempo foi pensado como sinônimo de conservação de história do lugar ou de uma cultura. Françoise CHOAY (2006, p. 11) em *Alegoria do patrimônio* escreve que o "patrimônio, esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada as estruturas familiares, econômicas e jurídicas de sociedade estável enraizada no espaço e no tempo". Ele está sendo imaginado como uma categoria de pensamento fruto das contribuições originais da tradição antropológica. (GONÇALVES, 2009).

Acreditamos que a noção de patrimônio é uma abertura para um processo histórico, social e antropológico. Ele vai além de objetos estáticos e materiais, está na memória, no pertencimento do lugar, presente na vida dos habitantes.

O pertencimento com o lugar advém justamente da relação intrínseca que temos com ele. Isso devido, pois, "o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade – lugar" (CARLOS, 2007, p. 17). Estamos a todo momento sendo rodeados pelo lugar, centrados na experiência do mesmo. Do mesmo modo, nas cidades, por exemplo,

> produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço

> passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 2007, p. 17).

Por intermédio do lugar, o patrimônio institucionalizado pelo IPHAN está ligado à proteção dos bens materiais e imateriais de uma sociedade. Isso acaba gerando uma inquietação em alguns moradores de cidades tombadas. Uma diamantinense disse que sem o patrimônio e a proteção do tombamento, Diamantina não existe. Considera que ela precisa ser desta forma, pois, a história que se tem da cidade é essa. Ou seja, ela parte da ideia de que o patrimônio revela e traz para o presente, lembranças de um passado que deve permanecer fixo. Ela acredita que o patrimônio é a essência de Diamantina. Já para outro morador do centro histórico, o patrimônio restringe algumas vontades, ele acredita que os órgãos oficiais não precisam ser tão rígidos como são.

Para nós, patrimônio é e deve ser fruto da relação dos sujeitos com seu lugar, que, quase naturalmente projetam no ambiente suas relações, percepções, concepções, cultura e experiência, pois,

> (...) a conservação de bens patrimoniais deve ter por objeto edificações que tenham um significado coletivo para determinada comunidade, pois se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história (TOMAZ, 2010, p.5).

Entendemos assim, que a efetivação do ato de conservar se dá à medida que está em harmonia com o sentido de pertencimento do lugar.

De acordo com WELLS (2015, p. 4)

> uma característica singular das profissões que trabalham a conservação do patrimônio e ambiente construído seja que, por lei, elas precisam valorizar o lugar, ou seja, determinar o "significado" de construções antigas, estruturas, lugares, e paisagens que levam ao tombamento local, estadual, federal e mundial.

Já a preservação de um bem patrimonial está na conservação dos artefatos, e na memória. Ainda com Tomaz, 2010 a preservação é necessária pois:

> A preservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, quotidiana, e mostrar como vivia a sociedade em determinada época, pois o que tende a ser conservado sempre será o objeto considerado valioso, seja pelo valor do material de que é composto, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso mesmo dominadora. (TOMAZ, 2010, p 5).

Em uma situação ideal não seria se quer preciso a legalização de instrumentos de conservação patrimonial oficiais, uma vez que, ele parte da própria existência está inscrito no corpo e nas expressões objetivas, subjetivas e intersubjetivas de uma população. Desta forma, a conservação é um ato de prolongamento do amor e do cuidado com o lugar que não exige em-si um "congelamento" do lugar já que pessoas, culturas e comunidades são dinâmicas seus lugares são dinâmicos à a mesma medida.

Na área do centro de Diamantina, há o Largo da Quitanda, área proibida para circulação de veículos, e de intensa frequência de pedestres, comércio e, sobretudo, bares e restaurantes com mesas que ocupam a bucólica rua. Reconhecida área turística também apresenta lojas de artesanato e a constante presença de artesãos que expõem seus produtos nas calçadas. Em meados de agosto a prefeitura lançou uma nota em seu site que diz o seguinte:



Figura 1 Fonte: Quadro de Informações Fonte: Site da Prefeitura de Diamantina Data: 23/08/2017.

Ao nos depararmos com este informe, foi difícil superar o paradoxo evidenciado entre o *slogan* da Prefeitura Municipal de Diamantina, "Nosso Maior Patrimônio é Você!" e o comunicado que exclui "hippies" e "artesãos nômades" do centro da cidade (o local destinado fica fora da área comercial e turística da cidade), em uma política claramente higienista. Voltei à as capistranas para conversar.

De fato, onde os artesãos ficavam, hoje não há mais ocupação. No entanto, encontrei um artesão em um local próximo, na Praça do Mercado Velho. Ele disse que estava sabendo da nota, mas que assumia o risco de ficar lá e esperar os guardas. Ele me relatou que foram os comerciantes do centro histórico que solicitaram à a prefeitura, a retirada dos "hippies", que eles entendiam que atrapalhavam o comércio.

Ao retornar dessa conversa na subida de um dos vários morros diamantinenses, se deu o encontro com mais três artesãos, que relataram que os fiscais da prefeitura pediram para que eles se retirassem do centro e se deslocassem para uma área não faz parte do centro histórico.

Surgem então novas questões: é possível ser livre em uma cidade tombada? Que liberdade é essa?

Que é liberdade?

O homem é livre, ele é pura liberdade. É a liberdade, por conseguinte, que dá fundamento aos valores. Se o homem é totalmente livre, é consequentemente, responsável por tudo aquilo que escolher e fizer. O homem age intencionalmente, premeditando a ação porque é livre, utilizando-se da razão, que o diferencia dos demais animais. O homem é liberdade em seu próprio ser (SILVA, 2013).

Exercer a liberdade é ter escolhas, incluindo a de não fazer escolhas. Por isso, afirma Sartre: o "homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer" (SARTRE, 2010, p. 33). Sou as minhas escolhas.

Começar a entender sobre liberdade partindo da seguinte premissa: "a liberdade é o encontro das liberdades situadas que ensejam o processo da história" (LIMA, 2009, p.13). O processo histórico e geográfico é crucial para entendermos a essência liberdade.

A liberdade é ação do existir ela se faz por meio de nossas escolhas, e essas escolhas são os nossos projetos de existência. Quando indaguei de uma comerciante do centro histórico sobre como era a relação de liberdade na sua loja, ela disse, que era super tranquilo, fazia o que ela queria, dentro do recinto, a fachada deve ser mantida, com o padrão barroco. Ela encontra a sua própria liberdade no seu serviço, ela faz o que gosta, movimenta seus móveis quando necessário.

Nossa liberdade interioriza o exterior e exterioriza o interior. (LIMA, 2009 p.14) Ela acaba com o seu passado e o projeta para um futuro. É um abismo de possibilidades e de angústias. O homem se faz a partir das suas escolhas, ele constrói um projeto de

ser, para se encontrar diante dos outros. Eu só sei que sou, porque manifesto para alguém e esse alguém me dá presença.

A liberdade para Sartre não é "uma categoria ou mais uma característica do para-si, é sua constituição ontológica (RENAULD, 2013 p.297). A liberdade precede a essência do homem, ela é constituição dele enquanto existência e relação homem-mundo.

Para tanto afirma Sartre:

> Queremos definir o ser do homem na medida em que condiciona a aparição do nada, ser que nos apareceu como liberdade. Assim a condição exigida para a nadificação do nada, a liberdade não é uma propriedade que pertença entre as outras coisas à essência do ser humano. Por outro lado, já sublinhamos que a relação entre a existência e a essência não é igual no homem e nas coisas do mundo. [...] Logo, aquilo que chamamos de liberdade não pode se diferenciar do ser da 'realidade humana". O homem não é primeiro para ser livre depois: não há diferença do ser do homem e seu "ser-livre". Portanto, não se trata aqui de abordar de frente a questão que só pode ser tratada exaustivamente à luz de rigorosa elucidação do ser humano; precisamos enfocar a liberdade em conexão com o problema do nada e na medida estrita em que condiciona a aparição deste (SARTRE, 2015, p.68).

A liberdade expõe a autenticidade do homem, ela põe à prova o exercício de existir. O homem se lança e enuncia a liberdade como parte de seu todo. Na quarta parte de *O ser e o nada: ensaio de uma ontologia fenomenológica,* Sartre titula o capítulo "Ter, ser e fazer" dos quais caracteriza como categorias cardeais da realidade humana, que é a dessas matrizes que permite clarificar a conduta do para-si. Para Sartre, liberdade não é uma característica ou qualidade a mais no homem, como se, além de ser homem, se fosse livre. Mas não, o homem é livre, liberdade e homem são a mesma em sua filosofia. Em

que se fazer, agir, ou seja, ter escolha, é tentar ser. Somos conduzindo pela ação-escolha. (RENAULD, 2003, p.294)

Todo ser tem previamente uma abertura para ter, ser e fazer escolhas, e essas escolhas são as respostas da realidade humana, ou as questões motivadoras da existência humana. Um morador de Diamantina vive em faixa de transição entre a linha de tombamento do IPHAN e da cidade não tombada. Ele critica e diz que o patrimônio impede o crescimento de Diamantina, que ele não consegue fazer reforma na casa. Ele possui escolhas de permanecer ali, morando e confrontando com o IPHAN.

Por outro lado, um restaurante ficou fechado para reforma durante um ano. O restaurante se localiza no coração no patrimônio arquitetônico de Diamantina. Esse mesmo restaurante alterou todo seu interior mantendo apenas a fachada com revitalização. O dono do restaurante, me afirmou que o IPHAN não viu restrições para a devida reforma, desde que não descaracterizasse a fachada do mesmo. Pelo contrário ainda o elogiou por estar cuidando do patrimônio. Assim, o proprietário começou a reforma, era apenas um piso de restaurante, com a reforma viu a possibilidade de furar o subsolo e fazer um outro espaço de convivência do qual hoje é um café. Daí vemos a via de mão dupla, as liberdades estão sendo constituídas, porém cada diamantinense se manifesta e se sente afetado pela relação permanente do lugar. Tudo depende de como o ser compreende e vivência sua própria experiência.

Jean-Paul Sartre afirma que “negar a liberdade que se tem é covardia” (MEMORIAL, 2001, p. 06). Covardia no sentido de que a liberdade é a realização do ser, como se fosse a totalidade do homem. Não tem como recusar a liberdade, uma vez que a mesma é a consciência de ser.

Liberdade é como costura do ser-no-mundo, ela tece a vida por meio de escolhas e caminhos "Cada um faz o seu próprio caminho, pois o homem antes de tudo é um projeto: "não é senão o seu projeto". Ele "só existe na medida em que se realiza. Nada mais é do que o conjunto dos seus atos. Nada mais do que sua vida". Heidegger chamava isso de Dasein "o ser que tem que se fazer" (MEMORIAL, 2001, p. 06).

O caminho da liberdade se funda na vivência do homem, somos provados a todos os instantes a escolher, sempre temos algo em que decidir, e as escolhas são basicamente pensadas no outro, como que a minha escolha irá impactar o outro, para isso

> a liberdade é o fundamento de todos os valores. Todavia, no nosso desejo, no nosso afã por ela, descobrimos que a nossa liberdade depende inteiramente dos outros, o que forçosamente nos obriga ou nos compromete a sempre querer a liberdade dos outros." (MEMORIAL, 2001, p. 06)

O homem é liberdade em seu próprio ser, ele só é em situação, ele escolhe como uma projeção, uma vez que a liberdade é "o fundamento da existência e está se traduz pela necessidade do para-si ser constantemente escolha onde não há uma distância abissal entre liberdade e escolha" (LIMA, 2009, p. 28-29) logo, escolher é classificar a sua liberdade, é empodera-la de seus desejos e vontades. Pois ela se realiza pela escolha de um projeto, e esse projeto é que mantém a nossa existência no mundo.

No projeto que é a vida do homem, afirma Pádua (2013, p.27), que "o homem possui consciência de si, isso permite compreender como ente separado das coisas." e que "a liberdade garante que a percepção vá além do que realmente existe, ganhando contornos da imaginação. (...) O homem comanda seu mundo e, para isso, reduz o outro a um objeto em seu mundo." (PÁDUA, 2013, p.27).

Cassiano Reimão (2005) aponta que a natureza do homem é projetar-se para um futuro, que o ser livre é estar condenado a ser livre, é carregar o fardo da existência mediantes as situações encaradas. O homem é aquilo que ele faz. (REIMÃO, 2005, p.17) Existir é estar-aí em situação, é ser visto, é ser afetado. Porém eu só existo mediante o outro. O outro me dá a existência, e a busca constante é pela liberdade em si, como aponta Sartre (2010, p.55):

> Queremos a liberdade pela liberdade e através de cada circunstância particular. E, ao querermos a liberdade, descobrimos que ela depende inteiramente dos outros depende da nossa. Sem dúvida, a liberdade como definição do homem não depende do outrem, mas uma vez que existe a ligação de um compromisso, sou obrigado a querer ao mesmo tempo a minha liberdade e a liberdade dos outros; só posso tomar a minha liberdade como um fim se torno igualmente a dos outros como um fim. (SARTRE, 2010, p.55).

Liberdade e lugar existencial

Kadu, um dos artesãos que conversei, vende sua arte na rua, e disse que quando está em Diamantina se sente pertencente a ela, uma vez que o lugar Diamantina o abraça. Ele é atraído pela relação de situação ao lugar. Kadu, não possui residência fixa na cidade e o mesmo possui laços com o lugar, então como compreender o sentido de lugar? Que vem a ser um lugar? Todos os lugares são existenciais, a partir do momento que o homem o constrói, o significa. O existir do ser está na relação dele com o mundo, está na proximidade com as coisas e com as pessoas.

Entendemos que "a concepção atual de lugar é de tempo espaço; ou seja, lugar é tempo lugarizado, pois entre espaço e tempo se dá o *lugar,* o movimento, a matéria." (OLIVEIRA, 2012, p.5) Logo, o lugar se dá no instante que lugarizo mediante um tempo, é preciso

estar em situação para sentir o lugar. O lugar é acontecimento, é pausa, é ressignificação, é imensidão corpórea, é contato, repositório de significados, lugar ainda é memória, consciência. Enfim, lugar e seus sentidos e suas variações, só as descobrimos quando nos deslocamos nele. Lugar parte de uma interpretação do sujeito que o presentifica, ele

> tem espírito e personalidade. Espírito porque os lugares carregam emoções. Lugares nascem, por exemplo, do sagrado, do carinho da avó, do apoio da vizinhança. Personalidade pois os lugares são os contextos físicos e as modificações forjadas pelas pessoas que ali viveram e pelas que ainda vivem (PÁDUA, 2013, p.47).

Para Oliveira (2012) o sentido de lugar implica o sentido vida e, por sua vez, o sentido de tempo. Lugar se dá no momento do ser-afetado entrar em relação com ele. É se sentir pertencente ao lugar de morada, origem, passagem. Como Diamantina é para seus moradores, uns com uma maior intensidade de relação e outros nem tanto.

Uma diamantinense afirma que o patrimônio vivifica Diamantina. Ou seja, o sentido de lugar patrimônio está vivo na presença dessa moradora. Lugar é o tempo lugarizado, pois, é no entre do espaço e tempo, que o sentido de lugar acontece. (OLIVEIRA, 2012, p.5). Nesse caso percebemos que o lugar é em circunstância, pois, o "lugar faz parte de nosso cotidiano e como é a partir dele que nos inserimos no mundo. É pelo lugar que nos identificamos, ou nos lembramos, constituindo assim a base de nossa experiência no mundo" (MARANDOLA JR. 2014, p.228).

Marandola Jr (2014, p.244) escreve que a

> constituição do lugar e do eu são dissociáveis, pois, têm os mesmos processos constitutivos, operando nos dois polos: eu-lugar. Ambos compõem a centralidade egocêntrica da circunstancialidade do ser-no-mundo.

Logo, o lugar é a extensão do ser-no-mundo. Não existe eu sem lugar e nem lugar sem eu, esse lugar não é necessariamente algo

físico, estático e material, ele é "algo dinâmico que se constrói a partir da circunstancialidade do ser-no-mundo" (MARANDOLA, JR. 2014, p. 245).

Apenas nós conseguimos traçar elementos que caracterizam o nosso sentido e lugar. Na visão de Holzer (2016) "o significado básico de lugar é ser essência, pois" "um lugar é centro de ação e intenção, ele é "um foco onde nós experimentamos os eventos significativos de nossa existência." (RELPH, 1976, p.42-43. Apud HOLZER, 2016, p.184). O lugar repercute como nossa extensão da existência humana, ele é continuidade da nossa experiência vivida.

Holzer (1999) nos chama atenção para o que Tuan (1979) acha dos lugares:

> Todos os lugares são pequenos mundos: o sentido do mundo, no entanto, pode ser encontrado explicitamente na arte mais do que na rede intangível das relações humanas. Lugares podem ser símbolos públicos ou campos de preocupação (fields of care), mas o poder dos símbolos para criar lugares depende, em última análise, das emoções humanas que vibram nos campos de preocupação. (TUAN, 1979, apud HOLZER, 1999, p.70).

Para compreender o lugar, primeiramente é partir da sua própria experiência de mundo, seu cotidiano que determina suas vivencias e atitudes. Como disse Dardel em 1952, evidenciava que a geografia era o chamado para mundo vivido. Para ele, o homem, enuncia o mundo de forma inevitável, na forma com ele rodeia o mundo.

Ou seja, a "experiência geográfica" (DARDEL, 2011, p.47) convida o homem para se fazer presente nos lugares. Entender essa experiência geográfica é estar-no-mundo, e poder compreender que os "lugares se configuram como uma base existencial, pois, são neles em que se estabelecem relações mais imediatas por meio das quais

os sujeitos edificam os pilares de seu ser: nosso mundo de coisas nossas interações interpessoais" (DAL GALLO; MARANDOLA JR., 2010,p 175).

Mas como dissemos nos parágrafos acima, as noções acerca do lugar são várias, assim também é o seu sentido. Há pessoas que por motivos não se sentem confortáveis estando no centro histórico de Diamantina. Sentado em um bar, iniciei uma conversa sobre a Vesperata de Diamantina, nessa conversa o dono do bar, disse que a Vesperata é segregativa, atende apenas o público que paga pela sua mesa, e os demais se quiserem ver devem ficar em pé na calçada. Ele disse que uma vez por ano, podia ter uma Vesperata[2] para os diamantinenses em geral.

Pensando ainda na ideia de liberdade, ela antecede a formação do lugar, é pela liberdade que escolhe mover ou parar, é pela liberdade que identificamos um lugar de morada, de paragem ou até mesmo de movimento. Para esse sentido, a liberdade é formadora do lugar enquanto situação.

Refletindo sobre a potência do pensamento sartreano, existir é condição humana assim como a liberdade não é atributo, logo, o emerge da existência e da liberdade. Por isso, os moradores do centro histórico possuem seus sentidos de liberdade atrelada com o patrimônio e com o lugar.

[2] "A Vesperata é um concerto noturno, composta por Bandas de música que se apresentam na tradicional Rua da Quitanda, no centro histórico de Diamantina. Apresentação musical na qual os músicos se posicionam nas sacadas dos casarões coloniais da rua e o público prestigia acomodado em mesas, divididas por setores pelos quais poderão degustar do serviço de gastronomia local. A Vesperata é símbolo do turismo e da cultura do Brasil, já premiada pelo Ministério do Turismo por promover a Sustentabilidade Cultural de Diamantina". Disponível em: (https://minhasgerais.com.br/diamantina-e-regiao/vesperata-em-diamantina/)

Subindo pelas capistranas

Tive que voltar a caminhar, passo margeando as capistranas para me sentir próximo delas, e encontro com os diamantinenses no seu ir e vir do dia a dia, me marca a presença de uma cidade viva. Os sentidos de liberdade se expressa em seu lugar, se Diamantina é o lugar para o diamantinense, de fato ele está exercendo a liberdade essencial de ser. Margear assim como Sartre nos margeou nesse trabalho, dando a sustentação para a efetivação do texto. Os sentidos listados de liberdade proposto por Sartre e o próprio sentido de liberdade do ser humano a partir da experiência, só denuncia uma possibilidade de geografia sartreana. Refletir sobre Diamantina e o pensamento existencial é partir da sua própria existência.

Diamantina ao mesmo tempo em que é berço tradicional do barroco, é também polo regional de saúde, sede da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, essas potencias se mesclam e os diamantinenses possuem experiências diferentes de patrimônio a partir da lugaridade que cada um atribui. Essas características de Diamantina apenas potencializam o direito de existir em liberdade. A situação que cada sujeito é dado se manifesta de forma diferentes e arbitrárias umas com as outras. O citadino diamantinense ou visitante, turista, nômade, hippies, é dotado da liberdade e a partir dela se situa em uma determinada maneira.

O diamantinense, visitante, turista, hippie, nômade, apontam várias maneiras de se fazer presente no centro histórico, mesmo não concordando com os apontamentos postos pelo IPHAN ou algum outro órgão fiscal. A liberdade não é rompida ou limitada pelo patrimônio, ela é compreendida a partir da relação com o lugar. A toda uma dança de ideias acerca do patrimônio, ideias essas que precisam vir a luz, para que tomemos consciência delas. A liberdade

é a expressão da existência dos moradores enquanto situação. A liberdade satreana provoca o sentido existencial do homem, é o mais puro sentido ontológico da existência, e é nesse sentido que foi proposto esse trabalho, investigar a potência do pensamento sartreano para uma geografia existencial.

O patrimônio tombado para alguns moradores é a salvação de Diamantina, e para outros, a condenação. Para uns o patrimônio limita, outros possibilita avanços, para uns o retrato de uma história, para outros um recorte do passado. Na memória de cada um está marcada a afetação que o lugar o feriu.

Aventurar pelas linhas sartreanas e outros autores que costuraram e alinharam as ideias como uma possibilidade de um pensar geográfico existencial partindo das premissas sartreanas de fundo fenomenológico-existencial, para pensar na liberdade como fundante do lugar e pensar o patrimônio como uma situação. As bases da geografia humanista norte americana como dissemos, pensaram em epistemologias para esse fazer, cabe a nós pensarmos na operacionalização desses pensamentos, e foi isso que planejamos fazer com esse trabalho.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural. **Revista Brasileira de Estudos Políticos,** v. 98, 2008, pp. 65-98.

ARRUDA, Francimar Duarte . A questão do imaginário: a contribuição de Sartre**. Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

BRASIL. **Constituição (1988):** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:Senado Federal:Centro Gráfico, 1988.

CALDEIRA, Altino Barbosa. A conservação das cidades históricas e do patrimônio arquitetônico no Brasil, com referência especial ao Estado de Minas Gerais e à cidade de Mariana. Tese para o grau de Doutor em Filosofia (PhD) Tradução de Letícia Carolina Teixeira Pádua (2002). The University of Sheffield School of Architecture. Setembro de 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288 p.

DAL GALLO, Priscila Marchiori; MARANDOLA JR., Eduardo. O método do diário: buscando a experiência de ser migrante. **Ateliê Geográfico**. Goiânia, v.4, n.3, Ago 2010.

DARDEL, Eric. **O Homem e a terra: natureza da realidade geográfica.** Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011. 159p.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina. Um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado** 1938-1967- São Paulo, 2010. 224 p.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, 320 p.

HEIDEGGER, Martin. CONSTRUIR, HABITAR, PENSAR. [Bauen, Wohnen, Denken] (1951) conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmastad", publicada em Vortäge und Aufsätze, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback

_____. **A caminho da linguagem.** Petrópolis: Vozes, 2003

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista.**Revista Território**, Rio de Janeiro 4.7 1999 pp. 67-78

_____. **A Geografia Humanista:** sua trajetória 1950-1990. Londrina: Eduel, 2016. 392 p.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872 Acesso em 23/08/2017

MEMORIAL, do Memorial do Rio Grande do Sul. **Cadernos de história**.

LIMA, Walter Matias. **Lições sobre Sartre**- Maceió: EDUFAL, 2009. 131p.

OLIVEIRA, Lívia de. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther.; OLIVEIRA, Lívia de. (orgs.) **Qual o espaço do lugar?**: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARANDOLA JR., E.; DE PAULA, F. C.; PIRES, M. C. S. Diários de campo: aproximações metodológicas a partir da experiência metropolitana (Campinas e Santos). In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. 1ed.Campinas: **NEPO/UNICAMP**, 2006.

MARANDOLA JR. Eduardo. Sabor enquanto experiência geográfica: por uma geografia hedonista Geograficidade, v.2, n.1, Verão 2012.

_____. Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. São Paulo: Bluncher, 2014, pp. 248.

PÁDUA, Letícia C. T. A Geografia de Yi-Fu Tuan: Essências e Persistências. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PREFEITURA Municipal de Diamantina. Site da Prefeitura municipal http://diamantina.mg.gov.br/ Acessado em 23/08/2017.

REIMÃO, C. Consciência, Dialética e Ética em J.-P. Sartre. Lisboa Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 2005.

RENAULD, Vinicius. O conceito de "liberdade" em o ser e o nada de Sartre: um recorte a partir do fazer do ter e do ser. **Sapere Aude**. v.4, n.8, 2013, pp.294-300.

SARTRE, J. P.. **Questão de método**. I: Sartre. Os pensadores. 3. Edição – São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **Saint Genet:** ator e mártir. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **O existencialismo é um humanismo.** Tradução João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____ . **O ser e o nada** – ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução: Paulo Perdigão. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____ . **O ser e o nada** – ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução: Paulo Perdigão. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

TOMAZ, Paulo Cesar. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. **Revista de História e Estudos Culturais,** v. 7, n. 2, ano VII, 2010.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar:** perspectiva da experiência. Tradução Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013. 248p.

UNESCO. Historic Centre of the Town of Diamantina. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/890>. Acesso em: 17/07/2017.
WELLS, Jeremy. Aspectos Teóricos e Aplicados da Integração da Fenomenologia à Prática da Conservação do Patrimônio. **Geograficidade**, v.6, n.1, 2016, pp. 4-18.

Submetido em: 31 de agosto de 2021.

Devolvido para revisão em: 03 de fevereiro de 2022.

Aprovado em: 03 de março de 2022.

MOREIRA, T. R.; PÁDUA, L. C. T. Capistranas da Geografia: o patrimônio pensado a partir da fenomenologia existencial. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 182-207, Jan.-Jun./2021.

EXÍLIO E GEOGRAFIA PROFÉTICA: DESLUGARIZAÇÃO E RELUGARIZAÇÃO COMO BASE DA EXPERIÊNCIA DO POVO HEBREU NA BABILÔNIA

EXILE AND PROPHETIC GEOGRAPHY: DISPLACEZACION AND REPLACEZATION AS THE BASIS OF THE EXPERIENCE OF HEBREW PEOPLE IN BABYLON

EXILIO Y GEOGRAFÍA PROFÉTICA: DESLUGARIZACIÓN Y RELUGARIZACIÓN COMO BASE DE LA EXPERIENCIA DEL PUEBLO HEBREO EN BABILONIA

Diego Oliveira Montenegro
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail:
professordiegomontenegro@gmail.com

Resumo:
O presente artigo trata acerca da experiência do povo judeu com o exílio babilônico no século VII a.C. Buscamos compreender essa experiência de exílio, identificar elementos simbólicos e suas formas de representação espacial. Adotamos a perspectiva fenomenológica que enfoca as experiências dos sujeitos, acessadas nos relatos bíblicos, o que caracteriza este trabalho como prática hermenêutica. Chegamos inicialmente à compreensão de que o exílio é vivenciado por Israel como um ataque ao núcleo de sua Geografia Profética (deslugarização), o que leva à reestruturação da representação que se faz da relação povo-terra. Passa-se de uma Geografia da Habitação para uma Apocalíptica, o que significa a transferência (relugarização) do papel simbólico de Jerusalém como centralidade para o horizonte escatológico. Isso nos chama a atenção para o cuidado que a Geografia científica deve ter para com outras formas de representação, aliadas de nosso fazer geográfico.

Palavras-chave: Exílio, Deslugarização, Relugarização, Fenomenologia, Geografia.

Abstract:
This article deals with the experience of the Jewish people with the Babylonian exile in the 7th century B.C. We seek to understand this experience of exile, to identify symbolic elements and their forms of spatial representation. We adopted the phenomenological perspective that focuses on the experiences of the subjects, accessed in the biblical reports, which characterizes this work as hermeneutic practice. We come at first to the understanding that the exile is experienced by Israel as an attack on the core of its Prophetic Geography (displacezation), which leads to the restructuring of the representation that is made of the people-land relation. It moves from a Geography of Dwelling to an Apocalyptic one, which means the transfer (replacezation) of the symbolic role of Jerusalem as centrality to the eschatological horizon. This draws our attention to the care that the scientific Geography should have for other forms of representation, allied to our geographical doing.

Keywords: Exile, Displacezation, Replacezation, Phenomenology, Geography.

Resumen:
El presente artículo trata acerca de la experiencia del pueblo judío con el exilio babilónico en el siglo VII a.C. Buscamos comprender esa experiencia de exilio, identificar elementos simbólicos y sus formas de representación espacial. Adoptamos la perspectiva fenomenológica que enfoca las experiencias de los sujetos, accesibles en los relatos bíblicos, lo que caracteriza este trabajo como práctica hermenéutica. Llegamos inicialmente a la comprensión de que el exilio es vivenciado por Israel como un ataque al núcleo de su Geografía Profética (deslugarización), lo que lleva a la reestructuración de la representación que se hace de la relación pueblo-tierra. Se pasa de una Geografía de la Vivienda a una Apocalíptica, lo que significa la transferencia (relugarización) del papel simbólico de Jerusalén como centralidad hacia un horizonte escatológico. Esto nos llama la atención sobre el cuidado que la Geografía científica debe tener para con otras formas de representación, aliadas de nuestro hacer geográfico.

Palabras-clave: Exilio, Deslugarización, Relugarización, Fenomenología, Geografía.

Introdução

Emigração, exílio, multiculturalismo e conflitos étnicos já não são temas novos sob a abordagem geográfica. A Geografia das populações e a demografia já têm abordado esses fenômenos sob diversos ângulos e a partir de diversos contextos espaciais e temporais. Justamente por haver não uma só forma de abordar o fenômeno da migração e da mobilidade humana é que a Geografia -por meio de pesquisas como esta[1] - tem muito a contribuir para com as ciências humanas e sociais. Um dos pontos a partir dos quais se origina a multiplicidade de abordagens com as quais a Geografia se permite operar é a sua própria natureza multidisciplinar, isto é, sua facilidade de integrar temas diversos como religião, política, economia e antropologia, por exemplo, a partir da dimensão espacial destes, ou seja, da religiosidade, dos espaços sagrados ou da territorialidade dos sujeitos/povos. A espacialidade que se revela em cada característica peculiar que perpassa o fenômeno da mobilidade humana encontra nas categorias de análise da Geografia formas de recortar, objetivar e, por fim, representá-la. Longe de essa interdisciplinaridade da geografia nos obrigar a escolhas mutuamente excludentes entre si, pensamos que a abrangência teórica, metodológica, conceitual e temática da ciência geográfica dá mais ensejo para complementação, colaboração e mesmo transgressão dos métodos e perspectivas entre si do que para conflitos polarizados. O rumo dessas discussões,

[1] Este trabalho é fomentado pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) com Bolsa de Estudo, sendo parte do projeto do Programa de Apoio à Pós-Graduação stricto sensu – POSGRAD – Edição 2021-2022.

contudo, parece estar reservado para as próximas páginas da "História do Pensamento Geográfico".

Nosso tema específico é a experiência do exílio e da migração forçada vivida pelo povo Hebreu (Israel e Judá) no sétimo século antes de Cristo. Nos indagamos acerca das bases sobre as quais essa experiência se assenta em termos espaciais e acerca de como - considerando as possibilidades metodológicas e a interdisciplinaridade da Geografia - definir a abordagem e o recorte mais apropriado a fim de compreender o fenômeno no que diz respeito aos modos experienciais envolvidos nessa relação entre homem e terra. Assim, temos por objetivos 1) compreender as bases da experiência de exílio, tomando a experiência judaica do exílio babilônico e analisando os textos da bíblia hebraica, além de fontes extra-bíblicas, 2) identificar elementos simbólicos envolvidos na geografia profética de Israel (povo e terra) que possibilitaram a compreensão das relações construídas e impactos sofridos e, por fim, 3) inferir e identificar formas de representação espacial advindas dessa experiência, bem como mudanças que essas formas possam ter sofrido.

Procedimentos metodológicos

Temos em foco, portanto, a experiência humana com o fenômeno do exílio, da expatriação. Em termos metodológicos, entendemos que a abordagem fenomenológica seja bem adequada para a presente jornada, tendo em vista os objetivos supracitados. Na busca pelas bases da experiência citada, a fenomenologia se apresenta crítica ao olhar medidor e objetivador do espaço, mas não no sentido de que não lhe considere parte do interesse geográfico, mas no sentido de que lhe

considera posterior à base essencial das geografias do homem, isto é, das geografias vividas entre homem e mundo e do mundo entendido enquanto entidade ontológica com a qual temos contato antes de ou sem mesmo refletir e teorizar sobre seu funcionamento. Se, como sustentamos hipoteticamente, as bases dessa experiência são bases afetivas e políticas mediadas pela revelação divina, há que se pensar sobre como tal experiência (pelos sujeitos em seus relatos) expressa uma geograficidade carregada de política e afetividade espacializadas e, ao mesmo tempo, como a Geografia científica as representaria.

Longe de ser só um extremo subjetivista (contrária ao extremo positivista), a perspectiva fenomenológica na Geografia é um convite ao enfoque na concretude do mundo da vida (lebenswelt), conforme já alertava Husserl (1962). A concretude, nessa perspectiva, não se apresenta ao homem na forma de dados estatísticos que lhe convencem racionalmente acerca das medidas e extensões do mundo em que vive. Concretude seria, portanto, a essência e o sentido da relação que se constrói na vivência do homem como ser-no-mundo (HEIDEGGER, 1986). O concreto é aquilo que é construído na vivência, experiência e percepção. O mundo concreto é o mundo que se revela à consciência do sujeito como alguém que lhe abraça e lhe recebe no lar.

Para não findar tornando-se em um outro viés autoritário é que a fenomenologia propõe um limite para suas descrições acerca das experiências do mundo. Notadamente, as descrições via relatos de sujeitos e exercícios hermenêuticos a partir de fontes diretas são a esfera de atuação pela qual se entende ser possível essa aproximação

com relativa (jamais absoluta) segurança e precisão. A hermenêutica surge - ao lado da fenomenologia-existencial - como uma forma (teórica e prática) de descobrir significados através da obra, no caso escrita, tendo em vista a ausência dos autores e sujeitos (SEAMON, 2000). Portanto, nossos procedimentos de pesquisa resumem-se ao levantamento bibliográfico (bíblico e extrabíblico), análise do material, interpretação (hermenêutica) e representação espacial. Isso significa que procederemos levantando, organizando e descrevendo as fontes que nos permitem compor nosso quadro de relatos experienciais. Após isso, a interpretação e a identificação do teor (essência) do fenômeno será nosso indicativo para inferir e deduzir possibilidades em termos de representações geográficas possíveis. Assim, da atitude fenomenológica - encarar o fenômeno como experiência pré-teórica - até a descrição desse fenômeno em sua forma espacial, temos os procedimentos que asseguram o andamento da pesquisa dentro do rigor esperado pela Geografia Científica.

Contextualização

A experiência judaica com o exílio começa por volta do ano de 606 a.C quando o império babilônico ampliou seus territórios invadindo, pilhando e dominando diversos povos. Os relatos bíblicos sobre esse conflito podem ser encontrados sobretudo no capítulo 24 do Segundo Livro dos Reis (2Rs). Em 605 a.C os judeus já enfrentavam investidas babilônicas sob o comando do recém coroado Rei Nabucodonosor II, vindo a tornar-se vassalos do império babilônico. A resistência dos judeus, liderados pelo rei Jeoaquim, não teve sucesso. Em 598 a.C Jeoaquim foi vencido e capturado. No mesmo ano, seu filho Joaquim foi coroado, mas reinou apenas alguns meses. Em 597 a.C Jerusalém,

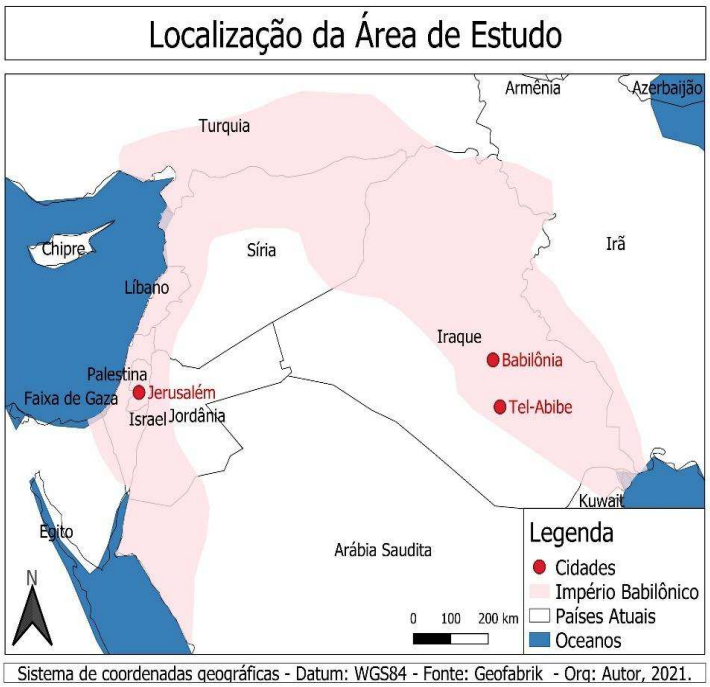
capital do reino de Judá, foi cercada, invadida e tomada pelos babilônios, com a prisão do rei Joaquim.

A partir daí inicia-se o processo de lidar com a derrota. A forma como povos vencedores lidavam com os perdedores poderia variar entre destruição total, saque, colonização ou modelos intermediários. No caso específico, os babilônios optaram por deportação, ainda que "os babilônios não faziam uma deportação em massa como os assírios, mas traziam para a Babilônia apenas as elites conquistadas" (REINKE, 2019, p. 160). A "lógica" dessa estratégia entendia que "(ricos e militares) e também trabalhadores habilidosos [...] poderiam ser empregados a um baixo custo na Babilônia" ao passo que os "mais pobres eram considerados sem utilidade, além de não serem vistos como uma ameaça caso permanecessem na terra de Judá" (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 537). Após Joaquim, o livro dos Reis na bíblia Hebraica aponta Zedequias que teria reinado de 597 a 586 a.C já sob a autoridade babilônica sobre Judá. Para que essa submissão ficasse clara, os babilônios cegaram a Zedequias pois "Furar os olhos era uma forma comum de tratar os escravos rebeldes (até mesmo os reis vassalos) no antigo Oriente Próximo" (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 534).

O Templo de Salomão, símbolo máximo da fé, cultura e geopolítica judaica foi destruído e profanado no ano de 587 a.C. A partir do comando de Nebuzaradã, alto funcionário de Nabucodonosor II, iniciou-se a destruição e pilhagem de Jerusalém. Nebuzaradã também executou mais uma deportação, já em 582 a.C. Assim, a elite judaica fora transportada para Babilônia (figura 1), passando a viver em cidades como a capital homônima do império, centros culturais

como Nipur e em centros rurais como Tel-Abibe a fim de servir aos interesses do império nas suas diversas áreas.

Figura 1. Localização do Império Babilônico

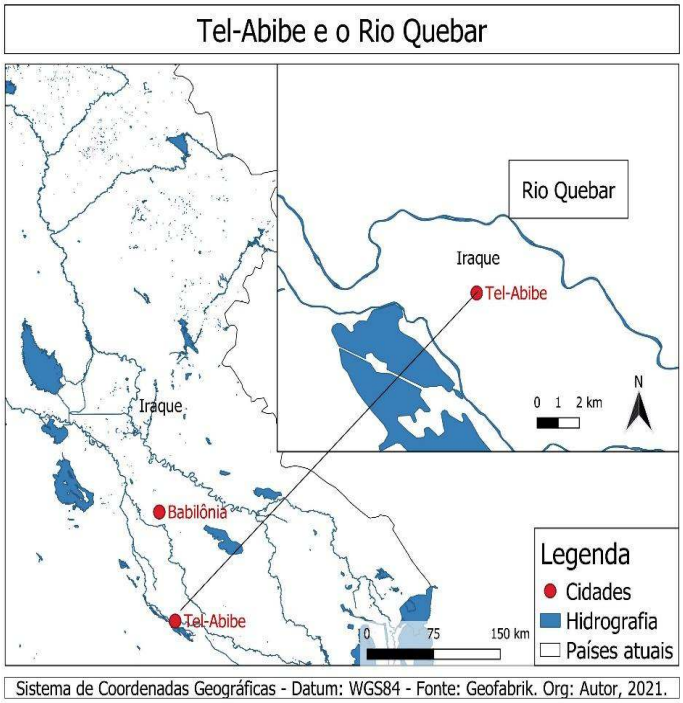


Org: Autor, 2021.

Já por volta do ano de 593 a.C, no "quinto ano do exílio do rei Joaquim" (Ez 1,1) iniciam-se os relatos proféticos da lida do povo judeu em babilônia, especificamente sitiados às margens do Rio Quebar, que era um canal do Rio Eufrates (figura 2). Essa comunidade judaica, provavelmente sitiada em uma cidade chamada Tel-Abibe, teria cerca de dez mil pessoas. Contudo, o contexto da escrita profética de Ezequiel (e também de Daniel) é menos histórica do que teológica. Há mais intenção em apontar uma função narrativa do exílio do que relatá-lo como fato histórico e condição geográfica. Ainda assim, essa menção aos rios da Babilônia está longe de ser

uma questão casual. Antes, ao descrever a "rede de irrigação e os canais de transporte [que] eram conhecidos como 'águas da Babilônia'" (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 892), Ezequiel se assemelha ao Livro dos Salmos (Sl 137,1) em que o povo é representado em pranto melancólico às margens dos rios da babilônia. Assim, essa localização à ribeira é tanto uma localização geográfica como a posição do povo de Judá em relação à narrativa teológica, isto é, chorando e esperando que Deus mude o rumo da história.

Figura 2. Localização de Tel-Abibe



Fonte : Autor (org.), 2021.

O elemento toponímico aqui é digno de nota pois

Tel-Abibe significa "lugar criado pelos restolhos de um dilúvio". Tell é o termo usado para qualquer lugar onde se acumularam as ruínas de uma cidade. Logo, as famílias exiladas de Judá talvez tenham sido colocadas em

um lugar que fora destruído, pela guerra ou por uma inundação, a fim de reconstruí-lo e fazer com que a área de Nipur, perto do canal Quebar, voltasse a ser produtiva (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 895).

Dentro desse contexto profético é preciso lembrar que já haviam profecias que prediziam o exílio de Israel, especificando inclusive sua duração de 70 anos (Jr 25,11). Assim, a preocupação central do escritor profético exilado é apontar esse evento como sendo não fruto do acaso, mas uma punição e consequência lógica de condutas imorais e pecaminosas sobre as quais o povo já havia sido advertido. A visão do profeta sobre o exílio babilônico é de que esse período representa um tempo para a disciplina e aprendizado do povo judeu. Ezequiel (Ez 22,20) utiliza uma analogia em que o povo aparece sendo o metal trabalhado e purificado na fornalha. A fornalha nesse texto "e em outros contextos, portanto, é o cadinho da mudança social e religiosa idealizada como veículo de Deus para purificar uma nação teimosa e desobediente" (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 917).

A escrita profética também denuncia a assimilação que os judeus estariam sofrendo no exílio com relação à cultura mesopotâmica. A literatura profética teria assim a função de apontar os erros que levaram o povo à situação de exílio, mas também de ensiná-los como viver de forma santa[2] em meio à idolatria pagã. O exílio, portanto, é vivenciado como, além de evento histórico, evento cósmico, simbolizando punição e santificação. No capítulo 14 do livro de Ezequiel há a narrativa de autoridades judaicas que vão à procura

[2] Cabe notar que santificação no contexto da Bíblia Hebraica, etimologicamente, tem a ver com separação. O objeto ou pessoa santa é aquele que mantém sua separação daquilo que é ordinário.

do profeta em busca de oráculo espiritual. A resposta do profeta, portanto, é a confirmação dessa assimilação: "Convertei-vos, e apartai-vos dos vossos ídolos, e dai as costas a todas as vossas abominações" (Ez 14,6).

Finalmente, a escrita profética em Ezequiel também denuncia a apatia espiritual de Israel (Judá) por não darem testemunho de sua fé e do seu Deus aos babilônios. Ezequiel (Ez 33,32) em palavra profética afirma "Eis que tu (Judá) és para eles como quem canta canções de amor, que tem voz suave e tange bem; porque ouvem as tuas palavras, mas não as põem por obra". É possível que o autor bíblico esteja usando uma analogia comparando o povo judeu aos cantores de cânticos eróticos que "havia muito tempo tinham sido uma diversão para os moradores da cidade" (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 933). Contudo, é possível também que haja certa literalidade nessa crítica, pois no Salmo 137 volta-se a mencionar que "aqueles que nos levaram cativos nos pediam canções, e os nossos opressores, que fôssemos alegres, dizendo: Entoai-nos algum dos cânticos de Sião" (Sl 137,3). Assim, judeus poderiam estar profundamente envolvidos com a esfera lúdica, cultural e artística na cidade, mas isso em detrimento do seu papel de evangelistas, o que se pode perceber mais claramente quando o próprio Deus hebreu diz ao Profeta: "Filho do homem, profetiza contra os pastores de Israel; profetiza e dize-lhes: Assim diz o Senhor Deus: Ai dos pastores de Israel que se apascentam a si mesmos!" (Ez 34,2).

Outro profeta judeu que viveu no exílio babílônico foi Daniel, o qual fora cooptado ainda na juventude para servir ao rei Nabucodonosor.

O texto bíblico (Dn 1,4) afirma que esses jovens recrutados eram "sem nenhum defeito, de boa aparência, instruídos em toda a sabedoria, doutos em ciência, versados no conhecimento e que fossem competentes para assistirem no palácio do rei e lhes ensinasse a cultura e a língua dos caldeus.", treinamento esse que duraria provavelmente cerca de três anos. Contudo,

> É difícil ter certeza se o treinamento que receberam incluía uma ampla bibliografia, como a educação geral e dos escribas, ou se esse treinamento se concentrou na literatura especializada usada pelos adivinhos. [...] Esses profissionais se especializavam em identificar o perigo de diversos agouros (acontecimentos astronômicos, sonhos, nascimentos anômalos) e providenciar os rituais de proteção contra eles. (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 945).

Após o treinamento, Daniel serviu como alto funcionário do palácio do Rei Nabucodonosor II (governante de toda a província, Dn 2,48), provavelmente servindo-o por cerca de 65 anos, até 539 a.C, quando da invasão Persa em Babilônia. Novamente, o relato de Daniel demonstra as dificuldades da vida no exílio. Apesar do status privilegiado diante do imperador, Daniel (assim como outros personagens coadjuvantes do seu livro) enfrentam resistências por conta de sua fé (o que inclui hábitos litúrgicos, devocionais e alimentares). Ainda que pudessem se tornar cidadãos na babilônia, os judeus fiéis aos seus costumes e religião tenderiam a enfrentar problemas graves. Por fim, esse exercício de contextualização nos leva a apresentar o exílio como um fenômeno histórico, com movimentos e locações espaciais específicas, mas que, mais do que isso, apresenta implicações teológicas para os judeus.

Exílio como "deslugarização"

O conteúdo da mensagem profética de Jeremias, Ezequiel e Daniel sugere que o exílio adquire um sentido moral na narrativa bíblica. O

exílio tem uma função, não foi um acaso trágico, mas um instrumento dentro da história que está sendo contada. Há alguns elementos que precisam ser abordados para que esse sentido mais amplo do exílio fique claro. Desses elementos talvez o principal seja a centralidade do templo de Jerusalém. O Templo de Salomão teria sido construído por volta de 966 a.C, após uma longa tradição nômade do povo hebreu que possuía um tabernáculo móvel. A construção do templo, portanto, atua dentro da mentalidade judaica como a concretização da sedentarização do povo, que adentra a esfera religiosa. Após o processo de concretização do seu território (casa para o povo) era chegada a hora de concretizar o domínio do Deus de Israel, "casa ao SENHOR" (1Rs 5,3). Aqui dois pontos se tornam evidentes: 1) Jerusalém se concretiza como capital do reinado da dinastia de Davi e 2) como capital da morada do Deus soberano da nação. Assim, "Jerusalém e o Templo não são apenas um ponto de encontro conveniente: são o lugar da promessa, o lugar da presença, o lugar da terra onde o Deus vivo escolheu viver" (WRIGHT, 2020, p. 65). Jerusalém se concretiza, portanto, como espaço central tanto na esfera territorial como na esfera da religiosidade.

O fato de abrigar a dinastia davídica eleita por Deus e, ao mesmo tempo, o próprio Deus em Sua Casa, faz com que Jerusalém passe a significar mais que um lócus para os israelitas. Jerusalém é o centro do mundo - questão que Eliade (1992) aponta como parte do que configura um espaço sagrado. Não só a centralidade, mas a rotura que o sagrado causa. Jerusalém passa a se tornar também um marco de um nacionalismo israelita. Sobretudo durante o reinado de Davi e Salomão, as narrativas bíblicas concentram-se nas grandes vitórias

de Israel e no massacre de nações pagãs, idólatras. Jerusalém, centro do mundo, tem poder centrífugo; ela domina, purifica e converte os vizinhos das suas iniquidades. A "Cidade do nosso Deus" e "Cidade do Grande Rei", como é chamada no Salmo 48, é representada como centro de irradiação espiritual, a "alegria de toda a terra" (Sl 48,2). Na experiência judaica o templo é uma indicação ontológica, um chamado para "viver na intersecção entre espaço sagrado, o Templo e a terra santa que o circunda, e o restante do espaço humano, o mundo onde idolatria e injustiça ainda causam sua miséria" (WRIGHT, 2020, p. 67). Esse centro urbano não é uma coisa, é uma revelação, uma dádiva e uma fonte espiritual.

Jerusalém se torna a centralidade política e religiosa de Israel e essas coisas, na experiência do povo, são uma coisa só. A dinastia Davídica é mais que uma linhagem política, é representação da presença divina no cosmos. Davi, o escolhido, o homem de quem Deus se agradou (1Sm 13,14), inicia a linhagem de reis que representam o reinado do próprio Deus em Israel. Assim, essa dinastia significava também uma espécie de teocracia mediada. Yahweh, o Deus de Israel, reinava no templo e delegava esse governo ao seu povo na figura do Rei. O Templo e o Palácio Real em harmonia seriam símbolos de que tudo estava bem na ordem cósmica mais ampla. A ordem cósmica deriva, portanto, do compasso e da harmonia entre o Rei e o SENHOR (Yahweh), entre o palácio real e o templo. O templo atua nessa cosmovisão e percepção judaica do mundo como a pedra de toque e a porta de conexão do mundo celeste com este mundo terreno. Ou seja, "céus e terra estão realmente destinados a se encontrar no Templo". O Templo é "a porta de entrada para o novo

mundo de Deus" neste mundo (WRIGHT, 2020, p. 114). É por meio do Templo que o governo de Deus entra no mundo e permite o Reinado justo e harmonioso que diferencia (separa, santifica) Israel das demais nações. Assim, a experiência perceptiva e afetiva dos israelitas para com a cidade de Jerusalém não distinguia um pertencimento nacionalista de uma sacralidade religiosa. Ambas as experiências fazem parte de uma só coisa: Israel. O nome do povo e do reino são uma só coisa: Israel, povo. Israel, Reino.

Na narrativa bíblica, quando o rei se desvia do caminho dos mandamentos divinos, toda essa ordem cósmica é abalada. O Reino de Deus e o Reino de Davi precisam ser um só, caso contrário o mundo desabará. Já temos visto algo disso quando abordamos a leitura profética acerca do exílio. Para os profetas Jeremias e Ezequiel a causa do exílio foi a contaminação de Israel. Os reis deixaram de governar observando a Lei de Deus (Torá). Israel abandonou sua missão de ser a alegria de toda a terra. A experiência amarga daqueles milhares de sujeitos deportados surge como uma espécie de desenraizamento. Não é apenas expatriação, mas desilusão existencial e ontológica. O céu e a terra se desconectaram, o mundo desabou. A deportação é sentida como se não só o lugar terreno estivesse sendo arrancado dos sujeitos, mas o lugar no mundo. Os israelitas já souberam o que é ser nômades; sua sedentarização ocorre no contexto de encontro da "Terra prometida". O encontro entre Israel (povo) e Israel (terra) é um evento teleológico: um foi feito para o outro e um dá sentido ao outro. A deportação é, portanto, a perda do lugar cósmico. Do único lugar em que vale a pena estar

assentado, isto é, a terra que Deus teria escolhido para pôr fim à peregrinação.

Assim, podemos classificar - a partir do que os relatos bíblicos sugerem - que o exílio, na experiência judaica, surge como uma "deslugarização" mais do que uma desterritorialização. Essa nossa escolha terminológica não surge por um mero recorte metodológico. Não se trata de pôr lugar e território como duas possibilidades conceituais sobre as quais tenhamos que nos decidir. Essa escolha considera mais especificamente a lugaridade como centro dessa experiência. A lugaridade aqui expressa a microterritorialidade, aponta para um recorte fenomenológico que se faz da terra para além do seu caráter locacional, pois

> A geograficidade, que expressa a materialidade do espaço geográfico, é compartilhada em nossas vivências cotidianas com a lugaridade que, por sua vez, expressa exatamente essa relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos que, como pausa, como convivência íntima, arrumam e delimitam os espaços (HOLZER, 2013, p. 24).

A deslugarização, portanto, é mais que a perda do lugar como lócus em que as vivências se situam. A deslugarização é a perda da lugaridade. Ausentes de Jerusalém e do templo, o povo é arrancado dessa microterritorialidade que lhe constitui enquanto povo peculiar. Essa microterritorialidade vai além das fronteiras e dos muros da cidade. É uma dimensão acessada apenas por quem goza desse pertencimento e convivência íntima, sendo invadido pelo sentido existencial para o qual a terra aponta. O exílio judaico e a deportação do povo para a babilônia rompe o elo entre Israel como povo e Israel como terra. Como um poderia ser sem o outro?

A vulnerabilidade é nítida. E os babilônios não tardaram em perceber que tipo de violência seria eficaz para causar esse enfraquecimento.

Desde os primeiros momentos, diversas ações parecem buscar exatamente enfraquecer a lugaridade. O nome do Rei Jeoaquim foi mudado para um nome mesopotâmico, Matanias (2Rs 24,17). Os nomes em Israel tinham significado teológico, assim, esse é um ataque profundo, pois "mudar o nome de alguém era uma forma de exercer autoridade sobre a pessoa e seu destino" (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 946). Os babilônios mudaram a capital de Israel - agora província ocupada - para Mispa , cerca de 13 quilômetros de Jerusalém (2Rs 25,23). Os utensílios sagrados do templo foram transportados para a capital do império babilônico. Aqui é necessário entender que o saque de objetos sagrados eram realizados "não apenas por serem de metais preciosos, mas por terem sido dedicados ao Deus Yahweh para uso nos rituais do templo", assim, por essa prática, "Demonstrava-se ter o controle da divindade cujos objetos importantes eram tomados" (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 944). Esses objetos eram transportados para templos babilônicos como "Uma forma de demonstrar a superioridade do deus da nação vitoriosa sobre os deuses dos povos conquistados [e] profanar seus objetos e lugares sagrados, colocando-os em uma posição de submissão" (ibidem).

Essas formas de agressões (físicas e simbólicas) desestabilizaram a ordem cósmica e a harmonia ontológica entre o Israel povo e o Israel terra. O que pensar sobre origem, destino e verdade? Os jovens judeus eram educados nas ciências mesopotâmicas, tinham nomes alusivos aos deuses mesopotâmicos, mantinham novas práticas alimentares e, dentro de uma geração talvez não restasse nada daquilo que foi plantado, da semente celeste que habitou o mundo.

Em termos de experiência mental e espiritual, a deslugarização leva o sujeito à um enorme exercício de neuroplasticidade. Há que se aprender tudo de novo: é uma refundação ontológica. O que é Israel crescendo em Tel-Abibe sem o templo, sem a Torá? Os profetas denunciaram a assimilação cultural; o projeto babilônico aparentemente estava sendo bem sucedido, mas os remanescentes apontavam para uma corrente otimista no exílio. A deslugarização produziu nos judeus tanto a melancolia como a esperança e talvez nenhuma outra passagem bíblica demonstra isso como o Salmo 137, o que faz necessário sua transcrição por completo aqui:

> **Às margens dos rios da Babilônia**, nos sentávamos e chorávamos, lembrando de Tsión. Sobre seus salgueiros, penduramos nossas harpas, pois os que nos capturaram nos exigiam canções, e nossos atormentadores pretendiam que os alegrássemos, dizendo: 'Cantai para nós algum dos cânticos de Tsión.' Como poderíamos entoar o cântico do Eterno em terra estranha? Se eu me esquecer de ti, ó Jerusalém, que perca minha destra a sua destreza! Que se cole minha língua ao palato, se não me lembrar sempre de ti, se não mantiver a recordação de Jerusalém acima da minha maior alegria. Quanto aos filhos de Edom, lembra contra eles o dia da destruição de Jerusalém, porque diziam: 'Arrasai-a, arrasai-a até seus alicerces.' Ó filha da Babilônia, destinada estás a ser devastada; bem-aventurado será aquele que retribuir a ti todo o sofrimento que nos infligiste. Sim, bem-aventurado será aquele que teus filhos esmagar contra uma rocha (Sl 137, grifo nosso).

O salmo vai da melancolia mais profunda ao seminal nacionalismo revanchista em instantes. O Salmo de lamento relata a incapacidade do povo de entoar os cantos que recordam Sião (o monte sobre o qual o templo está fundamentado), mas, ao mesmo tempo, o salmista conjura: “se eu me esquecer de ti, ó Jerusalém”. A deslugarização impossibilita e/ou dificulta a prática litúrgica, os hábitos culturais e outras coisas, mas o zelo e a paixão resistem em luta. A topofilia de que tratou Tuan (1980) é um sentimento de amor, mas que pode produzir ânimo para a vingança. A topofilia incentiva o salmista a

continuar lembrando e orando por Jerusalém, mas, ao mesmo tempo, já antecipa e maquina a destruição dos inimigos. Um ato de profanação tamanho, na experiência do salmista, não poderia permanecer impune; seria ilógico. A despeito da narrativa de o exílio ser um instrumento divino para disciplinar Israel, o Salmista prevê: Babilônia será punida. Na narrativa bíblica, Ciro, Rei e líder da invasão Persa que incorporou o império neobabilônico e "libertou" os judeus por meio da sua política de retorno, teria sido um "ungido de Deus" (Is 45,13). Assim, olhando em retrospecto, entendemos o livro dos salmos, que contém o Salmo 137, como

> "poemas coletados e modelados na época do exílio babilônico (começando no século VI a.C.), quando, paradoxalmente, pessoas às quais era impensável entoar o cântico do Senhor em uma terra estranha descobriram que, na verdade, entoar essas canções (e compor novos poemas) era uma das poucas coisas capazes de preservar sua sanidade e lhes dar esperança" (WRIGHT, 2020, p. 13).

Para os judeus, cantar não era apenas uma forma de recordação, de voltar o pensamento à terra roubada e arrasada. O cântico era parte da experiência de fé nas promessas, de que todo o processo de nomadismo até chegar à "Terra prometida" não poderia ser em vão e de que o mesmo Deus que os teria livrado da escravidão no Egito - conforme o relato mosaico que origina a páscoa, a celebração central do calendário judaico - iria livrar o povo novamente, agora, das mãos dos babilônios. Os Salmos focam em Jerusalém e no templo, pois o encontro entre céus e terra que ele representa (espaço sagrado e mundo profano) também é a sobreposição dos tempos (passado, presente e futuro).

Apesar da esperança, as feridas causadas por essa experiência do exílio, da deslugarização, são feridas que demoram para serem curadas. Os judeus retornaram à sua terra, mas as experiências com

invasões e profanações continuaram a acontecer (com os persas, com os gregos e, posteriormente, com os romanos). A partir daí a fé judaica passa por uma reestruturação. Apesar da construção do segundo templo, narrada na saga de Neemias e Esdras, o último livro do Antigo Testamento no cânon cristão (Malaquias) segue com o elemento da esperança:

> Eis que eu envio o meu mensageiro, que preparará o caminho diante de mim; de repente, virá ao seu templo o Senhor, a quem vós buscais, o Anjo da Aliança, a quem vós desejais; eis que ele vem, diz o Senhor dos Exércitos (Ml 3,1)

Malaquias escreveu após o retorno e reconstrução do templo, mas suas palavras sugerem algo inacabado. Suas críticas agudas ao sistema sacerdotal soam tão agudas quanto as dos profetas exilados. A restauração tão sonhada por Ezequiel, Daniel e outros parecia não ter chegado ainda, mesmo com o retorno. A experiência judaica de retorno pode ter lhes aproximado de uma reterritorialização, mas não de uma relugarização. Em 167 a.C o judaísmo foi proibido em Israel pelos seus novos opressores, liderados por Antíoco IV. O templo foi profanado e todo o processo traumático do exílio parecia se repetir sem que houvesse deportação, o que é narrado em 1 Macabeus (1Mac 1,56-64). Esse processo se concretiza com a destruição do segundo templo em 70 d.C pelos romanos e com o início da diáspora, a dispersão dos judeus pelo mundo que, por sua vez, só pareceu ter alguma alteração no seu status a partir da formação do Estado de Israel, 20 séculos depois.

A reestruturação da fé judaica, portanto, passou pela adaptação do estilo de vida judeu aos vários contextos culturais por onde o povo judeu passou a viver. O sistema de culto nas sinagogas começou a se espalhar, o que fez com que a liturgia e adoração judaica fosse

descentralizada do elemento unificador do templo de Jerusalém (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 666). Em termos teológicos

> Uma das táticas que o povo de Israel usou para lidar com essa tristeza e perplexidade foi, de diversas maneiras e sem marcadores claros, a inversão do imaginário. Em vez de pensar em um lugar ao qual YHWH pudesse vir e descansar, às vezes eles pensavam no próprio YHWH como o 'lugar' aonde um adorador pudesse ir para descansar (WRIGHT, 2020, p. 72)

A deslugarização produz esperança e mira em uma "Nova Jerusalém", mas como realidade escatológica que vem ao encontro e irrompe no mundo terreno. Essa realidade pode não ser governada pela dinastia davídica que se perdeu, então Yahweh terá de renovar essa dinastia e trazer um Rei Poderoso que irá iniciar um governo espiritual, global, superior e eterno. A "ideologia" do Messiado, isto é, a espera pelo Messias, o ungido, leva-nos ao contexto do Novo Testamento, em que os judeus oprimidos pelos romanos viviam uma espera intensa desse Rei, Militar, Libertador que viria para pôr um fim à experiência amarga da deslugarização. Os muitos messias revolucionários dos séculos I e II d.C (como Simão bar Kochba e seu levante antiromano fracassado em 135 d.C) são fruto dessa experiência. O gosto amargo do exílio babilônico jamais se foi, de forma que os judeus que se apegam ainda hoje à estrutura remanescente do templo (o muro ocidental) e lamentam, aguardando ainda o Reino de Deus voltar a se espalhar no reino terreno. O Muro das Lamentações é a face concreta e um resquício da deslugarização.

Elementos da geografia profética

Relatar a "passagem" de uma geografia à outra é mais que descrever ideias em mutação. Essa passagem envolve cosmovisões e cosmogonias, portanto, ontologias. Pensando no surgimento da

Ciência e, em certo sentido, da geografia científica, Gomes (1996) afirma que a

> separação entre sujeito e objeto colocou o homem como a mente conhecedora que passaria a buscar conhecer uma totalidade (o universo) no qual ele próprio era nada mais que um elemento (espécie). Com isso rejeita-se a finalidade e o sentido das coisas (teologia) e cria-se uma nova crença (novas cosmogonias "novos céus e terra" e etc). Tudo pode ser conhecido logicamente pela razão somente (GOMES, 1996, p.70).

Paralelamente, a vivência desses sujeitos que experimentaram a deslugarização no exílio babilônico modifica toda uma forma de ver o e ser no mundo. Essa vivência passa pela sensação mista de abandono e medo, vergonha e raiva e, ao mesmo tempo, esperança resiliente, o que funda um novo patriotismo, baseado em uma escatologia política viva. Choro e esperança atravessam os milênios nessa experiência e os elementos que identificamos nos levam a compreender essa experiência desses sujeitos como sendo indícios de um tipo específico de relacionamento entre homem e terra. A relação entre Israel (povo) e Israel (terra) é entendida aqui a partir da mesma categoria que Eric Dardel (2015) descreveu como Geografia que surge por uma interpretação profética da terra.

A Geografia Profética de que tratou Eric Dardel em seu clássico "O homem e a terra" de 1953 aparece no contexto de um insight do autor de entender a Geografia como, antes de uma disciplina científica, formas relacionais de representação que os homens fazem da terra. Nessa perspectiva, essas geografias precedem a Geografia científica não somente em termos históricos, mas, sobretudo, pela profundidade com que desvelam o ser humano e produzem ligações igualmente profundas deste com a terra. Na organização de Dardel (Geografia Mítica, Profética, Heróica, das Velas Desfraldadas e Científica) as geografias parecem mais com algo que ocorre ao

homem por meio de suas experiências relacionais com o mundo, do que com construções racionais entre um sujeito e um objeto. Essa experiência geográfica que irrompe ao homem é definida por Dardel como uma "inquietude geográfica que precede e sustenta a ciência objetiva" (DARDEL, 2015, p. 1). As geografias como entendidas por Dardel são fundadas nessa inquietude, na geograficidade. A geograficidade está "na fronteira entre mundo material, onde se insere a atividade humana, e o mundo imaginário, abrindo seu conteúdo simbólico à liberdade do espírito", isto é, trata-se de uma "geografia interior, primitiva, em que a espacialidade original e a mobilidade profunda do homem designam as direções, traçam os caminhos para um outro mundo" (DARDEL, 2015, p. 5).

A Geografia Profética, nesse contexto sucede a Geografia mítica e surge como uma revolução em comparação com sua "antecessora". A geografia profética surge da revelação divina, aqui, no caso do judaísmo, das teofanias, de Yahweh falando com Abraão, Moisés, com os Juízes, Reis e Profetas do seu povo. A Geografia profética tem uma outra fundação e cosmogonia, ou seja, outra teologia da criação. A Geografia Profética não mais entende a terra como origem e fonte da vida, dos elementos que dão forma ao universo e, em alguns casos, aos prórprios deuses. A Geografia Profética recebe a revelação de que "No princípio, Criou Deus os Céus e a Terra" (Gn 1,1). O Deus que se revela a Israel não tem início nem fim, não está sujeito aos processos naturais. Ao contrário, ele é eterno e soberano. Diversos textos bíblicos apontam para a terra como estando aos pés desse Deus soberano (p. ex. Sl 11,4 e Is 66,1).

Dessa forma, a terra não poderia, como em outras culturas, ser adorada como divindade ou ícone sagrado. A terra (o mundo) sob a perspectiva da revelação profética, no máximo, toma parte no coral que reconhece a grandeza desse Deus soberano. Aqui é entendido que "Os céus declaram a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos" (Sl 19,1). Mesmo assim, a visão ontológica sobre a terra aparece na bíblia hebraica sempre sob o gênero textual poético ou profético e, assim, não tem sentido literal, ou seja, "Não há linguagem nem fala onde não se ouça a sua voz" (Sl 19,3). A terra comunica sim algo ao homem, mas simbolicamente. A terra aqui é criação, obra de Deus, logo, ela aponta para Ele, como o Monte Sião e o Templo apontam para os céus. Essa é, sem dúvidas, mais uma das dificuldades que os israelitas enfrentaram no exílio, pois

> no caso mesopotâmico, os próprios deuses tinham origem no caos pré-existente, de onde eles emergiram para então criarem o universo, o mundo, os humanos e toda a natureza. Já no caso bíblico, Deus criou tudo *ex nihilo*, isto é, a partir do nada (REINKE, 2019, p. 63).

Dessa forma é possível entender que a narrativa da cosmogonia hebraica é também uma resposta e refutação da cosmogonia mesopotâmica, ainda que por uma "crítica velada" (REINKE, 2019). Há elementos comuns, como o dilúvio, mas a geografia profética assume mais distinções que semelhanças em relação à geografia mítica. A terra, na Geografia Profética, é uma dimensão criacional, logo, temporal. Tem início, desenvolve-se. Há um objetivo (teleologia) e fim (escatologia). Assim, o valor da terra está associado à história que se desenvolve nela. A história de Israel perpassa pelos feitos de Yahweh sobre a terra, de forma que "os lugares marcados pela ação de Jeová, o monte Sinai, o monte Sião, o Jordão, a 'Terra Prometida' não possuem por si só virtudes mágicas ou valor sagrado. São

somente o lugar de uma 'história'" (DARDEL, 2015, p. 69). Essa história se constrói e tem seu ápice da consagração do Templo de Jerusalém justamente pelo seu peso simbólico. A Torá, o Tabernáculo e, posteriormente, o Templo são a porta de entrada do Divino e do Sagrado no mundo que passa a se sacralizar, então, "assim como as águas cobrem o mar, a terra se encherá do conhecimento da glória de Yahweh, o SENHOR" (Hc 2,14).

A escatologia judaica comunica que a terra é um grande e vasto território em que impera a idolatria e a impureza das nações. Israel é percebido pelos seus como a semente plantada que, a seu tempo florescerá, abençoando as outras nações ensinando-as a viver sob a Torá de Deus, até que todo o mal seja eliminado do mundo. Israel é o povo que recebe o "mandato cultural" dado à humanidade no Jardim do Éden. É, em especial, sobre o povo de Israel que recai a ordem: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra" (Gn 1,28). Israel (o povo) enxerga a terra como um campo de trabalho a ser trabalhado e sacralizado. A revelação é, portanto, fonte de orientação para todas as áreas da vida.

Assim, para o tipo de experiência do mundo que é própria dessa Geografia Profética, a experiência do exílio atua como uma desorientação geral (espacial, cultural, ontológica e escatológica). Quando a terra prometida é invadida, o templo profanado e saqueado e o povo oprimido, todos os marcadores do divino neste mundo terreno parecem desaparecer como vapor. A promessa de conquista feita a Abraão, a promessa do reino milenar feito a Davi e a promessa de redenção final feita ao povo que aguarda a "nova Jerusalém"

parecem mais distantes no exílio. Assim, a Geografia Profética é essa geografia em que a orientação básica vem ao homem a partir de uma outra dimensão, fora da terra. A terra é interpretada, entendida, vivida e trabalhada, a partir da revelação profética. Quando a profecia cessa, a terra volta a ser "sem forma e vazia" e o caos volta a engolir os sujeitos no nível existencial.

Representações espaciais

Resta, portanto, demonstrar como a experiência do exílio se traduz em termos de organização e orientação espacial. A organização espacial do povo de Israel teve na experiência do exílio, como vimos, uma experiência que foi paradigmática para toda a sua cosmovisão. A deslugarização marcou a relação entre Israel povo e Israel terra de modo a produzir uma outra representação do ser-no-mundo. Há, portanto, duas representações identificadas a partir da experiência do exílio narrada nas várias passagens bíblicas estudadas. A primeira representação é a que antecede o exílio e, ao mesmo tempo, a que alimenta a fé e a esperança do povo durante o exílio. A segunda representação é a que surge a partir do exílio e orienta a saga teológica de Israel em rumo a outros caminhos. À primeira representação chamaremos de "Geografia da Shekinah". À segunda representação chamaremos de "Geografia Apocalíptica". Ambas representações demonstram organizar o mundo a partir de categorias que tem a ver com a revelação divina e com a vivência do povo de Israel durante sua jornada.

No que diz respeito à "Geografia da Shekinah", trata-se de uma organização do espaço em círculos concêntricos em que no centro do mundo está o Templo de Jerusalém, a Arca da Aliança e a Presença

de Deus na terra (figura 3). O termo "Shekinah" (שכינה) é mais conhecido na cabala judaica e em algumas orações específicas. Na Bíblia, o verbo Shakhan (שָׁכַן) aparece apenas em Êxodo 40,38. Nesse texto bíblico é narrado a construção do tabernáculo, isto é, o modelo móvel do que viria a ser o templo em Jerusalém. Shekinah é entendida pela tradição judaico-cristã como sendo a Presença Divina. Dessa forma, o Shakhan, o tabernáculo, poderia ser entendido como o lugar da habitação, repouso.

Figura 3. Representação da Geografia da Shekinah



Org : Autor, 2021.

A Geografia da Shekinah, portanto, é a Geografia da terra que recebe o céu. A terra, especificamente Jerusalém e o Templo, figuram como o ponto central da realidade criada, pois é onde cai a gota celeste.

Deus habita nesse ponto da terra, por isso as demais cidades e vilas de Israel afluem sazonalmente e alegremente para lá:

> Alegrei-me quando me disseram: Vamos à Casa do Senhor. Pararam os nossos pés junto às tuas portas, ó Jerusalém! Jerusalém, que estás construída como cidade compacta, para onde sobem as tribos, as tribos do Senhor, como convém a Israel, para renderem graças ao nome do Senhor. Lá estão os tronos de justiça, os tronos da casa de Davi. Orai pela paz de Jerusalém! Sejam prósperos os que te amam. Reine paz dentro de teus muros e prosperidade nos teus palácios. Por amor dos meus irmãos e amigos, eu peço: haja paz em ti! Por amor da Casa do Senhor, nosso Deus, buscarei o teu bem (Sl 122).

Todo o empenho do salmista buscando o bem de Jerusalém e sua alegria ao saber que era chegada a hora da peregrinação até a grande capital não devem ser confundidos, como já mencionamos, com mero nacionalismo e nem tampouco com mero apego ao espaço sagrado. Jerusalém é a habitação de Deus e isso faz dela uma cidade gloriosa, seus muros, seus palácios e seu povo são a face visível do céu tocando a terra. O Templo, acima de tudo, é a porta de entrada dessa habitação divina na terra. Estar em Jerusalém, ainda que anualmente, é estar na habitação divina, sob o reino do ungido de Deus (Davi e sua linhagem). É habitar o centro do mundo, o espaço privilegiado em comparação com os espaços caóticos onde reinam a idolatria e os ídolos. Jerusalém chama também os povos ao redor para a epifania. Em um conhecido episódio bíblico, a Rainha de Sabá se deslumbra com a pompa e glória do reinado de Salomão (1Rs 10). Assim, o mundo aflui de suas periferias para o centro, para ver o que o Deus dos céus tem feito na terra.

A Geografia da Shekinah encontra eco, por exemplo, no conceito de habitar de Heidegger (dwelling), como sendo "o fim que se leva a todo construir" (SUESS e LEITE, 2017, p. 155). Para Heidegger (1986) a própria existência humana está fundada nesse habitar como uma

"expressão da espacialidade do ser, enquanto forma de ser-e-estar-no-mundo" (NASCIMENTO e COSTA, 2016, p. 45). A Geografia Profética parece apontar na direção de que a própria habitação divina é fonte e de uma maneira de ser e estar no mundo que também está fundamentada na habitação. Foi Merleau-Ponty quem afirmou que "nossas relações com o espaço não são as de um puro sujeito desencarnado com um objeto longínquo, mas as de um habitante do espaço com seu meio familiar" (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 16). Ainda citando Merleau-Ponty, "O espaço não é ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível" (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 327-328). O espaço é, portanto, o meio em que a centralidade do mundo é demarcada a partir da Shekinah, da habitação de Deus. A partir dessa centralidade é que o sujeito entende o mundo ao redor, as áreas pelas quais passou (as terras da peregrinação) e que ficaram de alguma forma marcada nessa trajetória até a conquista da terra prometida. Essas terras próximas tem um valor associado ao peso narrativo, sempre presente na transmissão oral das histórias fundantes. Além disso há o mundo caótico, não porque seja desconhecido, mas porque não conhece Israel, como a Rainha de Sabá pôde fazê-lo.

Por fim, a representação da Geografia da Shekinah dentro dessa experiência do exílio estabelece, a partir da centralidade do Templo de Jerusalém, relações com o mundo. Essas relações são mediadas qualitativamente. O espaço é, portanto, aquela vasta amplidão que está para além do espaço "lugarizado" (que possui lugaridade). Há uma transição aqui no sentido inverso daquela proposta por Tuan,

quando diz que "o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (TUAN, 2013, p. 14). Aqui, o lugar é que vai se tornando em espaço conforme perde conexão com a Shekinah.

Passando à nossa segunda forma de representação da relação entre Israel (povo) e Israel (terra), abordamos a representação que chamamos de Geografia Apocalíptica. Essa representação, como mencionamos, é oriunda da experiência do exílio e orienta a reorganização do povo de Israel nesse contexto pós-exílico. Como também demonstramos, a experiência dos sujeitos, mesmo após o retorno a Jerusalém, não foi como se tudo voltasse a ser como antes. Pairava sempre a sensação de obra inacabada. Surge ou se intensifica então a teologia messiânica, a ideia de Jerusalém como um modelo de habitação que não está necessariamente fundamentada nas experiências pretéritas. Surge um ideal de rei e reinado que não encontraram seu ápice necessariamente em Davi. Israel passa a desenvolver uma teologia mais voltada para o futuro e isso tem implicações em como sua Geografia passa a ser representada. Jerusalém, ainda o espaço mais significativo para esse povo, deixa de ser o centro do modelo em volta do qual estavam os círculos concêntricos. Jerusalém passa a possuir mais um caráter profético. Esse modelo é apocalíptico porque, como que num abrir sucessivo de cortinas, vai desvelando e revelando a habitação celeste de Israel que vem com o Reinado definitivo de Yahweh quando chegar o ápice da história do povo.

O "Grande e Terrível Dia do Senhor" (Is 2,12) passa a surgir como um sol nascente no horizonte escatológico de Israel. A esperança e a

expectativa parecem ter surgido como algo que Israel aprendeu ao longo do tempo, sobretudo no exílio. Israel passa a transferir todo o peso de sua relação existencial no mundo do passado (dos grandes feitos de Davi e do templo) para o futuro. Aparentemente "O Dia do Senhor" é uma projeção escatológica que Israel faz de um rito mesopotâmico:

> Todo ano na Mesopotâmia havia um festival de entronização para o rei dos deuses. Durante esse festival akitu, a divindade determinava o destino de seus súditos e restabelecia a ordem, como fizera havia muito tempo quando derrotara as forças do caos. De fato, o relato da criação Enuma Elish, que conta a derrota de Tiamat diante de Marduque e a elevação deste como chefe do panteão, era lido durante essa festa. Embora os textos nunca se refiram ao festival akitu como "O dia de Marduque", existem algumas semelhanças. "O dia do SENHOR" é uma referência à ocasião em que Yahweh ascenderia ao seu trono com o objetivo de amarrar as forças do caos e trazer justiça e ordem ao mundo. O destino de seus súditos seria determinado, na medida em que os justos seriam recompensados e os ímpios sofreriam as consequências de sua rebeldia e pecado (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 984).

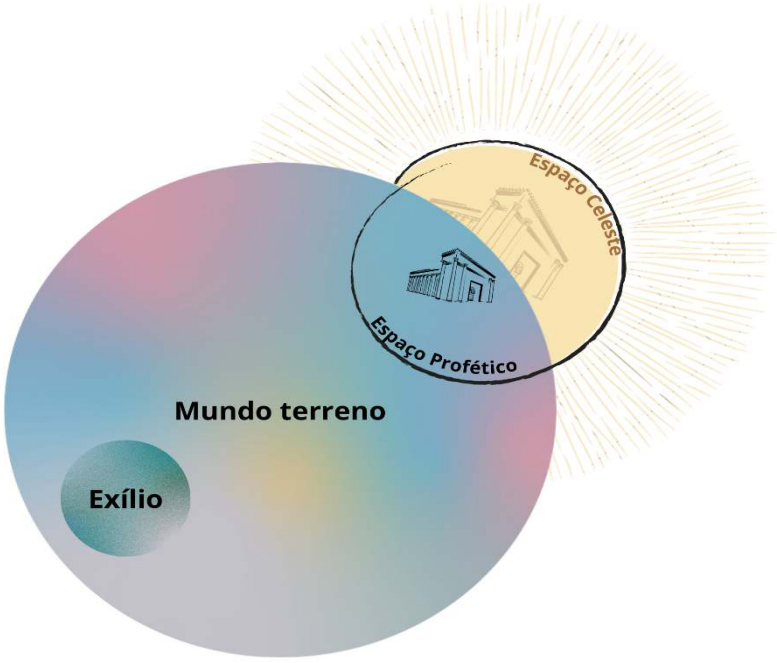
Assim, o "Dia de Marduque" passa a ser projetado, no caso de Yahweh para o futuro:

> Não há evidências de que o dia do Senhor fosse representado em rituais regulares em Israel; ao contrário, **ele refletia a expectativa histórica de um evento vindouro**. Como acontece com frequência, então, Israel parece haver dado um **caráter histórico** a algo que pertencia à esfera do mito e do ritual (WALTON, MATTHEWS e CHAVALAS, 2018, p. 984, grifo nosso).

A centralização do tempo futuro (Dia) faz também com que o espaço seja projetado no futuro. A Jerusalém tantas vezes arrasada e profanada não é necessariamente o lugar do descanso absoluto (shabbat) do povo. Israel (o povo), novamente almeja o Dia do Senhor (tempo), quando a Nova Jerusalém (Lugar Prometido) virá ao seu encontro trazendo salvação. Há uma convulsão nesse modelo escatológico: o futuro vem em direção ao passado e ao presente para consumar os tempos e os espaços. O Dia do Senhor é terrível para

quem não encontrar abrigo no Santo Monte de Yahweh. Conforme pode ser visto na figura 4, a verdadeira Jerusalém e o verdadeiro templo se escondem (ou se revelam) atrás do espaço e do tempo atual. O Dia do Senhor e a Nova Jerusalém sorriem para o povo de Israel como um raiar de um novo dia.

Figura 4. Representação da Geografia Apocalíptica



Org : Autor, 2021.

A Geografia Apocalíptica desvela a partir de progressões sucessivas o Lugar e o Dia do Senhor. O exílio, momento mais baixo e distante, é um espaço-tempo denso, obscuro e negativo. O mundo terreno é uma contingência de ser e estar no mundo em espera. Aliás, a própria Jerusalém terrena agora é vista como mais um espaço do mundo terreno e, por isso, acaba sofrendo com os levantes e as profanações

dos povos pagãos. Mas, ainda assim, Jerusalém é tida como um espaço diferenciado e simbólico. É essa cidade e é esse templo terrenos que revelam (ou escondem atrás de si) a página final que dá início ao Dia do Senhor, a intervenção final de Yahweh. Assim, o espaço geográfico nessa Geografia Apocalíptica é uma espécie de referência que serve tanto para o espaço como para o tempo, um espaçotempo que serve como referência para o céu. Como afirmou Christofoletti:

> A espessura do espaço é vista na concepção do 'aqui', que é um sistema de relações com outros lugares, semelhante à espessura dos conceitos temporais, tais como 'agora', que envolve aspectos do passado, presente e futuro" (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 22).

Jerusalém ainda é a mediadora de posições geográficas, mas não goza de uma centralidade. Ela agora é o espaço que tanto ajuda a medir os espaços profanos mais distantes, como também é o espaço que dirige a consciência, os sentimentos e os corpos dos sujeitos para o futuro. Por fim, lidar com a perda, com a dor e com a humilhação mudou não só a forma de o povo de Israel pensar sua teologia, dando ênfase na escatologia. Essas experiências geraram uma nova ênfase existencial. A deslugarização cria o desejo e a expectativa por uma relugarização, por uma nova terra (lugar) prometida, talvez a "Jerusalém de Ouro" imaginada no cântico que marcou o reencontro entre Povo e Terra de Israel já no século XX quando da criação do Estado de Israel. Uma certa leitura judaica apontava que esse evento, já na modernidade, pós-holocausto, foi mais uma etapa em direção dessa concretização escatológica. Voltar a Jerusalém representou também um passo da Jerusalém celeste vindo em direção desta realidade terrena. A experiência da deslugarização, por

fim, transportou Jerusalém, esse Lugar Sagrado, do centro do mundo para um horizonte periférico no espaço e no tempo.

Considerações finais

Temos visto, portanto, como se deu a experiência do exílio pelo povo judeu quando da invasão babilônica. Um processo de humilhação, deportação e assimilação cultural que marcou profundamente a vida espiritual e política do povo de Israel. Uma vez que essas esferas política e espiritual eram uma mesma coisa, as feridas do exílio deixam marcas com consequências mais complexas do que se imaginaria em uma abordagem superficial.

Então, chegamos à compreensão de que o exílio foi para a experiência daqueles sujeitos o que chamamos de "deslugarização", ou seja, da perda não só do lugar, mas sobretudo da lugaridade. O templo de Jerusalém foi profanado e saqueado, vários outros símbolos foram ressignificados pelos invasores mesopotâmicos. Esse processo de ressignificação como violência simbólica, dentro do contexto da deslugarização, abala as estruturas do povo de Israel. O templo não era apenas um monumento religioso ou político, mas a porta de entrada da eternidade neste mundo terreno, visto que era (o templo) a morada do Deus eterno. A queda do templo põe em cheque o papel do povo judeu nessa narrativa de um Deus que estava estabelecendo seu reino sobre o mundo, expandindo-o às nações pagãs. Como entender seu papel como ser-no-mundo se a porta de entrada do eterno foi fechada? Como sentir pertencimento no plano divino se a Shekinah foi embora? Como cantar canções de esperança se tudo foi posto abaixo e não sobrara "pedra sobre pedra"? A resposta, dentro da narrativa bíblica, foi transferir o motivo da esperança para uma

geografia apocalíptica. A deslugarização conduz o povo à uma relugarização, à geografia celeste. Jerusalém deixa de ser o centro do mundo para se tornar o limite do mundo, o ponto culminante que aponta para o porvir. O espaço sagrado é o palco do grande e terrível Dia do Senhor.

Assim, vemos que uma experiência como a do exílio, das deportações, expatriações e migrações forçadas não é meramente uma experiência de "mobilidade humana". A Geografia Científica pode criar objetivações e recortes teóricos para quantificar e qualificar objetivamente esses fenômenos, contudo, isso não significa que se deva fechar os olhos sem perceber as consequências mais profundas desse fenômeno e dessas vivências. É possível, por meio da Geografia Científica, dar visibilidade a outras geografias - como aqui se fez com esse exemplo da Geografia Profética dos hebreus no contexto em questão. Conforme mencionamos, essas geografias são seminais, antecedem e sustentam a Geografia Científica, logo, toda Geografia científica pressupõe geografias, isto é, formas múltiplas de representação da terra que irão contribuir para o estudo científico do Espaço Geográfico. Aqui, compreender as nuances do exílio enquanto processo de deslugarização nos possibilitou perceber representações espaciais que vão além de questões territoriais, étnicas e políticas. Buscar algum aprofundamento na experiência judaica com o exílio babilônico nos permitiu compreender como, em termos espaciais, há um processo de reestruturação nas representações (geografias) envolvidas. Por outro lado, enfatizamos também que a transição para a geografia profética surge a partir do contato dos judeus com outros povos e culturas. Essa dialética é que gera novas geograficidades,

logo, o lugar como esse núcleo essencial do povo judeu - ou como categoria analítica que a representa – não é uma mera resistência identitária conservadora ou reacionária, mas a síntese de vivências e assimilações multiculturais.

Foi assim que, por fim, entendemos que às margens dos rios da babilônia, a melancolia e todos os sentimentos presentes estavam produzindo uma nova forma de ver o mundo. Às margens dos rios da babilônia as lembranças de Sião se tornaram sonhos de uma nova Jerusalém que vem do futuro, do Dia do Senhor que se aproxima.

Resta, por fim, indagar quantas possibilidades essas nossas conclusões abrem para o estudo de outros fenômenos. Longe de se estar buscando padronização ou transformar este estudo particular em uma espécie de modelo para encaixar outras vivências e experiências, pensamos, antes, em como este estudo pode auxiliar a Geografia a buscar dar voz e representar espacialmente essas outras geografias que estão por trás ou raiando em movimentos humanos e reestruturações demográficas que já são conhecidos por nós enquanto dados estatísticos. Enfim, este texto ambiciona mais do que tirar conclusões, gerar inquietações para transformar e aprofundar estatísticas e apresentar representações de vivências e experiências geográficas.

Referências

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As perspectivas dos estudos geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, p. 11-36, 1982.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo - parte 1**. Petrópolis: Ed Vozes, 1986.

HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 10, n. 17, p. 18-29, jan./dez., 2013.

HUSSERL, Edmund. **Husserliana 9**: Phänomenologische Psychologie, Vorlesungen Sommersemester 1925. Haia: Martinus Nijhoff, 1962.

MERLEAU-PONTY, Maurrice. **Fenomenologia da Percepção**. 2° Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurrice. **Conversas, 1948**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NASCIMENTO, Taiane Flores do.; COSTA, Benhur Pinós da. Fenomenologia e geografia: teorias e reflexões. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, vol. 20, n. 3, p. 43-50, set/dez., 2016.

REINKE, André Daniel. **Os outros da Bíblia**: fé e cultura dos povos antigos e sua atuação no plano divino. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019.

SEAMON, David. The Life of the Place: A Phenomenological Commentary OnBill Hillier's Theory of Space Sytax. **Nordisk Arkitekturforskning**, Oslo, vol 7, n. 1, p. 35-48, 1994. Disponível em:<http://arkitekturforskning.net/na/article/view/719/664>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SUESS, Rodrigo Capelle.; LEITE, Cristina Maria Costa. Geografia e fenomenologia: uma discussão de teoria e método. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 11, n. 27, p.149-171, set./dez., 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

WALTON, John.; MATTHEWS, Victor.; CHAVALAS, Mark. **Comentário histórico-cultural da Bíblia**: Antigo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 2018.

WRIGHT, Nicholas Thomas. **Salmos**: contextos históricos, literário e espirituais para resgatar o significado do hinário do antigo Israel. Thomas Nelson Brasil: Rio de Janeiro, 2020.

Submetido em: 19 de agosto de 2021.
Devolvido para revisão em: 14 de outubro de 2021.
Aprovado em: 17 de janeiro de 2022.

Como citar este artigo:

MONTENEGRO, D. O. Às margens dos rios da Babilônia: deslugarização e relugarização como base da experiência do exílio em uma Geografia profética. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 208-245, Jan.-Jun./2021.

PROJETO "ZINESLITERATURA": FANZINES COMO PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

"ZINESLITERATURA" PROJETCT: FANZINES AS A METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR THE TEACHING OF GEOGRAPHY

PROYECTO "ZINESLITERATURA": UNA PROPUESTA METODOLÓGICA PARA LA ENSINO DE LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFIA

Bruno Fantin Salvi

Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Presidente Prudente

E-mail: b.fantin@hotmail.com

Danielle Silva Yabuki

Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Presidente Prudente

E-mail: silva.yabuki@unesp.br

Resumo:

Este artigo propõe contribuições ao ensino de geografia, a partir de um relato de experiências do Projeto "ZinesLiteratura". O projeto que vem atuando desde 2016 na produção de fanzines como mídia alternativa, busca transmitir conhecimentos geográficos do lugar dos leitores, que articula uma metodologia de aproximação e construção de sujeito críticos, a partir da alfabetização geográfica. Neste texto, trazemos um resgate do contexto histórico do Fanzine no Brasil e em outras sociedades, além de abranger a discussão acerca da sua definição. O objetivo central é mostrar a evolução do projeto, bem como indicar quais são as contribuições para uma educação emancipatória a partir da produção de fanzines como material didático.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Fanzines, Lugar, Material Didático, Educação.

Abstract:

This article proposes contributions to the teaching of geography, based on an experience report of the “ZinesLiteratura” Project. The project that has been working since 2016 in the production of fanzines as alternative media, seeks to convey geographic knowledge of the readers' place, which articulates a methodology of approach and construction of individuals involved, based on geographic literacy. This text summarizes the historical context of Fanzine in Brazil and other societies, as well as opening a discussion about its definition. The main objective is to show the evolution of the project, as well as to indicate what are the contributions to an emancipatory education from the production of fanzines as didactic material.

Keywords: Geography Teaching, Fanzines, Place, Courseware, Education.

Resumen:

Este artículo propone contribuciones a la enseñanza de la geografía, basadas en un informe de experiencia del Proyecto "ZinesLiteratura". El proyecto que ha estado trabajando desde 2016 en la producción de Fanzines como medios alternativos, busca transmitir el conocimiento geográfico del lugar de los lectores, que articula una metodología de enfoque y construcción de temas críticos, basada en la alfabetización geográfica. En este texto, traemos un rescate del contexto histórico de Fanzine en Brasil y otras sociedades, además de cubrir la discusión sobre su definición. El objetivo principal es mostrar la evolución del proyecto, así como indicar

cuáles son las contribuciones a una educación emancipadora a partir de la producción de fanzines como material didáctico.

Palabras-clave: Ensenãnza de Geografia, Fanzines, Lugar, Material Didáctico, Educación.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados e os andamentos do Projeto "ZinesLiteratura", que foi idealizado e desenvolvido por estudantes do curso de Geografia da Unesp em Presidente Prudente-SP. O Projeto se baseia na produção de fanzines, que com os desenrolares dos estudos proporcionados pela Geografia, passaram a ganhar sentidos científicos e informacionais direcionado para os públicos populares.

O Projeto "ZinesLiteratura" teve seu início em Presidente Prudente, no final do ano de 2016, com alunos de Geografia da Unesp interessados pela literatura marginal, ou como prefere o poeta Sergio Vaz, literatura periférica. Com esse interesse, e com a grande rede de sociabilidade dos jovens (TURRA NETO 2008), foi nos apresentado a técnica de fazer Fanzines, ou apenas zines, que são revistas artesanais, produzidas de forma independente pelo artista, como trataremos mais adiante.

As primeiras revistas do Projeto "ZinesLiteratura" foram produzidas afim de armazenar nossas poesias, contos e desenhos. Com a ajuda dos conteúdos geográficos adquiridos na universidade, foram iniciadas pesquisas a respeito da produção dessas revistas, o que contribuiu para uma simples ideia de distribuir a nossa arte, transformar-se em um possível instrumento de expressão e comunicação popular, contendo não só poesias e contos, mas agora, informações que contribuem para o Ensino de Geografia e para uma reflexão da realidade do público a quem o fanzine se destina. A partir

daí, formou-se de fato o Projeto, iniciando então estudos a respeito do que estávamos fazendo e de como poderíamos fazer, e descobrimos que produzir as revistas, é também, produzir material didático. Nos anos em que o projeto está na ativa, já obtivemos bons resultados a respeito dos objetivos que trataremos a frente.

Atualmente o Projeto "ZinesLiteratura" foca na produção de revistas informativas, destinadas a diferentes públicos, e busca através do conhecimento geográfico, proporcionar oficinas e minicursos em instituições e eventos promotores de cultura.

Pressupostos de investigação para o ensino a partir do Lugar

O conceito de Lugar, constitui-se como uma categoria dos conceitos-chaves da Geografia. Dentro do pensamento humanístico, esse conceito caracteriza-se através da interação dos humanos com a natureza, valorizando as relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos através da experiência no espaço. Esta relação simbólica e subjetiva está ligada as práticas espaciais do cotidiano dos sujeitos, que se constrói, por via de intencionalidades, sendo assim, para além de locais de passagem, é necessário se construir identidade no espaço para ser um lugar.

O espaço é um território político de disputa de poder, que se materializa na constituição das desigualdades socioespaciais. Harvey vai apontar que "a acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter um vínculo com o conhecimento personalizado

do espaço e o domínio individual dele" (1992, p. 221). Dessa forma, torna a dimensão do tempo no espaço cada vez mais reduzida, um processo que resulta no apagamento da identidade histórica socioculturais embutidas nas formas. Neste contexto, vinculamos a ideia que sugere que as tendências homogeneizantes do mundo moderno resultam para a grande massa das pessoas, em uma atitude "inautêntica" em relação ao lugar e num estado de "deslugar" (LEITE, 1998).

Partindo desse pressuposto, articulando com a prática do professor no Ensino de Geografia, esse artigo tem como objetivo discutir e apresentar estratégias de construção de significados e incentivos a busca de conhecimento e educação, através do ensino a partir do espaço vivido. A cidade dentro do seu sistema de redes de fluxos, é um espaço que educa, como aponta Cavalcanti, Callai e Castellar (2007) e é no exercício da cidadania que o citadino reconhece seus direitos em relação a própria cidade que habita.

Os sujeitos têm direito a cidade? As pessoas são alfabetizadas geograficamente para ler as contradições presentes no espaço vivido? O lugar é um território que carrega forças e intencionalidades, e o poder que se exerce nele vem, principalmente, dos saberes dos sujeitos que nele vivem. Nesse sentido, buscamos trazer uma proposta do uso do fanzine, uma mídia alternativa como ferramenta de contribuição para uma educação emancipatória, preocupada em desenvolver o direito dos sujeitos de ler a cidade, problematizando-a na sua produção e organização espacial.

O que é o fanzine?

O fanzine ou apenas zine, da forma que nos foi apresentado por outros professores, é uma técnica de manejar uma folha de sulfite, afim de confeccionar um livreto. Os zines compõem uma mídia de produção totalmente independente, de tema livre, sem limites de quantidades de páginas, em que é possível copiá-lo quantas vezes o escritor achar necessário. É uma revistinha artesanal (FRANCO, 2014 p.39) de conteúdo livre.

A partir dos estudos realizados por nós do Projeto "ZinesLiteratura", percebemos que na maioria dos trabalhos que abordam tal tema, tratam a origem dos livretos de forma semelhante, no entanto trazemos um debate acerca das origens dos fanzines, diante das diferentes manifestações da técnica e aparições dos livretos que estavam abafadas dentro da história mundial e brasileira.

De acordo com os estudos de Gazy Andraus (2003) a respeito das origens dos Fanzines, temos em Roma Antiga, a mais de dois mil anos dos dias de hoje, uma mídia impressa chamada Acta Diurna, que era colocada na parede do fórum de Roma para que as pessoas se aproximassem e fizessem a leitura, na qual o conteúdo eram informações sobre o governo romano. Com o tempo este jornal passou a ser fomentado, podendo conter então notícias sobre óbitos, divórcios, casamentos e outros incidentes com pessoas importantes da época (ANDRAUS, 2003). Apesar dos Fanzines serem mídias, elas se diferem dos jornais de Roma devido a sua independência e

alternatividade, sendo que o Acta Diurna era ligado ao Estado, por tanto era formal, se distanciando do conceito dos zines. Porém, na mesma época em Roma, algumas pessoas passaram a escrever nas paredes dos lugares públicos, denunciando alguma pessoa que não teria quitado uma dívida, ou então alguma pessoa que houvesse traído a confiança de outra, como uma espécie de pichação. Esta prática então começa a se aproximar dos embriões dos fanzines como o conhecemos hoje, pois apesar de serem fofocas, o tema era livre.

Já pela Idade Média, na Europa, aparece na história o trovador, uma espécie de jornalista-repórter, que retratava as suas viagens, fazendo críticas sociais além de suas trovas e versos de amor (ANDRAUS, 2003). Esses trovadores recitavam seus escritos em voz alta para as pessoas acompanharem a sua leitura, e nessa prática, percebe-se a comunicação através de livretos, na qual o trovador guardava os seus versos. Porém, sabe-se que nesta época na Europa, a leitura era uma atividade exclusiva da nobreza e do clero, portanto, a ideia de panfletagem presente nos Fanzines atuais não era presente, pois as pessoas não recebiam as informações dos livretos como uma mídia, interpretando o texto escrito, mas podemos associar os trovadores, também, ao embrião da prática dos fanzineiros.

Ainda com base no trabalho de Gazy Andraus, podemos ver que por meados do século XII, com o aumento das populações das cidades europeias, começa a necessidade de formas de comunicação mais eficientes entre as pessoas, surgindo então as correspondências. A partir da troca de cartas, surgem as gazetas informativas, que segundo Andraus, é quando o fanzine aparece, de fato, parecido de como o vemos hoje. As pessoas que se interessavam pelo conteúdo de

cartas e correspondências diversas, acabavam por fazerem cópias destas:

> "E alguns trechos de conteúdos destas cartas, que traziam novidades e curiosidades de vários assuntos, eram passados a limpo e copiados à mão em várias cópias que por sua vez eram vendidas nas ruas." (ANDRAUS, 2003 p.4)

A partir dos exemplos usados, buscamos trazer neste artigo o fato de que os livretos estão presentes nas sociedades como uma forma de comunicação. Os Fanzines são, por tanto, uma mídia, que segundo Santaella (2014, p.4) são meios de comunicação que intermedia a informação através de expressões. E assim, trataremos a seguir, como a ideia de fanzine se consolidou e trazendo também alguns fanzineiros que estavam repousando pela história do Brasil.

A palavra Fanzine tem origem da língua inglesa: ***fan****atic* *maga****zine*** que significa revista de fã. As primeiras práticas das confecções destas revistas, trazidas por autores que estudaram o assunto, foram nos Estados Unidos da América, na década de 1930, ganhando grande popularidade na década de 1960 com os movimentos de contracultura, quando a juventude, principalmente o movimento punk, buscava diferentes alternativas para trocarem informações a respeito do contexto social em que estavam inseridos (ASSUMPÇÃO et al, 2011).

Imagem 1: "Fanzine Ficção" para alguns oficialmente o primeiro zine publicado no Brasil.


FICÇÃO

Boletim do INTERCAMBIO CIÊNCIA — FICÇÃO "ALEX RAYMOND"

ano I - Pirassununga (S.P.), Outubro 1965 - Nº1

NOSSA PALAVRA

ALEX RAYMOND

Fonte: Marcus Ramone, 2015

Os fanzines no contexto brasileiro

Segundo Juliana Severino Borba, os Fanzines surgem no Brasil década de 1980, com o movimento punk e anarquistas, que não tinham espaço nas mídias convencionais e que encontraram nos Fanzines uma maneira de divulgar informações sobre os movimentos políticos (BORBA, 2015 p. 5). Porém, já encontramos na década de 60, a publicação de um Fanzine que, segundo Henrique Magalhães (2003), é pioneira, chamada Ficção (Imagem 1). Assim, podemos observar que não é certa a origem da prática de produzir Fanzines, e

isso é, segundo nosso levantamento, devido ao zine ser simplesmente uma arte sem definição absoluta. Expressar algo através de um "papel", que não esteja vinculado com empresas de comunicação ou as mídias convencionais, e que a prática de sua divulgação seja feita pela panfletagem dos próprios artistas, pode estar associada a produção de fanzines. Segundo Edgar Guimarães:

> "[...] publicações que trazem textos diversos, histórias em quadrinhos do editor e dos leitores, reprodução de HQs antigas, poesias, divulgação de bandas independentes, contos, colagens, experimentações gráficas, enfim, tudo que o editor julgar interessante. Os fanzines são o resultado da iniciativa e esforço de pessoas que se propõem a veicular produções artísticas ou informações sobre elas, que possam ser reproduzidas e enviadas a outras pessoas, fora das estruturas comerciais de produção cultural." (GUIMARÃES, 2000 apud. FRANCO, 2014, p.39)

A partir desta definição podemos resgatar uma técnica de produzir livretos que era praticada pelos negros no Brasil colonial. Como a história brasileira apresenta forte racismo e exclusão com a população negra, muitas práticas culturais, sociais, linguísticas e artísticas foram reprimidas e criminalizadas, assim não se sabe ao certo a origem das Cartas para Tocar. Estas cartas aparecem como pequenos livretos, contendo desenhos, orações, cantigas, e alguns negros carregavam consigo uma porção desses livretos. Não seria

possível o Projeto "ZinesLiteratura" ter conhecimento a respeito das Cartas Para Tocar, se não fosse a repressão por parte dos colonizadores.

A professora Fabiana Schleumer (2011), em um de seus trabalhos, fez um levantamento a respeito da presença dos negros na cidade de São Paulo na época colonial, e analisou os documentos do Arquivo Cúria Metropolitana de São Paulo, como registro de óbitos e processos criminais. Junto aos julgamentos realizados por crimes de feitiçaria, a autora encontra um curioso caso a respeito de um homem negro chamado Pascoal José de Moura, pintor e escultor, que foi acusado por produzir e entregar Cartas para Tocar para crianças que chegavam escravizadas ao Brasil, afim de oferecer proteção (SCHLEUMER, 2011).

No texto, a autora trata que o conteúdo dos livretos eram orações a São Marcos e São Jorge, desenhos parecidos com seres humanos enjaulados, mostrando que tratava das injustiças sociais a quais os negros estavam submetidos. Por tanto essas Cartas podem ser também, livretos informativos, mesmo que em contextos cruéis, eram destinados a um público de forma alternativa frente a imprensa e mídia da época, sendo inclusive uma prática criminalizada na época colonial (SCHLEUMER, 2011, p.4). Então, porque não considerar a prática das Cartas para Tocar usada pelos negros brasileiros desde os séculos passados, como produção de Fanzines, como estratégia de comunicação frente ao regime escravocrata? Para contribuir com a discussão, Tiago de Oliveira Lacerda nos traz uma definição para Fanzine:

> Pragmaticamente, podemos definir os zines como sendo produções independentes, que vão de encontro a qualquer censura, pregando a liberdade de expressão, abrindo espaço para todo tipo de comentários e opiniões, sobre as mais variadas temáticas e visões [...] (LACERDA, 2008, p. 4).

Com essa definição, percebemos que os Fanzines, com essa denominação, realmente não existiam antes das décadas de 1930 e 1940, porém a arte de criar livretos que contém informações que são destinadas a algum público está presente em diferentes momentos da história do Brasil.

Para ampliar mais ainda o nosso campo de debate, Luis Rafael de Araújo Correa (2017), nos traz em sua tese de doutorado uma outra aparição de "fanzineiros" no Brasil colonial. Em sua obra, o autor conta a passagem de um homem que praticou suas mandingas e foi condenado por feitiçaria. Este homem era um indígena livre, mas ele e sua companheira não aceitavam as doutrinas e regras impostas pela Igreja no Estado do Rio de Janeiro na época colonial, assim, viviam viajando pelo Recôncavo da Guanabara para fugir dos castigos praticados pelo clero. Nessas andanças Miguel Pestana aprendeu a confeccionar as Cartas para Tocar, na qual, junto com uma bolsa pessoas negras carregavam consigo, contendo as Cartas para Tocar e outros objetos que lhes ofereciam proteção contra as injustiças. Miguel Pestana teve a sua trajetória, o que não cabe a este artigo, porém, acabou por virar capitão do mato, e perseguindo um escravo que fugiu, onde encontrou o negro com Cartas para Tocar em sua posse, e por entender o

significado destas Cartas acabou por liberar o homem que estava fugindo. Isso é como se as Cartas tivessem salvado a vida do homem escravizado, o livrado da prisão, justamente como as orações das Cartas previam. Isso fez com que Miguel Pestana começasse a levar mais a sério a prática de produzir livretos e colocá-los em bolsas de mandinga, passando então a ser um mandingueiro conhecido. Em uma das "batidas" da Igreja, ele foi pego com as Cartas para Tocar e acabou preso, porém, mesmo na cadeia ele continuou produzindo os livretos e os trocando por algumas moedas, atraindo até pessoas com dinheiro para adquirir seus livretos (CORRÊA, 2017). Miguel Pestana acabou sua vida preso, sendo levado até Portugal e interrogado pela Inquisição pelo crime de feitiçaria. Caso muito semelhante ao apresentado por Fabiana Schleumer (2011), na qual a panfletagem de livretos, em troca de umas moedas ou não, era praticada por negros brasileiros quando ainda eram submetidos à escravidão e estas ações eram criminalizadas e tratadas como feitiçaria.

Portanto, podemos notar quão ampla seria a origem dos fanzines no Brasil e no mundo. Trazemos aqui estes argumentos, afim de resgatar a ideia de que os fanzines já estavam presentes no Brasil como forma de comunicação alternativa, e as suas práticas são mais antigas do que pensávamos. Ao longo dos próximos estudos do Projeto "ZinesLiteratura", buscaremos ampliar o horizonte em relação aos zines brasileiros, bem como fomentar e consolidar os debates sobre a prática da produção de livretos ao longo da história do Brasil, porém, buscamos trazer aqui, uma reflexão um pouco mais profunda sobre os Fanzines, através das definições sobre o que é, mostrar que eles estão presentes na sociedade antes dos movimentos

de contracultura nos EUA, e no Brasil mesmo antes dos punks da década de 1980.

Projeto "ZinesLiteratura": transmissão de conhecimento através do Lugar

O Projeto "ZinesLiteratura" apresentado aqui, nem sempre teve objetivos definidos. No início, ainda descobrindo o que era um fanzine, nos apropriamos dessa mídia para transcrever nossas produções artísticas como poesias, crônicas, contos, desenhos e colagens. Apareceu como uma ideia nova, era uma ferramenta concreta na qual poderíamos armazenar, divulgar e eternizar nossas produções, nos tornando escritores. Nessa fase, os primeiros fanzines produzidos pelo Projeto (Imagem 2), ainda não tinham o objetivo de transmitir conhecimentos de conceitos geográficos, mas sim destinado a pessoas que se interessavam por poesias e crônicas. O Projeto sempre distribuiu os livretos nas ruas da cidade de Presidente Prudente-SP, em ambientes populares como a feira livre, nos pontos de ônibus e em espaços de lazer como o Parque do Povo, afim de encontrar todos os tipos de público para os fanzines, e a quem recebesse o zine, poderia, se possível, contribuir de forma simbólica para os artistas com algum trocado ou algo em troca, como uma forma de ajuda para a confecção de novos fanzines, incluindo gastos com os materiais das produções, locomoção até os locais de distribuição, em geral, uma contribuição para o Projeto como um todo.

Imagem 2: Primeiros fanzines do Projeto "ZinesLiteratura".



Fonte: Autor/Acervo Pessoal, 2020.

Através dos estudos proporcionados pela Geografia, fazer os fanzines e os divulgar pela malha urbana se transformou em uma mídia transmissora de conhecimento. Partindo do pressuposto que a cidade é um ambiente repleto de práticas educativas intrínsecas às práticas espaciais cotidianas, caracterizam-se estreitas ligações ao Ensino de Geografia (CAVALCANTI, 1998). Sendo assim, o Projeto passa a realizar suas produções com o objetivo de transmitir informações sobre a Geografia, partindo do lugar, criando a "Coleção TáLigado". Em sua primeira edição, trazemos uma abordagem acerca do Parque do Povo, local em que o próprio fanzine é distribuído. Esse parque é um dos cartões-postais da cidade de Presidente Prudente-SP. Na história do planejamento urbano das cidades, algo que persiste é a sua relação com seus rios, e nesse sentido, o Parque do Povo se articula a discussão por estar localizado sobre o Córrego do Veado canalizado.

Essa temática tornou-se conteúdo de um fanzine pelos decorrentes alagamentos que ocorrem nesse Parque a cada chuva intensa. A partir daí, percebemos uma aproximação da produção dos fanzines não só com os conhecimentos científicos, mas com a profissão de professores de Geografia como agentes do processo de ensino e aprendizagem. A ideia de produzir zines aproximando as temáticas com a vida das pessoas que os recebem, passa a ser um meio de informação alternativo e informal, além de ser uma ferramenta de metodologia de produção de conhecimento, onde buscamos alfabetizar geograficamente os sujeitos a partir do seus lugares, contribuindo e se apropriando da ideia de Lana Cavalcanti (2016) de que a cidade pode ser compreendida através de seu próprio conteúdo, sendo um espaço educador. E os fanzines do Projeto surgem como um instrumento de trabalho para professores que buscam alternativas para suas práticas pedagógicas.

Com essas experiências adquiridas, tanto da busca pelo conhecimento e aprimoramento da técnica para produzir a mídia, quanto a partir do contato com os leitores, a ideia de fazer fanzines educativos ganhou objetivos mais sérios. A proposta do conteúdo é a transmissão com linguagem simples e direta, de forma a tornar o conhecimento acessível para aqueles que possuem pouco hábito de leitura possam refletir a respeito do assunto, ampliando os saberes da produção e organização do seu lugar, segundo Yves Lacoste (1989): "Não há geografia sem drama", e o fanzine aparece como um drama entre a teoria, a prática e os sujeitos que são público alvo.

Imagem 3: Coleção "TáLigado" edição 1 - Parque do Povo.



Fonte: Autora/Acervo Pessoal, 2020.

Imagem 4: Parque do Povo em Presidente Prudente-SP.

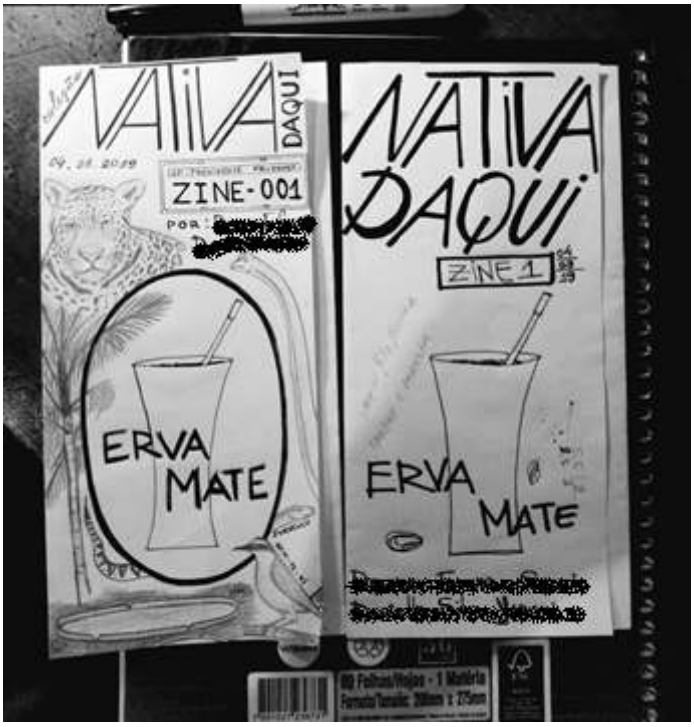


Fonte: Autora/Acervo Pessoal, 2020.

A Coleção "TáLigado" (Imagem 3), já comentada, está com três edições até agora, confeccionadas principalmente para o público infantil que estão entre o Ensino Fundamental I e II. São escritos com linguagem simples e desenhos objetivos, conteúdo direto sobre conhecimentos geográficos que estão presentes no dia a dia, e por isso, também são bem aceitos por jovens e adultos que se interessam pelas problematizações e conteúdo dos livretos.

O Projeto também conta com a Coleção "Nativa Daqui", que possui um formato de folheto clássico, um pouco mais estreito, ele aborda assuntos da fauna e flora originários do Brasil, buscando indagar nos leitores a reflexão das origens das espécies, e sua importância no contexto histórico. A sua primeira edição é sobre a Erva-Mate, que na região de Presidente Prudente-SP, é bem consumido culturalmente, as folhas da planta triturada com água gelada.

Imagem 5: Evolução da primeira edição da Coleção "Nativa Daqui".



Fonte: Autora/Acervo Pessoal, 2020.

Dentre planos futuros, o Projeto "ZinesLiteratura" vem construindo outros projetos paralelos, com novas coleções e arranjos de fanzines, além de continuar com a evolução das coleções já existentes. E além disso, buscamos apresentar perspectivas de compartilhar mais que nossos livretos, compartilhando o conhecimento da sua técnica de mídia a partir da construção de oficinas de fanzines.

Os fanzines como estratégia pedagógica

Além da importância do ensino informal fora da escola, na transmissão de conhecimento pelas ruas através dos fanzines, as revistinhas aparecem como um produtivo material didático, sendo uma alternativa para os professores trabalharem em sala de aula. Para formar a juventude com capacidade de leitura crítica (FRANCO, 2014), o zine aparece como uma alternativa para o professor, que além de estimular os jovens a se atentar a arte da literatura, ainda é um material informativo que pode ser utilizado para as transposições didáticas. É uma maneira, inclusive, de construir projetos interdisciplinares dentro da escola, envolvendo Artes, Geografia, História, Literatura ou qualquer disciplina de outras áreas da ciência, em que o aluno pode compartilhar com sua família e comunidade, distribuindo o conhecimento aprendido.

Sendo assim o fanzine é uma alternativa de metodologia pedagógica (BORBA, 2015) para aproximar o ensino a realidade do aluno. Como nos alerta Juarez Dayrell (2001), todo o contexto social em que o aluno chega dentro da sala de aula, rotulado para aprender em silêncio, já reduz drasticamente a chance de o professor conseguir aproximar a realidade do aluno com os conteúdos do currículo escolar. Paulo Freire (1996) traz em uma de suas obras que essa aproximação é fundamental para que a educação evolua e faça o aluno a pensar em seu contexto social:

> Por que não estabelecer uma 'intimidade' entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e

> ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida nesse descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada a ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos." (FREIRE, 1996, p. 31)

Sendo assim, devido ao grande número de alunos da sala de aula e as demais dificuldades, a mistura de um instrumento de comunicação com as vivências dos alunos pode ser uma estratégia para os professores de Geografia e de outras disciplinas, na qual é possível se aproximar o cotidiano do aluno, promovendo a cultura, e envolvendo os jovens na produção de seu material didático.

Oficinas de fanzines: a fantástica fábrica de escritores

O Projeto "ZinesLiteratura" teve a oportunidade de ministrar oficinas de fanzines, como forma de incentivo a busca de conhecimento, práticas de leitura e escrita. Nesta oficina construímos um cenário de discussão, onde indagamos as definições

do fanzine como mídia, contexto histórico, técnica e aula prática, onde os participantes produzem suas próprias obras literárias.

No segundo semestre de 2018, através da licenciatura em Geografia, tivemos a oportunidade de realizar uma oficina de fanzines em um colégio de Presidente Prudente-SP. Ao final do bimestre na disciplina de Geografia, trabalhamos com turmas de 6º, 7º e 8º ano do Ensino Fundamental II, uma oficina onde os alunos foram instruídos a confeccionarem os seus zines com o tema principal relacionado a disciplina, o que não foi possível deixar o tema completamente livre, devido a avaliação dos conteúdos previsto no currículo que são exigidos nas instituições de ensino.

Após a apresentação do que era um fanzine, como ele pode ser usado, utilizando exemplos de alguns zines prontos, os alunos ficaram empolgados em todas as turmas. A oficina foi realizada em uma semana, ou três aulas em cada turma, e teve certo sucesso, apesar dos problemas relacionados ao excesso de energia e empolgação de alguns alunos e assuntos do cotidiano paralelos aos escolares, a oficina correu bem e todos os alunos fizeram os fanzines. Cada grupo apresentou o livreto para a sua turma, podendo levar para casa para mostrar para os pais, mas deveriam trazer de volta para que fosse feita a avaliação.

Todas as turmas foram divididas em grupos de 4 ou 5 pessoas, e cada grupo ficou com um assunto relacionando a temática central trabalhada no bimestre. Neste caso, tivemos que estruturar em subtemas também, para que a avaliação do trabalho dos alunos fosse

mais clara. As turmas de 6º e 8º ano decidiram os temas através de debates, o 7º ano foi necessário o sorteio.

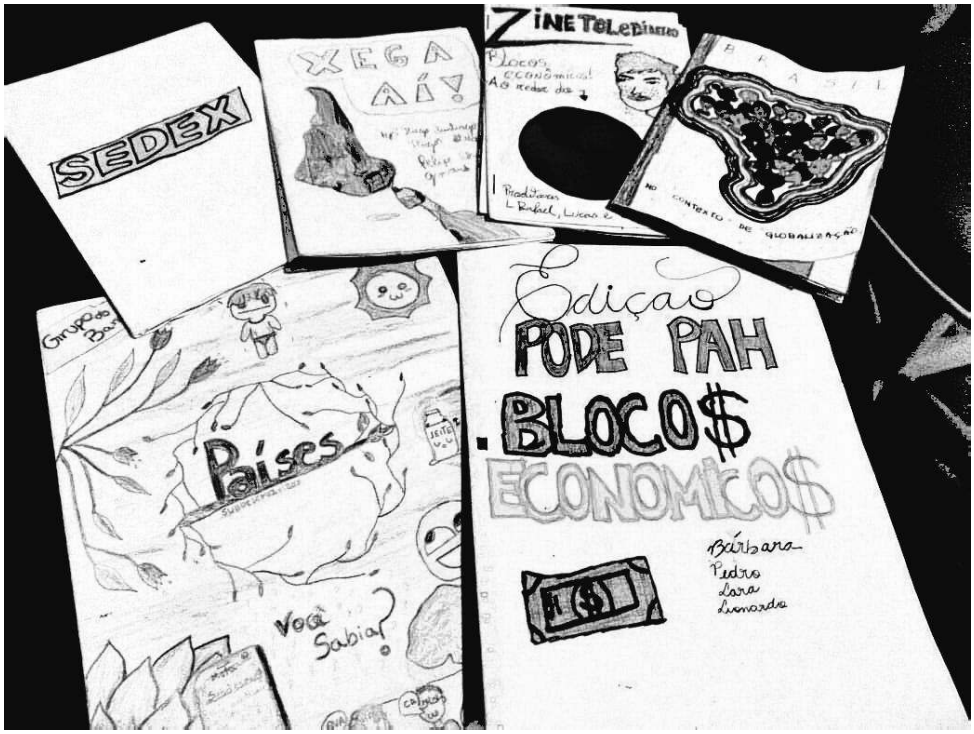
Os temas debatidos com as turmas de 6º ano foram os principais biomas brasileiros. Os diferentes grupos deveriam desenvolver zines a respeito dos seguintes temas: a) Quais são os biomas brasileiros e suas características; b) Qual a situação de preservação dos biomas; c) Qual a situação da destruição dos biomas. Cada grupo trataria ou de um bioma ou da situação destes. Os alunos produziram zines com uma grande qualidade artística, com desenhos e colagens interessantes a respeito do tema tratado. Já o debate foi um pouco limitado, pois a temática de biomas trouxe na maioria dos fanzines dados e características físicas, exceto pelos grupos que trataram da degradação e preservação, que trouxeram diferentes abordagens e posicionamento a respeito de questões políticas em suas revistas.

Nas turmas de 7º ano foi desenvolvida ao longo do bimestre a discussão a respeito das divisões regionais brasileiras e o contexto de cada região dentro do país como um todo. Logo cada grupo ficou responsável por debater uma região diferente, além de um grupo responsável por desenvolver um fanzine trazendo as diferentes divisões regionais do Brasil e mais detalhes sobre a utilizada oficialmente no material didático. Nesta turma surgiram diferentes perspectivas a respeito dos temas, os grupos desenvolveram maneiras lúdicas de expor as informações, como os estudantes que criaram um personagem com a profissão de entregador dos Correios, que viajava pelos estados da região Nordeste e explicava os

diferentes contextos físicos e políticos. Outros alunos criaram uma personagem que tomava chimarrão e percorria pelos assuntos abordados sobre a região Sul expondo, por exemplo, a produção pecuária dos estados.

Já com as turmas de 8º ano debatemos globalização e os blocos econômicos. Alguns grupos ficaram responsáveis por discutir em seus fanzines alguns conceitos, como o da própria globalização, desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre outros que estão presentes nos conteúdos escolares debatidos ao longo do bimestre. Outros grupos debateram alguns blocos econômicos e foi pedido que trouxessem a relação destes blocos com o Brasil. Os grupos, assim como no 7º ano, trouxeram uma abordagem lúdica e divertida a respeito dos temas, criando personagens que dialogam diretamente com o leitor a respeito das informações discutidas. Nesta turma, surgiram também debates políticos em diversos fanzines, como por exemplo o grupo responsável por trabalhar assuntos relacionados ao Mercosul, que trouxeram a discussão entre socialismo e capitalismo a partir de exemplos da América do Sul, expondo algumas opiniões e posicionamentos em suas revistinhas.

Imagem 6: Fanzines produzidos pelos alunos do colégio em Presidente Prudente.



Fonte: Autor/Acervo Pessoal, 2020.

A atividade obteve bons resultados nas três turmas, alguns tiveram notas menores devido a alguns critérios, mas a diversão das colagens, desenhos e as pesquisas mostraram que o fanzine é realmente uma forma do professor promover atividades construtivas e avaliar seus alunos. Os fanzines confeccionados pelos estudantes nos mostram que eles foram incitados a fazerem pesquisas teóricas e também artísticas, de imagens e desenhos para complementarem as informações e ao final construíram um produto final, concluíram sua

pesquisa através do fanzine. Também os fanzines nos mostraram o entendimento dos conteúdos escolares a partir da perspectiva dos alunos, que desenvolveram uma linguagem divertida e descontraída a respeito dos debates, nos indicando que os fanzines podem contribuir para uma metodologia lúdica e participativa em sala de aula, sendo um bom instrumento pedagógico para revisões e sintetizações de conteúdo.

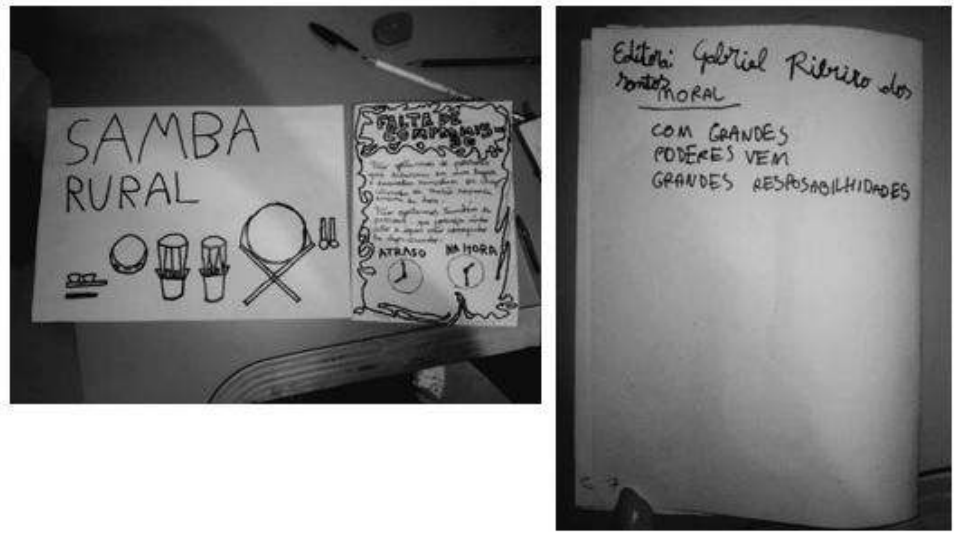
Apesar disso, uma falha deve ser destacada. Não foi pedido aos alunos que tirassem cópias de seus zines e distribuíssem para seus amigos, familiares e conhecidos, o que acabou fugindo um pouco da proposta dos fanzines tratada neste artigo, sendo que a revistinha deve circular, ter caráter de panfletagem. Sendo assim, para as práticas pedagógicas futuras que envolvam a ideia de Fanzine, fica o aprendizado, e para o Projeto "ZinesLiteratura" o incentivo, pois de armazenamento de poesias chegou até a uma sala de aula como materiais didáticos.

O Projeto também foi convidado a ministrar uma oficina no SESC, unidade de Birigui-SP, em setembro de 2019, na qual as turmas foram divididas em duas, em dias diferentes. A atividade aconteceu perante os materiais que o SESC disponibilizou e também alguns na qual o próprio Projeto confeccionou, no caso, um fanzine explicando como seria a didática da oficina. Na primeira turma, compareceram poucos participantes de início, porém ao longo do dia, crianças foram atraídas pela curiosidade e confeccionaram seus livretos, armazenando seus desenhos e ideias com a técnica que foi passada por nós do Projeto. A segunda turma, contou com um

número grande de participantes, comparecendo alguns pais com seus filhos, na qual editaram revistas de histórias em quadrinhos inéditas e com base na criatividade. Alguns dos fanzines produzidos nesta oficina surpreenderam os membros do Projeto, pois realmente as ideias das pessoas presentes foram muito criativas, nos mostrando algumas formas de manusear a folha de sulfite na qual nós ainda não tínhamos conhecimento.

A partir desta oficina realizada no SESC Birigui, e também das atividades realizadas no colégio, o Projeto "ZinesLiteratura" vem buscando ampliar o horizonte do conhecimento, recebendo convites e enviando propostas para escolas estaduais da cidade, na qual oficinas serão ministradas no decorrer dos próximos meses. Isso nos mostra o quanto a ideia de utilizar uma técnica de produzir uma mídia independente pode alavancar a criatividade e incentivar as crianças e adultos à prática da leitura.

Imagem 7: Fanzines produzidos pelos participantes da oficina.



Fonte: Autora/Acervo Pessoal, 2020.

Considerações finais

A partir dos estudos realizados sobre o tema e principalmente das vivências que foram proporcionadas pela prática de fazer zines, tentamos trazer neste artigo um pouco da arte de confeccionar folhetos para transmitir alguma informação utilizando esse formato de mídia. Uma prática presente desde séculos passados, devido ao seu caráter independente, simples e acessível, nós também praticamos esta arte, em nosso tempo e espaço. No entanto, não é possível separar o fazer fanzines, da responsabilidade de transmitir informações construtivas, dentro de uma perspectiva que histórico-

dialética, seja em sala de aula ou para o público popular que caminha pelas ruas da cidade, que do inesperado aprendem uma informação útil e simples presente no seu cotidiano.

Para o Projeto "ZinesLiteratura", o fanzine que era desenvolvido apenas para armazenar poesias e desenhos, se tornou a ferramenta principal de dois professores de Geografia preocupados com uma educação emancipatória que alfabetiza criticamente e geograficamente, o olhar ao espaço vivido. Além disso, essa mídia alternativa é capaz de multiplicar escritores e amantes de literatura. O escritor, ou melhor, o fanzineiro, produz artisticamente as provocações que o provoca. O fã escreve sobre o que gosta, e nós do projeto "ZinesLiteratura" somos fãs de Geografia e de panfletar essa escrita da Terra.

Dessa forma, diante das práticas de professores educadores às margens, propor um ensino em que o aluno passe a pertencer ao conhecimento estudado, é um ato de resistência, de saber e de poder na construção de identidades. O trabalho de base é a educação, e do que serve a educação se ela não começa a partir do saber sobre o seu Lugar. Esse é o projeto de formação e de integração com a sociedade que buscamos.

Referências

ANDRAUS, Gazy. Gênese, história e importância das publicações independentes do Brasil e do mundo: Os Fanzines e as Revistas Alternativas. In: **Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, nº

1, 2003 (Rio de Janeiro-RJ). Disponível em: < http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/1o-encontro-2003-1>

ASSUMPÇÃO, Douglas; PINA, Eduardo; JUNIOR, José. Fanzine como mídia alternativa: uma análise do cenário belemense. **Revista ALTERJOR**. São Paulo, V. 02, Ed. 04, Ano 02, p.1-19. 2011.

BORBA, Juliana Severino de. **A confecção de fanzines como recurso didático no ensino de sociologia para ensino médio.** 2015. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais), Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2015.

CALLAI, Helena; CAVALCANTI, Lana; CASTELLAR, Sônia. Lugar e cultura urbana: um estudo comparativo de saberes docentes no Brasil**. Terra Livre**, v. 1, n. 28, p. 91-108, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos** / Lana de Souza Cavalcanti. – Campinas, SP – Papirus, 1998. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CAVALCANTI, Lana de Souza. O olhar geográfico em formação: Jovens Estudantes de Geografia e desafios urbanos contemporâneos. In: PAULA, A. F. de Assis, CAVALCANTI, Lana de Souza, PIRES, L. M. (Org.) **Os Jovens e suas Espacialidades**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016, p. 121-142.

CORREA, Luís Rafael Araújo. **Feitiço Caboclo: um índio mandingueiro condenado pela Inquisição**. 2017. 271f. Tese

(Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

HARVEY, D. 1992. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Loyola.

DAYRELL, Juarez. A escola como espço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 136-161.

FRANCO, Fábio Poletto. **Geografia e Ensino: Elaboração de Fanzines como possibilidade na construção do conhecimento**. 2014. 271f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LACERDA, Tiago de Oliveira. **Fanzines - Uma faceta da comunicação alternativa na cidade de Campina Grande.** 07 f. 2008. Artigo (Graduação em Comunicação Social). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, Paraíba.

LACOSTE, Yves. **Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Yves Lacoste; tradução Maria Cecília França. 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 21, p. 9-20, 1998.

MAGALHÃES, Henrique. **O rebuliço apaixonante dos fanzines**. João Pessoa: Marca de Fantasia: Bertrand Brasil, 2003a.

RAMONE, Marcus. Há 50 anos: uma breve história do primeiro fanzine brasileiro. **Universo HQ**. 2015. Disponível em: < https://universohq.com/universo-paralelo/ha-50-anos-uma-breve-historia-do-primeiro-fanzine-brasileiro >.

SANTAELLA, L. Mídia, participação e entretenimento em tempos de convergência. **Revista GEMInIS**, p. 4-7, 19 maio 2014.

SCHLEUMER, Fabiana. RECRIANDO AFRICAS: presença negra na São Paulo colônia. **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 46, fev. 2011.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade.** 2008. 526 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105044>.

Submetido em: 15 de outubro de 2021.
Devolvido para revisão em: 01 de fevereiro de 2022.
Aprovado em: 13 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

SALVI, B. F.; YABUKI. D. S. Projeto "ZinesLiteratura": uma proposta metodológica para educação emancipadora? **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 246-278, Jan.-Jun./2021.

QUAL O LUGAR DA AVALIAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA?

¿CUÁL ES EL LUGAR DE LA EVALUACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA?

WHAT IS THE PLACE OF EVALUATION IN TEACHING GEOGRAPHY?

Astrogildo Luiz de França Filho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro- (UERJ)- Faculdade de Formação de Professores (FFP)
E-mail: astrogildo.franca@uerj.br

Charlles da França Antunes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro- (UERJ)- Faculdade de Formação de Professores (FFP)

E-mail: charlesdafranca@gmail.com

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve reflexão sobre a questão da avaliação no ensino de Geografia organizando a discussão em três momentos: na primeira uma apresentação conceitual da avaliação vista como elemento de organização do trabalho pedagógico; em seguida, alguns apontamentos sobre sua localização na conformação da escola capitalista. Por último buscaremos focalizar nossa análise na identificação de determinados pontos que julgamos ser centrais nesse debate e, a partir disso, realizar algumas considerações sobre a relação entre a avaliação e ensino de Geografia, bem como sobre certos desafios teórico-metodológicos e políticos a serem enfrentados por quem atua no magistério.

Palavras-Chave: Avaliação, Ensino, Geografia, Estado Avaliador, Política Educacional

ABSTRACT

The objetct of this article is to present a brief reflection on the issue of evaluation in geography teaching organizing the discussion in three moments: in the first a conceptual presentation of the evaluation seen as an element of organization of pedagogical work; then, some notes about its location in the conformation of the capitalist school. Finally, we will try to focus our analysis on the identification of certain points that we believe are central in this debate and, from this, to make some considerations about the relationship between the evaluation and teaching of Geography, as well as certain theoretical-methodological and political challenges to be faced by those who work in the magisterium.

KEYWORDS: Evaluation, Teaching, Geography, Evaluator State, Educational Politics

RESUMEN

El objetivo de este artículo es hacer una breve reflexión sobre el tema de la evaluación en la enseñanza de la geografía organizando la discusión en tres momentos: en el primero una presentación conceptual de la evaluación vista como un elemento de organización del trabajo pedagógico; luego, algunas notas sobre su ubicación en la conformación de la escuela capitalista. Finalmente, trataremos de centrar nuestro análisis en la identificación de ciertos puntos que creemos que son centrales en este debate y, a partir de esto, hacer algunas consideraciones sobre la relación entre la evaluación y la enseñanza de la Geografía, así como ciertos desafíos teórico-metodológicos y políticos a los que se enfrentan quienes trabajan en el magisterio.

Palabras Clave: Evaluación, Docencia, Geografía, Estado evaluador, Política educativa

Introdução

A luta do magistério brasileiro por uma educação melhor chega hoje a uma etapa excepcionalmente desafiadora. Sobretudo nestes últimos dez anos que se notabilizaram pela combinação de políticas econômicas contínuas de austeridade, ampliação do arrocho salarial para os profissionais da educação, avanço do capital privado para dentro da gestão pública e reelaboração de instrumentos normativos de controle do trabalho docente nas escolas, a avaliação neste último ponto, ocupa uma função cada vez mais inequívoca.

A avaliação como ponto de pauta é apenas um dentro da nossa conjuntura, em que se somam às determinações gerais acima elencadas as condições e os problemas específicos da nossa atividade profissional. Ensinar Geografia na escola básica é cada vez mais desafiador e ser professor desta disciplina acumula uma pletora de tarefas a serem enfrentadas e superadas. Temos consciência de que a luta pela escola pública geral, pela autonomia pedagógica docente, por um currículo de Geografia voltado para o atendimento das necessidades educacionais básicas da sociedade brasileira possui na disputa da avaliação conduzida hoje uma relevância tática talvez nunca vista antes no Brasil.

Temos a posição de que, se até então o debate da avaliação educacional já poderia ser considerado espinhoso tanto para quem ensina quanto para quem pesquisa, hoje ele é central para nós, docentes, seja pelas suas implicações políticas, educacionais ou didáticas. Como em qualquer outro tema, o problema da avaliação só pode ser superado pela luta política e teórica, o que inclui o desafio de compreendê-la em toda a sua complexidade.

Parte deste desafio significa incorporar ao nosso repertório docente, sobretudo na Geografia, as bases teóricas da avaliação e suas propostas metodológicas derivadas. Exige identificar seus vícios, seus problemas causados pelas distorções de todo tipo que encontramos e os impactos gerados na forma com que encaramos estudantes, turmas e escolas a ela submetidas.

Nosso objetivo neste trabalho é focalizar o tema da avaliação, para trazer à tona alguns pontos que consideramos elementares para a luta de hoje. De início, apontaremos a sua compreensão como fenômeno que extrapola a educação, como uma prática social. Em seguida, de forma mais específica, faremos a sua caracterização como elemento constituinte da escola capitalista, sobretudo no caso brasileiro. Julgamos esse movimento necessário para que possamos apontar algumas problematizações necessárias ao debate do ensino de Geografia neste momento histórico.

Queremos com isso defender nossa posição sobre a necessária articulação do movimento das ideias sobre a avaliação, aqui entendidas como parte constituinte das chamadas ideias educacionais (SAVIANI, 2008), e o seu contexto histórico e político, uma vez que é evidente a função exercida pelo Estado brasileiro como a de um Estado Avaliador (FREITAS, 2002; DIAS SOBRINHO, 2001; AFONSO, 2013).

Nosso intento em defender esta relação é ressaltar o vínculo direto entre a ação política docente dentro e fora da sala de aula, na escola como um todo. É a partir do entendimento sobre como é organizado o trabalho pedagógico da escola que aparece o nexo entre a didática da Geografia na sala de aula e o arranjo escolar orientado pela política do Estado.

Julgamos que essa articulação não é apenas uma simples premissa teórica, mas um entendimento fundamental para a organização da luta pela escola pública básica e pela categoria do magistério, em especial, a dos professores de Geografia no Brasil. Avaliar é um desafio didático, um dilema educacional, mas também é notoriamente uma questão política e sobretudo hoje, é um problema de Estado.

A avaliação como prática social e elemento de organização do trabalho pedagógico

Como ponto de partida é importante considerar a avaliação como uma categoria que expressa um conjunto de conhecimentos e práticas baseadas em a) levantamento e aquisição de informações; b) organização destas informações e a partir delas a aferição de um determinado valor; c) a seleção entre dois ou mais itens a partir deste valor estabelecido, sendo que estas ações combinadas não resultam na avaliação apenas na esfera da educação, mas na própria sociedade. (RAVELA et al, 2019; DIAS SOBRINHO, 2001).

Estes autores do campo da avaliação pontuam que a avaliação está voltada a uma prática na qual se atribui valor a algo, a partir de um conjunto de informações coletadas de uma determinada maneira. E é claro que a possibilidade de se aferir valor a algo só existe no momento em que este algo é comparado com outro. Assim, estabelecemos que *x* possui mais valor do que *y,* cujo resultado é a escolha em se selecionar x em detrimento de y. É por isso que autores como Scriven (2013, *apud* RAVELA *et al* 2019, p. 37.) partem de uma definição na qual a avaliação é entendida como

"o ato ou processo cognitivo pelo qual estabelecemos uma afirmação acerca da qualidade, valor ou importância de certa entidade."

Essa correlação entre informação, aferição de valor e seleção pode nos fornecer uma aparência de simplicidade. Só que a relação entre estas noções, por vezes, é objeto de muita confusão, o que acarreta uma série de distorções na sua definição e aplicação. Encontramos em Luckesi (2014) um bom exercício de análise que mostra como as avaliações de aprendizagem são submetidas muitas vezes ao que o autor denomina de *distorção epistemológica*. Vamos nos deter um pouco sobre este ponto.

A ideia de se criar um sistema de notas escolares com o intuito de avaliar a qualidade da aprendizagem de estudantes, na maior parte do tempo, busca estabelecer a medição da aprendizagem dos estudantes, atribuindo a estes uma nota de 0 a 10 ou um conceito (A, B, C, etc). O que está por detrás dessa ação, é a tentativa de auferir uma determinada "quantidade de qualidade".

É justo a isto que Luckesi (2014) está chamando a nossa atenção: o fato de tentarmos estabelecer essa relação é, do ponto de vista epistemológico, inválido, equivocado. Afinal de contas, as noções de qualidade e de quantidade são absolutamente distintas. São categorias que versam sobre determinados aspectos da realidade que, tomados em si, são muito diferentes.

Tomemos um exemplo simples: a do torneiro mecânico. É esperado que o aprendiz supere seu processo inicial de formação a partir do momento em que consegue produzir perfeitamente um parafuso ou uma rosca, ou qualquer outra peça, por assim dizer. A capacidade de executar tal tarefa é a condição necessária e incontornável para o reconhecimento da formação nesta profissão.

Afinal, não se considera aceitável que o torneiro produza um parafuso de qualidade duvidosa. Não se espera que haja o parâmetro do parafuso "mais ou menos"; o que se espera é que tal profissional domine completamente a execução de tal atividade. Logo não há meio termo. Ou é capaz de fazê-lo ou não o é. Ou seja, para usar uma expressão de Luckesi (2014) trata-se de estabelecer uma 'qualidade total".

Da mesma forma, ao entrarmos em uma turma na escola ou na universidade ou em outra instituição ligada ao ensino formal, o que se espera de nós, docentes, é que sejamos capazes de realizar todo o necessário para que, ao final de um determinado período, a turma demonstre proficiência em Português, Matemática, História, Geografia, etc... (Quando falamos em proficiência aqui não estamos, em hipótese alguma, endossando a ideia de "educação bancária", tão denunciada por Paulo Freire (1987)). Ser proficiente aqui tem o mesmo sentido dado ao exemplo do torneiro mecânico acima: esperamos que a turma consiga ter alcançado o nível de "qualidade total" desejado.

O argumento de Luckesi (2014) é simples: como é possível estabelecer uma "quantidade de qualidade" se a única qualidade aceitável é a "qualidade total"? Em que momento consideramos correta a criação de conceitos ou números para medir a quantidade de aprendizagem de uma pessoa? A partir do momento em que tentamos estipular essa mensuração imediatamente deixamos de cuidar da "qualidade", ou seja, da avaliação em si, para tratar de uma "quantidade", de algo a ser medido.

Ora, quando remetemos hoje aos testes padronizados de ampla escala que buscam determinar a qualidade de ensino em uma escola em particular, seja pública ou privada, através da atribuição

de notas, estamos exatamente tentando atribuir uma "quantidade de qualidade de aprendizagem". Significa que, desde o início, há um problema de caráter teórico, e não apenas metodológico, na forma como se concebem essas avaliações. Por isto temos uma enorme confusão até hoje entre avaliação e medida, o que necessariamente conduz ao equívoco de reduzir a avaliação à mera atribuição de notas, assunto já exposto em diversas autorias especializadas. (LUCKESI, 2011, 2014; HOFFMANN, 2001, 2014; PERRENOUD, 1999)

Para além desta distorção epistemológica, há outro tipo de problema presente na avaliação. Como apontamos a pouco, o ato de avaliar corresponde a uma prática a qual se atribui valor a algo. Desse jeito, se promove necessariamente uma... seleção. (PERRENOUD, 1999)

Podemos elencar diversos casos da nossa vida cotidiana em que, mesmo sem perceber, nos deparamos com ações que poderíamos denominar de práticas avaliativas, para além da vida na escola, na universidade ou em qualquer espaço de formação. Estas práticas seletivas aparecem desde o momento em que definimos qual o critério de aprovação a ser aplicado a um estudante em uma dada disciplina (ou "componente curricular", como o modismo exige), a nota que damos em um aplicativo de entregas em casa ou de transporte privado, a decisão para qual setor de uma instituição pública ou privada será direcionada esta ou aquela fatia de orçamento em detrimento das outras.

Os exemplos possíveis são bastante numerosos e variados, mas o importante aqui é ressaltar que, para além das questões de ordem técnica, a conjunção destes distintos elementos: a coleta de informação, a aferição de valor e a seleção, nos permitem compreendê-la também como uma espécie de prática social.

É por conta deste caráter seletivo, e como a avaliação não se trata de mera medida, que podemos e devemos considerá-la mesmo como uma categoria de leitura da sociedade, no qual se insere a realidade educacional, pois como aponta Dias Sobrinho (2001, p. 18) este tipo de prática está necessariamente ligada a processos de legitimação ou deslegitimação sobre "práticas, conteúdos, valores e sentidos".

Isto significa que, se a avaliação envolve seleção e a partir disto, se estabelece também como prática social, significa que pode e deve também ser entendida como um campo de pesquisa de caráter "pluri-referencial" (DIAS SOBRINHO, 2001), ou seja, algo que não deve ser entendido sob uma ótica estritamente disciplinar. Por conta disto, trata-se de um fenômeno que, para ser devidamente compreendido, mobiliza um conjunto bastante heterogêneo de conhecimentos e práticas que se apresentam e se efetivam histórica e geograficamente no mundo.

Este último ponto nos oferece um ponto de partida precioso pois, se a avaliação é uma categoria que expressa práticas sociais determinadas que ocorrem na escola e na sociedade, compreender o movimento destas práticas avaliativas se torna uma condição *sine qua non* para a identificação e superação de seus dilemas e desafios, especialmente no que se refere ao funcionamento da avaliação na sociedade capitalista em que vivemos.

Da sociedade para a escola, e mais especificamente para a didática, a função desempenhada pela avaliação ganha contornos mais precisos. Para Freitas, (1995, p. 58), a proposição de uma didática na escola "não pode ser desenvolvida sem que ela seja contextualizada dentro da organização do trabalho pedagógico da escola e devolvida a sua relação com o trabalho material produtivo".

Nesta perspectiva, é fundamental na formação do educador a compreensão acerca das relações entre as categorias conteúdo, método, objetivos e avaliação.

Vejamos como o autor concebe esta relação.

Há uma relação intrínseca entre os objetivos da escola, bem como os de cada disciplina do currículo (como a Geografia), e a avaliação. É claro que os objetivos, ao serem definidos, capilarizam-se nas diversas escalas da escola (poderíamos dizer do administrativo, passando pelo estritamente pedagógico, até as formas de regulação do tempo e espaço escolar, como as distribuições de turmas, séries ou ciclos e, em última instância até mesmo a arquitetura do prédio). Entretanto, é justamente no seu plano cotidiano, em que todos estes elementos estão conjugados, de onde emergem as práticas avaliativas.

Exatamente por estas práticas avaliativas estarem presentes em todos estes aspectos, que presenciamos como os objetivos atuam diretamente nas formas de ordenamento dos espaços, tempos e práticas escolares. Neste sentido, Freitas (1995) é taxativo:

> Ou seja, os objetivos da escola como um todo (sua função social) determinam o conteúdo/forma da escola. **No plano didático essa ação se repete e, à sua vez, sedia relações de poder que são vitais não só para o trabalho pedagógico na sala de aula, mas para a sustentação da organização do trabalho da escola em geral – seja pela via disciplinar, seja pela via da avaliação do conteúdo escolar, ou das atitudes e dos valores.** Deve-se considerar que os objetivos de que falamos não são apenas os explícitos, mas incluem os 'ocultos' da escola interiorizados a mando do sistema social que a cerca. (FREITAS, 1995, p. 59. Grifo nosso.)

Por defender que tais categorias devem ser postas dentro de uma visão dialética que atenda ao movimento real da escola, Freitas (1995) defende que as categorias extraídas da prática pedagógica concreta necessitam ser vista numa articulação binomial por ele apresentada em dois pares dialéticos: **objetivos-avaliação** e **conteúdos-métodos**.

Ao identificarmos esta lógica de pares, portanto, percebemos com Freitas (1995) que aquilo que é chamado pelo autor de **organização do trabalho pedagógico** inclui a perspectiva de dois movimentos fundamentais. O primeiro se dirige a construção do trabalho pedagógico que se desenvolve, predominantemente, na sala de aula. Esta parte portanto, tem no seu movimento concreto a presença direta das categorias conteúdos-métodos e corresponde, portanto, ao momento que ocorre a prática pedagógica efetiva e no nosso caso específico a presença dos conteúdos e metodologias que versam sobre a Geografia que se ensina na escola.

O segundo movimento, por sua vez, inclui uma perspectiva mais ampla do trabalho pedagógico da escola, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP). Aqui, na concepção do que se entende como educação, escola, sua relação e seu papel para com esta sociedade é onde encontramos a presença da categoria objetivos-avaliação.

Visto desta forma, não há dúvida de que os conteúdos e os métodos da Geografia que se ensina tem um lugar importante na composição desta escola que se deseja. A questão que queremos colocar é: para uma escola que busque contrapor-se ao modelo de sociedade capitalista dependente que é o Brasil, que Geografia que se ensina deve existir? Entendemos que para responder a esta pergunta, é preciso ir para além dos meros conteúdos. Hoje, estes são condicionados pelos objetivos e pelas avaliações.

É por isso que se faz necessário que vejamos alguns pontos sobre o desenvolvimento histórico da avaliação na escola capitalista.

Avaliação e controle na escola capitalista

Ao recordarmos a origem da escola moderna tal como a conhecemos, lembramos que seus alicerces estão estritamente relacionados com a Revolução Burguesa e a Revolução Industrial, quando a ideia de uma "escola de massa" vem justamente da necessidade que a nova classe hegemônica tem de organizar a força de trabalho da classe operária para as novas relações de produção que surgiam. (ENGUITA, 1989).

É importante atentar aqui que não estamos defendendo nenhum tipo de interpretação "economicista" da história. A questão a ser destacada aqui, a partir do que Enguita (1989, p. 114) aponta é a necessária compreensão de que tal movimento só pôde ser concretizado exatamente pelo fato das condições objetivas de realização estarem ali postas e serem perfeitamente cabíveis dentro dos valores que compõem a ideologia burguesa. Como o próprio autor comenta, pouco importa saber se a escola em si havia ou não sido criada, o fato é que já existia e podia ser usada como instituição formadora da classe trabalhadora naquele momento histórico.

Avancemos, pois, na direção do papel da avaliação da escola capitalista naquele tempo e vejamos o que diz Dias Sobrinho (2001) neste trecho:

> A partir do século XVIII, a avaliação começa a ser produzida de maneira mais estruturada e consistente. Especialmente na França, coincidindo com a criação das escolas modernas, a avaliação começou a adquirir forte significado político e a produzir efeitos sociais de grande importância. Por

> isso e também por seu caráter público a exigir objetividade e transparência, ela começou a ser feita a partir de testes escritos. Ela foi se consolidando como medida para efeito de seleção e de legitimação. Por exemplo, o *baccalauréat* francês, foi criado em 1808, em tempos imperiais napoleônicos, juntamente com outros dispositivos de concursos públicos. Até hoje vigente e quase inabalável, apesar das críticas duras e frequentes que de há muito o acompanham, o *bac*, como é afetivamente conhecido, cumpre essa função modelar de legitimar os estudos secundários, bem como a pedagogia, os saberes, valores e privilégios que lhes correspondem, e de selecionar os estudantes aptos a ingressarem no ensino superior. (DIAS SOBRINHO, 2001. p. 18)

Vejam bem. Estamos falando de um processo em que, com a organização de novas frentes de trabalho e respectivos conceitos de progressão salarial, permitiu-se a criação de estruturas verticais de poder na sociedade a partir da posição que os sujeitos assumiam nos diferentes níveis e momentos da cadeia produtiva. O acesso por estes níveis tinha na avaliação a sua ferramenta mais eficaz, posto que tais processos avaliativos eram concebidos a partir da lógica do mérito individual.

No contexto das amplas reformas de Estado que ocorriam entre os séculos XVIII e XIX em países como França, Inglaterra e Alemanha, a expressão desse processo foi a gênese e o desenvolvimento de sistemas nacionais de educação nos quais as avaliações baseadas em exames escritos assumiam uma importante função de chancela, daquilo que se esperava que os estudantes apreendessem na escola, e de estabelecimento de uma certa meritocracia como norma de sociabilidade. É a este fenômeno que Marx, em sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, acidamente

aponta o papel dos exames em seus estudos sobre o Estado e sua correlação com a sociedade civil:

> O exame, o 'vínculo' do 'cargo público' e do 'indivíduo', **este laço objetivo entre o saber da sociedade civil e o saber do Estado, é apenas o batismo burocrático do saber,** o reconhecimento oficial da transubstanciação do saber profano no saber sagrado (e é evidente que, em todo exame, o examinador sabe tudo). Nunca se ouviu falar que os homens de Estado gregos tenham prestado exames. Mas o que é um homem de Estado romano em face de um homem de governo prussiano? (MARX, 2005, p. 70. Grifo nosso.)

Por tudo isso fica evidente que a ligação entre a avaliação e o controle do trabalho não pode e não deve ser encarada hoje como uma novidade, pois é uma instrumentação característica do Estado-Nação moderno e de seu sistema burocrático. Ainda que seu desenvolvimento sistemático só ocorra a partir da primeira metade do século XX, seus princípios já existem desde o século XIX.

No caso específico dos países anglo-saxões as pesquisas que utilizavam avaliações como base para os processos decisórios educacionais ocorriam desde meados do século XIX. Nesta época, passam a ser usados determinados procedimentos de forma sistemática, como o *survey* (VIANNA, 2005). Da mesma forma, já se fazia uso de determinados testes cujo objetivo era a medição do tempo usado pelos estudantes para que cumprissem determinados exercícios de alfabetização. Assim, se estimava o período mínimo necessário para que uma pessoa pudesse se aprender a ler e a escrever, o que segundo Vianna (2005) teria antecedido as pesquisas voltadas a este ponto na década de 1950.

De qualquer forma, o ponto de partida considerado inicial nas pesquisas avançadas sobre avaliação e medição de resultados é o período localizado entre as décadas de 1920 e 1930 nos EUA,

sobretudo a partir dos estudos de Psicologia Comportamental feitos por Thorndike onde os testes padronizados eram usados para mensurar e definir padrões de comportamento e níveis de desempenho, bem como a inclusão de instrumentos no processo de aprendizagem. (VIANNA, 2005; SAUL, 1995, DIAS SOBRINHO, 2001)

Este é um período especialmente importante para nós docentes. É precisamente aqui o desenvolvimento no campo do currículo feito por Tyler que nada mais fez do que transpor a lógica racionalizada de organização do trabalho taylorista fabril para a escola, para também transformá-la numa unidade de produção. (SILVA, 2005). Neste sentido, é importante que compreendamos a relação dialógica entre currículo e avaliação: a redefinição dos currículos era imperativa básica para a criação de um novo projeto de escola, já que se articulava com novos objetivos que lhe eram definidos. (SAUL, 1995).

> O processo avaliativo coexiste, basicamente, na determinação de quanto os objetivos educacionais estão sendo atingidos por programas curriculares e instrucionais. Todavia, como os objetivos educacionais expressam mudanças nos seres humanos, isto é, os objetivos visados traduzem certas mudanças desejáveis nos padrões de comportamento do aluno, **a avaliação é o processo que destinado a verificar o grau em que essas mudanças comportamentais estão ocorrendo,** (...) **A avaliação deve julgar o comportamento dos alunos, pois é o que se pretende em educação e justamente modificar esses comportamentos.** (TYLER, 1949, *apud* SAUL, 1995, p. 27 . Grifo nosso.)

Não à toa, Saul (1995, p. 29) é taxativa: retomar a história da avaliação é fundamental para a compreensão de seu papel e, aqui acrescentamos, para o entendimento da função social da escola

capitalista. Um ponto interessante no pensamento de Tyler neste aspecto é a forma com que ele mesmo compreendia as possibilidades da escola dependendo da maneira com que são definidos seus objetivos:

> Se a escola crê que sua função básica é ensinar as pessoas a se ajustarem à sociedade, ela dará grande ênfase à obediência às autoridades atuais, à lealdade, às regas vigentes e tradições, à habilidade de desenvolver as técnicas atuais da vida; ao contrário, se for enfatizada a função revolucionária da escola, esta cuidará mais da análise crítica, da habilidade para enfrentar novos problemas, de independência e de autodireção, da liberdade e da autodisciplina. Ainda uma vez, torna-se claro*- que a natureza da filosofia da escola pode afetar a seleção dos objetivos educacionais. (TYLER, 1950 *apud* KLIEBARD, 1980, p. 48.)

O que podemos tirar desta ligação entre Taylor e Tyler é a definição da avaliação da aprendizagem como um processo que ocorre de forma conjunta e dialógica com a prescrição curricular em que o objetivo a ser atingido nesta articulação **avaliação-currículo,** é nada mais do que a definição do tipo de organização do trabalho pedagógico, do planejamento educacional. Em outras palavras, **trata-se exatamente do controle na própria escola de tudo aquilo que nela ocorre.**

O que tentamos destacar até este momento, a partir de uma brevíssima leitura da literatura especializada, foi a avaliação como uma prática que organiza a vida em sociedade e, de forma mais específica a sua ação na escola capitalista. Para nós hoje já é mais do que evidente o papel reprodutor da instituição escolar como aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1983; BOURDIEU e PASSERON, 1975). Não nos cabe aqui aprofundar este debate clássico. A capacidade de ingerência do Estado capitalista na sala de

aula dá um salto espantoso exatamente por que se utiliza da avaliação (na sua articulação com o currículo e outros elementos pedagógicos) como uma das suas ferramentas mais sofisticadas.

A compreensão do Estado Brasileiro como um Estado Avaliador, a partir de autores como Vianna (2005), Freitas (2007) e Bonamino e Souza (2012), mostra a emergência das políticas educacionais envolvendo avaliações de grande porte no Brasil como um fenômeno que, grosso modo, se estabelece a partir da década de 1970, ainda que seus primórdios apareçam nos anos de 1930. De acordo com Freitas (2007), o Estado brasileiro levou cerca de 50 anos para assimilar a avaliação educacional como uma prática sistemática com fins de guia para a organização da educação brasileira. Da década de 1930 a 1980, há um crescente interesse estatal pela pesquisa na área, mas que só avança em direção ao desenho de um sistema nacional de avaliação voltado ao planejamento no final dos anos 1980. Da década de 1980 em diante a importância dos estudos diagnósticos como instrumentação necessária para o planejamento da educação no Brasil, cresceram de forma paulatina até a criação pelo Ministério da Educação (MEC), em 1991, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

> Porém, o despontar da avaliação em larga escala como via de regulação central da educação básica **não se subordinou à lógica do debate em defesa da escola pública e democrática, antes se orientou pelas ideias de modernização administrativa,** cujas estratégias propiciaram a participação de envolvidos consequentes para os interesses predominantes no país. (FREITAS, 2007, pp. 47-48. Grifo nosso.)

O que chama atenção para esta autora (Freitas, 2007, p. 48) é que, enquanto este processo ocorria no âmbito do Estado Brasileiro, construindo de forma paulatina um consenso em torno do trio

medida-avaliação-informação e sob a égide de uma "modernização administrativa" ao longo dos anos 1980, não se via a mesma ênfase nos grandes fóruns da educação.

Esta é uma parte importante para nós, pois é a partir da abertura política do Brasil após o regime militar no final da década de 1980 que o Estado Brasileiro terá como base de suas ações a política neoliberal, introduzida inicialmente no Governo Collor, ampliada pelo Governo FHC, sequenciada pelos governos Lula e Dilma, acelerada pelo governo Temer até seu aprofundamento pelo atual governo Bolsonaro, em um caráter mais extremo.

O resultado é a consolidação progressiva de uma lógica da esfera estatal que reorganiza os diferentes aspectos da educação a partir de uma dada racionalidade que exige a adoção de medidas de desempenho e eficiência, incorporando assim um conjunto de referenciais que compõem o *modus operandi* da produção fabril. Sua expressão institucional atual é a criação do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), a partir da Lei 10861/2014 que, por sua vez, articula-se como o processo de reformatação dos currículos a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o andamento atual do Sistema Nacional de Educação (SNE).

A avaliação e o ensino de Geografia hoje: que fazer?

O que tentamos fazer até agora foi situar, ainda que de forma panorâmica e ainda assim muito limitada, alguns pontos importantes sobre o debate geral da avaliação e sua trajetória na composição de política educacional do Estado capitalista. Como definimos em nosso propósito no início deste texto, avaliar está para além dos dilemas estritos da sala de aula, ou melhor, exatamente

porque a avaliação está relacionada a processos de controle e dominação da escola como um todo, aglutina em torno de si um conjunto de determinações sobre a prática docente como um todo. Neste momento tentaremos organizar melhor este conjunto e discernir que tipo de impactos são dados à Geografia que ensina.

Como vimos a partir da proposição teórica de Freitas (1995), há um conjunto de categorias que expressam o jogo da organização do trabalho pedagógico, sintetizadas no binômio **objetivos-avaliação** e **conteúdos-métodos.** A articulação entre essas categorias não está circunscrita à sala de aula, mas sim entre os três níveis da organização da escola: a sala de aula, a organização geral da escola e a organização geral da escola na sociedade. A retroalimentação entre esses três níveis tem na avaliação o seu pilar principal, pois ela age como fator determinante no planejamento e controle do processo educacional.

Pois bem, é no par **conteúdos-métodos** que encontramos a forma com que a escola como instituição burguesa se objetifica, ou seja, é em como são selecionados os diferentes conteúdos presentes nas disciplinas escolares, bem como as orientações metodológicas que conectam a relação entre o quê/como ensinar, que identificamos de forma mais nítida a função social da escola capitalista.

Na nossa área de atuação encontramos aqui aquilo que compõe o nosso repertório, ou nosso repositório se preferirem, de temas e conteúdos historicamente acumulados ao longo do seu percurso histórico. É essa certa "tradição", conforme a acepção desenvolvida por Couto (2017) que, com seus acertos e seus problemas, caracteriza aquilo que compreendemos como a Geografia que se Ensina. Esse grande conjunto de conteúdos pode ser mobilizado em favor da reprodução e manutenção da ordem

burguesa, sendo elaborado como uma "ideologia geográfica" (Moraes, 2002) para difusão de certo nacionalismo patriótico (Vlach, 1988) como também pode ser mobilizado como fator de elucidação da realidade e seu fator de transformação.

A existência de determinados elementos constitutivos dessa tradição geográfica, como o modelo Natureza-Homem-Economia de organização de conteúdos, (Moreira, 2014) para citar um exemplo apenas, ilustra um aspecto que, longe de sua superação, se impõe como item de pauta. Isso significa que a superação das limitações desse repositório envolve o aprofundamento do debate interno a ser realizado pela comunidade geográfica. Da mesma forma, o necessário diálogo com o conjunto das ideias pedagógicas, de onde aqui partimos com a teoria da avaliação, é fundamental para avançar no sentido de superação da "educação bancária" (Freire, 1987). Sem ele é impossível dar passos largos no que tange às possibilidades no campo metodológico do ensino de Geografia.

Entretanto, nosso argumento principal envolve um aspecto decisivo que precisa ter seu lugar devidamente instaurado na pauta daquelas pessoas comprometidas com o ensino de Geografia voltado para a criação de outra sociedade: a incorporação profunda em termos teóricos e políticos da **avaliação** no horizonte de intervenção da Geografia Brasileira.

Por que isso? Se é através da relação **conteúdos-métodos** na organização do trabalho pedagógico que surge aquilo que conhecemos por Geografia que se ensina, é exatamente pelo par dialético **objetivos-avaliação** que encontramos o momento crucial em que a escola como um todo, portanto a própria Geografia, explicita sua a que se propõe sua objetivação, seus fundamentos, ou seja, a partir de quais propósitos ela executa seu real funcionamento.

É nos objetivos que encontramos a escola capitalista enquanto encarnação dos interesses da sociedade burguesa e é na avaliação que encontramos os procedimentos necessários à garantia do controle de seus valores. Portanto, de acordo com Freitas (1995, p. 95) as categorias objetivos e avaliação são opostos de uma mesma unidade, não podendo ser compreendidas de forma isolada, mas sim a partir de sua articulação em par.

Vejam bem, essa centralidade da avaliação não é e não pode ser considerada como uma especificidade da conjuntura brasileira de hoje apenas. O que estamos tentando posicionar é que **esta centralidade é um componente intrínseco desta escola presente na sociedade capitalista.** Se a avaliação ganha hoje contornos mais definidos é simplesmente porque chegamos a um patamar em que seus efeitos saíram das sombras e tem suas consequências hoje expostas em carne viva.

Com isso não estamos defendendo uma "primazia" da avaliação sobre os estudos em currículo, por exemplo. Longe disso. É exatamente em razão das práticas avaliativas desenvolvidas pelo Estado Brasileiro Avaliador de hoje que a política curricular atual sacramentada na BNCC tem garantida a sua eficácia.

Lembremos que, mesmo com os malfadados Parâmetros Curriculares Nacionais do Governo FHC na década de 1990 (que mobilizou a crítica da comunidade geográfica em fóruns importantes como a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB), é exatamente com as avaliações de grande porte surgidas na virada para os anos 2000 que a capacidade de ingerência do Estado sobre o currículo escolar é ampliada de forma dramática.

A lógica meritocrática por detrás da burocracia estatal amplia a determinação entre avaliação e currículo como se pode observar pela articulação existente entre BNCC e avaliações de grande escala. Pudemos perceber esse movimento a partir de diversas experiências ensaiadas em alguns estados do país como a rede pública estadual do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Na década passada, em que a implementação de um currículo mínimo esteve atrelada a testes de desempenho e ranqueamento das escolas da rede, que por sua vez punham escolas e professores numa lógica da competitividade interna por pontos e adicionais de desempenho, ao invés de investimentos em infraestrutura e melhoria salarial.

Do ponto de vista pedagógico na Geografia, tivemos trabalhos na época que já detectavam a permanência de certos vícios existentes no nosso repositório escolar geográfico (França Filho e Andrade, 2013) como a permanência de uma organização de conteúdos centrada no modelo N-H-E (Moreira, 2014) no lastro de uma concepção da ciência geográfica vista como uma ciência de síntese.

Mas o que se via de diferente era o seu envelopamento como novidade através de uma matriz de competências e habilidades que compunham o "novo" currículo oficial do RJ. Por sua vez, estas estavam subordinadas às exigências que os testes de desempenho locais na época exigiam de estudantes e docentes como o Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ) e o Saerjinho que apenas serviam como provas de treinamento para a subida do Índice de Desenvolvimento da Escola Básica do Rio de Janeiro. Assim, a Geografia que se ensinava no Currículo Mínimo do RJ era apenas um "rótulo novo" numa "garrafa velha" (França Filho e Andrade, 2013); uma espécie de "modernização conservadora" onde velhos problemas

permaneciam intocados, mas eram apresentados como uma nova mercadoria a ser vendida.

A verdadeira novidade que surgia nessa época era a Pedagogia das Competências, já que a montagem dos currículos obedecia a decisões vindas de dentro da burocracia estatal, por sua vez mandatária dos grupos privados que se inseriam dentro da máquina do Estado, em que se já se rejeitava a produção curricular via conteúdos. Por outro lado, era imposta a introdução das habilidades e competências no texto do currículo estadual. Assim como em outros estados brasileiros, este episódio serviu como teste de laboratório para o que viria a seguir.

Hoje o caso mais emblemático dessa associação currículo-avaliação na Geografia é a retirada da disciplina em parte da Educação Básica definida pela atual Reforma do Ensino Médio em curso. Em nome de uma educação produzida para a juventude, em que esta é posta a refletir sobre um certo "**mundo** do trabalho" (lemos "**mercado** de trabalho), a Geografia, bem como todas as demais da grande Área das Ciências Humanas são dilaceradas e reduzidas de todo seu estatuto epistemológico e capacidade de análise do mundo a um punhado de categorias.

As noções ali colocadas de Tempo e Espaço, Território e Fronteira, Política, Trabalho, Indivíduo, Natureza, Sociedade Cultura e Ética, aparecem dissociadas da Geografia, da História, da Sociologia e da Filosofia. Sua função maior é servirem como eixos agregadores de habilidades e competências, que não permitem o aprofundamento de conteúdos ou debate de maior calibre de questões importantes na formação dos estudantes. O que essa BNCC do Ensino Médio prescreve é encorpado pelos livros didáticos já postos em circulação.

As avaliações convertem o profano em sagrado. Tanto docentes quanto estudantes se tornam reféns de um dogma. O conhecimento escolar, e dentro desta, a Geografia que se Ensina é transformada por este "batismo burocrático do saber". Se o estudante não o segue, fracassa no aprendizado. Se a categoria docente não o segue, é sua a total responsabilidade pelo fracasso escolar.

Vale lembrar que na associação Estado-Capital sobre a educação no Brasil, é mais do que escancarado o papel do consórcio de companhias e institutos privados (Todos pela Educação no Brasil) que, baseados em instituições como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, direcionam a razão de mercado para dentro do Estado. A sofisticação desse "convencimento pela filantropia" (TARLAU e MOELLER, 2020) é tamanha que a própria burocracia por vezes não se apercebe do direcionamento dado por estes grupos.

Os anos que vieram a seguir trouxeram novos elementos para essa dinâmica agora não mais na esfera local, mas na escala nacional com a elaboração da BNCC iniciada em 2014 no segundo mandato do governo Dilma e a aprovação da Reforma do Ensino Médio durante o governo Temer. Os impactos dessas medidas, somadas ao que está por vir com a Base Nacional Comum de Formação de Professores e o Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (ENAMEB) fecham o circuito do SNE que hoje se encontra em tramitação no Senado através do PLP 235/2019.

Conclusão

A discussão da Geografia que se ensina no Brasil aqui, portanto, nos parece ao a tratarmos como uma totalidade, estar composta pelos seguintes aspectos: a organização do trabalho

pedagógico e a organização das ideias pedagógicas e geográficas da escola.

Nos anos 1980 e 1990, é possível dizer que o debate do ensino de Geografia encontrou alguns problemas como ter pouco diálogo com autores e teorias pedagógicas, uma ausência de um aprofundamento maior da relação com os conceitos da Geografia e sua didática. Além disso, os conceitos geográficos, ao invés de serem vistos como uma lógica de organização de conteúdos são tomados como o próprio conteúdo a ser ensinado.

Assim, os fundamentos do currículo, do livro didático da metodologia de ensino sofreram poucas modificações, mantendo sua estrutura básica como aponta Cavalcanti (2019). Nossa conclusão é: o ensino de Geografia permanece com sérios problemas de definição de seus objetivos e sem nenhum grande debate sobre a avaliação.

A avaliação não é uma mera "cereja do bolo" neoliberal. Está mais como se fosse o fermento do bolo, aquilo que permite com que cresça, se desenvolva, que ajuda a agregar seus demais elementos como o recheio, a cobertura e tudo o mais.

A avaliação é um componente fundamental do ato pedagógico como sempre lembra Luckesi (2011) Mas na escola capitalista ela também organiza o trabalho pedagógico da docência em Geografia. A insistência na avaliação como uma mera página de manual não deixa perceber o seu papel como elemento organizador da escola na sociedade capitalista e menos ainda no ensino de Geografia.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Almerindo Janela. **Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada.**

Revista Brasileira de Educação, v. 18 n. 53 abr.-jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bBY4jtTrbmqnxmRcJrQkpqj/?format=pdf&lang=pt. Último acesso em: 10/09/2021

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

BONAMINO, Alícia e SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola** in: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/rtQkYDSjky4mXG9TCrgRSqJ/?format=pdf&lang=pt. Último acesso em 15/07/2021.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1975.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia: ensino e relevâncial social**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

COUTO, Marcos Antonio Campos. **A Geografia como ciência das práticas e dos saberes espaciais - Por um novo modelo clássico de organização curricular.** Revista Tamoios, v. 13, p. 5-25, São Gonçalo, 2017. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/download/30150/22581. Último acesso em: 04/08/2021.

DIAS SOBRINHO, José. Campo e Caminhos da Avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil In: FREITAS, Luiz Carlos de. (org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis:** Editora Insular, 2001. p. 13-62.

ENGUITA, Mariano Fernandéz. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1989.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. E ANDRADE, Rodrigo Coutinho. **Velhas Garrafas em Rótulos Novos: A Crítica da Geografia que se Ensina no Currículo de 7ª. Ano da SEEDUC-RJ.** XII Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia. 2013, João Pessoa: **Anais...** João Pessoa, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17a. Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. Campinas: Papirus Editora, 1995.

_____. (org.) **Avaliação: construindo o campo e a crítica.** Florianópolis: Editora Insular, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____ **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem – componente do ato pedagógico**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

_____.**Sobre Notas Escolares: Distorções e Possiblidades**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

KLIEBARD. Herbert. M. **Os Princípios de Tyler**. In: MESSICK, R. G., BASTOS, L. e PAIXÃO, R.B. (orgs.) Currículo: Análise e Debate. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, Ruy. **O Discurso do Avesso – para a crítica da Geografia que se Ensina.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PERRENOUD, Pierre. **Da excelência à Regulação das Aprendizages: Entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RAVELA, Pedro, PICARONI, Beatriz e Loureiro, Graciela. **Como mejorar la evaluación em el aula? Reflexiones y propuestas de trabajo para docentes.** Montevideo, Grupo Magro Editores, 2019.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória – desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo**. Campinas: Editora Autores Associados, 1995.

SAVIANI. Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas:** Editora Autores Associados, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

TARLAU, R.; MOELLER, K. **O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil.** Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: http://curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf. Último acesso em: 09 maio 2021.

VIANNA, Haroldo Marelim. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 1988.

Submetido em: 15 de setembro de 2021.

Devolvido para revisão em: 13 de fevereiro de 2022.

Aprovado em: 23 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

FRANÇA FILHO, A. L.; ANTUNES, C. F. Qual o lugar da avaliação no Ensino de Geografia? **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 279-306, Jan.-Jun./2021.

ESTÁGIO CURRICULAR DAS LICENCIATURAS COMO ZONAS DE FRONTEIRAS: DESCRIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

UNDERGRADUATE CURRICULUM TRAINEENSHIP AS BORDER ZONES: DESCRIPTIONS AND INTERPRETATIONS

PASANTIA DEL PLAN DE ESTUDIOS DE PREGRADO COMO ZONAS FRONTERIZAS: DESCRIPCIONES E INTERPRETACIONES

Felipe Costa Aguiar

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo:
Este escrito é um ensaio que objetiva explicitar o sentido geográfico das experiências dos Estágios Curriculares das Licenciaturas, entendendo-os como zonas de fronteiras. Nessas zonas, os estágios se desvelam como campo de disputa e construção de sentido para a formação de professores. Neles, os licenciandos transitam entre escola e universidade e, nessa travessia constante, se fazem transeuntes que atravessam os limites da docência e se esparramam entre as zonas de fronteiras. Portanto, as experiências dos estágios curriculares não se resumem às determinações legais impostas pelos órgãos legisladores ou documentos oficiais, mas se abrem para as inúmeras possibilidades que os encontros e desencontros das zonas de fronteiras promovem para os licenciandos que, tensionados pelos atravessamentos dos estágios, podem reconstruir todos os sentidos que carregam consigo.

Palavras-chave: Estágio Curricular da Licenciatura, Zonas de Fronteira, Formação de Professores.

Abstract:
This writing is an essay that aims to explain the geographical meaning of the supervised internship experiences, understanding them as frontier zones. In these areas, internships are revealed as a field of dispute and construction of meaning for teacher education. In them, undergraduates move between school and university and, in this constant crossing, passerby cross the boundaries of teaching and spread between border areas. Therefore, the experiences of curricular internships are not limited to the legal determinations imposed by lawmakers or official documents, but they open up to the countless possibilities that the encounters and disagreements in the border zones promote for undergraduates who, stressed by the crossing of internships, can rebuild all the senses they carry with them.

Keywords: Undergraduate Curriculum Traineeship, Border Zones, Teacher Training.

Resumen:
Este escrito es un ensayo que tiene como objetivo explicar el significado geográfico de las experiencias de prácticas supervisadas, entendiéndolas como zonas de frontera. En estos ámbitos, las prácticas se revelan como un campo de disputa y construcción de sentido para la formación del profesorado. En ellos, los estudiantes de pregrado se mueven entre la escuela y la universidad y, en este cruce constante, los transeúntes traspasan los límites de la docencia y se dispersan entre zonas fronterizas. Por tanto, las experiencias de pasantías curriculares no se limitan a las determinaciones legales impuestas por legisladores o documentos oficiales, sino que se abren a las innumerables posibilidades que los encuentros y desencuentros en las zonas fronterizas promueven para los estudiantes de pregrado que, acentuados por el cruce de pasantías, puede reconstruir todos los sentidos que llevan consigo.

Palabras-clave: Pasantías de Currículo de Pregrado, Zonas Fronterizas, Capacitación Docente.

Em direção às zonas de fronteiras

O Estágio Curricular das Licenciaturas (ECL) desde sempre se mostrou como um campo de disputa nos cursos de formação de professores. Neles, disputam-se desde o sentido atribuído aos estágios até a necessidade e relevância dessa experiência para a formação de professores e para a pesquisa em Educação.

Neste ensaio, objetivamos explicitar o sentido geográfico das experiências dos Estágios Curriculares das Licenciaturas. Para tanto, nos aliamos à pesquisa com os cotidianos (FERRAÇO, 2007; PAIS, 2003) de viés fenomenológico (FERNANDES, 2010) para pôr em relevo, por meio de descrições e interpretações das experiências das escolas, as geografias vividas pelos modos de se praticar os ECL's.

Na primeira seção, trouxemos a reboque considerações sobre os ECL's e o modo como são praticados nas escolas. Entre essas, constam as ponderações de Piconez (1991) sobre os estágios como condição teórico-prática da formação de professores, igualando os dois aspectos da formação inicial docente sem elencar um em detrimento de outro. Pontuschka (1991) nos enlevou no desafio de promover a valorização dos ECL's entre os licenciandos em Geografia, imbróglio que se faz presente até hoje nos cursos de licenciatura. No mesmo movimento, Kenski (1991) demonstrou experiências vividas com os estágios e evidenciou a potência formativa desse momento da formação dos professores.

Ainda na primeira seção, pontuamos as experiências dos estágios como condicionadas pelas legislações e documentos oficiais (FRIGÉRIO, 2018). Porém, nem as experiências prévias, nem as regulamentações legais são determinantes dos modos de se experienciar os estágios nas licenciaturas, certa vez que esses *espaçostempos* de formação são movidos pelas relações antagônicas e pelo contingenciamento dos sentidos hegemônicos atribuídos a eles (SANTOS, 2018).

Na segunda seção, partimos das descrições e interpretações que Valladares (2009; 2015a; 2015b) e Oliveira Junior (2017) teceram sobre os ECL's para enfatizar o seu sentido geográfico. Para os autores, as travessias cotidianas dos professores em formação desvelam o gesto de atravessamento que é feito durantes os estágios. Cada ida à escola ou à universidade se torna uma travessia e, nesse trânsito, os professores transeuntes se fazem sujeitos híbridos (BHABHA, 1989) que se formam nessas zonas de fronteiras, isto é, nos lugares de encontro e desencontro dos licenciandos e seus sentidos de escola, universidade, pesquisa, didática, ensino entre outros.

Dessa forma, o sentido geográfico dos estágios curriculares se desvela na própria experiência de ser estagiário e na lida cotidiana com as geografias vividas na escola que, na condição de estagiário, são vividas pelos atravessamentos. Esses, ao serem valorizados pelas formações de professores, fortificam a formação inicial dos licenciandos, e ao serem preteridos desperdiçam as possibilidades formativas promovidas pelos cotidianos escolares.

Ponderações sobre os Estágios Curriculares das Licenciaturas

Nos ECL's, de fato, os professores em formação começam sua história com a escola. Nesse momento da Licenciatura alguns estudantes decidem largar o curso devido às experiências traumáticas nos primeiros contatos com a escola, enquanto outros descobrem o seu amor pela profissão e concluem que é neste lugar que querem trabalhar. Se fossemos indicar a "crise existencial" dos licenciandos, com toda certeza seria essa.

Discussões sobre os ECL's têm sido intensamente realizadas desde o fim do século passado. As bibliografias disponíveis nos apontam para questões que vão desde o interesse ou a falta dele dos professores em formação inicial até a relevância dos estágios na formação dos professores e na pesquisa em Educação.

Nesse trabalho, não temos o objetivo de escrever uma estafante história sincrônica e homogênea dos ECL's nas licenciaturas. Investimos num movimento contrário a esse. Ao trazermos diferentes autores e textos de épocas distintas, enunciamos como a história é diacrônica, permitindo interpretações particulares dos mesmos fatos. Ao pôr diferentes textos e autores em diálogo, as quizilas dos ECL's são desveladas como questões de hoje, de ontem e de sempre, até porque, elas pertencem aos estágios e aos muitos modos de praticá-los nos cursos de formação de professores.

Entre as tantas querelas que permeiam os ECL's, a difícil decisão de defini-lo como teórico ou prático parece rodear os cursos de formação de professores há muito tempo. Piconez (1991), nessa empreitada, nos alertou:

> Temos assumido, com nossos alunos da Pedagogia, que a Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado é, na verdade, um componente teórico-prático, isto é, possui uma

> dimensão ideal, teórica, subjetivista, articulada com diferentes posturas educacionais, e uma dimensão real, material, social e prática, própria do contexto da escola brasileira (PICONEZ, 1991, p. 25).

Para a autora, valorizar os estágios é valorizar a formação dos professores, sendo ela mesma teórico-prática e, por isso, os ECL's devem ser vistos da mesma forma.

Os estágios, como momento de inserção dos professores em formação no espaço escolar, são de suma importância não só para as primeiras observações que os docentes farão da escola, mas também para a renovação do que se pensa ser o próprio ECL e para o desenvolvimento de pesquisas tanto na escola quanto na universidade:

> Com a prática de reflexão sobre a prática vivida e concebida teoricamente, são abertas perspectivas de futuro proporcionadas pela postura crítica, mais ampliada, que permitem perceber os problemas que permeiam a atividades e a fragilidade da prática. A necessidade de construir coletivamente um projeto pedagógico para a Educação de Jovens e Adultos no campus, por exemplo, foi descoberta na própria atuação prática, dos alunos da Pedagogia com a ampliação do conhecimento sobre a clientela adulta, suas necessidades, interesses e concepções de escola, mundo trabalho, vida (PICONEZ, 1991, p. 27).

Ressaltando o dito por Piconez, Kenski (1991, p. 49) escreveu:

> Um outro momento, também, interessante e, por insuficiência de tempo, não-desenvolvido mais profundamente deu-se a partir das memórias do grupo sobre as atividades informais. Privilegiou-se nesse instante o recreio, e um dos aspectos levantados foi o da separação existente no passado entre as brincadeiras de meninos e meninas, inclusive o próprio espaço do pátio da

> escola. Considerou-se que frequentemente os meninos "invadiam" os espaços onde as meninas brincavam, mas que raramente as meninas faziam o mesmo. Seguiu-se, então, uma discussão sobre sexualidade na escola, mas que, por diversos motivos, não foi aprofundada. Limitamo-nos, nesse aspecto, na prática, a observar o recreio nas escolas de estágio e a constatar a maior naturalidade com que meninos e meninas dividem as mesmas brincadeiras.

Entretanto, nem sempre os estágios são desejados e aproveitados dessa forma. Em alguns casos, há contestação não só da potência dos ECL's, mas também da necessidade de cumpri-los.

O desafio de promover sentido para os estágios, que vai ao encontro dos professores formadores cotidianamente, não é um problema exclusivo do agora, haja vista que Pontuschka, em 1991, passava por situações parecidas:

> Há entre os alunos que nunca deram aulas um consenso do sentido de achar o estágio necessário à formação do futuro professor. Alguns, no entanto, colocam ressalvas; para eles só valerá a pena se tiverem a oportunidade de ver metodologias ou projetos inovadores, se 'coisas novas' realmente foram vistas no estágio. Outros colocam o estágio com a parte mais rica do curso de Prática de Ensino (PONTUSCHKA, 1991, p. 120).

Nessa ambivalência, os alunos se dividem entre aqueles que acreditam que os ECL's são necessários na formação docente e aqueles que os desprezam. Esse segundo grupo, em específico, Pontuschka (1991) chamou de alunos-professores, pois, nas pesquisas que realizou esses licenciandos já atuavam como professores regentes, quer seja por contratos com escolas particulares, quer seja como docentes voluntários ou contratados pelo Estado.

Um desses alunos-professores narrou suas motivações para desacreditar da potência dos ECL's em sua formação inicial:

> No meu caso particular, acho totalmente desnecessário, pois trabalho como professor de Geografia desde 1982 e como voluntário desde 1979. Não que me acho pronto e acabado como detentor de todo o saber e domínio em sala de aula, mas como estágio obrigatório no que se pretende o curso e em escola pública acho desnecessário... encaro o estágio obrigatório como camisa-de-força, expediente burocrático para conseguir um reconhecimento oficial de uma situação de fato – ser professor licenciado em Geografia como registro no MEC. Questiono se o estágio é realmente imprescindível para quem já tem ou teve experiência como professor (PONTUSCHKA, 1991, p. 119).

Além dessas questões, outros elementos se relacionam à querela dos ECL's, inclusive um deles foi supradito na citação indicada acima: *os órgãos de regulamentação dos cursos de formação de professores e as políticas curriculares para as licenciaturas*. Tecendo considerações sobre as transformações que viu os estágios passarem, Frigério (2018) remontou ao período do 3+1, momento crítico da formação de professores no Brasil que, obviamente, deteriorou os ECL's e sua potência formativa:

> O esquema conhecido como "3+1" funcionava num modelo de formação que incluía três anos iniciais para o bacharelado e, depois, um ano a mais para licenciatura. O Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 e o Decreto-Lei 1.190, de 04 de abril de 1939, incluíam o Estágio Curricular como conclusão da licenciatura. Depois, a disciplina Didática Especial passou a ser responsável pela formação pedagógica, ao longo de um ano letivo. A organização do sistema educacional brasileiro se alterou com a promulgação da Lei 4.024/61. A partir dela, o Parecer 283/62, do Conselho Federal de Educação, tornou a Licenciatura em um grau equivalente ao

> Bacharelado, e não igual a este somado a um curso de Didática. Em seguida, o Parecer 292 / 62, do CFE, preconizou como currículo mínimo das licenciaturas, as matérias do bacharelado e mais outras disciplinas pedagógicas. Essas disciplinas deveriam somar, no mínimo, 1/8 do tempo dos cursos de licenciatura, os quais seriam organizados em oito semestres letivos, em regime de seriação (FRIGÉRIO, 2018, p. 66-67).

As políticas educacionais também condicionam o modo como os ECL's são trabalhados nos cursos de formação de professores e, por consequência, influenciam as experiências que os licenciandos têm em seus primeiros contatos com a escola.

As políticas educacionais, no que se refere à composição, organização e execução dos estágios curriculares, produzem perfis de professores porque organizam toda a estrutura educacional que os lançam e os recebem na escola. Assim, em maior ou menor grau, os sentidos atribuídos aos estágios nos cursos de licenciatura vão ao encontro do que as políticas educacionais ditam para a formação desses profissionais.

Todavia, as políticas curriculares não são determinantes absolutos na construção da subjetividade dos professores em formação e dos sentidos atribuídos aos ECL's, elas são apenas um dos elementos que dinamizam essa situação. Isto, pois, a experiência dos estágios se revela como uma disputa de sentidos, uma batalha entre os ideais que os licenciandos possuem e a realidade que encontram nas salas de aula, um verdadeiro campo de disputa, como Santos (2018, p. 221) apontou:

> Desta forma, sendo um espaço de construção de conhecimentos, o Estágio promove disputas por hegemonia discursiva no currículo dos cursos de licenciatura em Geografia, numa relação antagônica, ou seja, ele contribui para que um discurso hegemônico – que o caracteriza apenas

> como uma disciplina de empiricização pedagógica – não se constitua plenamente. Ele também desestabiliza a visão essencialista de que os componentes curriculares acadêmicos são 'mais importantes' no processo de formação docente.

Os estágios das Licenciaturas evocam as vozes de todos os atores envolvidos nessa experiência e, como disputa discursiva, põem em suspensão tudo que já foi dito sobre eles. As experiências dos ECL's se mostram como não unívocas, mas como um frenesi constante de sentidos que se enunciam e fazem referência uns aos outros:

> Ao mesmo tempo, o Estágio Supervisionado é um componente curricular articulador dos conhecimentos teóricos/acadêmicos e pedagógicos/escolares e um espaço-tempo de potencialização da práxis docente num movimento contingencial e provisório de constituição de sentidos por um sistema discursivo (SANTOS, 2018, p. 227).

Ser e estar no ECL é adentrar esse lugar conflituoso e contingente organizado pelas políticas educacionais e pelos professores formadores e, ao mesmo tempo, dinamizado e desestruturado pelo que realmente se vive na experiência de estagiar.

Por isso, por mais que ponderações sejam feitas sobre os Estágios Curriculares nas Licenciaturas, nenhuma diretriz curricular ou professoral pode determinar a experiência que se tem nos estágios, haja vista que o contingenciamento e a provisoriedade é que sustentam os sentidos dessa prática de formação.

Os estágios como zonas de fronteiras: descrições e interpretações

Levando em conta as ponderações feitas sobre os ECL's na seção anterior, nos parece necessário buscar as experiências dos estágios, haja vista que nenhuma política curricular e educacional ou condicionamento professoral pode determinar o modo como se experiencia os estágios.

As experiências dos estágios são múltiplas e extrapolam os regulamentos oficiais dos cursos de graduação. Para descrevê-las, temos que rememorá-las em sua autenticidade e plenitude, e não reduzi-las ao que os documentos oficiais esperam que ocorra nos ECL's.

Para tanto, nos ancoramos na Fenomenologia como modo de pesquisar o cotidiano. Nesse caminho, é preciso ter em mente que "[...] sobre o quotidiano é possível deitar vários olhares" (PAIS, 2003, p. 106), até porque, o cotidiano é experienciado de várias formas. A Fenomenologia, como modo de pesquisá-lo, nos proporciona "[...] um olhar mais intuitivo, mais bisbilhoteiro, mais matreiro, que se imiscuiu na multidão, escutando-a, sentindo-a. É um olhar arruadeiro ou localizado" (PAIS, 2003, p. 106).

A Fenomenologia possibilita que descubramos naquilo que desprezamos "[...] uma fonte inesgotável de riqueza. O simples é por nós tão desprezado que nem mesmo entra na conta daquilo que, ostensiva e conscientemente, desprezamos. Passa-nos despercebido. Nós o ignoramos" (FERNANDES, 2010, p. 29).

O olhar fenomenológico para os ECL's não nega o modo como os documentos oficiais e políticas educacionais e curriculares os organizam, mas transcende essas determinações legais, entendendo como os estagiários e professores experienciam, nos cotidianos das escolas, os condicionamentos históricos criados pelos

órgãos e documentos responsáveis pela organização dos estágios nos cursos de licenciatura.

Buscamos, no caminho traçado por Valladares (2009; 2015a; 2015b), possibilidades de descrição dos modos inesgotáveis e ricos de experienciarmos os ECL's na simplicidade dos cotidianos escolares.

Inspirada pelas pesquisas com os cotidianos e influenciada por Carlos Eduardo Ferraço, Nilda Alves, Regina Leite Garcia, entre tantos outros cotidianistas, a Professora Marisa Valladares se dedicou a pensar os modos simples com que estagiários e professores vivem os currículos da Educação Básica, chamando-os de *currículosvividos*.

Ao descrever as experiências do gesto de viver os currículos, a professora percebeu que os ECL's se mostravam como zonas de fronteiras:

> Valendo-me da Geografia, comparava o lugar de encontro entre escola e academia como uma zona de fronteira, marcada por um limite divisor entre ambas as instituições. Pensando-a como um lugar, considerava as diferentes nuances dos seus frequentadores como as diversas formas de relevo: depressões do 'não querer saber (em pessoas se julgam muito preparadas para o fazer pedagógico ou em pessoas profundamente desestimuladas para aprender) e arrogâncias de altitudes de um pretenso 'saber muito' (em pessoas que se julgam muito mais preparadas para o exercício docente do que outras pessoas, desprezando, por isso, novas oportunidades de aprender) (VALLADARES, 2009, p. 101).

Como zonas de fronteiras, os estágios situam diferentes territorialidades no mesmo lugar. Na mesma sala de aula se relacionam o professor regente, o estagiário, o professor supervisor do estágio e os alunos. Os estagiários, sujeitos ao saber

universitário, se dirigem à escola e negociam com os professores os conhecimentos que carregam. Nos ECL's é preciso negociar as aulas/regências, os projetos de trabalho, as metodologias de ensino e o currículo escolar. Entre tantos conflitos, os licenciandos atravessam e são atravessados por essas zonas de fronteiras. Por isso,

> [...] era possível pensar estágio supervisionado como uma zona de fronteira, como um lugar dividido por limites institucionais, às vezes difusas (como as ruas que marcam o começo e o fim de alguns países, como Paraguai e Brasil), às vezes muito visíveis (como pontes ou como postos alfandegários) que registram a existência de dois territórios (escola e academia). Avançando para além do limite de cada um dos territórios de ambas as instituições, essa zona fronteiriça funcionaria como uma área de trabalho para formação docente, para quem estivesse a se preparar academicamente para o exercício da profissão, podendo favorecer formação continuada de quem estivesse nela (professoras de escola e de estágio) buscando continuar se aprimorando (VALLADARES, 2009, p. 102).

Lançados nas zonas de fronteiras, os professores em formação inicial encontram com os professores em formação continuada. Nesse espaço de encontro, os saberes se confundem, as certezas que os licenciandos carregam da universidade são postas à prova pelos saberes dos professores das escolas. As teorias científicas, até então seguras, são contestadas pelos modos de ser das escolas de Educação Básica e postas em contingenciamento.

Na transitoriedade entre escola e universidade, os licenciandos se tornam sujeitos híbridos (BHABHA, 2005) e deixam de pertencer exclusivamente a um desses lugares para viverem o estágio enquanto zona fronteiriça, que se contrapõe ao

pertencimento absoluto e se derrete em áreas de esparrame. Essas são

> [...] zonas de fronteiras porque nelas habitam sujeitos, que mesmo tendo diferentes razões de trabalho, convivem na construção de diferentes ações e aprendizagens em conjunto. São zonas de fronteiras porque nelas ocorrem constantes trocas de conhecimentos, propiciando frequentes mudanças nos indivíduos e nos grupos, sendo, por isso, propicias à busca de novos rumos a seguir por seus transeuntes (VALLADARES, 2009, p. 106).

Como zonas de fronteiras os estágios nascem não só dos encontros entre professores em formação continuada e professores em formação inicial, mas também do conflito ocasionado pelas tentativas de negociação dos saberes que se coadunam nas áreas fronteiriças.

Os ECL's são uma questão de limite, pois, por meio deles, entre tantas coisas, podemos nos perguntar: até que ponto a universidade chega à escola? É possível os muros das escolas limitarem o acesso aos espaços escolares se os portões estão abertos? Essas e outras perguntas possíveis desvelam o potencial formativo das experiências dos estágios, haja vista que, questionar e refletir é o tensionamento necessário para a formação de professores.

As oportunidades de diálogo e atravessamento promovidas pelos encontros e desencontros nas zonas de fronteiras não se concretizam se privilegiamos os pré-conceitos que carregamos em detrimento dos saberes que cotidianamente são tecidos na escola. A porosidade que constitui as zonas de fronteiras permite os estagiários atravessarem da universidade para a escola e

desconserta concepções prévias como as de didática, ensino, método, avaliação, formação, educação e tantas outras.

A experiência dos atravessamentos dos ECL's reforça que "os cotidianos estão pulsando muito mais fortemente do que qualquer análise que façamos 'com' eles" (FERRAÇO, 2007, p. 87). Por isso, é fundamental que nos atentemos aos movimentos próprios dos cotidianos das escolas ao invés de destroçarmos suas peculiaridades para encaixá-los nos conceitos com os quais nos formamos e operamos cientificamente.

Para valorizar as experiências cotidianas dos ECL's, precisamos de um olhar mais atencioso do que diagnóstico, porque a descrição atenta e autêntica dos acontecimentos os valoriza mais do que qualquer conceito científico que busca aprisioná-los para compreendê-los dentro dos limites das definições prévias.

Valladares (2015a, p. 76), numa descrição atenta e rigorosa, esgarçou os limites das definições pré-concebidas dos estágios e nos evidenciou a experiência dos ECL's:

> A prática de ensino e o estágio curricular são *espaçostempos* capazes de ampliar e de romper limites na formação docente. A importância que exercem sobre esta formação é proporcional à intencional relação que travam sujeitos praticantes de aprendizagens. São *espaçostempos* de aprendizagem que se efetivam nas zonas de fronteiras (VALLADARES, 2009) entre teoria e prática, entre escola e academia entre a situação de estudante e a vivencia de professor. Zonas de fronteiras são lugares onde identidades se diluem e se tornam hibridas. Nas zonas de fronteiras, sujeitos se gestam, se gostam, se gastam e (de)gustam diferentes sabores de vida, em seus projetos e tentativas de humanização. Nessas zonas de fronteiras, os que por ali vivem, teimosamente presos a um território da fronteira perdem sua condição inicial de nómade ou migrante- estiveram na escola, foram a

> universidade e voltaram para a escola, não voltam mais à universidade ou, então, estiveram na escola, foram para a universidade e não querem ficar na escola. Estiveram nômades, foram migrantes, hoje são moradores antigos. Outros desejam ardentemente um dos territórios da fronteira, são 'arrivistas', repudiados pelos que ocupam fixos espaços, pois nos fazem lembrar que, um dia, também foram recém-chegados. E nós, que por ali transitamos nómades, migrantes talvez, carregados de sonhos e aprendizagens para trocas e novas invenções, tornamo-nos híbridos, porque nem somos da academia, nem somos da escola e somos de ambos porque não somos apenas professores ou apenas alunos, somos uns e somos outros, deixando de ser um ou outro ou ambos, às vezes, em nossas transgressões, em nossas resistências, em nossas teimosias e incompreensões. Somos sujeitos híbridos vivendo nossas histórias de formação que contagiam a formação de outros sujeitos - e é preciso estar atento à responsabilidade do que isto significa.

Nas zonas de fronteiras, os estagiários são esses sujeitos das idas e vindas que não se fixam em apenas um lugar, mas se constituem na transitoriedade, sendo ela uma experiência particular de cada licenciando. Ao dissolverem-se na experiência de transitar entre as fronteiras os estagiários se fazem híbridos, como Bhabha (1998, p.55) nos lembra ao dizer que "o momento híbrido tem um valor transformacional de mudança que reside na rearticulação, ou tradução, de elementos que não são nem o Um [...] nem o Outro [...], mas algo mais, que contesta os termos e territórios de ambos".

A hibridização no contexto dos estágios também se dá pelo modo de ser da fronteira que, ao invés de separar, reúne. Nas fronteiras os sujeitos estão reunidos de um lado e de outro, e é nesse encontro constante que a hibridização de ambos acontece, até porque:

> Limites são extremos que definem fronteiras. A fronteira que na Geografia separa não é suficiente para marcar só a diferença: antes, mais diz da "mesmidade", do encontro daqueles que a habitam, de um lado ou de outro, porque o marco que diz daqui ou dali é convenção, é combinado, por isso, pode ser negociado, negado, roubado, rompido. Assim, fronteiras são lugares onde se vivenciam propostas de movimentos que arrastam sujeitos de um lugar para outro. Zonas de fronteiras, então, são *espaçostempos* nos quais é possível se tornar morador, estrangeiro, nômade, transeunte... (VALLADARES, 2015b, p. 55).

Os limites que aqui colocamos em questão não são linhas rígidas que separam tudo e todos. Os extremos que definem as fronteiras são limites que abrem um lugar para o outro, apresentam dois lugares diferentes e permitem o diálogo entre ambos. Os limites são as fronteiras do próprio lugar que tanto recepcionam os transeuntes quanto se despedem deles em sua partida.

No lugar das fronteiras, há a possibilidade dos acordos e dos desacordos entre os atravessadores. É possível que, ao atravessar a fronteira, esses acordos possam ser esquecidos. Curiosamente, há aqueles que atravessam as fronteiras sem mudarem nada, dizem continuar os mesmos e não se abalam com a travessia. Por outro lado, alguns transeuntes julgam as fronteiras como o motor de sua vida, o combustível desses sujeitos é o atravessamento, seja ele de experiências, de pensamentos, de sentimentos ou de sonhos.

Os muros da escola deixam de ser paredes rígidas de concreto e passam a ser a linha de recepção, o limite poroso que demarca a travessia entre o dentro e o fora da escola. As limitações das teorias científicas encontram o limite nas salas de aula da

Educação Básica e se hibridizam, tornam-se algo que não eram antes, traduzem-se numa coisa nova (BHABHA, 1998).

As ciências ditas "duras" são amolecidas pelos tensionamentos vividos nas travessias, de fato, não é fácil transpassar tantos limites, quanto mais os dessas "zonas confusas, onde a abertura se dá a cada novo encontro. No encontro com linguagens abertas, os corpos se contaminam, contagiando-se mutuamente" (OLIVEIRA JUNIOR, 2017, p. 145). Contagiam-se todos aqueles que, no atravessar das fronteiras, se permitem ser porosos.

Com muita maestria e rigor de investigação, Valladares (2015b, p. 63) nos advertiu:

> O estágio curricular, entendido assim, propõe o abandono da marcação de territórios fixos, recriando-se como categoria espacial de passagem e de encontro. Soma-se um ainda que "entre dois", promovendo a quebra de dicotomias e hegemonias entre academia e escola, entre licenciando e professor, entre aprender e ensinar, entre formação inicial e formação no trabalho. É continuidade. O estágio curricular da licenciatura não é fronteira, ele se esparrama em zonas de fronteiras, derruba muralhas, muros, abre porteiras, pede e da passagem...
> Zonas de fronteiras permitem o fluxo de novos movimentos de novas criações. Talvez, por isso, as zonas de fronteiras não se contenham entre limites institucionais, pois esses limites se metamorfoseiam em muros que a vivência derruba ou em linhas fluidas que a experiência retorce ou ainda em tênues teias que o conhecimento rompe.

Ao romper com as fronteiras e não se exaurirem na definição de um dos dois, ou, dos dois lados dela, os estágios não se definem como exclusivos da escola ou da universidade, mas se esparramam pelas travessias dos licenciandos. Os estágios deixam de ser

possessões de apenas um lugar e se espalham por vários outros, fazem-se extensões que desvanecem limites, deslizam de si mesmos, variam de seus modos de ser e estar, ou seja, fazem-se zonas de fronteiras, transpassando os limites do próprio estágio.

À guisa de síntese

A partir das descrições e interpretações feitas nas seções anteriores, concluímos que o sentido geográfico dos Estágios Curriculares das Licenciaturas reside nas experiências de travessia das zonas de fronteiras.

Nas travessias entre as zonas de fronteiras, os estagiários são os sujeitos híbridos que são deslocados do seu lugar de origem pelo choque das fronteiras. Essas, ao contrário do que se imagina, são porosas e tênues, tão tênues que, por vezes parece que nem existem, embora sejamos tensionados por elas o tempo todo. Aliás, tensionar é a característica principal do estágio como zonas de fronteiras, porque ele nos distende e nos provoca, nos desafia a nos esparramarmos pelos muitos lugares limítrofes às travessias que fazemos.

Que é a travessia das zonas de fronteiras, senão o movimento de tensionar? As zonas de fronteiras não tensionam apenas conceitos e concepções, mas também a nós mesmos, porque somos nós que os carregamos a reboque. Tensionando-nos, elas nos põem à prova, nos impulsionam para a reflexão e, consequentemente, para a recriação de nós mesmos.

Entretanto, é preciso que nos permitamos ser atravessados e aceitemos o convite para as travessias. Para isso, é fundamental que reivindiquemos não só o cumprimento dos estágios, como preconiza os documentos e regulamentos oficiais, mas a sua

valorização que, pelas descrições e interpretações da Professora Marisa Valladares, se concretizam na valorização e reflexão sobre as experiências vividas nos muitos atravessamentos entre escola e universidade, casa e escola, profissão e vida e tantas outras fronteiras que a docência nos faz atravessar.

Referências

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1989.

FERNANDES, M. A. Consciência, vivência e vida: um percurso fenomenológico. In: *Revista de abordagem gestáltica*. v. 16, n. 1, jan/jul, 2010, p. 29-41.

FERRAÇO, C.E. Pesquisa com o cotidiano. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 98, p.73-95, jan-abr. 2007.

FRIGÉRIO, R. C. *Oficinas Pedagógicas de Geografia*: Costurando narrativas de experiência da vida docente, Campinas-SP, 2018. 213f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

KENSKI, I. M. A vivência escolar dos estágios e a prática de pesquisa nos estágios supervisionados. In: PICONEZ, S. C. B. (Org.). *A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado*. 10ed. Campinas: Papirus, 1991, v. 01, p. 39-52.

OLIVEIRA JUNIOR, W. M. *Encontros em zonas de fronteiras*: contaminações entre estágio supervisionado e linguagens. Teoria & Prática (Campinas), v. 35 n. 69, p. 133-147, 2017.

PAIS, J. M. *Vida Cotidiana*: Enigmas e Revelações. São Paulo: Cortez, 2003. 272p.

PICONEZ, S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado: aproximação da realidade escolar e a prática

da reflexão. In: PICONEZ, S. C. B. (Org.). *A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado*. 10ed.Campinas: Papirus, 1991, v. 01, p. 15-38.

PONTUSCHKA, N. N. A formação inicial do Professor de Geografia. In: PICONEZ, S. C. B. (Org.). *A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado*. 10ed. Campinas: Papirus, 1991, v. 01, p. 101-124.

SANTOS, I. S. dos. Formação docente em Geografia: antagonismos e conhecimentos acadêmicos e escolares no Estágio Supervisionado. In: NUNES, M. D. dos. R.; SANTOS, I. S. dos.; MAIA, H. C. A. (Org.). *Geografia e Ensino*: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente. 1ed.Salvador, BA: EDUNEB, 2018, v. 1, p. 207-230.

VALLADARES, M. T. R. Narrativas como passaportes em zonas de fronteiras: Estágio Curricular em Geografia. In: Portugal, J. F.; Chaigar, V. A. M. (Org.). *Educação geográfica*: memórias, histórias de vida e narrativas docentes. 1ªed.Salvador - Bahia: EDUFBA, 2015, v.1, p. 73-96.

VALLADARES, M. T. R. Zonas de fronteiras: entre escolas e academias. In: Bezerra, A. C.; Lopes, J. J.; Fortuna, D. (Org.). *Formação de professores de Geografia*: diversidade, prática e experiência. 1ªed.Niterói - RJ: Editora da UFF, 2014, v. 1, p. 51-84.

VALLADARES, M. T. R. *Vivências em zonas de fronteiras... as narrativas se fazem travessias...* (Um estudo com narrativas e com os cotidianos no estágio curricular da licenciatura de Geografia na UFES), Vitória, 2009. 277f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espirito Santo, Centro de Educação.

Submetido em: 30 de agosto de 2021.

Devolvido para revisão em: 21 de dezembro de 2022.

Aprovado em: 09 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

AGUIAR, F. C. Estágio Curricular das licenciaturas como zonas de fronteiras: descrições e interpretações. **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 307-328, Jan.-Jun./2021.

UM LUGAR PARA A GEOGRAFIA: CONTRA AS BASES NACIONAIS COMUNS CURRICULARES DO ENSINO E DA (DE)FORMAÇÃO DOCENTE

A PLACE FOR GEOGRAPHY: AGAINST THE COMMON NATIONAL CURRICULAR BASES FOR TEACHING AND TEACHER (DE)TRAINING

UN LUGAR PARA LA GEOGRAFÍA: CONTRA LAS BASES CURRICULARES NACIONALES COMUNES PARA LA ENSEÑANZA Y LA (DE)FORMACIÓN DEL PROFESORADO

José Erimar dos Santos

ersidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)

E-mail: jose.erimar@ufersa.edu.br

Resumo:
O trabalho apresenta um panorama geral acerca da relevância da Geografia em contraponto ao contexto da ameaça das reformas educacionais dos últimos anos, que coloca em evidência normas de desmontes e ataques a esta ciência e disciplina escolar. O objetivo é despertar para a necessidade do pensamento crítico, radical e contextualizante acerca das mudanças educacionais em curso no país, que ressuscitaram décadas de retrocessos educacionais nestes últimos poucos anos. Envolve como base teórica contribuições de Milton Santos, Lana Cavalcanti, Paulo Cesar da C. Gomes, dentre outros, fornecendo o referencial teórico da leitura e compreensão da necessidade do pensamento geográfico e da crítica às bases do ensino e da (de)formação docente em voga no país com suas implicações destrutivas no campo da Geografia. Dentre os resultados, constata que, revestidas de terminologias inovadoras, tais reformas educacionais se configuram em antigas pretensões político-econômicas, em cuja gênese está o descentramento e a desconstrução de uma formação crítica alinhadas às atuais mudanças no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Geografia, Ensino, Currículo, Formação, Cidadania.

Abstract:
The work presents an overview of the relevance of Geography against the backdrop of the threat posed by educational reforms in recent years, which highlights the norms of dismantling and attacks on this science and school discipline. The objective is to awaken to the need for critical, radical, and contextualized thinking about the educational changes underway in the country, which have resurrected decades of educational setbacks in these last few years. It involves as theoretical basis contributions by Milton Santos, Lana Cavalcanti, Paulo Cesar da C. Gomes, among others, providing the theoretical reference for reading and understanding the need for geographic thinking and criticizing the bases of teaching and teacher (de)formation in vogue in the country with its destructive implications in the area of Geography. Among the results, it finds that, coated with innovative terminology, such educational reforms are configured in old political-economic pretensions, in whose genesis lies the decentralization and deconstruction of a critical formation aligned to the current changes in the world of work.

Keywords: Geography; Teaching; Curriculum; Formation; Citizenship.

Resumen:
El trabajo presenta una visión general de la relevancia de la Geografía con el telón de fondo de la amenaza de las reformas educativas de los últimos años, que pone de manifiesto las normas de desmantelamiento y los ataques a esta ciencia y disciplina escolar. El objetivo es despertar la necesidad de una reflexión crítica, radical y contextualizada sobre los cambios educativos que se están produciendo en el país y que han resucitado décadas de retroceso educativo en estos últimos años. Involucra como base teórica las contribuciones de Milton Santos, Lana Cavalcanti, Paulo Cesar da C. Gomes, entre otros, proporcionando el marco teórico para la lectura y comprensión de la necesidad del pensamiento geográfico y la crítica de las bases de la enseñanza y la (de)formación docente en boga en el país con sus implicaciones destructivas en el campo de la Geografía. Entre los resultados, encuentra que, revestidas de una terminología innovadora, tales reformas educativas se configuran en viejas pretensiones político-económicas, en cuya génesis está el descentramiento y la deconstrucción de una formación crítica alineada con los cambios actuales del mundo del trabajo.

Palabras-clave: Geografía; Enseñanza; Currículum; Formación; Ciudadanía.

Introdução

Em 1989, Oliveira *et al* (1993) publicam o livro "Para Onde Vai O Ensino De Geografia?", que aborda a crise da Geografia, da escola e da sociedade, os novos rumos do ensino de Geografia, a realidade, a educação e a Geografia em discussão, naquele contexto.

Atualmente, para caracterizar a posição contrária às bases nacionais comuns curriculares do ensino e da (de)formação docente que, pós-golpe de 2016, – marco temporal na política brasileira, que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e na implementação da agenda ultraneoliberal e fascista em socorro à crise estrutural do capitalismo global, e, logo da necessidade de governos que colocassem na pauta do dia as reformas ultraneoliberais necessárias ao capital (COUTINHO, 2021), – diversos processos foram implementados na dinâmica educacional do país, buscando retirar a Geografia do Currículo escolar e das Ciências Humanas.

Posto isto, é preciso formular e responder a algumas perguntas-chave. Baseando-se em Oliveira *et al.* (1993), podemos discutir problemas como: para onde vai o ensino de Geografia no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Quais os desafios e perspectivas da Geografia na BNCC e no conjunto de situações em que esta proposta curricular vem se desmembrando?

Pretendemos discutir esses problemas questionando diversos reducionismos ao uso, como: pensamento espacial é o mesmo que pensamento geográfico; o conhecimento cotidiano, científico e escolar como sendo passíveis de homogeneização, no sentido de que todas as pessoas e em todas as regiões do país aprenderão da mesma forma as problemáticas nos lugares em que vivem; o reducionismo de que o

conhecimento escolar é o resultado da transposição didática do conhecimento científico para a sala de aula.

O objetivo é despertar para a necessidade do pensamento crítico, radical e contextualizante acerca das mudanças educacionais em voga no país, que ressuscitaram décadas de retrocessos educacionais nestes últimos poucos anos no Brasil.

A metodologia empregada se centra na pesquisa qualitativa, com base na análise de normativas constitutivas da atual política educacional no país, disponíveis no site do Ministério da Educação, tomando por fundamentos os conteúdos teóricos de constituição crítica na literatura geográfica. O foco do estudo foi a BNCC, a Lei nº 13.415/2017 (novo Ensino Médio) e a BNC-Formação, bem como os desdobramentos normativos dessas normas, analisando seus conteúdos à luz de referenciais críticos da Geografia e da Educação.

Para tanto, algumas discussões serão feitas a partir da relação currículo e ensino de Geografia, seguidas de reflexões acerca da necessidade da formação do pensamento geográfico e seu ensino, finalizando com desafios e perspectivas do ensino de Geografia e da formação docente neste campo disciplinar, no contexto da BNCC.

Currículo e Ensino de Geografia

A reflexão sobre currículo é extremamente importante para compreendermos a relação Ensino de Geografia e políticas educacionais, pois nessa relação é possível identificar a *função*, o papel (SANTOS, 2008) das instituições educativas no ensino-aprendizagem dos conceitos, categorias, usos e aplicações do conhecimento geográfico.

Sacramento (2007), baseada nas teorias do currículo discutidas em sua dissertação de mestrado, evidencia que os currículos têm como função: nortear a construção do conhecimento escolar e propor a compreensão do conhecimento geográfico, a reflexão e o diálogo com todos os envolvidos na rotina escolar do aluno e nas demais áreas do conhecimento.

Para Sacristán (2000, p. 15 ; grifo nosso),

> quando definimos o currículo estamos descrevendo a concretização das *funções* da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível de modalidade de educação, numa trama institucional.

Pelo exposto, o currículo se constitui em um meio pelo qual a escola é organizada na proposição de seus processos de ensino, de aprendizagem e na orientação para a prática, pois compreendemos com Sacristán (2000, p. 15), que "o currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias [...]".

Existem diversas concepções e conceituações de currículo que levam em consideração diferentes momentos históricos. No entanto, concordamos com Silva (1999, p. 14) para quem a questão central que serve de pano de fundo para as teorias do currículo deve ser: "qual conhecimento deve ser ensinado?" Em outras palavras, o que ensinar em Geografia? Por que ensinar isso ou aquilo em detrimento disto ou daquele conteúdo? Por que ensinar Geografia?

De tempos em tempos ocorre uma reorganização curricular. Daí, hoje, a divisão dos conteúdos na escola, as chamadas "competências e habilidades" (BRASIL, 2017) serem a finalidade dos processos de ensino, aprendizagem e orientação para as práticas, já

que a concepção de currículo apregoada pelo Estado se constitui de "[...] um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos" (SILVA, 1999, p. 120.

A BNCC foi divulgada pelo Ministério da Educação (MEC), em setembro de 2015; aprovada em 15 de dezembro 2017 e homologada no dia 20 de dezembro de 2017[1].

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB, 2017), à época, manifestou-se preocupada, na perspectiva de não-lugar desta disciplina na Educação Básica evidente nessa norma, sobretudo na proposta subsequente (a BNCC do Ensino Médio), que exclui a Geografia como disciplina específica obrigatória para os estudantes desta etapa da Educação Básica, preocupação apontada também por Santos (2018).

Enquanto leis e/ou regras criadas pelo Estado e suas instituições, as normas regulam as ações dos elementos do espaço, possibilitanto ou não a geografização dos eventos nos lugares. Santos (2005, p. 13) afirma que a norma é uma categoria fundamental no conhecimento e compreensão do espaço geográfico, uma vez que ajuda no desvelamento dos processos, pois através dela se entende como as materialidades se desdobram em ações e as ações em materialidades. Assim, a entendemos como as ações políticas e/ou institucionais, criadas e implementadas para regular as ações e os eventos territoriais. Para Silveira (1999, p. 257), "[...] a norma é geneticamente uma ação e morfologicamente uma densidade, uma forma".

[1] Para uma análise crítica dessa norma, sua proposta, seus fundamentos filosóficos, epistemológicos e as ideias pedagógicas estruturantes consultar: Aguiar e Dourado (2018); ANFOPE (1983); Ramos (2006); Saviani (2013) e ANPED (2019).

Para tratar do tema deste trabalho é necessário compreender os aparatos normativos que fundamentam a BNCC e como ela se estrutura, buscando apontar algumas características das principais orientações curriculares que foram implementadas para o Ensino de Geografia, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); o Plano Nacional de Educação (PNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (PNLD).

Os PCN foram o primeiro conjunto de documentos, no Brasil, que forneceram referenciais técnicos a respeito das concepções que embasariam a Educação Básica, implementado em 1997. Embora com "[...] uma concepção de geografia [...] capaz de quebrar a *visão de totalidade* que a concepção dialética trouxe para o interior do pensamento geográfico" (OLIVEIRA, 1999, p. 54; grifos do autor), esse documento objetivava fornecer uma direção pedagógica para os professores e para os sistemas de ensino dos estados e municípios. Os PCNs eram uma orientação com propósito indutor e não obrigatório como a BNCC, pois esta "*[...] é um documento de caráter normativo* que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver [...]" (BRASIL, 2017, p. 7; grifos nossos), isto é, "[...] *uma referência nacional obrigatória* para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas" (idem, p. 5; grifos nossos).

O primeiro PNE data de 1962, como consequência das reformas na educação nacional decorrentes da primeira LDB (Lei nº 4.024/1961). Mas, é somente em 2014, a partir da aprovação do segundo PNE, que as discussões e primeiras representações em forma de lei acerca de uma base comum para o Ensino Fundamental começam a ganhar forma, obviamente com natureza distina da

aprovada em 2017. Esse segundo PNE foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014 e conta com vinte metas e respectivas estratégias de implantação a serem cumpridas nos subsequentes dez anos posteriores à sua aprovação. Sobre a relação deste documento com o tema aqui tratado tem-se a meta 2 e sua estratégia 2.1, que afirma:

> [...] o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, *proposta de direitos e objetivos de aprendizagem* e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental (BRASIL, 2014; grifos nossos).

Na estratégia 2.2, propõe como missão:

> [...] pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a *implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento* que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental (BRASIL, 2014 ; grifos nossos).

Na meta 7, estratégia 7.1, determina:

> [...] estabelecer e *implantar, mediante pactuação interfederativa*, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, *respeitada a diversidade regional, estadual e local* (BRASIL, 2014 ; grifos nossos).

Evidentemente que, quando se olha na íntegra essas metas e aquilo que está na BNCC, há de se dizer que o que foi implantado

com a BNCC está longe de se configurar em direitos e objetivos de aprendizagem, conforme estipulam tais e demais metas do PNE (AGUIAR, DOURADO, 2018), dada a ausência de pactuação federativa para tal. No caso da Geografia o esvaziamento epistemológico constitui a base dessa Base.

O surgimento das DCN (BRASIL, 2013), em 2010, foi substancial para o movimento de produção de políticas educacionais, que deu origem à BNCC, embora também num sentido oposto ao apregoado nesses diretrizes, pois as DCN estabeleceram o propósito de firmar *bases comuns nacionais* para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio.

Do exposto algumas constatações podem ser feitas. Com as DCN e os PCN se institui uma *base comum* e obrigatória, mas somente do ponto de vista das orientações e organização das escolas, não no aspecto dos conteúdos. Nos PCN, os conteúdos eram separados por disciplinas. Nas DCN, não foram estabelecidas expectativas de aprendizagens, como na BNCC. As diretrizes têm seus objetivos voltados para o fortalecimento da autonomia das escolas e de seus projetos políticos pedagógicos.

Já o Programa Nacional do Livro e do Material Didático dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2019), que consta no Edital 01/2017 – CGPLI/PNLD 2019, Anexo III – Critérios para a avaliação de obras, constata-se que as decisões referentes à produção das obras desta etapa de educação deverão está estritamente alinhadas à BNCC. Aí é contatatada a influência que a BNCC tem sobre a elaboração dos materiais didáticos e, consequentemente, sobre a educação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Isso é fruto da forma como o arranjo político se dá no atual período. Assim, com Ball (2014, p. 34) percebemos que "[...] as fronteiras entre o

Estado, a economia e a sociedade civil estão ficando turvas", já que há novas intencionalidades e novos atores no arranjo político institucional.

Por essas razões é que cada vez mais é urgente a discussão sobre o lugar da Geografia nessas propostas curriculares, pois as evidências caminham para a necessidade da formação do pensamento geográfico e seu ensino, no sentido de que se tornam escassos elementos de construção totalizante do conhecimento disciplinar científico geográfico em detrimento de um falso e incoerente viés interdisplinar que assola os currículos.

Necessidade do Pensamento Geográfico e seu Ensino

O pensamento do ser humano em relação ao espaço geográfico remonta à antiguidade. Como evidenciam Moraes (2005), Santos (2008a), Andrade (2008), Gomes (2010), Corrêa (2009), foi na Alemanha do final do século XIX, que a Geografia foi reconhecida como ciência e passou a figurar entre as disciplinas acadêmicas. No contexto atual, a Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar, adquire cada vez mais relevância para a construção de uma inteligibilidade do mundo e possibilidade de intervenção útil nos problemas sociais que vivemos e que se tornam cada vez mais contraditórios e complexos.

Na atual fase do espaço geográfico: o Período Técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008b; 2009), – essa dimensão da vida humana (o espaço geográfico) adquire renovada importância como conhecimento fundamental para a formação docente e "leitura do mundo" (FREIRE, 2001). Por isso,

> Para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isso significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana (SANTOS, 2008b, p. 115).

É mister a consideração de Milton Santos acerca do tempo em que vivemos e pelo qual passa a formação do(a) professor(a) de Geografia e do Ensino dessa disciplina na Educação Básica.

> O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, o casamento permanente com o porvir, por meio da busca incansada da verdade (SANTOS, 2010, p. 74) .

As novas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, impostas pela velocidade das informações, crises sanitárias, diplomáticas, ambientais, etc., imprimem forçosamente uma nova dinâmica e um novo ritmo às compreensões e às leituras da realidade geográfica. Novas formas de usos do território têm sido impostas nos diferentes lugares. E como "a Geografia serve para desvendar máscaras sociais" (MOREIRA, 2007, p. 61), o que se coloca para os profissionais da Geografia, é um chamado imperativo ao exercício do nosso papel como cidadão do mundo e de seu tempo, buscando desvendar a dialética e com ela as contradições que se perpetuam no tempo e se materializam nos sistemas de objetos e sistemas de ações do espaço.

No contexto de meio técnico-científico-(des)informacional, de busca incessante por energia e controle de territórios por parte do imperialismo contemporâneo, golpes de estado, a exemplo do ocorrido no Brasil em 2016, são dados sem a utilização direta de quaisquer armamentos bélicos ou intimidação pela força armada por parte daqueles que procuram manter seus status *quo*. Governos cairiam mediante a manipulação da opinião das massas pelo poder da mídia, dos grandes meios de comunicação e pela (des)informação veiculada em redes sociais digitais. Isso é uma evidência da violência da informação e seu papel verdadeiramente despótico (SANTOS, 2010), em que as técnicas informacionais são utilizadas por um punhado de atores em função dos seus objetivos particulares, aprofundando os processos de criação de desigualdades e pervessidades.

Para Santos (2010), o que é transmitido à humanidade é, de fato, uma informação manipulada: em lugar de esclarecer, confunde. Os eventos já são entregues maquiados, e é também, por isso, que se produzem, no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e *mitos*. O resultado disso é uma grande guerra de desinformação e mentira, cujo único objetivo é manter um status *quo*. Daí, no dizer de Santos (2010, p. 17) vivemos "[...] num mundo confuso e confusamente percebido".

Mas, o que é o pensamento geográfico? Qual a sua relevância para a formação dos estudantes do Ensino Fundamental? Como se dá seu processo de formação? Esses problemas nos levam refletir sobre a importância que a Geografia tem em uma política curricular de abrangência nacional, como a BNCC, pois dela precisamos saber que Geografia como disciplina aí aparece.

Compreende-se a Geografia como "[…] uma forma de pensar" (GOMES, 2017, p. 143). No contexto da BNCC, dado o esvaziamento

do pensamento geográfico entendemos que, o pensar pela geografia, seu ensino e a relevância social são seriamente comprometidos. “A Geografia serve para pensar, ela ajuda a pensar; no ensino se ensina a pensar pela Geografia” (CAVALCANTI, 2019, p. 11). A importância da Geografia na formação dos estudantes do Ensino Fundamental se dá, entre outros fatores, em razão destes estarem em processo de formação para a vida adulta e, constantemente, produzindo espacialidades em seu cotidiano Cavalcanti (2014). Em relação ao papel do ensino desta disciplina para a educação, ainda destaca Cavalcanti (2014, p. 11) que "[...] é o de prover bases e meios de desenvolvimento e ampliação da capacidade dos alunos de apreensão da realidade do ponto de vista da espacialidade [...]".

Para que os estudantes comecem pensar geograficamente, tanto em relação a sua escala imediata, isto é, seu lugar, bem como ainda para, a partir daí, poder ampliar sua visão de mundo através de abstrações e generalizações cognitivas mais complexas, é imprescindível que os processos de ensino e aprendizagem sejam construídos dialeticamente (CAVALCANTI, 2019), devendo o(a) professor(a) ter muito claramente a distinção entre noção de pensamento geográfico e pensamento espacial.

A noção de pensamento espacial (aspectos topológicos) presente na BNCC não é a mesma coisa que pensamento geográfico, uma vez que este considera a dimensão humana, social, econômica, política e cultura (CAVALCANTI, 2019, p. 88) no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, é composto por conceitos, raciocínios, método, linguagens, sujeitos, conforme Cavalcanti (2019, p. 99).

O pensamento geográfico se encontra intrinsecamente relacionado à construção da cidadania e de cidadãos(ãs)

autônomos(as) e participantes da vida em sociedade e não à formação de um sujeito mecânico, que apenas sabe localizar.

Na concepção de Geografia apresentada na BNCC, não há distinção entre pensamento geográfico e pensamento espacial. No ensino de Geografia as questões a respeito da distinção destas duas formas de pensamento são extremamente relevantes. Segundo consta na BNCC:

> Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. O pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também de outras áreas (como Matemática, Ciência, Arte e Literatura). Essa interação visa à resolução de problemas que envolvem mudanças de escala, orientação e direção de objetos localizados na superfície terrestre, efeitos de distância, relações hierárquicas, tendências à centralização e à dispersão, efeitos da proximidade e vizinhança etc. (BRASIL, 2017, p. 311).

Para o ensino de Geografia isso é prejudicial, no sentido de que essa forma de pensar o espaço geográfico envolve pontos de vista de outras áreas do conhecimento, que acabam sendo mal construídos do ponto de vista da construção conceitual, sobretudo no Ensino Fundamental, em que a construção primeiro se dá com a noção das palavras e depois com o significado dos conceitos (VYGOTSKY, 2001).

A noção de pensamento espacial é indefinida, dado o seu caráter interdisciplinar. Conforme Duarte (2016, p. 305), "[…] ainda não existe um conceito claro acerca da sua definição". No entanto,

para Castellar e Juliasz (2017, p. 162), a concepção de pensamento espacial:

> […] mobiliza e desenvolve o raciocínio geográfico pois trata-se de inserir os princípios e conceitos estruturantes para análise do espaço e sua dinâmica, por exemplo, escala, extensão, localização, as relações entre as unidades de medida, as diferentes formas de calcular a distância (milhas, tempo de viagem, custos de viagem), os sistemas de coordenadas, a natureza dos espaços (bidimensionalidade e tridimensionalidade). Trata-se de buscar fundamentos para consolidar a Geografia no currículo escolar por meio de novas abordagens de aprendizagem, integrando a didática com os conceitos e princípios geográficos. Trata-se, também, de dar força a educação geográfica, por meio da compreensão dos fenômenos e situações geográficas vivenciadas pelos alunos em seu cotidiano, relacionando-os e compreendendo-os.

Essa falta de clareza e amarração epistemológica quanto ao que é raciocínio geográfico, pensamento geográfico e pensamento espacial na BNCC é um problema, pois rompe com a tradição teórico-metodológica de toda a trajetória da Ciência Geográfica e perspectivas de Ensino de Geografia importantes com foco no pensamento geográfico, a exemplo os trabalhos de Cavalcanti (2014), Fonseca (2004) e Callai (2003).

Na BNCC, o raciocínio geográfico é formulado a partir de alguns princípios que contribuem para o desenvolvimento do pensamento espacial. Veja Brasil (2017, p. 360), onde o que se constata é que esses princípios guardam pouca relação com o pensamento geográfico, dado o esvaziamento teórico-metodológico geográfico e epistemológico, pois estruturados numa perspectiva "interdisciplinar".

O pensamento geográfico envolve conceitos e categorias da Geografia que formam o instrumental teórico e metodológico que o(a) professor(a) utiliza para trabalhar os temas/conteúdos no processo de ensino (CAVALCANTI, 2019). É essa condição que permite ao(à) professor(a) entender a formação socioespacial enquanto processo, as funções dos usos territoriais, que se materializam nas formas constitutivas das paisagens que constituem os lugares, os territórios, o espaço geográfico com suas diferenças e complexidades sistêmicas.

Nesse sentido, se no Ensino de Geografia a pretensão for o desenvolvimento do pensamento crítico e para a formação cidadã, não será pela formação do pensamento espacial, mas sim do pensamento geográfico. Nos ensina Cavalcanti (2012; 2014; 2019), que é a formação teórica da própria Geografia que fornecerá os aspectos didático-pedagógicos e a metodologia para que o(a) professor(a) possa trabalhar os temas e os conteúdos da disciplina. Essa condição combinada às concepções de mundo dos(as) estudantes e aos conhecimentos pedagógicos dos(as) professores(as) facilita a compreensão do espaço social e a formação do pensamento crítico pelos(as) estudantes.

Com a proposta da BNCC a disciplina Geografia relaciona o estudo dos temas geográficos, à compreensão do mundo, à formação do conceito de identidade e não de processo, que seria "[...] uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceito de tempo (continuidade) [ou descontinuidade] e mudança" (SANTOS, 2008, p. 69). Logo, "*ser professor de Geografia é poder evidenciar processos espaciais que têm implicações no cotidiano das pessoas, em diferentes escalas*." (CAVALCANTI, 2019, p. 15 ; grifos nossos).

Hoje, as possibilidades temáticas são muitas e os caminhos metodológicos variados (CAVALCANTI, 2019). Daí a necessidade de clareza sobre o que vem ser uma abordagem geográfica e uma formação docente, cuja base deva ser a crítica, a dialética, a epistemologia, pois do contrário,

> Hoje, sob o pretexto de que é preciso formar os estudantes para obter um lugar num mercado de trabalho afunilado, o saber prático tende a ocupar todo o espaço da escola, enquanto o saber filosófico é considerado como residual ou mesmo desnecessário, uma prática que, a médio prazo, ameaça a democracia, a república, a cidadania e a individualidade. Corremos o risco de ver o ensino reduzido a um simples processo de treinamento, a uma instrumentalização das pessoas, a um aprendizado que se exaure precocemente ao sabor das mudanças rápidas e brutais das formas técnicas e organizacionais do trabalho exigidas por uma implacável competitividade (SANTOS, 2002, p. 151).

Esse risco apontado por Milton Santos hoje é uma presença nas escolas e na universidade. Precisamos refutar isso.

Um Lugar para a Geografia: Contra as Bases do Ensino e da (De)Formação Docente: desafios e perspectivas

De que forma é possível *disputar* (FRIGOTTO, 2010; OLIVEIRA, *et al.* 2021) a profissão docente e o ensino do pensamento geográfico nesse cenário de ataques e destruição da Educação nacional, que vem se expandindo, sobretudo a partir do Golpe de 2016?

A tese é a de que o nosso olhar e agir precisam ser contra-hegemônicos, uma vez que a educação é "um campo social de disputa

hegemônica" (FRIGOTTO, 2010, p. 27). Para desenvolver esse raciocínio, inicialmente se apresenta o cenário que se compõe de um imenso desafio aos docentes e aos cursos de formação de professores de Geografia, seguido de algumas reflexões sobre que perspectivas se desvelam para a Geografia e seu ensino com as bases do ensino e da (de)formação docente em curso no país.

Desafios

O grande desafio posto se relaciona à superação do esvaziamento epistemológico presente na BNCC. Esse documento é um esvaziamento epistemológico da Geografia, logo uma desconstrução dessa Ciência, de seu ensino e aprendizagens.

São desafios sistêmicos que recaem sobre o(a) professor(a), a escola e os cursos de formação, além daqueles que implicam nas desigualdades educacionais e sociais, a exemplo da ausência das discussões de gênero e raça e do aprofundamento do abismo entre escolas particulares e públicas, já que os agentes formatadores dessa normativa são grupos empresariais (AZEVEDO, GIORDANI, 2021).

O(A) professor(a) deve ter noção clara dos principais conceitos e categorias geográficas, para, a partir daí, planejar suas aulas e atividades com os alunos. Precisa conhecer muito bem o instrumental teórico e metodológico da Geografia para não fingir que ensina e para que não se tenha o fingimento da aprendizagem. É importante ter isso claro, pois a BNCC está cheia de questões confusas e que podem muito bem ser confusamente percebidas, logo confusamente ensinadas, já que estruturada no pensamento espacial e não no pensamento geográfico.

A ausência do pensamento geográfico implica o risco de tomar como novo algo que já fora pensado em outro momento, ou, ainda pior, velhas propostas constituir-se em situações que possam ter-se verificado, do ponto de vista teórico-metodológico, como não satisfatórias, porque incompletas para a análise do espaço geográfico na atualidade e para o seu pensamento. Enquanto professores(as) precisamos, sempre retomar leituras dos clássicos (CALVINO, 2007), no sentido de que parte importante daquilo que nós consideramos fundamental para entender o presente, pode já ter sido posto por autores e, também, para que evitemos o erro de repetir o que já não é mais adequado na interpretação do presente, não caindo nos modismos e não tratando "o novo" como se ele não tivesse sido abordado/pensado já há muito tempo.

A simples "fórmula" presente na BNCC que vai do raciocínio geográfico ao pensamento espacial, não responde satisfatoriamente às realidades enfrentadas e vividas pelos(as) estudantes em seus cotidianos. Entendemos com Cavalcanti (2012; 2014; 2019) que é extremamente imprescindível a construção de um pensamento substancialmente geográfico, fundamentado nos conceitos-chave desta ciência, para que o aluno compreenda as complexas relações entre as diferentes escalas dos fenômenos que se apresentam em um cotidiano que tornou-se simultaneamente local, regional e global.

Cavalcanti (2014, p. 11) afirma a importância do conhecimento geográfico no processo de formação escolar, pois existe "[...] um caráter de espacialidade em toda prática social, assim como há um caráter social da espacialidade". O pensamento geográfico proporciona a compreensão do espaço geográfico e da função desse espaço nas práticas sociais.

Daí decorrerem mais desafios: aqueles decorrentes do "novo" Ensino Médio, consequência da BNCC. Os desafios com relação ao "novo" Ensino Médio que podemos encontrar no próprio documento e algumas já combatidas por Frigotto (2016a ; 2016b), Farias (2017) e Santos (2019):

a) a reformulação da LDB/1996 com vista à formação centrada cada vez mais no mercado;

b) constitui-se de justificativas infundadas para sua criação: falta de interesse dos jovens por esta etapa de ensino, etc...;

c) foi uma reforma sem debate com a sociedade: escolas, professores(as), pais, estudantes. Para Sacristán (2000, p. 16), o currículo é "uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc.";

d) foi uma reforma que aconteceu de forma acelerada, nascendo como medida provisória e se instalando como lei;

e) é centrada numa ideia de Projeto de Vida dos alunos que se materializa num modelo transversal, educação centrada no trabalho, no emprego, competências e habilidades individuais. Na idade que se encontram, os jovens podem definir projeto de vida? Que projeto de vida têm esses jovens diante do contexto de país em que um aparato normativo destrói o emprego, as questões trabalhistas, concursos?

f) é uma eforma de perspectiva pragmática que valoriza a prática, deixando de lado as questões humanistas, através dos Itinerários Formativos;

g) reforma centrada em capacidades e habilidades individuais, que reforçam as individualidades dos sujeitos;

h) a carga horária vai de 800h a 1000h, podendo chegar a 1400h anuais (educação integral), estando isso condicionado às escolas;

i) a composição curricular é composta por componentes obrigatórios, dos quais a Geografia é ausente, daí aprofundando a ausência do saber pensar o espaço e do saber nele agir. Esses componentes obrigatórios são de formação geral para todos os(a) estudantes, ofertado em todo o Ensino Médio (1800h/60%), sendo elas: Matemática e Língua Portuguesa, como se constata no Art. 35-A, §§ 30 e 40 da Lei nº. 13.415/2017. Os itinerários formativos: 1200h/40%, formado por componentes flexíveis, cursados mediante opção dos(as) estudantes. Consideramos isso um crime, deixar que os(as) estudantes escolham o que estudar, além de que esses itinerários, na prática, não serão escolhidos pelos(as) estudantes, mas ofertados mediante as condições das escolas;

j) pela reforma, profissionais de notórios saber passam ser a grande característica do exercício do magistério, pois não será mais necessária formação na área para ensinar Geografia, basta ter notório saber;

k) aos jovens são dadas condições para que estes(as) não enxerguem suas condições de trabalho, no sentido de que têm menos tempo de formação nas disciplinas dos conhecimentos clássicos. Exemplo, o(a) estudante pode escolher mais de um itinerário formativo, no entanto, se escolher o das ciências da natureza e suas tecnologias e o da formação técnico-profissional não pode escolher o de ciências humanas depois.

l) é uma reforma que reforça a separação entre as classes sociais, escola pública e privada, não comprometida com o combate às desigualdades no país. É uma reforma que aprofunda, portanto, as desigualdades na sociedade brasileira, pois baseada nos postulados do Neoliberalismo: educação deixa de ser Direito e passa a ser Serviço.

São por estes desafios que, no atual contexto, precisamos lutar pela consolidação de uma educação pública como um direito territorial, como nos diz Santos (2007), pois a Geografia é uma condição de existência do sujeito e não pode ser excluída das propostas curriculares nacionais. A Geografia antes de estar na escola e na universidade, está na vida das pessoas. Essa compreensão não se faz com currículo mínimo, pois sem teoria do espaço não pode haver ensino de Geografia, mas sim "deficientes cívicos" (SANTOS, 2002); (SANTOS, 2018).

Perspectivas

Com relação às perspectivas, estas são as piores possíveis, dado o teor das normas em voga com vistas à (de)formação docente e deficitário ensino da Geografia. O que vamos fazer com a *deficiência cívica* (SANTOS, 2002), sem o saber pensar o espaço e sem o saber nele agir, nesse contexto em que a (des)informação e (de)formação docente caracterizam-se como políticas de currículo?

Citam-se, algumas normativas que apontam para a necessidade e urgência de ações contra-hegemônicas por parte dos cursos de Geografia e entidades afins, pois se constituem de normativas que deformam a formação docente e o ensino de Geografia.

- *RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019*, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);

- *BNC-formação: RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020*, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada);
- *PORTARIA Nº 411, DE 17 DE JUNHO DE 2021*, que institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de discutir a atualização do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja;
- *PORTARIA Nº 412, DE 17 DE JUNHO DE 2021*, que institui o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares;
- *EDITAL Nº 35, DE 21 DE JUNHO DE 2021 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA INOVAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE PROFESSORES E DIRETORES ESCOLARES*.
- O *Reuni Digital: Plano de Expansão da EAD nas IES públicas federais* – ação por meio da qual é planejado expandir vagas EaD nas Instituições de Ensino Superior do país. É uma proposta que significa aprofundar o sucateamento da infraestrutura já existente e comprometer o apoio aos estudantes matriculados de todos os cursos de graduação;
- No âmbito específico da Geografia se tem a proposta das *Diretrizes Curriculares – Geografia*, que está com Edital de Chamamento aberto a propostas de contribuições e que propõe que "os currículos das IES *devem* se organizar com

base em uma fundamentação teórico-metodológica que permita aos [...] discentes o desenvolvimento de habilidades essenciais, a partir da BNCC" (BRASIL, 2021, p. 10 ; grifo nosso);

- O *Projeto de Homeschooling* – Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) aprova projeto que permite homeschooling;
- *Militarização das escolas* – programa nacional das escolas cívico-militares em expansão no país;
- *Fechamentos de escolas*, sobretudo nas áreas rurais, o que aumenta a deficiência cívica no país, dada a escassez desses equipamentos de cidadania;
- *Acirramento das contradições da formação socioespacial brasileira* sob o modo de produção capitalista na sua versal mais-que-neoliberal, expressa na espoliação dos direitos, na precarização do trabalho e nos genocídios.

Percebe-se, com estes fatos, que merece ser discutida amplamente a profissão docente, pois esta está em séria disputa e ameaçada, o que requer de nós posturas críticas, de resistência a tudo isso.

Concordamos com Nóvoa (2009, p. 5), para quem "A formação de professores deve passar para 'dentro' da profissão, isto é, deve basear-se na aquisição de uma cultura profissional [...]". Segundo ele é preciso "devolver a formação de professores aos professores. A frase pressupõe que os professores terão sido afastados dos programas de formação. E, de facto, assim é". E continua afirmando,

> Por isso, insisto na necessidade de devolver a formação de professores aos professores, porque o reforço de processos de formação baseadas na investigação só faz sentido se eles forem construídos dentro da profissão. Enquanto forem

> apenas injunções do exterior, serão bem pobres as mudanças que terão lugar no interior do campo profissional docente (NÓVOA, 2009, p. 6).

Em outra obra Nóvoa (2012, p. 13) destaca:

> A frase que escolhi para a primeira proposta – Por uma formação de professores a partir de dentro – pode parecer estranha. Com ela, quero sublinhar a necessidade de os professores terem um lugar predominante na formação dos seus colegas, isto é, a necessidade de a formação de professores se fazer a partir de dentro da profissão.

Para Giroux (1997), precisamos reconhecer os professores como intelectuais. Isso não se faz sem uma apostura de pensamento que busca desvelar e não ocultar, como faz a ideologia, já que esta busca ocultar a realidade das relações sociais do mundo (CHAUÍ, 2008). Por essa razão é que concordamos com Giroux para quem é preciso os professores questionarem os "regimes de verdade", tal qual é a política educacional que se constitui no Brasil nos últimos tempos, especialmente à medida que estas influenciam questões pedagógicas e curriculares, sob a aparência de neutralidade política e da ausência epistemológica com as quais esses documentos se implementam, já que esvaziados de pensamento crítico, radical, de epistemologia, de teoria, de possibilidades de pensar.

É fundamental uma epistemologia dos saberes docentes (TARDIF, 2000, p. 16-17), sobretudo os saberes individuais. Precisamos assumir, conforme já nos ensinou Freire (1981), que todo ato pedagógico, transformador ou conservador, é um ato político, porque é dotado de intencionalidades. Para combater as desigualdades, as tiranias e a violência é imprescindível assumir uma posição, ter um lado, ter clareza de que se estará sempre a favor

ou contra um certo projeto de sociedade, de ser humano, de Educação. Daí a inevitabilidade política da ação docente que não tem como funcionar com uma Base sem considerar *rugosidades* (SANTOS, 2008c) e distante do pensamento crítico, aquele que desvela máscaras sociais (MOREIRA, 2007).

As normativas citadas neste trabalho tomam a Geografia Escolar como descontínua da Geografia Acadêmica e vice-versa, no sentido de que nessa perspectiva não apenas de ensino e de aprendizagem, mas também de formação docente que se dá na relação entre escola e universidade, não considera a escola como lugar que também produz conhecimento, saberes de formação, já que tudo deve está amarrado a uma Base de formação profissional docente escassa de epistemologia.

Uma epistemologia contrária a isso nos é apresentada por autores como Chervel (1990), Goodson (1990) e Julia (2001), por possibilitarem a compreensão de que, toda comunidade escolar, é produtora de cultura e, que, portanto, deve fazer parte da formação docente, que jamais pode ser estabelecida com uma formação de currículo mínimo, como se propõem a BNCC, a BNC-Formação e as Diretrizes Curriculares de Geografia, nos moldes como se estruturam e se apresentam.

Como nos diz Lestegás (2002, p. 173) é preciso "concebir la geografía escolar desde una nueva perspectiva, una disciplina al servicio de la cultura escolar". Assim, "aceptar que la geografía escolar no es la traducción simplificada de una geografía científica, sino una creación particular y original de la escuela que responde a las finalidades sociales que le son propias […]" (LESTEGÁS, 2002, p. 184).

Isso só é possível reconhecendo-se o lugar da epistemologia escolar no processo formativo docente, pois só ela possibilita o entendimento daquilo que nos alerta Foucault (1999, p. 44) , qual seja, que "todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo". As propostas de reformas educacionais advindas com essas políticas educacionais se dão pela via discursiva, mediante a constituição de toda uma narrativa que visa legitimar e reforçar a necessidade de reforma da educação de base neoliberal. A esse respeito Ball (2014, p. 120) destaca que

> ideias de políticas não se movem no vácuo, elas são criações sociais e políticas que são contadas e recontadas em micro-espaços de políticas. [...] Esses microe-spaços de políticas são configurações preeminentes e eventos de falas e de trocas onde a confiança é construída, e os compromissos e os negócios são feitos.

Foi assim com todas as propostas de reformas educacionais desde o Golpe de 2016. Assim, são complexos e urgentes de serem enfrentados, com as armas do pensamento crítico, os desafios e as perspectivas postas pelas (de)formações do ensino e da profissão docente de Geografia e da Educação nacional como um todo. Contra isso tudo isso e por isso tudo precisamos resitir se quisermos existir.

Dentro desse contexto, é oportuno reforçar aquilo que alguns autores já chamaram a atenção. Inicialmente se destaca Santos (2007, p. 57), para quem:

> A educação corrente e formal, simplificadora das realidades do mundo, subordinada à lógica dos negócios, subserviente às noções de sucesso, ensina um humanismo sem coragem, mais destinado a ser um corpo de doutrina independente do mundo real

> que nos cerca, condenado a ser um humanismo silente, ultrapassado, incapaz de atingir uma visão sintética das coisas que existem, quando o humanismo verdadeiro tem de ser constantemente renovado, para não ser conformista e poder dar resposta às aspirações efetivas da sociedade, necessárias ao trabalho permanente de recomposição do homem livre, para que ele se ponha à altura do seu tempo histórico (SANTOS, 2007, p. 57).

É fundamental pensar na "geografização da cidadania" (SANTOS, 2007, p. 150), pois "há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra" (SANTOS, 2007, p. 151). A BNCC trata todos os lugares do território nacional como se fossem todos iguais, como de igual modo fazem seus manuais e receitas que chegam até às escolas e aos(às) professores(as). Assim, "[...] é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescinde do componente territorial" (SANTOS, 2007, p. 144).

No contexto das Bases Curriculares e de (De)Formação Docente a elaboração do processo da não produção da cidadania, logo do não cidadão no Brasil, fica mais evidente. Isso porque, como diria Santos (2007, p. 25),

> Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como [...] a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social.

A BNCC é um reforço a essa não produção da cidadania em nosso país, pois ela e toda a política curricular e de formação de professores faz parte de um pacote político preestabelecido em que ficam muito claras as definições de que tipo de sujeito importa e que tipo de sujeito é descartável. Isso é típico da "Necropolítica", a qual nos vai falar Mbembe (2011; 2016) e também Santos (2010), quando fala da relação entre empresas globais e a morte da política.

Por esse motivo é importante destacar Monbeig, Azevedo e Carvalho (1935, p. 24) , para quem, já há algum tempo, afirmaram:

> Antes de tudo, é preferível conhecer bem poucas coisas do que saber mal muitas outras. Em segundo lugar, cumpre ter presente que o ensino secundário é um ensino de cultura geral e não de especialidades; cada educador, qualquer que seja a matéria que venha a ensinar, não deve jamais esquecer que sua missão consiste em formar personalidades e não recrutar geógrafos, matemáticos ou naturalistas.

As análises acerca dessas normativas educacionais ainda nos despertam para a necessidade de refutar a formação do(a) professor(a) improvisada tal qual se propõe a BNC-Formação. Nesse sentido, já nos alertou Mombeig (1956, p. 22): "Ninguém pode improvisar-se professor. [...]. Nenhum professor de geografia pensaria em se improvisar engenheiro ou advogado. A recíproca deveria ser verdadeira".

Esta discussão também nos é apresentada por Freire (2001, p. 259-260), para quem,

> A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se

> tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática.

Portanto, é preciso uma contra-hegemonia no que diz respeito à gestão política educacional posta pela BNCC, reforma do Ensino Médio e BNC-Formação. É urgente se romper com certos paradigmas que consideram o planejamento, a execução e a avaliação como coisas separadas, aquele que considera a Geografia Escolar como tributária da Geografia Acadêmica e aquele paradigma que considera que a formação docente só pode ser possível se a universidade for o centro. Precisamos romper com essa visão dicotômica que reforça as desigualdades presentes nas práticas e concepções escolares, que sustentam as visões contidas nas políticas educacionais, sobretudo as de currículo. É necessário o paradigma que tenha o pensamento crítico, radical, a epistemologia como a base e o ensino do pensamento geográfico como intersubjetivação do trabalho docente, para que assim seja ensinado aos jovens e futuros profissionais da Geografia a pensarem geograficamente para no mundo saberem agir e combaterem.

Considerações Finais

Um lugar para a Geografia no contexto das bases nacionais comuns curriculares do ensino e da (de)formação docente precisa da reafirmação de lutas por reconhecimento da educação como direito e não como mercadoria. Uma educação criadora de autonomias emancipacionistas, fundamentadas em aportes teóricos, filosóficos, epistemológicos, antropológicos, estéticos, éticos e político-pedagógicos, com vista ao empoderamento dos sujeitos sociais,

principalmente "[...] aqueles silenciados por uma educação historicamente autocentrada e excludente, tomando como problemática a distribuição social dos conhecimentos eleitos como formativos" (MACEDO, 2013, p. 428).

A necessidade do pensamento crítico, radical e contextualizante acerca das mudanças educacionais enfocadas neste texto evidenciam o ressurgimento de décadas de retrocessos educacionais nestes últimos poucos anos no Brasil, diga-se de 2016 pra cá, 2022. Pelas análises se constata que, revestidas de terminologias inovadoras, tais reformas educacionais se configuram, por um lado, em antigas pretensões político-econômicas, em cuja gênese está o descentramento e a desconstrução de uma formação crítica e, por outro lado, estão alinhadas às atuais mudanças no mundo do trabalho, ameaçando o futuro da Disciplina e Ciência Geográfica com a despolitização das massas.

Isso nos fez perceber que os elementos abordados no texto chamam a atenção para aspectos estruturantes que qualificam o lugar da Geografia como disciplina escolar, acadêmica e formação cidadã e profissional imprescindíveis, o que requer de nós profissionais da área a defesa disso e não deixar essa "boiada passar" com seus estragos profundos. Daí a necessidade de mais pesquisas e construção de frentes de resistências.

Diversas problemáticas podem ser investigadas em trabalhos futuros, contribuindo assim, para o entendimento cada vez maior da Geografia Escolar e currículo no cenário das políticas públicas em curso no país. As pesquisas podem e devem enfocar problemas como: qual o sentido de edcação que iremos propor em um quadro de violência e em uma sociedade marcada pelo genocídio? Como pensar a educação nesse contexto de necropolítica? Qual o Ensino de

Geografia está se hegemonizando com a BNCC? Qual será nossa postura diante isso tudo em relação ao esvaziamento da Geografia pretendida nesses documentos curriculares oficiais? Como ficará a formação do(a) professor(a) de Geografia com as Diretrizes Curriculares de Geografia? Como está se dando o conhecimento geográfico nas escolas de Ensino Médio após sua reforma?

É preciso estudos e pesquisas que evidenciem o porque de o currículo da educação básica, tal qual está estruturado, impõem a "readequação" dos currículos das especialidades universitárias, como se percebe naqulo que se propõem a BNC-Formação e as Diretrizes Curriculares de Geografia em construção no CNE, já que "o currículo do ensino obrigatório não tem a mesma função que o de uma especialidade universitária [...]" (SACRISTÁN, 2000, p. 15). Assim é preciso investigações que desvelem os porquês da padronização da formação docente em obediência às bases nacionais comuns curriculares e, no caso da Geografia, por que da criação de diretrizes curriculares próprias a este campo do conhecimento em obediência a essas bases nacionais comuns curriculares?

No campo da Geografia Escolar, a BNCC nega a complexidade da Geografia e da Escola Pública brasileira. Com essa proposta curricular há cada vez mais a negação da escola no Brasil, uma vez que seus formuladores vão buscar na realidade de outros países as formas da proposta da Base, esvaziando a "geografização da cidadania" (SANTOS, 2007, p. 150) no país.

É preciso (re)conhecer o caráter de disciplina da Geografia, pois no contexto de diluição desta em (re)formas educativas trajadas de interdisciplinares ou outros neologismos, essa reafirmação é necessária para que os limites do conhecimento sejam reconhecidos e a busca por soluções se deem com ancoragem teórica,

epistemológica e metadisciplinar e não com uma miscelânia de supostos conhecimentos.

Este ensaio nos desperta ainda para o fato de que "Graças ao seu campo de estudo, ao seu método de trabalho, a geografia tem lugar no ensino" (MONBEIG, 1956, p. 21). Com este autor aprendemos que essa disciplina e ciência desenvolve nos jovens qualidades intelectuais extremamente úteis para o pleno desenvolvimento de suas personalidades no quadro social em que se encontram insediros(as). A geografia é uma das formas do humanismo moderno e da crítica do mundo. Sua função na Educação Básica (escola) e na Universidade está, dentre outras possibilidades em permitir "saber pensar o espaço para saber nesse se organizar, para saber ali combater" (LACOSTE, 2015, p. 177), ações extremamente necessárias ao contexto brasileiro do pós-Golpe de 2016.

Os debates necessários a essas situações que estamos vivendo precisam se fazer nos departamentos de Geografia, embasados nas armas do pensamento crítico (perguntas essenciais) com vistas a desvelar o que a ideologia neoliberal busca ocultar: *O que*, de fato é esse projeto de educação que avança no país destruindo as disciplinas escolares e enfraquecendo a(s) ciência(s)? *Como* ele se estrutura? *Onde* está ancorado? *Quando* começa a ser estruturado? *Para que* finalidade se destina?

Além disso, e, por fim, há de destacarmos que, muitas vezes, em nome de um produtivismo que nos assola preferimos logo adequar nossos Projetos Pedagógicos de Curso às deformações da formação que uma política educacional alheia à preocupação real com a Educação de qualidade almeja. Isso é preocupante, porque é uma ação de legitimação dessa política curricular contemporânea imposta

pelo projeto de política de morte e destruição das instituições em voga em nosso país.

Referências

AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024:** avaliação e perspectivas. Recife: Biblioteca ANPAE, 2018. 59 p.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia, ciência da sociedade:** uma introdução à análise do pensamento geográfico. 2. ed. Recife: Editora da UFPE, 2008. 244 p.

ANFOPE. **I Encontro Nacional:** reformulação dos cursos de preparação de recursos humanos para a educação. Belo Horizonte, novembro de 1983. 8 p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). 2019. ***Uma Formação Formatada*: posição da anped sobre o "texto referência - diretrizes curriculares nacionais e base nacional comum para a formação inicial e continuada de professores da educação básica** . Disponível em: https://www.anped.org.br/news/posicao-da-anped-sobre-texto-referencia-dcn-e-bncc-para-formacao-inicial-e-continuada-de. Acesso em 11 de ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). **Dialogar e resistir:** porque dizemos não à nova Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: http://files.agb-belohorizonte.webnode.com.br/200000459-cbeafcce42/DIALOGAR%20E%20RESISTIR.pdf. Acesso em 02 de jul. 2021. 15 p.

AZEVEDO, L. C. L. de.; GIORDANI, A. C. C. Diversidade e diferença nos currídulos de Geografia da Banase Nacional Comum Curricular. In.: OLIVEIRA, A. M. V. de M. et al. (Orgs.) **Diálogos críticos** - *Volume 4*: Diversidade e autonomia x padronização e con-trole na educação pública: projetos em disputa [recurso eletrônico]. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2021. p. 84-125.

BALL, S. J. **Educação Global S. A**.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa, Brasil: UEPG, 2014. 270 p.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em 04 de jul. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Secretaria de Educação Básica/MEC, 1997. 126 p.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília:** MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file. Acesso em 02 de jul. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e dá outras providências.

_____. **Lei nº 13.005, de 20 de 25 de junho de 2014.** Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 04 de jul. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017. Versão Final. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 de jul. 2021. 596 p.

_____. Ministério da Educação. ***Edital de convocação 01/2017–CGPLI: Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2019.*** Brasília, 2019. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/. Acesso em 02 de jul. 2021.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file. Acesso em 02 de jul. 2021.

_____. **BNC-formação: Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file. Acesso em 02 de jul. 2021.

_____. **Portaria nº 411, de 17 de junho de 2021.** Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-411-de-17-de-junho-de-2021-326511393. Acesso em 02 de jul. 2021.

_____. **Portaria nº 412, de 17 de junho de 2021.** Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3559/portaria-mec-n-412. Acesso em 02 de jul. 2021.

_____. **Edital nº 35, de 21 de junho de 2021 programa institucional de fomento e indução da inovação da formação inicial continuada de professores e diretores escolares.** Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-35-de-21-de-junho-de-2021-327345162. Acesso em 02 de jul. 2021.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CNE. **Diretrizes Curriculares** – *Geografia*. 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/audiencias-e-consultas-publicas. Acesso em 02 de jul. 2021.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA (CCJ). ***Projeto de Homeschooling.*** Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/771015-ccj-aprova-projeto-que-permite-homeschooling. Acesso em 02 de jul. 2021.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Militarização das escolas – programa nacional das escolas cívico-militares**. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/12/divulgadas-regras-que-regulamentam-a-implantacao-das-escolas-civico-militares-em-2021. Acesso em 02 de jul. 2021.

CALLAI, H. C. **A Formação do Profissional da Geografia.** 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003. 168 p.

CALVINO, Í. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras: 2007. 279 p.

CASTELLAR, S. M. V.; JULIASZ, P. C. S. Educação Geográfica e Pensamento Espacial: conceitos e representações. **ACTA Geográfica**, p. 160–178, 2017. Boa Vista, Edição Especial. Disponível em: https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4779. Acesso em 02 de jul. 2021.

CAVALCANTI, L. de S. **O Ensino de Geografia na escola.** Campinas (SP): Papirus, 2012. 208 p.

_____.*Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 18. ed. Campinas (SP): Papirus, 2014. 192 p.

_____. **Pensar pela Geografia:** ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019. 232 p.

CHAUÍ. M. **O que é ideologia.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 119 p.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, 2, 1990. p. 177-229.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 15 – 35.

COUTINHO, J. A. O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil. In: SANTOS, L. A.; BACCEGA, M. V. de A.; SAMPAIO MATEUS, Y. G. A. (Orgs.). **O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil.** [recurso eletrônico]. São Luís: EDUFMA, 2021. p. 6-8.

DUARTE, R. G. **Educação geográfica, cartografia escolar e pensamento espacial no segundo segmento do Ensino Fundamental.** Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112016-135000/en.php. Acesso em 02 de jul. 2021.

FARIAS. P. S. C. A reforma que deforma: o novo ensino médioe a geografia. **Pensar Geografia,** v. I, nº. 2. Dezembro de 2017. Disponível em: http://natal.uern.br/periodicos/index.php/PGEO/article/view/747/660. Acesso em 27 de fev. 2022. p. 129-149.

FONSECA, F. P. **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a geografia:** análise das discussões sobre o papel da cartografia. Tese (Tese de Doutorado) — FFLCH/USP, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09082010-130954/publico/2004_FernandaPadivesiFonseca.pdf. Acesso em 02 de jul. 2021.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 79 p.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

_____. **Carta de Paulo Freire aos Professores. Ensinar, aprender:** leitura do mundo, leitura da palavra. Revista Estudos Avançados. vol. 15 nº. 42 São Paulo May/Aug. 2001. p. 259-268. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a13.pdf. Acesso em 16 de fev. 2021.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** 6. ed. São Paulo : Cortez, 2010.

_____. Entrevista. In: **Portal de Periódicos da Fiocruz.** 2016a. Disponível em: https://periodicos.fiocruz.br/pt-br/content/gaudencio-frigotto. Acesso em 27 de fev. 2022.

_____. Reforma de ensino médio do (des)governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. 2016b. In : **Movimento, revista de educação** Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32621/18756. Acesso em 27 de fev. 2022.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 270 p.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade.** 8. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010. 368 p.

_____. **Quadros geográficos.** Uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017. 158 p.

GOODSON, I. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Teoria & Educação,** 2, 1990. p. 230-254.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** n° 1 jan./jun. 2001. p. 9-43.

LACOSTE, Y. **A geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19. ed. Campinas/SP: Papirus, 2015. 240 p.

LESTEGÁS, F. R. Concebir la geografía escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. **Boletín de la A.G.E.** N.º 33, 2002. p. 173-186.

MACEDO, R. S. Atos de Currículo: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares. **Revista Currículo sem Fronteiras,** v. 13, n. 3, p. 427-435, set./dez. 2013. Disponível: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/macedo.pdf . Acesso em 01 de jul. 2021.

MBEMBE, **A. Necropolítica. Seguido de sobre el gobierno privado indirecto.** España: Melusina, 2011. 120 p.

_____. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. *Revista do ppgav/eba/ufrj.* n. 32. dezembro 2016. Disponível em https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993. Acesso em 02 de jul. 2021.

MONBEIG, P.; AZEVEDO, A.; CARVALHO, M. da C. V. O ensino secundário da Geografia. *Geografia*. São Paulo: AGB, 1935.

MONBEIG, P. **Papel e valor do ensino da Geografia e de sua pesquisa. IBGE** – Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1956. p. 5-27.

MORAES, A. C. R. **Geografia:** pequena história crítica. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 152 p.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In_____.**Pensar e ser Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2007. 192 p.

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. *Revista Educacion*. Madrid: 2009. Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf Acesso em 22 jun. 2021.

_____.Devolver a formação de professores aos professores. **Cadernos de Pesquisa em Educação** - PPGE/UFES. Vitória, ES. a. 9, v. 18, n. 35, p. 11-22, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, A. M. V. de M. et al. (Orgs.) **Diálogos críticos - Volume 4:** Diversidade e autonomia x padronização e con-trole na educação pública: projetos em disputa [recurso eletrônico]. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2021. 374 p.

OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1993. 144 p.

_____. Geografia e ensino: os parâmetros curriculares nacionais em discussão. In: CARLOS, A. F. A., OLIVEIRA, A. U. de. (Orgs.). **Reformas no mundo da educação**: parâmetros curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999. p. 43-67.

RAMOS, M. N. **Pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 320 p.

SACRAMENTO, A. C. R. **O currículo na construção do conhecimento geográfico:** um estudo da ação docente de duas escolas estaduais de São Paulo. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007. 291 p.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 352 p.

SILVA, T. T. da (org). Teorias do currículo: o que é isto ?. In: **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp. 11-17.

SANTOS, J. E. dos. *O lugar da Geografia na BNCC e na Reforma do Ensino Médio*: aprofundamento de deficientes cívicos. **Anais**... VII ENALIC; VII Encontro Nacional das Licenciaturas; VI Seminário do PIBID e I Seminário do Residência Pedagógica. Fortaleza/CE, 2018.

_____. **Desordem e regresso: a "nova" reforma do ensino médio e a deficiência cívica sem o saber pensar o espaço e sem o saber nele agir.** *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Santa Maria/RS, v. 23, e4, p.1-48 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/30993/pdf. Acesso em 27 fev. 2022.

SANTOS, M. Os deficientes cívicos. In:_____. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 149-152.

_____. **O retorno do território.** En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf. Acesso em 27 de dez. 2012. p. 251-261.

_____. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Espaço e método.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos; 12). 120 p.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008a. (Coleção Milton Santos; 2). 285 p.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008b. (Coleção Milton Santos; 11). 176 p.

_____.**Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2008c. (Coleção Milton Santos; 2). 285 p.

_____.**A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos; 1). 392 p.

_____.**Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010. 176 p.

SAVIANI. D. **O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991-2001).** In_____.**História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013. (Coleção memória da educação). p. 425-442.

SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região:** fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: APESP/LABOPLAN-USP. 1999. 488 p.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação.** Jan/Fev/Mar/Abr 2000 Nº 13. Disponível em: http://www.ergonomia.ufpr.br/Metodologia/RBDE13_05_MAURICE_TARDIF.pdf. Acesso em 22 de jun. 2021. p. 5-24.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001. 496 p.

Submetido em: 20 de agosto de 2021.

Devolvido para revisão em: 15 de fevereiro de 2022.

Aprovado em: 02 de março de 2022.

SANTOS, J. E. dos. Um lugar para a geografia: contra as bases do ensino e da (de)formação docente. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 329-369, Jan.-Jun./2021.

AFINAL, PARA ONDE CAMINHA O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DE REFORMA DO ENSINO MÉDIO E IMPLANTAÇÃO DA BNCC?

AFTER ALL, WHERE IS GEOGRAPHY TEACHING GOING IN THE CONTEXT OF HIGH SCHOOL REFORM AND BNCC IMPLEMENTATION?

DESPUÉS DE TODO, ¿A DÓNDE SE DIRIGE LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA EN EL CONTEXTO DE LA REFORMA DE LA ESCUELA SECUNDARIA Y LA IMPLEMENTACIÓN DEL BNCC?

Daniel Rodrigues Silva Luz Neto
Universidade de Brasília (UnB)
E-mail:danieltabuleiro1@gmail.com

Resumo:
No Brasil, as reformas educacionais têm se voltado para atender às novas dinâmicas do capitalismo neoliberal, principalmente as do Ensino Médio, tanto para incorporar essa etapa escolar como ativo do mercado quanto para formar com o foco na dinâmica da competitividade na nova perspectiva do capital neoliberal. Nesse sentido, objetiva-se analisar para onde caminha o ensino de Geografia com a reforma do Ensino Médio e a implantação da BNCC. Para tanto, utiliza-se a abordagem qualitativa na análise dos dados, que foram produzidos por meio da realização de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam que o ensino de geografia frente à reforma do Ensino Médio e a BNCC caminha para a perda de espaço – de conteúdo, de categorias de análise, de carga horária, entre outros. Por outro lado, ela é um dos instrumentos intelectuais potenciais na contribuição na defesa de um outro Ensino Médio pautado em uma perspectiva de construção de sociedade emancipada.

Palavras-chave: Geografia, reformas, neoliberalismo, diluição, perda, emancipar.

Abstract:
In Brazil, educational reforms have focused on meeting the new dynamics of neoliberal capitalism, especially in high school, both to incorporate this school stage as a market asset and to form with a focus on the dynamics of competitiveness in the new perspective of neoliberal capital. In this sense, the objective is to analyze where the teaching of Geography is heading with the reform of High School and the implementation of the BNCC. For this purpose, a qualitative approach is used in the analysis of data, which were produced through bibliographic and documentary research. The results show that the teaching of geography in the face of the reform of high school and the BNCC is heading towards the loss of space – content, analysis categories, workload, among others. On the other hand, it can be one of the potential cognitive instruments to contribute to the defense of another high school based on a perspective of building an emancipated society.

Keywords: Geography, reforms, neoliberalism, dilution, loss, emancipate.

Resumen:
En Brasil, las reformas educativas se han enfocado en enfrentar las nuevas dinámicas del capitalismo neoliberal, especialmente en la escuela secundaria, tanto para incorporar esta etapa escolar como un activo en el mercado como para formar con un enfoque en las dinámicas de competitividad en la nueva perspectiva del neoliberalismo. capital. En este sentido, el objetivo es analizar hacia dónde se encamina la enseñanza de la Geografía con la reforma del Bachillerato y la implementación del BNCC. Para ello, se utiliza un enfoque cualitativo en el análisis de los datos, que fueron producidos a través de la investigación bibliográfica y documental. Los resultados muestran que la enseñanza de la geografía de cara a la reforma del bachillerato y el BNCC se encamina hacia la pérdida de espacio - contenidos, categorías de análisis, carga de trabajo, entre otros. Por otro lado, puede ser uno de los potenciales instrumentos cognitivos para contribuir a la defensa de otro bachillerato desde una perspectiva de construcción de una sociedad emancipada.

Palabras-clave: Geografía, reformas, neoliberalismo, dilución, pérdida, emancipación.

Introdução

As mudanças no cenário do mundo globalizado implicam mudanças em diversos aspectos da sociedade, como no econômico, no político e no cultural. Esse cenário passa a ter uma conotação ofensiva de ações geoeconômicas para uma nova racionalidade da economia capitalista, principalmente a partir da década de 1990. Dessa vez, inserida em um modelo econômico da acumulação flexível com ações

políticas neoliberais cada vez mais perversas que buscam atingir todos os setores da sociedade.

Nesse cenário, com as políticas educacionais no Brasil não foi diferente, pois a reforma do Ensino Médio se direciona para a nova racionalidade do capitalismo neoliberal, tanto pela lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, quanto pela homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pela Portaria n° 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146.

A lei nº 13.415 e a BNCC trazem como concepção a ideia de competências e habilidades focadas em perspectiva de tendência pedagógica tecnicista, que se volta para a formação técnica em detrimento da perspectiva de formação integral – intelectual, afetiva e social. Para isso, o Ensino Médio passa a ser direcionado para o desenvolvimento da perspectiva formativa de competências, excluindo conteúdos e espaços das disciplinas escolares, como o da Geografia, por exemplo.

Com isso, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática passam a constar dos currículos como as únicas obrigatórias, e as demais são consideradas itinerários formativos. Desse modo, a etapa do Ensino Médio passa a ter 60% da formação geral e 40% da formação diversificada. Assim, enxugam-se disciplinas historicamente relevantes para a formação dos estudantes em prol da formação técnica, a qual pode ser realizada na escola em parceria com outras instituições.

Desse modo, constata-se a perda de horas, conteúdos e a diluição de algumas disciplinas que, ao invés de serem ciências no currículo, passam a compor os itinerários formativos em grandes áreas do conhecimento. Assim, a disciplina específica do currículo do novo Ensino Médio não é mais uma disciplina obrigatória com suas particularidades e contribuição para a formação dos educandos, mas uma área do conhecimento que constitui um itinerário formativo, que não será obrigatório.

Diante desse cenário, objetiva-se analisar para onde caminha o ensino de Geografia diante da lei nº 13.415, que trata da reforma do Ensino Médio e da implantação da BNCC. Para tanto, utiliza-se a abordagem qualitativa, tanto na produção das informações empíricas como na análise dos resultados, pois ela permitiu a produção de significados no tratamento dos dados. Assim sendo, realiza-se a pesquisa bibliográfica da reforma do Ensino Médio e da BNCC.

O trabalho estrutura-se nos seguintes eixos de discussão: o primeiro tem como intenção discutir a nova racionalidade do capitalismo global nas reformas

educacionais neoliberais; o segundo discute a lei nº 13.415, que trata da reforma do Ensino Médio e a implantação da BNCC no Brasil; o terceiro analisa à luz dos fundamentos teóricos a pesquisa bibliográfica sobre a reforma do Ensino Médio e a BNCC para onde caminha o ensino de Geografia; o quarto sintetiza as principais ideias nas considerações finais.

As reformas educacionais neoliberais contemporâneas

A educação formal tem a função de promover a construção de conhecimento, pois é um instrumento de empoderamento dos sujeitos com vistas à transformação da sociedade. Sem a educação formal, muitos processos sociais teriam que praticamente começar do zero o tempo todo (YOUNG, 2007). Para o autor, a escola tem o papel social de promover a aquisição de conhecimentos, principalmente conhecimentos poderosos que contribuem para a emancipação dos sujeitos.

Freire (2015) entende a educação emancipadora como uma prática da liberdade, que possa propiciar aos sujeitos a tomada de consciência sobre as condições históricas da existência. Ela pode se constituir de um instrumento de libertação para que os oprimidos possam tomar consciência de situações contraditórias de opressão. A partir disso, possa construir práticas libertadoras em prol de ações que busquem a construção de uma sociedade justa para todos.

Por outro lado, há uma coexistência de conhecimento junto às classes mais ricas, as quais orientam projetos de sociedade com intencionalidades, principalmente de manutenção do *status quo* (YOUNG, 2007). Assim, a escola tem um papel central aliado às outras instâncias da sociedade. Para Young (2007, p. 128), "quanto às escolas, sem elas, cada geração teria que começar do zero ou, como as sociedades que existiram antes das escolas, permanecer praticamente inalterada durante séculos".

Em coexistência com a função social da escola, que é a de aquisição de conhecimento que empodere os sujeitos, há os grupos sociais pró mercado de trabalho capitalista, os quais disputam essa função e tentam inseri-la na lógica mercadológica, como o ensino vocacional, e que forme a classe trabalhadora para as atividades laborais simples (YOUNG, 2007).

No sentido neoliberal, para o autor, as escolas são tratadas como agências que devem apresentar resultados. Assim, as escolas são controladas por metas, tarefas e notas, e isso provoca tanto desgastes dos professores como dos alunos, que começam

a ficar entediados das aulas, além da inserção em lógica mercadológica neoliberal de competitividade.

Nessa lógica neoliberal, vende-se uma falsa ilusão de que a competição e a privatização dos serviços essenciais são a solução para os problemas sociais. Dessa forma, "[...] o mercado oferecia a melhor solução para a melhoria dos setores público e privado – e da educação em particular" (YOUNG, 2007, p. 1290).

A concepção economicista intensifica a necessidade da inserção das pessoas no mercado global. Na dimensão da educação, tem se direcionado para a reforma global educacional (GERM) iniciada nos Estados Unidos, na década de 1990, e vem sendo expandida para vários outros países, entre eles, os da América Latina. Com isso, há uma conexão entre GERM e o direcionamento para a formação do mercado de trabalho (ALEXANDER, 2012). Sendo assim, considera-se que palavras que aparecem nos currículos escolares, como empreendedorismo, habilidades socioemocionais e mundo dos negócios, não são obra do acaso.

De acordo com Alexandre (2012), a avaliação da aprendizagem dos alunos na concepção do GERM é feita pelas notas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), que tem como foco a mensuração de desempenho baseando-se em leitura, matemática e ciências. Conforme essa perspectiva de reforma global, o sucesso dos alunos, de sistemas educacionais, professores e gestores escolares é o indicado pela nota no PISA em detrimento de outras formas de avaliação qualitativa. Outro fator preocupante é a ausência das outras ciências, como, por exemplo, as humanas.

O GERM traz também muitos receituários para que os países considerados fracassados no PISA possam superar seus desafios. Conforme Alexander (2012), O GERM traz cinco maneiras para serem direcionadas para o ensino, a saber: padronização do ensino e aprendizagem; foco nas habilidades básicas de alfabetização e matemática; pedagogia prescritiva, aliada à perda da autonomia dos professores; modelo de gestão corporativa aliada ao mundo dos negócios globais; e os índices de provas e notas padronizadas como forma de contratar e demitir professores.

Cabe-se ressaltar que, por trás dessa reforma global, há outra que, por sua vez, a induziu: a reforma econômica. O consenso de Washington, que ocorreu em 1989, em Washington, nos Estados Unidos, teve como propósito traçar reformas e construir diretrizes para os países pobres, entre eles, os da América Latina

(SAVIANI, 2018). Para o autor, essas diretrizes implicaram "[...]no campo econômico, a elevação ao status de valor universal de políticas como o equilíbrio fiscal, a desregulação dos mercados, a abertura das economias nacionais e a privatização dos serviços públicos; no campo político, a crítica às democracias de massa" (SAVIANI, 2018, p. 293).

Na concepção de Libâneo (2012), no Brasil também não tem sido diferente, pois, para ele, as orientações educacionais presentes no país se alinham aos projetos educacionais de caráter neoliberal, principalmente a partir da década de 1990. Na Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia, foram selados os rumos da educação pública no Brasil em um movimento financiado por grandes corporações internacionais, como o Banco Mundial.

Para o autor supracitado, a partir do projeto de educação proposto em Jomtien, cria-se um dualismo perverso na escola pública brasileira, pois se intensifica a desigualdade de acesso aos bens culturais dos conhecimentos científicos, com a escola do conhecimento para os ricos e do acolhimento para os pobres.

Esse dualismo perverso se dá porque as escolas particulares continuaram dando acesso aos alunos a todos os conhecimentos escolares, para que eles sejam aprovados nas universidades e em concursos públicos. Por outro lado, com a escola pública voltada para a resolução de questões a fim de atender aos anseios das avaliações quantitativas exógenas, como, por exemplo, as do PISA, e a formação para o mercado de trabalho aligeirada, os estudantes perderão a possibilidade de aquisição ampla de conceitos científicos.

Katuta (2019) ratifica essa discussão realizada por Alexander (2012) sobre a influência neoliberal em âmbito global e, no âmbito brasileiro, por Libâneo (2012). Para Katuta (2019), essas influências se dão com maior intensidade pós-década de 1990, por meio de reformulações nos documentos curriculares da educação básica no Brasil, entre eles, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a BNCC. Dessa forma,

> No presente texto, abordamos as reformas curriculares neoliberais que ocorreram no Brasil entre os anos 1990 (Parâmetros Curriculares Nacionais/PCNs, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação no dia 03 de agosto de 1998 e homologado pelo ministro da educação em 03 de novembro de 1998) a 2017 (Base Nacional Comum Curricular/BNCC, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação no dia 15 de dezembro de 2017 e homologada pelo ministro da educação no dia 20 de dezembro de 2017), suas lógicas de

> elaboração e fortalecimento pelo mercado e desdobramentos na interdição do trabalho autônomo em sala de aula, na formação de professores e na educação básica, evidenciando o quanto esta política foi estratégica para a interdição da educação desde o campo popular nas escolas, portanto, de projetos emancipatórios construídos histórica e coletivamente (KATUTA, 2019, p. 91).

Assim, conforme Katuta (2019), evidencia-se um caráter avassalador da interferência do mercado e ataques aos projetos de sociedade emancipatória. Entre tais influências, destaca-se a diluição das ciências humanas que cumprem também um papel relevante nessa construção, como é o caso da Geografia. Essa, por sua vez, potencializa a análise e a interpretação das práticas espaciais de forma crítica pela mobilização do pensamento geográfico – operar com elementos estruturantes desse modo de pensar, como conceitos (espaço, paisagem, território, lugar, região, entre outros) e princípios lógicos (localização, rede, escala, conexão, delimitação, extensão, posição, entre outros) da Geografia, bem como diferentes linguagens (exemplo, a linguagem cartográfica).

Além disso, de acordo com Katuta (2020), a própria autonomia universitária está ameaçada, uma vez que a diretrizes curriculares da BNC-formação, homologada em 2019, para a formação inicial dos professores, tem como referência a BNCC, que é fruto da reforma do Ensino Médio. Assim, a formação volta-se à preparação para aplicar a BNCC.

A reforma do Ensino Médio e a implantação da BNCC no Brasil

A reforma do Ensino Médio foi promulgada pela lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A lei também altera as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio por meio da Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018.

Essa lei foi implantada por medida provisória após o golpe jurídico-midiático-parlamentar de Estado de 2016, que destituiu uma presidenta eleita democraticamente em prol de um representante próximo aos interesses do mercado neoliberal de maneira mais frenética. Nesse cenário, emergiu a medida provisória da reforma do Ensino Médio no Brasil sem nenhuma discussão com a comunidade escolar e com a sociedade. Saviani (2018) ratifica essa afirmação quando diz:

> Retomando o espírito autoritário vigente na ditadura militar, o governo golpista baixou a reforma do ensino médio mediante Medida

> Provisória. Como responsáveis pelo Ensino Médio, conforme dispõe a LDB em vigor, os estados e o Distrito Federal deveriam ser consultados sobre a proposta de reforma desse nível de ensino. No entanto, nem mesmo foram informados, sendo surpreendidos com a entrada em vigor da referida reforma uma vez que, sendo baixada por medida provisória, passou a valer imediatamente após sua promulgação (SAVIANI, 2018, p. 302).

De acordo com o autor supracitado, logo que promulgada a medida provisória, emergiram diversas críticas de várias entidades, como o Fórum Nacional de Educação e os Conselhos de Educação estaduais e municipais. Diante dessa situação, em vez de ter aberto o debate, o governo provisório da época promoveu uma ofensiva de campanhas publicitárias com relatos de pessoas que teriam mudado de vida com o modelo a ser adotado.

A lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, traz como central, no artigo 1º, o aumento da carga horária do Ensino Médio, de 800 horas para a carga horária mínima de 1.400 horas, que não poderá ser superior a 1.800 horas. Assim, conforme o art. 1º:

> A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (BRASIL, 2017a).

A proposta geral lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, trata-se da perspectiva de escola de tempo integral (dois turnos) e está sendo imposta também para a escola de ensino regular (um turno), que constitui a maioria das escolas de Ensino Médio no Brasil. Conforme a lei nº 13.415, 60% da carga horária deverá ser para a formação geral básica, que inclui a carga horária de estudos e práticas de artes, filosofia, educação física, sociologia, matemática, língua portuguesa, língua estrangeira, ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas.

A lei em questão representa menos horas-aula para formação geral em conhecimentos científicos. Por exemplo, no Distrito Federal (DF), a carga horária total do Ensino Médio regular é de 3.000 horas para a formação geral dos estudantes. Com a reforma do ensino médio, os alunos passaram a ter 1.700 horas para a formação geral e 1.300 horas a menos na formação científica, que será destinada para a formação diversificada a ser realizada nas escolas ou em outras instituições e até menos outros profissionais não licenciados (notório saber).

Os outros 40% da carga horária são destinados para os itinerários formativos de arranjos diversificados voltados a projetos de arranjos locais (Estados, municípios) e que poderão ser mediados por profissionais de notório saber, conforme a lei nº 13.415, art. 44, inciso IV:

> Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado (BRASIL, 2017a).

Nota-se outro atraso em relação aos profissionais do notório saber, pois qualquer indivíduo que comprovar experiência em alguma habilidade técnica pode ser habilitado a dar aulas nas escolas públicas e privadas. Assim, basta apresentar um histórico de uma determinada habilidade técnica sem necessariamente ter uma formação de nível superior em licenciatura. Basta que as instituições analisem a comprovação e aceitem ou não o profissional de notório saber. Isso traz a lógica das competências e habilidades do saber-fazer defendidas por grandes organismos internacionais, como a Unesco, Banco Mundial, conforme explicita Beltrão (2019).

Dessa forma, o inciso IV do art. 44 da lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, atinge diretamente a carreira docente e os estudantes da escola pública ao não se exigir, em primeiro lugar, a formação adequada para atuar em sala de aula em vez de investir nos docentes das próprias redes (estaduais, municipais) na formação, nas condições de trabalho e na remuneração. Mesmo em cursos técnicos, a formação adequada é necessária.

Além disso, a formação sólida é um grande diferencial no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. No mesmo sentido, Shulman (2014) afirma que, para ensinar, é preciso ter uma base de conhecimentos para que se possa articular os aspectos que envolvem o amálgama dos processos educativos, conhecimentos didático-pedagógicos, disciplinar e do contexto do aluno.

Em segundo lugar, o notório saber atinge os estudantes das escolas públicas brasileiras porque compromete a sua formação intelectual, afetiva e social, já que essa formação constrói o profissional ao longo dos anos. A título de exemplificação, ninguém gostaria de ser consultado por um médico com o notório saber.

Outro ataque à escola pública e aos seus sujeitos dizem respeito à retirada de parte dos conhecimentos historicamente produzidos para inserir uma concepção de

projeto de vida individual (voltado para a racionalidade do neoliberalismo), em vez de projeto de sociedade emancipada, com um modelo de sociedade para a justiça social (acesso a condições materiais e imateriais) e a coexistência da pluralidade (negros (a), índios (a), periféricos (a), LGBT+, outros (a)). Para a BNCC do Ensino Médio, uma de suas competências é:

> Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar **escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida**, com liberdade, autonomia, consciência crítica e **responsabilidade** (BRASIL, 2017c, p. 565, grifo nosso).

Assim, a formação será voltada para um projeto de vida e não de sociedade emancipada (UCHOA *et al.*, 2020). Para Mészáros (2008), a educação deve ser direcionada para além do capital, pois o direcionamento para o capital é promover condições históricas produtoras da barbárie. Com base voltado para a competitividade empreendedora, logo o projeto de vida será voltado para o eu, e não para o nós. Isso reforça uma dimensão para a produção de barbárie e não para uma construção de um modelo de sociedade focado na humanização dos sujeitos, igualdades de condições e no respeito à pluralidade cultural.

Outro fator referente à lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, é a constatação da preocupação com a carga horária (mencionada anteriormente) em detrimento de outros aspectos mais centrais, condições de qualidade para o desenvolvimento dos sujeitos. Assim, defende-se que a preocupação para melhoria da educação deve perpassar para além do aumento de carga horária, como melhoria das condições de trabalho dos professores, melhoria de acesso e permanência dos estudantes na escola e valorização dos professores com melhores remunerações e planos de cargos e carreiras que valorize os docentes.

Além disso, essa lei desconsidera o perfil de boa parte dos estudantes do Ensino Médio público brasileiro, que tem carga horária de trabalho e não vive exclusivamente para estudar (BELTRÃO, 2019). Essa estrutura da reforma do novo ensino médio, portanto, desconsidera as condições sociais da maior parte dos jovens brasileiros, que não têm condições estruturais para se manter nas escolas, por ter que ajudar na renda familiar dividem o tempo de escola com trabalho. Logo, promoverá a evasão escolar de muitos estudantes da escola pública porque não terão

tempo de conciliação e tampouco de cursar estágios não renumerados, já que os mesmos precisam do dinheiro para manutenção da sobrevivência.

A formação superficial de muitos sobre as ciências em geral trará dificuldade de acesso à universidade pública e a concursos, já que as escolas privadas não irão excluir conteúdos essenciais (UCHOA *et al.*, 2020). Além disso, o perfil dos escolares da rede privada demonstra maiores condições de permanecer o dia todo na instituição.

Assim, a reforma do Ensino Médio e a BNCC são estratégicas, não são fruto do acaso, pois atingem diretamente os estudantes dos filhos da classe trabalhadora. Constata-se, portanto, que o *modus operandi* dessa reforma aumenta o dualismo perverso da escola pública brasileira, Para Libâneo (2012), esse dualismo se dar, pois de lado a escola particular das classes mais ricas mantém os conhecimentos cientificamente produzido pela sociedade, por outro lado, tentam-se diluir conhecimentos da escola pública. Assim se dar o dualismo, escola do conhecimento para os ricos e do acolhimento social para os pobres.

O documento normativo que irá definir o que será ensinado no Ensino Médio é a BNCC. Apesar de estar prevista na Constituição brasileira de 1988 e na própria LDB, constata-se que a reforma e a BNCC surgiram em contexto de forte fragilidade da economia brasileira, no qual, de acordo com Beltrão (2019), dá-se após o golpe jurídico-parlamentar e midiático que destituiu a presidenta eleita democraticamente em 31 de agosto de 2016. Após o episódio, ocorreu a imposição da reforma do Ensino Médio e depois da BNCC, que se encontra em implementação nos Estados e municípios.

A BNCC passa a ser a centralidade para definir direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio dos Estados e municípios no Brasil. Para a BNCC, o direito de aprendizagem tem como foco o desenvolvimento de competências e habilidades que guiarão toda a educação básica. Desse modo, esse documento normativo afirma ainda que a base visa a assegurar competências essenciais para os estudantes da educação básica. Ela compreende como competência a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos) e habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais) (BRASIL, 2017c). Essa definição está expressa da seguinte maneira:

> Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver

> demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017c, p. 8).

Conforme a definição da BNCC exposta, não se apresenta a perspectiva já debatida sobre a função da escola básica de formar o educando perspectiva integral (intelectual, social, afetiva e para o mundo do trabalho). Além disso, ao se debruçar sobre o documento, percebe-se uma tentativa de diluir essa definição para não deixar claro o projeto de sociedade que o documento almeja. A sua fundamentação sobre direito à aprendizagem é o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), organização da sociedade civil (OS), que define a aprendizagem como um conjunto de competências e habilidades.

O CENPEC define o sentido de competência e habilidades que fundamenta a BNCC. Esses fundamentos referentes às novas propostas educativas para Ensino Médio têm como fomentadores grandes organismos internacionais, conglomerados econômicos e instituições sociais, como: UNESCO, UNICEF, Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação Vanzolini, Fundação CASA, Instituto Votorantim, Fundação Fé e Alegria, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Expresso Itamarati e Samsung Electronics (CENPEC EDUCAÇÃO; 2021; 2015; UCHOA *et al.*, 2020).

Conforme a análise do documento do CENPEC, evidenciam-se elementos indicadores de influências de interesses econômicos, pois grandes organismos internacionais, como corporações financeiras, são fomentadoras desse documento. Quanto à definição de aprendizagem voltada para a concepção de competências e habilidades, o próprio documento denuncia, nas entrelinhas, sobre o modelo de educação preterido:

> O emprego do termo competência, ou a adoção da concepção do ensino por competência, é certamente – entre os princípios do currículo que se fixaram na virada do século como elementos da mudança de paradigmas das políticas educacionais – menos consensual e mais problematizado. Especialistas em educação têm afirmado que esse termo historicamente remete a uma concepção instrumental de ensino ou à **tendência tecnicista** que predominou na educação nos anos 1970 no Brasil que, tendo se alinhado à ênfase nas abordagens psicopedagógicas da aprendizagem, **preteriu a discussão do significado social** dos conteúdos das disciplinas escolares (CENPEC, 2015, p. 76, grifo nosso).

Dessa forma, constata-se que a tendência pedagógica desse grupo é a tecnicista, voltada para atender à nova racionalidade da economia capitalista

neoliberal, mesmo esse documento querendo não expressar suas intencionalidades de formação voltada para o mercado neoliberal ao dizer que preteriu aderir ao significado social de competências e habilidades.

Para Uchôa *et al.* (2020, p. 24), "a presença majoritária dos setores representantes privados no processo de construção e implementação da BNCC é reveladora de que tem o poder de definir a atual gestão do MEC". Logo, esses atores hegemônicos impõem sua concepção de formação empresarial e conquistam parte dessa etapa da educação básica, tornando-a um ativo de alta lucratividade por meio de pacotes de serviços educacionais privados (livros, *software*, gestão, apostilamentos, entre outros).

Desse modo, para Uchôa *et al.* (2020), as grandes corporações econômicas financiam seus projetos educacionais e defendem o direcionamento para a dinâmica global do neoliberalismo pelo viés da educação empresarial, como grandes conglomerados econômicos (UNESCO, UNICEF, Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação Vanzolini, Fundação CASA, Instituto Votorantim, Fundação Fé e Alegria, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Expresso Itamarati e Samsung Electronics, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, entre outras).

Esses grupos econômicos, por sua vez, anseiam que a educação seja voltada para atender às demandas do mercado econômico neoliberal em detrimento de uma concepção integral, onde se defende que a educação escolar não deve se direcionar somente para o mundo do trabalho, mas também para o desenvolvimento autônomo por meio de operações cognitivas baseadas em conceitos científicos, afetividade e também para o mundo do trabalho.

Desse modo, A BNCC insere-se em uma perspectiva da tendência pedagógica tecnicista em prol da nova racionalidade do capitalismo neoliberal. A despeito desse processo neoliberal na educação, Dardot e Laval (2016) dizem que essa perspectiva tem posto a educação formal como um lugar importante para se implementar a concepção de homem empresarial. Sendo assim, a formação dos sujeitos deve seguir a orientação de que todos podem ser empreendedores. Dessa forma, a cultura da empresa e o espírito do empreendedorismo devem ser apreendidos na escola, empreender para os autores tem muitos significados, mas a lógica neoliberal é empreender em uma perspectiva individualista e competitiva o tempo todo.

Para os autores supracitados, essa lógica da empresa na construção do homem empreendedor é direcionada para que ele seja bem sucedido no cumprimento de seus objetivos individualistas. Para isso, deve ser competitivo e buscar sempre a maximização dos seus resultados, sem medo de se expor aos riscos e assumindo eventuais fracassos.

Dessa forma, esse novo empreendedor volta-se para a terceirização, sendo o homem empresarial responsável por ter seu próprio negócio e atender às demandas do mercado neoliberal. Assim, o empregador não terá mais responsabilidade social e trabalhista com o empregado, pois o terceirizado será dono de si, apenas irá prestar um serviço na empresa, por exemplo: um professor prestador de serviço é cadastrado como um empreendedor e será contratado para dar aula particular para uma escola. Nesse modelo, o deslocamento e qualquer imprevisto será custeado pelo próprio docente, pois ele é um empreendedor. Logo, deverá custear sua própria empresa.

Situação essa que Antunes (2020) denomina de uberização, que significa precarização, instabilidade, ausência de proteção social. Assim, essas desregulamentações são trocadas pela construção do conceito de empreendedorismo com sentido neoliberal, que põe toda a responsabilidade para o sujeito, tornando-se um "quase burguês" ao explorar seu próprio trabalho.

Para Beltrão (2019), as reformas do Ensino Médio e a BNCC, nesse contexto, desqualificam os saberes científicos produzidos historicamente. Assim sendo, o movimento é para facilitar a privatização dos serviços educacionais e atender aos grandes conglomerados nacionais e internacionais que querem impor um modelo ideológico e vender pacotes educacionais (livros, *software*, formação de professores por *coach*, entre outros).

Nesse contexto, os jovens das classes populares ficarão cada vez mais desqualificados na formação integral. Isso porque muitos conteúdos deixarão de ser ensinados em prol do atendimento de outros que atendam à dinâmica intencionalmente mercadológica.

A reforma do Ensino Médio e a BNCC estão atreladas às diretrizes do mercado global capitalista, gestado pelos grandes organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco. Esses atores expõem em seus discursos aspectos de lacunas nas educações públicas dos países mais pobres, entre eles, os da América Latina.

Diante disso, eles trazem o foco na aprendizagem de competências e habilidades como forma de desenvolver os estudantes para se adaptar aos desafios (BELTRÃO, 2019). Sendo assim, o foco não é transformar a realidade, mas fazer com que os sujeitos possam ser culpabilizados pelo seu sucesso ou fracasso. Dessa forma, coloca-se que as possibilidades estão postas para todos, quem não consegue é porque deve tentar buscar mais qualificação e ainda não chegou sua vez.

A perspectiva como está posta pode privar o aluno de chegar ao ensino superior, pois muitos conteúdos serão privados dos jovens escolares. Dessa forma, o não acesso ao ensino superior é encarado como uma opção dos alunos, e não como uma negação da formação integral para que eles possam concorrer ao acesso a uma vaga em cursos de nível superior (BELTRÃO, 2019).

Por trás dessa redefinição curricular, existem grupos empresariais e organizações não governamentais na defesa de uma educação para o capital em detrimento do desenvolvimento integral dos sujeitos. Dessa forma, instituições como Instituto Ayrton Senna, Fundação Bradesco e Fundação Itaú trazem soluções para a educação pública (BELTRÃO, 2019).

Tais olhares e objetivos desses atores são distantes de uma perspectiva histórico-cultural que se defende. Desse modo, pesquisas acadêmicas e pesquisadores defensores de uma educação para a emancipação são desconsiderados desses projetos. Isso não significa que são todos os intelectuais, uma vez que existem muitos que deixam essa condição de intelectual progressista em prol de se aliar à educação para o capital.

Assim, as novas propostas são um neotecnicismo para a educação voltado para a formação técnica com o objetivo de formar mão de obra para atender às demandas do mercado. Nessa lógica, existem três aspectos que se conectam, a saber: meritocracia, responsabilização e privatização (BELTRÃO, 2019).

Ao nos referir ao neotecnicismo, significa dizer que no Brasil já se tentou fazer esse tipo de reforma voltada para a formação técnica, aligeirada e de mão de obra mais barata para atender ao capitalismo e que depois foi reformulada, como o foi a reforma do Ensino Médio por meio da lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Para Silva (2015), essa reforma de 1971 foi feita para atender ao capital fordista, mas fracassou, entre outros fatores, pela reestruturação do capitalismo fordista para o flexível e a pressão por acesso ao ensino superior cujo modelo profissionalizante defasou a dimensão da formação geral. Esse exemplo do passado

dá indicações de que a reforma de 2017 e a BNCC têm suas limitações, e da mesma forma que a reforma de 1971, pode ser revogada por meio de lutas e da própria dinâmica social e econômica.

Para Beltrão (2019), a adequação da BNCC trará diversos prejuízos para os alunos da classe trabalhadora, uma vez que eles não têm a mesma condição da classe dominante. Enquanto esses terão condições de realizar as atividades complementares da proposta, como ir ao cinema, ao teatro, viagens, entre outras.

Os jovens da escola pública ficarão mais com a sua prática pela prática, diminuindo assim a capacidade de formação na perspectiva de pensar por conceitos. E no ensino de Geografia, a perda no desenvolvimento do pensamento geográfico e, consequentemente, da possibilidade da mobilização dos conceitos e princípios lógicos, instrumentos intelectuais potentes para a análise da realidade na dimensão da espacialidade.

Além disso, criaram-se obstáculos para que os jovens pudessem se inserir nos cursos superiores por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares. Tal formação nessa perspectiva proposta da reforma do Ensino Médio retira pelo menos 50% dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, exceto Português e Matemática, e estreitam a formação. Assim, os conteúdos nesse quesito são postos de forma negativa e devem ser enxugados para uma perspectiva do aprender a aprender.

A nova proposta da reforma apresenta à sociedade por meio de propagandas que o aluno é protagonista de suas escolhas. Por isso a ideia dos itinerários formativos, em que ele escolherá o conhecimento que lhe convém. Tal perspectiva está pautada no aluno empírico, em necessidades imediatas. Assim, haverá uma perda concreta para o aluno com suas necessidades mais amplas dentro de seu contexto social, familiar e pessoal (BELTRÃO, 2019).

A BNCC destaca competências, habilidades, procedimentos e formação de atitude. Ao não destacar os conteúdos e o trabalho educativo de mediação, o documento traz uma perspectiva que visa a uma pedagogia para adaptar os alunos ao mercado de trabalho ou ao empreendedorismo (BELTRÃO, 2019).

A reforma traz a discussão de que o problema está no pedagógico sem comprovação científica. Ela também põe a culpa no currículo e nos seus conteúdos. Mas esquecem-se de dizer sobre as condições objetivas em que o Ensino Médio ocorre. As condições materiais decorrem de questões materiais, bem como dos professores

mal remunerados, que são forçados a uma carga horária excessiva para complementar a renda.

Os defensores desse modelo miram os países nórdicos, mas não se pode conseguir o mesmo padrão com o investimento que temos no Brasil para a educação, que atualmente passa por cortes de verbas e ausência de investimento na produção de conhecimento, como bolsa de mestrado e doutorado. Para esses defensores, uma das questões é que os jovens não têm um projeto de vida. Assim, ele não precisa entender o mundo do trabalho e suas contradições e possibilidades. Assim, a vítima, que é o aluno, passa a ser o culpado pelo seu desempenho e insucesso no mercado.

Tal reforma deturpa a função social da escola pública brasileira, com a invasão de atores sociais hegemônicos que querem estar junto para vender seus pacotes educacionais (livros, jogos educativos, apostilas, serviços de gestão empresarial). Essa reforma também põe a culpa no professor pelas questões estruturais. Assim, de acordo com essa visão, os problemas são decorrentes do pedagógico e não das condições materiais.

A reforma tira instrumentos do professor, como os conteúdos, formação para autonomia e atuação crítico-reflexiva. A redução de conteúdo ocorre porque é preciso reduzir custos e atender à demanda simples, formação de mão de obra simples. Por viés, em psicologia histórico-cultural, crítico social dos conteúdos ou histórico-crítica, os conteúdos são relevantes para estabelecer nexos com a realidade e construir conceitos científicos.

O ensino de Geografia frente à Reforma do Ensino Médio e a implantação da BNCC

Há em curso um ataque à ciência e aos conhecimentos científicos, entre eles, os conhecimentos geográficos, os quais são relevantes para a transformação social. Nesse sentido, diversos componentes escolares perdem espaço no currículo para dar visibilidade aos itinerários formativos, os quais se voltaram para a nova racionalidade do mercado capitalista neoliberal. Isto é, formar o sujeito com sentido de empreendedor e não emancipado, conforme Dardot e Laval (2016). Nesse sentido, o homem é formado em uma concepção filosófica de empresa capitalista neoliberal, que investe no trabalho de forma adaptativa e responsável pelos desafios fruto das contradições.

Na educação básica, a reforma do Ensino Médio apresenta indicadores de um movimento de desvalorização da Geografia, quiçá preocupação de extinção em longo prazo. Nessa lei, de acordo com Gaudio *et al.* (2017), constata-se a tentativa de diluição do ensino de Geografia e, consequentemente, da importância da mobilização do pensamento geográfico no âmbito do Ensino Médio. Isso ocorre porque tal lei orienta para disciplinas obrigatórias e formação de itinerários formativos, conforme já mencionado.

No sentido da lei no Ensino Médio não se tem mais as disciplinas obrigatórias, exceto Língua Portuguesa e Matemática. E, conforme o artigo 35º da lei nº 13.415º, a BNCC do Ensino Médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Dessa forma, passa-se a ter áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Isso quer dizer que o professor de Geografia fará seus registros formais dos alunos dentro das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Assim, as ciências humanas foram diluídas em uma só e o norte teórico-metodológico passa a ser apenas cinco categorias gerais de conhecimento sem fundamentação teórica sólida, conforme explicita a BNCC:

> Considerando esses desafios e finalidades no tocante às aprendizagens a ser garantidas aos jovens, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar, no Ensino Médio, algumas categorias dessa área, fundamentais à formação dos estudantes: tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética; e política e trabalho (BRASIL, 2017c, p. 549).

Desse modo, isso está aliado à perda de conteúdos, de categorias (conceitos, princípios científicos) e carga horária de algumas ciências. Com relação a essa perda e os seus impactos na formação geral científica, tanto a lei da reforma do Ensino Médio quanto a BNCC não explicitam. Os conteúdos e a carga horária das ciências que estão no currículo escolar básico foram conquistas socioeducacionais potenciais para o desenvolvimento intelectual, afetivo, social e para o mundo do trabalho na sociedade brasileira com desigualdades gritantes de acesso e permanência na escola.

Garantir a formação geral como instrumento de transformação social potente é essencial em países como o Brasil, de dimensões continentais com características muito peculiares, como: diversidade étnica; formação territorial diferenciada de cada Estado, município; disparidades no desenvolvimento socioeconômico entre as regiões

e os sujeitos; e questões sociais ainda a serem trabalhadas e construídas, a saber: a formação cidadã emancipada; combate ao racismo, à violência (mulher, criança, idoso); e construção de um ideário de país com uma perspectiva de consciência universal e não colonial, conforme defende Santos (2020; 2015).

Logo, a reforma do Ensino Médio não reconhece o potencial que pode vir a ser a mobilização do pensamento geográfico para o desenvolvimento dos estudantes. Isso porque a mobilização dos conceitos e princípios lógicos geográficos são instrumentos intelectuais potentes para a interpretação e construção de práticas espaciais de forma crítico-reflexiva.

Assim, o desenvolvimento do pensamento geográfico dos estudantes pode contribuir em prol da formação de sujeitos que busquem produzir um futuro justo para todos. Mobilizar os conceitos e princípios geográficos constituem em instrumentos intelectuais que podem contribuir na luta por justiça social, em que todos os sujeitos possam ter igualdades de condições para viver nesse espaço de maneira digna.

Assim, ao diluir e enxugar instrumentos intelectuais (conteúdos, conceitos, disciplinas) do currículo escolar, como os da Geografia, consequentemente, ampliam-se as desigualdades sociais e aproxima-se o foco formativo para a formação da barbárie. Pois, o desenvolvimento do pensamento geográfico junto aos alunos é um conjunto de processos cognitivos potentes para a análise, a interpretação e a atuação de forma crítico-reflexiva para a produção de um país contra a barbárie e favorável à humanização.

A BNCC ratifica o caráter diluidor das ciências que desenvolvem pensamentos crítico-reflexivos. Nesses moldes, esse documento traz as ciências sociais pulverizadas em uma única área do conhecimento, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Isso foi constatado na análise do documento em que dos 11 conceitos são citados para compor essa área do conhecimento em que não se sabe de qual componente curricular se tratam tais explicitações. Configura-se, assim, um caráter de redução das ciências sociais em uma única área de conhecimento.

Santos (2019) também concorda com essa assertiva quando diz que:

> O desafio é ultrapassar as barreiras e os limites que são postos pela BNCC, especialmente no Ensino Médio, que empobrece o ensino de determinados componentes curriculares, não explicitando e assegurando a existência dos mesmos a todos os estudantes desta etapa da Educação Básica (SANTOS, 2019).

Desses componentes, Santos (2019) cita a preocupação, em longo prazo, com a diluição dos componentes curriculares da área das Ciências Humanas, entre eles, o da Geografia, dentro dos itinerários formativos.

Para Reis (2020), a BNCC não contempla de forma explícita a função do ensino de Geografia para o Ensino Médio.

> Embora a "apropriação de conceitos" e o "exercício da cidadania" figurem na BNCC como processo e objetivo de ensino-aprendizagem da Geografia, verifica-se potenciais problemas quanto ao encaminhamento de sua mediação didática. Sobretudo, pelo fato de que a Geografia enquanto disciplina só é reconhecida na base curricular do Ensino Fundamental, e suprimida nominalmente do currículo do Ensino Médio, tratada ali somente como parte da grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (REIS, 2020, p. 38).

Assim, apesar de a BNCC do Ensino Fundamental reconhecer a presença da Geografia nominalmente na base curricular, a ausência nominal na BNCC do Ensino Médio desse componente no currículo torna-se preocupante porque a Geografia terá que disputar sua presença nos itinerários formativos.

Logo, em concordância com Reis (2020), tais movimentos de ataques às formas de pensar criticamente, como a Geografia, são decorrentes das "[...] tendências tecnocráticas e vocacionais apoiadas em preceitos de universalidade e aplicabilidade do ensino, associados ao capitalismo neoliberal" (REIS, 2020, p.38).

A nova racionalidade do capitalismo neoliberal, de acordo com Dardot e Laval (2016), mostra que a educação deve focar na formação do homem empresarial, empreendedor, que busque maximizar suas tarefas para obtenção de seu sucesso e assumir as responsabilidades de um possível fracasso. Dessa forma, o conceito de responsabilidade é recorrente no documento da BNCC, aparecendo 14 vezes.

Assim, conforme a BNCC do Ensino Médio, o aluno é convocado a assumir uma responsabilidade, "[...] a escola os convoca a assumir responsabilidades para equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores, valorizando o esforço dos que os precederam e abrindo-se criativamente para o novo" (BRASIL, 2017c, p. 463)

Assim, percebe-se que essa visão de responsabilidade é um conceito basilar nessa perspectiva do homem empreendedor e da lógica da competitividade empresarial, pois caso ele não consiga o sucesso, deve assumir a responsabilidade. Dessa forma, nesse modelo preterido na lógica da reforma e da BNCC com o

enxugamento dos instrumentos intelectuais propiciados pelas ciências, como o pensamento geográfico, os sujeitos tendem a ter maiores dificuldades de compreensão do conjunto de forças que contribui para o denominado fracasso, pois eles perderam parte dos instrumentos (conceitos, princípios, categorias) potenciais para interpretação das contradições do acesso ao emprego e renda, das desigualdades socioespaciais, da violência e do preconceito.

A BNCC, apesar de estar citada na Constituição democrática de 1988 e na LDB de 1996, foram apropriadas pelos ideários dos neoliberais e neoconservadores. Para Uchoa *et al.* (2020), o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 foi um passo decisivo para a lei da reforma e a implantação da BNCC em um governo de ultradireita a partir de 2018 até a presente data, janeiro de 2022.

Diante desse contexto, chega-se à tese deste trabalho: o ensino de Geografia frente à reforma do Ensino Médio e a BNCC caminha para perder espaço, tanto nos conteúdos como na carga horária. Soma-se a isso a perda da carga horária dos professores de Geografia, pois não existe mais a Geografia expressamente no currículo como componente curricular obrigatório, passando a ser um itinerário formativo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Por outro lado, a Geografia, por meio do pensamento geográfico, também pode contribuir com a mobilização de Eletrônicas seus conceitos e princípios como instrumentos intelectuais potenciais para contribuir na disputa política frente a essa reforma e em defesa de um outro Ensino Médio pautado não em projetos de vida individualistas, mas voltado para atuar como um cidadão em uma perspectiva de um projeto de sociedade emancipatória.

A Geografia na escola tem importância social de desenvolver o pensamento geográfico junto aos alunos (CAVALCANTI, 2019). Essa forma de pensar, por meio de seus elementos estruturantes (conceitos/princípios) são instrumentos potentes para que se possa analisar, interpretar e atuar diante das contradições da vida em sociedade. Nesse sentido, Santos (2015) já nos elucida sobre a força dos "de baixo" (pobres, periféricos, negros, mulheres, entre outros) ao experienciar as contradições nas suas práticas espaciais cotidianas, pois eles desenvolvem ações contra-hegemônicas.

Nesse novo Ensino Médio, o desenvolvimento do pensamento geográfico dos estudantes perde centralidade, pois a lógica é da competitividade por espaço nos itinerários formativos.

Nesses moldes, os professores de Geografia terão que se aliar ao modelo vigente de buscar fazer projetos para conseguirem completar sua carga horária e garantir sua carga horária de trabalho. Com a diminuição da carga horária, pode levar também à diminuição da procura por cursos de licenciatura em Geografia, o que, por sua vez, diminuirá a necessidade de formar professores de Geografia, já que ela não tem mais obrigatoriedade no Ensino Médio.

A nova racionalidade da reforma e da BNCC, como a Geografia, entre outras ciências, não entra como centralidade porque não dialoga com a perspectiva da produção da barbárie, ao contrário, o pensamento geográfico, por meio da mobilização dos seus conceitos e princípios lógicos instrumentalizam os alunos intelectualmente a resistirem contra às contradições socioespaciais.

Já a reforma do ensino médio, nos moldes como foi apropriado atualmente, aponta para provocar condições de terminalidade para os alunos das classes menos favorecidas. Isso porque, conforme apontam os dados, 39,1% dos alunos das escolas públicas oriundos das famílias com menor poder aquisitivo precisam trabalhar (IBGE, 2020).

Sendo assim, muitos estudantes da escola pública têm que ajudar com atividades econômicas para complementar a renda familiar ou doméstica. E, por isso, não terão condições de finalizar os seus estudos nesses moldes, dando assim um caráter de terminalidade do Ensino Médio para os jovens da classe trabalhadora, pois pode nem formar para o mercado e nem para progressão nos estudos. Nossa experiência no senso comum com vários colegas professores sobre essa nova reforma do ensino médio, de 2017, eles afirmam que tal formação é "nem nem", pois nem forma de modo qualitativo para a perspectiva integral e nem para o mercado de trabalho.

A Geografia como uma disciplina escolar tem meta desenvolver o pensamento geográfico e sua mobilização é potencial nas análises, interpretações e atuações dos sujeitos na produção de outra racionalidade com foco na humanização, distribuição de renda, luta contra a violência (mulher, criança, idoso) e formar para conviver com a pluralidade (negros (a), brancos (a), índios (a), campesinos (a), LGBT+, quilombolas, entre outros). Logo, para as intencionalidades da lógica da nova razão do capitalismo neoliberal, a Geografia no currículo não interessa, ela é uma ameaça a esses interesses intencionais dos atores sociais hegemônicos do capitalismo que querem invadir os corpos e mentes dos sujeitos, principalmente dos menos

favorecidos economicamente. Assim sendo, a tomada de consciência de todos sobre a reforma do Ensino Médio, como afirma Katuta (2019), é o mais do mesmo, ou seja, foca-se em mudar o currículo, mas as condições reais, como a falta de investimentos públicos na escola, na permanência dos estudantes e em seus profissionais continuam as mesmas. Diga-se de passagem, com a nova racionalidade do capitalismo neoliberal, como é discutido por Dardot e Laval (2016), essa lógica é ainda mais perversa nos tempos atuais, em que se enfoca o desenvolvimento das operações intelectuais dos estudantes para responsabilizá-los individualmente pelo fracasso escolar ou na vida.

Por outro lado, a produção de teorias e a união dos estudantes, dos professores e da sociedade, sem dúvida, podem se constituir como mecanismos contra a reforma do Ensino Médio nos moldes como está sendo posta, e juntos proporem outra reforma que garanta a Geografia e as outras ciências que foram diluídas na nova reforma do Ensino Médio e da BNCC.

Em suma, o ensino de Geografia, em virtude de sua natureza epistêmica como saber estratégico, como diz Lacoste (2012), pode servir nesse contexto como instrumento de lutas sociais. Desse modo, a Geografia como instrumento de poder vem caminhando para o embate conjuntamente com outras ciências e coletivos na disputa de interesses pelo currículo que construa condição de desenvolvimento dos estudantes de justiça social.

Nesse movimento de embate, várias entidades geográficas e de outros coletivos têm se mobilizado contra a nova reforma do ensino médio, como Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), para citar algumas. Entre outras ações contra a reforma do ensino dessas entidades, o Grupo de Trabalho e Educação da ANPEGE, no XIV ENANPEGE, que ocorreu em de outubro de 2021, lançou um livro com um manifesto contra às ações das políticas neoliberais, reforma do ensino médio e luta pelo ensino de Geografia que busque a emancipação dos sujeitos (ALBUQUERQUE et al, 2021).

Portanto, a Geografia, ao se juntar com os outros coletivos, têm lutado e proposto uma outra reforma que seja para a construção de um modelo cívico de sociedade e que tenha maiores investimentos para garantir melhores condições estruturais das escolas, a permanência dos alunos na escola pública para concluir o Ensino Médio e valorizar os profissionais da educação.

Considerações finais

O movimento do capital global sempre busca fazer ajustes na política da acumulação. Nos momentos de crises e fragilidades, a dinâmica capitalista busca reajustar sua dinâmica para favorecer os seus principais atores. Diante disso, com relação à dimensão da educação, também não é diferente, pois busca-se fazer tais modificações em promessas que possam contribuir para o crescimento econômico. É nesse contexto que emergem a reforma do Ensino Médio e a promulgação da BNCC no Brasil.

A reforma do Novo Ensino Médio e a BNCC emergem no contexto brasileiro de fragilidades políticas em que as elites dominantes se juntam para dar o golpe de Estado de 2016. A partir desse contexto, foi editada a lei da reforma do Ensino Médio e também a BNCC, que seguem as orientações da respectiva lei.

A BNCC traz como disciplinas obrigatórias Português e Matemática, e as demais são itinerários formativos. Nesse sentido, a disciplina de Geografia deixa de ser obrigatória e passa a compor agora Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Desse modo, a disciplina perde espaço no currículo, assim como a ciência como um todo, para dar espaço a uma tendência educacional tecnicista, voltada para competências e habilidades técnicas para o capitalismo.

As orientações da BNCC do Ensino Médio em competências e habilidades seguem os princípios dessa nova racionalidade do capitalismo neoliberal. Essa nova racionalidade insere uma lógica do sujeito empresarial, traz conotações filosóficas das empresas, de um sujeito que busca a todo tempo aumentar sua produtividade em busca de seus resultados lucrativos. Caso ele não consiga, as habilidades socioemocionais a serem desenvolvidas na BNCC do Ensino Médio dão uma estrutura cognitiva para que ele possa aceitar que foi fruto do acaso ou porque cometeu erros e não é digno do sucesso.

A nova racionalidade empresarial na reforma do Ensino Médio é trazida para a escola por meio das normativas da BNCC, como, por exemplo, diluição das disciplinas e conteúdos socialmente relevantes; e redução de carga horária de algumas das disciplinas, exceto Português e Matemática. Assim, o documento reduz horas-aula da formação geral e acrescenta outras formações, principalmente o itinerário da formação técnica e profissionalizante.

Nesse contexto, para onde caminha o ensino de Geografia: ela perde espaço no currículo do Ensino Médio; saem seus conteúdos produzidos historicamente, os quais são recursos para o desenvolvimento do pensamento geográfico, que por meio da mobilização dos seus elementos estruturantes - conceitos e princípios - são instrumentos intelectuais para análise geográfica da dimensão espacial da realidade.

Apesar de toda sua potencialidade, a Geografia terá que competir por espaços com outras disciplinas dentro da lógica dos itinerários formativos; os professores de Geografia perdem carga horária nas escolas; reduz-se a demanda por cursos de licenciaturas, já que o principal mercado do graduado em Geografia são as escolas básicas, principalmente da rede estadual e municipal, com redução da carga haverá menos demanda para o cargo.

Por outro lado, a Geografia como um dos instrumentos intelectuais potentes tem contribuído para a interpretação dessa realidade e possibilitado que outras ciências também tenham consciência dessa perversidade e vice-versa. E, juntas, vêm atuando com movimentos de resistência contrários à reforma do Ensino Médio, como a AGB, ANPEGE, entre outras entidades. Tais movimentos, assim como é a nossa defesa, propõem uma outra reforma que seja focada no desenvolvimento integral do aluno - intelectual, social, afetivo e para o mundo do trabalho.

Assim como foi a reforma do ensino em 1971, que fracassou, e com lutas dos diversos grupos promoveram a conquista do Ensino Médio com foco nas ciências, apesar dos problemas que perpassam principalmente pelas condições das instituições e da valorização do professor. Isso permitiu o acesso a milhares de jovens da classe trabalhadora à universidade, concursos públicos, entre outros.

Portanto, a Geografia caminha na escola diante da reforma do Ensino Médio e da implantação da BNCC no dualismo. De um lado, vê-se diluída no currículo; e de outro, constitui-se de instrumentos intelectuais potentes para junto a outras disciplinas resistirem e promoverem uma outra reforma do ensino voltada para a formação de um modelo de sociedade emancipada.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de et al. Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia. Marília: lutas Anticapital, 2021.

ALEXANDER, Robin. *Visiones sobre la educación, caminos de reforma*. Santiago:

Universidad Gabriela Mistral, 2012. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PUuOdqhpmBkJ:robinalexander.org.uk/wp-content/uploads/2019/12/Alexander-Visiones-de-Education.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 2 mar. 2021.

ANTUNES, Ricardo; LABRONICI, Rômulo Bulgarelli (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsalves. São Paulo: Boitempo. 2020.

BRASIL. *A Lei 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, poder executivo, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. *A Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera a lei 9394/96, as diretrizes e bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, poder executivo, Brasília, DF, 16 fev., 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015- 2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasília. *Base Nacional Comum Curricular:* Educação Infantil e Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2017b. p. 360. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/. Acesso em: 1 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasília. *Base Nacional Comum Curricular:* Ensino Médio. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2017c. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 1 jul. 2021.

BELTRÃO, José Arlen. *Novo Ensino Médio:* o rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica na educação física. 2019. 267f. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Pensar pela Geografia*: o ensino e a relevância social. Goiânia: C&A Alfa, 2019.

CENTRO de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) –. *Quem somos*. Cenpec: São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.cenpec.org.br/quem-somos. Acesso em: 3 jul. 2021.

CENTRO de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). *Currículos para os anos finais do ensino fundamental*: concepções, modos de implantação e usos. Cenpec: São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Relatorio_Pesquisa_Curriculos_EF2_Final.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Bomtempo, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 59.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GAUDIO, Rogata Soares Del *et al.* Ensino de Geografia e formação de professores: desafios e possibilidades na contemporaneidade. *In*: ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque et al (Orgs.). *Conhecimentos da Geografia:* percursos de formação docente e práticas na sala de aula. Belo Horizonte: IGC, 2017.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE.). *Necessidade de trabalhar e desinteresse são os principais motivos para abandono escolar.* IBGE, 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar. Acesso em: 9 jul. 2021.

KATUTA, Ângela Massumi. Reformas educacionais: retrocessos e resistências na atual conjuntura brasileira. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 4, n. 42, p. 14-44, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7901. Acesso em: 4 mar. 2021.

KATUTA, Ângela Massumi. Mercantilização e financeirização da educação brasileira: a proposta neoliberal, o apagão pedagógico global (APG) e as re-resitências. *Geografia*, Rio Claro-SP, v. 44, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14960. Acesso em: 4 mar. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/abstract/?lang=pt. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 19. ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Bomtempo, 2008.

REIS, Matheus Feliciano dos. Pensamento espacial e pensamento geográfico: da formação de conceitos à prática e social geográfica. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, v. 10, n. 20, p. 28-48, 2020. Disponível em:https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/823. Acesso em: 10 mar. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a ditadura militar**.** Revista *HISTEDBR On-line*, v. 18, n. 2, p. 291-304, 2018. Disponível em:< https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>. Acesso em: 05 de gosto de 2021.

SANTOS, Leovan Alves dos. Reflexões sobre o ensino de Geografia a partir da introdução da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 8, n. 3, p. 467-480, 2019.

SHULMAN, Lee S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. *Cadernos Cenpec*. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 196-229, 2014.

SILVA, Maciel Pereira. *Juventude estudantil e as representações sociais da escola e seu vínculo com o trabalho:* o caso do ensino na região administrativa do Gama-DF. 2015, 155f, Dissertação (Mestrado), Instituto Socioambiental, Universidade Federal de Goiás, 2015.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

UCHOA, Antônio Marcos da Conceição; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Org.). *Diálogos Críticos:* BNCC, educação, crise e luta de classes em pauta. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007.

Submetido em: 13 de outubro de 2021.

Devolvido para revisão em: 20 de novembro de 2021.

Aprovado em: 20 de janeiro de 2022.

Como citar este artigo:

LUZ NETO, D. R. S. Afinal, para onde caminha o Ensino de Geografia no contexto de reforma do ensino médio e implantação da BNCC? **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 370-397, Jan.-Jun./2021

.

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS: UMA LEITURA ATRAVÉS DO CONSUMO E DA POLICENTRALIDADE

SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION IN MEDIUM-SIZED CITIES: A READING THROUGH THE CONSUMPTION AND THE POLYCENTRALITY

FRAGMENTACIÓN SOCIOESPACIAL EN CIUDADES MEDIAS: UNA LECTURA A TRAVÉS DEL CONSUMO Y LA POLICENTRALIDAD

ALEXANDRE ANTONIO ABATE
Mestrando em Geografia

Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP.

E-mail: alexandre.abate@unesp.br

Resumo:
Neste artigo, realizamos uma leitura da fragmentação socioespacial pelas lentes do consumo e da policentralidade, apresentando indicativos e evidências desse processo em quatro cidades médias: Londrina, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Dentre os resultados que serão apresentados, os indicativos e as evidências da lógica socioespacial fragmentária estão contidos em três direções principais, as quais podem ser vistas como intimamente conectadas: 1) a perda da hegemonia do centro principal como espaço de consumo de bens e de serviços, incluindo as práticas do lazer; 2) práticas espaciais reveladoras de um consumo segmentado; 3) a policentralidade como reveladora da fragmentação socioespacial, sobretudo a partir do consumo e das práticas de lazer nos *shopping centers*, além da utilização dos supermercados e dos hipermercados para a realização destas práticas espaciais.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano, fragmentação socioespacial, consumo, policentralidade.

Abstract:
In this article, we realize a reading of the socio-spatial fragmentation by the lens of the consumption and the polycentrality, presenting indicatives and evidences of this process in four medium-sidez cities: Londrina, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Among the results that will be presented, the indicatives and evidences of the socio-spatial logic fragmentary are contained in three principal directions, which can be seen as closely connected: 1) the loss of the hegemony of the principal centre as a consumption space of goods and services, including the leisure practices; 2) spatial practices revealing of a segmented consumption; 3) the polycentrality as revealing of the socio-spatial fragmentation, especially as of the consumption and the leisure practices in shopping centers, beyond of the use of the supermarkets and of the hypermarkets for the realization of these spatial practices.

Keywords: Production of urban space, socio-spatial fragmentation, consumption, polycentrality.

Resumen:
En este artículo, realizamos una lectura de la fragmentación socioespacial por las lentes del consumo y la policentralidad, presentando indicativos y evidencias de ese proceso en cuatro ciudades medias: Londrina, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Entre los resultados que serán presentados, los indicativos y las evidencias de la lógica socioespacial fragmentaria están contenidos en tres direcciones principales, las cuales pueden ser vistas como íntimamente conectadas: 1) la pérdida de la hegemonía del centro principal como espacio de consumo de bienes y servicios, incluidas las prácticas del ocio; 2) prácticas espaciales reveladoras de un consumo segmentado; 3) la policentralidad como reveladora de la fragmentación socioespacial, sobre todo a partir del consumo y de las prácticas de ocio en los *shopping centers*, además de la utilización de los supermercados y de los hipermercados para la realización de estas prácticas espaciales.

Palabras-clave: Producción del espacio urbano, fragmentación socioespacial, consumo, policentralidad.

Introdução

Este artigo é uma síntese do trabalho final elaborado para a disciplina de *Urbanização e Produção do Espaço*, ministrada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP, na qual estamos cursando o Mestrado Acadêmico em Geografia.

O objetivo geral do artigo é realizar uma leitura[1] do processo de fragmentação socioespacial pela lente das práticas espaciais associadas ao consumo e com base na policentralidade. A operacionalização escolhida para a realização desta leitura refere-se à apresentação de discussão teórica associada aos resultados das pesquisas desenvolvidas por Dal Pozzo (2015), Pereira (2018) e com base na investigação desenvolvida pelos pesquisadores no âmbito do projeto temático financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), intitulado *"Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo"* [2], cujos resultados foram divulgados, em 2019, no livro "*Consumo, Crédito e Direito à Cidade"*, o qual foi organizado por Góes *et al* (2019). Assim, a partir do recorte analítico estabelecido, apresentaremos indicativos e evidências da lógica socioespacial

[1] Na nossa pesquisa de mestrado, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela FAPESP (Processo nº 2019/02849-0), a leitura da fragmentação socioespacial em Ribeirão Preto - SP está alicerçada na mobilidade e na acessibilidade urbanas. Desta forma, muitas das discussões teóricas e conceituais aqui apresentadas, sobretudo aquelas relativas à fragmentação socioespacial, também contribuem para a condução da nossa investigação e, portanto, compõem a nossa dissertação.

[2] Processo FAPESP nº 11/20155-3.

fragmentária em quatro cidades médias: Londrina, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Neste sentido, as análises serão enriquecidas devido à apresentação e à comparação de exemplos diversos, oriundos de cidades variadas.

Apontamentos teóricos e conceituais sobre segregação socioespacial e fragmentação socioespacial

O conceito de segregação, que tem sua origem na "Escola de Chicago", restringindo-se, nesta escola, ao uso residencial do espaço, posteriormente é apropriado e repensado por outras perspectivas teóricas, dentre elas a "Escola de Sociologia Urbana Francesa", é de difícil compreensão devido a vários fatores: 1) os conceitos podem mudar e, de fato, mudam de conteúdo com o tempo; 2) a segregação foi adotada de forma difusa por muitos autores, o que revela, de certo modo, descuidos teóricos; 3) o conceito de segregação é polissêmico, podendo, dessa forma, perder a sua força explicativa; 4) a segregação pode possuir relações com outras dinâmicas, não podendo ser confundidas com elas. Dentre essas dinâmicas, temos a diferenciação socioespacial, a produção de desigualdades espaciais, exclusão social e/ou espacial, discriminação social, marginalização, estigmatização territorial (SPOSITO, 2013). Partindo desse pressuposto, Sposito e Góes (2013) explicam que, para a compreensão da segregação, é necessário distingui-la de diferenciação, haja vista que, segundo elas,

> a segregação resulta da radicalização e do aprofundamento de múltiplas formas de distinção, de segmentação, de desigualdades e, portanto, de diferenciação [...]. Há inúmeras formas de diferenciação que não representam, efetivamente, segregação (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 280 e 281).

A partir dessa compreensão inicial, torna-se importante ressaltar, ainda, que, dada a polissemia do conceito de segregação (SPOSITO, 2013), conforme supracitado, neste artigo, assim como na pesquisa que estamos desenvolvendo no mestrado, o adjetivo "socioespacial" é privilegiado para caracterizar o substantivo "segregação", pois, conforme explicam as autoras, a segregação é de natureza espacial, contudo, este processo só poderá ser compreendido por meio das articulações entre esta condição (espacial) e a condição social, ressaltando, assim, a perspectiva geográfica do conceito.

De acordo com Lefebvre (2001, p. 97, *destaques do autor*), a segregação pode ser compreendida a partir de três aspectos: "*espontâneo* (proveniente das rendas e das ideologias) - *voluntário* (estabelecendo espaços separados) - *programado* (sob o pretexto de arrumação e de plano)". Assim, a segregação denominada por Lefebvre (2001) como voluntária poderia se associar à autossegregação, materializada, nos espaços urbanos, na habitação em loteamentos fechados e condomínios horizontais de alto padrão, enquanto que a segregação programada se aproximaria da segregação imposta, a qual ocorre sob a ação do Estado e da gestão e planejamento urbanos, cristalizada, principalmente, no afastamento socioespacial dos estratos socioeconômicos de menor poder aquisitivo para as periferias das cidades no âmbito das políticas habitacionais, por exemplo.

Villaça (2011), por meio de uma discussão que se origina do espaço urbano como fruto da ação humana, ou seja, socialmente produzido, parte do pressuposto de que "nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado /compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder

político que ocorre em nossa sociedade" (VILLAÇA, 2011, p. 37). Assim, segundo ele, a desigualdade e a injustiça a ela associadas são os maiores problemas do Brasil, decorrendo deste fato a importância da segregação nos estudos urbanos, pois, segundo ele, "[...] a segregação é a mais importante manifestação espacial urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade" (VILLAÇA, 2011, p. 37). Especificamente considerando as metrópoles, o autor defende que a segregação permite a leitura do desnível que existe entre o espaço urbano dos estratos de menor poder aquisitivo e o dos estratos de maior poder aquisitivo, decorrendo deste fato a seguinte afirmação:

> nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias (VILLAÇA, 2011, p. 37).

Assim, a segregação, na perspectiva de Villaça (2011), poderá somente ser compreendida por intermédio da sua articulação com a desigualdade.

Para Carlos (2013), a segregação é a característica fundamental da produção do espaço urbano na contemporaneidade, sendo ela, em seus fundamentos, o negativo da cidade e da própria vida urbana. Para compreendê-la, é necessário entender a produção da cidade submetida à lógica da acumulação capitalista e aos ditames no neoliberalismo, sendo o espaço urbano produzido, então, sob a égide do valor de troca, o qual impõe-se ao uso social da cidade (CARLOS, 2013). Assim, a segregação estrutura-se e se consolida em oposição aos pressupostos do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), o

qual transforma-se, cada vez mais, conforme defende Carlos (2013), em um horizonte utópico.

Partindo da sua multidimensionalidade, Sposito (2013) explica que a segregação pode e deve ser vista a partir da valorização de algumas dimensões, dando, assim, força às análises tecidas em cada formação socioespacial e em cada cidade, partindo das diferentes particularidades e singularidades que existem. Neste sentido,

> [...] pode-se dar maior relevância às condicionantes e expressões econômicas, às políticas, às étnicas, às culturais, bem como se deve estar atento a múltiplas combinações entre elas - sociopolíticas, etnorreligiosas, socioeconômicas etc." (SPOSITO, 2013, p. 63).

Assim, é necessário compreender o conceito para além da sua formulação inicial, reconhecendo-se a sua pluralidade em termos de diversidade e de amplitude, e para além da singularidade, ou seja, deparamo-nos, constantemente, com *processos* de segregação (SPOSITO, 2013). Neste sentido, segundo Sposito (2013), temos as novas segregações: se, no Brasil, o conceito foi e permanece sendo importante para a compreensão das formas de discriminação e/ou de segmentação socioespaciais, associadas à favelização, e também para tratar da segmentação socioespacial, associada à periferização dos citadinos de menor poder aquisitivo por meio do afastamento socioespacial para residirem nos conjuntos habitacionais de interesse social, por exemplo, temos, nas cidades brasileiras após 1970, a ampliação dos espaços residenciais fechados, os quais não são exclusividade de realidades urbanas brasileiras e vêm, desde então, consoante Sposito (2013), sendo pesquisados à luz do conceito de

segregação, mas agora a partir de novas expressões, como "autossegregação", cunhada por Corrêa (1989), e "enclaves fortificados", proposto por Caldeira (2000), sendo ambas expressões referentes aos espaços residenciais fechados supramencionados. Conforme apresentaremos na sequência, a fragmentação socioespacial também apresenta-se, cada vez mais, como um conceito potente para esta discussão.

Concernente à fragmentação, Sposito (2015) explica que, assim como a segregação, o termo, que também é polissêmico, já foi utilizado largamente para tratar de diferentes "rupturas" (econômicas, sociais, políticas, dentre outras), além de ter sido abordado em diferentes escalas, da local à supranacional, não sendo inerente, apenas, aos espaços urbanos. Como ponto de partida, reconhecemos, a partir de Sposito e Góes (2013, p. 294 e 295), que a fragmentação "socioespacial", adjetivo adotado pelas autoras, concernente aos espaços urbanos, "[...] é um processo posterior, historicamente, ao de segregação, tanto quanto mais complexo no que toca suas condicionantes e dinâmicas". Todavia, embora posterior cronologicamente, a fragmentação socioespacial contém a segregação socioespacial, o que sugere que aquela, nos termos aqui definidos, além de se materializar por meio de novos espaços e construções que possuem a capacidade de produzir rupturas físicas nas cidades, também expressa-se por intermédio das práticas espaciais dos citadinos (SPOSITO; GÓES, 2013; SPOSITO, 2018). Desta forma, avaliamos que a fragmentação socioespacial pode ser entendida como resultado de modificações profundas nas estruturas espaciais das cidades, o que nos leva a reconhecer a fragmentação como um processo inserido no âmbito da reestruturação da cidade,

conforme ideia proposta por Sposito (2001), a qual complementa e se articula ao processo de reestruturação urbana.

Na literatura dedicada ao estudo das cidades do sul e do norte, a noção de fragmentação socioespacial, segundo Prévôt-Schapira (2001), surge no final dos anos de 1980, sendo ela associada

> a componentes espaciais (desconexão física, descontinuidades morfológicas), dimensões sociais (retirada comunitária, lógicas exclusivas) e políticas (dispersão de atores e autonomização de dispositivos de gestão e regulação urbana) (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001, p. 34 e 35, *tradução nossa*). [3]

A partir da utilização nestes três campos de pesquisa - o espacial, o social e o político -, a disseminação desta noção nos estudos das metrópoles da América Latina propiciou a emergência de um novo perfil de cidade: a cidade fragmentada[4] (PRÉVÔT-SCHAPIRA; PINEDA, 2008). Assim, na América Latina, três caminhos apontam para o processo de fragmentação socioespacial, de acordo com Prévôt-Schapira e Pineda (2008, p. 75):

> [...] o estudo das políticas públicas e dos novos modos de governança das metrópoles continentais, a caracterização das transformações econômicas

[3] Tradução nossa de: *"[...] componentes espaciales (desconexión física, discontinuidades morfológicas), dimensiones sociales (repliegue comunitario, lógicas exclusivas) y políticas (dispersión de actores y autonomización de dispositivos de gestión y regulación urbana)".*

[4] Conforme destaca Sposito (2013), trabalhar com a fragmentação socioespacial não pressupõe, apenas, constatar a cidade fragmentada (fato) a partir de descontinuidades territoriais no tecido urbano ou mesmo a partir dos muros e dos sistemas de segurança. Trabalhar com a fragmentação socioespacial pressupõe ir além: é necessária, segundo Sposito (2013), além da perspectiva do tempo e das articulações entre escalas, uma *leitura do processo por meio das práticas espaciais dos citadinos* e, no caso específico deste artigo, a partir das práticas espaciais de consumo.

> associadas à globalização e às novas estratégias do *management* empresarial e, por último, a **análise da relação, muitas vezes contraditória, entre mudança social e evoluções da estrutura urbana.** A inter-relação entre essas três lógicas multiplica os pontos de atrito e intensifica os antagonismos entre os atores e as redes que disputam e repartem o espaço urbano, em circunstâncias marcadas tanto pelo dinamismo econômico quanto pelo crescimento das desigualdades e da pobreza (*tradução nossa, grifo nosso*).[5]

Analisando o caso de Lisboa, Salgueiro (2001, p. 116) apresenta quatro elementos principais para a caracterização da "cidade fragmentada em construção", sendo o primeiro aquele que se associa ao debate que teceremos no próximo tópico deste artigo:

> - é um **território policêntrico** onde se assiste **à perda da hegemonia do "centro"** e à multiplicação de "novas centralidades";
> - **aparecem áreas mistas**, muitas vezes megacomplexos imobiliários que reúnem habitação, comércio, escritórios e lazer, ou comércio, indústria e serviços, sinal evidente da negação do zoneamento funcional associado à cidade industrial;
> - surgem enclaves socialmente dissonantes no seio de tecidos com uma certa homogeneidade morfosocial, base de uma nova organização em que há **contiguidade sem continuidade**;

[5] Tradução nossa de: *"[...] el estudio de las políticas públicas y de los nuevos modos de gobernanza de las metrópolis continentales, la caracterización de las transformaciones económicas asociadas a la globalización y a las nuevas estrategias del management empresarial, y, por último, el análisis de la relación, muchas veces contradictoria, entre cambio social y evoluciones de la estructura urbana. La interrelación entre estas tres lógicas multiplica los puntos de fricción e intensifica los antagonismos entre los actores y las redes que se disputan y se reparten el espacio urbano, en circunstancias marcadas a la vez por el dinamismo económico y el crecimiento de las desigualdades y de la pobreza".*

> - cresce a dessolidarização do entorno próximo porque os indivíduos e actividades participam cada vez mais em redes de relações (movimento e troca de informações) à distância, fonte dos **fluxos complexos que cruzam o território, e que no geral não valorizam nem se exercem na proximidade imediata porque as novas acessibilidades libertaram muitas localizações dos constrangimentos da proximidade**. Os padrões de actividades requerem agora uma frequência discreta (no mesmo sentido do comportamento matemático das variáveis não contínuas) de territórios afastados uns dos outros (*grifos nossos*).

Em um trabalho anterior, Salgueiro (1998) reflete sobre as modificações da organização das cidades e defende que a fragmentação socioespacial identifica a cidade pós-industrial. Além disso, propõe uma definição para o termo fragmentação, entendendo-o como:

> [...] uma organização territorial marcada pela *existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que o cerca*. A fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios (SALGUEIRO, 1998, p. 39, *destaque da autora*).

A fragmentação socioespacial, segundo Sposito e Góes (2013) e Sposito (2018), é um processo que não está presente apenas nos espaços urbanos metropolitanos, nos quais ele já se encontra, de certo modo, enraizado, estruturado, com pilares sólidos que o sustentam e o promovem. Assim, as referidas pesquisadoras entendem que a fragmentação socioespacial é, também, um processo em curso nas cidades médias brasileiras. Contudo, em muitas cidades médias, as diferentes facetas desse processo começaram a se manifestar

recentemente. Desta forma, dada a complexidade da lógica socioespacial fragmentária, é importante que ocorram investigações mais amplas no âmbito da Geografia Urbana, sobretudo a partir destes novos espaços urbanos nos quais ela se apresenta como um processo em constituição.

Fragmentação socioespacial pelas óticas do consumo e da policentralidade: indicativos e evidências

Côrrea (1989) explica que, a partir do século XX, o processo de centralização, assim como a maneira pela qual ela se manifesta no espaço urbano por meio da área central, entendida por ele como forma espacial, ganharam notoriedade nos estudos urbanos devido, principalmente, à magnitude desse processo e de sua forma espacial, sendo ambos, consoante Corrêa (1989), produtos do capitalismo. De fato, como consequência disso, Pereira (2014) destaca que, no âmbito da Geografia Urbana, é vasta a bibliografia acerca do(s) centro(s) das cidades e sobre a gênese de centralidades nos espaços urbanos. Dessa forma, apresentaremos, apenas, alguns elementos que auxiliarão na compreensão da relação entre fragmentação socioespacial, consumo e policentralidade.

Torna-se mister iniciar a discussão a partir da distinção e da relação entre centro(s) e centralidade(s), devido à frequente abordagem desta como sendo um lugar. Sposito (2013, p. 73) explica que a centralidade refere-se à "[...] condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar", não sendo, pois, concreta. Assim, Sposito (2010) e Pereira (2014) explicam que, embora, dialeticamente, centro e centralidade sejam, diretamente, relacionados, temos dois conceitos distintos. Nesse sentido, Sposito

(2010) explica que a centralidade pode ser compreendida como processo, ao passo que o centro é a expressão territorial dele. No âmbito da centralidade, destacamos, ainda, a importante perspectiva explicada por Whitacker (2003, p. 128, *destaque nosso*):

> [...] *devemos ressaltar que não existe cidade sem centralidade, por isso se compreende que a única categoria que pode ser utilizada para definir a cidade em todos os tempos é o centro.* Mas deve-se procurar compreender o conteúdo da centralidade nos diferentes momentos históricos e recortes empreendidos para sua apreensão, na perspectiva de se entender como ela se realiza no âmbito de diferentes formações sociais.

Para Corrêa (1989, p. 38), na área central, "[...] concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intraurbanos". Sposito (2010) avança na discussão sobre o centro, destacando que é possível pensá-lo como forma principal da urbanidade, assim como associá-lo à ideia de pertencimento. Neste âmbito de discussão, ela explica que a centralização se manifesta para além da concentração de atividades comerciais e de serviços; temos, então, a noção do lúdico. Assim, a cidade

> é o espaço do exercício e da representação do poder e da cultura de uma sociedade. O centro é, pois, o espaço de excelência e a expressão dessa concentração; ele é o ponto de integração geográfica e social (SPOSITO, 2010, p. 201).

No âmbito da expansão urbana, Pereira (2014) explica que temos a redefinição da centralidade no espaço urbano, dinâmica esta

que contribui, segundo ele, para o processo de reestruturação das cidades, ou seja, "[...] o surgimento de novas áreas de concentração de comércio e serviços [...] acabam por alterar as lógicas de estruturação das cidades que até então estavam postas" (PEREIRA, 2014, p. 126). Sposito (2010) ressalta, ademais, uma dinâmica inserida nesse contexto de redefinição da centralidade urbana, argumentando ainda que as novas estratégias de concentração dos equipamentos de bens e de serviços "[...] provoca[m] uma redefinição do centro, da periferia e da relação centro-periferia" (SPOSITO, 2010, p. 199).

A expressão multi(poli)centralidade urbana apresenta-se como fundamental para esta discussão. A expressão multicentralidade, segundo Sposito (2010), aplica-se às cidades em que constatamos a existência de mais de um centro, "influenciando a perda relativa do peso e da importância do centro 'principal' em estruturas espaciais tipicamente monocêntricas até então" (SPOSITO, 2013, p. 75). Assim, a referida pesquisadora destaca, no âmbito da multicentralidade: 1) a gênese de subcentros e de eixos de comércio e de serviços especializados fora do centro tradicional; 2) a implantação de galerias comerciais, seja no centro, reafirmando-o, ou fora dele; 3) o crescimento de atividades comerciais e de serviços em áreas pericentrais, as quais, no pretérito, eram, estritamente, residenciais. Temos, então, a consolidação de "áreas centrais", mesmo que o centro principal permaneça exercendo centralidade. Assim, "o prefixo multi, de origem latina, é tomado no sentido de muitos" (SPOSITO, 2013, p. 75).

Concernente à policentralidade, é necessário estabelecer claramente qual concepção[6] adotamos como norteadora, partindo do pressuposto de que não são todas que podem ser associadas à fragmentação socioespacial e partindo, também, dos seus diferentes entendimentos, no plano geográfico, não havendo, pois, consenso, conforme explica Ferreira (2018). Assim, a nossa concepção é a da *policentralidade nos espaços urbanos*, especificamente a policentralidade que se estabelece nas cidades médias.

Cada centro apresenta características próprias, segundo Sposito (2010), como nível de especialização, permitindo que as zonas rivalizem entre si "[...] na medida em que cada uma delas tenta ampliar a sua capacidade de atração" (SPOSITO, 2010, p. 205). Temos, então, a noção de policentralidade, oriunda dessa competição de interesses. "Se constatamos diferentes níveis de especialização e importância entre esses centros, estamos em face de uma policentralidade" (SPOSITO, 2010, p. 205, *sublinhado da autora*). Ampliando essa discussão, em outro trabalho (SPOSITO, 2013), a pesquisadora destaca que adota a expressão policentralidade para tratar de dinâmicas mais recentes, referentes ao surgimento de grandes superfícies comerciais e de serviços, as quais redefinem, de forma profunda, a estrutura espacial das cidades. Assim, no que tange à policentralidade, a pesquisadora destaca, principalmente, a gênese de hipermercados modernos, pertencentes aos grandes grupos do setor, os *shopping centers* e "centros especializados de

[6] A policentralidade na escala da rede urbana, por exemplo, conforme discussão tecida por Ferreira (2018), impede-nos, claramente, de sua vinculação ao processo de fragmentação socioespacial.

grande porte (de negócios, de serviços médico-hospitalares, de feiras, de festas etc.)" (SPOSITO, 2013, p. 75). Assim, justifica-se "[...] o prefixo grego 'poli', que significa muitos, mas no sentido de diversos ou diferentes entre si" (SPOSITO, 2013, p. 76).

Considerando o fato de que o consumo "é uma categoria de análise vasta, polissêmica e difusa, que abarca desde a satisfação das necessidades primeiras até as mais complexas, passando pelo consumo dos bens culturais e simbólicos, assim como do próprio espaço" (CATALÃO; MAGRINI, 2019, p. 135), o nosso objetivo aqui não é apresentar uma discussão robusta sobre ele, mas destacar alguns aspectos sobre a sua dimensão espacial, a qual é importante para a compreensão do objetivo geral proposto para a execução deste artigo.

Salientamos que o consumo apresenta-se como possibilidade de realização de uma leitura das transformações urbanas e das cidades. Nessa direção, a ampliação e a diversificação do consumo, associadas às lógicas de localização das empresas, proporcionam novas práticas espaciais para os citadinos que se apropriam dos espaços urbanos, ou seja, o consumo está fortemente atrelado às formas de produção do espaço urbano e à apropriação das cidades. O consumo, além de promover (re)estruturação urbana a partir das lógicas das empresas e das práticas espaciais, promove (re)estruturação das cidades, sendo esta a que mais importa para o presente debate, haja vista que ela é reveladora de uma nova divisão econômica e social do espaço, marcada pelo aprofundamento das desigualdades socioespaciais e pela reconstituição das diferenças socioespaciais, que passam, na contemporaneidade, a serem orientadas, cada vez mais, pelas novas formas de consumo

(SPOSITO, 2011). A partir desses argumentos, é possível compreender, pelo menos de forma introdutória, o motivo pelo qual o consumo é "[...] um dos elementos propiciadores da fragmentação socioespacial, que pulveriza as cidades num conjunto heterogêneo e disjuntivo de práticas e espaços" (CATALÃO; MAGRINI, 2019, p. 157). Os resultados das pesquisas que serão apresentados também contribuirão para reforçar esse posicionamento.

Na discussão contemporânea sobre o consumo e sobre a sua articulação à lógica socioespacial fragmentária, o debate sobre os *shopping centers* se apresenta como fundamental, devido, dentre outros elementos, às práticas espaciais de consumo e de lazer que, cada vez mais, estabelecem-se nesses espaços, além da relação deles com a produção do espaço urbano contemporânea, orientada pela lógica da reprodução ampliada e infinita do capital.

Os *shopping centers* [7] são, conforme explica sucintamente Souza (2018), espaços de acesso "público", porém com estatuto jurídico privado. São "enclaves fortificados", conforme defende Caldeira (2000), ou seja, "[...] espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho" (CALDEIRA, 2000, p. 211). São, conforme defende Sarlo (2009 *apud* SPOSITO, 2011), uma alternativa ao espaço público e, em última

[7] Amparado em Nissem (2008), Souza (2018, p. 191) ressalta ainda que: " [...] a proliferação e popularização dos chamados espaços quase-públicos, pseudo-espaços públicos ou, conforme prefere a autora, espaços de caráter híbrido (*spaces of hybrid character*), que são espaços de uso comum mas que possuem estatutos jurídicos privados, consolidaria uma tendência de substituição de formas de interações sociais plurais e heterogêneas (espaços públicos), por formas de relações sociais segmentadas e homogêneas (espaços privados), tendência essa que pode ser observada em diversas cidades de todo o mundo".

instância, à própria cidade. Assim, os *shopping centers* não buscam ser a cidade ou se equiparar a ela. Eles querem ser melhor que a cidade (SARLO, 2009 *apud* SPOSITO, 2011).

Segundo Sarlo (2009 *apud* COLNAGO; SANTOS, 2018), os *shopping centers,* como espaços de consumo e de lazer dos estratos socioeconômicos privilegiados, destacam-se num contexto no qual a insegurança se converteu numa preocupação central. Assim, Colnago e Santos (2018) defendem que os discursos do medo e da violência, amplamente divulgados pela mídia, são utilizados como argumentos pelos estratos socioeconômicos supracitados não apenas no âmbito da moradia - no caso da vivência em espaços residenciais fechados -, mas também pela preferência pelo consumo e pelo lazer em espaços como os *shopping centers*, nos quais os sistemas de segurança atuam em prol da tão sonhada homogeneização, excluindo desses espaços aqueles, como mendigos, desocupados, pessoas de baixo poder aquisitivo, dentre outros, que supostamente oferecem perigo para os frequentadores. Neste contexto de análise, reforçamos o nosso posicionamento de que a criminalização das pessoas de baixo poder aquisitivo representa uma das tristes facetas da perversidade imposta pelo modo capitalista de produção, que afaga e é gentil com os estratos socioeconômicos privilegiados, mas exclui os menos favorecidos economicamente.

Sposito e Góes (2013, p. 301) explicam que a gênese de novas áreas comerciais e de serviços, destacando-se a figura emblemática dos *shopping centers*, [...] contém elementos que apontam para a fragmentação socioespacial". Buscando acrescentar elementos para a compreensão desse fato, apresentamos, ainda, a explicação de Sposito (2013) referente aos empreendimentos, com destaque para os

shopping centers, que se associam às dinâmicas de policentralidade. Embora a autora priorize a sua análise a partir da segregação socioespacial, os elementos apresentados por ela também podem ser utilizados para fazer referência à fragmentação socioespacial, principalmente no que se refere ao deslocamento de consumidores do centro:

> Esses empreendimentos geram segmentação e seletividade socioespaciais, e, alguns casos chegando a ser uma das condicionantes de processos de segregação socioespaciais, porque reforçam ou radicalizam as lógicas de separação social do uso residencial do espaço urbano. Eles são produzidos para atender certos estratos sociais, conforme determinado padrão de consumo, e geram práticas espaciais novas. Por isso, como resultado não controlado (mas impossível de ser evitado), tanto quanto como condição, alteram o conteúdo social, econômico, político e cultural do centro tradicional. Geram o deslocamento de consumidores que, antes, frequentavam esse setor da cidade, para novos espaços mais modernos, mais bem equipados, com áreas de estacionamento, com prestígio social, garantindo-lhes certo grau de homogeneidade nos espaços de consumo, que é de matriz, sobretudo, socioeconômica, no caso brasileiro (SPOSITO, 2013, p. 76).

Finalizada esta discussão teórica prévia, apresentaremos, agora, alguns indicativos e evidências da fragmentação socioespacial pelos enfoques do consumo e da policentralidade, a partir de alguns resultados extraídos de pesquisas concluídas sobre essa temática. Enfatizamos que, para além das pesquisas que serão mencionadas, há muitas outras, desenvolvidas no âmbito dos grupos de pesquisa que participamos - Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e

Redefinições Regionais (GAsPERR) e Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) - que revelam relações entre as práticas espaciais de consumo e o processo de fragmentação socioespacial. A opção pelos trabalhos que serão, sucintamente, mencionados, atendeu ao critério específico referente à necessidade de realizar uma seleção, dado o limite de páginas estabelecido para a realização do trabalho atinente à disciplina cursada na pós-graduação.

A primeira investigação que destacamos é a de Dal Pozzo (2015), na qual o pesquisador avaliou o processo de fragmentação socioespacial com base no consumo segmentado em Presidente Prudente e em Ribeirão Preto, ambas cidades médias situadas no Estado de São Paulo, por meio da perspectiva das práticas espaciais de citadinos residentes em três diferentes *habitat* urbanos, denominados pelo pesquisador como *espaços integrados*, *espaços segregados* e *espaços autossegregados*.

Dentre os vários resultados obtidos pelo pesquisador, destacamos, no que tange à Presidente Prudente, as práticas espaciais de consumo dos residentes em espaços residenciais fechados, que materializam a autossegregação socioespacial. Embora nas entrevistas realizadas o pesquisador não tenha identificado um total desprestígio do centro principal para a realização das práticas espaciais de consumo e de lazer, Dal Pozzo (2015) identificou que, prevalentemente, os entrevistados residentes nesses espaços consumiam em equipamentos comerciais e de serviços localizados do setor sul da cidade, privilegiando alguns eixos viários que servem esse setor, "[...] como as Avenidas 14 de Setembro e 11 de Maio, que circundam o Parque do Povo, além das Avenidas Washington Luís, Manoel Goulart, Coronel José Soares Marcondes e Dr. Cyro Bueno"

(DAL POZZO, 2015, p. 247), sendo eles voltados aos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, além das práticas de consumo, incluso o lazer, nos *shopping centers*, principalmente no Prudenshopping. A título de explicitar os resultados obtidos, destacamos as práticas espaciais de consumo da família de Benjamin, as quais ocorriam, sobretudo, nos *shopping centers* da cidade. O entrevistado destacou alguns elementos que o faziam optar pelo consumo nesses espaços, preterindo a área central:

> **Benjamin:** (...) *shoppings* vamos quase que semanalmente (...). Eu não costumo ir muito ao *shopping* para compras, mas, minha mulher e minhas filhas gostam quando é do *shopping*. Elas preferem. Eu faço compras no centro também, muitas vezes, mas, minha mulher e minhas filhas, compram mais no *shopping*. Têm as lojas de roupas, masculinas do *shopping* que, eventualmente, eu vou. No centro, algumas coisas, umas coisas pequenas. Eu frequento o Prudenshopping, mas eu também costumo ir ao Parque Shopping Prudente. [Por que vocês preferem ir aos *shoppings*?] Porque é um setor que têm as melhores lojas, por ser um estabelecimento mais luxuoso, assim, mais sofisticado. Se a gente for pensar no centro da cidade, eu considero, assim, que não têm lojas tão sofisticadas quanto o *shopping*. O *shopping* também é mais confortável, dá para parar (...), você pode aproveitar para comer, passear. Já são feitos para isso (Benjamin, 52 anos, engenheiro civil, Parque Residencial Damha I, Presidente Prudente).
> (DAL POZZO, 2015, p. 243).

Referente à Ribeirão Preto, Dal Pozzo (2015) também salientou indicativos de fragmentação socioespacial a partir das práticas espaciais de consumo segmentado dos morados de espaços residenciais fechados, os quais localizam-se, sobretudo, no setor sul da cidade. A maioria dos entrevistados reside, segundo Dal Pozzo

(2015), próximo ao Shopping Iguatemi, sendo que os demais possuem maior proximidade espacial para estabelecer as práticas de consumo e de lazer com o Ribeirão Shopping e com o Novo Shopping. Ao contrário do interesse por bens e serviços mais baratos, levando os moradores dos espaços segregados[8] e espaços integrados a buscarem, muitas vezes, o centro principal, Dal Pozzo (2015) salientou que os entrevistados da porção sul de Ribeirão Preto buscavam produtos e serviços de qualidade em espaços que pudessem proporcionar exclusividade, segurança, conforto e *status*, o que justifica a ampla utilização, por parte deles, dos *shopping centers* para as atividades relativas ao consumo e ao lazer. Para além da utilização desses espaços, Dal Pozzo (2015) salientou, referente aos entrevistados, as práticas de consumo em outras áreas do setor sul, principalmente em grandes equipamentos de trechos comerciais importantes, em especial na Avenida Presidente Vargas, João Fiusa e Independência. A partir desses resultados, Dal Pozzo (2015, p. 313 e 314) explicou que:

> O consumo segmentado que se realiza nessas novas áreas centrais, representativas de multi e policentralidades e que se distribuem em pontos (tratando-se das localizações, sobretudo, de estabelecimentos comerciais e de serviços) de uma área mais ou menos abrangente do setor sul, reforça, portanto, a perspectiva reticular de uso e apropriação do espaço urbano à qual a

[8] Optamos, em alguns trechos, por utilizar as denominações propostas por Dal Pozzo (2015), as quais foram apresentadas no parágrafo no qual mencionamos uma síntese do objetivo de sua tese, embora reconheçamos problemas nas expressões, sendo esse um debate que não é cabível neste artigo. Assim, optaríamos, por exemplo, pela expressão "espaços submetidos ao processo de segregação", ao invés de utilizar a expressão "espaços segregados".

> fragmentação socioespacial tende a se estabelecer de modo mais preponderante.

No que tange, ainda, à Ribeirão Preto, destacamos que Dal Pozzo (2015), a partir das práticas espaciais de consumo dos entrevistados residentes nos espaços submetidos à segregação socioespacial da porção norte, não identificou elementos caracterizadores de fragmentação socioespacial. Devido à baixa oferta de bens e de serviços nas proximidades dos locais de moradia dos entrevistados, são expressivas as práticas espaciais de consumo desses moradores no centro principal da cidade e em outras parcelas do espaço urbano. Julgamos pertinente fazer referência a esse fato para demonstrar que, pela lente do consumo, Dal Pozzo (2015) não encontrou indicativos ou evidências de fragmentação socioespacial por meio das práticas espaciais dos citadinos de baixo poder aquisitivo e moradores da periferia, residentes nessa porção da cidade, sendo que indicativos ou evidências poderiam ser encontrados, por exemplo, se a pesquisa possuísse a mobilidade e a acessibilidade urbanas como elementos para a investigação desse processo, partindo do princípio de que, em muitas cidades brasileiras, os citadinos de baixo poder aquisitivo e moradores dos espaços que materializam o processo de periferização encontram, cotidianamente, dificuldades para terem acesso à plenitude dos espaços urbanos e, portanto, ao exercício do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001).

De uma forma geral, concernente aos depoimentos de moradores de espaços residenciais fechados, tanto em Presidente Prudente, quanto em Ribeirão Preto, Dal Pozzo (2015) identificou um

desprestígio social do centro principal, o qual passou a não ser mais uma opção viável para os entrevistados, transmutando-se, pois, num espaço de consumo não habitual. Para além desse fato, que aponta para a fragmentação socioespacial, Dal Pozzo (2015) apresentou em sua tese evidências de práticas espaciais de consumo segmentadas a partir das entrevistas realizadas com os citadinos residentes nesses espaços, destacando as práticas de consumo e de lazer nos *shopping centers* e nos supermercados e hipermercados, defendendo que esses são indicadores da lógica socioespacial fragmentária, a qual, segundo Dal Pozzo (2015), apresenta-se de forma mais nítida em Ribeirão Preto.

Em sua tese, Pereira (2018) buscou compreender os espaços urbanos de Juazeiro do Norte - CE e de Ribeirão Preto - SP a partir das áreas comerciais e de consumo, em suas relações com o modo capitalista de produção e o neoliberalismo, assim como o papel dessas áreas na produção e na reestruturação das cidades. Assim, Pereira (2018) optou pela análise a partir da contraposição entre espaços comerciais tradicionais, materializados a partir dos mercados públicos, e os espaços comerciais modernos, representados pelos hipermercados e pelos *shopping centers.* Dessa forma, apresentaremos alguns resultados referentes à Ribeirão Preto e concernentes às práticas espaciais dos citadinos capturadas nas entrevistas, as quais possibilitam-nos identificar pistas da constituição da fragmentação socioespacial nessa cidade.

A partir da leitura de Pereira (2018), um primeiro aspecto importante depreendido a partir das falas dos entrevistados refere-se ao que Dal Pozzo (2015) já havia constatado em sua pesquisa: o desprestígio social do centro principal da cidade, materializado na

diminuição de sua utilização para a realização das práticas espaciais de consumo e de lazer, assim como nas negatividades associadas a ele. Segundo Pereira (2018, p. 422), em Ribeirão Preto, "o centro, ponto de referência e de estruturação da cidade, torna-se apenas um fragmento a mais do espaço, pouco frequentado, associado a sujeira, violência e pobreza". Destacamos, a seguir, dois depoimentos interessantes, reveladores da baixa utilização - ou até mesmo da não utilização - do centro da cidade, assim como da visão negativa associada a ele. O primeiro depoimento é de Priscila, uma jornalista que reside no bairro City Ribeirão, situado na porção sul de Ribeirão Preto. Por intermédio dele, importantes elementos são depreendidos: além de ressaltar a baixa frequentação do centro da cidade, destaca a possibilidade de encontrar tudo que necessita no *shopping center*, um espaço, segundo ela, vantajoso, que permite, além de realizar as compras num ambiente climatizado, estar num espaço que transmite a sensação de segurança.

> **Priscila: O centro, é bem difícil eu ir atualmente**, só vou até lá quando há alguma demanda; quando minha manicure não pode vir em casa, ou quando eu preciso de um produto específico que eu sei que vou encontrar em certa loja lá [...]. Porque tudo que tem no centro eu posso encontrar no *shopping*. E no *shopping* você tem a vantagem das coisas estarem próximas, você vai andar menos, no ar-condicionado que é uma coisa fundamental para Ribeirão Preto/SP e você vai ter mais segurança, teoricamente (Priscila, 51 anos. Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2014).
> (PEREIRA, 2018, p. 369, *grifo do autor*).

O segundo depoimento que apresentamos é da Natália, moradora do bairro Vila Virgínia, situado próximo ao centro

principal da cidade. Seu depoimento é emblemático: afirma que o centro, para ela, é apenas um "lugar de passagem", atribuindo, também, o qualitativo "porcaria" a ele, em uma clara associação à presença de citadinos dos estratos socioeconômicos de baixo poder aquisitivo:

> **Natália:** Quando eu compro, é perto da minha casa, tem uma lojinha lá. Mas também compro no centro. No centro teve uma vez que fui comprar um sapatinho para minha neta, essas coisas assim. Não preciso ir ao centro, pois tem lojinhas perto de casa. **Eu passo todo final de semana quando vou para o sítio, pois vou à rodoviária. Eu não vou ao centro, eu passo pelo centro.**
> **Entrevistador:** Você acha que frequentava mais o centro antigamente? Pelo motivo de não ter muitas lojas no bairro.
> **Natália:** Eu tinha quer ir ao banco. Agora não, tem vários bancos, tem o Itaú, o Banco do Brasil, o Bradesco, estão todos perto um do outro [...].
> **Natália:** Se você parar pra pensar, o bairro parece ser outra cidade, pois podemos encontrar várias coisas. **O pessoal de lá não precisa sair e ir para o centro, encontra tudo lá. Ninguém mais vai ao centro, lá está uma porcaria**. [...] **São pessoas pedindo esmolas, dormindo no chão. As coisas estão em mal estado**.
> **Entrevistador:** E no seu bairro você acha que está tudo bem cuidado?
> **Natália:** No meu bairro sim. Porque no centro está ruim [...] e chega a ser até perigoso (Natália, 62 anos. Entrevista realizada 14 de fevereiro de 2014).
> (PEREIRA, 2018, p. 369 e 370, *grifos dos autor*).

Para Pereira (2018, p. 420), "[...] as novas áreas de comércio e de consumo que foram produzidas [...] relativizaram o papel do centro da cidade no processo de estruturação espacial". Assim, Pereira (2018) ressalta que, a partir das falas dos 15 entrevistados

de Ribeirão Preto, os quais residem em diferentes porções do espaço urbano - norte, sul, leste e oeste, além do centro da cidade -, os espaços mais mencionados para a realização das práticas espaciais de consumo e de lazer são aqueles "[...] característicos na 'sociedade burocrática de consumo dirigido' " (PEREIRA, 2018, p. 420). Dessa forma, Pereira (2018), além de destacar, conforme já mencionamos, a baixa utilização, por parte dos entrevistados, do centro principal de Ribeirão Preto para as atividades relativas ao consumo de bens e de serviços e aquelas ligadas ao lazer, salienta a preferência para a realização dessas atividades no Ribeirão Shopping, no Novo Shopping e nos hipermercados situados próximos a eles, destacando que esses resultados são indicadores da fragmentação socioespacial:

> O processo de fragmentação socioespacial aí se manifesta enquanto uma tendência, dado que os citadinos optam, quando podem, por ir aos espaços periféricos para realizar suas compras, diminuindo o papel do centro da cidade de maneira significativa. Combinam, em grande parte, esses espaços de grandes dimensões, com os super e hipermercados, e o comércio de bairro (PEREIRA, 2018, p. 422).

Por meio dos resultados obtidos em sua tese, Pereira (2018) defende que os espaços comerciais e as práticas espaciais de consumo são reveladores de uma nova condição urbana, característica de um urbanismo neoliberal, na qual o processo de fragmentação socioespacial se constitui numa tendência no âmbito da vida social e urbana. "O resultado é um empobrecimento da experiência urbana fundada na diversidade, no encontro, no espontâneo, no inesperado que é o cerne do que é a cidade em sua essência" (PEREIRA, 2018, p. 12).

Partindo do pressuposto de que a ampliação do consumo promove novos conteúdos à vida urbana, passando a orientar as práticas, os valores e os interesses, seja no âmbito social como no econômico, a partir da perspectiva da produção, incluindo a produção social do espaço, a pesquisa referente ao projeto temático intitulado *"Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo"*, cujos resultados foram divulgados, em 2019, no livro "*Consumo, Crédito e Direito à Cidade"*, organizado por Góes *et al* (2019), foi desenvolvida pelos pesquisadores associados durante seis anos e possuía, dentre os vários objetivos norteadores, a intenção de investigar, a partir de um conjunto de cidades médias, as relações entre reestruturação urbana e reestruturação da cidade a partir do consumo, o qual foi analisado por meio de planos analíticos distintos (GÓES; SPOSITO; CATALÃO, 2019). Dentre os resultados obtidos, destacaremos aqueles referentes à Londrina - situada no Estado do Paraná -, à Presidente Prudente, à Ribeirão Preto e à São José do Rio Preto - sendo essas três situadas no Estado de São Paulo -, as quais, embora sejam diferentes entre si no que concerne ao tamanho demográfico, à situação geográfica perante a metrópole e à diversidade de papéis exercidos (SPOSITO; GÓES, 2019a), apresentam, a partir dos resultados obtidos na pesquisa,

> [...] tendência à exacerbação da separação socioespacial e à conformação de setores em que se concentram não apenas as áreas residenciais dos mais ricos, como também grande parte das estruturas voltadas ao comércio de bens e serviços voltados, prevalentemente, aos segmentos de maior poder aquisitivo (SPOSITO; GÓES, 2019a, p. 86).

Analisando a cidade de Londrina, Sposito e Góes (2019a) destacam, a partir das indicações dos entrevistados, um grande volume de freqüentações no Catuaí Shopping Center para as práticas espaciais de consumo, sendo ele o principal *shopping center* da cidade. Embora o centro principal também tenha sido mencionado pelos entrevistados como um espaço para as práticas de consumo, as pesquisadoras destacam que muitas indicações não foram, de fato, referentes aos estabelecimentos desse setor, pois essa área da cidade foi referenciada devido à frequentação do Royal Plaza Shopping, situado no centro principal, e do Boulevard Shopping, o qual se localiza a leste dele.

Considerando que quanto mais extensa for a cidade, "[...] maior a probabilidade de que se considere com maior peso as possibilidades de realizar o consumo de bens e serviços nas áreas comerciais mais próximas e não necessariamente no centro principal" (SPOSITO; GÓES, 2019a, p. 88), as pesquisadoras explicam outra tendência, verificada em Londrina, para além do consumo expressivo nos *shopping centers*: a partir do aprofundamento da divisão social do espaço e da ampliação das desigualdades socioespaciais, e considerando os vetores de valorização fundiária e imobiliária, há a ampliação do afastamento socioespacial dos moradores, "levando-os progressivamente não apenas a morar distantes uns dos outros, mas a consumir bens e serviços em áreas comerciais que não são as mesmas" (SPOSITO; GÓES, 2019a, p. 89), o que nos leva à ideia de fragmentação socioespacial por intermédio do consumo segmentado, conforme defendido por Dal Pozzo (2015).

A pesquisa revelou que, em Presidente Prudente, com base nas entrevistas realizadas, a área comercial e de serviços mais mencionada é a do Prudenshopping, sendo ele o maior e o principal da cidade, embora, em muitos depoimentos, o *shopping center* seja mencionado apenas como área de lazer. Destaca-se, também, o eixo conformado pelo Parque do Povo, sendo ele indicado para a realização das atividades de serviços. Contudo, nessa cidade, o centro principal permanece importante, segundo os entrevistados, como área para a realização das práticas espaciais de consumo, devendo ser levado em conta que o Parque Shopping Center, situado ao sul do centro de Presidente Prudente, a, aproximadamente, 600 metros dele, é um fator importante no que toca ao reforço da centralidade exercida pelo centro principal (SPOSITO; GÓES, 2019a).

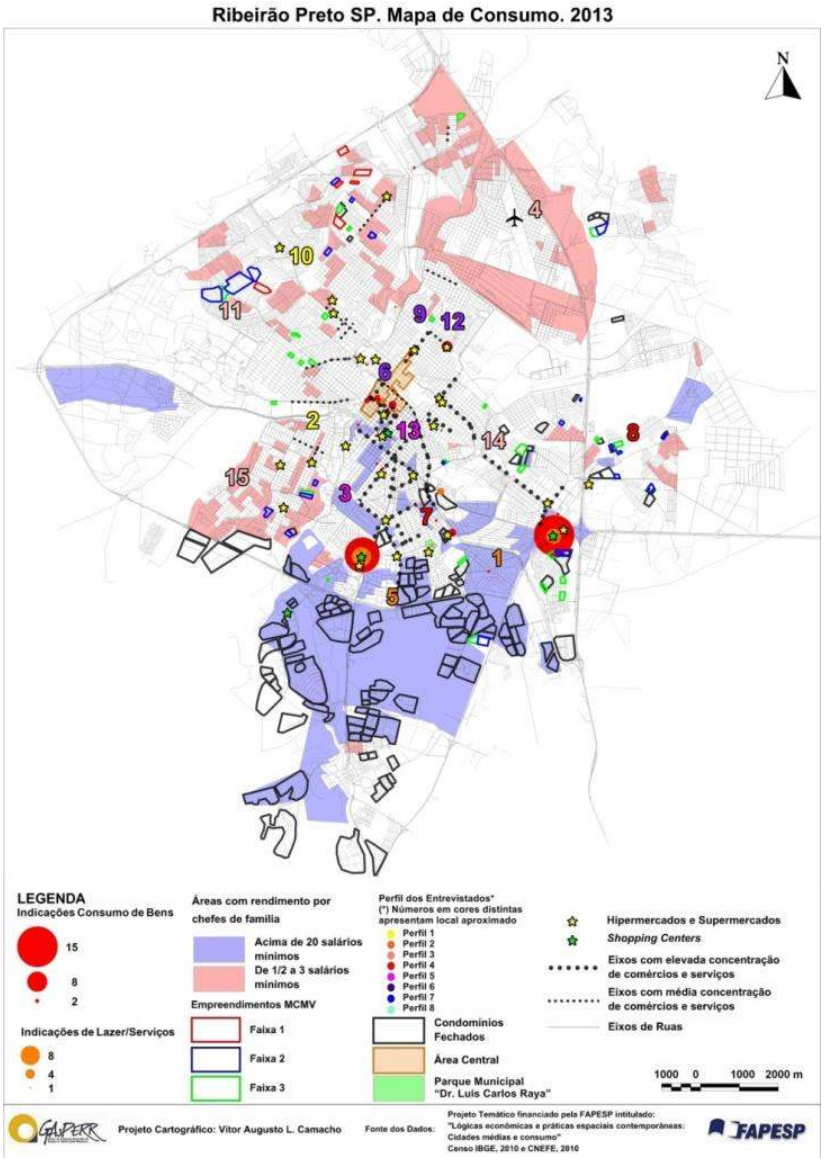
Em São José do Rio Preto, há quatro *shopping centers* - Plaza Avenida Shopping Center, Shopping Cidade Norte, Iguatemi São José do Rio Preto e Riopreto Shopping Center - , sendo este último o mais referenciado como local de consumo nessa cidade (SPOSITO; GÓES, 2019a). A partir da análise das entrevistas, as pesquisadoras destacam as poucas indicações ao centro principal como área de consumo de bens e de serviços. Embora essa seja uma tendência importante, ela não é a única, havendo uma variedade de situações que devem ser consideradas quando avaliamos as práticas espaciais de consumo dos citadinos. Assim, Sposito e Góes (2019a) mencionam entrevistados que não frequentam mais essa área da cidade, assim como outros que frequentam, mesclando a realização de atividades ligadas ao consumo de bens e de serviços com outras porções da cidade, assim como as compras pela internet, que

representam uma prática importante no âmbito do consumo contemporâneo.

A pesquisa indicou, conforme explicam Sposito e Góes (2019a), que Ribeirão Preto, a maior de todas as cidades estudadas no projeto temático, é aquela que oferece as evidências mais claras de aprofundamento da diferenciação socioespacial que apontam para a fragmentação socioespacial. Assim, optamos por apresentar o Mapa 1, que contém elementos importantes para a discussão. A sua observação permite identificar, num primeiro plano, que a diferenciação socioespacial fica evidente na divisão social do espaço, havendo uma nítida oposição entre o norte/noroeste[9], que abriga a maior parte dos conjuntos habitacionais de interesse social do Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo uma área que apresenta, prevalentemente, rendimentos de 1/2 a três salários mínimos por chefes de família, ao passo que o sul abriga grande número de espaços residenciais fechados, sendo os citadinos possuidores de rendimentos por chefes de família superiores a vinte salários mínimos. Os setores leste e oeste apresentam, nessa cidade, uma mescla de padrões socioeconômicos (SPOSITO; GÓES, 2019a).

Mapa 1: Ribeirão Preto - SP. Mapa de consumo. 2013.

[9] Embora não seja possível identificar no Mapa 1, destacamos que a área norte/noroeste de Ribeirão Preto contém, ainda, grande parte das áreas favelizadas da cidade.



Obtido em: Sposito e Góes (2019a, p. 99).

A partir dos resultados obtidos em Ribeirão Preto, as pesquisadoras relatam que "[...] o centro principal não tem importância quando se consideram os depoimentos de nossos entrevistados" (SPOSITO; GÓES, 2019a, p. 100), o que claramente é revelado no Mapa 1, no qual a área central, delimitada na cor

laranja, apresenta esferas vermelhas, referentes ao consumo de bens, e laranjas, concernentes ao lazer e à obtenção de serviços, pequenas, o que sugere a baixa indicação do centro principal como área de realização dessas práticas espaciais.

Embora as escolhas espaciais dos entrevistados sejam diversas, quando avaliamos os espaços de consumo, o Mapa 1 evidencia, assim como a pesquisa de Pereira (2018) revelou, o grande número de referências à frequentação do Ribeirão Shopping e do Novo Shopping para as atividades ligadas ao lazer e ao consumo de bens e de serviços, inclusive por moradores do setor norte, além da utilização dos supermercados e dos hipermercados (SPOSITO; GÓES, 2019a). Além dos dois *shopping centers* que foram mencionados pelos entrevistados, há, em Ribeirão Preto, o Shopping Santa Úrsula, situado no centro principal da cidade, e o Iguatemi Ribeirão Preto, cuja implantação é de 2013, situado a sudoeste, na Vila do Golf, o qual não contém indicações dos entrevistados devido ao período de realização da investigação e de sua inauguração recente, conforme explicam Sposito e Góes (2019a).

Como forma de complementar a discussão sobre o Iguatemi Ribeirão Preto, fazemos referência ao fato de que, em novembro de 2019, realizamos, em Ribeirão Preto, o trabalho de campo exploratório referente ao novo projeto temático, também financiado pela FAPESP, denominado *"Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos - FragUrb"* [10], em conjunto com pesquisadores e estudantes de diferentes níveis acadêmicos. A pesquisadora responsável por guiar

[10] Processo FAPESP nº 18/07701-8. O nosso projeto de pesquisa de mestrado está vinculado a ele.

um dos trabalhos de campo, Débora Prado Zamboni, Arquiteta e Urbanista, professora da Universidade Paulista (UNIP), indicou que ele se diferencia dos demais *shopping centers* de Ribeirão Preto, sendo o mais luxuoso e nitidamente construído visando agregar, a esse espaço de consumo, a ideia de distinção social para os citadinos da porção sul da cidade. Assim, esse *shopping center*, revelador de policentralidade, é um forte indicador da fragmentação socioespacial e da segmentação do consumo, conforme já defendido por Sposito e Góes (2019b).

Como forma de apresentar uma série de indicativos, evidências e tendências que apontam para a constituição da fragmentação socioespacial nas cidades, e, particularmente, nas seis cidades médias[11] estudadas no projeto temático, optamos por citar o trecho a seguir. Os indicativos apresentados nele extrapolam a leitura do processo pelas lentes do consumo e da policentralidade, sendo que os três últimos são compatíveis com esses enfoques de investigação. Esse trecho é significativo, pois revela que a fragmentação socioespacial é um processo complexo, que pode ser pesquisado e identificado à luz de diferentes perspectivas analíticas, sendo ele, segundo Sposito e Góes (2019a, p. 104), revelado "[...] pela sobreposição entre permanências e transformações, numa incalculável multiplicação de possibilidades".

[11] Além de Londrina, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, o projeto temático investigou, também, Marília e São Carlos, nas quais os resultados foram reveladores de diferenciação socioespacial, não havendo indicativos nítidos de fragmentação socioespacial a partir da perspectiva analítica privilegiada na pesquisa (SPOSITO; GÓES, 2019a).

a) crescimento da implantação de espaços residenciais fechados, revelando a substância da segregação contemporânea, expressa como autossegregação;
b) afastamento espacial dos mais pobres, processo que já é marca das cidades brasileiras, mas que se radicaliza em decorrência dos programas de produção de habitação de interesse social e das escolhas espaciais feitas pelo poder público;
c) além de separação, oposição entre os espaços residenciais dos mais ricos e os dos mais pobres, tanto por meio da distância física entre eles como por intermédio das barreiras e controles materiais e imateriais que asseguram a tal separação de natureza socioespacial e todos os tipos de clivagens dela decorrentes;
d) combinação paradoxal entre maiores desigualdades socioespaciais, na escala das cidades, e maior homogeneidade socioespacial na escala dos setores que a compõem, um dos elementos da estrutura fragmentada que a caracteriza;
e) contradição entre melhoria das condições socioeconômicas para o consumo e diminuição das condições de acesso ao espaço urbano, revelada pelas distâncias entre espaços de moradia e os de consumo;
f) maior distinção entre as práticas espaciais associadas ao consumo, segundo classes sociais, faixas etárias, grupos e indivíduos;
g) sobreposição de estruturas centro-periféricas, característica das cidades latino-americanas, por estruturas espaciais mais complexas, multi(poli)cêntricas, porque as escolhas espaciais das grandes empresas assim o desenham, mas também porque as práticas espaciais dos consumidores sobre o projeto de cidade que se quer impor rabiscam suas escolhas, reafirmando os interesses daquelas, mas também anunciando os seus desejos, mais e mais, associados ao consumo, não apenas de bens e serviços, mas também dos lugares onde eles se realizam (SPOSITO; GÓES, 2019a, p. 104).

Considerações finais

As pesquisas sucintamente apresentadas - Dal Pozzo (2015), Pereira (2018) e aquelas no âmbito do projeto temático - contêm indicativos e evidências da fragmentação socioespacial, pelas óticas do consumo e da policentralidade, a partir de três direções principais, as quais podem ser vistas como intimamente conectadas: 1) a perda da hegemonia do centro principal como espaço de consumo de bens e de serviços, incluindo as práticas espaciais de lazer; 2) práticas espaciais reveladoras de um consumo segmentado; 3) a policentralidade como reveladora da fragmentação socioespacial, sobretudo a partir do consumo e das práticas de lazer nos *shopping centers*, além da utilização dos supermercados e dos hipermercados para a realização dessas práticas espaciais.

Para além dos resultados analisados neste artigo, ressaltamos, ainda, duas visões fundamentais para a compreensão do processo eleito como norteador para esta discussão. Embora os resultados apresentados, sobretudo aqueles provenientes de Dal Pozzo (2015), apontem, principalmente, para a fragmentação socioespacial identificada por meio da segmentação do consumo de citadinos residentes em espaços residenciais fechados e, portanto, pertencentes aos estratos socioeconômicos de maior poder aquisitivo, Catalão e Magrini (2019) defendem que a lógica socioespacial fragmentária não é apenas produzida por esses segmentos socioeconômicos, que possuem, além da opção de escolher quais áreas da cidade frequentar para o consumo e para as práticas espaciais de lazer, o poder de decisão concernente às áreas que devem ser evitadas. Assim, nas palavras dos autores,

> A fragmentação socioespacial perpassa todos os segmentos socioeconômicos, pois diz respeito a uma questão de fundo civilizacional, qual seja, a tendência contemporânea de privatização da vida por meio de práticas e espaços restringidos a grupos pré-selecionados, que cumprem mais fortemente a função de apartar-se dos demais do que criar sociabilidades e identidades internas. Isso tudo é mediado pelas práticas espaciais no/do espaço que são ao mesmo tempo elementos de identificação e de separação.
>
> Desse modo, entendemos que a fragmentação socioespacial, embora contenha de modo central como sua expressão e condição espacial mais evidente os enclaves fechados, não se restringe a esses espaços, porque há uma série de outros tipos de enclaves demarcados por barreiras mais fluidas, não raro apenas simbólicas, que estabelecem rupturas e modos de separação socioespacial no interior da cidade (CATALÃO; MAGRINI, 2019, p. 142).

Este pressuposto defendido por Catalão e Magrini (2019) é revelador do pilar que sustenta o projeto temático FragUrb, ao qual a nossa pesquisa de mestrado vincula-se: a partir de uma leitura das práticas espaciais, as quais ocorrem para diferentes finalidades e, portanto, não devem ser tomadas isoladamente, busca-se compreender a lógica socioespacial fragmentária - que é, em essência, uma hipótese no âmbito do projeto temático - com foco nos citadinos de baixo poder aquisitivo e moradores das periferias das cidades que são privilegiadas na pesquisa (SPOSITO, 2018).

O segundo elemento que enfatizamos ao término deste artigo se refere à contradição dialética, defendida por Catalão e Magrini (2019), quando tomamos o consumo como elemento analítico. Segundo eles, embora seja possível interpretar o consumo por meio de uma perspectiva de alienação, sendo ele o alicerce da fragmentação socioespacial, é também possível tomá-lo como "[...]

elemento que possibilita a construção da cidadania, elemento imprescindível à luta pelo direito à cidade" (CATALÃO; MAGRINI, 2019, p. 144). Partindo do argumento de que o direito à cidade deve ser repensado, visando a contemplar as mudanças societárias, com destaque para o papel do consumo na integração e na sociabilidade dos segmentos socioeconômicos menos favorecidos (CATALÃO; MAGRINI, 2019), e considerando que o acesso ao exercício do direito à cidade é uma das formas de romper com a lógica socioespacial fragmentária, sendo esse processo, conforme defendem Catalão e Magrini (2016), a antítese do direito à cidade, temos que o acesso de todos às diferentes áreas comerciais das cidades, e, portanto, ao consumo, além de ser uma dimensão que deve ser privilegiada quando estudamos e defendemos o direito à cidade, é uma forma de romper com a fragmentação socioespacial. Para tanto, o consumo, por si só, não deve ser tomado como isolado, mas sim em articulação com a mobilidade e a acessibilidade urbanas adequadas, que possibilitam que ele seja realizado plenamente.

Referências

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 95-110.

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Can consumption mediate the right to the (fragmented) city? **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, v. 7, n. 1, p. 19-32, 2016.

CATALÃO; Igor; MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Direito à cidade e consumo: contradições e convergências. In: GÓES, Eda Maria *et al.* **Consumo, crédito e direito à cidade.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 133-158.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COLNAGO, Ellen Tamires Pedriali; SANTOS, Eliane Silva. Espaços de consumo e lazer (shopping centers): uma discussão sobre a centralidade urbana e a fragmentação socioespacial. **InterEspaço - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 14, p. 122-144, maio/ago. 2018.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS PAULISTAS:** Os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. 2015. 400 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

FERREIRA, Heloísa Mariz. **O centro preexistente e o centro principal nas cidades policêntricas:** transformações e permanências em Marília, Presidente Prudente e São Carlos-SP. 2018. 448f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

GÓES, Eda Maria *et al.* **Consumo, crédito e direito à cidade.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019.

GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CATALÃO, Igor. Introdução. In: GÓES, Eda Maria *et al.* **Consumo, crédito e direito à cidade.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 9-16.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

PEREIRA, Claúdio Smalley Soares. **Centro, centralidade e cidade média:** O papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE. 2014. 329f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PEREIRA, Claúdio Smalley Soares. **A nova condição urbana**: Espaços comerciais e de consumo na reestruturação da cidade - Juazeiro do Norte/CE e Ribeirão Preto/SP. 2018. 486 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. **Perfiles Latinoamericanos**, n. 19, p. 33-56, dez. 2001.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France; PINEDA, Rodrigo. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **Eure**, vol. XXXIV, n. 103, p. 73-92, dez. 2008.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, n. 4, p. 39-53, jan./jun. 1998.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Lisboa, Periferia e Centralidades.** Oeiras: Celta, 2001.

SOUZA, Andre Felix de. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. **Revista Geografares**, jul/set 2018, p. 182 - 213.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente: Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001, v. 1, p. 235-254.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima. **Uma Geografia em movimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 199-228.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas:** cidades médias e consumo. Presidente Prudente, projeto temático financiado pela FAPESP, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-93.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. **Desafios da metropolização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 125-151.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira:** escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos - FragUrb. Presidente Prudente, projeto temático financiado pela FAPESP, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades:** insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. Da diferenciação à fragmentação socioespacial. In: GÓES, Eda Maria *et al.* **Consumo, crédito e direito à cidade.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019a, p. 77-104.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. Shopping centers: consumo, lazer e controle social. In: GÓES, Eda Maria *et al.* **Consumo, crédito e direito à cidade.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019b, p. 105-130.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, 2011, p. 37-58.

WHITACKER, Arthur Magon. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto - SP.** 2003. 237f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Submetido em: 10 de janeiro de 2021.
Devolvido para revisão em: 4 de outubro de 2021.
Aprovado em: 21 de dezembro de 2021.

Como citar este artigo

ABATE, A. A. Fragmentação socioespacial em cidades médias: uma leitura através do consumo e da policentralidade. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 398-439, Jan.-Jun./202

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA, RR: DO ORDENAMENTO À EXPANSÃO "DESORDENADA"

PRODUCTION OF THE URBAN SPACE OF BOA VISTA, RR: FROM PLANNING TO "DISORDERLY" EXPANSION

PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO DE BOA VISTA, RR: DE LA PLANIFICACIÓN A LA EXPANSIÓN "DESORDENADA"

HASSLER JOHNNY DE SALES
Universidade Federal de Roraima
Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR)
E-mail: hassler01sales@gmail.com

ISAAC ANDERSON DANTAS OLIVEIRA
Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR)
E-mail: isaacdantas40@gmail.com

LÚCIO KEURY ALMEIDA GALDINO
Prof. Dr. da Universidade Estadual de Roraima (UERR)
E-mail: lkagaldino@yahoo.com.br

Resumo:
O presente artigo traz um panorama histórico da produção do espaço urbano de Boa Vista, município brasileiro, capital do estado de Roraima, situado na região Norte do Brasil. Com auxílio do método Geo-histórico, pretende-se analisar a produção espacial desta cidade a partir de duas vertentes distintas, a gênese espontânea e induzida, bem como destacar o seu processo de expansão, a fim de compreender a sua atual conjuntura espacial. Em relação aos procedimentos metodológicos, utilizaram-se da revisão bibliográfica em livros, artigos, teses e dissertações que abordam sobre o tema e área de estudo. Deste modo, Boa Vista se apresenta como uma cidade planejada; mas, com o advento das migrações, o êxodo rural e a corrida pelo ouro, transformaram completamente sua realidade socioespacial, expandindo exponencialmente seu tecido urbano para o setor Oeste, para além do seu plano urbanístico. Em consequência dessa expansão, rapidamente novos bairros foram surgindo em terrenos irregulares, sem nenhuma infraestrutura. Assim, a cidade de Boa Vista segue se expandindo em um ritmo crescente para as zonas Oeste e Norte.

Palavras-chave: Boa Vista, Expansão urbana, Produção do espaço, Roraima.

Abstract:
This article presents a historical overview of the production of the urban space of Boa Vista, a Brazilian municipality, capital of the state of Roraima, located in the Northern region of Brazil. With the help of the Geo-historical method, it is intended to analyze the spatial production of this city from two distinct aspects, the spontaneous and induced genesis, as well as to highlight its expansion process, in order to understand its current spatial conjuncture. Regarding methodological procedures, we used the literature review in books, articles, theses and dissertations that address the theme and area of study. In this way, Boa Vista presents itself as a planned city; but with the advent of migrations, the rural exodus and the gold rush, they completely transformed their socio-spatial reality, exponentially expanding its urban fabric to the West sector, beyond its urban plan. As a result of this expansion, new neighborhoods quickly emerged on uneven land, with no infrastructure. Thus, the city of Boa Vista continues to expand at an increasing pace to the West and North zones.
Keywords: Boa Vista, Urban expansion, Space production, Roraima.

Resumen:
Este artículo presenta una visión histórica de la producción del espacio urbano de Boa Vista, un municipio brasileño, capital del estado de Roraima, ubicado en la región norte de Brasil. Con la ayuda del método geohistórico, se pretende analizar la producción espacial de esta ciudad desde dos aspectos distintos, la génesis espontánea e inducida, así como resaltar su proceso de expansión, con el fin de comprender su coyuntura espacial actual. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se utilizó la revisión bibliográfica en libros, artículos, tesis y disertaciones que abordan el tema y el área de estudio. De esta manera, Boa Vista se presenta como una ciudad planificada; pero con el advenimiento de las migraciones, el éxodo rural y la fiebre del oro, transformaron por completo su realidad socio-espacial, expandiendo exponencialmente su tejido urbano hacia el sector Oeste, más allá de su plan urbano. Como resultado de esta expansión, rápidamente surgieron nuevos vecindarios en terrenos irregulares, sin infraestructura. Así, la ciudad de Boa Vista continúa expandiéndose a un ritmo creciente hacia las zonas Oeste y Norte.
Palabras-clave: Boa Vista, Expansión urbana, Producción espacial, Roraima.

Introdução

Este artigo tem como objetivo expor ao leitor a dinâmica da produção do espaço urbano de Boa Vista, levando em consideração os seus aspectos históricos. Diante disso, pretende-se analisar sua produção espacial a partir de duas vertentes distintas: gênese espontânea e gênese induzida, bem como destacar os agentes produtores do espaço, para entendermos o seu atual contexto urbano.

Boa Vista se apresenta no cerne de Roraima como um centro polarizador de ações de políticas e de serviços. Devido a essas condições, a cidade, levando em consideração os aspectos históricos de sua ocupação, concentra a maior parte da população do estado (VERAS, 2009). Apresentando-se, assim, como um espaço cheia de contrastes e contradições, onde a desigualdade socioespacial é visível, se compararmos a zona Leste e Oeste da capital.

Esse contraste urbano só é perceptível se observarmos o seu espaço intraurbano como um todo; assim podemos perceber duas realidades em um só espaço. Desta maneira, o planejamento urbano da cidade não acompanhou o rápido crescimento populacional, que Boa Vista sofreu a partir da década de 1980. Essa questão está intimamente relacionada à política de migração estabelecida nesse período, o *"boom"* do garimpo e o êxodo rural, que contribuíram de maneira efetiva para o aumento do seu contingente populacional (OLIVEIRA, 2008; VERAS, 2009).

Devido a essas condições, a capital de Roraima cresceu de maneira desordenada, expandindo o seu tecido urbano na direção Oeste. Novos bairros foram surgindo em áreas irregulares e, consequentemente, a precariedade infraestrutural tornou-se

eminente. Vale ressaltar que estes bairros formam, em grande parte, a zona Oeste da cidade, onde se concentra a maioria da população de menor renda mensal (OLIVEIRA, 2008; VERAS, 2009).

Considerando tais questões, este trabalho pauta-se no método Geo-histórico[1] (BRAUDEL, 1990), embasado no debate da Geografia histórica urbana (ABREU, 2000; 2003). Em relação aos procedimentos metodológicos, optou-se pela revisão bibliográfica, para a qual utilizaram-se livros, teses, dissertações e artigos que tratam sobre o tema e área de estudo.

Desta forma, este trabalho pretende entender a atual dinâmica organizacional da cidade de Boa Vista através de um estudo histórico e geográfico, buscando compreender as causas da desigualdade e diferenciação socioespacial, revelando as novas frentes de expansão urbana e os agentes produtores do espaço.

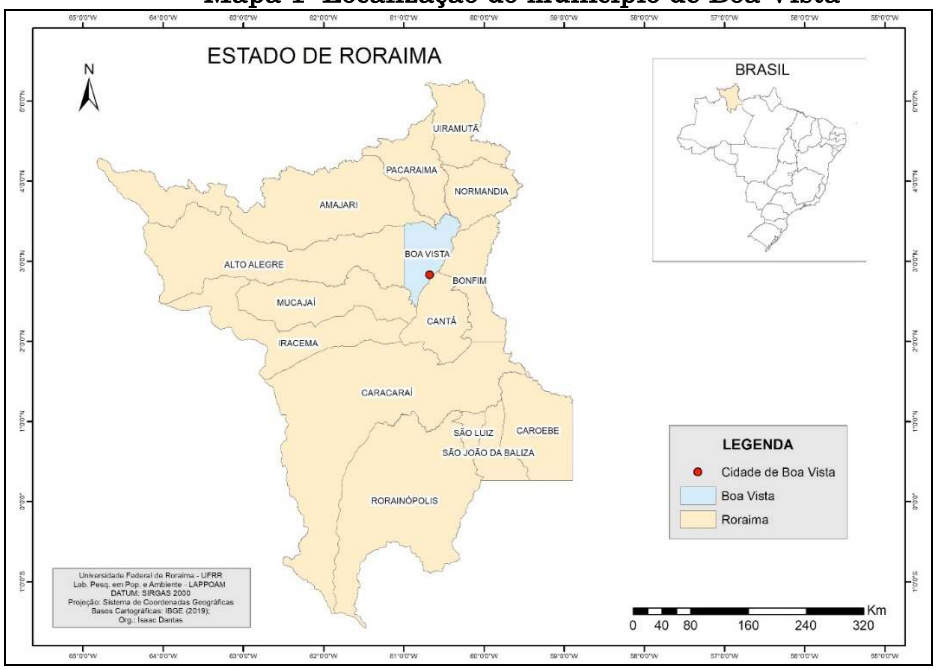
Cidade: gênese e produção do espaço urbano de Boa Vista – RR

A cidade de Boa Vista localiza-se no extremo-norte do Brasil, sendo a única capital acima da linha do Equador. Segundo estimativa do IBGE (2021), atualmente, o município possui uma população de 436.591 habitantes. Em relação ao último censo, realizado em 2010, a população registrada é de 284.313 habitantes. Deste modo, tem como limite os municípios de Normandia, Pacaraima e Amajari, ao Norte; Mucajaí e Alto Alegre, ao Sul; a

[1] É um ramo da Geografia Humana resultante da combinação de métodos de investigação e metodologias de duas ciências, Geografia e História (UZUÉ, 1995; PIRES, 2008 *apud* LIMA & AMORA, 2012).

Leste com Bonfim, Cantá e Normandia; e a Oeste com o município de Alto Alegre (Mapa 1), de acordo com IBGE (2010).

Mapa 1: Localização do município de Boa Vista



Fonte: IBGE (2019). Org. AUTORES (2021).

A população urbana de Boa Vista é de 97,00%, superando a média nacional, de 84,4% da população vivendo em áreas urbanas, de acordo com o IBGE (2010). Para entendermos todo esse processo de ocupação urbana da cidade, devemos nos remeter ao passado, à história da produção de seu espaço urbano, assim como sua gênese.

Descrever sobre a história da única capital brasileira que se encontra acima da Linha do Equador parece ser uma tarefa fácil, mas, pelo contrário, torna-se confusa, já que a história do próprio estado de Roraima se reflete na criação da capital (OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2009). Nesse caso, a área do município de Boa Vista pode ser considerada a gênese de Roraima, já que nesses campos, ao

longo dos rios Branco, Tacutu e Uraricoera, instalaram-se as missões religiosas e militares de aldeamento indígena, assim como o Forte de São Joaquim e as primeiras Fazendas Nacionais e particulares (SILVA, 2009).

De acordo com Santos (2010), a história de Boa Vista está relacionada a uma sequência de acontecimentos, que retrata o seu perfil desde a fundação da fazenda que a originou[2]. Desta forma, quase sempre, o processo de formação do espaço urbano da referida cidade, guiando-se pelos processos históricos, vai se convergir com a formação do estado.

De acordo com Silva (2007), o município de Boa Vista recebe tal denominação em referência à paisagem que a circunda, pois esta foi aclamada por sua exuberante beleza, formada pelo rio Branco, pelos seus igarapés, pelas vegetações ribeirinhas e pelas praias que ali se formam, contempladas quando nesta localidade se estabeleceram os primeiros desbravadores.

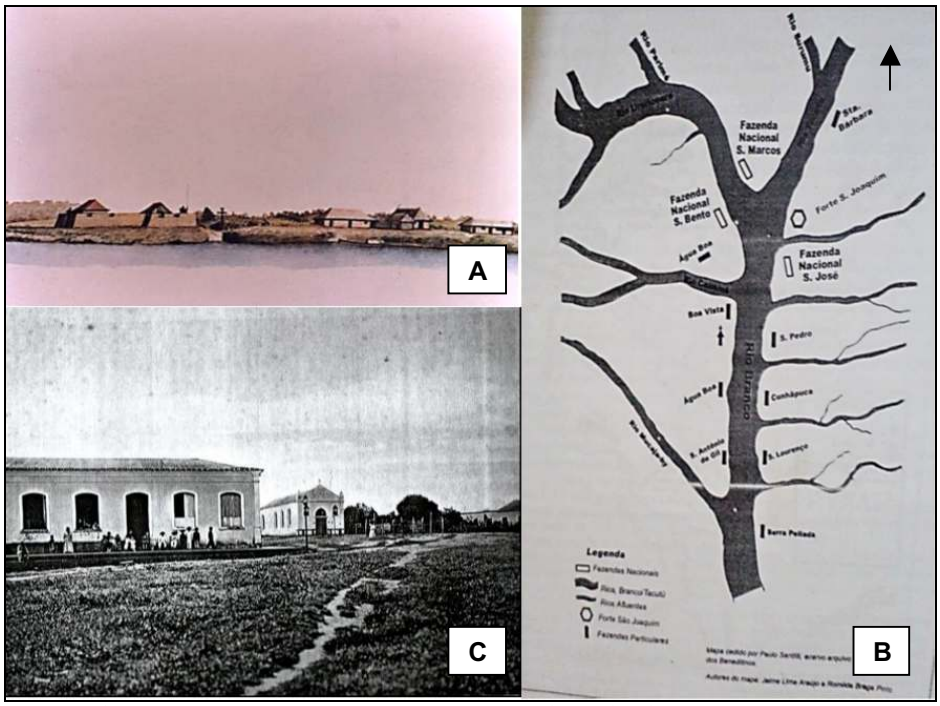
Em relação à atual conjuntura urbana de Boa Vista, devemos entender como se deu esse processo de ocupação deste espaço. Para isso, deve-se levar em consideração a sua gênese espacial, bem como faz-se necessário compreender a sua atual dinâmica urbana. Deste modo, a gênese desta cidade deve ser entendida a partir de duas vertentes distintas (SILVA, 2009).

A primeira, de acordo com Silva (2009), está relacionada à gênese espontânea de um lugar que se origina de uma complexidade de fatores determinantes, que atuaram ao logo dos séculos XVIII e XIX. Relacionam-se a essa vertente: a implantação

[2]Instalação da fazenda Boa Vista (1830) pelo capitão do forte Inácio Lopes de Magalhães, que deu origem à cidade de mesmo nome: Boa Vista (Silva, 2009).

do Forte São Joaquim, entre 1775 e 1778; a instalação dos aldeamentos indígenas planejados, ainda no século XVIII; a instalação das Fazendas Reais, São Bento, São José e São Marcos, também no final do século XVIII; a criação da Fazenda Boa Vista, em 1830 e a instalação da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, em 1858 (Figura 1).

Figura 1: a) Forte São Joaquim, Aquarela feita durante a expedição comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira/Séc. XVIII; b) Croqui de representação das Fazendas Nacionais; c) Sede da fazenda Boa Vista e, ao lado, a igreja Matriz em 1905.



Fonte: a) Acervo Waldir Paixão apud Veras (2009); b) Araújo e Pinto (2008) apud Galdino (2017); c) Silva (2007).

Esses fatores proporcionam a gênese de um núcleo embrionário que se tornaria mais tarde sede municipal, em 1890, ainda como parte do estado do Amazonas. Essas são as

determinantes que condicionam a perspectiva de gênese espontânea de Boa Vista (SILVA, 2009).

A outra vertente refere-se à gênese induzida, que, de acordo com Silva (2009), acontece a partir da implantação do projeto urbanístico elaborado por Darcy Aleixo Derenusson, entre 1944 e 1950, ao lado do núcleo embrionário. A proposta do projeto era que Boa Vista tivesse um traçado de integração urbana, isto é, radial concêntrica, em que a praça circular reunisse os três poderes, executivo, legislativo e judiciário. O referido projeto foi idealizado após a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, pelo então governador Ene Garcez, e implantado com o objetivo de que a cidade pudesse sediar o governo territorial.

De acordo com Oliveira (2008), a partir da implantação do plano urbanístico, Boa Vista cresce "de costas para o rio", fato que representa uma contradição, se observarmos que a capital de Roraima, de acordo com Trindade Júnior (2003) citado por Oliveira (2008), era uma cidade essencialmente ribeirinha, pois as práticas interativas e o próprio modo de vida estavam intimamente ligados ao rio. Ainda assim, o seu traçado urbano se expande para além das margens do rio Branco, ou como sugere o autor, "de costas para o rio".

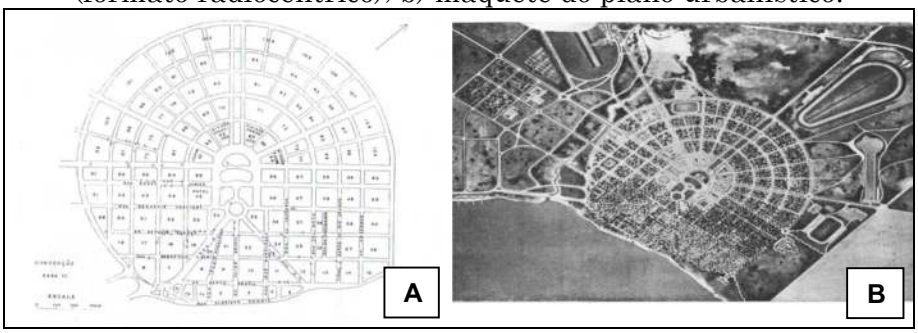
Para Veras (2010), o plano urbanístico propiciou a diferenciação do espaço urbano já naquele período, pois criou um acesso seletivo e desigual das pessoas, visto que só contemplava o núcleo embrionário e a área delimitada no projeto, e não a cidade como um todo. Nesse sentido, Veras (2010, p. 14), afirma que:

> O Plano Urbanístico passou a incorporar novos ritmos de organização espacial devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais

> que definiam a cidade na época estarem ligados a ações políticas isoladas, que, por sua vez, eram seletivas e acentuavam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intraurbanas e formação de territórios precários, que até hoje são presenciados (VERAS, 2010, p.14).

Ademais, convém ressaltar que essa estrutura radiocêntrica do projeto implantado em Boa Vista (Figura 2), privilegia um único centro; favorecendo, portanto, uma centralização para a qual tudo converge, polarizando praticamente todas as atividades urbanas, administrativas e comerciais (SILVA, 2007).

Figura 2: Planejamento urbano de Boa Vista. a) plano urbanístico (formato radiocêntrico); b) maquete do plano urbanístico.



Fonte: a) Guerra (1957) *apud* Silva (2007); b) Veras, 2009.

O desenvolvimento urbano da capital de Roraima, em um primeiro momento após a implantação do plano urbanístico, foi caracterizado por um crescimento lento (CUNHA, 2016). O autor citado se embasa em Vale (2014), para afirmar que esse período foi de uma lenta evolução urbana, porém gradativa, que vai até o final dos anos de1960.

De acordo com Cunha (2016), a expansão urbana de Boa Vista se apresenta mais densa a partir da década de 1970, uma vez que os principais fatores que condicionaram esse advento foram

aqueles representados pelos programas implementados pelo governo federal para este território, pois havia o propósito de ocupar a região, cuja retórica ressaltava a "Segurança Nacional".

Com uma proposta de ocupar e integrar a Amazônia ao restante do país, o governo criou planos de desenvolvimento, nos quais propunha a criação de assentamentos agrícolas e a implantação de infraestruturas, bem como abertura de rodovias na região amazônica. Com isso, houve a implementação da rodovia BR - 174, que liga Boa Vista a Manaus, integrando Roraima, por via terrestre, ao restante do país. Com a instalação de tais infraestruturas, há o surgimento de pequenos núcleos urbanos ao longo das rodovias que foram construídas (CUNHA, 2016).

Cabe mencionar que, essa nova etapa de crescimento do principal centro urbano roraimense (a partir da década de 1970) tem como principal condicionante a abertura das rodovias federais, BRs -174, 401 e 210, que viriam a consolidar uma integração da capital com outras regiões do país, bem como aos países fronteiriços, Venezuela e República Cooperativista da Guiana (CUNHA, 2016).

É nesse período que a evolução urbana de Boa Vista imprime um ritmo de expansão mais acelerado, começando a expandir seu tecido para direção Oeste. Nesta fase, a cidade deixa de ter um crescimento lento e progressivo, surgindo novos conjuntos habitacionais, para dar assistência à vinda de funcionários do setor administrativo (VALE, 2007).

Em razão do exposto, pode-se perceber que a expansão urbana, até década de 1980, é caracterizada por uma ocupação implementada pelo Governo (VALE, 2007, 2014). A autora afirma

que essas ações estão baseadas na implantação de vários conjuntos habitacionais na cidade, sobretudo na zona Oeste, na qual a intenção era atender a uma demanda habitacional ocasionada pelo aumento do fluxo migratório nesse período.

Entretanto, foi a partir da década de 1980 que houve um maior fluxo migratório em Roraima, fato este que, anos mais tarde, mudaria completamente a dinâmica urbana da capital. Esse fenômeno foi motivado pela atividade da mineração, a chamada "corrida do ouro" (OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2009, CUNHA, 2016).

Outro ponto a ser ressaltado, neste processo de ocupação, foi a elevação de Roraima à categoria de estado em 1988. Fato este que contribuiu para o aumento da população urbana de Boa Vista (Tabela 1), pois houve uma política de incentivo à migração, implementada pelo governo na época. Com base no assistencialismo, o governo doava lotes rurais e urbanos — em áreas de preservação permanente, APPs — para a população recém-chegada de outros estados, principalmente das regiões Nordeste e Centro-Sul (VERAS, 2009; SILVA, 2009).

Tabela 1: Evolução populacional de Boa Vista - RR

Evolução Populacional de Boa Vista – RR (1940 a 2010)		
Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural
1940	1.398	9.111
1950	5.132	12.115
1960	11.581	14.124
1970	16.868	19.596
1980	43.854	23.163
1991	120.157	24.092

1996	150.442	15.076
2000	197.098	3.470
2007	246.156	3.697
2010	277.799	6.514
População total: 284.213		

Fonte: IPEA/IBGE, frequência decenal de 1940 a 2010.

Podemos associar tais dados ao estudo de Oliveira (2008) que, com base em dados do IBGE, retrata o aumento populacional em Boa Vista no período em que ocorreu a corrida do ouro, e suas consequências relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano.

> Verificamos que entre 1987 e 1990, foi registrado o maior fluxo migratório em Boa Vista, estimulada pela busca do ouro nos garimpos de Roraima a população quase dobrou o número de habitantes — de 72.758 em 1987 para 115.247 em 1990, segundo os dados do IBGE/RR. O crescimento em comento vai suscitar no surgimento de diversos bairros, notadamente ausentes de infra-estrutura (*sic*) mínima para sua existência (OLIVEIRA, 2008, p. 98).

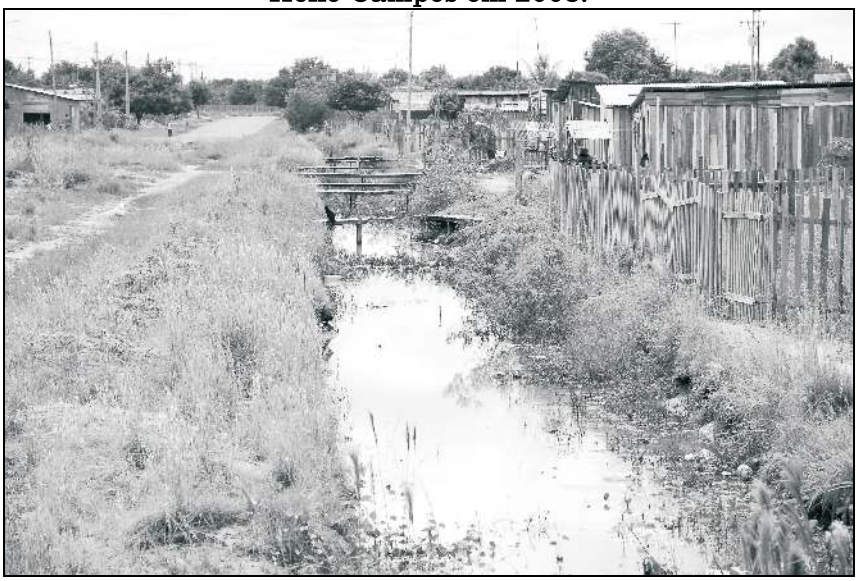
Deste modo, tem-se uma expansão da cidade para o setor Oeste, aonde notadamente vão surgindo bairros sem nenhuma infraestrutura urbanística. Outro fenômeno, que consolida essa expansão urbana para a zona Oeste, ocorreu a partir da década de 1990, e diz respeito às migrações inter-regionais, bem como a intensificação da migração intrarregional, fenômeno este marcado pelo êxodo rural no cerne do estado de Roraima (OLIVEIRA, 2008). Cabe, pois, observar, que houve um descaso com o pequeno produtor, numa situação em que os assentados não permaneciam por muito tempo em seus lotes por falta de logística do Estado, tendo como consequência a migração dessa população para a capital (VERAS 2009).

Junto à população dos assentamentos rurais, destacamos, também, os garimpeiros, nesse processo de ocupação da zona Oeste da cidade. Em razão da proibição da atividade garimpeira pelo governo Collor, houve uma estagnação na economia local. Por isso, muitos garimpeiros foram para Boa Vista, pois não tinham mais o direito de garimpar (SILVA, 2009).

Portanto, com a desativação do garimpo e o êxodo rural (falência dos projetos de assentamentos rurais), houve uma expansão "desordenada" do espaço urbano da capital (STAEVIE, 2011). Pois, ao chegarem à cidade, as pessoas não tinham onde morar. Então, a única alternativa foi ocupar irregularmente terrenos insalubres. Assim, segundo Veras (2009), pelo processo de autoconstrução foi se concretizando uma "periferia" na então cidade, impulsionada pelo estado e pelos proprietários de terras (latifundiários), deste modo, se constituindo uma segregação socioespacial, sendo que a própria paisagem é a maior denunciadora deste processo (Figura 3).

Nesse período ocorre um processo de "favelização" na periferia de Boa vista, como menciona Vera (2009) e Silva (2009). Neste sentido, bairros surgiram em poucos dias, sem nenhuma estrutura; neste caso, sem energia elétrica, água encanada e pavimentação. Estes bairros formam, hoje, em sua grande maioria, a zona Oeste da capital, onde se concentra a maioria da população de menor renda mensal. Conclui-se, assim, que a cidade cresceu sem se desenvolver, ou seja, ampliou suas dimensões, mas de maneira precária, concentrando as amenidades e os equipamentos urbanos no centro e nos bairros mais próximos (OLIVEIRA, 2008).

Figura 3: Uma das ruas do Conjunto Cidadão, Bairro Senador Hélio Campos em 2008.



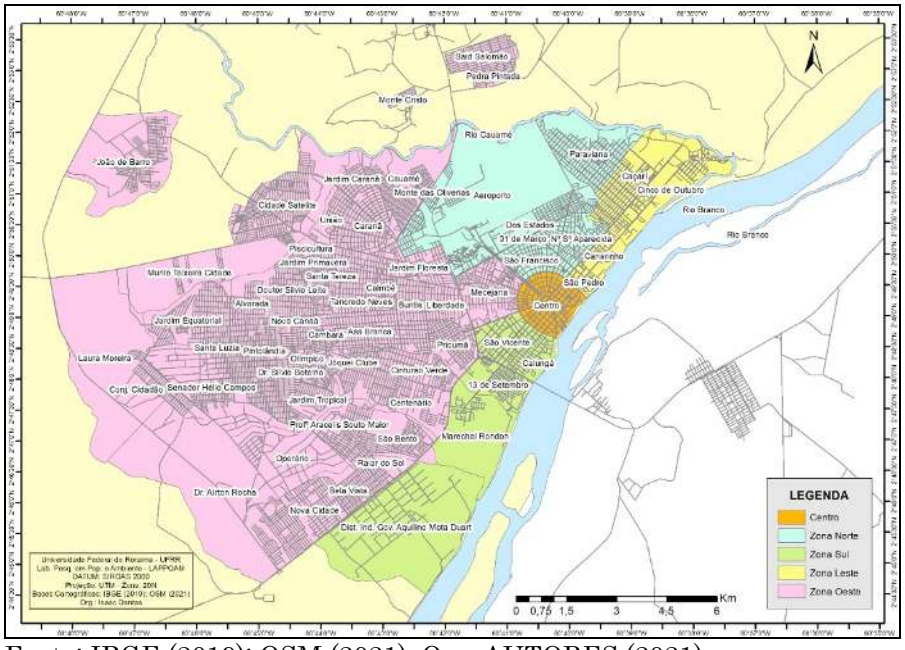
Fonte: Caleffi (2008) *apud* Oliveira (2008).

Desta maneira, a desigualdade socioespacial é perceptível quando observamos a cidade em sua totalidade. Fato este, que é fruto da disfunção da política urbana, a qual beneficiou apenas uma parte da cidade. Neste caso, podemos mencionar a zona Leste, que apresenta em seu traçado urbano um sistema de engenharias, como rede de esgoto, ruas pavimentadas, calçamento, praças etc. Já a zona Oeste, é desprovida, em grande parte, de equipamentos urbanos, carecendo desses mesmos sistemas de engenharias (VERAS, 2007, 2016).

A cidade de Boa Vista, de acordo com o plano diretor de 1991, está dividida em quatro zonas, sendo estas: Norte, Sul, Leste e Oeste. No decorrer de sua dinâmica de crescimento, alcançou a marca de 56 bairros, cuja configuração espacial, com base no último levantamento realizado pelo IBGE (2010), pode ser observada no Mapa 2 e no Quadro 1.

Há de se ressaltar a inclusão de duas novas áreas de ocupação populacional, o bairro Pedra Pintada e o João de Barro. Essas são duas áreas de interesse social, sendo o segundo uma Área Urbana de Expansão — AUE. O bairro Pedra Pintada é um assentamento informal que passa por um processo de regularização fundiária e ambiental para obtenção da aprovação do loteamento pelo Conselho Imobiliário Municipal. Já o João de Barro é outra área de ocupação informal e irregular, que não tem a aprovação do município, pois não atende à Lei de Parcelamento do Solo. Por isso, a ausência de uma infraestrutura mínima que atenda aos interesses sociais.

Mapa 2: Zoneamento urbano da cidade de Boa Vista



Fonte: IBGE (2019); OSM (2021). Org. AUTORES (2021).

Outro aspecto que chama atenção no espaço urbano de Boa Vista diz respeito à distribuição dos bairros por zonas urbanas, onde se revela a zona Oeste como a maior densidade ocupacional,

cujo número de bairros, em percentual, é de aproximadamente 70% da cidade. As demais zonas urbanas apresentam densidade ocupacional baixa em relação a esta (CUNHA, 2016).

Desta forma, além do Centro, a cidade tem: 39 bairros na zona Oeste, seguido de 6 da zona Norte, 5 na zona Sul e 4 da zona Leste, conforme podemos observar no quadro seguir.

Quadro 1: Bairros de Boa Vista por zona urbana

ZONAS	BAIRROS	Nº
Centro	*Bairro: Centro*	1
Zona Norte	Bairros: Aeroporto, Paraviana, 31 de Março, São Francisco, dos Estados e Nossa Senhora Aparecida.	6
Zona Sul	Bairros: Calungá, São Vicente, 13 de Setembro, Marechal Rondon e Governador Aquilino Mota Duarte.	5
Zona Leste	Bairros: Caçari, Canarinho, 5 de Outubro e São Pedro.	4
Zona Oeste	Tancredo Neves, Jóquei Clube, Silvio Leite, Caimbé, Cambará, Nova Canaã, Caranã, Centenário, Jardim Primavera, Santa Tereza, Alvora, Cauamé, Pintolândia, Equatorial, Nova Cidade, Jardim Caranã, Silvio Botelho, Santa Luzia, Laura Moreira, União, Operário, Raiar do Sol, Hélio Campos, Cinturão Verde, Bela Vista, Araceli S. Maior, Jardim Tropical, Olímpico, Conjunto Cidadão, Cidade Satélite, Mecejana, Liberdade, Jardim Floresta, Pricumã, Buritis, São Bento, Dr. Airton Rocha, Murilo Teixeira Cidade, Said Salomão e Asa Branca.	40
Total		**56**

Fonte: IBGE (2010) e Cunha (2016).

Como mencionamos anteriormente, a zona Oeste concentra grande parte da população, a maioria de baixa renda, onde a carência por equipamentos urbanos é eminente. Em contradição a isso, a cidade apresenta a zona Leste, onde reside a população de

alto poder aquisitivo. Desta forma, esta população vai se instalar nesta zona, pois possui e concentra maiores possibilidades de equipamentos públicos ou privados, tais como escolas, centros comerciais, parques, rede de esgoto, pavimentação de ruas, áreas para lazer, entre outros benefícios (SILVA, ALMEIDA, ROCHA, 2012).

Assim, a cidade de Boa Vista se apresenta como um espaço desigual, tanto no sentido da distribuição de seus equipamentos urbanos, como nas questões de segregação residencial, e ainda na diferenciação do preço do solo urbano. Sobre essa questão, Veras (2010, p. 7) afirma que:

> O espaço urbano de Boa Vista tem sido, no decorrer dos tempos, destinado a cumprir funções especificas que mudam de acordo com as necessidades e interesses de organizações sociais e políticas das classes dominantes que se revezam no poder. Diante dessa perspectiva, a cidade, inacabada e em transformação, é resultante de intervenções reguladas por diferentes agentes promotores do espaço urbano (VERAS, 2010, p. 7).

Desta maneira, o processo de produção do espaço urbano de Boa Vista está relacionado à formação histórica e as ações políticas, econômicas e sociais traçadas por diferentes agentes produtores do espaço urbano[3], definindo ações e interesses, que resultaram numa diferenciação espacial interna, resultando numa acumulação desigual de tempos em um só espaço (VERAS 2016).

Desta forma, a capital de Roraima segue se expandindo em um ritmo crescente para as zonas Oeste e Norte, em uma ação impulsionada pelo Estado, agentes imobiliários e grupos

[3] De acordo com Corrêa (1989), os agentes produtores do espaço urbano são: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

socialmente excluídos. Diante disso, conforme Veras (2009), entende-se que a produção do espaço urbano de Boa Vista se constitui de um processo seletivo de acessibilidade à cidade, acentuando a diferenciação do espaço e contribuindo para a precarização das condições de vida de significativas parcelas da população urbana.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi abordar a produção do espaço urbano de Boa Vista dentro de uma perspectiva Geo-histórica, tratando cronologicamente das ações que promoveram a produção desse espaço e suas especificidades. Diante disso, buscou-se compreender a gênese e os processos de produção do espaço urbano para entender a atual dinâmica e organização desta cidade.

Boa Vista apresenta espaços diferenciados em sua totalidade, estes em função dos tipos de agentes produtores agindo em determinadas áreas da *urbe,* produzindo espaços desiguais. Esta diferenciação, fruto da desigualdade espacial, está delineada entre a zona Leste e Oeste. A primeira concentra, em grande parte, os equipamentos urbanos da cidade. A segunda é desprovida, em quantidade, de equipamentos urbanos e de um sistema de engenharias sólido.

Em relação aos equipamentos urbanos na zona Oeste, Veras (2009) afirma que são históricas as razões que contribuem para a falta de espaços destinados ao lazer nesta região, pois grande parte da população da periferia ocupa áreas de preservação permanente — APPs. Devido à política de migração criada a partir de 1980, articulada pelo governador na época, a vinda de pessoas de

outras regiões contribuiu para essas ocupações, doando-se aos novos moradores lotes nas áreas desprovidas de infraestrutura, observando- se que, naquele período, a dinâmica urbana já se fixava no centro da cidade.

Outra questão importante que contribui para essa diferenciação socioespacial, é que o poder público local não estava preparado para esse rápido processo de expansão da cidade. Por este motivo, não houve a possibilidade de se planejar, ordenar e zonear adequadamente o espaço urbano de Boa Vista.

Dentro dessa perspectiva de produção do espaço, os principais agentes promotores do espaço urbano de Boa Vista estão bem visíveis na paisagem. Deste modo, citam-se os grupos sociais excluídos, os promotores imobiliários e, principalmente, o Estado. Estes são os responsáveis pela produção e organização da cidade de Boa Vista, que ainda hoje segue se expandindo nas direções Norte e Oeste.

Portanto, o estudo traz um panorama da produção do espaço urbano da capital do estado de Roraima, adotando como foco suas espacialidades e temporalidades. Deste modo, faz-se necessários estudos que abordem com mais detalhes as especificidades desta cidade, levando em consideração os novos fenômenos urbanos presentes nesse espaço. Citamos, por fim, alguns exemplos de possíveis temas para futuros estudos: as especulações imobiliárias; processos de gentrificação e qualificação no/do centro da cidade, a inserção de *shopping centers;* a segregação induzida (conjuntos habitacionais) e espontânea (implantação de condomínios horizontais fechados) vista nitidamente da zona Oeste;

bem como a caracterização daqueles que são os responsáveis pela dinâmica de (re)produção desigual desta cidade.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 4, n. 1, 2000, p. 13 – 25.

_____. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Dilemas urbanos**: Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Histoire et sciences sociales**. Paris: Editions Flamarion, 1990.

CUNHA, Valmir Pereira da. **A (re)produção como forma de valorização do espaço urbano em Boa Vista-RR:** um estudo no Bairro Aeroporto e entorno no período de 2000 a 2015. Dissertação (mestrado) – programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Roraima, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

GALDINO, Lúcio Keury Almeida. **Sociedade, política, cultura e meio ambiente**: subsídios ao planejamento socioambiental à comunidade indígena Boca da Mata, na Terra Indígena São Marcos – Roraima. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2017. 204 f.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, censo 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 8 set. 2021.

_____. **Agência IBGE notícias**, 2010. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em: 8 set.2021.

_____. **Sinopse do censo de 2010**. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=14. Acesso em: 5 mar. 2019.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br. acesso em: 14 maio 2021.

LIMA, Átila de Menezes; AMORA, Zenilde Baima. Debates Acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: Elementos para a Análise Espaço-Temporal. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 2, n.2, 2012. p. 51-72.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Do rio ao traçado urbano, e novamente ao rio: alguns apontamentos para pensar a cidade de Boa Vista/RR. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, n 3, jan./jun. de 2008. p. 93-106.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. **Plano Diretor de Boa Vista**. Boa Vista: 1991.

SANTOS, Odair J. **Roraima** – História Geral. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2010.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica territorial urbana em Roraima - Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 329 f.

_____. Boa vista: gênese espontânea e gênese induzida. **Revista ACTA Geográfica**, ano III, n 5, jan./jun. de 2009. p. 63-71.

_____; ALMEDA. Marcelo Mendes; ROCHA. Rafael Alexandre. As novas formas do tecido Urbano de Boa Vista- Roraima. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.6, n.12, mai./ago. de 2012. p. 97-107.

STAEVIE, Pedro Marcelo. Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista – Roraima. **Oculum Ensaios:** revista de arquitetura e urbanismo, Campinas, n. 13, 2011, p. 68-87.

VALE, Ana Lia Farias. **Migração e Territorialização:** As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, São Paulo, 2007. 268f.

_____. **Nordeste em Roraima: migração e territorialização de nordestinos em Boa Vista.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende**. A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima – Brasil**. 2009. Tese de (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **A cidade de Boa Vista no contexto urbano roraimense**. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao minicurso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Norte).

_____. Produção e reprodução do espaço urbano de Boa Vista-RR. In: HOLANDA, Elizete Celestino; BEZERRA NETA, Luiza Câmara (Org.). **Geociências na Pan-Amazônia**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016, p. 181-202.

Submetido em: 30 de agosto de 2021.

Devolvido para revisão em: 21 de dezembro de 2021.

Aprovado em: 09 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo

SALES, H. J. *et al.* Produção do espaço urbano de Boa Vista, RR: do ordenamento à expansão "desordenada". **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 440-461, Jan.-Jun./202

SILENCIAMENTOS DA LUTA PELO DIREITO À CIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA OCUPAÇÃO VILA SOMA NA MÍDIA

SILENCING THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO THE CITY: SOCIO-SPATIAL REPRESENTATIONS OF THE VILA SOMA OCCUPATION IN THE MEDIA

SILENCIANDO LA LUCHA POR EL DERECHO A LA CIUDAD: REPRESENTACIONES SOCIOESPACIALES DE LA OCUPACIÓN VILA SOMA EN LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN

Maria Luiza Assis
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
E-mail : marialuiza-assis@hotmail.com

André Pasti
Universidade Federal do ABC (UFABC)
Email : andre.pasti@ufabc.edu.br

Isadora Garcia
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro(IPPUR)/(UFRJ)
E-mail : isagarcia.arq@gmail.com

Resumo:
Os conflitos urbanos passam pela disputa de sentidos no território. Os meios de comunicação de grande alcance estão entre os agentes mais importantes na produção e circulação de sentidos e discursos no território, fazendo parte das disputas políticas sobre o futuro das cidades. Buscando contribuir para a compreensão de como a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade é abordada pela mídia, este artigo analisa a cobertura midiática das lutas da Ocupação Vila Soma, de Sumaré/SP. A metodologia consiste na análise de 252 notícias que abordaram a Ocupação entre 2012 e 2016, com parâmetros ligados à visibilidade de pautas e agentes e ao tratamento dado às temáticas pertinentes ao conflito em questão. A análise evidencia um silenciamento da Ocupação e das pautas da luta pelo direito à cidade e à moradia, a criminalização da ocupação e sua associação a um campo de sentidos negativo de forma majoritária.

Palavras-chave: direito à cidade; mídia; Ocupação Vila Soma; imaginários urbanos; representações socioespaciais.

Abstract:
Urban conflicts encompass the discursive dispute in the territory. The main media groups are among the most important agents in the production and circulation of meanings and discourses in the territory, playing a central role in political disputes about the future of cities. This research aims to contribute to the understanding of how the media approaches the struggle for urban reform and the right to the city. In such sense, this paper analyzes the media coverage of the struggles of the Vila Soma Occupation, from Sumaré/SP (Brazil). The research's methodology consists of an analysis of 252 digital news items that addressed the Occupation from 2012 to 2016, with parameters linked to the visibility of the agendas and its agents as also the treatment given to relevant issues of said conflict. The analysis indicates that the media groups are silencing the Occupation leaders, the people's voices and the agendas of the struggle for the right to the city. The research also indicates a criminalization of the housing struggle and the association of the Occupation with a field of negative meanings by the media.

Keywords: right to the city; media coverage; Vila Soma Occupation; urban imaginaries; socio-spatial representations.

Resumen:
Los conflictos urbanos abarcan la disputa de sentidos en el territorio. Los medios de comunicación de largo alcance se encuentran entre los agentes más importantes en la producción y circulación de sentidos y discursos en el territorio, formando parte de las disputas políticas sobre el futuro de las ciudades. Con el objetivo de contribuir a la comprensión de cómo los medios de comunicación abordan la lucha por la reforma urbana y el derecho a la ciudad, este artículo analiza la cobertura mediática de las luchas de la Ocupación Vila Soma, de Sumaré/SP (Brasil), en los medios. La metodología consiste en el análisis de 252 noticias que abordaron la Ocupación entre 2012 y 2016, con parámetros vinculados a la visibilidad de agendas y agentes y a el trato dado a los temas relevantes del conflicto en cuestión. El análisis muestra un silenciamiento de la Ocupación y de las agendas de la lucha por el derecho a la ciudad y la vivienda, una criminalización de la ocupación y su asociación con un campo de sentidos negativos por los medios de manera mayoritaria.

Palabras-clave: derecho a la ciudad; medios de comunicación; Ocupación Vila Soma; imaginarios urbanos; representaciones socioespaciales.

Introdução

As ocupações de sem-teto urbanos têm estado mais presentes nas metrópoles e grandes cidades do Brasil desde o início dos anos 1980, como manifestações e respostas à urbanização corporativa e à negação da cidadania territorial (RIZZATTI, 2015, p. 184; SANTOS, 2008 [1993]). Essas ocupações carregam, na disputa de sentidos pelo espaço urbano, as bandeiras da luta pela reforma urbana — que abrange, conforme Saule Jr. e Uzzo (2009), o direito à cidade, o cumprimento da função social da propriedade, a participação popular no planejamento urbano e a garantia da justiça social e de cidadania a todas as pessoas, em especial o direito à moradia digna.

No contexto dessa luta surgiu, em 2012, a Ocupação Vila Soma na cidade de Sumaré (SP), localizada na Região Metropolitana de Campinas e ocupando um terreno de cerca de 1,5 milhão de metros quadrados, com aproximadamente 10 mil pessoas (SILVA; GARCIA; PASTI, 2017, p. 300). A precariedade habitacional acompanha a expansão das metrópoles — que reúnem a maioria da população de favelas (DENALDI, 2013). Inserida na periferização metropolitana, Sumaré concentra inúmeros casos de habitação precária, favelização em massa distribuída por diversas e dispersas porções da cidade (SABINO, 2017) e é locus dos embates travados pelas ocupações organizadas na demanda pelo direito à moradia.

As disputas pelo território protagonizadas pelos movimentos sociais urbanos passam não apenas pelas materialidades do território, mas também pela disputa de sentidos e pela dimensão dos imaginários urbanos. Consideramos, aqui, o espaço urbano não só em sua dimensão material, mas também englobando esses imaginários

— conforme Santos (2006 [1996]), trata-se de reconhecer que os usos do território se dão em duas dimensões inseparáveis: a das materialidades e objetos fabricados no espaço, chamada tecnosfera, e a dos sentidos, valores, crenças e imaginários, chamada psicosfera. Para Ribeiro (2013, p. 69–70), é fundamental considerar os valores e anseios que povoam e movimentam o imaginário de um lugar em um período – apreendendo a imaginação como fenômeno coletivo, pleno de razão e emoção, marcado pela cotidianidade vivida.

Os meios de comunicação de grande alcance têm um papel central na produção e circulação de sentidos que povoam a psicosfera e na definição dos imaginários urbanos dominantes. Nesse sentido, este artigo levanta a questão de como as disputas travadas pelos movimentos sociais urbanos — no caso, a atuação da Ocupação Vila Soma no auge de sua mobilização coletiva de resistência — são representadas na mídia de grande alcance, produzindo sentidos sobre a cidade e sobre a luta da ocupação.

Pretende-se, desse modo, compreender o papel da mídia na vocalização ou silenciamento dessas lutas sociais e analisar os desafios dessa dimensão da comunicação para a luta da reforma urbana e do direito à cidade. Para tanto, o artigo está organizado em quatro partes: (1) em primeiro lugar, traz uma breve discussão teórica sobre os imaginários urbanos e representações socioespaciais; em seguida, (2) contextualiza a trajetória da luta da Ocupação Vila Soma, ressaltando o período de intensa mobilização que será objeto privilegiado da análise; por fim, apresenta (3) a metodologia e (4) a análise dos dados sobre a cobertura midiática da ocupação a partir da análise de notícias que a abordaram desde seu surgimento, em

2012, até a conquista da decisão do STF que garantiu a suspensão da reintegração de posse, em 2016.

Imaginários: dimensão das disputas territoriais

Os imaginários urbanos fazem parte das disputas territoriais, condicionando usos do território e devendo ser campos privilegiados das lutas sociais, como na agenda da reforma urbana. São múltiplos os ideários de abrangência diversa que habitam o fenômeno urbano brasileiro – portanto, também são múltiplas as formas de imaginar e representar a experiência coletiva (RIBEIRO, 2013, p. 70). Os imaginários urbanos corresponderiam, segundo Armando Silva (2014, p. 27), às imagens coletivas feitas da cidade – considerando, com Castoriadis (1982, p. 13), o processo de criação incessante e indeterminada, com base social-histórica e psíquica, de figuras, formas e imagens a partir das quais se faz sentido do mundo.

Resgatamos, assim, o desafio de considerar as representações da sociedade em movimento, por meio da dialética entre forma e conteúdo (SERPA, 2014). Essa dialética entre psicosfera e tecnosfera, entre materialidade e imaginários no espaço, é interpretada por Lefebvre (1991, p. 38-39) a partir da interação entre práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação. Entre o espaço percebido, das práticas espaciais cotidianas, e os espaços de representação, das estruturas cognitivas complexas, Lefebvre introduz os espaços concebidos pelas estruturas de planejamento e de poder (SERPA, 2005). Para Lefebvre, as representações são formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, não podem substituir o

mundo vivido (SERPA 2014). Essas representações circulam em torno a instituições, símbolos e arquétipos (LEFEBVRE, 1983).

Marcelo Lopes de Souza (2011, p. 160) remete à noção de representações sociais – que designariam "maneiras de organização e reprodução de significações por meio de discursos menos ou mais coerentes que visam articular identidades e justificar escolhas e ações". Para esse autor, no caso das imagens espaciais e discursos fortemente espacializados ou espacializantes, tratam-se de representações socioespaciais. Estas ajudariam a elucidar e narrar as construções discursivas de grupos específicos em meio à luta e aos conflitos no plano do simbólico.

Esse campo de imaginários urbanos e representações socioespaciais nas cidades estão inseridos dentro das dinâmicas de organização do espaço urbano, não se autonomizando dos processos sociais, econômicos e políticos de produção do espaço. Os imaginários urbanos são indissociáveis das dinâmicas de organização e uso do território, devendo ser vinculados à compreensão das disputas e tendências para a conformação do espaço urbano na atualidade.

Diversos agentes são produtores dos imaginários urbanos dominantes. Além dos agentes do mercado imobiliário, financeiro, publicidade e do poder público, os agentes midiáticos de grande alcance territorial ganham destaque, pois inserem na psicosfera valores, preocupações e pautas ligados aos interesses de agentes hegemônicos (PASTI, 2018, p. 92). O sistema de comunicação brasileiro "em sua face política, pode ser compreendido como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador de mercados"

(RIBEIRO, 1991, p. 46). Segundo a pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (INTERVOZES, 2019), a organização da comunicação no país é marcada por uma oligopolização e pela propriedade cruzada de meios de diferentes tipos pelos mesmos grupos, por baixa pluralidade e diversidade, por intensa concentração geográfica e pelo cruzamento de interesses de negócio diversos – os maiores grupos midiáticos atuam também no mercado imobiliário, no agronegócio, no mercado financeiro e em outros setores.

Dessa forma, convém examinar a atuação desses agentes na difusão do imaginário urbano dominante, na construção de representações sobre os movimentos sociais urbanos e no condicionamento da circulação de sentidos sobre a cidade, sobretudo dos projetos urbanos contra-hegemônicos.

A trajetória da luta da Ocupação Vila Soma

A luta da Vila Soma se insere dentro das lutas pela reforma urbana, reivindicando por meio da ocupação o cumprimento da função social da propriedade como forma de viabilizar a garantia do direito à moradia. Como afirma Arlete Moysés Rodrigues (2004, p. 11) "a ênfase dos movimentos sociais, nacionais e internacionais, tem sido questionar a supremacia do direito de apropriação, da propriedade do solo, e das edificações urbanas em relação ao direito à vida". Conforme Paterniani (2016, p. 38), "a reivindicação passou a ser não mais o direito à terra, mas à casa 'de verdade', com água e esgoto encanados e eletricidade: o direito à moradia digna".

Como lembra Rodrigues (2004), embora a função social da propriedade urbana conste nas várias Constituições Brasileiras

desde 1934, a explicitação de seu significado ocorreu apenas com a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001 — lei construída e conquistada com a participação de diversos movimentos sociais que lutam pela reforma urbana. No entanto, conforme Santos (2007 [1987], p. 105), "a luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado". Maricato (2011) lembra que os avanços constitucionais e legais da reforma urbana não se converteram em uma transformação radical da dinâmica de organização do espaço das cidades — e os movimentos sociais urbanos seguiram em sua luta por afirmação de direitos.

Inspirados pela conquista de moradias em um programa habitacional por moradores de outra ocupação da cidade, chamada Zumbi dos Palmares, e reunidos a partir de despejos forçados de outras áreas, um conjunto de cidadãos ocupou o terreno abandonado da massa falida da indústria Soma Equipamentos Industriais no final de junho de 2012 (COSTA, 2019). Como afirmam Silva e outros autores (2017, p. 303),

> A constituição da Vila Soma como movimento social e a politização de suas demandas se deu de maneira gradativa. Apesar de algumas das famílias pertencentes à Vila Soma serem oriundas de outras ocupações urbanas na região, a ocupação não se originou de um movimento social consolidado, mas a partir de uma movimentação espontânea dos primeiros ocupantes.

Em 2013, houve uma mudança na gestão da ocupação após esses moradores, por desconfiança em relação à práticas dos primeiros coordenadores — que, segundo Sabino (2017, p. 70), dificultavam a organização de uma efetiva resistência e enfrentamento em conjunto — começarem a se organizar em grupos

paralelos e se aproximar de grupos externos para obter apoio de partidos, movimentos populares e redes de organizações. Nesse momento, elegeram uma nova coordenação, passando a um processo de promoção de intensa democracia interna (GARCIA; LEONELLI, 2018). Esse processo prossegue por anos, articulando resistências a uma série de conflitos em torno a tentativas de reintegração de posse — com mais de 60 manifestações de rua em 2015 (SILVA; GARCIA; PASTI, 2017) — e vitórias institucionais como a conquista de decisão favorável no STF, no início de 2016, sendo a primeira vez que a Suprema Corte se manifestou em uma ação de reintegração de posse (MANDL, 2017).

Entendemos, aqui, as ocupações urbanas organizadas como práticas insurgentes, como propõe Miraftab (2016). Para a autora, as ações insurgentes seriam caracterizadas pela transgressão no tempo, lugar e ação; pelo sentido contra e anti-hegemonia e pela imaginação. Para Miraftab (2016, p. 368-369), as ações dos movimentos sociais podem ocorrer em dois espaços de atuação que interagem entre si, dialeticamente: *espaços de ação convidados*, garantidos pelo sistema político e social vigente, como espaços de participação institucionalizados e representação em cargos eletivos; e *espaços de ação inventados*, que incluem ações transgressoras e insurgentes, que não se limitam ao aparato institucional do Estado. Conforme análise em Silva, Garcia e Pasti (2017), concluímos que é possível identificar um período de lutas intensas da Ocupação Vila Soma em que a combinação de ações insurgentes e diálogo institucional, transitando entre espaços de ação convidados e inventados, potencializou sua luta.

Usando essa chave de interpretação, em um esforço de mobilizar a periodização como um recurso de método (SANTOS, 2008 [1988]), identificamos quatro períodos principais da trajetória da Ocupação Vila Soma: (1) 2012-2013: o início da Ocupação Vila Soma, com uma coordenação despolitizada e um o grupo ocupante inicialmente distante das práticas e estratégias tradicionais dos movimentos de luta por moradia (COSTA, 2019, p. 60); (2) 2013-2016: momento de articulação e organização política, mudança de coordenação, com fortalecimento de redes, democratização do comando da ocupação e formação de sujeitos políticos a partir do conflito urbano, em uma articulação potente de ações em espaços inventados e espaços convidados (SILVA; GARCIA; PASTI, 2017); (3) 2016-2019: momento de institucionalização da luta, forte desmobilização política e de práticas da coordenação da Ocupação que abandonam o sentido democrático e politizante — e como alerta Costa (2019), aproximam-se de práticas clientelistas; e, por fim (4) 2019/2021: momento de regularização fundiária, realizada com financiamento dos próprios moradores, seguindo o cenário político anterior; as resistências se limitam à atuação da advocacia popular da Ocupação e acompanham articulações em relação aos valores a serem pagos, para que não houvesse remoções indiretas com as terras da ocupação passando a fazer parte do mercado de terras urbanas (AGB-CAMPINAS, 2021; MANDL, 2021).

Ainda que não seja objeto deste artigo analisar as tensões e conflitos em torno desses dois últimos períodos — parte deles tratados por Costa (2019) e Mandl (2021) e merecendo outras análises aprofundadas no futuro — o recorte temporal aqui utilizado, de junho de 2012 a janeiro de 2016, enfatiza o período entre o surgimento e a decisão do STF que acompanha o fim da intensa

mobilização da Vila Soma. Esse período também é marcado pela tensão entre o poder público, em especial a Prefeitura Municipal, com posição explicitamente contrária à permanência dos moradores, e a Ocupação organizada e articulada para a resistência e a luta por moradia adequada e pelo cumprimento da função social da propriedade. Pretende-se verificar como a cobertura midiática abordou, vocalizou ou silenciou aspectos dessa luta.

Procedimentos metodológicos

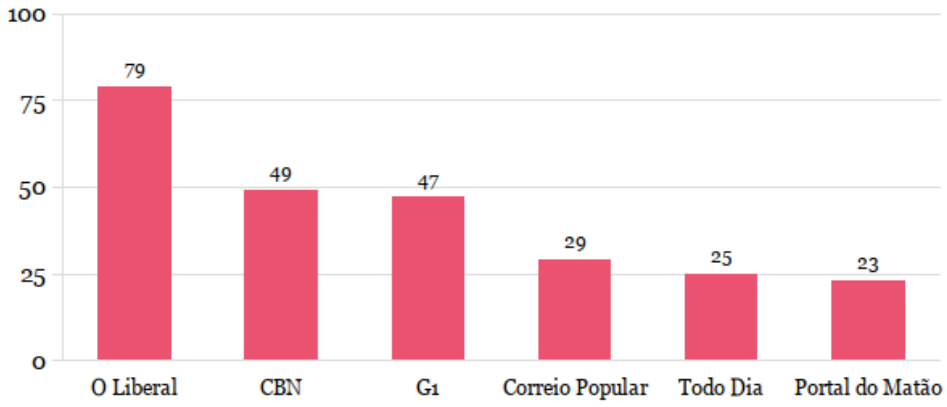
Para analisar as representações sobre a Ocupação Vila Soma nos principais meios de comunicação de Sumaré e da Região Metropolitana de Campinas, foi utilizada uma metodologia inspirada nos estudos "Vozes silenciadas - a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito" e "Vozes Silenciadas - Mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo" (INTERVOZES, 2011, 2014). Essa metodologia parte da seleção de um universo de notícias a serem analisadas sob alguns parâmetros da cobertura midiática, sobretudo ligados à visibilidade de pautas e agentes e ao tratamento dado às temáticas pertinentes ao conflito em questão.

O período escolhido para a seleção de notícias abrange desde 2 de julho de 2012, data da primeira notícia encontrada sobre a Ocupação Vila Soma, até fevereiro de 2016, compreendendo, assim, desde o princípio da trajetória da Vila Soma até a suspensão da reintegração de posse da área ocupada pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 2016, conforme periodização apresentada anteriormente.

Após a definição do recorte temporal, foram selecionados os veículos de comunicação de acordo com os seguintes critérios: (1) jornais de grande circulação na Região Metropolitana de Campinas (RMC), com foco em Sumaré e na metrópole (Campinas); e (2) portais de notícias focados na Região Metropolitana de Campinas ou em Sumaré, com alcance relevante. Foram priorizadas as plataformas online dos jornais, devido à maior facilidade de coleta de matérias e pelo fato de ser uma fonte relevante de informações. Assim, as mídias escolhidas foram (em ordem alfabética): CBN (Grupo Globo), Correio Popular (Grupo RAC), G1 - Campinas e região (Grupo Globo), O Liberal, Portal do Matão e Todo Dia.

A primeira seleção de notícias foi realizada através da utilização das palavras-chave *"Vila Soma"* e *Ocupação "Vila Soma"* no portal Google Notícias — que cria um índice de notícias de outros sites — , onde foi feita a coleta bruta com todas as notícias encontradas. Em uma primeira triagem, os links repetidos foram descartados, assim como todas as notícias que não tratavam efetivamente da Ocupação e seus conflitos. Após esse primeiro levantamento, foram acrescentadas notícias encontradas no acervo de cada um dos sites acima que não constavam do primeiro levantamento. Por não terem sido encontradas matérias de 2012 com esse critério de pesquisa, procuramos notícias utilizando *Parque Residencial Manoel de Vasconcelos*, o nome ao qual a Ocupação era representada antes de Vila Soma. No total, foram selecionadas para a efetiva análise 252 matérias (Gráfico 1).

Gráfico 1. Fontes das 252 matérias analisadas que mencionaram a Ocupação Vila Soma (julho de 2012 a janeiro de 2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Para a análise em si, foram selecionadas apenas aquelas notícias que apresentavam a Vila Soma como principal assunto (215 das 252). As análises apresentadas a seguir foram feitas a partir desse recorte do universo de matérias. Foram estabelecidos parâmetros para a análise, novamente baseados nos estudos "Vozes Silenciadas" mencionados. As informações obtidas foram organizadas nos seguintes blocos:

a. Identificação preliminar das matérias — todas as matérias foram catalogadas com data; título; veículo de comunicação; link da notícia; tema principal da matéria; comentário situando o tema de que trata a matéria; se a notícia tratava da Ocupação direta ou indiretamente.

b. Caracterização da narrativa — foram analisados aspectos mais qualitativos da notícia, onde era possível caracterizar a narrativa. Foram analisados: o título — se citava ou não a

Ocupação e, caso citasse, se era possível identificar se a posicionava em um campo de sentidos positivo, negativo, equilibrado ou não era possível identificar; a notícia, em geral, se posicionava a Ocupação em um campo de sentidos positivo, negativo, equilibrado ou não era possível identificar; a identificação das fontes ouvidas na matéria; a quais fontes era dado destaque; se tratava de manifestações dos ocupantes; se sim, se apareciam em um campo de sentidos positivo, negativo, equilibrado ou não era possível identificar.

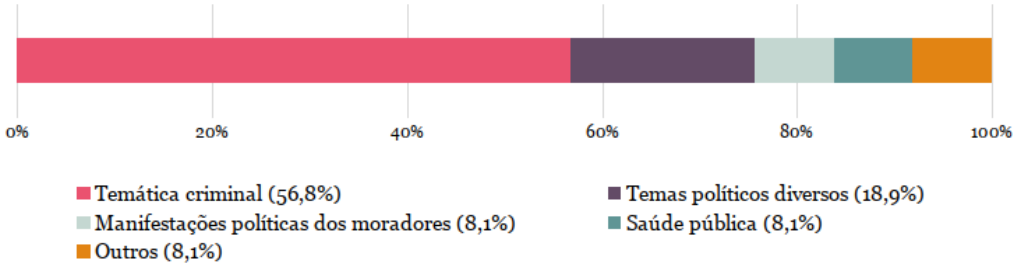
c. Vocalização ou silenciamento da luta da ocupação — análise contemplando: se era mencionado no texto da notícia *direito à moradia*; se era mencionado no texto *função social da propriedade*; se era mencionada alguma legislação; se eram mencionados dados estatísticos sobre a questão de moradia ou alguma pesquisa; se a matéria tratava de ações e possibilidades de realocação ou solução habitacional; caso tratasse, se a matéria dava voz à Ocupação sobre o assunto; se a matéria mencionava atos de violência; em caso positivo, como posicionava a ocupação em relação à autora e/ou vítima desses atos.

As análises em si foram feitas pela autora principal deste artigo, revisadas pelos demais autores, tendo assim uma maior precisão na análise das notícias. A seguir são apresentados e discutidos os resultados.

Representações socioespaciais da Vila Soma na mídia

São apresentados, a seguir, alguns dos resultados da análise a partir da metodologia anteriormente descrita. Em primeiro lugar, buscamos identificar os temas em que as matérias sobre a Ocupação estavam centrados (Gráfico 2). É possível observar que a principal associação feita é relativa à temática criminal, com 56,8% das matérias sobre a Ocupação; em seguida temas políticos diversos (18,9%), manifestações políticas dos moradores, saúde pública e outros (esses três últimos com 8,1%).

Gráfico 2. Temática da pauta principal das matérias sobre a Ocupação Vila Soma na mídia (junho/2012 a janeiro/2016)

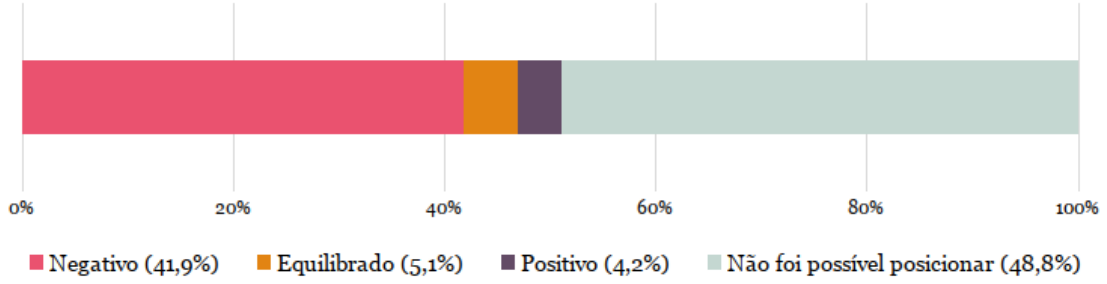


Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Houve, portanto, uma associação da Ocupação às temáticas criminais na cobertura midiática, que corresponde à criminalização dos movimentos sociais (RODRIGUES, 2011) e à associação desse lugar com crimes. Conforme Rodrigues (2011, p. 15), para defender a propriedade, os agentes dominantes associam os movimentos populares a "portadores do terror contra os civilizados" e seus atos são apresentados como ações a serem combatidas, abstraídas de seu contexto político, econômico, histórico e geográfico.

Foi analisado, ainda, o campo de sentidos em que a matéria posicionava a Ocupação — de forma geral (Gráfico 3) e no título, em particular (Gráfico 4). Tal procedimento foi inspirado na metodologia do estudo Vozes Silenciadas do MST (INTERVOZES, 2011). Das 215 notícias analisadas, 41,9% posicionaram a Vila Soma em um campo de sentidos negativo, 5,1% trouxeram um posicionamento equilibrado e apenas 4,2% em um campo de sentidos positivo.

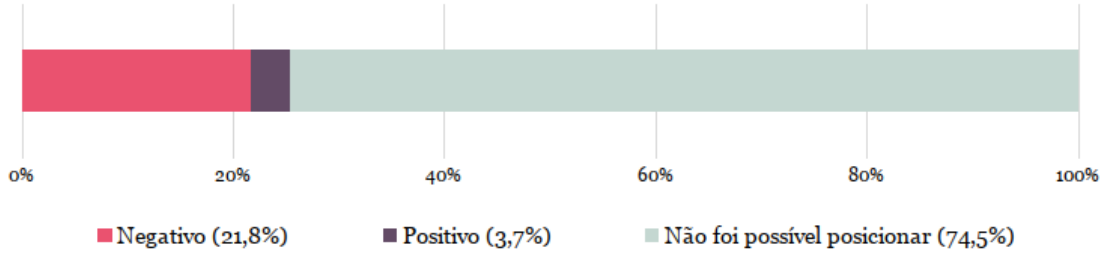
Gráfico 3. Notícias que posicionam a Ocupação Vila Soma em um campo de sentidos positivo, negativo ou equilibrado (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Já em relação ao título das notícias (Gráfico 4), 21,8% a posicionam em um campo de sentidos negativo e apenas 3,7% em um campo positivo. Nesse caso, são matérias que apresentaram conteúdo contrário à Ocupação Vila Soma já em seu título ou chamada.

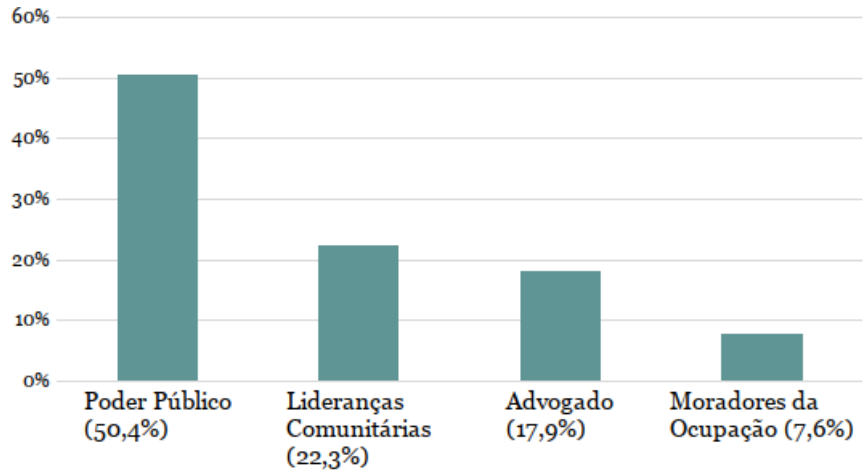
Gráfico 4. Títulos de notícias sobre a Ocupação Vila Soma que a posicionam em um campo de sentidos positivo, negativo ou equilibrado (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Buscamos identificar, também, quais foram as fontes ouvidas nas matérias, buscando compreender se a diversidade e pluralidade de posições desse debate esteve presente na cobertura midiática. O Gráfico 5 indica que mais da metade das notícias traziam a voz do poder público (nesse período, fortemente contrário à Ocupação e à sua luta), enquanto as lideranças comunitárias da Ocupação foram ouvidas em apenas 22,3% das matérias. O advogado popular da Vila Soma foi ouvido em 17,9% das notícias, os moradores em apenas 7,6%. O universo de notícias também foi analisado quanto à existência de divergência entre as posições das fontes — 54,4% das notícias não apresentavam fontes com posições divergentes entre si.

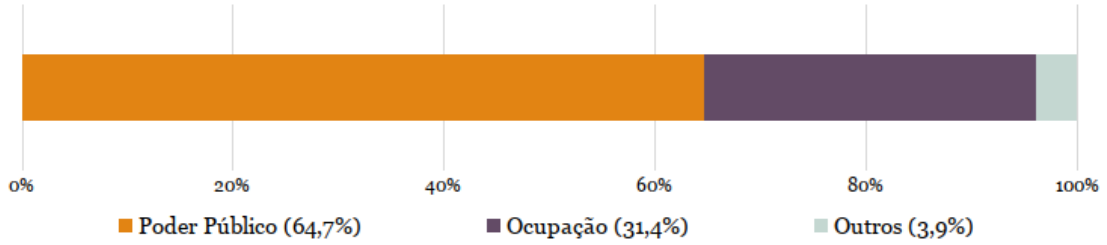
Gráfico 5. Notícias que mencionam fontes ligadas ao conflito da Ocupação Vila Soma (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

O Gráfico 6 permite observar outra dimensão na análise das fontes. Ele demonstra que, mesmo quando as lideranças do movimento ou moradores eram ouvidos, em geral o poder público possuía a centralidade e o destaque na fala — o que ocorreu em 64,7% das matérias, contra 31,4% de matérias que dão destaque à voz de sujeitos da Ocupação Vila Soma e 3,8% de notícias em que o destaque é dado a outros agentes.

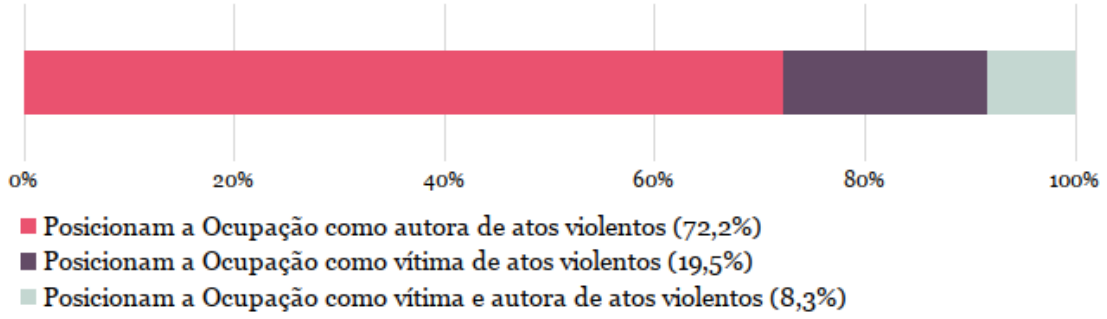
Gráfico 6. Notícias que destacaram as falas de alguma fonte entre as matérias sobre a Ocupação Vila Soma (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Dentre as 215 matérias analisadas, 36 delas mencionaram atos violentos. Ao analisar essas 36 matérias, observou-se que 72,2% delas associavam a Ocupação como autora desses atos, 19,5% como vítima e 8,3% como autora e vítima. O Gráfico 7 apresenta esses dados.

Gráfico 7. Notícias que associaram a Ocupação Vila Soma à violência (junho/2012 a janeiro/2016)



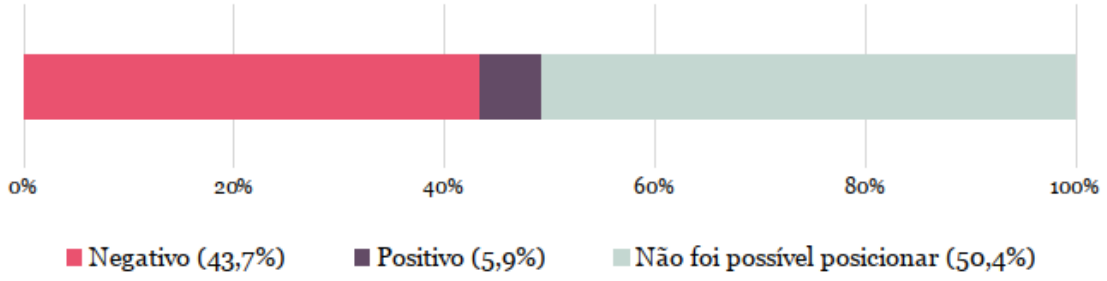
Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Cabe ampliar a reflexão sobre as consequências dessa associação dos movimentos sociais como autores de atos violentos. A própria escolha do que é tratado como violência — em um cenário marcado pela negação da cidadania mais básica, o direito de morar dignamente — revela opções discursivas relevantes a serem consideradas. Como afirma Rodrigues (2004, p. 15),

> A violência objetiva como a fome, a miséria, aparecem como necessárias para defender a ordem instituída. As manifestações contrárias à violência impetrada contra os trabalhadores são consideradas como violentas e devem ser combatidas. Cotidianamente os meios de comunicação desviam o olhar das violências perpetradas contra a classe trabalhadora para colocar em destaque a violência subjetiva e os eventos trágicos (desmoronamentos, enchentes) e não a tragédia da vida cotidiana que atinge a maioria. [...] As matrizes discursivas destacam, na mídia, os problemas como sendo de intolerância, desconhecendo, ocultando a desigualdade, a exploração e a injustiça.

Nesse sentido, as manifestações de rua e protestos dos moradores da Vila Soma também são enquadrados em certos campos de sentido. Entre o universo de 215 notícias analisadas, 63,3% citam manifestações — vale lembrar que em 2015 houve mais de 60 atos de rua dos ocupantes. Dentre as matérias que citam essas manifestações, 43,7% delas posicionam os protestos em um campo de sentidos negativo, contra 5,9% que o associam a um campo de sentidos positivo (Gráfico 8).

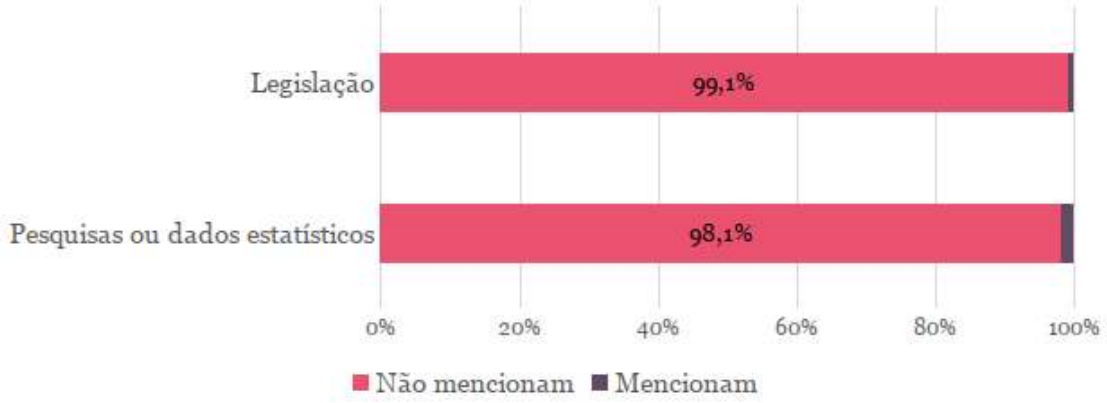
Gráfico 8. Matérias que posicionam os protestos da Ocupação Vila Soma em um campo de sentidos positivo, negativo ou equilibrado (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Uma última dimensão fundamental da análise aqui realizada diz respeito à qualidade do debate realizado nessa cobertura sobre o déficit habitacional e a luta por moradia. Nesse sentido, os gráficos a seguir evidenciam o silenciamento da luta da Ocupação Vila Soma, de suas pautas — a agenda da reforma urbana, a defesa do direito à moradia, o cumprimento da função social da propriedade e todo o arcabouço legal que sustenta a reivindicação por esses direitos. O Gráfico 9 demonstra que praticamente nenhuma notícia (apenas 0,9%) menciona a legislação ao tratar do conflito que envolve a Vila Soma. Além disso, quase a totalidade das matérias (98,1%) não traz dados estatísticos (sobre o déficit habitacional, por exemplo) ou pesquisas que pudessem qualificar o debate público sobre o tema da moradia e suas soluções.

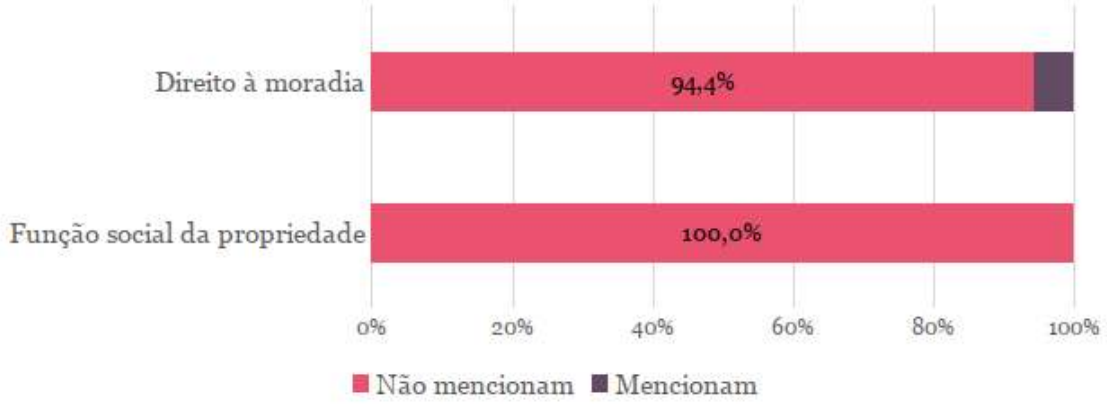
Gráfico 9. Notícias que mencionam dados estatísticos ou legislação entre as matérias sobre a Ocupação Vila Soma (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Ainda mais ilustrativo do silenciamento das pautas é o Gráfico 10, que demonstra a ausência nas matérias de menções a duas questões fundamentais da luta da Ocupação Vila Soma: o direito à moradia e a função social da propriedade.

Gráfico 10. Notícias que mencionaram direito à moradia ou função social da propriedade entre as matérias sobre a Ocupação Vila Soma (junho/2012 a janeiro/2016)



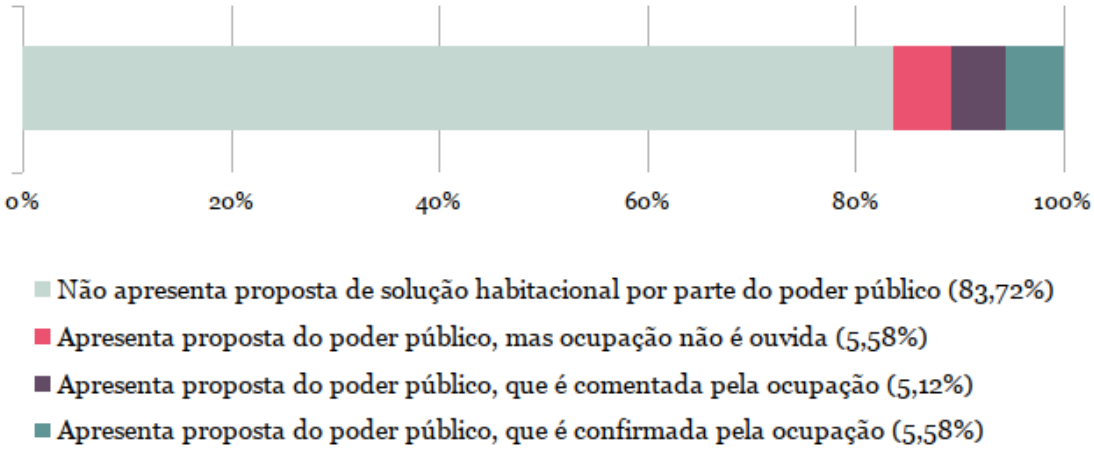
Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

A Ocupação Vila Soma protagonizava, então, um intenso conflito urbano marcado pela ocupação de uma propriedade abandonada há décadas, que não cumpria a função social da propriedade — apesar da previsão legal já mencionada. O próprio ato de ocupar, nesse caso, é uma denúncia da ausência de cumprimento da função social. O fato de nenhuma das 215 matérias mencionar a função social da propriedade é uma forte evidência do silenciamento da pauta da luta da ocupação. Outro dado alarmante é o fato de que 94,4% das notícias sequer mencionavam a pauta mais básica do movimento — o direito à moradia.

Por fim, a análise aponta que o papel do poder público em garantir uma solução habitacional foi pouco mencionado (Gráfico 11). A maioria das matérias não questiona o poder público sobre uma alternativa habitacional ou solução de realocação das famílias, em caso de remoção — tema de grande importância nesse período,

marcado por diversas tentativas de reintegração de posse com remoção dos moradores. Entre as poucas matérias que apresentavam uma proposta do poder público para a questão habitacional das famílias, cerca de um terço delas sequer vocalizou ocupantes sobre a solução apresentada, um terço confirmou a proposta com as lideranças da ocupação e outro terço ouviu moradores sobre o tema.

Gráfico 11. Notícias que discutem soluções habitacionais propostas pelo poder público — matérias sobre a Ocupação Vila Soma na mídia (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Esses dados são indicativos de que a participação dos moradores em uma solução para o caso que garantisse seu direito à moradia também foi silenciada ou teve sua importância desconsiderada pela cobertura midiática.

Considerações finais

A análise da cobertura midiática realizada nesta pesquisa confirma algumas hipóteses — de como essa cobertura reforça a estigmatização e o silenciamento das pautas dos movimentos sociais urbanos, condicionando a capacidade coletiva de colocar ideias distintas em circulação no território e disputar os sentidos sobre o futuro. A mídia construiu uma associação predominante da Vila Soma e de sua luta a atos criminosos e violentos e posicionou seus protestos em um campo de sentidos negativo. Isso revela o poder dos agentes que controlam os meios de comunicação de circular discursos conforme seus interesses e critérios próprios do que deveria ou não ter legitimidade no campo de reivindicações da sociedade. Conforme Miguel e Barioli (2010, p. 74), a noção de imparcialidade, ainda que legitime a compreensão de que práticas jornalísticas sejam capazes de produzir um espaço discursivo plural, não permite um tratamento adequado das ausências de diversidade e do contraditório — os meios de comunicação passam, assim, a definir quais os conflitos aceitáveis e não aceitáveis.

Partimos, aqui, do pressuposto de que a imparcialidade no jornalismo é um mito (REPÓRTER BRASIL, 2017); mas também muito presente no discurso jornalístico que, desse modo, contribui para tornar invisíveis discordâncias e diferenças que constituem um público efetivamente plural (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 74). Para Miguel e Biroli (2010), ao apresentar sua posição como não situada socialmente, os jornalistas e grupos de comunicação ocultam o fato de que sua perspectiva incorpora pressupostos e valores que naturalizam a ordem social e a política estabelecida.

Na presente análise, embora em alguns casos não tenham sido identificados posicionamentos explicitamente presentes, a grande maioria dos resultados demonstra que a Ocupação Vila Soma foi representada na mídia, durante seu período de maior engajamento na luta por moradia, associada a um campo de sentidos negativo. Além disso, o poder público (que desejava a remoção dos moradores) teve mais destaque e foi mais ouvido, enquanto foi sistematicamente silenciada a pauta do movimento de moradia e da agenda da reforma urbana que orienta as ocupações urbanas e que guiava as ações da Ocupação Vila Soma. O silêncio na mídia sobre a função social da propriedade e sobre o direito à moradia em matérias que tratavam da Vila Soma dizem muito sobre a decisão desses grupos midiáticos em interditar alguns temas no debate público, enquanto associam as lutas sociais à criminalização. Pesquisa realizada anteriormente pelo Intervozes (2014) já alertava que o jornalismo brasileiro apresenta "diversos equívocos textuais, técnicos e violações éticas que levam a impactos políticos relevantes", dado que a mídia concentrada tem papel relevante na sedimentação de valores e da própria construção da realidade compartilhada socialmente.

A luta dos ocupantes nesse período foi muito potente e repleta de aprendizados para o futuro. Como afirma Mandl (2017), depois de dezesseis ordens de desocupação revertidas, "as famílias tiveram ao menos o sossego provisório de ter um lar para conseguir dormir e seguir a batalha da vida no dia seguinte" (MANDL, 2017, p. 86). A articulação estratégica de ações do movimento entre espaços de ação inventados e convidados é um desses ensinamentos (SILVA; GARCIA; PASTI, 2017).

Um dos apontamentos importantes que é possível fazer a partir desta pesquisa diz respeito à centralidade e urgência das lutas pela democratização da comunicação entre os sujeitos que desejam a concretização da agenda da reforma urbana e outras perspectivas de direitos. Democratizar a comunicação a partir do território é potencializar a *comunicação ascendente* (PASTI, 2021), isto é, baseada nos lugares e nas trocas horizontais a partir dos agentes desses lugares. Trata-se, conforme Serpa (2011), de criar condições de que esses sujeitos possam enunciar seus próprios lugares e colocar em circulação outras possibilidades de vida e de futuro — que reconheçam a periferia, a favela e as ocupações como lugares de potência, e não apenas de ausência (GARCIA; LEONELLI, 2018). Para tanto, é necessário agir para, simultaneamente, potencializar as vozes desses lugares e agentes silenciados com uma ocupação tática da mídia (SERPA, 2011) e desvendar as formas como os agentes que hoje detêm o poder midiático mobilizam esse poder para produzir e circular sentidos que compõem o imaginário urbano dominante, para que seja possível disputar esses sentidos e, assim, o futuro de nossas cidades.

Referências

AGB-CAMPINAS. *Vila Soma, 9 anos — Lutas e desafios atuais - YouTube*, GT Urbana. Canal da AGB-Campinas: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OA7a5rbAQvU>. Acesso em: 1 ago. 2021. , 29 jun. 2021

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, André Dal' Bó Da. *Luta social e a produção neoliberal do espaço: as trajetórias das ocupações Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) –

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-03082020-151424/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

DENALDI, Rosana. Assentamentos Precários do Tipo Favela e Loteamento: Identificação, Dimensionamento e Tipologias de Intervenção. In: DENALDI, Rosana (Org.). *Planejamento habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos Planos Locais de Habitação*. São Paulo: Annablume, 2013.

GARCIA, Isadora; LEONELLI, Gisela. Ocupação Vila Soma: contra-racionalidades de um lugar potente e socialmente construído. In: URBFAVELAS (III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas), 2018, Salvador. *Anais*... Salvador: UrbFavelas, 2018.

INTERVOZES. *Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil 2019*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Repórteres Sem Fronteiras; Intervozes, 2019. Disponível em: <http://quemcontrolaamidia.org.br>. Acesso em: 3 mar. 2020.

INTERVOZES. *Vozes Silenciadas - a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. São Paulo: Intervozes, 2011.

INTERVOZES. *Vozes Silenciadas - Mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo*. São Paulo: Intervozes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia*: contribución a la teoría de las representaciones. Ciudad de México: FCE, 1983.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Cambridge: Blackwell, 1991.

LOPES DE SOUZA, Marcelo. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LOPES DE SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

MANDL, Alexandre. *Quando a regularização fundiária vira parte do problema: limites e dificuldades*. , ATHIS para o Direito à Moradia. Canal do Instituto Polis: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2BmOgs23w1c>. Acesso em: 1

ago. 2021. , 11 ago. 2021

MANDL, Alexandre. Vila Soma: uma experiência exitosa de articulação da advocacia popular com a Defensoria Pública. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, n. 5, 2017.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, p. 59–76, jun. 2010.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363, 22 dez. 2016.

PASTI, André. Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do território brasileiro. *Revista Sociedade & Natureza*, v. 30, n. 1, 2018.

PASTI, André. Território, comunicação ascendente e os meios alternativos, populares e comunitários na Argentina. *Revista Eptic*, v. 23, n. 2, 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 4.

RIZZATTI, Helena. A urbanização de Campinas/SP e a produção de informação nas maiores ocupações da cidade. *RUA*, v. 21, n. 2, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. *Cadernos Metrópole*, n. 12, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Violência contra movimentos populares e resistências. *Geografia em Questão*, v. 4, n. 1, 2011.

SABINO, Anderson. *Ocupar e resistir na periferia da metrópole campineira: o caso da Vila Soma – Sumaré-SP*. Trabalho de

Conclusão de Curso (Geografia) – Unicamp, Campinas, 2017.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006 [1996].

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1993].

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Edusp, 2008 [1988].

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007 [1987].

SAULE JR, Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. *DPH - diálogos, propuestas, historias para uma cidadania mundial*, Dossiê Direito à Cidade, 2009.

SERPA, Angelo. Por uma geografia das representações sociais. *OLAM. Ciência & Tecnologia*. v. 5, n. 1, 2005.

SERPA, Ângelo. *Lugar e mídia*. São Paulo: Contexto, 2011.

SERPA, Angelo. Teoria das representações em Henri Lefebvre. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 18, n. 3, 2014.

SILVA, Antonio Douglas; GARCIA, Isadora; PASTI, André. Ocupação Vila Soma (Sumaré/SP): resistência à cidade corporativa e luta pela cidadania territorial. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 7, n. 2, 2017.

SILVA, Armando. *Imaginários, estranhamentos urbanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

Submetido em: 31 de agosto de 2021.

Devolvido para revisão em: 26 de setembro de 2021.

Aprovado em: 15 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

ASSIS, M. L.; PASTI, A.; GARCIA, I. Silenciamentos da luta pelo direito à cidade: representações socioespaciais da ocupação Vila Soma Na Mídia. **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 462-492, Jan.-Jun./2021.

A QUESTÃO INDÍGENA BRASILEIRA: ANÁLISE GEO-HISTÓRICA E CENSITÁRIA

THE INDIGENOUS BRAZILIAN ISSUE: GEOHISTORY AND CENSITRY ANALYSIS

EL TEMA INDÍGENA BRASILEÑO: ANÁLISIS DE GEOHISTORIA Y CENSITRÍA

Lúcio Keury Almeida Galdino

Universidade Estadual de Roraima(UERR)

E-mail: lkagaldino@yahoo.com.br

Resumo:
Este manuscrito aborda a questão indigenista no Brasil, marcada por uma política em prol do "desenvolvimento" e "reconhecimento territorial", bem como o surgimento de movimentos que legitimaram a luta pelas demarcações das terras indígenas em território brasileiro. Tem como objetivo alavancar reflexões e informações sobre as terras e as populações indígenas do território brasileiro sob a óptica da condição espaço-tempo conduzida pela luz do conhecimento geográfico e outras Ciências afins. A metodologia se pautou em pesquisas bibliográficas, com visitas a bibliotecas públicas *(in loco)* e virtuais *(websites)*, além de visitas técnicas a órgãos governamentais, como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Portanto, o manuscrito revela a questão indígena em diversos panoramas estatísticos e busca enveredar as mais diversas discussões no plano da política pública indigenista.

Palavras-chave: Terra Indígena, Censo Demográfico, Indígena, Brasil.

Abstract:
This manuscript addresses the indigenous issue in Brazil, marked by a policy in favor of "development" and "territorial recognition", as well as the emergence of movements that legitimized the struggle for the demarcation of indigenous lands in Brazilian territory. Its objective is to leverage reflections and information about the lands and indigenous populations of the Brazilian territory from the perspective of the space-time condition guided by the light of geographic knowledge and other related Sciences. The methodology was based on bibliographic research, with visits to libraries public (*in loco*) and virtual (*websites*), in addition to technical visits to government agencies, such as: the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the National Indian Foundation (FUNAI). Therefore, the manuscript reveals the indigenous issue in various statistical panoramas and seeks to engage in the most diverse discussions in terms of indigenous public policy.

Keywords: Indigenous Land, Demographic Census, Indigenous, Brazil.

Resumen:
Este manuscrito aborda el tema indígena en el Brasil, marcado por una política a favor del "desarrollo" y el "reconocimiento territorial", así como el surgimiento de movimientos que legitimaron la lucha por las demarcaciones de las tierras indígenas en el territorio brasileño. Tiene como objetivo aprovechar las reflexiones e informaciones sobre las tierras y las poblaciones indígenas del territorio brasileño desde la perspectiva de la condición espacio-tiempo guiado por la luz del conocimiento geográfico y otras Ciencias afines. La metodología se basó en investigaciones bibliográficas, con visitas a bibliotecas públicas (*in loco*) y virtuales (*sitios web*), además de visitas técnicas a agencias gubernamentales, tales como: el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y la Fundación Nacional del Indio. (FUNAI). Por lo tanto, el manuscrito revela el tema indígena en varios panoramas estadísticos y busca incursionar en las más diversas discusiones en términos de política pública indígena.

Palabras-clave: Tierra Indígena, Censo Demográfico, Indígena, Brasil, Roraima.

Introdução

O presente manuscrito faz uma abordagem do território brasileiro sob a luz da questão indígena, onde se remete na tentativa de compreender através da pesquisa científica as mudanças/transformações culturais, (des/re)territorialidades e ge(et)nocídios que este povo sofreu, e que ainda sofre, na medida em que o Estado tem o compromisso, dentro da legalidade, em dar as garantias e os direitos, aos indígenas no Brasil.

Neste sentido, o manuscrito elenca seções com informações que organizadas da seguinte forma: **a)** a primeira, percorre pelo viés histórico promovendo um olhar nas relações adotadas pelo Estado com as populações indígenas, através de órgãos/institutos criados ao longo das décadas; **b)** a segunda, não menos relevante que a primeira, de caráter teórico com base quantitativa (censo demográfico) revela dados estatísticos que por sua vez traz relevância sobre a questão demográfica dos índios no Brasil e; **c)** o último, a terceira, no mesmo diapasão, apresenta os dados sobre as populações indígenas e a situação fundiária das terras por eles ocupadas tradicionalmente.

Contudo, este manuscrito científico, objetiva alavancar reflexões e informações sobre as terras/populações indígenas do território brasileiro, sob a óptica da condição espaço-tempo conduzida pela luz do conhecimento geográfico e outras Ciências afins.

Procedimentos Metodológicos

O trabalho foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas, com visitas a bibliotecas públicas *(in loco)* e virtuais *(websites)*, além de visitas técnicas a órgãos governamentais, como:

o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para recolhimento de informações e reunião de dados relativos ao tema do trabalho.

Foram aplicados procedimentos teóricos e metodológicos diferenciados de acordo com a disciplina tratada, que são: Geografia, Antropologia, História e Direito. Buscou-se integrar os procedimentos teóricos e metodológicos de maneira interdisciplinar, integrando-os de modo a alcançar uma compreensão da leitura étno-geográfica (indígena) do território brasileiro, no entendimento das relações censitárias, onde se desenvolveram abordagens epistemológicas de caráter: **i)** Geográfico: com Santos (2004), Raffestin (1993), Claval (1997), Haesbaert (2002), dados da FUNAI/IBGE (2010) etc; **ii)** Antropológico: nas concepções de Oliveira e Freire (2006) etc; **iii)** Histórico e Legal: com Lima e Barreto Filho (2005), além de outros autores que contribuíram ao entendimento da questão indígena para este trabalho.

Breve Histórico do Surgimento da Política Indigenista no Brasil: a Criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN

Durante o século XVIII e XIX, as metrópoles colonizadoras europeias, principalmente Portugal, alinhadas com os pensamentos iluministas, a exemplo de Rousseau, difundia a imagem dos indígenas pelo "Velho Mundo" como o "bom selvagem". Em contraponto, a expansão/conquista territorial se concretizava e os interesses materiais pela coroa portuguesa, frutos de um capitalismo em recente transição (comercial para industrial), se moldavam em

ações/políticas de intervenção que objetivava inserir os indígenas dentro de um "padrão de civilização" sob os parâmetros culturais europeus (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

> [...] Aspectos positivos e negativos dos povos indígenas também estiveram em confronto no séc. XIX, contrapondo visões tutelares e científicas, bem como assimilacionistas e românticas dos índios [...] imagens sobre os povos indígenas produzidas por desenhistas e pintores (artistas) que integravam missões científicas de história natural, cujo método de ação baseava-se na observação [...] A partir dessas observações de campo, os índios seriam posteriormente enquadrados em "estágios sociais", correspondentes às noções oriundas das ideias evolucionistas que começaram a impor-se na metade do século XIX [...] No Brasil, o principal defensor da postura repressiva foi o historiador Francisco Adolfo Varnhagen. Ao se basear no discurso etnocêntrico de cronistas coloniais que criaram uma imagem de "sociedade selvagem", onde imperavam o nomadismo, as guerras de extermínio e a vingança, entre outras características, Varnhagen defendia as guerras coloniais. O historiador acreditava que os "vícios" indígenas eram originários do nomadismo, já que só o sedentarismo promovia a civilização de povos [...] Por outro lado, políticos como José Bonifácio de Andrada e Silva, representando o pensamento do Império, defenderam a humanidade e a perfectibilidade dos índios [...] influenciou a legislação indigenista Imperial, inclusive o artigo da Constituição de 1823 que determinava a criação de estabelecimento de catequese e civilização dos índios (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 93-95).

No Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva apresentava um pensamento, no período Imperial, que "defendia" as questões humanas, em especial, dos índios, onde influenciou na legislação indigenista no período Imperial, inclusive na Constituição de 1823

(OLIVEIRA; FREIRE, 2006). Ainda Oliveira; Freire (2006, p. 95) relata que "o Estado brasileiro daria aos índios hostis a oportunidade de constituírem uma sociedade civil. Tais ideias acabaram formalizadas no Regulamento das Missões de 1845".

A iniciativa do pensamento de José Bonifácio influenciou o esforço pós-independência de construir uma imagem de nação livre e moderna ao Brasil, tendo em vista que cabia ao Governo e seus dirigentes políticos apropriarem-se da imagem do "bom selvagem" que continuava a ser difundida pelo Romantismo europeu, encontrando sua expressão brasileira no "indianismo" literário (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

> A valorização do meio ambiente e do indígena, do "selvagem" que se revelava nobre e altivo, encontrava expressões em prosa e verso. A obra mais significativa em prosa foi a do romancista José de Alencar (1829-1877), enquanto Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) pontificava na poesia. Alencar não estudou as culturas indígenas, daí a excessiva idealização presente em sua obra, ao contrário de Gonçalves Dias que visitou aldeias indígenas na Amazônia e estudou linguística e etnografia (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 95).

Para Oliveira; Freire (2006, p. 95), essas obras literárias influenciaram a construção do pensamento das três raças, que o chama de "a mistura como destino e fator de unidade nacional". Cabe destacar que nesse período existia a preocupação da defesa do território nacional e que um fato relevante na História, após a Guerra do Paraguai (1865-1870), o governo imperial brasileiro adotou uma série de medidas à defesa e à ocupação da imensa região amazônica, principalmente nas fronteiras a oeste do território por ser mais vulnerável.

Para ter o controle do território, o governo iniciou o desbravamento da região, instalando postos militares e criando vilas e povoados, de forma a incentivar as atividades econômicas locais. O então militar do Exército brasileiro, Cândido Rondon, em 1890 atuou na "Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia" e com o Major Gomes Carneiro aprendeu a orientar os trabalhadores e evitar confrontos com índios que resultou a ele o papel de ser responsável pelos trabalhos de conservação dessa linha telegráfica até o final daquele século (GAGLIARDI, 1989).

Em 1890, Rondon foi nomeado para chefiar os trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso, nos relatórios descreveu em vários momentos a sujeição e o trabalho escravo de indígenas nas fazendas da região. Acreditava que os índios "não contatados" poderiam se tornar bons brasileiros, mão-de-obra empregada tanto na defesa das fronteiras como no desenvolvimento econômico (RONDON, 1949).

Os trabalhos da Comissão, sob chefia de Rondon, geraram inúmeras publicações científicas, expondo a técnica de pacificação adotada por Rondon, onde evitava confrontos com os índios em seus territórios (BIGIO, 2003). Em 1909, Rondon participou do debate público que ocorria no Rio de Janeiro e em São Paulo onde o tema era sobre o futuro dos índios e da colonização do país, e nesse contexto iniciou a "gestação" do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN (SOUZA LIMA, 1987).

Com o Regulamento do SPILTN, estabelecido pelo Decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, determinava no art. 2°, § 2 que a assistência aos índios devia "garantir a efetividade da posse dos territórios ocupados por índios e, conjuntamente, do que neles se

contiver, entrando em acordo com os governos locais, sempre que for necessário" (OLIVEIRA; FREIRE, 1947, p. 93). Nesse momento, inicia o compromisso do governo brasileiro, na fomentação de um órgão, em prol da questão indígena.

Por fim, anos mais tarde, o SPILTN tem sua nomenclatura mudada e passa a ser Serviço de Proteção aos Índios – SPI até o ano de 1967. Com o Art. 1º, item I, alínea b, da Lei no. 5371/67 é criada a Fundação Nacional do Índio – FUNAI com a missão em executar uma política indigenista de proteger e assegurar os índios dentro da perspectiva de uma estratégia de ocupação territorial do país e dar a "garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes" (FUNAI, 1983, p. 32).

A questão demográfica indígena no Brasil: reflexão a partir de dados censitários

A questão indígena no Brasil foi relegada por séculos e, cabe a discussão nesse manuscrito. A compreensão do histórico sobre o recenseamento brasileiro é importante na medida em que as informações sobre a cor da pele da população também estão ligadas diretamente à questão do índio. Assim, é necessário elaborar um recorte temporal (Tabela 01) que explica, historicamente, a investigação da raça/cor da população brasileira cujos dados têm seu início no ano de 1872, quando ocorre o primeiro levantamento censitário, onde o recenseado livremente podia se auto classificar entre: branco, preto, pardo ou caboclo (IBGE, 2010).

> O séc. XIX foi marcado pelo debate científico a respeito da classificação dos indígenas em termos evolutivos, sendo dado grande destaque à noção de raça. Alguns cientistas postularam a decadência (degenerescência) dos povos da América, havendo dois principais representantes dessa concepção nos estudos e nas discussões ocorridas no Brasil: von Martius e Varnhagem. Esta era uma questão central para o destino dos índios, pois envolvia duas atitudes políticas contraditórias, enfatizando ora os empreendimentos pedagógicos, ora as práticas repressivas e militares (uma vez que eram concebidos como a caminho da extinção (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 94).

Vale ressaltar que nesse período estava presente na sociedade, a escravidão e que os "senhores" classificavam os escravos entre duas categorias: negro ou pardo (IBGE, 2010).

As informações fazem refletir sobre o descaso, no passado, do governo com a questão indígena, haja vista que a história do Brasil é marcada e legitimada pela forte presença desse grupo em território brasileiro.

Tabela 01: Investigação da cor pelos censos realizados no Brasil

Ano do Censo	Investigação da cor
1872	Branco, preto, pardo e caboclo.
1880	Censo não foi realizado.
1890	Branco, preto, mestiço e caboclo.
1900 e 1920	Informação sobre a cor não foi objeto da pesquisa.
1940	Preto, branco e amarelo.
1950	Branco, preto, amarelo e pardo.
1960	Branco, preto, amarelo, pardo e índio*.
1970	Informação sobre a cor não foi objeto da pesquisa.
1980	Branco, preto, amarelo e pardo.
1991; 2000 e 2010	Branco, preto, amarelo, pardo e índio.

Fonte: IBGE (2010).

*Este quesito era somente para aqueles indivíduos que habitavam em aldeamentos ou postos indígenas.

As informações do IBGE sobre a população indígena estão presentes desde a década de 1990, quando, nesse período, o Censo Demográfico de 1991 coletou pela primeira vez dados sobre a questão indígena brasileira, com base no quesito cor ou raça (IBGE, 2010).

Os resultados do Censo 2000 percebem um crescimento da população indígena, passando de 294 mil (em 1991) para 734 mil indígenas em apenas nove anos. Esse crescimento, segundo o FUNAI & IBGE (2010) está relacionado, principalmente, com o número de pessoas que se reconheceram como indígenas, principalmente nas áreas urbanas do país.

Cunha e Almeida (2001) *apud* Falcão *et al.* (2012, p. 170) esclarecem que:

> [...] nos últimos vinte anos os povos indígenas na Amazônia avançaram muito no que se refere ao reconhecimento cultural, pois, nos anos 70 os governadores não se pejavam de referir-se a eles como "entraves ao progresso". A partir da Constituição de 1988, Capítulo 231, esses povos passaram a ter seus direitos reconhecidos, assim como sua capacidade de conservação através do saber ambiental por eles praticados.

A partir desses números, surgem vários questionamentos sobre os Censos de 1991 e 2000, são eles: a filiação étnica e linguística desses índios; onde viviam e por que haviam mudado sua resposta entre um censo e outro.

No Censo Demográfico de 2010, foram introduzidas diversas perguntas específicas para as pessoas que se declaravam indígenas e com isso novas variáveis e informações foram obtidas a fim de

compreender e atender essa parcela minoritária da população brasileira.

Na atual conjuntura política, existem políticas públicas voltadas para causas indígenas, porém existem muitos desafios a serem realizados e, com isso, o governo brasileiro dá incumbência/competência a órgãos governamentais como FUNAI, IBGE e SESAI para juntos atenderem os anseios das comunidades tradicionais, dentre elas, as indígenas.

Nessa perspectiva, o Censo 2010 (Tabela 02) divulgou que 896,9 mil indivíduos se declararam indígenas, o que representa cerca de 0,5% da população brasileira, destes 63,8% viviam em áreas rurais e 36,2% em áreas urbanas, onde aproximadamente um total de 517 mil, ou 57,7%, habitavam em terras indígenas - TI's oficialmente reconhecidas (IBGE, 2010).

Tabela 02: População indígena, por situação do domicilio, segundo a localização do domicílio – Brasil – 2010

Localização do domicílio	População indígena por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	896.917	324.834	572.083
Terras Indígenas	517.383	25.963	491.420
Fora de Terras Indígenas	379.534	298.871	80.663

Fonte: IBGE (2010).

Esses dados revelam, claramente, que a terra (meio natural) e o índio possuem uma relação, um estreito vínculo, relação ao uso e, consequentemente, na sua sobrevivência.

Portanto, para FUNAI, as terras indígenas (TI's) são porções do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou

mais povos indígenas. Estes apresentam peculiaridades de costumes, crenças e língua, de formas de inserção com o meio ambiente, de história de interação com os colonizadores e de relação com o Estado nacional brasileiro (IBGE, 2010).

As Terras Indígenas e a População Indígena no Brasil

Ao iniciar o entendimento sobre TI's e nela sua representatividade - os indígenas - cabe refletir na Geografia sobre o que diz a construção do espaço que antecede a construção do território, o qual cabe levantar os fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de seus movimentos de causa e efeito, seja pela constatação de como a comunidade se organiza para formar um organicismo social (SANTOS, 2004).

> O passado, entretanto, pode ser definido mais facilmente. Quanto ao presente, antes se especula sobre ele [...] O atual é tanto mais difícil de apreender, nas fases em que a história se acelera, quanto nos arriscamos a confundir o real com aquilo que não o é mais (SANTOS, 2004, p. 13-14).

O ser humano, desde os seus primórdios, utiliza o espaço para se organizar, promovendo mudanças ao se territorializar. Nesse momento de discussão sobre espaço e território, é relevante compreender esses termos, tendo em vista a complexidade para defini-los (GALDINO, 2007).

> Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usados sem critérios, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se

> privavam de distinções úteis e necessárias [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A existência da História traz uma compreensão melhor da estrutura social, onde se reconhecem as categorias da realidade e as de análise que, segundo Santos (2004, p. 15) "[...] por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise".

O território pode ser entendido nas duas categorias citadas anteriormente, no que se referem às categorias de análise, o indígena passa a ser um objeto de estudo, para os órgãos públicos e privados, onde é levado em conta o seu passado histórico, não ocorrendo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é. As categorias de realidade são os reconhecimentos do território do índio enquanto presente (GALDINO, 2007).

Compreender o território não é uma missão de cunho fácil, pois toda territorialidade se constrói por meio de ações antrópicas, cujos indivíduos estabelecem relações, seja de conflitos ou de harmonia. Portanto, o território não é um simples instrumento de caráter, predominantemente político-econômico e/ou espaço público de exercício de uma (pretensa) cidadania, mas de um espaço de identificação e (re)criação do/com o mundo, a "natureza" (HAESBAERT, 2002).

Para entender essa dinâmica territorial, em especial as TI's, faz-se valer a questão comportamental (hábitos e costumes) que envolve os valores culturais e que são estudados pela Antropologia. Esta Ciência, paralelamente, busca em seus estudos/trabalhos apoiados, principalmente, na Sociologia e na História onde Lima e Barreto Filho (2005, p. 10) esclarecem ao pensar sobre esse assunto.

> [...] o esforço de análise sociológica e histórica das práticas relativas à participação de antropólogos na definição de terra indígenas (TI's) no Brasil, em especial na etapa do procedimento administrativo da sua demarcação, denominada 'identificação'. Tal esforço foi realizado ao longo do Projeto Estudo sobre terras indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos naturais (PETI), de 1985 a 1993, no Museu Nacional-UFRJ, com financiamento da Fundação Ford e do CNPq.

A identificação é a etapa administrativa inicial das intervenções governamentais que definem "as territorialidades" no território brasileiro, as TI's. Estes procedimentos administrativos remetem a um processo de territorialização, na atualidade, dos povos indígenas que têm embutido, no seu conhecimento, as crenças dos valores e das representações, entretecidos em disposições, práticas e dispositivos vigentes em toda a ação fundiária governamental, sobretudo em relação a como é concebida a participação dos antropólogos nessas tarefas de governo (LIMA & BARRETO FILHO, 2005).

Lima e Barreto Filho (2005) mencionam um marco importante que foi a Constituição Federal (CF) de 1988, no 1º. Parágrafo do Art. 231, onde afirma que as TI's são tradicionalmente ocupadas pelos índios, por eles habitadas em caráter permanente com a utilização para suas atividades produtivas, imprescindíveis à

preservação dos recursos ambientais essenciais a seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Corroborando, o IBGE revela que:

> A posse, o usufruto e o controle efetivo da terra pelos índios têm sido reconhecidos como condição *sine qua non* para a sobrevivência dos povos indígenas. A ausência ou pouca disponibilidade de terras tem, reconhecidamente, enormes impactos sobre o cotidiano das sociedades indígenas, afetando não somente os padrões de subsistência como também de caráter simbólico no plano da etnicidade (IBGE, 2010, p.15-16).

Contudo, no mundo contemporâneo, as expressões culturais estão diretamente relacionadas à terra e ao comportamento que os indivíduos estabelecem com ela, onde pode apresentar uma complexidade e diversidade cultural. Portanto, deve-se dar relevância à Geografia Cultural que estuda as manifestações conjunturais de cultura, e o significado desse termo não só varia na antropologia ou nas ciências humanas, como também se refere a realidades diferentes e abstratas.

> A geografia cultural está associada à experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a si definir, a construir sua identidade e a se realizar. A geografia cultural demorou muito para se constituir, uma vez que ela necessita, para se desenvolver, que a disciplina não seja somente uma ciência natural de paisagens e de regiões, como o era no começo do século, e que não se reduza à análise dos mecanismos que permitem às sociedades funcionar, triunfando sobre o obstáculo da dispersão e da distância, segundo os esquemas que prevaleciam nos anos 1960. É preciso que ela

> se torne uma reflexão sobre a geograficidade, ou seja, sobre o papel que o espaço e o meio tem na vida dos homens, sobre o sentido que eles lhes dão e sobre a maneira pela qual eles os utilizam para melhor se compreenderem e construírem seu ser profundo (CLAVAL, 1997, p. 89-90).

O pensamento que a geografia cultural tem sobre a terra, o homem e, consecutivamente, suas manifestações culturais revela uma comunhão no que se propõe a legalidade das TI's e gera a relevância da legitimação da territorialidade indígena, que se compreende por todo um processo administrativo de regularização fundiária para que os indígenas possam estar em condição de usufruto da terra, porém sob orientação e fiscalização (CLAVAL, 1997 e LIMA & BARRETO FILHO, 2005).

O processo administrativo de legalidade/legitimação do território indígena perpassa pelas seguintes etapas: identificação e delimitação, demarcação física, homologação e registro das TI's, definido na Lei n°. 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), e no Decreto de n°. 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Segundo o IBGE (2010), a CF vigente esclarece que as fases do procedimento demarcatório são definidas por ato do Presidente da República que consistem, atualmente, nas seguintes situações (Quadro 01):

Quadro 01 - Processo administrativo de regularização fundiária das terras indígenas

Fases	Situações	Finalidades
1ª.	Em estudos	Realização de estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a delimitação da terra indígena.
2ª.	Delimitadas	Terras que tiveram a conclusão dos estudos publicados no Diário Oficial da União pela FUNAI e se encontram

		em análise pelo Ministério da Justiça para expedição de Portaria Declaratória da Posse Tradicional Indígena.
3ª.	Declaradas	Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória e estão autorizadas para serem demarcadas.
4ª.	Homologadas	Terras que, foram demarcadas e tiveram seus limites homologados pela Presidência da República.
5ª.	Regularizadas	Terras que, após a homologação de seus limites, foram registradas em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União.
6ª.	Reservas indígenas	Terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que não se confundem com as de posse tradicional e, por esse motivo, não se submetem aos procedimentos anteriormente descritos.

Fonte: IBGE (2010).

O Censo Demográfico de 2010, juntamente com dados fornecidos pela FUNAI, legitimou a existência de 505 terras indígenas reconhecidas com informações de limites territoriais que compreendem 12,5% do território brasileiro representada por 106.739.926 ha (Tabela 03), onde a maior expressividade de TI's, cerca de 99%, encontra-se na Amazônia Legal (IBGE, 2010). Esse estudo considerou "terras indígenas" aquelas que compreendiam as seguintes situações: Declaradas, Homologadas, Regularizadas e Reservas Indígenas, entretanto até no Censo encontravam-se 182 TI's em processo de demarcação, ou seja, essas não foram incluídas nessa pesquisa.

Tabela 03: Números de terras indígenas e superfície, segundo a situação fundiária do Brasil – 2010

Situação fundiária	Terras Indígenas	
	Número	Superfície (ha)
Total (1)	505	106.739.926
Declarada	49	2.689.058
Homologada	27	4.761.758
Regularizada	405	99.240.743
Em processo de aquisição com Reserva Indígena	24	48.347

Fonte: IBGE (2010).

No que tange à população indígena, os resultados do Censo Demográfico 2010 oriundos do quesito cor ou raça, 817,9 mil indivíduos se declararam indígenas e outros 78,9 mil indivíduos se consideraram indígenas, gerando um total de 896,9 mil indígenas, o que representa uma margem aproximada de 0,5% da população brasileira (IBGE, 2010). Ainda o Censo, como mostra a Tabela 04, revela que a Região Norte tem a maior concentração de indígenas, entre as regiões do Brasil, com 342 mil indígenas se torna a região mais populosa nesse quesito no país (IBGE, 2010).

Cabe comentar que a Região Nordeste recebe destaque diante das demais regiões no que se refere aos indígenas que estão fora de suas TI's, mais de 126 mil, o que representa 33,4% (Tabela 04), onde nesse universo pesquisado, de indígenas, 57,7% residiam em TI's e 42,3% fora delas (IBGE, 2010).

A pesquisa identificou pela situação do domicílio, enquanto nas áreas urbanas, 8% dos indígenas estavam residindo nas TI's e 92% fora delas, nas áreas rurais apresenta-se o inverso, 85,9% estavam nas terras e 14,1% fora delas (IBGE, 2010).

A Região Norte, no que se refere à questão indígena, recebe destaque e merece atenção dos órgãos governamentais, pois existem TI's com realidades diferentes dentro de um contexto geral presenciado pelos governos e comunidades científicas. Nesse sentido, é relevante destacar que a TI Yanomami, que está localizada nos estados do Amazonas e Roraima, tem em sua territorialidade 25,7 mil indígenas, o que representa 5% da totalidade de indígenas indicados pelo Censo (IBGE, 2010).

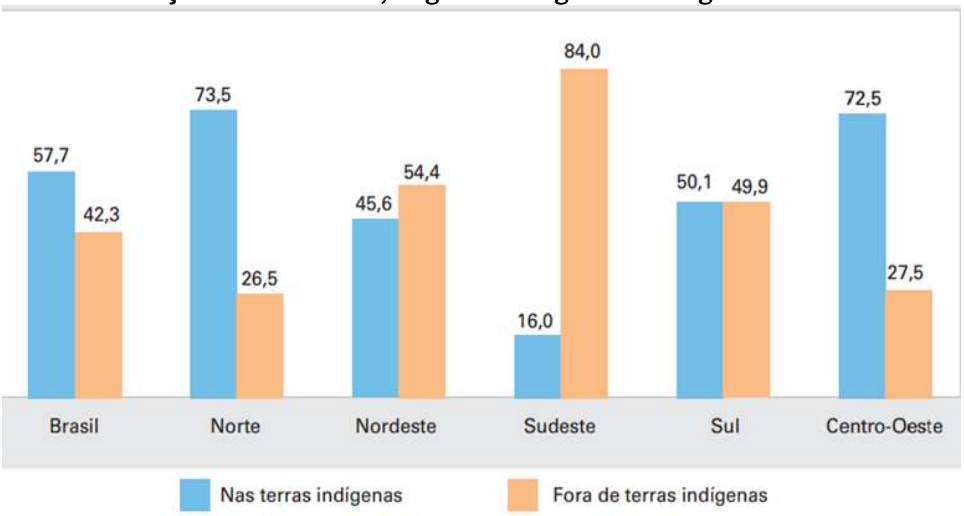
Tabela 04: População indígena e distribuição percentual do Brasil

Grandes Regiões	Total	Localização do domicílio			
		Terras Indígenas			Fora de Terras Indígenas
		Total	Condição de indígena		
			Declararam-se indígenas	Não se declararam, mas se consideravam indígenas	
Brasil	896.917	517.383	483.429	78.954	379.534
Norte	342.836	251.891	214.928	36.963	90.945
Nordeste	232.739	106.142	82.094	24.048	126.597
Sudeste	99.137	15.904	14.727	1.177	83.233
Sul	78.773	39.427	35.599	3.828	39.346
Centro-Oeste	143.432	104.019	91.081	12.938	39.413
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	38,2	48,7	49,0	46,8	24,0
Nordeste	25,9	20,5	18,7	30,5	33,4
Sudeste	11,1	3,1	3,4	1,5	21,9
Sul	8,8	7,6	8,1	4,8	10,4
Centro-Oeste	16,0	20,1	20,8	16,4	10,4

Fonte: IBGE (2010).

Ao abordar um contexto regional, as Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram a maior concentração de população indígena residente nas terras, com respectivamente, 73,5% e 72,5%, e enquanto nas Regiões Sudeste e Nordeste, os indígenas eram mais representativos fora das terras, com respectivamente, 84% e 54,4%, conforme o Gráfico 01.

Gráfico 01: Distribuição percentual da população indígena, por localização do domicílio, segundo as grandes regiões – 2010



Fonte: IBGE (2010).

Conforme mencionado, anteriormente, na Amazônia Legal concentra-se, aproximadamente, 99% do total da extensão das TI's do país, o que representa mais de 103 milhões de hectares, onde vivem cerca de 60% da população indígena do país. Os outros 40% estão em pouco mais de 1% restante das TI's, distribuídas pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e do Estado do Mato Grosso do Sul (ARAÚJO, 2006).

Portanto, com esse panorama estatístico, as TI's que estão fora do limite da Amazônia Legal são áreas com pequena extensão territorial e maciçamente povoadas, gerando, como resultado, constantes conflitos entre índios e não-índios, onde envolve a questão do/pelo território. Cabe nesse momento destacar que os povos indígenas, principalmente na Amazônia, estão sofrendo diversos tipos de ataques, de caráter: **Social**, atentados/crimes contra a vida humana e a dignidade humana; **Cultural**, atravancar/alterar as diversas manifestações culturais e; **Ambiental**, crimes ligados ao meio ambiente como: queimadas, extrativismos vegetal (retirada de madeiras) e mineral (o garimpo ilegal) estes são oriundos da ganância pela posse e uso do território indígena.

Considerações Finais

O manuscrito apresentado revelou a questão indígena no Brasil em diversos panoramas estatísticos, conciliado à referenciais teóricos, onde busca enveredar e subsidiar as mais diversas discussões no plano da política pública indigenista. Isto, justamente, por trazer informações/dados que exprimem a realidade dos povos indígenas.

No Brasil, as questões indígenas, de um modo geral, sempre foram tratadas com descasos. Os órgãos públicos "responsáveis" por elas, durante muitos anos, foram seus próprios algozes e acabaram fechando os olhos aos grileiros. Estes foram coniventes com essa situação através da sua omissão, da sua burocracia e pelo lento e doloroso processo de legitimação e demarcação de terras indígenas.

Portanto, ao longo da história brasileira, os indígenas foram relegados e o seu reconhecimento étnico pelo governo estagnou-se por décadas, e porque não falar por século? Ocasionando, assim, uma morosidade no reconhecimento das suas territorialidades, do sagrado, da subsistência, cabendo ressaltar que, atualmente, no contexto do cenário político trava-se uma verdadeira luta contra as diversas políticas de deslegitimação das suas territorialidades (a exemplo: o projeto de Lei – "marco temporal" das terras indígenas).

Por fim, faz-se necessário respeitar a história e a cultura de um povo que são os verdadeiros donos das terras brasileiras, os indígenas

Referências

ARAÚJO, A. V. et. al. *Povos indígenas e a lei dos "brancos":* o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação/SECAD/UNESCO, 2006.

BIGIO, E. S. *Linhas teleféricas e integração de povos indígenas:* as estratégias políticas de Rondon (1889-1930). Brasília: CGDO/FUNAI, 2003.

CLAVAL, P. As abordagens de geografia cultural. In: Castro, I. E. *et. al.* (Org.). *Explorações Geográficas.* Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1997.

FALCÃO, M. T et. al. *Práticas ambientais e meio ambiente:* alguns apontamentos na comunidade indígena Boca da Mata – RR. In: SCARLATO, F. C. *et. al.* Amazônia: terra e água. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. *Legislação e jurisprudência indígenas.* Brasília: MINTER, 1983.

_____. *Censo de 2010.* Disponível em <www.funai.gov.br>. Acesso em: 05. nov. 2014.

GAGLIARDI, J. M. *O indígena e a República.* São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

GALDINO, L. K. A. Os caminhos da territorialidade da etnia Pitaguary: o caso da Aldeia de Monguba no município de Pacatuba no Ceará. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Programa de pós-graduação em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos.* Niterói: EdUFF/Contexto, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 2010:* características gerais dos indígenas – resultados do universo. Rio de Janeiro: MPOG/IBGE, 2010.

LIMA, A. C. S.; BARRETO FILHO. H. T. Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. In: LIMA, A. C. S.; BARRETO FILHO, H. T. (Orgs.). *Antropologia e identificação:* os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil (1977-2002). Rio de Janeiro: Contra capa livraria, 2005.

OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C. A. R. *A presença indígena na formação do Brasil.* Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

RAFFESTIN, J. C. *Por uma Geografia do Poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RONDON, C. M. S. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem.* São Paulo: Edusp, 2004.

SOUZA LIMA, A. C. "Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da 'proteção fraternal' no Brasil". In: OLIVEIRA, J. P. (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Marco Zero: Ed. UFRJ, 1987.

Submetido em: 15 de setembro de 2021.

Devolvido para revisão em: 15 de fevereiro de 2022.

Aprovado em: 25 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

GALDINO, L. K. A. A questão indígena brasileira: análise geo-histórica e censitária. **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 493-517, Jan.-Jun./2021.

TERRITORIALIDADES INDÍGENAS TAPEBA EM CAUCAIA (CE): TRAJETÓRIA DE LUTA E CONTINUIDADE DO POVO

TAPEBA INDIGENOUS TERRITORIALITY INTO CAUCAIA (CE): TRAJECTORY OF FIGHT AND THE PEOPLE'S CONTINUITY

TERRITORIALIDAD INDÍGENA TAPEBA EN CAUCAIA (CE): LA TRAYECTORIA DE LA LUCHA Y LA CONTINUIDAD DEL PUEBLO

VITÓRIA ALVES LIMA

Universidade Estadual do Ceará – UECE

E-mail: valveslima8@gmail.com

Resumo

Os povos indígenas possuem formas particulares de viver e utilizar os recursos disponíveis em determinados espaços. O território, para uma população indígena, é compreendido enquanto um espaço voltado para a reprodução cultural e simbólica, e dessa forma, podem ser identificadas sob a óptica da ciência geográfica, as territorialidades indígenas em ambientes urbanos, como é o caso do povo Tapeba. O povo Tapeba habita o município de Caucaia (CE) e possuem parte de sua terra delimitada, porém não homologada, como consequência disso, apropriam-se de alguns ambientes do município, com o intuito de realizar atividades cotidianas, e é nesse sentido que se tem como objetivo realizar a leitura da formação de territorialidades indígenas Tapeba no município de Caucaia (CE). Para a realização do estudo, fez-se necessário a organização de um levantamento bibliográfico, a participação da população e, para identificação dos espaços de convivência dos Tapeba, utilizou-se ferramentas de geoprocessamento. Com isso, identificou-se espaços de convivência para estudo, lazer e trabalho.

Palavras-chave: Territorialidade, Território, Tapeba.

Abstract

Indigenous peoples have particular ways of living and using the resources available in certain spaces. The territory, for indigenous population, is understood as a space dedicated to cultural and symbolic reproduction, and in this way, the territoriality can be identified, from the perspective of the geographic science, as is the case of the Tapeba people. The Tapeba people, inhabit the municipality of Caucaia (CE), have part of their land delimited, but not approved, as a consequence of this, they appropriate some environments of the municipality, in order to carry out daily activities, in this sense, aims to read the formation of Tapeba indigenous territorialities in the municipality of Caucaia (CE). In order to carry out the study, it was necessary to organize a bibliographic survey, participation of the population, and to identify the living spaces of the Tapeba, geoprocessing tools were used. With this, spaces of coexistence were identified for study, leisure and work.

Keywords: Territory, Territoriality, Tapeba.

Resumen

Los pueblos indígenas tienen formas particulares de vivir y utilizar los recursos disponibles en determinados espacios. El territorio, para una población indígena, se entiende encuanto un espacio dedicado a la reproducción cultural y simbólica, y de desta manera, desde la perspectiva de la ciencia geográfica se pueden identificar, la territorialidad indigena en entornos urbanos, como es el caso de los indigenous Tapeba. El pueblo Tapeba, habita el municipio de Caucaia (CE), tiene parte de su terreno delimitado, pero no homologado, assí de ello, se apropian de algunos ambientes del municipio, con el fin de realizar actividades cotidianas, y es en este sentido que tenemos como objetivo identificar la formación de territorialidad indígenas tapeba en el municipio de Caucaia (CE). Para realizar el estudio, fue necesario realizar un levantamiento bibliográfico, realizar una entrevista con la población, y para identificar las territorialid de los Tapeba, se utilizaron herramientas de geoprocesamiento. Con ello, se identificaron espacios de convivencia para el estudio, el ocio y el trabajo.

Palabras clave: Territorialidad, Territorio, Tapeba.

Introdução

Assim como no Nordeste do Brasil, o estado do Ceará apresentou durante muito tempo em sua história algumas marcas da colonização europeia. Uma das principais marcas desse período foi o preconceito explícito aos povos indígenas, negros e quilombolas que, consequentemente, desencadeou em uma onda de negação das respectivas identidades. No estado, esse cenário passou a ser alterado no ano de 1950, onde antropólogos, historiadores e folcloristas afirmam a existência de grupos "remanescentes indígenas" no litoral oeste do Ceará, sendo esses pertencentes a etnia Tremembé.

Passado o tempo, mais precisamente em meados da década de 1970, surgem notícias veiculas na mídia local a respeito da existência de um grupo indígena no atual município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza — RMF, o referido grupo correspondia aos Tapeba. Nas notícias, eram descritas as condições precárias em que os sujeitos estavam vivendo e, a partir disso, as autoridades e pessoas ligadas aos movimentos sociais tomaram conhecimento da existência de população indígena no município e sentiram a necessidade de prestar solidariedade ao povo.

Dessa forma, os indígenas sentiram a necessidade de se organizar em prol de alcançar interesses em comum. Dito isso, em meados de 1980, articulam, com a participação de missionários da Igreja Católica, um movimento que visava a reivindicação à educação, terra, saúde e moradia. Nesse sentido, os Tapeba vão alcançando notoriedade, e durante a década de 1990, realizam um rompimento com a Igreja Católica, tornando suas lutas ainda mais independentes. Além disso, propõem com outras etnias a criação do movimento indígena no estado do Ceará, com o objetivo articular os interesses em comum de forma coletiva.

Atualmente, o povo Tapeba habita o município de Caucaia e estão distribuídos em 18 comunidades. Apesar dos anos de luta, ainda não possuem sua terra homologada e aguardam a decisão judicial. A população alega que o estudo de delimitação não contempla toda a área por eles habitada e, dessa forma, eles se apropriam de alguns ambientes para realizar atividades cotidianas: esses espaços normalmente são utilizados, em sua maioria, por população indígena. Isso levou a pensar sobre a formação de territorialidades indígenas Tapeba em Caucaia (CE).

Após essa breve leitura sobre os Tapeba, faz-se necessário entende-los sob a ótica da ciência geográfica e, nesse sentido, foi escolhido enquanto embasamento teórico os estudos desenvolvidos por pensadores da geografia acerca do conceito de

território e territorialidade. No que se refere à compreensão de território para a população, Oliveira (1997) ressalta que apropriar-se de um território, para um povo indígena, representa o fortalecimento da cultura, poder utilizar os recursos naturais para garantir sua sobrevivência física e, principalmente, preservar um espaço que é, além de tudo, simbólico.

Diante disso, definiu-se como objetivo da pesquisa identificar a formação de territorialidades indígenas em Caucaia (CE). Para alcança-lo, fez-se necessário a adoção de três procedimentos metodológicos, sendo esses: a seleção bibliográfica, a realização de entrevistas com a população e a elaboração de mapas de localização. No primeiro momento da investigação, foram feitas consultas bibliográficas; logo após, foram realizadas entrevistas com a população; por fim, ao agrupar as informações coletadas na etapa anterior, foi possível elaborar mapas que possibilitaram representar a localização desses espaços de convivência.

No que se refere à organização do texto, o mesmo possui cinco tópicos, organizado conforme as etapas de desenvolvimento do trabalho. No primeiro tópico, são descritos os procedimentos metodológicos adotados. No segundo tópico, é feita uma breve introdução acerca dos conceitos de território e territorialidade. No terceiro tópico, é feita uma leitura geral sobre o povo Tapeba, onde é destacada a sua história e características da população. No quarto tópico, são apresentadas as territorialidades indígenas. E no quinto e último tópico, são feitas as considerações finais a respeito do tema.

Por fim, conclui-se que o povo Tapeba, na busca pela manutenção do seu território e, consequentemente, da sua cultura, reúnem-se cotidianamente em ambientes específicos no município de Caucaia. Dessa forma, foram identificados os espaços de convivência: as Escolas de ensino diferenciado, o Terreiro Sagrado dos Pau Branco, a Lagoa dos Tapeba e o Parque Estadual Botânico, sendo o Parque Estadual Botânico o único ambiente que não é de uso exclusivo da população.

Procedimentos Metodológicos

Quando se delineia os procedimentos metodológicos em um estudo, tem-se o intuito de alcançar os objetivos propostos no mesmo. Para o trabalho, adotou-se enquanto objetivo realizar a leitura dos conceitos de território e da territorialidade para compreender a formação de territorialidades indígenas. Além disso, fez-se necessário compreender o perfil da população estudada, bem como a sua origem e

suas singularidades. Por fim, foram identificadas as territorialidades em um mapa síntese. Diante disso, para a construção desse trabalho, foram definidos três procedimentos metodológicos: 1) seleção bibliográfica; 2) realização de entrevistas com a população; e 3) uso de ferramentas de geoprocessamento. Dessa forma, fez-se possível realizar a interpretação aqui concebida.

Os conceitos de território e territorialidade foram definidos enquanto aporte teórico para a compreensão de comunidades indígenas a partir da ciência geográfica. Para tanto, foi realizada a seleção bibliográfica, que consiste na minuciosa escolha de livros, artigos e demais materiais acadêmicos que auxiliam na compreensão desses conceitos utilizados no estudo.

No que diz respeito a caracterização do perfil dos Tapeba, foram utilizados materiais acadêmicos vinculados às ciências sociais, principalmente da antropologia. Já os dados quantitativos foram consultados nos portais digitais do SIASI (2016) e da ADELCO (2018). A pesquisa foi realizada tanto de forma presencial, na Biblioteca Central da Universidade Estadual do Ceará – UECE, quanto digital, através da pesquisa em repositórios institucionais e revistas especializadas.

Com o propósito de obter uma participação da população no trabalho, optou-se pela coleta de relatos do povo Tapeba para a identificação das territorialidades indígenas, por meio da realização de entrevistas. Devido a pandemia de Covid-19, as entrevistas foram realizadas de forma remota por meio da plataforma Documentos do Google em outubro de 2020.

Foram entrevistados dois professores indígenas da etnia Tapeba, que residem na comunidade Jandaiguaba, mas que circulam livremente entre as demais. O roteiro da entrevista foi composto de 30 perguntas abertas, divididas em duas seções, sendo essas cultura e território e agrupando indiretamente, a educação indígena, nas quais o entrevistado gozou da total liberdade para respondê-lo.

Por fim, com o intuito de identificar a Terra Indígena Tapeba e as respectivas territorialidades exercidas pela população, foram elaborados mapas de localização. Para a confecção dos mapas, foi utilizado o programa computacional QGis, na versão 2.18.

Os dados para a construção dos materiais cartográficos foram colhidos nos portais digitais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015), da Fundação Nacional do Índio - FUNAI (2017), do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE (2019) e do Google Earth Pro (2020).

Território e territorialidade: percursos teóricos para a compreensão de uma comunidade indígena

Neste momento, será feita uma breve discussão acerca das diversas interpretações geográficas do conceito de território, assim como o de territorialidade. Essa leitura teórica sobre o território visa fornecer o embasamento necessário para a compreensão das territorialidades, entendidas enquanto espaços de convivência da população estudada.

Ao considerar o princípio da abordagem territorial, elucida-se para a interpretação de Raffestin (1993), na qual o autor ressalta a importância do espaço para o entendimento do território. Dessa forma, Ferreira (2014) destaca em Raffestin (1993), que "[...] o espaço é a base para a formulação do território, ou seja, o espaço existe antes do território, ele é a 'matéria-prima' para a construção deste último" (FERREIRA, 2014, p. 116), o autor complementa:

> Espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (RAFFESTIN,1993, p. 143).

Desse modo, concebe-se que "[...] o território em Raffestin é produzido por uma constelação de relações que o indivíduo ou grupos de indivíduos — os agentes sociais — mantêm entre si e com a natureza" (FERREIRA, 2014, p. 117). Posto isso, concorda-se que no ato de apropriar-se de uma porção do "[...] espaço concreta ou abstratamente, o ator 'territorializa' o espaço" (RAFFESTIN, 1993, p.143). Quando o autor faz referência à apropriação, entende-se que essa é marcada, sobretudo, por relações de poder, que caracterizam o território. Tendo em vista que o poder, "[...] visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas" (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

No entanto, Raffestin (1993) em sua interpretação refere-se ao espaço enquanto um substrato natural. Por conta disso, em Souza (2001) foram tecidas críticas à sua abordagem, referentes a essa proposta de associação do conceito de espaço a um espaço natural, e de território a espaço social. Assim, Ferreira (2014) alude que para Souza (2001):

> Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial (SOUZA, 2001, p. 97 in FERREIRA, 2014, p. 118).

Diante desse cenário, e a partir da leitura das críticas tecidas por Souza (2001) à interpretação de Raffestin (1993), busca-se compreender o que caracteriza, de fato, o território. Dessa forma, parte-se do pressuposto que o território é, sobretudo, "[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 1995, p. 78).

Tendo isso em vista, entende-se que o território está "[...] muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder" (ANDRADE, 1995, p. 19). Portanto, entende-se que este é "[...] essencialmente um instrumento de exercício do poder" (SOUZA, 1995, p. 79). Sobre a formação de um espaço em território, têm-se que este "[...] resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo" (CLAVAL, 1999, p. 8).

No entanto, essa noção de poder que está associada ao território não necessariamente corresponde à força, ou violência, pois o poder possui múltiplos significados, como é elucidado por Haesbaert (2004):

> Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004, p. 1).

Nesse ínterim, Haesbaert (2004) entende que o território está:

> Imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, "desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais "concreta" e "funcional" à apropriação mais subjetiva e/ou "cultural-simbólica" (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Outra leitura sobre a compreensão do conceito de território é a proposta elaborada por Saquet (2009), na qual considera que os territórios são "múltiplos, históricos e relacionais" (SAQUET, 2009, p. 86). Além disso, o autor atribui à figura do homem um papel importante na "[...] efetivação dos territórios e das territorialidades como síntese e mediação entre a sociedade e a natureza" (SAQUET, 2009, p. 87).

Para Saquet (2009), o homem significa simultaneamente, sociedade e natureza, e contribui para a construção dos territórios:

> Na natureza o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, na construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território (SAQUET, 2009, p. 87).

Diante do exposto, entende-se que nos estudos atuais, o território assume um papel múltiplo e, nesse sentido, compreende-se a importância em realizar estudos associados à dimensão vivida do território, sobretudo, no sentido de destacar uma população em particular.

Assim, entende-se que o território "[...] nasce então das estratégias de controle necessárias à vida social" (CLAVAL, 1999, p. 8) e, dessa forma, a territorialidade "[...] para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área" (SACK, 1986, p. 6). Posto isso, têm-se que a definição de territorialidade é proposta por Sack (1986) enquanto uma "[...] tentativa de um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica" (SACK, 1986, p. 21). Sack (1986). Complementa a definição afirmando que a territorialidade:

> [...] é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A Territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados. A mudança de funções da Territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo (SACK, 1986, p. 6).

Posto isso, entende-se que "[...] a territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos" (SAQUET, 2009, p. 88). Além disso, a "[...] territorialidade também pode ser compreendida como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais". (SAQUET, 2009, p. 87). Saquet (2010) salienta que a territorialidade, bem como o território, é multidensional e é possível observar esse fato quando Haesbaert (2007) afirma que:

> [...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p, 22).

Assim, concordando com Haesbaert (2007), observa-se em Saquet (2009):

> [...] compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2009, p. 8).

Ao observar esse trecho, Saquet (2009) reforça que a formação de territorialidades se dá a partir de relações de diversas dimensões, como políticas, econômicas, culturais e simbólicas. Ao observar esse cenário, o autor afirma que a territorialidade:

> [...] efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural agrária e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009, p. 90)

Perante essas interpretações, e voltando o olhar para a interpretação de caráter cultural e simbólico, Claval (1999) alude para a importância do papel da identidade na construção da face vivida do território, ou seja, das territorialidades. O autor entende que a identidade "[...] é construída a partir do olhar do outro" (CLAVAL, 1999, p. 18) ressaltando que a mesma resulta de uma construção cultural, associada às características particulares de um determinado grupo e que, posteriormente, virão a definir o indivíduo e dar sentindo à sua existência. Sobre isso, Claval (1999) afirma:

> A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: "quem sou eu? Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações

> institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo (CLAVAL, 1999, p. 16).

A identidade promove o reconhecimento de grupos sociais através de características comuns, como exemplo escolheu-se tratar sobre povos tracionais, que possuem um sentimento de pertencimento ao lugar em que habitam ou se apropriam. Posto isso, compreende-se que "[...] o sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade" (CLAVAL, 1999, p. 16). Nesse sentido de pertencimento — a um grupo, e a um território — que buscou-se compreender a formação de territorialidades associadas às populações indígenas.

Com o intuito de preservar seus bens materiais e imateriais, o povo indígena da etnia Tapeba busca desenvolver práticas culturais, educacionais, profissionais e de lazer em locais específicos do município de Caucaia (CE). Eles têm como objetivo fortalecer e preservar sua cultura, compreendida neste trabalho enquanto "[...] uma herança transmitida de uma geração a outra" (CLAVAL, 2007, p. 63).

Nesse sentido, é possível compreender a relevância de tratar sobre temas como a identidade nos estudos territoriais, tendo em vista que nesse caso específico:

> A construção das identidades assume, desse ponto de vista, uma dimensão geográfica: um grupo preocupado em não ver suas novas gerações se afastarem dos ideais tradicionalmente professados tem interesse em viver isolado. Desse ponto de vista, a construção do território faz parte de estratégias identitárias (CLAVAL, 1999, p. 13).

Após essa leitura teórica sobre os conceitos de território e territorialidade, será traçado o perfil da população estudada, feito um reconhecimento de sua origem, bem como, serão apresentadas suas lutas e resistências, seus quantitativos populacionais e sua situação fundiária.

Conhecendo o povo Tapeba de Caucaia (CE): origem e reconhecimento

A palavra Tapeba é originária da língua tupi, e constitui "[...] uma variação fonética de itapeva (de itã!tâ, isto é, "pedra"; e peva, ou seja, "plano", "chato"): "pedra plana", "pedra chata", "pedra polida" etc" (BARRETTO FILHO, 2004, p. 96).

Segundo a ADELCO (2018), os Tapeba possuem atualmente 18 comunidades: Capoeira, Capuan, Jandaiguaba, Jardim do Amor, Lagoa I, Lagoa das Bestas, Lagoa dos Tapeba, Lameirão, Ponte, Sobradinho, Trilho e Vila dos Cacos, Itambé, Coité, Bom Jesus, Água Suja, Vila Nova e Mestre Antônio. Até os dias atuais a população indígena habita o município de Caucaia (CE), inserido na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Diante desse quadro, têm-se que a origem da composição étnica dos Tapeba provém de:

> [...] um processo histórico de inter-relacionamento e individuação étnica de segmentos de quatro povos indígenas distintos ali reunidos e vivendo sob diferentes regimes de administração de indígenas e sob diversas legislações de ordenamento fundiário ao longo do tempo: os Potiguara originários, os Tremembé, os Kariri e os Jucá. (BARRETTO FILHO, 2006, p. 23).

Barretto Filho (2004) refere-se como processo histórico de relacionamento das etnias a implantação dos aldeamentos jesuíticos, iniciada no atual estado do Ceará no ano de 1658, e possuindo continuidade com a adoção das Vilas Pombalinas, em 1775 (SILVA, 2003).

As dinâmicas desempenhadas nos aldeamentos jesuíticos centravam-se na prática dos descimentos, que consistiam em retirar os indígenas dos sertões do estado e trazê-los para o litoral, fixando-os próximo aos engenhos de cana-de-açúcar (SILVA, 2003). Nos aldeamentos, os indígenas ficavam sobre a tutela dos padres jesuítas, que impuseram o estudo da cultura europeia, através de músicas, religião e artes em geral, como forma de aculturar a população sob os moldes estrangeiros.

Com a extinção dos Aldeamentos, surgem as Vilas Pombalinas em 1755 (SILVA, 2003), após a expulsão dos jesuítas. Conforme Silva (2003), no Ceará foram criadas cinco vilas: a Vila Viçoza Real, Vila Real de Soure, Vila Real de Arronches, Vila Real de Messejana e Vila de Montemor o Novo. Nas vilas, o processo de aculturação teve continuidade, o papel de tutor era assumido pelos diretores, o objetivo era transformar os nativos em cristãos e servos do rei, uma estratégia de conquista territorial.

Dessa forma, ao observar o contexto histórico de povoamento e origem do município de Caucaia, é possível compreender que a história dos Tapeba está diretamente associada à origem do município. Conforme Barretto Filho (2004), o que

se conhece atualmente como Caucaia surgiu a partir da criação da Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, missionada regularmente pelos jesuítas entre 1741 a 1759. Logo após a expulsão dos jesuítas do então aldeamento, acontece a elevação da Aldeia à categoria de Vila, sendo Vila de Soure no ano de 1759 e, posteriormente, município de Caucaia em 1943. O nome Caucaia é uma derivação de ka'a –o- kai, topônimo de origem indígena que significa: mato queimado, mato que se queima (BARRETTO FILHO, 2004, p. 96).

Como forma de exercer o poder máximo sob as terras, o Diretório Pombalino foi extinto pela Carta Régia de 12 de maio de 1798. E no ano de 1850, o governo imperial passou a preocupar-se explicitamente com a legalidade das terras indígenas, assim "[...] a Lei de Terras nº 60, de 18 de setembro de 1850, foi criada em substituição à lei de concessão de sesmarias" (LEITE NETO, 2006, p. 124-125). A Lei de Terras visava a implementação de novas diretrizes para o acesso às terras, pautadas em medidas de restrição ao acesso à terra, como a contenção das ocupações de terras devolutas, limitando o uso apenas pelo título de compra.

A partir dessa estratégia, tem-se o início do movimento de negação da identidade indígena, como consequência da perda dos territórios e desapropriações. Diante disso, no ano de 1850, "[...] os aldeamentos indígenas são declarados extintos no Ceará, antes de qualquer outra província do império" (RATTS, 1996, p. 23) e, consequentemente, "[...] pouca ou nenhuma evidência é dada aos índios, depois de 1850" (RATTS, 1996, p. 28).

Barretto Filho (2004) ressalta que, até meados dos anos de 1980, não se tinham notícias ou menções concretas sobre a população em livros ou demais mídias. Desse modo, as primeiras impressões delineadas sobre os Tapeba limitam-se aos relatos da população não indígena local, em que destacam sobretudo o modo de vida miserável que os "índios Tapeba" levavam, e alegavam que a população se encontrava em completo estado de aculturação, por habitarem um ambiente maioritariamente urbano.

Por viverem em condições precárias de saúde e segurança, os Tapeba sofriam diversas formas de preconceito, associadas ao seu modo de vida difícil, sua aparência e, principalmente, à sua origem. Nesse sentido, Tófoli (2010) ressalta um estudo feito por Barretto Filho (1998), no qual afirma que a população não indígena vinculava a palavra Tapeba à:

> [...] uma série de classificações depreciativas. Associado a condutas como comer carne de animais encontrados mortos, consumo de álcool, promiscuidade, desonestidade, roubo e desrespeito pela propriedade alheia, indolência e indisposição para o trabalho. (TÓFOLI, 2010, p. 215).

Essas associações mal-intencionadas propagadas acerca da conduta dos Tapeba perduraram por muito tempo. As primeiras aproximações teóricas sobre os indígenas foram desenvolvidas por jornais locais, onde buscavam descrever a situação em que a população se encontrava. A partir dessas notícias, conforme Aires (2008), chega ao conhecimento da igreja católica a existência da população indígena no município de Caucaia, que assim se coloca à disposição para ajudar a "resgatar" a cultura dos Tapeba, dando-os a visibilidade perante às autoridades governamentais.

Nesse sentido, é importante destacar o novo cenário em que a Igreja estava inserida, tendo em vista que em 1972 tem-se a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dessa forma, a Igreja passa a construir uma rede de apoio aos povos indígenas, auxiliando nas lutas pela terra e direitos básicos como educação e saúde.

No Ceará, ressalta-se a presença de Aloísio Lorscheider, ou Dom Aloísio, como era conhecido pelos Tapeba. Ao chegar em Fortaleza em 1973, "[...] empreendeu uma série de mudanças na direção pastoral da Arquidiocese" (AIRES, 2008, p. 86) e essas novas ações estavam associadas à experiência de conversão pessoal de Lorscheider. Segundo Aires (2008), o cardeal organizou, juntamente com uma equipe de missionários, um movimento educacional para auxiliar os Tapeba na reconstrução da sua identidade, e a tarefa de coordenar e participar de forma ativa desse movimento foi atribuída à Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais — EACR.

A ação e intenção da Igreja Católica para com os Tapeba pode ser observada através das afirmações de Lorscheider no vídeo "Tapeba, resgate e memória de uma tribo", datado de 1985. Conforme o fragmento a seguir:

> Entrevistador: Quais são as perspectivas do trabalho da Arquidiocese com os índios Tapeba?
> Aloísio Lorscheider: A primeira grande perspectiva é que a FUNAI, que a Fundação Nacional do índio vá tomar providências, que vá também ajudar esses índios Tapebas para que eles possam novamente viver a sua cultura, viver a sua justa autonomia, e possam, nesse sentido, reencontrar-se dentro das suas memórias históricas e ser gente como tantas pessoas são gente. Depois, outra

> perspectiva é que nós [grupo da arquidiocese], com o trabalho que a Arquidiocese está fazendo, queremos justamente conseguir, a promoção humana desses índios para que eles possam sentir-se pessoas na sua dignidade, e possam sair deste crime, desta embriaguez, e de tudo aquilo que os marginaliza, que os reduz. Até agora esse novo trabalho tem sido muito bom, porque a reação deles é muito positiva, já se conseguiu construir algumas casas melhores para eles, já se conseguiu começar uma escola onde os filhos deles possam também estudar e começar aquela educação básica, aquela formação tão necessária para a vida, e também já se começou um trabalho para melhorar a temática da própria pesca, porquê muitas vezes, esses pobre índios Tapebas não tinha nem sequer os elementos necessários para poderem trabalhar descentemente. (Aloísio Lorscheider em entrevista – fragmento transcrito do vídeo Tapeba: Resgate e memória de uma tribo, 1985).

Ao observar o trecho da entrevista do cardeal, nota-se que ele alude para a questão da regulamentação da terra indígena, que tem como objetivo pressionar a FUNAI. Tófoli (2010) afirma que, em meados de 1984, os Tapeba passam a ser reconhecidos como indígenas perante à nação e, assim, criam independência e afastam-se gradativamente da Igreja Católica, dando início ao movimento indígena.

A partir desse momento, os Tapeba passam a reivindicar seus direitos, sobretudo, o direito à terra. Foram realizados três estudos de identificação na Terra Indígena Tapeba.

Os indícios para a construção do primeiro processo de demarcação territorial, conforme explica Barretto Filho (2006), surgiram em 3 de junho de 1985, onde a Terra Indígena Tapeba já teria sido incluída na programação de identificação para 1985. No entanto, conforme Tófoli (2010), o primeiro levantamento para delimitação da Terra Indígena Tapeba só foi realizado no ano de 1986.

Apesar da legalidade, em julho de 1988, "[...] o processo foi arquivado, com a justificativa de que eram necessários estudos mais aprofundados" (TÓFOLI, 2009, p. 221). Dessa forma, fez-se necessária a construção de um novo Grupo de Trabalho, para que fossem realizados novamente os estudos antropológicos.

Em 1997, foi realizado um novo estudo, mas que, assim como o primeiro, foi descartado, em decorrência de denúncias que alegavam a ilegalidade do processo e que afirmavam que a demarcação da terra indígena comprometeria o desenvolvimento econômico do município. É possível observar esse fato em Barretto Filho (2006):

> Em 21 de outubro de 1997, solicitavam "reexame da questão", considerando que a "área [...] ultrapassava as verdadeiras necessidades indígenas e compromete o desenvolvimento do Município de Caucaia" (fls. 927-932). Um outro abaixo-assinado de outubro de 1997 ao Ministro da Justiça (fls. 910-911), de procedência difícil de discernir, relata que a cidade metropolitana do município de Caucaia "vive hoje momentos conturbados em razão da demarcação das terras pela Funai". (BARRETTO FILHO, 2006).

O terceiro estudo de identificação coordenado pelo antropólogo Henyo Barretto Filho foi finalizado no ano de 2006, sendo iniciado no ano de 2003. Esse último estudo foi pausado em 2007, pois:

> [...] o prazo legal para contraditórios já havia acabado e o processo aguardava resposta da FUNAI junto à justiça, quando a prefeitura de Caucaia moveu uma Reclamação Pública junto ao Superior Tribunal de Justiça, a qual foi votada em junho de 2008 e aceita em primeira instância. A Reclamação contesta a legitimidade do GT alegando a não existência de representante da prefeitura em seu meio, baseado no Mandato de Segurança nº. 5.505; e nega a existência de indígenas na região. (TÓFOLI, 2009, p. 221-222).

Segundo a ADELCO (2018), somente em 2010 o processo foi reaberto e atendeu a reivindicação sobre a participação de membros do governo municipal e estadual.

Após seguidos impasses, o povo Tapeba passa a exercer a garantia de posse dos seus territórios "na base da força" (J. Tapeba em entrevista obtida em outubro de 2020), através das práticas de retomadas de terra, que consistem em "[...] pressionar a FUNAI a executar as etapas de demarcação, desintrusão e indenização da população não indígena da área" (TÓFOLI, 2009, p. 223). As retomadas estão presentes na história dos Tapeba desde os anos 1990.

Atualmente, os indígenas ocupam uma área de "[...] 5.838 hectares delimitados" (ADELCO, 2018, p. 20), porém o processo ainda não foi homologado. A área possui características urbanas, no entanto, em algumas partes mais afastadas e próximas à corpos hídricos, apresentam características mais rurais.

Nesses ambientes, é comum a prática da criação de animais e o plantio de raízes e culturas alimentares. A referida área é caracterizada pela FUNAI enquanto um território tradicional. De acordo com a Constituição Federal de 1988, essa categoria corresponde à:

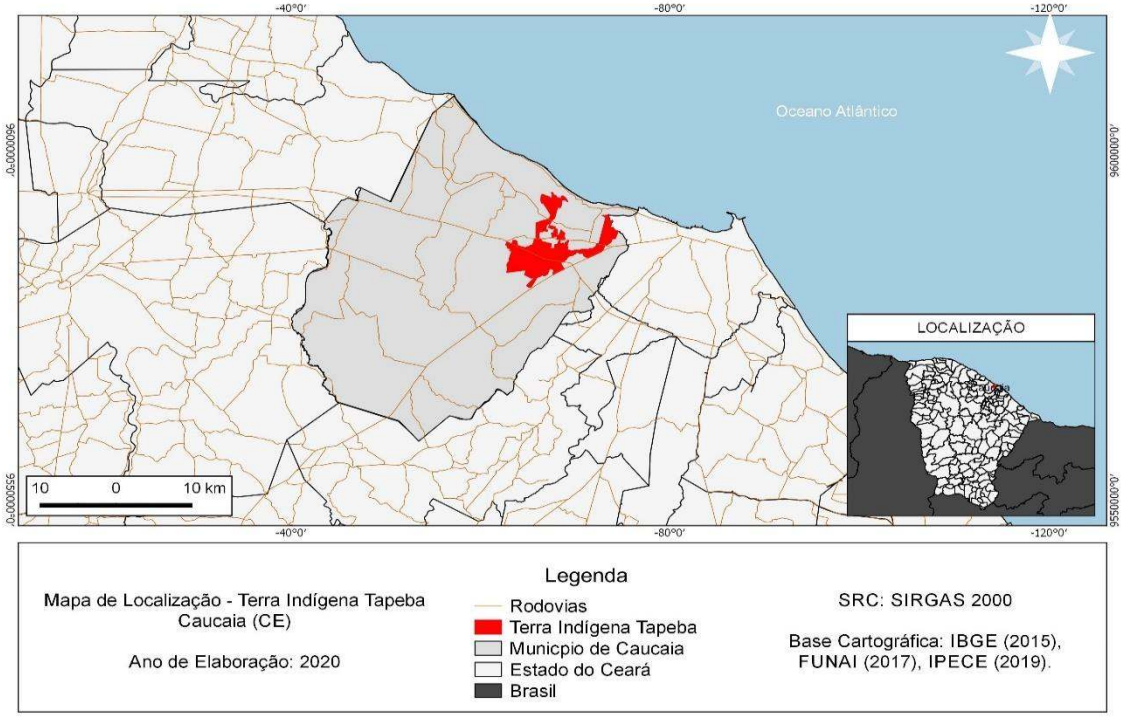
> Art. 231, § 1º, informa que "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições" (BRASIL, 1988).

No que diz respeito ao quantitativo populacional, a ADELCO (2018) afirma que o povo Tapeba apresenta uma população expressiva quando comparada com as demais etnias no estado, sendo a mais populosa, com cerca de 8.010 indígenas distribuídos nas 18 comunidades mencionadas anteriormente. Segundo o SIASI (2016), a maioria da população é composta por mulheres, com a idades entre 15 e 35 anos.

No que diz respeito à participação da população na articulação do movimento indígena, em um estudo realizado pela ADELCO (2018), foi ressaltado que os Tapeba se encontram no grupo da Região Metropolitana e participam de forma ativa dos eventos, reivindicações, encontros e festejos.

Com o intuito de destacar a presença dos Tapeba no município de Caucaia (CE), elaborou-se o Mapa 1 – Terra indígena Tapeba, no qual é possível observar a proximidade entre a Terra indígena e a capital cearense.

Mapa 1 – Terra indígena Tapeba - Caucaia (CE)



Fonte: FUNAI (2017). Organização: Autora.

Formação de territorialidades indígenas Tapeba em Caucaia (CE)

Após realizar a leitura da origem e do perfil do povo Tapeba, além de compreender sua trajetória de luta e resistência ao longo dos anos, nota-se que os mesmos se encontram em um ambiente urbano, embebido de influências externas que poderiam vir a enfraquecer suas práticas culturais.

No entanto, por terem conhecimento dessa condição, a população busca a cada dia repassar a cultura indígena às novas gerações com o propósito de fortalecer suas raízes e utilizar a tecnologia a favor das suas lutas e prioridades. Nessa perspectiva, surgiu a curiosidade de identificar as territorialidades indígenas presentes em Caucaia a partir dos espaços de convivência da população.

Como mencionado anteriormente, os Tapeba estão desde os anos 1980 na luta pela demarcação legal da terra e para garantir sua autonomia, momento em que adotou os movimentos de retomada de terra – com o intuito de exercer o uso pleno e o controle da área. Em entrevista, a professora indígena R. Tapeba, que já participou de forma ativa das retomadas, explica o motivo da realização do movimento e como ele acontece:

> V: Já participou de algum movimento de retomada de terra? Ou conhece alguém que participou? E como acontecem?
> R. TAPEBA: Isso acontece porque a terra indígena Tapeba ainda está em processo, houve estudos para demarcação, mas ainda não foi homologada. Participar de uma retomada é muito difícil, é uma ida sem saber se tem a volta. Os poceiros, como chamamos, estão lá armados e prontos para matar a qualquer um. Nós temos apenas uns aos outros, e nossos escudos são os nossos encantados que estão juntos com a gente para nos fortalecer nesse momento que é tão difícil. (R. Tapeba, em entrevista obtida em outubro de 2020).

A delimitação de terras expedida pela FUNAI em 2017 não contempla toda a área habitada pelos Tapeba, dessa forma, a comunidade indígena do Capuan, Itambé e parte da comunidade Jandaiguaba estão fora da delimitação expedida pelo órgão. Conforme a ADELCO (2018), as comunidades Capuan e Jandaiguaba atualmente possuem o maior contingente populacional.

Posto isso, entende-se que os Tapeba, utilizam espaços fora da terra indígena para realizarem diversas atividades cotidianas, como lazer, esporte, educação, trabalho e algumas de suas manifestações culturais.

Os primeiros espaços de convivência dos Tapeba ressaltados no estudo são as escolas de ensino diferenciado indígena. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Ceará – SEDUC (2014), o município de Caucaia possui 12 escolas diferenciadas, sendo 11 voltadas ao povo Tapeba e 1 ao povo Anacé, etnia também residente em Caucaia.

As escolas diferenciadas configuram um espaço de educação destinado à crianças, adolescentes e adultos indígenas. O modelo diferenciado surgiu por meio de uma iniciativa autônoma dos indígenas durante a década de 1990, como resposta às situações de preconceito sofrido pela população e também para auxiliar a vida das mães indígenas que precisavam garantir o sustento da família.

Esse modelo se fortaleceu após o rompimento com o sistema de ensino aplicado pela Igreja Católica em 1990[1] e pela participação massiva da população. De acordo com o relato do professor J. Tapeba, é possível entender a origem das escolas indígenas, como acontece o funcionamento da instituição e qual a tarefa do professor indígena. Assim, ele explica:

> V: Em que momento foi sentida pela população indígena a necessidade de criar uma escola diferenciada? Como funcionam e qual sua principal tarefa como professor?
> J. TAPEBA: Nossas escolas foram criadas no final dos anos 90, e na época poucos docentes detinham de fato o conhecimento convencional exigido pelos órgãos competentes (curso superior). Daí iniciamos mais uma batalha da aceitação sistemática dos costumes tradicionais a serem aplicados na rotina escolar de cada sala de aula bem como no currículo das instituições diferenciadas. O professor indígena é um transmissor dos vastos costumes, formas, práticas, danças, medicina tradicional dentre outros que venham manter a socialização da comunidade indígena e a segurança dos membros da tribo. (J. Tapeba, em entrevista obtida em outubro de 2020).

Nas escolas de ensino diferenciado indígena do povo Tapeba são trabalhadas as disciplinas que compõem a Base Nacional Comum Curricular – BNCC em conjunto com as disciplinas interculturais. No caso dos Tapeba, são trabalhadas as disciplinas de artesanato, cultura, dança, música, a prática de esportes indígenas e a história indígena, conforme salienta o professor:

[1] Ver: AIRES, J. M. M. P. **De aculturados a índios com cultura: estratégias de representação do movimento dos professores Tapeba em zona de contato**. Campo Grande, MS. Tellus, ano 8, n. 15, p. 83-112, jul. /dez, 2008.

> V: Vocês seguem a BNCC? Como é o dia-a-dia da escola? Quais atividades desenvolvem?
> J. TAPEBA: São aplicadas as disciplinas tradicionais na grade curricular, projetos mensais artesanais, o ensino uso correto das plantas na medicina tradicional, a importância da participação esportiva diferenciada dentre outras formas aplicadas no plano anual e diário de cada turma. A convivência com os alunos é muito boa, e o ambiente é adequado. (J. Tapeba, em entrevista obtida em outubro de 2020).

No que se refere à administração e organização da escola, também são observadas características particulares, pois sua administração é feita de forma comunitária, onde as famílias de todo grupo escolar participam do cotidiano da instituição.

Além disso, as escolas de ensino diferenciado promovem eventos anuais e semestrais, com o intuito de exibir a cultura indígena à toda população e proporcionar uma integração entre professores e alunos das demais instituições. A professora indígena R. Tapeba, descreve em entrevista o objetivo dos eventos, como acontecem as festas e como se dá a participação dos alunos.

> V: A escola tem algum tipo de calendário com festividades ou eventos que contemplem datas comemorativas indígenas? Como acontecem as festividades?
> R. TAPEBA: Sim. Essa é uma conquista, nosso calendário é respeitado pela secretaria de educação. E nossos eventos acontecem sem problemas. Nos dias de festa, nós convidamos as crianças da escola e todos da comunidade para juntos mostrarmos a cidade de Caucaia e a quem quiser ver que ainda estamos vivos e fortes. Acreditamos que os eventos auxiliam no fortalecimento da nossa cultura, e fora isso ainda perseveramos na luta pela demarcação das nossas terras. No dia do índio Tapeba, por exemplo, juntos todos se trajam com vestes tradicionais e no centro da cidade fazemos uma marcha, pintados e prontos para continuar. (R. Tapeba, em entrevista obtida em outubro de 2020).

Os eventos mencionados pela professora exemplificados na Tabela 1 – Festejos do Povo Tapeba, acontecem no mês de outubro, em alusão a morte do Cacique Vitor Tapeba, e são esses: a Feira Cultural, a Festa da Carnaúba, os Jogos Indígenas e a Marcha do Índio Tapeba. Exceto a Marcha do Índio Tapeba, os demais eventos são realizados em um outro ambiente de convivência própria dos Tapeba, o Terreiro Sagrado dos Pau Branco.

Tabela 1 – Festejos do Povo Tapeba

FESTEJOS DO POVO TAPEBA			
FESTA	**DATA**	**LOCAL**	**PÚBLICO**
Feira Cultural	Outubro	Terreiro Sagrado	Povo Tapeba e comunida externa
Festa da Carnaúba	Outubro	Terreiro Sagrado	Povo Tapeba e comunida escolar
Jogos Indígenas	Outubro	Terreiro Sagrado	Povo Tapeba e comunidade escolar
Marcha do Índio Tapeba	Outubro	Centro de Caucaia	Geral

Fonte: JUCÁ (2014). Organização: Autora (2021).

O Terreiro Sagrado dos Pau Branco está localizado no bairro Guajiru, em Caucaia – CE. É caracterizado como um ambiente de lazer, trabalho e realização de práticas de esportes e manifestações culturais. É um território carregado de memória e simbolismo, e é de uso exclusivo dos indígenas Tapeba, que prezam constantemente pela sua preservação ambiental e principalmente simbólica.

Além disso, as lideranças fazem questão de que as novas gerações convivam e conheçam o local desde muito novas. Os professores indígenas J. Tapeba e R. Tapeba, descrevem o que sente ao frequentar o Terreiro Sagrado dos Pau Branco, e discorrem sobre a importância que ele exerce sobre a população. Assim, J. Tapeba afirma que:

> V: Os professores conhecem o Terreiro Sagrado dos Pau Branco? Se conhece, o que esse território significa para você? (Quais emoções ele desperta, o que ele remete...)
> J. TAPEBA: Sim, conhecem. O terreiro sagrado é onde resgatamos a nossa energia espiritual e a conexão com os elementos naturais da mãe terra. Quando frequentamos sentimos uma imensa paz, aí vem a lembrança dos troncos velhos de nossas aldeias que nos fortalecem e faz com que ao nos levantar, possamos sentir-se como guerreiros todos os dias. (J. Tapeba, em entrevista obtida em outubro de 2020).

Para a professora R. Tapeba, o Terreiro Sagrado dos Pau Branco também desperta emoções:

> V: Os professores conhecem o Terreiro Sagrado dos Pau Branco? Se conhece, o que esse território significa para você? (Quais emoções ele desperta, o que ele remete...)

> R. TAPEBA: Sim, todos conhecemos. Para mim o terreiro sagrado representa um lugar espiritual. Lá estão nossos encantados[2], é um local de purificação, onde conseguimos compartilhar uns com os outros os saberes de cada comunidade e ouvir os ensinamentos dos mais velhos. (R. Tapeba, em entrevista obtida em outubro de 2020).

O Terreiro Sagrado dos Pau Branco, além de servir como um espaço de confraternização, para alguns indígenas o ambiente é um grande fornecedor de matéria-prima, sobretudo para os que trabalham com a fabricação de artesanatos.

Lá eles realizam a coleta de materiais orgânicos como fibras vegetais de carnaúba, sementes, penas de aves e cabaças. A partir desses materiais surgem os maracás, os trajes indígenas e as bio-jóias, comercializados a partir de encomendas, ou em eventos e feiras de artesanato.

Outra atividade de trabalho exercida no terreiro é o cultivo de plantas alimentares, como milho, feijão, tubérculos e demais culturas, na qual uma parte é destinada para o consumo de famílias das comunidades e o excedente é comercializado, normalmente em feiras livres e em barraquinhas nas estradas.

No que diz respeito às manifestações culturais, os Tapeba reúnem-se com frequência no Terreiro Sagrado dos Pau Branco para promover os eventos escolares, dançar o Toré e realizar momentos de espiritualidade. Além disso, usam o território para praticar esportes como natação, arco e flecha e lançamento de toras.

Dentro do Terreiro Sagrado dos Pau Branco, existe a Lagoa dos Tapeba, um outro ambiente de convivência de uso exclusivo dos indígenas. Nas margens da lagoa, algumas mulheres das comunidades lavam roupas, as crianças e adolescentes praticam a natação, os homens pescam e navegam em suas canoas. A Lagoa, além de possuir um uso material, representa para os Tapeba um lugar de fortalecimento cultural e é exaltada em músicas, poemas e poesias[3] enquanto um ambiente especial.

Outro espaço com o uso semelhante ao da Lagoa dos Tapeba são as margens do Rio Ceará. Nos anos de 1980, eram habitadas por famílias de Tapeba – atualmente, possui um número reduzido de habitações de Tapeba. É utilizado enquanto um ambiente de trabalho para os indígenas mais velhos, tendo em vista que são realizadas a pesca e a coleta de caranguejos.

---

[2] Encantados: A professora refere-se aos parentes e lideranças indígenas já falecidos, enterrados no Terreiro Sagrado.

[3] Ver: TAPEBA, M. CD – **Quem deu esse nó?** Cânticos tradicionais indígenas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s1taW0uh7Ns.

O Parque Estadual Botânico do Ceará, frequentado pela população, é localizado no bairro Itambé, no município de Caucaia. Os espaços de uso e convivência dos Tapeba são os canteiros de plantas medicinais, onde as lideranças buscam espécies vegetais e raízes para a fabricação de remédios caseiros; a lagoa do parque também é utilizada pela população em todas as idades, normalmente para o banho; e a biblioteca do parque também é usada por alunos das escolas diferenciadas, para consultas com o intuito de desenvolver trabalhos escolares.

O parque promove eventos anualmente e convida os Tapeba para realizarem apresentações de dança, principalmente o toré, e cantar músicas que contem a sua história, como afirma a professora: "participamos de vários momentos de cultura no município, nossa presença sempre é registrada em eventos no parque botânico". (R. Tapeba, em entrevista obtida em outubro de 2020).

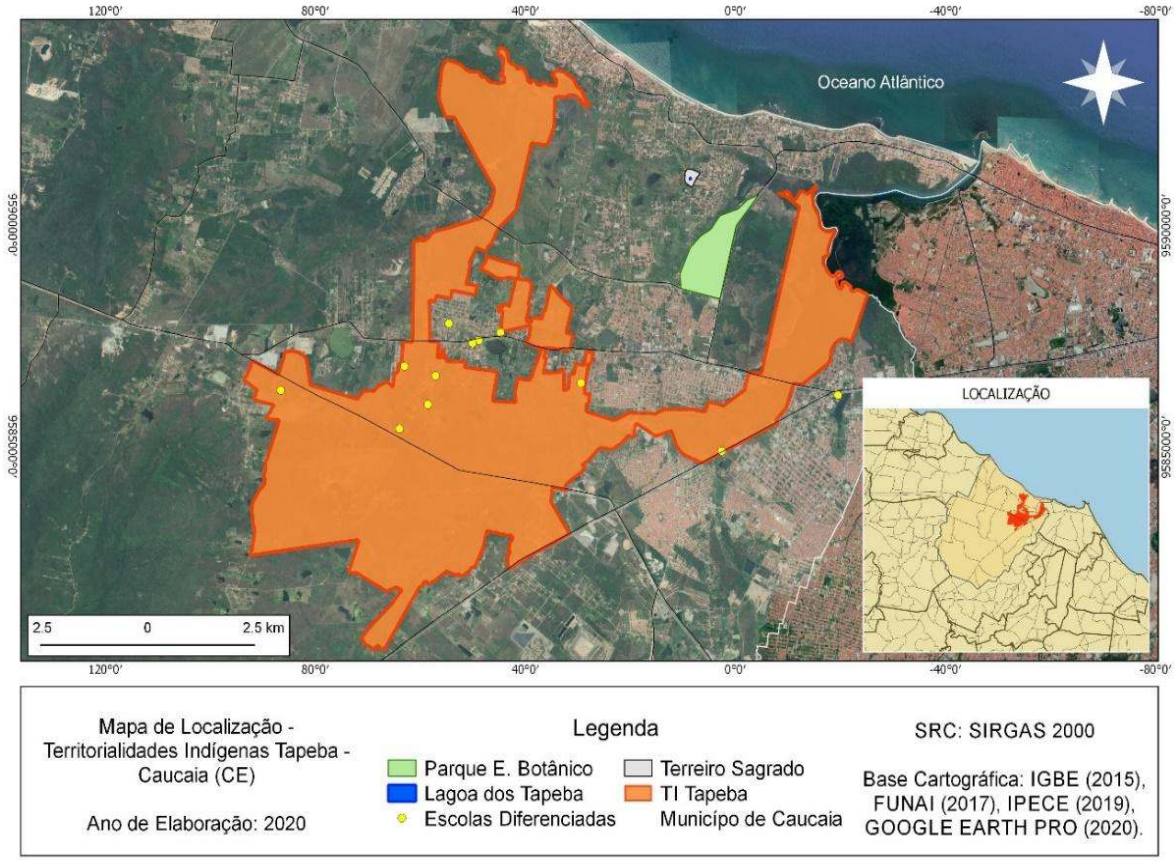
As praças das comunidades também são utilizadas pelos Tapeba para a prática de esportes como corridas, caminhadas e zumba, sobretudo, as praças dos bairros Capuan e Jandaiguaba. No bairro Jandaiguaba, os indígenas da comunidade encontram-se na quadra de Dona Isabel, líder comunitária, para conversar, discutir assuntos da comunidade e confraternizar.

No que se refere aos espaços de trabalho, o professor J. Tapeba relata que os indígenas possuem dificuldade em conseguir empregos ou serviços temporários devido ao preconceito racial. Quando o questiono sobre as vagas de emprego, ele afirma que a população trabalha "[...] apenas em postos de saúde indígena, escolas, ongs e alguns setores governamentais" (J. Tapeba, em entrevista obtida em outubro de 2020). Além desses, alguns setores industriais também empregam indígenas. Devido as situações de preconceito, uma pequena parte da população opta por realizar trabalhos mais tradicionais, como a pesca e a fabricação de artesanatos.

Tendo em vista esses fatos, entende-se que a territorialidade, nesse caso, está associada às relações exercidas por grupos sociais em um ambiente particular. Dessa forma, compreende-se que nesse caso, "[...] a territorialidade está ligada às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior" (FERREIRA, 2014, p. 132) e, além disso, também corresponde à "face vivida" da "face agida" do poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162), seja ele simbólico, cultural, econômico ou político. Esses ambientes mencionados estão destacados no Mapa 2 - As Territorialidades Tapeba, organizado a partir de dados coletados em plataformas digitais tomando como base o resultado das entrevistas coletadas com os dois

professores. Nele, é possível observar localização dos ambientes de uso e convivência da população.

Mapa 2 – As Territorialidades Tapeba



Fonte: GOOGLE EARTH PRO (2020), IPECE (2019), FUNAI (2017). Organização: Autora.

Considerações Finais

Para as comunidades indígenas o território é imprescindível a sua existência, tendo em vista a necessidade da manutenção cultural dos seus costumes, crenças e ritos. Dessa forma, buscou-se realizar neste trabalho uma leitura acerca das territorialidades indígenas existentes no município de Caucaia (CE), entendendo-as enquanto um território de convivência específico utilizado cotidianamente e controlado pela população estudada.

O povo Tapeba de Caucaia possui uma relevância nos estudos sociais cearenses devido as suas particularidades culturais e, principalmente, à sua trajetória de luta e resistência na articulação do movimento indígena, onde exercem

protagonismo na organização de eventos, movimentos sociais e prestam auxílio aos parentes que necessitam. Na luta por seus direitos a população conta com o auxílio de instituições como a Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido - ADELCO e o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH, organização vinculada à Igreja Católica, que visa prestar ajuda à população em diversas situações, sobretudo, no que concerne ao Centro de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos – CDPDH (auxílio jurídico).

No que diz respeito aos espaços de convivência aqui apresentados, tem-se que esses estão diretamente associados à manutenção das tradições e cultura indígena. Conclui-se isso a partir da leitura do uso que a população exerce sobre os ambientes, desde a escola até às margens da Lagoa dos Tapeba.

As escolas diferenciadas são caracterizadas enquanto ambiente de educação coletivo e plural, criadas na década de 1990, para atender exclusivamente as necessidades da população indígena. Como o próprio nome já indica, identificou-se que elas apresentam um currículo intercultural, no qual os professores mesclam disciplinas da base nacional comum com disciplinas diferenciadas e atividades interculturais práticas, como a fabricação de artesanatos, o ensino de técnicas de plantação, danças, cânticos e grafismos corporais.

De acordo com a SEDUC (2017), o município de Caucaia possui cerca de 3.050 alunos indígenas nas 12 instituições, distribuídos em séries do ensino infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos. As instituições possuem traços diferenciados, como construções em formato arredondado, algumas não possuem muros, além disso, a decoração é caracterizada por pinturas e grafismos nas paredes, adereços de palha de carnaúba e cabaças.

No Terreiro Sagrado dos Pau Branco se concretizam os eventos e festejos promovidos pelos Tapeba. Nele também se encontram os "encantados", ou seja, são as principais lideranças da comunidade já falecidas e enterradas no local, entendidas enquanto guias espirituais que fornecem proteção às novas gerações. O Terreiro Sagrado é entendido como um local de reprodução cultural e simbólica.

Inserida no Terreiro Sagrado dos Pau Branco, a Lagoa dos Tapeba, como o próprio nome indica, também constitui um espaço de convivência da população. Sua importância é relatada pelos Tapeba através de fotografias, poemas e músicas. É utilizada quase sempre como um espaço de lazer, no qual jovens e crianças se divertem.

Já o Parque Botânico do Ceará é o único ambiente que não é de uso exclusivo dos Tapeba. No entanto, é visível a presença da população no local. Desde a entrada do parque, é possível observar as referências à cultura indígena por meio de grafismos em folhetos e placas de identificação, bem como a presença de maracás e artesanatos feitos em palha espalhados pela decoração do ambiente. No canteiro de plantas medicinais, a presença de mulheres indígenas é registrada e na lagoa a população em geral se diverte, sobretudo nos fins de semana.

Diante desse quadro, entende-se que para este estudo, a territorialidade pode ser compreendida conforme o que é ressaltado por Haesbaert (2007), como a forma que os homens utilizam a terra, como se organizam no espaço e como atribuem um significado ao lugar. Nesse caso, mais do que o exercício de um poder político, os Tapeba mantem seus territórios por meio de um poder cultural e simbólico, que está vinculado a sua forma de vida e reprodução no espaço.

Referências

ADELCO. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena Tapeba**. Fortaleza, 2018.

ADELCO. **Situação dos Povos Indígenas no Ceará**. Fortaleza, 2018.

AIRES, J. M. M. P. **De aculturados a índios com cultura**: estratégias de representação do movimento dos professores Tapeba em zona de contato. Tellus, Campo Grande, ano 8, n. 15, p. 83-112, jul./dez, 2008.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BARRETTO FILHO, H. T. Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In OLIVEIRA, J. P. de (org). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª ed. LACED, 2004.

BARRETO FILHO, H. T. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Tapeba**. Brasília: 2006.

CLAVAL, Paul. **O Território na Transição da Pós Modernidade**. GEOgraphia, ano I, nº 2, p. 7 – 25, 1999.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3ª Edição. Florianópolis: Ed UFSC, 2007.

FERREIRA, D. S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade**: um debate. GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007.

JUCÁ, J. L. "**Nós temos que assumir que somos índios e quebrar esse preconceito**": estudantes Tapeba e o reconhecimento da identidade indígena". Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

LEITE NETO, J. **Índios e Terras**: 1850-1880. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense**: grilagem, corrupção e violência SP. USP/FFLCH. Livre Docência (mimeo) 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, A. J. P. **Fronteiras invisíveis**: Territórios negros e indígenas no Ceará. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, USP, 1996.

SACK, R. **Human territoriality**: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, I. B. P. da. **Vilas de índios no Ceará Grande**: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino/ UNICAMP, Campinas- SP: [sn] 2003.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia:** conceitos e temas. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TÓFOLI, A. L. F. de. **Retomada de terras Tapeba**: entre a afirmação étnica, os descaminhos da demarcação territorial e o controle dos espaços. Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. / Estêvão Martins Palitôt [organizador]. – Fortaleza: Secult/ Museu do Ceará/ IMOPEC, 2009.

TÓFOLI, A. L. F. de. **As Retomadas de Terras na Dinâmica Territorial do Povo Indígena Tapeba**: mobilização étnica e apropriação espacial. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará.

Submetido em: 29 de julho de 2021.
Devolvido para revisão em: 04 de outubro de 2021.
Aprovado em: 20 de janeiro de 2022.

Como citar este artigo:

LIMA, V. A. Territorialidades indígenas Tapeba em Caucaia (CE): trajetória de luta e continuidade do povo. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 418-444, Jan.-Jun./2021.

GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA DOS GUARANI E KAIOWÁ: ASSASSINATOS, LOCALIDADES E NECROPOLÍTICA

GEOGRAPHY OF VIOLENCE OF GUARANI AND KAIOWÁ: ASSASSINATIONS, LOCALITIES AND NECROPOLITICS

GEOGRAFÍA DE LA VIOLENCIA DE LOS GUARANÍES Y KAIOWÁ: ASESINATOS, LOCALIDADES Y NECROPOLÍTICA

MARCOS MONDARDO
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

ROBERTO CHAPARRO LOPES
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
E-mail: robertochaparro10@hotmail.com

PAMELA STALIANO
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
E-mail: pamelastaliano@ufgd.edu.br

Resumo:
Na geografia da violência contra os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul existe uma necropolítica racista de extermínio e instrumentalização da vida, administrada pelo aparato estatal, fazendeiros e milícias. O objetivo principal deste texto é fazer uma análise da geografia da violência por meio dos assassinatos dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, a partir da análise documental de reportagens de jornais, com a utilização da técnica de análise de conteúdo temática. Os assassinatos de indígenas ocorreram em três locais distintos: aldeias, cidades e fazendas. O corpo mutilado de um indígena, oriundo de um confronto violento, demonstra a necropolítica de extermínio da etnia, cuja produção de conflitos territoriais envolve o contexto de luta pela regularização fundiária.

Palavras-chave:
Guarani, Kaiowá, necropolítica, agronegócio, violência.

Abstract:
In the geography of violence against the Guarani and Kaiowá in Mato Grosso do Sul there is a racist necropolitics of extermination and instrumentalization of life, administered by the state apparatus, ranchers and militias. The main objective of this text is to analyze the geography of violence through the murders of the Guarani and Kaiowá in Mato Grosso do Sul, based on the documental analysis of newspaper reports, using the thematic content analysis technique. The murders of indigenous people occurred in three distinct locations: villages, cities and farms. The mutilated body of an indigenous victim of a violent confrontation demonstrates the necropolitical extermination of the ethnic group, whose territorial conflicts involve the context of the struggle for land regularization.

Keywords: Guarani, Kaiowá, necropolitics, agribusiness, violence.

Resumen:
En la geografía de la violencia contra los guaraníes y kaiowá en Mato Grosso do Sul hay una necropolítica racista de exterminio e instrumentalización de la vida, administrada por el aparato estatal, los rancheros y las milicias. El objetivo principal de este texto es hacer un análisis de la geografía de la violencia a través de los asesinatos de los guaraníes y kaiowá en Mato Grosso do Sul, a partir del análisis documental de las noticias de los periódicos, utilizando la técnica de análisis de contenido temático. Los asesinatos de indígenas se produjeron en tres lugares distintos: pueblos, ciudades y granjas. El cuerpo mutilado de un indígena víctima de un enfrentamiento violento demuestra el exterminio necropolítico de la etnia cuyos conflictos territoriales se enmarcan en la lucha por la regularización de la tierra.

Palabras-clave: Guaraní, Kaiowá, necropolítica, agroindustria, violencia.

Introdução

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012) o estado de Mato Grosso do Sul tem uma população de 73.295 indígenas. Estes se encontram distribuídos em oito povos[1] (SESAI, 2012). Atualmente, 43 mil Guarani e Kaiowá residem no sul do estado, em uma região fortemente marcada pela economia do agronegócio (IBGE, 2010). Estes povos, desde a criação das primeiras Reservas no estado, no início do século XX[2], presenciaram o avanço do capital agrário na região, sendo confinados, de forma forçada, em microterritórios, convivendo, desde então, com uma realidade marcada e impactada pela violência e conflitos.

Dados divulgados pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI (2019) revelam que 447 indígenas foram assassinados em Mato Grosso do Sul, entre 2003 e 2018. No mesmo período, o Brasil registrou 913 destes casos. O estado da região Centro-Oeste acumulou 49% das mortes de indígenas do país no período citado e lidera o *ranking* de assassinatos do CIMI nestes 15 anos analisados pela entidade. Os números de Mato Grosso do Sul impressionam quando comparados aos estados que aparecem em sequência na lista. O estado da Bahia, segundo em número de assassinatos, registrou 58 casos no período, número quase oito vezes menor que o apresentado pelo estado sul-mato-grossense, seguido por Maranhão registrou 52 assassinatos, Amazonas 47 e Roraima 35.

[1] Guarani Ñandeva e Guarani Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Ofaié, Guató, Atikum e Kamba.

[2] Reserva Indígena de Dourados, criada em 1917; Reserva Indígena de Caarapó, criada em 1924; e, Reservas Indígenas de Limão Verde, Japorã, Taquapery e Sassoró, criadas em 1928.

Ainda de acordo com os dados dos relatórios do CIMI (2019), do total de indígenas assassinados em Mato Grosso do Sul, 411 eram Guarani e Kaiowá. Representando 92% das mortes no estado e 45% das mortes do país. Esses números impactam ainda mais quando analisadas as taxas de homicídio apresentadas entre os Guarani e Kaiowá. Em 2010 a Taxa de Mortalidade (TM) da Reserva Indígena de Dourados era de 145 para cada 100 mil habitantes. De forma comparativa, os conflitos no Iraque no mesmo ano, produziram uma taxa de 93. Neste mesmo ano a TM média no Brasil foi de 24,5, de forma que o número apresentado pela Reserva foi 465% maior (CIMI, 2011).

Segundo dados oficiais, de 2012 a 2014 a Taxa de Homicídios (TH) apresentada pelos indígenas de Mato Grosso do Sul foi de 55,9 para cada 100 mil habitantes. Entre os indígenas da Reserva Indígena de Dourados a TH no mesmo período foi de 101,1, número quase 400% maior comparado aos dados referentes aos indígenas que vivem nos demais municípios do estado (Ministério Público Federal, 2019). Em 2016 a TH foi de 30,3 no Brasil, 25 em Mato Grosso do Sul e de 31,6 na cidade de Dourados-MS. Estes números podem indicar um quadro de "genocídio" (CLASTRES, 2004) desses povos pelo processo histórico de territorialização de violências, de conflitos, de confrontos e violações de direitos humanos, em múltiplas escalas, como nas cidades, nas Reservas, nas fazendas, nas casas, nas rodovias, nos acampamentos, nas retomadas de territórios, dentre outros espaços habitados ou por onde transitam os Guarani e Kaiowá no sul do estado.

A concentração fundiária, a exploração ilimitada da natureza e a produção econômica do espaço agrário brasileiro-latino-

americano são caracterizadas por relações de poder que primam historicamente pela violência genocida contra povos indígenas:

> Se o termo genocídio remete à idéia de "raça" e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. (CLASTRES, 1980, p. 83).

Atualmente, as ações do Estado brasileiro e do capital, em sua versão neoliberal, têm por objetivo o desmonte, o retrocesso e a retirada dos direitos territoriais indígenas. Isso tem acentuado ainda mais a violência no campo do Estado, de mineradoras, de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e grileiros contra os povos indígenas. Na territorialização do agronegócio corporativo, do governo biopolítico e da gestão necropolítica, os povos indígenas tornaram-se alvos de um biopoder genocida que define quem deve "fazer viver e deixar morrer" (FOUCAULT, 2004; 1999).

O Estado neoliberal, por meio de sua necropolítica de "deixar morrer" produz grande parte dos meios que permitem este processo de extermínio. Desde suas práticas "integralistas" ou até mesmo pela incapacidade de fornecer assistência de qualidade e de forma igualitária às comunidades indígenas. A falta de políticas públicas de qualidade, de atenção por parte da Justiça às questões de demarcação de terras e as condições de pobreza/vulnerabilidade e

insegurança em que se encontram a maioria das comunidades do sul de Mato Grosso do Sul, representam a forma racista, violenta e negligente como o Estado lida com a questão indígena.

Para Mbembe (2011), filósofo e pensador camaronês, a necropolítica, isto é, política de morte, atualiza o genocídio, etnocídio e o ecocídio contra os povos indígenas, pois implica o biopoder de comandar quem deve viver e quem deve morrer. Diante da tentativa de banalização da violência contra as minorias, as ações das milícias, dos fazendeiros e do Estado produzem pânico e assassinatos nas áreas de retomadas de territórios e de antigos tekoha onde vivem os Guarani e Kaiowá. Não faltam imagens e vídeos feitos pelos celulares dos próprios indígenas que denunciam o crescimento da violência de Estado nos territórios tradicionais. Estudiosos dos direitos humanos afirmam que os povos Guarani e Kaiowá vivem uma crise humanitária, bem como, um das piores condições de violência. A necropolítica, no entanto, não é recente para os povos Guarani e Kaiowá, mas tem na gestão e nos mecanismos racistas do atual governo brasileiro a exacerbação do seu ataque contra essas minorias.

Diante deste contexto, este artigo tem por objetivo analisar, os dados obtidos junto à mídia digital, dos assassinatos de indígenas no Mato Grosso do Sul. A coleta realizada diretamente dos portais de notícias *on-line* revelou um conjunto de dados bastante amplo, mesmo que, por vezes, sensacionalista e reducionista, quanto às causas da frequente violência envolvendo os Guarani e Kaiowá. Este estudo se concentrou em caracterizar os assassinatos de indígenas em Mato Grosso do Sul, por meio de casos notificados em reportagens de jornais de circulação local e regional. Buscou-se, ainda, identificar

quais representações acerca de violência e resistência estes corpos assassinados, violentados e ultrajados carregam, a fim de levantar como os mecanismos necropolíticos (MBEMBE, 2011) atuam sobre as vidas e os corpos dos Guarani e Kaiowá.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa se baseou no método qualitativo da análise documental de reportagens de jornais *on-line*, que consiste em retratar a fonte original, permitindo a localização, identificação, organização, bem como, a avaliação das informações registradas no documento, além de oportunizar uma caracterização dos fatos em determinados momentos, que são ancorados histórica e socialmente e refletem ainda, aspectos da vida social de determinado grupo (MOREIRA, 2005).

Neste sentido, a coleta de dados foi realizada em jornais de circulação *on-line* do estado de Mato do Grosso do Sul, com a utilização dos seguintes descritores: **assassinato índio, assassinato indígena, assassinato Guarani, assassinato Kaiowá, assassinato aldeia, e, assassinato Reserva Indígena**, no período que compreende fevereiro a agosto de 2019. Em um primeiro momento foram resgatadas 19.266 reportagens, utilizando os critérios de exclusão, que consistiam em selecionar apenas reportagens que atendiam ao foco do estudo "assassinatos de indígenas" e excluindo os casos repetidos, a amostra foi composta por 185 reportagens que

comunicavam 199 registros de assassinatos de indígenas em Mato Grosso do Sul, veiculados por 14 jornais[3].

O instrumento utilizado para a coleta consistiu em uma planilha previamente construída pelos pesquisadores, com os seguintes itens: jornal/fonte, data do registro, número de casos por notícias, município em que o evento ocorreu, localidade específica do caso (aldeia, fazenda ou cidade), etnia da vítima, descrição detalhada da morte, idade e sexo da vítima. Também foram levantadas informações acerca da autoria do assassinato (indígena ou não indígena, parentesco e vínculo com a vítima) além do *link* de acesso da notícia quando estas informações estavam disponíveis na reportagem.

Os dados foram analisados à luz da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2008) que propõe uma sistematização do conteúdo das mensagens e indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens, compreendendo, basicamente, três etapas: a) pré-análise: fase da organização propriamente dita, de constituição dos materiais; b) exploração do material: consiste em codificar, decompor ou enumerar as mensagens, em função de regras previamente formuladas, para a representação do conteúdo; e, por fim, c) o tratamento dos resultados obtidos e interpretação: fase em que operações estatísticas simples permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas e figuras, que esquematizam as informações resultantes da análise.

[3] O Progresso, Correio do Estado, Dourados News, Midiamax, Dourados Agora, Diário Digital, Campo Grande News, Folha de Dourados, Douranews, MS em Foco, Top Mídia News, Fátima News, Amambai Notícias e Conesul News.

Geografia da violência dos Guarani e Kaiowá

Antes mesmo da apresentação dos resultados, vale refletir juntamente com Moreira (2005) que os documentos manifestam a força de quem exerce o poder. Não são, portanto, produções neutras, traduzem a leitura e interpretação do vivido por um grupo de pessoas em determinado espaço histórico e social.

Quanto às cidades onde estes assassinatos ocorreram, a cidade de Dourados apresenta 50% dos casos, com 100 notificações, compreendendo mais da metade dos casos identificados. Amambai aparece em seguida com 14% (n= 28) dos casos, e Caarapó com 12% (n= 24) dos casos. Outros municípios foram citados com menor frequência: Paranhos, Tacuru, Aral Moreira, Japorã, Bodoquena, Coronel Sapucaia, Juti, Laguna Carapã, Antônio João, Iguatemi, Maracaju, Itaporã, Ponta Porã, Douradina Brasilândia, Sidrolândia e Eldorado.

Quando as reportagens informavam a localidade específica onde os assassinatos ocorreram, é possível caracterizar três locais distintos: nas aldeias, nas cidades e nas fazendas. Dos 100 casos identificados no município de Dourados, a maior frequência dos registros encontra-se nas Aldeias Bororó, 55% e Jaguapiru, totalizando 26%. Estas aldeias integram a Reserva Indígena de Dourados. Na cidade de Dourados foram identificados 7% dos casos. Nos 12 casos restantes no município, a reportagem não informou a localidade específica em que a morte ocorreu.

Com relação à etnia das vítimas, a ausência dessa informação junto aos jornais tem muito a dizer. Em 93% (n= 186) das reportagens, não há o registro da etnia do indígena assassinado. O

que ocorre em apenas 7%, sendo que 13 casos informavam que a vítima pertencia à etnia Guarani-Kaiowá e dois casos à etnia Terena. Diante deste fato, é possível refletir sobre como a mídia representa os indígenas, desconsiderando o seu pertencimento a um grupo étnico, e agrupando todos os indígenas em uma categoria genérica de "índio".

É importante assinalar que os jornais eletrônicos regionais que foram fontes de informações, em sua maioria, são pertencentes a grupos hegemônicos ligados, direta ou indiretamente, ao agronegócio. Por isso, nas notícias pesquisadas o "indígena genérico" – sem pertencer a um grupo étnico, portanto, sem território, sem lugar – é representado ao leitor como "violento". Muitas reportagens creditam tal violência ao consumo de álcool e drogas por parte dos indígenas, os culpabilizando pelo contexto conflituoso em que vivem, assim como, pelas ocorrências de confrontos e derramamento de sangue que estão envolvidos. Também se identificou em algumas reportagens a exposição de fotos dos corpos violentados, decepados e ensanguentados dos indígenas assassinados. Isso demonstra o sensacionalismo midiático diante do genocídio.

Esse corpo indígena é representado pelos jornais como sem valor, sem pertencer a um grupo étnico, sem território, sem dignidade. No entanto, por mais que a mídia branca e hegemônica regional não identifique a etnia dos indígenas assassinados, a grande ocorrência de mortes em municípios, aldeias e fazendas no sul do estado, onde há predominância dos Guarani e Kaiowá, permite denunciar o genocídio sofrido por estes povos e de como seus corpos tornam-se banalizados diante do "Estado de exceção" (AGAMBEN, 2004), governo bio/necropolítico (FOUCAULT, 2004; MBEMBE,

2011), da sociedade capitalista do agronegócio "neoextrativista" (SVAMPA, 2019) e da lógica neoliberal de "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2004).

Quanto ao sexo das vítimas, identificou-se que a grande maioria dos registros de assassinatos era de homens, perfazendo um total de 83,5% (n= 166). As reportagens evidenciaram que em 16% dos registros (n= 32) era de mulheres, sendo que em apenas um caso (0,5%) não foi informado o sexo da vítima. Identificaram-se casos de feminicídio em cinco casos, sendo que em quatro deles a mulher indígena foi morta pelo companheiro ou ex-companheiro e em um caso a vítima foi morta após tentativa de estupro no interior da aldeia:

> Mulher de 35 anos morre após ser espancada pelo marido em Amambai [...]. À Polícia, [o autor] disse que agrediu a esposa porque ela estava o traindo. (Campo Grande News, 09/12/2013).

Em relação à idade das vítimas, os números apresentam uma grande variação etária. A vítima mais jovem possuía três anos de idade, enquanto a mais velha apresentava 90 anos. Constata-se que em 22,6% dos casos (n= 45) as vítimas eram crianças e adolescentes, com idades variando entre 10 a 19 anos. A faixa etária de 20 a 29 anos representa 21% dos casos (n= 42), seguido dos casos com faixa etária entre 30 a 39 anos, retratando 20,6% dos casos (n= 41).

Em síntese, as mortes apresentaram as mais variadas causas ou motivações, compreendendo desde roubos seguidos de morte, discussões familiares, brigas, vinganças, até mortes por

motivos fúteis. Cabe a discussão acerca das mortes por motivos fúteis, uma vez que, tais mortes expõe a banalização da vida presente nos assassinatos da população indígena.

> Antes de ser assassinada, a vítima foi espancada. Dois suspeitos foram identificados pela polícia. *Eles ainda roubaram a bicicleta de Maurício e a carteira com documentos e R$ 100 em dinheiro*. (O Progresso, 05/03/2017) [grifos nossos]
>
> O homem confessou e disse à polícia *que matou porque a vítima teria furtado dele um aparelho de DVD*. (O Progresso, 08/07/2013) [grifos nossos]
>
> Indígena é morto a facadas ao discutir com homem *por dívida de R$ 10*. (Campo Grande News, 04/02/2017) [grifos nossos]
>
> Depois de detida por lideranças indígenas, *ela contou na delegacia que matou a vítima porque não gostava dele* [...] Ela estava embriagada e não soube explicar ao certo os motivos. (Dourados Agora, s/d) [grifos nossos]

Algumas matérias relacionam os assassinatos a brigas, participações em festas e confusões em bares. O discurso do álcool como "motivador" da violência nas aldeias está presente em 21% dos casos relatados, em que a matéria de jornal relacionou o assassinato e o contexto de violência ao uso de álcool e presença em bares por parte dos indígenas. Este discurso que parte da mídia branca e elitista procura atrelar a imagem do indígena como sujeito que faz uso e abuso de álcool, e, por isso, "sendo violento", produz toda a violência no contexto ao qual está inserido. O que pode ser uma

estratégia midiática, representar esse grupo social como violento para fazer com que o leitor acredite que todo o contexto-cenário de mortes e assassinatos desses povos é fruto das ações dos próprios indígenas.

> *Bebedeira* em aldeia termina com morte de indígena. (Campo Grande News, 09/02/2011) [grifo nosso]
>
> Segundo informações da polícia, ela e a filha, Rosana Romeiro, 23 anos, estavam *bebendo cachaça* com mais algumas pessoas, quando começou a briga entre Felícia e a outra integrante do grupo. (Correio do Estado, 07/05/2011) [grifos nossos]
>
> De acordo com informações da Polícia Civil, ontem à noite Rita e o genro *estavam bebendo pinga* no local. Segundo o site Dourados Agora, o principal suspeito é o genro da vítima, que está foragido. (Campo Grande News, 14/02/2013) [grifos nossos]
>
> Moradores da região disseram que Lauro era alcoólatra e passou a tarde bebendo nas proximidades do local onde foi assassinado. (Campo Grande News, 17/01/2011)

O enredo de alguns assassinatos não informava o uso e abuso de álcool, mas situações que se pode inferir a presença do "racismo estrutural" (ALMEIDA, 2018), pois as vítimas não haviam feito uso de bebidas alcoólicas, não possuíam desafetos, muitas delas foram atacadas e mortas em situações cotidianas comuns, como voltando da igreja.

Diante deste caso, verificamos que lugar é dado à vida indígena diante dessa política de morte adotada pelo Estado (MBEMBE, 2011). No poder de gestão racista do necroEstado sobre as vidas, os corpos indígenas parecem sacrificáveis. Para Mbembe (2011) a necropolítica é a forma de construir parâmetros em que a submissão da vida pela morte está autorizada. Nessa perspectiva, a necropolítica não ocorre somente por meio de uma instrumentalização da vida, mas, também, pela destruição dos corpos. É fazer morrer e, não "somente", deixar morrer. Mbembe amplia, com isso, o conceito de biopoder de Foucault, que consiste em gestão de morte, do fazer viver e deixar morrer. Esse poder de morte, esse necropoder, é um elemento do racismo estrutural no capitalismo neoliberal contemporâneo, atuando por meio de mecanismos e tecnologias de gerenciamento de morte, por forças ou poderes policiais, de milícias e do agronegócio sobre povos e territórios indígenas.

> Segundo a esposa do índio ele *era religioso, não bebia e nem tinha desafetos*, além de já ter sido capitão em uma aldeia de Caarapó e Conselheiro Indígena na aldeia Jaguapiru. (Dourados News, 31/03/2005) [grifos nossos]

> Ela diz desconhecer os motivos do crime, já que Anderson *era considerado um jovem exemplar. Ele não bebia, era estudioso e participava da escolinha de futebol da Reserva*. Seu sonho era jogar no Santos, seu time do coração. Todo mundo gostava dele, afirmou a mãe. (Dourados News, 25/05/2007) [grifos nossos]

Outro dado que se procurou resgatar nas reportagens foi o autor do assassinato. No entanto, vale destacar que em 76% das reportagens (n= 152) não havia a informação sobre o autor do crime. Em 20% dos registros (n= 40) o assassino era identificado como um indígena, sendo que destes, 65% (n= 26) informavam que o assassino seria um parente ou familiar da vítima, demonstrando como a violência se insere até mesmo no núcleo familiar.

Em 4% dos casos (n= 7) o autor foi identificado como não indígena. Entre estes não indígenas as notícias apontam pistoleiros, policiais, fazendeiros, filhos de proprietários de fazenda e agricultor como autores dos assassinatos, personagens presentes nos conflitos e confrontos na luta pela terra que os indígenas, principalmente os Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, estão inseridos e vivenciam.

Atores como os policiais, responsáveis pela morte de um índio Terena no município de Sidrolândia durante reintegração de posse em fazenda, demonstra de forma evidente a relação Estado-Capital Agrário que, unidos, exercem o poder necropolítico diante das vidas e corpos indígenas (Correio do Estado, 31/05/2013). Esse caso evidencia claramente o Estado enquanto protetor da propriedade privada por meio de seus dispositivos de segurança em detrimento de vidas indígenas, corpos sem valor ao Estado e ao Capital.

Outro exemplo emblemático da atuação do mecanismo necropolítico encontrado nas notícias analisadas relata sobre o ataque a um acampamento indígena em Paranhos, em 2009, em que dois Guarani e Kaiowá foram mortos. O acampamento de retomada em área de uma fazenda foi atacado por homens armados. Entre os réus suspeitos de organizar o ataque, além dos filhos do proprietário

da fazenda, havia um vereador da cidade que também exercia o cargo de presidente do Sindicato Rural de Paranhos e um ex-candidato ao cargo de prefeito da cidade. O caso apontava indícios do uso de um veículo oficial da Prefeitura Municipal da Cidade de Paranhos para o deslocamento do grupo que proferiu o ataque (Douranews, 23/01/2012). Esse caso expõe mais uma vez a relação do Estado, por meio de seus sujeitos, como o vereador, e até de seus bens, como o carro de uso oficial da Prefeitura de Paranhos, com o Capital Agrário em Mato Grosso do Sul na política de fazer morrer os Guarani e Kaiowá.

Na linha de frente dos conflitos fundiários no sul do estado, os Guarani e Kaiowá, se veem em desvantagem diante do poder de políticos, fazendeiros e do Estado. Com isso, vemos como o mecanismo necropolítico atua, onde um povo inteiro se encontra desassistido e, em constante ameaça nos mais variados contextos, deixados para morrer. Neste cenário, nem crianças, nem mulheres e nem idosos estão livres desta política da morte, como os dados etários identificados por este estudo.

A leitura de um número tão grande de casos de assassinatos de indígenas permite perceber sutilezas nos discursos dos veículos midiáticos enquanto comunicadores e expositores destas mortes. Pode-se pensar a relação que muitos jornais em Mato Grosso do Sul são de grupos ligados ao agronegócio no estado, o que pode mascarar, alterar ou omitir informações. Aqui, retoma-se o argumento de Moreira (2009) sobre a produção de documentos, que manifestam a força de quem exerce o poder, traduzindo a leitura e interpretação do vivido por um grupo de pessoas em determinado momento histórico e social. Para exemplificar, um dos jornais relata um conflito por

terra, que gerou o assassinato de um indígena Guarani e Kaiowá. A reportagem identifica o indígena, porém, não relata o nome da propriedade em que ele foi morto, muito menos o nome do seu proprietário.

> A identificação do índio assassinado a tiro *em confronto com fazendeiros pela disputa de terras, ontem (29), no município de Antônio João*, foi confirmada pela Polícia Civil. Trata-se de [Nome do Indígena], 24 anos, da etnia Guarani-Kaiowá. Segundo apurado por autoridades policiais, ele bebia água em córrego próximo da área quando foi atingido com um tiro na cabeça. (Correio do Estado, 30/08/2015).

A forma do morrer, como se comunica essa morte, e ainda, como se lida com a mesma, expõe a atuação dos mecanismos necropolíticos como na disputa/controle dos recursos naturais como a água. Este necropoder é exercido das mais variadas formas em uma matéria jornalística. Em alguns casos até o próprio senso ético é deixado de lado, dando lugar ao sensacionalismo.

Buscou-se também caracterizar os assassinatos, em relação à utilização ou não de objetos que ajudaram a ocasionar a morte das vítimas. Assim, chama atenção a alta frequência de mortes cometidas com o uso de armas brancas, sendo 121 registros, perfazendo um total de 61% dos casos. Dos quais, os objetos mais utilizados foram facas ou facões (algumas do corte da cana), representado 83% dos casos identificados (n= 101). Outros objetos de armas brancas também foram notificados nas reportagens, contudo, em número bem inferior: foice (objeto tradicional de uso e cuidado da

terra), 12% (n= 15); enxadas em dois casos (2%), machado e pá, ambos com um caso (1,5%). Pode-se inferir que utensílios de uso doméstico e rural são usados como "armas" para tirar a vida.

As armas de fogo representam 13,5% dos casos, com 27 mortes. Algumas das mortes causadas por armas de fogo foram realizadas por proprietários de fazendas e pistoleiros. Cabe a ressalva, que alguns destes crimes cometidos por armas de fogo foram cometidos por não indígena.

As mortes realizadas por "objetos diversos" correspondem a 10,5% dos casos (21 mortes). Nesta categoria se enquadram as mortes em decorrência de deferir pauladas (17 casos, 81%), pedradas (três casos, 14%), e até mesmo o uso de tijolo (um caso, 5%).

As mortes cometidas por meio de espancamento e estrangulamento representam 8% (n= 16) dos casos. Nesta categoria, o meio utilizado como "arma" para levar a morte é apenas a força do próprio corpo. E por fim, em 7% dos casos (n= 14) as notícias não relatavam de forma específica o meio utilizado para cometer o assassinato.

A lógica da adaptação e familiarização com a violência por parte dos indígenas residentes nas Reservas, e a produção destes "corpos violentos", também pode ser vista nos casos de assassinatos por pauladas, pedradas e tijolo, objetos que, embora não possua em sua constituição o objetivo de serem usados como armas, nem mesmo apresentando partes cortantes, mas que foram utilizados como utensílios de agressão eficazes, resultando em homicídios.

Nota-se essa agressividade ainda nos casos de espancamentos e estrangulamentos. Estas mortes expõem como a violência presente nas Reservas se instaura a ponto de que a

necessidade de matar supere o fato de o agressor possuir ou não uma arma ou algum objeto que possa transformar em uma. Elucida a violência presente nos microconflitos ocorridos no interior das Reservas. A força física e "esforço" exigido do agressor para concluir o crime são altos, sendo que somente a força e impactos do seu corpo que resultarão na morte da vítima. Este tipo de agressão demonstra como estes corpos violentados das mais diversas formas no seu dia-a-dia já carregam a violência e agressividade "enraizadas", atravessadas e interiorizadas em si. Aqui a "arma" é o próprio corpo. Corpo matando corpo. Um corpo indígena matando outro corpo indígena.

Os casos demonstram a violência sofrida pelos Guarani e Kaiowá, revelada pelos ferimentos nos corpos das vítimas e também nos artefatos usados para concretizarem tais mortes. É importante ressaltar que toda esta produção de conflitos violentos e de corpos ultrajados se dá fora de um contexto de "guerra", como da guerra contra o tráfico de drogas e armas ou das guerras entre facções e narcotraficantes. Cabe também a observação de que embora os conflitos fundiários também causem mortes entre os indígenas, estes conflitos representam mais uma das frentes que atacam contra essas vidas, sendo o processo do genocídio muito mais profundo e sofisticado, de forma a produzir corpos violentos entre os próprios indígenas, em que a violência se institucionaliza nas microrrelações e microconflitos.

Corpos indígenas violentados

O cenário de mortes violentas da população indígena em Mato Grosso do Sul se instaura não só no número de casos de

assassinatos entre estes, mas também é grafado nos corpos. Com isso, analisou-se também, além do quantitativo dos casos de assassinatos, a violência presente e manifestada por meio dos ferimentos nos corpos, com base nas descrições apresentadas nas reportagens dos jornais. Dos 199 casos registrados, em 147 foi possível identificar os ferimentos que levaram as vítimas a óbito, isto é, as regiões corporais atingidas.

A maioria dos ferimentos se localizou na cabeça, o que corresponde a 31%, seguido dos ferimentos no tórax/peito (19%) e pescoço (17%). Outras regiões corporais também aparecem nos registros, como costas, abdômen, membros superiores e inferiores, mas com um número menor de ocorrências.

Observa-se que, em muitos casos, o corpo da vítima apresentava muitos sinais de violência, expondo a agressividade dos golpes. Corpos com diversas perfurações de facas, cortes profundos nos pescoços, cabeça e rostos desfigurados. Além da morte, se vê o flagelo do corpo, a mutilação mesmo após a morte.

Ainda há também muitos casos em que o rosto da vítima foi o principal alvo dos golpes, de forma que muitos apresentavam os rostos desfigurados. O que pode sinalizar uma tentativa de apagar, destruir e desfigurar os traços únicos da fisionomia do rosto Guarani e Kaiowá. A face do corpo que resiste quando é desfigurada carrega um grande peso simbólico. Esses corpos assassinados evidenciam um "apagamento cultural". Extingue-se liberanças políticas e religiosas, culturas nativas, memórias, mitos, línguas e histórias indígenas que fazem parte das territorialidades. Essa desfiguração dos corpos leva a um "apagamento cultural" pela não continuidade de saberes e epistemes para os mais jovens sobreviventes. A mutilação do rosto

demonstra o epistemícidio decorrente de uma política etnocida e genocida do Estado e a permanência da colonialidade de matriz de poder racista e que enfraquece, por um lado, assim, a conexão desses corpos como o seu território.

Atenta-nos também em como a violência presente em alguns destes conflitos se Reserva para além da morte da vítima, mas também na necessidade de se descaracterizar e desfigurar o corpo muitas vezes já morto. O corpo da vítima pode servir como uma espécie de "expiador" da violência que se encontra reprimida no corpo que convive com ela diariamente. Corpos mortos que carregam uma carga altíssima de violência, agressividade e golpes grafados em si. Isto demonstra como esta lógica se apropria e transforma o corpo indígena. Um corpo que se nega a se submeter aos dispositivos de controle da biopolítica que regem a modernidade capitalista, então é desapropriado de si, e passa a ser regido pela necropolítica.

Na cultura Guarani e Kaiowá não se pode pensar o corpo sem o *tekoha*. Terra e corpo são um só, e quando um destes é atacado, o equilíbrio se desfaz. Quando, aos Guarani e Kaiowá, é negado o direito sobre o seu *tekoha*, onde o seu corpo pode praticar o *teko*, este corpo perde a referência de ser. Uma vez perdida esta referência, e diante de uma cultura branca que, cada vez mais suprimi e ataca as culturas tradicionais, este corpo se vê perdido em significações, o que reflete na desestruturação de sua cultura e tradição. Uma vez destituídos de seu modo de ser, tais corpos agora "vazios" são alimentados pelos problemas que as Reservas, criadas pelos brancos e cercadas pelas cidades brancas, apresentam: álcool, drogas, violência. Violência auto e heterodirigida. Um mecanismo cruel e que aos poucos derrama o sangue Guarani e Kaiowá.

Necropolítica de Estado e genocídio programado dos Guarani e Kaiowá

Diante destas considerações, é possível traçar como ocorrem os mecanismos de extermínio, bem como, como estes atuam nas aldeias do sul de Mato Grosso do Sul, onde habitam os Guarani e Kaiowá. Esses povos defendem a sua existência enquanto grupo étnico e lutam contra o genocídio do Estado de Exceção, governo bio/necropolítico e da sociedade capitalista do agronegócio.

Neste sentido, cabe ilustrar como alguns dos mecanismos de controle do Capital, principalmente, introduzidos pelo Estado que serve a lógica liberal, acabam tendo a sua aplicação dificultada ou impedida nas aldeias, muito devido aos indígenas que lutam para ver o mundo e organizar suas sociedades segundo sua cosmovisão.

Foucault (1999), no contexto europeu, apontou a distribuição das "cidades operárias" como um mecanismo de controle do Capital sobre os corpos dos trabalhadores, de forma que:

> [...] articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). (FOUCAULT, 1999, p. 299).

Essa organização de sociedade controlada é dificultada nas aldeias, porque a distribuição das moradias não segue a lógica das cidades brancas. As moradias não têm padrão de distribuição, não possuindo ruas padronizadas e nem mesmo uma rede de saneamento

e distribuição de água. Muitas moradias, nem mesmo possuem cômodos. Estes mecanismos de controle geográfico do Estado, portanto, não atuam no interior das aldeias.

Outra situação interessante que ocorre nas aldeias é referente ao controle pela polícia. A Polícia Militar, dispositivo direto de repressão e imposição de força, principalmente do Estado brasileiro, por lei não pode atuar nas áreas de Reserva Indígena, que são áreas federais. A segurança pública, portanto, nestas localidades ficam a cargo da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança, que salvo casos em que a justiça decreta a permanência destas forças nas Reservas, não fazem ronda ostensiva e cotidiana nestas localidades. Dessa forma, o controle repressivo do Estado não atua diretamente nas aldeias, como ocorre, por exemplo, nas favelas e comunidades periféricas.

A ausência do Estado nas aldeias por meio de políticas de segurança pública, inclusive, ocasiona na formação de milícias de justiceiros que buscam fazer justiça com as próprias mãos em busca de manter a ordem social e segurança no interior das aldeias. Em 2014, uma dessas milícias de justiceiros levou a óbito um menino de 14 anos na Reserva Indígena de Dourados, causando revolta entre os moradores. Após o caso da morte do menino, muitas denúncias de abuso, torturas e agressões contra os moradores da Reserva por parte dos milicianos foram realizadas.

> A Polícia Civil foi ao local, acompanhada de quatro viaturas da Força Nacional, e tomou diversas medidas preventivas para conter a população que ficou extremamente revoltada pela insegurança causada pela falta de apoio policial. Segundo os moradores, de forma

> violenta e autoritária, os 'seguranças' fazem revista, blitz e agridem aqueles que não obedecem às leis da comunidade, ditadas pelos próprios justiceiros que foram formados sem qualquer aceite da comunidade, segundo disseram os moradores. *Trajando colete de segurança, cassetete e armas, eles se defendem afirmando que apenas fazem o trabalho que é dever da Força Nacional que está sendo paga para ajudar na segurança dos indígenas. Líderes indígenas, que também pediram anonimato, disseram que "se a Força Nacional fizesse um trabalho ostensivo e preventivo, talvez isso não tivesse acontecido"*. (O Progresso, 08/09/2014) [grifos nossos].

O extermínio dos Guarani e Kaiowá ocorre por meio de uma espécie de genocídio programado, no qual pode se considerar seu início, com a criação das Reservas Indígenas no sul do estado de Mato Grosso do Sul no início do Século XXI.

Este genocídio programado se mostra, principalmente, em políticas de Estado e também nos dispositivos de mercado. Esta aliança Estado-Capital não vendo subsídios em um povo tradicional que não se volta à lógica produtivista e mecanicista imposta pelo branco, e, ao contrário, se afirma em suas tradições e modo de ser, somado ao fato da dificuldade de seus dispositivos de controle serem aplicados a este povo, reservam, então, aos Guarani e Kaiowá práticas necropolíticas, criando todas as condições necessárias para o "deixar morrer" deste povo. Um grupo no qual as estruturas de poder reservam a morte, por apenas ser quem são, afirmando o que Mbembe (2011, p. 21) aponta ao dizer que "em larga medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico".

Perpendicular ao genocídio e sofrimento de tais povos tradicionais, se vê o avanço e ameaça cada vez maior do agronegócio diante de terras e comunidades indígenas em Mato Grosso do sul. No entanto, os Guarani e Kaiowá carregam em seus corpos a mais orgânica resistência contra as práticas necropolíticas de que são alvos há mais de um século. As políticas de confinamento, não demarcação de territórios, criminalização e perseguição política do Estado brasileiro tornam o *tekoha*, antes sagrado e pacífico, atualmente, em berço de violência e de derramamento de sangue. O *tekoha* que antes abrigava em seu solo o alimento e todo o modo de vida Guarani e Kaiowá, além de receber seus corpos após a boa morte, hoje recebe veneno oriundo dos pesticidas das lavouras vizinhas, sangue proveniente de conflitos e abriga corpos dilacerados após mortes em contexto de violência.

Passados quase cem anos da criação das Reservas, os elevados índices de assassinatos, além do cotidiano de consumo de álcool e drogas por parte dos indígenas, fazem com que o próprio Estado e a mídia burguesa tratem das Reservas Indígenas como um local "violento". Estigmatizando o *tekoha* como este local violento, estigmatiza-se também o índio como violento, como um corpo violento e indisciplinado, selvagem que deve ser "civilizado" como propalado pelos discursos e práticas racistas.

O discurso midiático acessado por esta pesquisa, em muitos momentos, responsabiliza o indígena e as aldeias pela realidade de violência, pobreza e conflito que vivenciam. É notório também, como muitas das notícias analisadas fazem referência ao uso do álcool como responsável direto pelas brigas e assassinatos. A construção

desse estigma se intensifica quando números elevados de assassinatos se concretizam no interior das aldeias.

Na constituição das aldeias, que suprime os indígenas em meio ao agronegócio, o preconceito, pobreza, o descaso com os quais convivem cotidianamente, bem como, a desassistência por parte do Estado transformam as aldeias em um campo de conflitos, tensão e violência em que o álcool passa a ser apenas mais um dispositivo (ou detonador) de controle para possíveis corpos rebelados. Aqueles que não morrem assassinados, por desassistência ou suicídio, levam suas vidas no que Agamben (2004) chama de sobrevida. Com seu modo de vida (*teko*), suas produções e manifestações cada vez mais atacadas e suprimidas, muitas mulheres Guarani e Kaiowá não mais vivem enquanto indígenas no interior do *tekoha*, mas apenas sobrevivem.

Os assassinatos registrados entre os Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul demonstram que este genocídio programado tem seus resultados. Mas quem mata? Quem é o algoz dos Guarani e Kaiowá? Os altos índices de assassinatos expõem que, quem é o agente que efetua esse genocídio são os próprios indígenas. Entre os casos de assassinatos chama a atenção para a alta quantidade daqueles que são provocados pelos próprios indígenas. Indígena matando indígena, no interior da Reserva criado pelo branco, não indígena. Este processo é bastante significativo. O Estado branco e capitalista criou pequenas áreas de território que realocou os indígenas após retirá-los de suas terras e os suprimiram nestas localidades, que embora aumente o quantitativo populacional no interior das Reservas, o mesmo não acontece com a extensão territorial.

A ausência de assistência e políticas públicas do Estado para com esses povos originários criou, neste um século de criação das Reservas, sociedades que reproduzem uma série de problemas, dentre eles, a violência. Os Guarani e Kaiowá são usados como instrumentos de seu próprio aniquilamento neste projeto de "deixar morrer". O Capital e a mídia branca e hegemônica atribuem este contexto de violência como justificativa, ainda, hoje, da necessidade de "civilizar" o violento. Como os Guarani e Kaiowá, bravos guerreiros, resistem a todo processo de integração colonialista e moderna da sociedade (fazer o índio se tornar "branco" – etnocídio), usa-se do mesmo argumento para justificar então a necessidade de eliminar o "selvagem".

Não precisa matar mais, se organiza uma sociedade em que os próprios alvos se matem e se destruam. Não precisa de uma guerra, como no período da invasão das Américas ou como ocorrem nas favelas e periferias. O combustível de expansão do capitalismo é toda e qualquer matéria e energia que se encontra em nosso planeta (LATOUR, 2004). No Mato Grosso do Sul o capitalismo explora a terra, tudo que é vivo e habita sua superfície, recursos naturais e, principalmente, corpos humanos indígenas e sua força de trabalho para produzir riqueza que será acumulada por fazendeiros, grandes corporações e o Estado.

Para os Guarani e Kaiowá a terra está ligada intimamente ao modo de viver e agir sobre o mundo. É no *tekohá*, território sagrado, que os indígenas podem exercer seu modo de vida, com suas crenças, costumes e organização da sociedade. Embora com o processo de colonização e cada vez maior contato com o homem branco e sua sociedade, língua, religiões, medicina e sistema

econômico, os Guarani e Kaiowá resistiram e resistem para manter viva e passar as novas gerações, toda sua cultura. Um povo que embora cercado e violentado pela cultura branca (igrejas no interior das aldeias, bares, álcool, circulação de drogas, músicas, arquitetura e língua "branca"), ainda assim, decidem lutar e praticar seu modo de vida.

Quando o capitalismo não consegue se apropriar de um corpo, ele então cria dispositivos e mecanismos que invalidam este sujeito, ou mesmo o destrói (PELBART, 2008). A cultura Guarani e Kaiowá cria corpos que fogem a esta lógica. E está cultura resiste desde a invasão à América e a "colonialidade do saber e do poder" (QUIJANO, 2005) que persiste até a atualidade. O corpo Guarani e Kaiowá é produzido à margem do capitalismo. Embora no início do século XX muitos indígenas foram explorados pela companhia de erva-mate (Mate Laranjeira) que atuava no sul do estado, na década de 1990 muitos serviram a usinas de cana-de-açúcar da região, e nas últimas décadas outros foram transformados em empregados em lavouras e, principalmente, na construção civil, trabalhos "braçais". Nesse sentido, esses povos originários são explorados pelo capital apenas como mão-de-obra barata. A manutenção da miséria social em áreas de Reservas indígenas produz um exército agroindustrial de Reserva ao sistema.

O corpo Guarani e Kaiowá é "perigoso" devido ao que carrega em si. A cultura, a cosmovisão e territorialidade do pluriverso indígena estão vinculadas a terra e ao seu uso sagrado. O Capital, destacando, principalmente, o agronegócio presente em Mato Grosso do Sul, vê a terra como meio de exploração e produção de riquezas. O corpo indígena é uma espécie de santuário, que permite ao indígena

a conexão com esta terra e também com seus antepassados que a ela já "retornaram". A própria forma de cuidar deste corpo na cultura indígena é uma afronta às formas de cuidado do branco. Com uma medicina voltada em curar o corpo por meio da relação com a terra e o que esta produz, o índio usa de chás e uma infinidade de outros produtos e técnicas à base de ervas, raízes e frutos, ele dispõe de sua própria medicina e "ciência do curar", e assumindo assim o lugar de dono de seu corpo e de sua saúde.

Foucault (1999) afirma que:

> [...] a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores. (FOUCAULT, 1999, p. 302).

A resistência se dá ainda quando o indígena autoafirma o seu corpo com suas características e traços, sua cor, seu cabelo, religião, música, filosofia, ciência, episteme e língua. Todos esses aspectos culturais e étnicos resistiram à "colonialidade do poder e do saber" e ao "necrocapitalismo". A vida do Guarani e Kaiowá é r-existência: resistir para existir enquanto modo de vida diferenciado e território ontológico. Essa forma de vida se coloca no enfrentamento e resistência de toda esta cadeia de poder colonial, racista/etnicista, e de metabolismo social, produção de matéria e de energia, que fomenta sua morte e derramamento de sangue. Aqui a vida Guarani e Kaiowá representa o que Artaud chama de "genital inato", onde o corpo enquanto hóspede de vida se coloca como "r-existente" diante de todos os mecanismos de biopoder, concretos e simbólicos, que buscam gerir e assumir o domínio dos corpos:

> Trata-se de um corpo que tem a coragem de desafiar esse complexo sócio-político que Artaud chamou de juízo de Deus, e que nós chamaríamos de um biopoder, de um poder que se abate sobre nosso corpo (PELBART, 2008, p. 10).

O corpo Guarani e Kaiowá, nessa perspectiva, parecer ser uma ameaça à ordem territorial da propriedade privada e do corpo branco, cristã e heteronormativo. Dessa forma, pelo uso dos mecanismos já discutidos, tais corpos são submetidos a todo um contexto de violências como a física, a miséria e invisibilidade. Além disso, como acontecem com esses povos tradicionais, tais corpos são flagelados até no contexto de morte. Este flagelo é ainda mais emblemático e significativo quando um corpo indígena é flagelado por outro corpo indígena.

Considerações finais

Pode-se afirmar com este estudo que destruir o corpo Guarani e Kaiowá significa eliminar tudo o que ele representa e carrega em si. O corpo mutilado de um indígena, oriundo de um confronto violento, representa todo o projeto de extermínio da etnia, cuja produção de conflitos está inserida. Este extermínio não se dá apenas quanto a corpos, mas no extermínio da cultura, ritos, cantos e danças tradicionais, violação da terra sagrada e imposição da língua branca sobre a língua materna-indígena. Todos esses dispositivos da colonização e da colonialidade do poder e do saber aos poucos tornam toda uma cultura subalterna, ao passo de que a luta

pela r-existência (existir para resistir enquanto modos de ser indígenas, Guarani e Kaiowá) se torna cada vez mais intensa.

O Estado neoliberal, por meio de sua política de "deixar morrer" produz grande parte dos mecanismos necropolíticos que permitem este processo de extermínio. Desde suas práticas "integracionistas" ao modo de vida urbano-industrial e de um tipo de nacionalismo imposto, fechado e exclusivista territorialmente, até mesmo por meio da omissão, morosidade e negligência em fornecer políticas públicas específicas, assistência social de qualidade e de forma equitativa às comunidades indígenas. A falta de atenção por parte da Justiça com relação às questões de demarcação de Terras Indígenas e as condições de pobreza que se encontram a maioria das Reservas indígenas do sul de Mato Grosso do Sul representam a forma como o Estado lida com a questão indígena, ou seja, com descaso e abandono.

Diante deste contexto atroz, os Guarani e Kaiowá são corpos que r-existem. Esta resistência, no entanto, tem suas consequências. Apesar das matérias de jornais se mostraram insuficientes em abordar a totalidade das informações, além de demonstrarem o exercício do poder hegemônico branco (como no exemplo evidenciado da relação de proteção do veículo de mídia em não relatar o nome da propriedade – e do proprietário – onde os indígenas foram assassinados), foi possível caracterizar um quadro: a geografia da violência dos assassinatos indígenas no Mato Grosso do Sul.

A amostra composta por 185 reportagens que comunicavam 199 registros de assassinatos permite afirmar que os assassinatos ocorreram em três locais distintos: nas aldeias, nas cidades e nas fazendas. Do total de casos identificados, 100 deles ocorreram no

município de Dourados, cuja maior frequência encontra-se nas Aldeias Bororó, com 55% e Jaguapiru, 26%. Estas aldeias integram a Reserva Indígena de Dourados. Observa-se que, em vários casos, o corpo da vítima apresentava muitos sinais de violência, expondo a agressividade dos golpes, que na maioria dos casos foi cometido pelo uso de armas brancas, sendo o rosto o principal alvo dos golpes, de forma que a maior parte apresentavam os rostos desfigurados. O corpo mutilado de um indígena, oriundo de um confronto violento, representa todo o projeto de extermínio da etnia, cuja produção de conflitos territoriais está inserida. O corpo indígena é representado pelos jornais como sem valor, sem pertencer a um grupo étnico, sem território e dignidade, permitindo denunciar o genocídio sofrido por estes povos e de como seus corpos tornam-se banalizados diante do Estado de Exceção, governo bio/necropolítico e da sociedade capitalista do agronegócio.

Diante da insegurança social e territorial que vivem, a territorialidade Guarani e Kaiowá é reelaborada nessa relação entre vida e a morte. Por mais que toda ação de violência tenha suas consequências negativas, podemos analisar esses casos de assassinatos com uma simbologia que mostra a resiliência desses povos, mesmo diante de uma luta tão desigual. Essa situação é distópica porque os mais afligidos pela violência arbitrária e cruel são, paradoxalmente, os que mais precisam se fortalecer com ela. E isso ocorre porque a catástrofe é vista como inevitável pela vulnerabilidade destes povos diante do governo bio/necropolítico do agronegócio. Mesmo assim, acabam utilizando a morte de seus parentes como saída à necropolítica indigenista. Em tempo de recessão democrática, de liberação do porte de armas e da incitação

aos assassinatos das minorias étnicas, é possível vencer a violência da extrema direita fascista. Os povos Guarani e Kaiowá demonstram que a necropolítica pode ser superada – e nunca será pelos assassinatos/genocídio – mas, sim, pelo luto. Lamentar as centenas de assassinatos é o mesmo que dizer que elas eram sim evitáveis, que o sofrimento é injusto e diante da calamidade da apologia à violência, da impunidade e negligência do Estado é lutar contra ela. Afinal, luto também é verbo para os Guarani e Kaiowá.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2008.

CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. *As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul e as resistências do bem viver por uma terra sem males*. Brasília, DF: o autor, 2011.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2018*. Brasília, DF: o autor, 2019.

FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1999.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE. *Indígenas*. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2.html>. Acesso em: 12 nov. 2019.

IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro, 2012.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Tenerife: Melusina, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Em entrevista coletiva MPF aborda situação precária da segurança pública em aldeias indígenas de MS*. 17 jun. 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/em-entrevista-coletiva-mpf-aborda-situacao-precaria-da-seguranca-publica-em-aldeias-indigenas-de-ms>. Acesso em: 31 ago. 2019.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

PELBART, P. P. Vida e morte em contexto de dominação biopolítica. *Instituto de Estudos Avançados* (IEA) – USP, 2008.

SESAI. *Plano Distrital de Saúde Indígena: 2012-2015*. Campo Grande-MS, 2012.

SVAMPA, M. *Neo-extractivism in latin america: socio-environmental conflicts, the territorial turn, and new political narratives*. New York: Cambridge University Press, 2019.

LATOUR, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

Submetido em: 12 de fevereiro de 2021.
Devolvido para revisão em: 4 de outubro de 2021.
Aprovado em: 23 de novembro de 2021.

Como citar este artigo:

MONDARDO, M.; CHAPARRO, R. L.; STALIANO, P. GEOGRAFIA da violência dos Guarani e Kaiowá: assassinatos, localidades e necropolítica. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 545-579, Jan.-Jun./2021.

CORPOS-TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA NAS RETOMADAS KAIOWÁ E GUARANI: INSURGÊNCIAS ANCESTRAIS DIANTE DOS SOLOS DEVASTADOS PELO NEOEXTRATIVISMO

TERRITORY BODIES IN RESISTANCE IN THE KAIOWÁ AND GUARANI RETURNS: ANCESTRAL INSURGENCES BEFORE THE SOILS DEVASTATED BY NEOEXTRACTIVISM

CUERPOS-TERRITORIOS EN RESISTENCIA EN LOS REASENTAMIENTOS KAIOWÁ Y GUARANÍ: INSURGENCIAS ANCESTRALES FRENTE A SUELOS DEVASTADOS POR EL NEOEXTRACTIVISMO

Germano Lima Alziro
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
E-mail:germanolimaalziro@gmail.com

Gislaine Carolina Monfort
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
E-mail: gislainecmonfort@gmail.com

Resumo:
O contexto de devastação ecológica e precarização territorial tem sido a marca da matriz neoextrativista, constituindo também o eixo da pandemia atual. Diante desse complexo contexto de perdas e dores, os povos originários expressaram que esta era uma tragédia anunciada pelo estado de exploração da Mãe Terra e demonstraram de diferentes formas a importância do território, da autonomia e da biodiversidade como modo de resistência diante das crises constantes ocasionadas pelo neoextrativismo. Nesse sentido, a partir da metodologia de abordagem qualitativa associando a revisão narrativa e entrevistas semiestruturadas, neste artigo temos o objetivo de compartilhar reflexões sobre a importância das ações autônomas dos povos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul como meio de autodefesa frente a doença e à violência do Estado e do capital. Diante disso emergiram discursos políticos contra o modelo de vida dos karaí (brancos/não indígenas), críticas profundas ao agronegócio e narrativas importantes dando ênfase à importância das retomadas nesse processo de luta pela vida.

Palavras-chave: auto-organização, lutas anticoloniais, retomadas territoriais.

Abstract:
The context of ecological devastation and territorial precariousness has been the hallmark of the neo-extractivist matrix, also constituting the axis of the current pandemic. Faced with this complex context of loss and pain, the native peoples expressed that this was a tragedy announced by the state of exploitation of Mother Earth and demonstrated in different ways the importance of territory, autonomy and biodiversity as a way of resistance in the face of constant crises caused by neo-extractivism. In this sense, from the qualitative approach methodology associating the narrative review and semi-structured interviews, in this article we aim to share reflections on the importance of the autonomous actions of the Kaiowá and Guarani peoples in Mato Grosso do Sul as a means of self-defense against the disease and the violence of the state and capital. In view of this, political discourses emerged against the Karaí (white/non-indigenous) life model, deep criticism of agribusiness and important narratives emphasizing the importance of recovery in this process of struggle for life.

Keywords: self-organization, anti-colonial struggles, territorial recoveries.

Resumen:
El contexto de devastación ecológica y precariedad territorial ha sido el sello de la matriz neoextractivista y es también el eje de la actual pandemia. Ante este complejo contexto de pérdida y dolores, los pueblos originarios expresaron que se trataba de una tragedia anunciada por el estado de explotación de la Madre Tierra y demostraron de diferentes maneras la importancia del territorio, la autonomía y la biodiversidad como medio de resistencia ante las constantes crisis provocadas por el neoextractivismo. En este sentido, a partir de la metodología de enfoque cualitativo asociando la revisión narrativa y entrevistas semiestructuradas, este artículo pretende compartir reflexiones sobre la importancia de las acciones autónomas de los pueblos Kaiowá y Guaraní en Mato Grosso do Sul como medio de autodefensa frente a la enfermedad y la violencia del Estado y del capital. Han surgido discursos políticos contra el modelo de vida karaí (blanco/no indígena), críticas profundas al agronegocio e importantes narrativas que enfatizan la importancia de las recuperaciones territoriales en este proceso de lucha por la vida.
Palabras-clave: autoorganización, luchas anticoloniales, recuperaciones territoriales.

Introdução

> Nós, rezadores, lideranças, jovens e mulheres que somos Conselheiros da grande Assembleia ATY GUASU Guarani e Kaiowa afirmamos em meio a esta crise política e econômica que vive o país que continuamos firmes na luta pela terra e pela liberdade de nossos territórios tradicionais e sagrados. A crise que chega agora para muitos brancos já estava apontada contra nosso povo a muito tempo e sempre foi causada pelos mesmos inimigos. Pela ganância do agronegócio e pelos setores econômicos nacionais e internacionais que exploram nosso país, compram os políticos e o Congresso Nacional, assassinam nossos povos, destroem a natureza e vendem a terra como mercadoria (ATY GUASU, 2017).

As fronteiras neoextrativistas do capital têm avançado neste século XXI como principal modelo de acumulação e des-envolvimento através das políticas de sucessivos governos na América Latina, desde os setores da esquerda institucional – autodeclarados "progressistas" - à direita reacionária, empresarial, clerical e militar. Houve um forte estímulo ao neoextrativismo tanto em setores clássicos como a mineração e os hidrocarbonetos, quanto nos setores de produção de *commodities* e de megaprojetos de infraestrutura produtiva com o avanço do agronegócio. Sem embargo, o fenômeno do neoextrativismo adquiriu novas dimensões pela quantidade e escala dos projetos que envolvem atores nacionais e transnacionais (GUDYNAS, 2016; SVAMPA, 2019).

Para Machado Aráoz (2013) o neoextrativismo não é uma fase a mais do capitalismo, mas constitui um rasgo estrutural do capitalismo como economia-mundo, produto histórico-geopolítico dos

espaços de saque e espoliação. O eixo central desse modelo é o alto grau de especialização na produção das *commodities*, cujo "termo refere-se a mercadorias de baixo valor agregado, mercadorias de baixa ou nenhuma transformação industrial" (LAMOSO, 2020, p. 7).

Em suma, esse modelo está na memória larga de Abya Yala e define um modo de desterro, despossessão e apropriação da biodiversidade e dos territórios com um padrão de acumulação colonial. No século XXI este processo traz novas dimensões e escalas como a global com a expansão da fronteira de *commodities*, esgotamento de bens naturais não renováveis, precarização territorial e crise socioecológica de alcance planetário; as regionais e nacionais com a relação entre o modelo neoextrativista-exportador e o investimento do Estado, locais com a ocupação intensiva do território, a emergência do aumento da violência estatal e paramilitar e em contraposição a ascensão das lutas ecoterritoriais com participação de diferentes agentes políticos e coletivos e políticas (SVAMPA, 2019).

Dinâmica que impulsiona a expansão acelerada de territórios corporativos como estratégia de acumulação de capital com intensos impactos socioambientais e conflitos socioterritoriais. Um processo acompanhado por um modelo de espoliação e profundo desterro contra diversos territórios e ecossistemas. No caso do Brasil essas fronteiras se expandem através do minério de ferro (*commodity* mineral) e da soja, milho e cana-de-açúcar (*commodities* agrícolas) como modelo produtivo fomentado através dos créditos e investimentos estatais (LAMOSO, 2020).

Em oposição radical a isso, emergem grandes resistências socioterritoriais que questionam o avanço vertiginoso da fronteira

das *commodities*, reelaborando outras linguagens político-organizativas em defesa da Terra-território, dos bens comuns e da biodiversidade. As lutas anticoloniais dos povos indígenas marcam a histórica resistência frente a territorialização predatória do neoextrativismo, ao mesmo tempo em que apresentam outras maneiras de viver e lutar; de ser parte das relações multiespecíficas que compõe a terra/Terra; outras formas possíveis de organização (e criatividade) política e muitos caminhos para autonomias. Diante dos conflitos territoriais reelaboram formas comunitárias de (auto)governo/autogestão nos territórios.

Desde o fim da década de 1970 as insurgências dos povos originários potencializam a emergência de políticas propriamente indígenas, com suas cosmologias, ecologias, territórios e autonomias. Para Svampa (2016) há um grande horizonte coletivo das lutas que emergem com a pauta comum em defesa dos territórios, da biodiversidade e da livre autodeterminação que apontam cada vez mais para a criação de uma rede densa de alianças entre organizações de base com a multiplicação de lugares de confluência tecido entre resistências originárias.

Os novos processos organizativos têm construído uma importante rede de solidariedade pautada no internacionalismo como vemos frequentemente através de campanhas de apoio mútuo, de denúncias de violências paramilitares, contra a criminalização e prisão arbitrária das/dos que lutam no "Sul Global". Assim como, vemos múltiplas formas de auto-organização nas bases comunitárias.

No Brasil vemos experiências de ações comunitárias como os povos Ka'apor e Munduruku criando sistemas de autodefesa com

agentes e guardiões da floresta com planos autônomos em defesa dos territórios frente as invasões dos madeireiros e garimpeiros. O Tuxa Ta Pa Me Ka'apor - Conselho de Gestão Ka'apor – organização originária e interna do povo, em manifesto no de 2020 reiterou a auto-organização frente às políticas do Estado e às invasões de madeireiros. Em nota o Conselho afirma que o Tuxa Ta Pa Me existe para apontar e orientar o caminho da "autonomia e autodefesa contra esses tipos de violência e assim esperamos que nosso povo viva uma unidade em defesa do nosso território por um bem viver na floresta" (TUXA TA PA ME KA'APOR, 2020).

O Povo Munduruku do alto e médio Tapajós tem pautado a autodemarcação como fonte de autonomia territorial contra o garimpo, a destruição da floresta e a violência de Estado. Em manifesto as mulheres Munduruku em uma de suas assembleias afirmam: "vamos seguir o caminho da autonomia do nosso povo para manter o nosso território livre para nossas futuras gerações". Relembram a importância dos caminhos que tem sido discutido entre as mulheres pautando o bem viver, a educação própria e a autonomia:

> "nós mulheres mostramos nosso trabalho na prática. Nós sabemos seguir o nosso caminho sem veneno e sem ganância! (...) Nós somos a semente da resistência Munduruku!" (ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES MUNDURUKU WAKOBORU, 2018)

Outro exemplo são os povos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul, região centro-oeste, que tem ampliado desde os finais da década de 70 os processos de retomada do tekoha (território ancestral/lugar 'onde se é') e a auto-organização através dos Conselhos Tradicionais como a Aty Guasu, a Kunhangue Aty Guasu

(Conselho das Mulheres) e Retomada Aty Jovem, além de diversos espaços comunitários autogestionados pautado da proposta de recomposição ambiental.

As lutas anticoloniais destes povos emergem frente a um contexto de intensos impactos socioambientais e ampla precarização territorial causada pelo karai reko (modo de vida dos brancos/não indígenas) e pela expansão do agronegócio. Mesmo diante disso a resistência originária semeada pela força das rezas dos nhanderu e nhandesy e da autonomia fazem germinar vida em meio aos solos devastados pelo neoextrativismo.

Conforme Manifesto da Aty Guasu em 2019:

> Desde muito tempo é denunciado para o mundo a situação difícil que vem passando nosso povo. Somos um dos povos mais numerosos do Brasil com os piores índices de acesso à direitos fundamentais. Todos os Governos vêm negando nossos direitos à terra, saúde, educação, segurança, sustentabilidade e autonomia. (...) Foram séculos de lutas, com o sangue derramado de nossos guerreiros! Continuaremos até o fim com nossas lutas e fortalecendo ainda mais a nossa organização! Nossos rezadores estão conosco e sabemos que o bem vencerá! As rezas de nossos Ñande Ru e Ñande Sy nos fortalecem a cada dia! Jamais desistiremos de nossa luta e estaremos cada dia mais fortes!

Os Kaiowá e Guarani compõe a segunda maior população originária do país, com mais de 50 mil pessoas (PEREIRA, 2016). E mesmo diante de todo o complexo dos cercos da violência do Estado e do agronegócio, fortalecem os processos de resistência autônoma em diferentes contextos territoriais.

Nesse sentido, através de uma abordagem da Geografia engajada e da perspectiva da Ecologia Política, reunimos esforços

com o objetivo de compartilhar algumas reflexões que abordam a importância das ações autônomas dos povos Kaiowá e Guarani no como meio de autodefesa frente a doença e à violência do Estado e do capital, dando ênfase à importância das retomadas no processo de luta pela vida. Temos como ponto de partida a importância dos eixos território, biodiversidade e autonomia como fontes vitais para os processos de luta contra as crises (escassez, fome, sanitária, ecológica) ocasionadas pela configuração neoextrativista.

O avanço dos territórios corporativos no sul de Mato Grosso do Sul por meio das fronteiras do agronegócio se choca com a resistência e luta anticolonial dos Kaiowá e Guarani, com as retomadas e as dinâmicas das ações autônomas. Para refletir sobre esses processos, utilizamos a abordagem qualitativa e a metodologia de revisão bibliográfica narrativa associada a entrevistas semiestruturadas, de modo que seja possível analisar os eixos temáticos da literatura articulando às lutas pela retomada e os processos auto-organização durante a pandemia que constituíram um significativo fortalecimento na autogestão e autonomia territorial.

Ações que envolvem um processo de auto-organização, fortalecimento espiritual e participação de diversos agentes políticos humanos e não-humanos que compõe as lutas pelo retorno ao território ancestral, pela reaproximação dos jara - seres protetores das espécies - e pela volta dos nutrientes da terra e do ka'aguy rusu – mata grande.

Procedimentos metodológicos

Utilizamos a abordagem qualitativa e a metodologia de revisão bibliográfica narrativa associada a entrevistas semiestruturadas para analisar os eixos temáticos da literatura articulado aos processos de resistência nas retomadas e os processos auto-organização durante a pandemia que constituíram um significativo fortalecimento na autogestão e autonomia territorial como categoria da prática e exercício múltiplo.

Para Duarte (2002) os estudos sob a abordagem qualitativa proporcionam reflexões e debates sobre como os seres humanos e grupos sociais agem e interpretam situações, relações e acontecimentos do mundo. A revisão é a base que permite uma dimensão de pesquisa, organização e análise da diversidade de literatura relacionada ao eixo temático inserido na problemática.

Assim, existem alguns tipos de revisões bibliográficas de são organizadas a partir das singularidades que vão de acordo com os objetivos, possibilidades e ações do tema trabalhado, entre elas a revisão: narrativa (CORDEIRO et al., 2007), sistemática (HIGGINS e SALLY, 2011) e integrativa (ERCOLE, MELO & ALCOFORDA, 2014). A revisão bibliográfica narrativa utilizada aqui, é comumente analisada como uma forma mais aberta e livre para articular a literatura e não há preocupação em esgotar suas fontes de bibliografia e informação (CORDEIRO et al., 2007).

Para a revisão da bibliografia situamos como principais referências os trabalhos de intelectuais Kaiowá e Guarani como Clara Barbosa de Almeida (2018) Tonico Benites (2012, 2009), Eliel Benites (2014, 2016, 2020), Celuniel Valiente (2019), Elemir Martins (2020), Izaque João (2011), Lidio Cavanha Ramires (2016), Anastacio Peralta (2017) e Valdelice Veron (2018).

Cabe destacar aqui que os povos Guarani possuem auto-organizam-se a partir de três povos etnicamente diferenciados: os Guarani-Ñandeva, Guarani Kaiowá-Paĩ-tavyterã e Guarani Mby´a. No que se refere ao povo Kaiowá-Paĩ-tavyterã, os coletivos estão territorializados na região oriental do que corresponde atualmente aos países Paraguai e Brasil (MOTA, 2015). Os coletivos Ñandeva também estão em territórios no Paraguai e no Brasil em dimensões do estado de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, no litoral de Santa Catarina; no interior e litoral do estado de São Paulo. Os coletivos Guarani Mby´a estão situados no Brasil em diversos territórios que compreendem os estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, Espírito Santo e na Mata Atlântica que permeia o litoral, na região oriental do Paraguai, ao nordeste da Argentina (na província de Misiones) e ao norte do Uruguai (LADEIRA, 2008; MOTA, 2015).

No caso desta pesquisa, nossa caminhada foi construída junto aos povos Kaiowá e Guarani Ñandeva que são povos que fortalecem conjuntamente a organização política na luta pela retomada dos *tekoha* no estado de Mato Grosso do Sul, como movimento socioterritorial auto-organizado em conselhos de base, mas por meio de associações, coletivos e espaços educativos autogestionados.

Diante disso, utilizamos também por meio de técnicas apropriadas para manuseio e análise, comunicados construídos pelos próprios povos através dos conselhos tradicionais Aty Guasu (Grande Assembleia e Conselho Kaiowá e Guarani), Kuñague Aty Guasu (Grande Assembleia e Conselho das mulheres) e Retomada Aty Jovem (Assembleia e Conselho da juventude) que foram articuladas às entrevistas.

Por sua vez, a entrevista é uma técnica da História Oral e um procedimento específico que permeia cada âmbito da construção de narrativas com sentido e significação das experiências vividas no que é dito e não-dito. A memória e a narrativa é, a potência da própria vida, isto é, o narrar é o viver (GONÇALVES, 2020). A arte de narrar é profundamente pessoal, ainda que o que se relata esteja vinculado a uma construção coletiva (TURRA NETO, 2011).

As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2020 e início de 2021 através de ferramentas que nos permitiram dialogar em tempos pandêmicos, através de diálogo direto por tecnologias possíveis de uso e entrevista semiestruturada com dois principais pontos de intersecção: a) a divisão abissal do karai reko e do agronegócio com a biodiversidade; os impactos socioambientais nos territórios Kaiowá e Guarani e sua relação com a pandemia; b) a importância das retomadas como fonte de vida diante das crises constantes ocasionadas pelo extrativismo predatório.

O trabalho é fruto de uma pesquisa maior e na dimensão deste artigo foi construído por um pesquisador Kaiowá e uma pesquisadora não-indígena em uma proposta colaborativa e horizontal semeada desde o campo da Geografia. As entrevistas foram pautadas nas histórias e trajetórias de uma companheira e dois companheiros de três tekoha: i) Tekoha Guyra Kambi'y localizado próximo ao município de Douradina; ii) Tekoha Guyraroká próximo ao município de Caarapó; iii) Tekoha Panambizinho em Dourados, situados no sul de Mato Grosso do Sul.

Floresta, retomadas territoriais e autonomias

> Para nós o mais importante é a terra e não o dinheiro. É a terra, para plantar, para viver, para festar, celebrar as plantações, fazer os rituais e cuidar da terra (Kunumi Poty Rendy'i)

A cobertura da vegetação nativa nos ecossistemas que compunha outrora o tekoha (território ancestral/lugar onde se é) e o tekoha guasu (grande território) Kaiowá e Guarani é chamada de Ka'aguy rusu – grande floresta, dimensão constituída predominantemente pelo domínio fitogeográfico classificado como Mata Atlântica com áreas de transições entre campos e cerrados.

Nestes domínios e lugares os coletivos faziam o manejo de cultivos, da caça e coleta (PEREIRA, 2016). O pesquisador Kaiowá Izaque João (2011) destaca diálogos com companheiras e companheiros de uma família da Terra Indígena Panambizinho, em que relatam lembranças da Ka'aguy rusu que se estendia por grande parte dos tekoha até metade do século passado, permeada por rios e córregos. De acordo com João (2011, p. 27):

> No tekoha guasu, o grande território onde os Kaiowá desenvolviam suas relações sociais, era coberto de mato verde (ka'aguy), com variados recursos para sua sobrevivência (caça, pesca, coleta etc.). Rusu define o grande espaço sem barreira física, que favorecia os Kaiowá a viverem de acordo com as leis do seu próprio sistema tradicional, constituídas desde o princípio, para a construção do modo de ser fundamentada a partir das normas de parentesco e de aliança política. Isso significa que no período do Ka'aguyrusu, cada grupo de parentes era liderado por um grande xamã, sendo as unidades de espaço cobertas de vegetação variada.

Nesse contexto de profunda relação com a floresta, a partir da agricultura de coivara praticada nas suas condições territoriais,

ecológicas e demográficas manejavam os sistemas socioecológicos e os conhecimentos sobre os solos, as águas, os elementos faunísticos e florísticos que permitiam melhores modos e condições para construção do tekoha em lugares que detinham maior concentração de animais, plantas nativas e rios.

As caminhadas em meio a ka'aguy rusu se davam por motivos variados, e em certas ocasiões de mudanças de lugar possibilitava aos jara (guardiões/donos das espécies) recompor novamente as áreas da kokue (roça) e de ocupação de um núcleo familiar (JOÃO, 2011; RAMIRES, 2016). Ademais, segundo João (2011) no período do Ka'aguy rusu o recolhimento de alimentos, raízes e frutas eram orientados sempre pelas lideranças religiosas para não provocar nenhuma insatisfação aos jara. Recordações que se mantêm vivas na memória ecológica e histórica mesmo que a maior parte destas áreas estejam descaracterizadas pelas fronteiras neoextrativistas do karaí.

Isso nos permite pensar a importância da memória ecológica e a autopercepção/cosmopercepção da paisagem nas narrativas que emergem nas lutas e como elas se colocam como ponto central da resistência territorial e das formas de autonomias dos povos originários frente à devastação causado pelo neoextrativismo. Esse modelo produz um estado de exceção permanente desencadeando verdadeiras tragédias sociais, territoriais e ecológicas, estabelecendo o controle nas mãos de empresas globais, além de vulnerabilizar e marginalizar os conhecimentos tradicionais e os sistemas socioecológicos de diversos povos (SHIVA, 2003; PETERSEN, 2015).

Para os povos Kaiowá e Guarani a floresta é uma categoria e espaço fundamental composta por diversos patamares e múltiplas diferenciações internas em que o bom manejo está necessariamente

relacionado aos conhecimentos tradicionais, ao ñembo'e (rezas), ao jehovassa (bendições) e a uma boa relação com os protetores das espécies e lugares. Quando houver manejo da mata sem a prática do jehovasa, os jara dos animais e plantas poderão implicar com o grupo e permitir que a doença circule no espaço onde era mato, a isto chamam de opyrũ mba'asy (JOÃO, 2011).

Os jara como seres malfazejos e benfazejos estabelecem relações de cuidado, harmonia e equilíbrio na floresta, mas há também os que levam doenças e coisas ruins caso não se respeite as espécies e lugares que estão sob seu cuidado. O universo está repleto desses domínios e a cada um deles corresponde um jara como agentes principais para uma boa relação com o território, a biodiversidade e as divindades.

O debate sobre os espíritos da floresta é uma relação comum entre diferentes povos originários de Abya Yala e compõe um pluriverso de ontologias dos espíritos como alicerce da discussão sobre cosmologia, xamanismo, território e biodiversidade. A categoria "espírito" não aponta para uma classe ou gênero de seres, mas está relacionada à uma síntese disjuntiva entre o humano e o não-humano. De modo que com os humanos habitam horizontalmente também deuses/divindades, animais, plantas, espíritos dos mortos, espíritos patogênicos, fenômenos meteorológicos e artefatos, os quais são diferentes seres dotados de consciência e intencionalidade, vistos tanto como predadores quanto como presas (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; GOMES, 2012).

Entre os coletivos Kaiowá e Guarani essas integrações entre as feições ecológicas, socioterritoriais e cosmológicas são evidentes também nos cultivos e produção de alimentos, onde de acordo com o

historiador Guarani Martins (2020) o ñembo'e (rezas) e jehovasa (bendições) possuem poder profilático e fertilizante que compõe o manejo das plantas, do milho, batata, kumanda (feijão), mandioca, das medicinas tradicionais, além de possibilitar um bom crescimento livre de doenças.

De modo que manejar os sistemas socioecológicos e cultivar o reflorestamento nos territórios está necessariamente relacionado aos cuidados xamânicos dos jara e dos nhanderu e nhandesy com os conhecimentos tradicionais, o ñembo'e e o jehovasa. Um exemplo dessa indissociabilidade é demonstrado no trabalho de Anastácio Peralta (2017) ao enfatizar que no início dos tempos e nas dimensões da origem a reza foi vital:

> Nem tudo estava pronto, então veio a reza, foi através dela que veio as plantas. Contam os antigos, que na época tinha muita fome também, foi assim que os rezadores (Nhanderus) aparecerem. Rezavam dia e noite para encantar os jaras, até sair o alimento da terra. Muitos falam que não tinham o que comer e Deus foi andando na frente e os Nhanderu rezando, assim ia nascendo pé de milho (PERALTA, 2017, (2017, p. 7-8)

Toda essa complexidade revela que a relação de produção de alimento e os sistemas socioecológicos só serão cultivados de maneira adequada à base de reza, por isso no período da ka'aguy rusu, os coletivos sempre estavam junto aos grandes rezadores e rezadoras, especialmente hexakáry (vidente). São os nhanderu e nhandesy que possuem domínio e conhecimento pleno sobre as rezas e utilizam os cantos para proteger o coletivo, os cultivos, espantando os espíritos maus do lugar (JOÃO, 2011).

Somente os xamãs interagem com os espíritos xamânicos e se não houver reza durante o ano, um jara específico pode comprometer

o equilíbrio do tekoha (VERON, 2018). O xamanismo é essencialmente então é uma forma em si mesma, uma ação, que evidencia a indiscernibilidade entre o humano e o não-humano, bem como aspectos dos espíritos, mas também expressa narrativas e críticas sobre os não-indígenas.

Todo esse pluriverso estava relacionado outrora a uma paisagem biocultural composta tanto pelas múltiplas relações socioterritoriais que nela se organizavam, quanto pela presença dos jara com a diversidade faunística e florística que confluíam no tekoha. Relações profundamente impactadas e violentadas por paisagens homogêneas propagadas pelo modo de vida dos karai, sobretudo com a expansão do agronegócio.

Os processos de fragmentação/precarização territorial e ecológica nos tekoha Kaiowá e Guarani remontam os quadros da Guerra da Tríplice Aliança (1864 a 1870) que consolidou a formação do Estado e a nacionalização das fronteiras nacionais. Já no início do século XX, o processo de desterro se aprofundou com o estabelecimento das Reservas Indígenas, entre os anos de 1915 e 1928 como territórios heterônomos instituídos pelo Estado brasileiro para liberação das terras ao extrativismo predatório. Nesse período foram demarcadas oito pequenas extensões de terra com média de 3600 hectares cada uma delas e um contexto de violência extrema, despossessão e deslocamento forçado de muitas famílias.

Em meio a esse processo, a degradação ambiental e a perda da biodiversidade nos territórios Kaiowá e Guarani avançava como projeto de Estado, dinâmica que se intensificou com a territorialização das madeireiras, da agropecuária e posteriormente da agroindústria, impulsionado a supressão da vegetação nativa e as

intensas mudanças nas dinâmicas ecológicas. A região da Grande Dourados, por exemplo, possuía florestas densas até 60/70 anos atrás, relação que foi radicalmente transformada para conversão de áreas em pastagens e agricultura intensiva para inserção no mercado de grãos e proteína animal (BEREZUK et. al., 2017).

Diante desse contexto de desterro e despossessão, há um consenso entre os Kaiowá e os Guarani de que, enquanto ocupavam a totalidade do tekoha não havia tamanha degradação ambiental e precarização territorial. Nem essa quantidade de gramíneas e monoculturas que hoje predominam numa paisagem que outrora era tão diversa. É comum ouvir, "karai ho'upa ore ka'aguype – os brancos devoraram todo nosso mato" (PEREIRA, 2010, p. 119). E esta é mais que uma diferença ontológica, é conflito, assimetria e violência da divisão abissal que o karai reko tem imposto como modelo que mercantiliza, subjuga, concentra e venena a terra sob a racionalidade moderna-colonial.

Conversando um companheiro educador Kaiowá na Terra Indígena Panambizinho ele ressaltou críticas ao karai reko e em contraposição destacou a importância das formas de ser e viver dos Kaiowá e Guarani:

> para nós a natureza faz parte da gente. A mesma dor que eu sinto, a natureza também sente. Quando nhanderu guasu fez a terra, a água, não tinha quem admirasse e aí veio os guarani-kaiowá para cá. Então a gente não veio para destruir as coisas, veio para admirar, embelezar e completar o que faltava. Nós somos yvy poty - flores da terra - e em meio a tantas coisas bonitas, viemos nós para admirar. Mas aí vieram os brancos com outra mentalidade, destruindo tudo, com as doenças que sempre vieram de fora. não surgiu aqui. Desde a chegada do europeu a gente começou a ficar doente (Anastacio Peralta,

> Educador/pesquisador/membro do conselho Aty Guasu, Tekoha Panambiznho - Informação verbal).

O que se coloca aqui como "natureza", apesar de ser um termo relacionado ao pensamento-mundo ocidental, não é uma dimensão exterior aos humanos, mas dimensão de relações multiespecíficas à qual fazemos parte como comunidade de seres e que a partir dos pensamentos-mundos e ontologias originárias possuem classificações diversas.

Para os Kaiowá e Guarani essa dimensão é composta pelo tekoha, pela yvy porã (terra boa), pela ka'aguy rusu (mata grande) e os jara como eixo da harmonia e equilíbrio entre todos os seres nas relações cosmológicas, socioterritoriais e ecológicas. Dimensão que também está caracterizada por uma percepção de que de acordo com Peralta (2017, p. 3):

> tudo é vida, (...) diferente do branco. A produção também vem de gente, de humano, então a produção é humana, milho é humano, mandioca é humano, porque ela produziu de gente, então elas também se conversam, se falam e também se alegram.

Isso dialoga com a perspectiva de que "os humanos estão imersos por natureza (o pleonasmo se auto justifica)" (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). A humanidade não é uma propriedade sob controle de alguns, mas uma diferença na posição relativa das coisas, onde tudo é humano, o humano é 'toda uma outra coisa', pois, há mais pessoas entre o céu e a terra do que sonham nossas antropologias, histórias e geografias (VIVEIROS DE CASTRO, 2008, 2015).

Em oposição a esse pluriverso de vida, a lógica da acumulação do karai reko se mantêm pelo consenso das *commodities* como projeto necropolítico que aprofunda a dinâmica de desposessão e espoliação,

o despejo, a degradação ecológica e a precarização dos territórios a partir de novas formas de dependência e dominação (HARVEY, 2004; SVAMPA, 2019). O desterro e a despossessão capitalista tem gerado incessantemente a destruição dos geo-ecossistemas, expandindo a homogeneização genética e a guerra sistemática contra a vida em sua multiplicidade.

Por outro lado, esse modelo fundamenta o surgimento de novas doenças como os recentes surtos no século XXI de gripe aviária (H5N1), a gripe suina (H1N1), febre aftosa, salmonela, listéria, o vírus os ebolas Makona e Reston e a atual Covid-19, já que para expandir-se enquanto matriz necessita diminuir território sociobiodiversos e aumentar a homogeneização, criando as condições para zoonoses e novos patógenos (WALLACE, 2020).

A relação fetichista com as mercadorias e a acumulação por despossessão forma o cerne de toda a produção de doenças e de dominação perante uma natureza da qual os karai não se sentem parte. Para um educador e pesquisador Kaiowá isso também fica evidente na relação com as sementes que fazem germinar a vida e os alimentos, as quais tem sido profundamente alterada e modificada geneticamente, deixando de ser um bem comum e coletivo para tornar-se um monopólio de grandes corporações do agronegócio. Uma análise dessas práticas predatórias como modelo de produção e como relação com a biodiversidade perfaz a expansão de um mundo violentado e adoecido pelas ações do karai:

> para o povo colonizador tudo é mercadoria mesmo, não se sente parte de nada. Quando se muda a semente, quando muda dentro dela, você também vai ter mudança no seu corpo. Quando se planta com a semente com vida, você come bem, tem saúde e alegria. Sempre falo que a gente é o que come,

> então é necessário se alimentar bem. Alimentar o sagrado, a espiritualidade (Anastácio Peralta, Educador/pesquisador/membro do conselho Aty Guasu, Tekoha Panambiznho - Informação verbal).

Para Veron (2018) alimentar a espiritualidade é fundamental para o modo de ser Kaiowá e Guarani, manter uma espiritualidade forte semeia uma teia que une aos ancestrais, à floresta e às divindades. A autora Kaiowá ainda enfatiza que é uma negligência pensar que o que estamos fazendo hoje com a nossa biodiversidade e com os territórios com essa destruição sem precedentes, não terá consequências ainda mais devastadoras. Já estamos nesse processo de efeitos dessa devastação, com doenças potencialmente perigosas e intensas mudanças climáticas. Esse modelo predatório tem sido levado à cabo por sucessivos governos que tem fomentado o agronegócio pago com as vidas dos povos indígenas. Para Veron (2018, p. 16):

> Nossos territórios estão sendo destruídos por pessoas gananciosas, cujo único objetivo é o de enriquecer como abastecimento do mercado internacional de soja, carne, cana; é o agronegócio que invadiu nossos territórios sagrados. Para nós, um grande flagelo é o biocombustível, o etanol, produzido em nosso território, como sangue que jorra de nossas veias e que inunda a terra Kaiowá.

O valor primordial da existência do karai é baseado na propriedade privada e na economia do agronegócio, insistindo numa lógica política destrutiva. Isso é o que está nos levando a um processo irreversível, caso não transformemos radicalmente as relações socioterritoriais e ecológicas. Para o educador e pesquisar do tekoha Panambizinho:

> Os mais velhos dizem que os brancos vão ser sempre mal mesmo, porque ele veio do fogo, das cinzas, não veio da terra. (...) Por exemplo, eu tenho

> umas árvores aqui onde moro, mas tem uns arrendatários que ainda vem e pergunta 'porque não vende essa árvore?'. Querem arrancar até as poucas sombras que temos. (...) a educação do branco é muito mal-educada, é destruidora. (Anastácio Peralta, Educador/pesquisador/membro do conselho Aty Guasu, Tekoha Panambiznho - Informação verbal).

Diante das críticas profundas ao agronegócio, ainda afirmam que é o conhecimento tradicional, especialmente dos nhanderu e nhandesy, dos nhamõi e das jari (avô e avó), que darão chance à "sobrevivência dos próprios karai, tendo em vista que as consequências nefastas do nosso descuido (...) já são visíveis por todos os lados" (PIMENTEL, 2012, p. 203).

Nesse contexto de intensas violações, enfrentamos nestes últimos anos a crise sanitária deste fim da segunda e início da terceira década do século XXI com o novo coronavírus (SARS-CoV-2), denominado também de karai mba'asy (doença do branco). Os primeiros casos de contágio entre os povos Kaiowá e Guarani ocorreram entre pessoas que moram na Reserva Indígena de Dourados que são trabalhadoras e trabalhadores na JBS (multinacional de origem brasileira) uma das grandes representantes do agronegócio no estado.

Posteriormente, ocorreram entre trabalhadores da cana-de-açúcar em usinas da região e outros casos se expandiram entre trabalhadoras e trabalhadores das transnacionais que produzem territórios corporativos e controlam as cadeias produtivo-extrativista como a BRF (antiga Sadia), Cosan/Raízen e a Cargill. Cabe destacar que esses setores são os pilares da guerra sistemática contra a vida e os territórios indígenas na região, bem como constitui o ponto

central da exploração degradante do trabalho, e durante a crise de saúde foi considerado 'serviço essencial'.

Para Veron (2018, p. 19-20):

> Nossos principais inimigos, hoje, estão ligados ao agronegócio, respaldados pelos que detêm o poder constituído. Somos vítimas de pistoleiros, jagunços e seguranças armados a mando de fazendeiros. Muitas das nossas lideranças têm morrido à bala pelas mãos destas pessoas, além de ameaças de mortes, espancamentos e atropelamentos propositais. Mesmo assim, o governo brasileiro continua omisso e conivente, sem nenhum tipo de punição para esses crimes. Tudo isso em nome do desenvolvimento econômico do Brasil, ainda que às custas dos direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas.

Entre tantos fatores, é necessário destacar que o agronegócio pode der compreendido como um agente que fundamenta o estado de exceção permanente contra os territórios de vida, além de criar condições de vulnerabilidade territorial e ambiental para expansão de zoonoses e novos patógenos, ao mesmo tempo, em que representa o eixo de propagação da doença entre os povos originários do sul de Mato Grosso do Sul.

Diante desse processo, os povos Kaiowá e Guarani fortaleceram os modos de autogestão comunitárias e as autonomias indígenas através das formas de cuidado coletivo relacionados à uso das medicinas tradicionais, da reza e dos saberes bioculturais sobre saúde. Apesar do intenso desmatamento dificultar o acesso à flora medicinal, o pouco que resta está nos territórios em que se encontram os povos, onde buscam o cuidado e proteção através do ysy, nharakãtigy, ka'ane e urucum, ainda possíveis de serem encontrados

nos pequenos fragmentos de floresta que tem sido cultivada pelos povos como guardiões/guardiãs da mata.

O historiador Elemir Martins (2020) destaca a narrativa a importância da flora medicinal, dos jara e das intervenções do nhanderu para estabelecer uma relação harmoniosa:

> "Assim como a gente cuida floresta, eles também cuidam da gente; é um respeito que temos por eles, só assim conseguimos proteger a mãe terra", esclareceu o rezador Florencio Barbosa. Mesmo que esses jára sejam considerados intangíveis pelo ocidental, para os indígenas guarani e kaiowá, eles também produzem tekoha (pode ser considerado a aldeia dos guardiões), pois, nesses tekoha, esses guardiões produzem alimentos, cuidam das plantas, dos animais, oferecem plantas medicinais. (...) Os remédios tradicionais foram sendo descobertos na medida em que os rezadores demonstravam sua capacidade ética e respeito para com o dono da mata e com os deuses (MARTINS, 2020, p. 86 e 92).

Essa importância vital da flora medicinal e da floresta como fonte de autodefesa diante da Covid-19 e eixo da defesa do território e da vida é evidente também em um estudo de Pavão et. al. (2020) onde as autoras/es demonstram que a maioria das plantas utilizadas tem relação com o domínio fitogeográfico da Mata Atlântica que no estado de Mato Grosso do Sul inclui formações florestais (primárias e secundárias em estágio avançado de regeneração) de floresta estacional decidual e floresta estacional semidecidual, matas ciliares, remanescentes incrustados ou inseridos em outras formações a exemplo do Cerrado e do Pantanal.

Conforme Martins (2015, 2020) há inúmeras espécies de plantas nativas de uso medicinal (pohã ñana) que são pertencentes aos animais, é dessa maneira que os nhanderu e as nhandesy as

conhecem. Algumas dessas plantas são conhecidas por moradoras/es da Reserva de Caarapó Te'yí kue, entre elas estão: yryvu ka'a, jaguarete ka'a, mborevi ka'a, anguja ruguai, tapiti pohã, vurro nambi ou vurro ka'a, ysau ka'a, jagua paje, mbarakaja pyapẽ, jakare ka'a, pato ka'a, jatevu ka'a, lorito ka'a, ynambu ka'a, ynambu guasu ka'a, ka'i ka'ygua, mberu ka'a, jatevu ka'a, e outras. De acordo com o autor:

> Yryvu ka'a é geralmente utilizada para afastar os espíritos ruins da noite, para dor de cabeça; jaguarete ka'a é bom para reumatismo e para dor no corpo; anguja ruguai é bom para bronquite; tapiti pohã é bom para infecção urinária (remédio específico para as mulheres); vurro nambi ou ka'a é utilizado para machucadura; ysau ka'a serve para banhar as crianças com cólica e para tomar no chimarrão; jagua paje é para ser utilizada no ritual específico; mbarakaja pyapẽ é bom para criança recémnascida, geralmente colocada no banho da criança; jakare ka'a é bom para dor de barriga, azia, cólica; pato ka'a e lorito ka'a são utilizadas para ritual específico; jatevu ka'a é bom para bronquite, gripe e outras doenças respiratórias; ynambu ka'a e ynambu guasu ka'a são utilizadas para banhar as crianças e como enfeite da casa indígena; mberu ka'a é utilizada para combater conjuntivite. Todos esses conhecimentos em relação aos remédios tradicionais estão ainda intensos na memória das mulheres, idosos/as, rezadores/as, pastores indígenas, professores e Agentes Comunitários de Saúde Indígena (AIS). Todos esses elementos de sabedoria foram adquiridos com os rezadores (MARTINS, 2020, p. 93).

Nos fragmentos isolados no interior dos territórios Kaiowá e Guarani estão os principais remanescentes da Mata Atlântica na região sul do estado, confirmando a importância dos povos indígenas na conservação e restauração ambiental (MELLO et al., 2011;

PAVÃO et. al., 2020). Com essa compreensão, diante da atual pandemia que surgiu como efeito do amplo processo de crise ecológica global, ficou evidente discursos políticos que expressaram que esta doença já era uma tragédia anunciada e avisada pelos povos originários, sobretudo por rezadores/as e lideranças político-espirituais de muitos povos. Conforme um companheiro de uma retomada:

> os nhanderu, os rezadores já falavam que ia acontecer, que uma doença viria para os seres humanos. As anciãs e anciãos já percebiam isso e já avisam que grande coisa iria acontecer. Quando os anciões saem para caminhar, pescar ou caçar alguma coisa eles encontram alguns animais e alguns animais trazem mensagens para eles. Pode ser um pássaro ou outro animal, que trazem recados dizendo coisas que podem acontecer. E isso, os Kaiowá já sabiam e os anciões já percebiam e avisavam (Kunumi Poty Rendy'i, conselheiro da Retomada Aty Jovem da Retomada Guyra Kambi'y)

A pandemia enquanto tragédia anunciada é permeada pelas cosmopercepções sobre o surgimento da doença e sobre os impactos ecológicos dos karaí, sendo constituída diretamente por elementos que manifestam as agências dos espíritos da floresta em reação à destruição causada pelos brancos. E diante de todo o contexto de avanço da doença nas comunidades, os povos fortaleceram as formas de cuidado coletivo a partir dos conhecimentos tradicionais, da espiritualidade e da auto-organização. Em meio às perdas e às dores, os processos autonômicos e as formas de autodefesa nos territórios foram vitais.

Um desses processos de cuidado coletivo foram as rezas, que são a base de todo modo de ser e viver, os saberes tradicionais sobre as medicinas e o cultivo da terra, os quais foram associados à um

processo complementar de cuidado, as barreiras sanitárias como eixo da autogestão territorial, uma dinâmica fortalecida entre muitos povos no Brasil. No início do mês de abril de 2020 já eram mais vinte povos levantando barreiras em ao menos doze estados do país. Esse movimento se contrapôs à política genocida do Estado brasileiro que não só foi negligente por promover a banalização da pandemia, mas foi um Estado conivente com o genocídio estabelecendo como ordem a sabotagem às medidas de segurança e as formas de cuidado necessário.

As barreiras sanitárias se ampliaram entre os territórios e foram levantadas com pedaços de troncos de árvores, correntes, placas e faixas. Entre as barreiras levantadas estão: no Acre - Puyanawa e Yawanawa; Roraima - Wapichana, Macuxi e Taurepang; Rondônia - Paiter Suruí e Uru-eu-Wau-Wau; Pará - Munduruku; Mato Grosso - Karajá e Território Indígena do Xingu (Kalapalo e Kisedje); Mato Grosso do Sul – Guarani, Kaiowá e Terena; Maranhão – Guajajara; Tocantins - Apinajé, Avá Canoeiro, Javaé, Kanela, Xerente; Minas Gerais – Xakriabá; Paraná - Guarani Mbya; Santa Catarina - Guarani, Kaingang, Xokleng; Bahia - Tupinambá e Pataxó (DE OLHOS NOS RURALISTAS, 2020). Além disso, as organizações de base confederadas à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) apresentou um plano emergencial próprio do Movimento Indígena a partir das especificidades de cada povo e território.

No Mato Grosso do Sul os povos Kaiowá e Guarani fortaleceram os processos de cuidado comunitário mesmo diante das dificuldades de conter a expansão da doença em contextos de maior precarização dado o próprio a configuração territorial que abrange,

por exemplo, as Reservas Indígenas que estão mais próximas ao tecido urbano com a situação de falta de acesso a água potável, assim como a falta de terra para cultivar alimentos e falta de equipamento de proteção individual (EPIs) para possibilitar maiores cuidados entre as/os agentes de saúde e as pessoas que estavam compondo as barreiras. Nessa condição, foram mais de 60 barreiras levantadas compostas por professoras/es indígenas, estudantes, conselheiras/os e moradores/as dos territórios (MARTINS et al., 2020).

Diante do avanço da pandemia e do terrorismo de Estado, os Kaiowá e Guarani criaram e fortaleceram os caminhos de luta pelo tekoha e as autonomias na articulação entre as bases comunitárias e os Conselhos Tradicionais, com as formas organizativas ancestrais e a valorização dos conhecimentos tradicionais do nhanderu e nhandesy, mas também fortaleceram a articulação com outras organizações de base confederadas à APIB.

Associado aos conhecimentos tradicionais, à espiritualidade e às barreiras como método de autogestão territorial, houve outras expressões importantes com narrativas que evidenciam a importância das retomadas territoriais como modo de resistência e livre autodeterminação que indica caminhos fundamentais contra a ampla crise ecológica e o surgimento de novas doenças. Retomar o território possibilita as práticas coletivas de restauração dos sistemas socioecológicos, dos conhecimentos tradicionais e de reflorestamento diante dos solos devastados pelo agronegócio na região. Conforme relato de um companheiro:

> Nós Guarani-Kaiowá voltamos para nossa terra tradicional para ter nossa sustentabilidade e aprender de novo as coisas, retomar de novo os conhecimentos. Voltamos para as terras tradicionais para retomar de novo a vida e ser feliz.

> Antes da chegada dos colonizadores nós Guarani-Kaiowá estávamos em nossos territórios e éramos alegres, felizes, cantávamos, fazíamos nossos rituais e artesanatos. Por isso voltamos para os nossos territórios, esse é o lugar mais importante. Mas tem um problema, quando voltamos ao lugar, a terra está nas mãos de homens brancos, fazendeiros com o agronegócio. São os brancos que estão destruindo a mata e isso leva às mudanças climáticas. Segundo a tradição Guarani-Kaiowá, quando a mata e os rios estão ótimos, não estão destruídos, aí vem a chuva e melhora a plantação. (...) Nos lugares que estamos agora, muitos são retomadas e sempre buscamos fazer retomadas na beira de um córrego, na beira do rio ou em um lugar longe dos brancos. Lutamos para garantir o território retomado e permanecemos por causa dessa luta. Aí volta a pergunta, por que fazemos retomada? Para retomar nosso tekoha, nossa terra tradicional (Kunumi Poty Rendy'i, conselheiro da Retomada Aty Jovem da Retomada Guyra Kambi'y)

Esses processos de recuperação dos territórios são perpassados por uma multiplicidade de estratégias de luta que permeiam diversas relações, desde i) as condições atuais de territorialização de muitos coletivos e superlotação das Reservas Indígenas; ii) a exiguidade de elementos da floresta que leva a necessidade de deslocamento/mobilidade de famílias para próximo aos fragmentos de mata; iii) as impossibilidades para que se possa plantar; iv) as relações estabelecidas entre as diferentes coletividades e redes de parentesco; além de possibilidades de novas redes de relações e reconstrução de territorialidades autônomas com novas estratégias de resistência territorial.

Nesse sentido, a proposição da retomada como ação direta de recuperação dos territórios manifesta os tecidos de auto-organização, de solidariedade, coletividade e a possibilidade de poder plantar e

manejar os sistemas socioecológicos. Movimento que está relacionado intrinsecamente à reapropriação da biodiversidade que necessita da presença do ka'aguy jara (guardião da mata). Para um jovem da retomada este um ponto primordial:

> voltamos ao território, para que aquele tekoha, possa voltar a ser como era antes, ter mata, despoluir o rio, ter peixes, ter mais animais, pássaros e plantas medicinais. E não ter plantação de milho e cana. Isso não é importante, principalmente para os Kaiowá, isso é o que destrói a terra, passa veneno, destrói tudo. Mas quando tem mata, tem rios, aí a terra nasce de novo, a terra fica feliz. Essa é a ideia dos Kaiowá e Guarani, voltamos de novo ao território para proteger a terra. Porque para os Kaiowá a terra é mais importante porque o Pa'í Kwará (Sol) foi quem fez. Para os Kaiowá, Pai Kwará fez a terra para os indígenas. Por isso voltamos para a retomada, para ser feliz de novo (Kunumi Poty Rendy'i, conselheiro da Retomada Aty Jovem da Retomada Guyra Kambi'y)

Essas dimensões e agentes formam as bases das autonomias e das tecnologias sociais próprias, que de acordo com Peralta (2017, p. 9):

> A Tecnologia Espiritual, ou, a técnica que eu nomeio, do povo Kaiowá, de guardar as suas sementes, pode ser considerado uma ciência, uma vez que, conforme o dicionário de significados entende-se por ciência, a "soma dos conhecimentos práticos que servem a determinado fim; conjunto de conhecimentos humanos considerados no seu todo, segundo sua natureza; sistema racional usado pelo ser humano para se relacionar com a natureza a fim de obter resultados favoráveis. [...] ". E neste sentido, eu considero a técnica de plantio Kaiowá, uma ciência milenar. (...) faço questão de descontruir o signo ciência acrescentando da epistemologia indígena, o conceito de espiritualidade. Desse modo, quero imprimir um marco para os povos indígenas no

> campo do conhecimento e colocar um limite à colonização eurocêntrica dos saberes.

Portanto, o que está posto é que não há possibilidade de apenas refletir sobre as consequências e efeitos causados pela pandemia, mas sobretudo de refletir sobre como essas novas doenças estão fundamentas em modelos de extrativismo predatório, e pensar a urgência de transformação radical diante da ampla crise ecológica. Nesse sentido, os povos originários, seus conhecimentos tradicionais e tecnologias sociais, são espirais de vida que apontam caminhos importantes para novas formas de viver e de radicalizar as lutas diante da ordem neoliberal e neoextrativista.

As proposições das lutas anticoloniais demonstram que as retomadas são ações autônomas imprescindíveis da qual fazem parte a memória ecológica, territorial e cosmológica. A luta pela terra-território semeia essa memória o maior grau de autonomia que as retomadas, os saberes e práticas tradicionais fazem germinar, para que ao longo do tempo seja possível o retorno das diversas formas de vida e a recuperação da vegetação. E com ela, o microclima local que no decorrer do tempo, tornará a terra equilibrada em nível elevado e com sensibilidade acentuada, permitindo as trocas e fluxos de energia outra vez (BENITES, 2020). Para Peralta (2017, p. 4):

> Essa produção está associada a um outro conceito importante da cosmologia Guarani e Kaiowá, que o Teko Porã, Teko Joja, Teko Johaihu, Teko Ivyha, que traduzindo vem da igualdade, da felicidade, do amor. As coisas também nascem por amor, quando reza você está dividindo seus anseios com outros seres da natureza. Está pedindo colaboração para poder produzir.

Desse modo, os nhanderu e nhandesy são grandes protagonistas das retomadas e da resistência territorial, a força de suas rezas são a semente da luta pelo tekoha e das relações entre os patamares que permeiam o cosmos e a terra. Suas histórias e trajetórias são as memórias do tekoha e as memórias de um futuro que há de vir na semeadura de outros mundos possíveis. Para uma conselheira da Retomada Aty Jovem:

> retomar é voltar a valorizar o que nossos antepassados deixaram para nós, os nossos ancestrais. (...) Não deveríamos precisar de demarcação se a terra é nossa, os brancos não têm que dizer que a terra é nossa, nós sabemos que é nosso. (...) não é qualquer lugar que retomamos, sabemos o significado daquele lugar. Um exemplo disso é Guyraroká, não há outro Guyraroká, não existe, é esse, sempre foi e sempre será. (...) Não importa como seja a luta. Mas a retomada é uma autonomia do povo indígena (...). Essa honra aos nossos ancestrais é valorizar aquilo que sempre foi nosso território e estamos aqui como jovens nessa luta por cada território retomado (...). Sabemos que faz parte da nossa vida, do nosso passado, do nosso presente e é nosso futuro que estamos construindo novamente. É pela autonomia que temos feito isso, é pela autonomia que estamos aqui, com a importância de dizer que o Tekoha nos pertence e pertencerá sempre a nós! (Erileide Domingues, conselheira da Retomada Aty Jovem do Tekoha Guyraroká – informação verbal).

Por isso, para Veron (2018) a dimensão socioterritorial das lutas anticoloniais Kaiowá e Guarani envolve incansavelmente e de forma irrenunciável, a retomada dos territórios ancestrais, das matas e rios, das medicinas tradicionais e da defesa de outros seres vivos. Um pluriverso de conhecimento ancestral como fonte de vida diante da tirania dos megaprojetos capitalistas.

Aí a importância de se aprofundar as discussões sobre a dimensão da autonomia, da biodiversidade e da autogestão territorial como "jusante" e "montante" das ações e resistências das lutas anticoloniais dos povos indígenas, bem como dos caminhos possíveis para radicalização das lutas frente ao neoextrativismo.

Como nos ensinam os Kaiowá e Guarani, os povos originários não "sucumbiram nas mãos da ganância e do progresso ilusório" (VERON, 2018, p. 17) e são os guardiões e guardiãs que fazem brotar a esperança e as insurgências em defesa da terra e da vida. No manifesto da Aty Guasu (2017) os povos enfatizam:

> Não há nada de novo, mas talvez desta vez o Karai se convença de que deve mudar seu modelo de desenvolvimento e construir um modelo que valorize a vida de muitos ao invés do lucro de poucos. Convidamos a todos os aliados, do campo e da cidade, para lutar junto aos Guarani e Kaiowa contra este modelo opressor e enquanto isso afirmamos que SEGUIREMOS COM NOSSAS RETOMADAS E COLOCAREMOS NOSSA PRÓPRIA VIDA EM LINHA DE FRENTE para que nossas terras sejam devolvidas a nosso povo, para que o agronegócio seja derrotado e para que a vida de nosso povo e de todos os povos possa ser enfim respeitada.

O fato é que a cosmologia, as ecologias e autonomias territoriais a partir da política Kaiowá e Guarani passa, de forma decisiva, pela livre autodeterminação, pela importância da biodiversidade e pelos mundos que compõe o território. Sem pretensões de dizer que este trabalho finaliza aqui, queremos dizer apenas que nesse caminho de aprendizado com os povos originários, os elementos apresentados aqui constituem a tentativa de situar a Geografia na ação junto aos povos indígenas e de nos unirmos à fala da pesquisadora Kaiowá Veron (2018, p. 17) que ressalta:

> devemos nos unir uns aos outros, guiados por esses guardiões que nos conduzem de volta à terra. Somente assim poderemos conquistar nosso futuro, junto com todos os povos que lutam para que o planeta terra possa ainda respirar.

Considerações finais

Múltiplos processos de resistência territorial pautados na autonomia e na auto-organização tem se levantado através das lutas dos povos indígenas recriando novas possibilidades da defesa da Terra/território e da biodiversidade. Há inúmeros exemplos de organizações de base, conselhos e grupos autogestionados que expressam métodos e ações fundamentais na luta diante dos solos devastados pelo neoextrativismo.

No contexto da pandemia que enfrentamos, a urgência de combater esse modelo se tornou ainda mais latente e urgente. A Covid-19 é somente uma das cepas que se expandiram a partir das mudanças nas formas de manejo e uso da terra pelo neoextrativismo, e não será a última epidemia/pandemia enquanto esse modelo perdurar, já que se sustenta enquanto matriz a partir do processo permanente e contínuo de controle dos territórios de vida, da homogeneização e aumento do desmatamento. Diante disso, as múltiplas existências e lutas dos povos originários apontam caminhos primordiais para defesa da vida a partir da retomada dos territórios, da recomposição da biodiversidade e do fortalecimento da autonomia.

Nesse sentido, no bojo da complexa expansão da economia política do agronegócio no sul de Mato Grosso do Sul germina entre os Kaiowá e Guarani novas experiências de auto-organização comunitária e intercomunitária com novos processos recuperação e

retomada do território. As retomadas enquanto ação direta e autônoma são compostas pela dimensão de uma narrativa anticolonial, bem como de práticas de resistência fundamentadas nos saberes tradicionais, ações coletivas, na importância da floresta e do bem viver. Essas ações fomentam o revigoramento e consolidação de outros processos autônomos constituindo múltiplos territórios em insurgência frente ao desterro e despossessão propagados pelo agronegócio.

Por fim, isso nos permite pensar as inúmeras esferas e escalas da grande importância da autonomia e autogoverno entre os povos indígenas, que demonstram outras maneiras de pensar, atuar e recriar a luta em defesa dos territórios e da defesa da Mãe Terra. Compreender a importância da dimensão socioterritorial dessas lutas nos permitem uma reflexão sobre os horizontes possíveis e passíveis de germinar com a criatividade política das lutas populares e ancestrais autônomas. Processos justos, dignos, tensos e densos de lutas anticoloniais em curso contra as políticas de guerra e morte promovida pelo neoextrativismo.

Referências

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – CIMI. Conselho de Gestão Ka'apor reafirma ações de fiscalização territorial após assassinato de indígena do povo. **CIMI**. 11/08/2020. Disponível em:<http://cimi.org.br/2020/08/conselho-de-gestao-kaapor-reafirma-acoes-de-fiscalizacao-na-ti-apos-assassinato-de-indigena-do-povo/ >. Acesso em: 03/12/20

_____. Em encontro, Mulheres Munduruku reafirmam autonomia dos povos e luta pelo território livre dos projetos de morte. **CIMI.** 13/07/2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/07/em-encontro-mulheres-munduruku-reafirmam-autonomia-dos-povos-e-

luta-pelo-territorio-livre-dos-projetos-de-morte/ >Acesso em: 28/11/20

_____. Documento final da Aty Guasu 2019. **CIMI**. 03/12/2019. Disponível em: < https://cimi.org.br/2019/12/aty-guasu-denuncia-as-praticas-genocidas-do-governo-brasileiro-em-carta-final-da-assembleia/ >Acesso em: 06/12/2020

_____. Nota Pública Contra Os Conflitos Provocados pelo agronegócio e pelo respeito aos nossos Direitos Originários Sobre As Nossas Terras. **CIMI**. 04/09/2018. Disponível em: < https://cimi.org.br/2018/09/conselho-terena-e-aty-guasu-divulgam-nota-publica-contra-violacao-de-direitos-constitucionais-indigenas/ >.Acesso em: 08/12/2020

ATY GUASU. Carta do Grande Conselho Guarani e Kaiowa da Aty Guasu. Exigimos a punição dos assassinos do Massacre de Caarapó: Que o Estado pare de violar nossos direitos e que garanta a imediata demarcação de nossas terras tradicionais. **Terra indígena Ñamoi Guaviray-Caarapó.** 02/07/2016. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/36707_20160706_115037.pdf >Acesso em: 03/12/2020

_____. Carta do Grande Conselho da Aty Guasu. Tekoha Arroio Kora, dias 29 a 31/05/2017. **CIMI**. Disponível em: < http://www.pom.org.br/aty-guasu-divulga-carta-e-volta-a-pedir-criacao-de-barreiras-humanitarias/ >.Acesso em: 05/12/2020

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). *In*: ALBERT, B. RAMOS, A. R. (orgs.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico.** São Paulo, Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, pp.239-270, 2002.

ALMEIDA, C. B. de. **A luta das mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá a quarenta anos pela reconquista do território (*yvy rupa)* no estado de Mato Grosso do Sul.** 2018. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, 2018.

ARÁOZ, H. M. Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção,** v. 12, n. 34, pp. 11-43, 2013.

BENITES, E. **Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da reserva indígena Te'ýiku**. 2014. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, 2014.

_____. Teko, Tekoha ha Ñe'ẽ como Fundamento da Educação Kaiowá Guarani. In: **Anais do Seminário Internacional Etnologia Guarani,** Dourados, MS, 2016.

_____. Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta. **Revista Nera**, n. 52, p. 19-38, 2020.

BENITES, T. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá:** Impactos e interpretações indígenas. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais tekoha guasu**. Revista de Antropologia da UFSCar,** v.4, n.2, jul.-dez., p.165-174, 2012.

_____. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowá e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 2014. 269f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2014.

BEREZUK, A. G. SILVA, C. A. da. LAMOSO, L. P. SCHNEIDER, H. Climate and Production: The Case of the Administrative Region of Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, Brazil. **Climate**, v.5, n. 49, 2017.

CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul.** 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista-UNESP/Júlio de Mesquita Filho, 2013.

CORDEIRO, A. M. OLIVEIRA, G. M. de. RENTERÍA, J. M. GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista Comunicação Científica**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.139-154, 2002.

ERCOLE, F. F. MELO, L. S. de. ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014.

ESCOBAR, A. Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 11, n.1, p. 11 – 32, 2016.

GOMES, D. M. C. O perspectivismo ameríndio e a ideia de uma estética americana. Emílio Goeldi Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, p. 133-159, 2012.

GONÇALVES, C. M. B. Yo no sabía si amaba más al puente o al río: torções ontoepistemológicas em José María Arguedas. **Caligrama**, v.25, n.1, Belo Horizonte: UFMG, p. 45-65, 2020.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo. *In*: DILGER, G. LANG, M. FILHO, J. P. (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Tradução: OJEDA, I. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 175-212, 2016.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

HIGGINS, J. GREEN, S. Cochrane handbook for systematic reviews of interventions. v. 5. [Atualizado em Março 2011]. **The Cochrane Collaboration**, 2011. Disponível em: < www.handbook.cochrane.org >.Acesso em: 05/10/2020

JOÃO, I. **Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi*:* origem e fundamentos do canto ritual *jerosy puku* entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato do Grosso do Sul.** 2011. 119f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, 2011.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LADEIRA, Maria Inês. **O espaço geográfico Guarani-Mbya**: significado, constituição e uso. São Paulo: EDUSP, 2008.

LAMOSO, L. P. Reprimarização no território brasileiro. **Espaço e Economia Revista brasileira de geografia econômica,** v. 9, n 19, 2020.

MARTINS, E. S. O papel das lideranças tradicionais na demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowá. **Tellus**, ano 15, n. 29, 2015.

_____. **Transformações nos papéis desempenhados pelas lideranças tradicionais na Reserva Indígena de Caarapó, a partir da entrada de líderes evangélicos (1980-2017).** 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2020

MARTINS, E. S. MONFORT, G. C. e GISLOTI, L. J. Conhecimentos indígenas, autonomias e lutas anticoloniais Kaiowá e Guarani contra a necropolítica e o agronegócio. **Revista Terra sem amos**. v. 1, n. 2, Dossiê Necropolítica na América Latina, p. 05-12, 2020.

MELLO, L. T. A. de. MARCUZZO, F. F. N. COTA, H. de C. MELO, D. C. de R. CARDOSO, M. R. D. Estudo da sazonalidade e distribuição espaço-temporal das chuvas no bioma da Mata Atlântica do estado do Mato Grosso do Sul. *In*: **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, 15, 2011, Curitiba. **A***nais do Simpósio...* Curitiba: INPE, p. 4452-4459, 2011.

MOTA, J. G. B. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá:** diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS. 2015. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) - o Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, 2015.

PAVÃO, S. LOPES, I. VILHARVA, K. N. PEDRO, M. da S. GISLOTI, L. J. Plantas medicinais dos povos kaiowá e guarani como possível prática complementar no enfrentamento dos sintomas da covid-19: conhecimento tradicional como arma contra a pandemia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n 5, p. 4-17, 2020.

PERALTA, A. A agroecologia Kaiowá: tecnologia espiritual e bem viver, uma contribuição dos povos indígenas para a educação. **MovimentAção**, Dourados, v. 4, n. 6, p. 01-19, 2017.

PEREIRA, L. M. **Os kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado**. Dourados: Editora UFGD MS, 2016.

PETERSEN, P. Agroecologia: um antídoto contra a amnésia biocultural. In: TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. (orgs.). **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2015

PIMENTEL, S. K. **Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani**. 2012. 264f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, 2012.

RAMIRES, L. C. Constituindo uma pesquisa autoetnográfica a partir da minha trajetória e concepção intercultural Kaiowá. **Tellus**, Campo Grande - MS, v. 16, n. 31, p. 55-79, 2016.

RIBEIRO, M. F. SALES, Y. Bloqueios de indígenas para garantir isolamento já atingem 12 estados e 23 etnias. De Olho nos ruralistas. 14/04/2020.<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/04/14/bloqueios-de-indigenas-para-garantir-isolamento-ja-atingem-12-estados-e-23-etnias/ >.Acesso em: 06/10/2020

SERAGUZA, L. Em Tempos de Fins: "reservamento", "retomadas" e múltiplas formas kaiowa e guarani de composição. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 5, n. 10, p. 223-240, 2018.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: AZEVEDO, D. de A. São Paulo: Gaia, 2003.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?. *In*: DILGER, G. LANG, Miriam. FILHO, J. P. (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Tradução: OJEDA, I. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 141-171, 2016.

_____. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina.** Cidade do México/México: CALAS, 2019.

TURRA NETO, N. Metodologias de pesquisa para estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RA´E GA**, Departamento de Geografia –UFPR , Curitiba, p. 340-375, 2011.

VALIENTE, C. A. **Modos de produção de coletivos kaiowá na situação atual da Reserva de Amambai, MS**. 2019. 192f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

VERON, V. **Tekombo'e Kunhakoty***:* Modo de Viver da Mulher Kaiowá. 2018. 42 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) - Universidade de Brasília – UnB, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E**. Metafísicas Canibais:** elementos para uma antropologia pós-estrutural**.** São Paulo, Cosac Naify, 2015.

_____. **A inconstância da alma selvagem**. 5ª Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

_____. **Encontros**. SZTUTMAN, Renato (org.). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. Tradução: SILVA, A. R. de C. São Paulo: Elefante, 2020.

Submetido em: 30 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 20 de janeiro de 2021.

Aprovado em: 09 de fevereiro de 2021.

Como citar este artigo:

ALZIRO, G. L.; MONFORT, G. Corpos-Territórios em resistência nas retomadas Kaiowá e Guatani: insurgências ancestrais diante dos solos devastados pelo neoextrativismo**. Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 580-620, Jan.-Jun./2021.

TRABALHO, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA REPRODUÇÃO DA VIDA DE JOVENS CAMPONESES EM ANAGÉ-BA

LABOR, EDUCATION AND RESISTANCE IN REPRODUCTION OF LIFE OF YOUNG PEASANTS IN ANAGÉ-BA

TRABAJO, EDUCACIÓN Y RESISTENCIA EN REPRODUCCIÓN DE LA VIDA DE JÓVENES CAMPESINOS EN ANAGÉ-BA

GUILHERME MATOS DE OLIVEIRA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
E-mail: ggui995@gmail.com

Resumo:
Este artigo tem o objetivo de elucidar a reprodução da vida, do trabalho, da formação educacional e da resistência na trajetória de jovens camponeses do município de Anagé-BA envoltos à produção social contraditória do espaço agrário. Para tanto, nos respaldamos metodologicamente em reflexões teóricas e na análise da realidade em questão – propiciada através de diálogos com nossos estudantes – no intento de compreendermos o cotidiano da juventude camponesa anageense, marcada por realizações e dificuldades concretas na processualidade de suas vidas; ao passo que este estudo fomenta a realização de novos debates e ações na perspectiva de superação das desigualdades provocadas pelo sistema capitalista e expressas na realidade destes jovens do campo para que os mesmos, em confluência com toda a sociedade, possam atingir a emancipação humana e uma outra forma de sociabilidade.

Palavras-chave: Anagé, Educação, Espaço agrário, Jovens camponeses, Trabalho.

Abstract:
This article aims to elucidate the reproduction of life, of labor, of educational formation and resistance in the trajectory of young peasants in the municipality of Anagé-BA involved in the contradictory social production of the agrarian space. To this, we rely methodologically on theoretical reflections and an analysis of the reality in question – propitiated through dialogues with our students – in an attempt to understand the daily life of the anageense peasant youth, marked by real achievements and concrete difficulties in the process of their lives; whereas this study encourages the realization of new debates and actions in order to overcome the inequalities caused by the capitalist system and expressed in the reality of these young peasants so that they, in confluence with the whole of society, can achieve human emancipation and another form of sociability.

Keywords: Anagé, Education, Agrarian space, Young peasants, Labor.

Resumen:
Este artículo tiene el objetivo dilucidar la reproducción de la vida, el trabajo, de la formación educativa y de resistencia en la trayectoria de los jóvenes campesinos del municipio de Anagé-BA involucrados en la producción social contradictoria del espacio agrario. Para ello, nos apoyamos metodológicamente en reflexiones teóricas y un análisis de la realidad en cuestión – proporcionada a través de diálogos con nuestros estudiantes – en un intento de comprender la vida cotidiana de la juventud campesina anageense, resaltada por logros reales y dificultades concretas en el proceso de sus vidas; al paso que este estudio fomenta la realización de nuevos debates y acciones con miras a superar las desigualdades provocadas por el sistema capitalista y expresadas en la realidad de estos jóvenes del campo para que, en confluencia con toda la sociedad, logren la emancipación humana y otra forma de sociabilidad.

Palabras-clave: Anagé, Educación, Espacio agrario, Jóvenes campesinos, Trabajo.

Introdução

Ao buscarmos compreender as transformações que se estabelecem no campo brasileiro, e que estão inseridas dialeticamente na produção do espaço geográfico, consideramos que a juventude camponesa compõe este processo de modo efetivo no estabelecimento de uma classe social que, ao mesmo tempo a ser subordinada aos ditames da ordem capitalista, se opõe ao projeto de desrealização das condições de reprodução da vida na terra de trabalho, fomentado pelo modo de produção hodierno, seja por meio da resistência e/ou da luta.

É válido sinalizar que esta realidade – ao ser marcada por cada vez mais dificuldades concretas enfrentadas pelos sujeitos do campo na sua totalidade, seja no que diz respeito a questões históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais etc. – repercute de maneira imediata na realização humana das novas gerações que vão configurando as trincheiras agrárias, à medida que, conforme Santos (2006) o espaço não é processualizado de forma homogênea, e acrescido a isso, entendemos que o espaço camponês constitui-se entre os conflitos e contradições inerentes, como aponta Lefebvre (1976), à reprodução das relações sociais de produção no capitalismo.

Partindo desse entendimento, o presente artigo tem o objetivo de elucidar a reprodução social da vida, do trabalho, da formação educacional e da resistência de jovens camponeses do município de Anagé-BA no movimento da produção desigual do espaço agrário. Para tanto, recorremos metodologicamente

num primeiro momento, a uma discussão teórica de autores que tratam sobre a temática em questão, contanto com as contribuições de Marx (1996), Conceição (2007), Dayrell (2003), dentre outros autores; e num segundo momento sistematizamos breves escritos sobre o cotidiano de reprodução da vida de jovens camponeses anageenses – obtidos através de diálogos com alguns deles enquanto nossos estudantes – no que tange a relação destes sujeitos com o trabalho, com a educação, e com a dimensão da resistência social frente ao sistema do capital para a manutenção da vida no campo.

Alguns escritos sobre trabalho, educação, juventude e resistência no movimento contraditório da realidade camponesa

A realidade agrária brasileira, no seu movimento histórico e social, vem sendo configurada mediante as determinações do modo de produção capitalista tanto sob o fundamento da propriedade privada da terra para a extração da renda e do lucro quanto nos desdobramentos desse processo entre capital *versus* trabalho, gerando contradições como expropriação, violência, e provocando disputas territoriais de classes antagônicas com interesses distintos em relação ao campo, sendo que, conforme Martins (1998) as classes dominantes o concebem enquanto terra de negócio e a classe camponesa terra de trabalho para a reprodução da vida.

No caráter da crise estrutural do sistema capitalista, essa realidade se amplia e se acirra em nosso país, posto que

segundo Oliveira (1994) no centro do desenvolvimento capitalista no campo, a luta de classes se materializa enquanto unidade na diversidade de suas determinações.

Tem-se tornado perceptível a agudização dessa realidade dialética e crítica do modo de produção hegemônico na ocorrência, dentre outras particularidades, dos processos de desindustrialização/reprimarização da economia, que retoma à acumulação primitiva do capital sob a égide do agronegócio, que tem como base a exploração predatória, a degradação da natureza e dos sujeitos sociais do campo para a satisfação dos seus interesses, e que conta com o Estado para atender prontamente suas imposições. Diante disso, os sujeitos do campo passam por cada vez mais dilemas na manutenção de sua existência, situação esta que vai repercutindo de maneira nevrálgica na vida das novas gerações camponesas.

Portanto, na leitura da totalidade, nos ancoramos em importantes reflexões que nos fornecem elementos para entendermos como este processo tem se estabelecido no real concreto do campo brasileiro. Nesse seguimento trataremos, à luz do debate teórico, questões como trabalho, educação e as expressões de resistência que perpassam o cotidiano social da juventude camponesa.

Em uma perspectiva ontológica, o trabalho é um elemento essencial da condição do ser social, visto que, com base em Marx (1996) ele se processualiza numa relação metabólica entre o homem e a natureza à medida que o sujeito, nessa mediação, exerce sua força natural, ao passo que:

> [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1996, p. 297).

Para Lessa (2012) o trabalho é uma categoria social, existindo enquanto partícipe de um amplo conjunto de sociabilidades. Nessa mediação dos homens com a natureza, torna-se vital a relação entre os sujeitos sociais, sendo que para além do ato de trabalho, a vida em sociedade é composta pela amplitude de ações voltadas ao atendimento das demandas que emergem do desenvolvimento relacional dos homens entre si.

No entanto, a negação da centralidade ontológica do trabalho se expressa na perda do metabolismo imediato entre os sujeitos e a natureza fomentado pelo sistema do capital que impõe aos trabalhadores, uma vez na condição de expropriados, a venderem aquilo que lhes resta: a sua força de trabalho "livre" sob a forma do assalariamento, da informalidade, dentre outras expressões atuais de precarização do trabalho, ao passo que a apropriação do seu excedente, na forma do lucro, é advinda da produção da mercadoria, posto que:

> Aqui já se observa uma condição antagônica à universalidade abstrata e ontológica do trabalho. A dimensão da valorização do trabalho é a própria dimensão do processo de trabalho tomado pela sua capacidade de se materializar apenas quantitativamente em mercadorias, em riqueza social especificamente capitalista. (MENEZES, 2020, p. 29).

Tal percurso, segundo Harvey (2005) é fomentado espacialmente pelo deslocamento e presença das formas de acumulação capitalista nos mais distintos rincões do mundo, que igualmente submete os sujeitos sociais a um constante movimento mundializado e exarcebado da produção de trabalho excedente capturado enquanto capital. Diante da materialização geográfica das contradições capitalistas somos provocados à "[…] elaboração de um discurso e um pensamento geográfico crítico e de superação da realidade societal" (SANTOS e SOUZA, 2017, p. 30).

Consonante a isso, Carlos (2015, p. 52) pondera que é por meio das relações sociais – seja na sua totalidade ou nas suas especificidades, quando o homem contacta o mundo produzido e constitui ali suas intervenções, sua consciência e seu ser – o espaço torna-se social, e seus sujeitos angariam um modo de pensar e de constituírem necessários conhecimentos que transformem, na sua essência, aquilo que está posto no aparente.

Podemos exemplificar esta afirmação quando se era – ou ainda seja – feita uma leitura simplificada sobre o campo enquanto sinônimo de sertão, seja significado por uma delimitação segregada e oposta daquilo que é moderno, sofisticado, da "civilização" que se encontra no contexto da cidade; ou vinculado a um cenário "exótico": seco e inóspito, com falta de chuvas, d'água, de vegetação, com animais mortos etc. Essa ideia, imposta pelas classes dominantes e propagada no

senso comum é passível de contestação pelo pensamento crítico, pois:

> [...] o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. (MORAES, 2003, p. 2).

Ao se desconsiderar a unidade desigual dos processos sociais estabelecidos historicamente no espaço agrário, que na sua essência foram marcados pela agressividade da expropriação, da pobreza e da miséria na exploração de uma classe sobre a outra, como também "[...] pelos processos de privatização, mercantilização e urbanização que introduz o capitalismo nas sociedades camponesas" (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 23), muitos analisam o campo sob o signo aparente da fragmentação, posto que o processo de investidas mercantis sobre os territórios camponeses pelo avanço do sistema capitalista garantiu com que outros discursos fossem sendo difundidos socialmente, como o da modernização do campo.

Conceição (2007) assevera que este discurso, ao reforçar a monopolização e territorialização do capital, amplia a expulsão dos camponeses das suas unidades produtivas familiares, permitindo consequentemente a subsunção do trabalho ao capital, e ao mesmo tempo o Estado, ente desse

sistema, dissemina e favorece o processo de mobilidade do trabalho.

Em consonância a isso, Hobsbawn (1991) arremata que os trabalhadores, ao vagarem pelo mundo, saem do campo e se dirigem às periferias das cidades, deslocando-se de uma região para outra em busca de se assalariarem. Sem uma pátria definitiva, sem um lugar fixo, possuem a mobilidade como elemento de sobrevivência.

Os jovens camponeses, arraigados a estes dilemas que provocam modificações profundas no tempo e no espaço agrário, foram sendo considerados pelos estudos científicos a partir da década de 1990, e pensados enquanto sujeitos sociais e históricos portadores de intensas transformações na trajetória de suas vidas, sendo que é preciso considerar o jovem do campo, suas conquistas, derrotas e expectativas na gama das pesquisas e análises educacionais, sociais, históricas e geográficas (MENEZES, 2014, p. 133).

Refletir sobre a juventude – e mais especificamente sob o ponto de vista camponês – implica, mediante as colocações de Dayrell (2003) considerá-la enquanto particularidade e diversidade de uma realidade mais totalizante, que recebe contornos singulares no conjunto das experiências vividas pelos seus sujeitos imersos num contexto social (nesse caso, do campo). Dessa forma, o jovem não pode ser entendido simplesmente como uma etapa etária do conjunto populacional com uma finalidade determinada, ou a um momento preparatório à fase adulta, haja vista que a juventude é:

> […] parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e […] das trocas que este proporciona. (DAYRELL, 2003, p. 42).

Uma das expressões de reprodução dos jovens do campo se estabelece na relação entre trabalho e educação. Vendramini (2017) destaca que essa situação, por vezes, é atravessada por aquilo que discutimos anteriormente: a mobilidade do trabalho – pela garantia da própria sobrevivência ou para ajudar seus familiares – e para além desta nas dificuldades sofridas pela juventude quando não consegue conciliar suas tarefas cotidianas. Segundo a autora, para muitos jovens, suas demandas de trabalho acabam se sobrepondo às relativas aos seus estudos, sendo essa problemática mais complexa quando ocorrem interrupções na trajetória escolar desses jovens, que consequentemente levam a dificuldades de aprendizagem ou até o ponto do abandonar o espaço escolar, à medida que a eminência desta realidade:

> [...] coloca os jovens do campo em um dilema constante e permanente, pois a vontade de permanecer choca-se com a necessidade da saída do campo, pois a reprodução social bate as suas portas, consolidando um movimento contraditório de busca, construção e desconstrução e resistência de jovens

> camponeses e camponesas. (BENINI e FELICIANO, 2016, p. 224).

Sob um ponto de vista mais geral a respeito do atrelamento entre trabalho e escolarização, Saviani (2007) entende que:

> [...] a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino [...] comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade. (SAVIANI, 2007, p. 159).

Marcados pelo antagonismo das classes sociais, os jovens do campo enfrentam os limites de trabalharem e estudarem em meio a um mundo desigual e em crise. Neste interim, "não pode haver uma solução efetiva [...] do trabalho sem que se promova, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação" (MÉSZÁROS, 2008, p. 67).

Libâneo (2006) coloca que essa relação pode ser associada a outras dimensões da vida juvenil, como a cultura desses sujeitos e seus movimentos sociais. Segundo o autor, suas dinâmicas vão definindo os conhecimentos, representatividades, comportamentos, expectativas,

protagonismos, ações e resistências que vão sendo compartilhadas entre os jovens, e que orientam suas relações com os demais entes da sociedade.

Vale ressaltar, conforme Silva (2018), que a atuação dos jovens nos movimentos sociais faz parte da história do nosso país, a exemplo do ocorrido em meados do século XIX no movimento abolicionista, realidade esta que nos aponta a contribuição da juventude na tessitura social do território brasileiro, visto que no percorrer do tempo inúmeras lutas foram travadas e desencadearam novas relações sociais, realizações coletivas em diferentes setores da sociedade, retrocessos em outros tantos etc. Posto isso, a juventude camponesa contemporânea deve levar em consideração, na trilha pela sua emancipação, que:

> Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada pela sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua "conivência" com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associado a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987, p. 29).

Partindo desse encaminhamento teórico/prático delineamos, em seguida, a materialização das singularidades da reprodução social de jovens do campo circunscritos em recantos do estado da Bahia, e que são permeadas cotidianamente pelos seus modos próprios de vida, de trabalho

– tanto na terra agrícola ou distante desta – nos seus percursos formativos, seja em âmbito escolar ou político, na constituição das suas dificuldades e dos seus movimentos de resistência – territorializados no real concreto – ao buscarem seguir na contramão das contradições produzidas no modo de produção capitalista pela manutenção social do campesinato ora evidenciado.

Um olhar sobre a reprodução de jovens do campo anageense nas mediações entre trabalho, educação e resistência social

Pensar a complexidade de questões que versam sobre a realidade camponesa é algo desafiador, uma vez mais quando nos debruçamos a entender esse processo partindo do cotidiano da vida juvenil do campo. Nessa perspectiva, buscamos vislumbrar a trajetória de alguns dos jovens que se reproduzem em variados contextos do espaço agrário de Anagé-BA, sendo que consideramos elementos centrais do cotidiano desses sujeitos o trabalho, a agricultura, as relações familiares e de gênero, a formação escolar, as expectativas futuras no que se refere a formação/atuação profissional, os movimentos sociais, entre outros pontos notáveis a serem tratados na presente análise.

A aproximação com os sujeitos ora evidenciados foi promovida mediante a inserção do primeiro autor do presente texto no espaço escolar noturno do município supracitado, enquanto professor dos Anos Finais do Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA) entre maio de 2018 e

fevereiro de 2019, oportunidade esta que lhe permitiu um contato mais próximo com os jovens camponeses locais; e sob algumas iniciativas deste por meio de diálogos e entrevistas, tanto em sala de aula quanto em outros ambientes da própria escola (pátio, refeitório, sala de leitura etc.), foi possível conhecermos alguns aspectos importantes da realidade destes jovens – sendo este um momento salutar para auxiliá-lo em suas ações de ensino em sala de aula de forma contextualizada – e que perfazem, socialmente, o dia-a-dia do campo anageense.

Esse contato foi realizado com treze estudantes, sendo estes compostos por sete mulheres e seis homens com idades entre dezessete e vinte e oito anos. Sendo oriundos de várias comunidades rurais, entre elas Lagoa da Torta, Tabuleiro, Gameleira, Pombos, Jardim II, Poços, Bom Sucesso, Capinado, Vaquetal, Santo Antônio das Flores, entre outras, estes sujeitos nos fazem observar e refletir sobre variados processos sociais em que estão integrados na produção de seus espaços de vida, de trabalho, de formação escolar e social.

Cabe aqui pontuar que as famílias destes jovens agregam de duas a dez pessoas, aproximadamente, e são compostas por pais biológicos ou pelos que chamam de "pais de criação", por avós, irmãos, primos, tios etc. ao passo que se articulam socialmente tanto nos afazeres domésticos, no trabalho com a terra, quanto fora dela, seja de maneira autônoma, para outras pessoas e/ou outras instituições, a exemplo das empregadas domésticas, diaristas, funcionários públicos, comerciantes, aposentados, pensionistas, dentre

outros que permitem uma circulação mínima de renda entre os sujeitos dos seus lares e em suas comunidades.

Podemos observar também que esta realidade vem sendo configurada por diversas estratégias de resistência para a manutenção dos camponeses em seus territórios mediante a atuação dos mesmos em suas comunidades, em associações locais, sindicatos rurais, movimentos sociais, dentre outras organizações de luta pela terra e pelo trabalho no campo, que visam atingir as condições objetivas de reprodução social do campesinato em âmbito municipal.

Enquanto pertencentes a esses processos, os jovens camponeses aos quais foi-se estabelecido o diálogo apontam, cada qual ao seu modo, que na esteira de suas vidas são marcados por satisfações pessoais e coletivas, a exemplo de quando constituem novas famílias e as ampliam com seus filhos, na realização pela aquisição de um instrumento de trabalho, no acesso a meios de transporte e de comunicação – e de interagirem com outras pessoas principalmente pelas redes sociais por meio de celulares – na construção da moradia própria com seus parentes mais próximos, ao colherem uma diversidade de alimentos oriundos do trabalho agrícola, ao lograrem êxito em aprovações escolares, na convivência com as demais pessoas da comunidade e no apoio mútuo entre ambos, na transmissão de valores e tradições culturais de uma geração para a outra, dentre outras situações que asseguram, minimamente, a realização dos modos de vida e de trabalho

socialmente produzidos no campo, aos quais a juventude camponesa em questão faz parte.

É preciso pontuar que estas realizações ainda são raras quando consideramos a totalidade contraditória das relações sociais camponesas deste espaço, ao passo que sua juventude tem enfrentado inúmeros e intensos problemas enquanto "labutas" na processualidade de suas vidas seja quando, pela precarização das condições materiais (pobreza, fome, expropriação etc.) estabelecidas pela sociabilidade antagônica de classes que atravessa também o espaço agrário, muitos deles são obrigados, por exemplo, a perpassarem pelo processo de mobilidade do trabalho, ao migrarem do campo para a cidade e venderem sua força laboral para sobreviverem – se reproduzindo na periferia urbana mas mantendo, ao mesmo tempo, a condição histórica de camponeses – seja na falta de outras tantos recursos e demandas, como de água, energia, insumos orgânicos para a produção na terra, bem como de não receberem apoio e incentivo do poder público – posto que o Estado sempre está pronto para atender as classes dominantes agrárias e a lógica neoliberal promovendo, dentre outras tragédias, o fechamento de escolas do campo – e na perda afunilada de costumes históricos, a exemplo das festas juninas, ternos de reis etc. que também são expressões de resistência camponesa contra o processo expropriatório impulsionado pelo sistema capitalista, dentre outras tantas situações adversas estabelecidas no campo.

Tomando como horizonte a leitura sobre as desigualdades dessa realidade que se objetiva concretamente, trazemos as minúcias desses processos ao contarmos com os depoimentos dos jovens camponeses, que aqui são revelados ao mesmo tempo enquanto estudantes.

No que se refere a dimensão do trabalho, alguns dos jovens camponeses com quem dialogamos apontam que no campo ele pode acontecer em diferentes situações, seja na relação mais imediata deles com a natureza por meio do trabalho na lavoura com a plantação e a colheita ou na criação de animais para o consumo familiar/comunal – e na venda do excedente produzido seja aos vizinhos ou na feira livre dos sábados na cidade – seja ainda ajudando com a limpeza dos cômodos de casa, na preparação dos alimentos para as refeições, na higienização de utensílios, roupas, entre outras demandas. Por outro lado, percebemos por meio das suas falas que o trabalho camponês não pode ser observado de forma contemplativa – como muitos fazem na leitura sobre este espaço sertanejo do semiárido enquanto algo idílico, bucólico – uma vez que ele passa por dificuldades concretas seja no que se refere a questões estruturais e/ou conjunturais.

Sobre as questões estruturais, os jovens camponeses anageenses colocam que mesmo em casa ou no trato com a terra, o trabalho por vezes é pesado e extenuante – uma evidência da produtividade do trabalho que também acontece no campo – como elucida um desses jovens: "não que seja ruim ser agricultor, mais tem vez que é puxado demais" (informação

verbal, janeiro de 2019). Estes sujeitos destacam também os percalços que enfrentam quando falta recursos básicos, como água, alimentos, instrumentos para a produção na terra, banheiros em casa, muitas vezes pela escassez em disporem de recursos financeiros que viabilizem o atendimento de suas necessidades.

Diante dos muitos problemas que enfrentam cotidianamente, alguns destes jovens – dentre outros tantos deste município – se dirigem do campo para os espaços urbanos, como à própria cidade de Anagé, para cidades próximas como Vitória da Conquista ou aquelas mais distantes como São Paulo e Rio de Janeiro. Lá são assalariados como ajudante de pedreiro, babá, cuidadores de idosos, atendentes de loja, repositores de mercadoria em estabelecimentos comerciais etc. ou trabalhando por comissão, e até mesmo partindo para a informalidade na intenção de ajudarem seus pais e/ou responsáveis com as despesas de casa ou a eles próprios com os seus gastos mensais. Todavia, muitos destes jovens pontuam que recebem baixas remunerações pelo seu trabalho, que variam entre trezentos reais a um salário mínimo, e que a depender da situação financeira que passam, suas despesas e endividamentos podem se multiplicar.

Na observância desses processos uma jovem camponesa, dentre os estudantes aos quais foram mantidos contatos, migrou-se para a cidade de São Paulo. Em diálogo com a mesma, estivemos por dentro das suas angústias e das suas

expectativas na tentativa de alcançar melhores condições de vida para si:

> Tô me mudando pra São Paulo professor, e aí queria ajeitar minhas coisas aqui contigo para finalizar meus estudos esse ano. Vou indo tentar a vida meu querido, consegui um serviço por lá e não posso ficar parada, pois as conta chega né. Se eu pudesse permanecia aqui na roça, aqui pra mim é bom, sossegado, mas infelizmente não tô conseguindo trabalho e preciso muito. (Informação verbal, novembro de 2018).

Outros desses jovens camponeses por meio da mobilidade vendem anualmente, junto com outras pessoas de sua comunidade ou dos povoados vizinhos, sua força de trabalho na colheita do café[1] nas fazendas do agronegócio nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, saindo de suas comunidades para trabalharem nessas fazendas entre aproximadamente quatro e cinco meses, ajuntando quantias para se manterem durante todo o ano, para ajudarem seus familiares em casa, adquirirem um transporte (na maioria motocicletas), roupas, calçados, ou utilizarem seu dinheiro com despesas que venham surgir durante o período em que não se encontram condicionados a serem móveis, ao tempo em que:

> Sem registro formal os jovens sujeitam-se a baixos salários e estão disponíveis aos

[1] Destaca-se que diante da tecnificação dos instrumentos produtivos do agronegócio para a garantia da extração de renda e lucro, a produção e a produtividade do trabalho se tornam inevitáveis, fazendo com que aconteça uma diminuição dos postos de trabalho a estes camponeses, bem como o rebaixamento dos seus salários e a degradação cada vez maior de suas vidas.

> interesses do lucro. Tornam-se inclusos para serem excluídos do mundo do trabalho. A perda dos direitos trabalhistas e o crescente desemprego favorecem a desrealização do ser na condição de sujeitos asujeitados ao capital, aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário, submetendo-se à racionalidade do capital e à lógica do mercado. Na situação de itinerantes tornam-se andarilhos, indo onde tem trabalho e retornando para o campo quando acaba. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 95).

No que tange as questões conjunturais, observamos pelos fatos vividos e apontados pelos jovens camponeses que várias situações conflitantes como a violência, o machismo, o preconceito, uso e circulação exacerbada de drogas ilícitas, furtos, abuso sexual, dentre outros graves problemas que são uma realidade, não somente nos espaços da cidade, pois também perpassam por entre os espaços camponeses, cabendo ressaltar que este contexto muitas vezes não é tão explícito como o cotidiano do urbano, mas que por vezes vem a se reproduzir da mesma forma no campo.

Uma dessas difíceis situações se estabelecem em alguns lares desses jovens, onde os "chefes" de família ainda controlam suas companheiras ao estarem subordinadas as suas vontades e imposições patriarcais e machistas. Davis (2016) assevera que na divisão sexual do trabalho, o homem historicamente enxerga a mulher como sua primeira propriedade, e a priva de sua liberdade social quando a ameaça, a submete aos seus caprichos, seu orgulho, seu comportamento tóxico, realidade esta que infelizmente vem permitindo com que casos violentos

contra a mulher ainda ocorram diariamente no mundo e, de igual modo, no espaço agrário.

Os jovens camponeses deste diálogo entendem[2], na sua maioria, que conforme as desigualdades vão se perpetuando e se tornando enraizadas na realidade concreta, mais difícil se torna superá-las. Diante desse cenário perverso, muitos deles defendem que é preciso combatê-lo com novas maneiras de viver em sociedade, pautadas pela unidade do respeito à diversidade e as diferenças de gênero, de cor, de orientação sexual, entre outras anseios; do mesmo modo com a busca pela equidade no acesso à terra, aos instrumentos produtivos, a garantia de um trabalho que não venha a comprometer sua saúde, entre outras demandas necessárias, à medida que estes sujeitos entendem a dimensão educacional enquanto uma alternativa concreta de transformação do contexto caótico que vivem na atualidade.

Sobre a educação e seus estudos, os jovens camponeses em questão elucidam que mesmo enfrentando os percalços do dia-a-dia, buscam a escola para um diferencial em suas vidas, seja no que se refere a agregarem conhecimento e o vincularem ao cotidiano do trabalho produzido no campo, ao avançarem de um nível a outro de ensino, possibilitando-os a galgarem uma formação em nível superior, e pelo fato de ser possível atingir

[2] Mesmo que poucos destes jovens, direta ou indiretamente, diante de um pensamento conservador, retrógrado e de ódio que se impõe de maneira estrutural nos entremeios das relações sociais de classe no campo acabam por ainda defenderem, por exemplo, uma pessoa ser "objeto" explorado para o uso de outra, seja no contexto de trabalho, nos relacionamentos afetivos etc.

um determinado patamar de formação escolar compreendem que podem, na mesma proporção, amadurecer suas intenções profissionais.

Estas pretensões são alvo de exceções entre eles, uma vez que alguns destes jovens do campo frequentam a escola na intenção de terminarem o quanto antes seus estudos, e pretendem cursar até o ensino médio para se inserirem mais rapidamente no mercado de trabalho, algo que muitas vezes não acontece como esperam.

Dentre estes jovens camponeses que se encontravam na mobilidade do trabalho temporário, os percursos escolares foram mais difíceis de serem completados, pois ao interromperem por um tempo seus estudos e tentarem recuperá-los nos últimos meses do ano com o seu retorno à escola acabou comprometendo a aprendizagem dos mesmos, visto que poucos conseguiram finalizar seu período letivo.

Nesta conjuntura, suas expectativas em âmbito escolar vão de encontro a suas vidas cada vez mais imersas na problemática da precarização do trabalho em sua forma desumanizada provocada pela exploração do sistema econômico vigente. Todavia, o propósito de resistência social pela via educacional não foge das intencionalidades desses jovens camponeses, sendo o deslocamento destes sujeitos de casa para a escola – num extenso percurso que alguns deles fazem de ônibus por até cinquenta quilômetros em estradas de terra – um exemplo concreto do esforço traçado em suas vidas,

haja vista que, mediante a fala de uma jovem estudante camponesa:

> É complicado e cansativo, por exemplo, enfrenta a estrada de chão de segunda a sexta, mas sabendo que queremos um futuro melhor pra gente, vamos trilhando essa 'caminhada' pra escola. Temos bastante dificuldades, pois alguns de nós aqui já são mães e pais de família e tem responsabilidade não só com as tarefa da escola, mais de também cuidar de nossos filhos, de levar o pão de cada dia pra casa, de ter os problema coletivo do nosso povoado [...] mais adiante, no fim do túneo, vejo que um dia vamos vencer, e reconheço que os estudos contribui muito pra chegarmos lá. (Informação verbal, janeiro de 2019).

Ao seguirem na busca por uma outra sociedade, alguns destes jovens estão ainda, mesmo diante do contexto de criminalização e resfriamento da luta camponesa, fincados nas trincheiras da resistência pela permanência na terra e pela reprodução do trabalho camponês juntamente com seus familiares e demais pessoas da comunidade articulados nos movimentos sociais.

Oliveira, Sampaio e Alencar (2013, p. 124) ressaltam que os jovens do campo precisam ocupar estes espaços, tanto de formação escolar quanto política para contribuírem ativamente com as mobilizações de luta camponesa haja vista que, conforme os autores, este processo se estabelece com embasamentos científicos, políticos, sociais e culturais, mediados tanto por especialistas quanto pelos demais integrantes dos movimentos do campo.

Coadunados a este direcionamento, entre os jovens camponeses que dialogaram conosco uns salientaram que participam das discussões e ações promovidas pelas associações dos povoados em que residem, contando com o apoio de organizações sociais a exemplo do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), e ao comporem, entre outros, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Colocam que encontram nessas mobilizações a busca por melhorias para eles e aos demais sujeitos do campo seja na produção agrícola contextualizada com o semiárido, na segurança e soberania alimentar, na geração de renda familiar e comunitária, e a relevância de se organizarem politicamente e traçarem estratégias frente as determinações exploratórias e expropriatórias do atual modo de produção nos seus territórios.

Considerações finais

As reflexões levantadas e tensionadas ao longo deste artigo nos permitem enxergar a produção contraditória dos espaços camponeses diante do caráter crítico das formas contemporâneas de sociabilidade que vão sendo paulatinamente sucumbidas, de maneira reificante e alienada, pelas imposições do sistema capitalista, tendo no poder das classes dominantes a sua materialização perversa para a extração do valor, à medida em que no atendimento dos seus objetivos, de forma ideológica e/ou repressiva atenta contra os

sujeitos que tem o campo como *lócus* de reprodução da vida e do trabalho.

Buscamos, de modo panorâmico, desvelar as particularidades desse processo partindo da realidade de jovens camponeses do município de Anagé, que têm na trajetória de suas vidas vínculos com a unidade dialética das relações sociais, e se reproduzem – ainda que com dificuldades – por meio do cotidiano do trabalho, da educação e da resistência, sendo que alguns deles, indo de encontro à configuração desigual do atual sistema capitalista, se organizam – mesmo diante dos dilemas cada vez maiores de realização da luta pela terra – nos movimentos sociais camponeses no fomento pela perpetuação histórica e social das suas trincheiras territoriais.

Destarte, torna-se plausível avançarmos a respeito das variadas situações que se estabelecem no campo e na totalidade das relações sociais mundializadas, confluenciando ideias, escritos e ações concretas no intento de sistematizarmos, sob a inspiração da força e vitalidade da juventude, uma realidade que não seja tão desigual, degradante e desumana quanto a que está posta no presente. Nisso, não podemos perder de vista o questionamento e a superação do atual sistema de produção para atingirmos em plenitude a emancipação humana e uma outra forma de sociabilidade.

Referências

BENINI, Luciano; FELICIANO, Carlos Alberto. Entre o campo e a cidade: reflexões sobre o espaço da juventude camponesa. *Pegada,* Presidente Prudente, v. 17, n. 2, p. 208-225, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial.* 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. *Okara: Geografia em debate,* João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 77-100, 2007.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe.* Tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação,* Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. 3ª ed. Tradução: Ênio Guterres; Horácio Martins de Carvalho. *Sobre a evolução do conceito de campesinato.* São Paulo: Expressão Popular; Brasília: Via Campesina do Brasil, 2005.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço.* São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política.* Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos Homens:* Trabalho e ser social. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Cultura jovem, mídias e escola: o que muda no trabalho dos professores? *Educativa,* Goiânia, v. 9, n. 1, p. 25-46, 2006.

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra.* 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, Karl. *O capital:* crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, v. 1, t. 1, 1996.

MENEZES, Priscylla Karoline de. *Ser jovem, ser estudante, ser do campo:* a concepção de rural e urbano para jovens estudantes de escolas públicas das cidades de Goiânia e Trindade. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014. 144 p.

MENEZES, Sócrates Oliveira. A dialética do trabalho e a autocrítica geográfica. In: SOUZA, S. T.; SANTOS, J. R. D.; MENEZES, S. O. *Trabalho, mobilidade e produção do espaço na relação campo-cidade.* Vitória da Conquista: Edições UESB, p. 18-38, 2020.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital.* 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um "outro" geográfico. *Terra Brasilis,* Rio de Janeiro, v. 4-5, p. 1-8, 2003.

OLIVEIRA, Alexandra Maria; SAMPAIO, José Levi Furtado; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Diálogo e compromisso social: um percurso com jovens do campo. *Revista do Departamento de Geografia,* São Paulo, v. 26, p. 118-131, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das lutas no campo.* São Paulo: Contexto, 1994.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. Trabalho e História do pensamento geográfico nos meandros da Geografia Crítica. *Geopauta,* Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 19-36, 2017.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço:* Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação,* Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SILVA, Alcinéia de Souza. Juventudes e movimentos sociais no Brasil: fenômenos de interesse da Geografia escolar. *Élisée,* Porangatu, v. 7, n. 1, p. 53-69, 2018.

VENDRAMINI, Célia Regina. Jovens migrantes diante do desafio de trabalhar e estudar. *Contrapontos,* Itajaí, v. 17, n. 3, 2017.

Submetido em: 10 de agosto de 2021.

Devolvido para revisão em: 13 de outubro de 2021.

Aprovado em: 9 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, G. M. Trabalho, educação e resistência na reprodução da vida de jovens camponeses em Anagé-BA. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 621-648, Jan.-Jun./2021.

O PROCESSO DE PATOGENIZAÇÃO ESPACIAL REFERENTE AO USO DE AGROTÓXICOS NO ESPÍRITO SANTO

THE SPACE PATHOGENIZATION PROCESS REGARDING THE USE OF PESTICIDES IN ESPÍRITO SANTO

EL PROCESO DE PATOGENIZACIÓN ESPACIAL DEL USO DE AGROTÓXICOS EM ESPÍRITO SANTO

Paulo Cesar Aguiar Junior

ola Nacional de Saúde Pública (ENSP)

-mail: aguiar.paulocesar@gmail.com

Resumo:
O presente artigo fundamenta-se na representação do fenômeno epidemiológico em suas manifestações externas (intoxicações e mortes por agrotóxico) como eixo para denunciar o processo de patogenização espacial referente ao uso de agrotóxicos no Espírito Santo. Para tanto, adota-se os pressupostos teórico metodológicos da vertente crítica da Geografia e da Epidemiologia, como referencial para se analisar os principais princípios ativos e grupos químicos, frequentemente vinculados aos adoecimentos, bem como seus perigos à saúde humana. Segundo dados do Toxcen (2007-2014), verifica-se um total de 5165 casos notificados de intoxicação por agrotóxico no estado, os quais se ligam principalmente aos ingredientes ativos aldicarb – interferente endócrino e glifosato – provável cancerígeno, responsáveis por aproximadamente 50% do total de notificações.

Palavras-chave: agrotóxicos, patogenização espacial, Espírito Santo.

Abstract:
This article is based on the representation of the epidemiological phenomenon in its external manifestations (intoxications and deaths caused by pesticides) as an axis to denounce the process of spatial pathogenization related to the use of pesticides in Espírito Santo. Therefore, the theoretical-methodological assumptions of the critical strand of Geography and Epidemiology are adopted as a reference to analyze the main active principles and chemical groups, often linked to illnesses, as well as their dangers to human health. According to data from Toxcen (2007-2014), there is a total of 5165 reported cases of pesticide poisoning in the state, which bind mainly to the active ingredients aldicarb – endocrine disruptor and glyphosate – probable carcinogen, responsible for approximately 50% of the total notifications.
Keywords: pesticides, spatial pathogenization, Espírito Santo.

Resumen
Este artículo se basa en la representación del fenómeno epidemiológico en sus manifestaciones externas (intoxicaciones y muertes por agrotóxico) como eje para denunciar el proceso de patogenización espacial relacionado con el uso de agrotóxicos en Espírito Santo. Por tanto, se adoptan los supuestos teórico-metodológicos de la vertiente crítica de Geografía y Epidemiología como referencia para analizar los principales principios activos y grupos químicos, a menudo conectado a enfermedades, así como sus peligros para la salud humana. Según datos de Toxcen (2007-2014), hay un total de 5165 casos reportados de intoxicación por agrotóxicos en estado, los cuales se unen principalmente a los principios activos aldicarb - disruptor endocrino y glifosato - probable carcinógeno, responsables de aproximadamente el 50% de las notificaciones totales.
Palabras clave: agrotóxicos, patogenización espacial, Espírito Santo.

Introdução[1]

Os pressupostos básicos que legitimam o presente estudo tornam-se notórios diante da atual conjuntura sociopolítica e de saúde com a qual a sociedade mundial se defronta. A situação pandêmica presente, referente ao vírus SARS-CoV-2 (COVID-19), chama atenção para o processo saúde-doença em sua formulação sócio-histórica.

Esse cenário explicita as estarrecedoras contradições do agronegócio brasileiro, impulsionado por uma política de desmonte do aparato regulatório existente, em âmbito ambiental e de saúde pública. O atual governo, recorrendo ao discurso da eficiência e da desburocratização, intensifica a autorização de registro de números exorbitantes de agrotóxicos (PEREIRA; COCA; ORIGUÉLA, 2021).

Desse modo, o espaço geográfico se apresenta como um potente provocador reflexivo, sobretudo na interface entre geografia e saúde, uma vez que pensar o processo saúde doença, na perspectiva crítica, significa analisar a vinculação íntima entre a organização da sociedade capitalista e a manifestação de processos patológicos.

Os fatos e dados que serão tratados a seguir, conhecidos desde o local ao global, conferem visibilidade ao *fumus boni iuris*[2] (fumaça do bom direito), em linguagem coloquial corresponde à expressão "onde há fumaça, há fogo", e alertam para o *periculum in mora* (perigo da demora) quanto a não adoção de medidas precaucionais diante de uma geografia desigual dos proveitos e

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) - Edital FAPES nº 10/2020 - PROCAP DOUTORADO 2021.

[2] https://dicionariodireito.com.br/periculum-in-mora-e-fumus-boni-iuris

rejeitos do agronegócio, que dispõe do agrotóxico como um de seus elementos. Como nas palavras de Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), a modernização, representada aqui pelo agronegócio, é essencialmente colonização, e isso traz a dimensão de uma completa transformação das relações de poder por meio da tecnologia.

A palavra agrotóxico guarda em seu âmago as chaves para a explicação de sua consolidação empírica. Seu fundamento de ser tóxico expõe sua propriedade biocida, ou seja, aquilo que age de modo a envenenar, prejudicar e/ou matar um organismo vivo. Dessa maneira, apresenta-se claro que os agrotóxicos, ainda que sua nomenclatura seja transfigurada (pesticida, praguicida, agroquímico, defensivo agrícola, produto fitossanitário), estão inerentemente conectados a situações perigosas, em que a existência ou integridade de qualquer ser vivo, ambiente ou coisa, acaba ameaçada.

Raquel Carson (2010), em 1962 ao escrever seu célebre livro "A primavera silenciosa" declarou que com a modernidade todo ser humano passa a estar sujeito ao contato com essas substâncias perigosas, desde seu nascimento até sua morte. Sendo assim, o conceito de perigo conecta-se originalmente ao objeto deste estudo, em maior ou menor grau em função de um conjunto de características socioambientais.

Diversos eventos de magnitude considerável demonstraram o perigo ligado aos agrotóxicos. No Brasil, como apresentado pelos autores do "Dossiê Abrasco: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde" (CARNEIRO et al. 2015), pode-se citar: o estudo epidemiológico da população do Baixo Jaguaribe, no Ceará, que constatou intoxicação humana em decorrência da poliexposição

a agrotóxicos encontrados na água; A chuva de agrotóxicos no Mato Grosso, em virtude do dessecamento de soja através de pulverização aérea de paraquate, que atingiu a zona urbana da cidade de Lucas do Rio Verde, em 2006, e gerou um surto de intoxicações. Além de um estudo da UFMT, nesse mesmo município, onde foi constatada a presença de agrotóxicos no leite materno de 62 lactantes que participaram da pesquisa.

As reflexões aqui aportadas remetem-se, especificamente, a esses problemas e seus agravos. Provocam diversas áreas do conhecimento, sujeitos, organizações e instituições, inclusive a Geografia, a estudá-los profundamente.

Apesar de não ser uma problemática nova, as interrogações relacionadas aos perigos dos agrotóxicos se sobressaem, na atualidade, devido à conjuntura política e suas conexões com o contexto socioambiental, numa verdadeira revelação espaço patogênica.

Refletir-se-á sobre a morte, o adoecimento, o sofrimento, sob as lentes daquilo que munido da pele de cordeiro se passa por indispensável. Metaforicamente, o lobo tem nome, e se chama agronegócio!

Em face do exposto, evidencia-se a gravidade da questão e a imprescindibilidade da divulgação das informações presentes no artigo para que se possa avançar na compreensão efetiva das intoxicações e mortes por agrotóxico, no Brasil.

Aspectos metodológicos

As fontes que inspiraram a metodologia deste estudo advêm de uma metamorfose das sinalizações reflexivas de George (1972),

em “Os métodos da Geografia” e de Bombardi (2017), em “Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia”, bem como das elaborações no campo da epidemiologia crítica com Breilh (1991), em seu livro “Epidemiologia: Economia, política e saúde” e os escritos sobre “agrotóxico”, vinculados à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em especial, os disponíveis em seus Dossiês “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” parte 1 – “Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde” e parte 2 – “Agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade” (2012), “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” (2015) e “Contra o pacote do veneno e em defesa da vida!” (2021).

Primeiramente, cabe reforçar a compreensão de que a Geografia enquanto ciência das conexões assume uma forma relacional, como bem assinalado por George (1972). Desse modo, os estudos nessa ordem requerem para sua realização um olhar metodológico diverso.

Nessa perspectiva, o presente estudo buscou suporte metodológico na interface entre as ciências geográficas e da saúde, sobretudo na área da epidemiologia crítica, sem prescindir da “maneira geográfica de confrontar os resultados das pesquisas exteriores e de procurar fazer com que apareçam os sistemas de inter-relações entre esses dados, num meio definido no espaço e por seus próprios caracteres” como elucida George (1972, p. 35).

Essa perspectiva geográfica de análise permitiu pensar sobre as intoxicações por agrotóxico desde a totalidade espacial, na qual o dado é subjacente, para se projetar como as condições de ocorrência das intoxicações foram criadas.

O adoecimento, nesse caso, como dado quantitativo, forneceu a possibilidade de se refletir sobre algumas conexões espaciais, base para o estudo geoestatístico comparativo da prevalência do processo de adoecimento nas escalas municipal e microrregional, o que se colocou como uma provocação e um desafio.

Importante ressaltar que a direção assumida parte do pressuposto de que a saúde é um direito individual e coletivo universal, para tanto, entendida em sua totalidade complexa, multifacetada, concatenada e contraditória, que abarca a garantia de outros direitos, dependentes e determinantes dos modos de vida (BREILH, 1991).

Para apresentação dos resultados, recorreu-se a cartografia e a estatística e, com apoio das ferramentas "Sistema de Informações Geográficas de Código Aberto (QGIS[3])" e "LibreOficce Calc", buscou-se captar, tratar, cruzar, sobrepor e espacializar os dados referentes ao objeto e algumas de suas diversas conexões. Posto que a mutabilidade do objeto exige a continuidade e aprofundamento dos estudos, evidencia-se a ampliação das possibilidades de combinar análises e revelar desfechos inéditos.

Desse modo, os dados do Centro de Atendimento Toxicológico do Espírito Santo (Toxcen), atual Centro de Informação e Assistência Toxicológica (CIATox)[4], utilizados como referência para elaboração do artigo, foram tratados, de modo a excluir as duplicatas e padronizar a nomenclatura das variáveis, a fim de elaborar os mapas, gráficos e tabelas dispostos ao longo do artigo.

[3] https://www.qgis.org/pt_BR/site/about/index.html

[4] Portaria nº 1.678, de 2 de outubro de 2015.

Trata-se, portanto, de um estudo que utilizou como base analítica o banco secundário de dados do Toxcen que contêm resultados dos casos notificados de intoxicação por agrotóxico, no Espírito Santo, de 2007 a 2014.

Dessa fonte de dados, foi utilizado um conjunto de variáveis referentes às notificações de intoxicação por agrotóxico, a saber: município, princípio ativo, grupo químico, ano, sexo, idade, evolução clínica, circunstância, zona (rural e urbana), local, agente e tipo da exposição. Dessa maneira, foram calculadas as frequências absoluta e relativa das notificações de intoxicação, na escala municipal e microrregional, e cruzada com as informações referentes às variáveis citadas.

A variável faixa etária foi estratificada conforme o trabalho de Bombardi (2017), no qual as crianças abarcaram a faixa de 0 a 14 anos, os adolescentes de 15 a 19 anos, os adultos de 20 a 39 anos e 40 a 59 anos, e os idosos definidos como aqueles com idade acima de 59 anos. Essa distribuição permitiu avaliar a incidência das intoxicações e sua particularidade para os referidos grupos, sendo que foi dada ênfase ao grupo das crianças.

A frequência relativa foi aferida mediante a quantidade de casos notificados de intoxicação por agrotóxico nos municípios e microrregiões, de 2007 a 2014, dividida pela população dos mesmos e multiplicada por 100.000 habitantes. Assim, optou-se por esse valor agregado (total de casos de 2007 a 2014), para servir de parâmetro comparativo com os dados utilizados por Bombardi (2017) em seu estudo.

Os dados para base de cálculo da relação quilograma/hectare foram obtidos através do Sindicato Nacional da Indústria de

Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG, 2016), para quantidade de agrotóxico utilizado e, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), para área agrícola dos estabelecimentos. Sendo assim, considerou-se que cada tonelada de agrotóxico equivale a 1000 kg. Desse modo, dividiu-se a quantidade total em quilograma pela área dos estabelecimentos em hectare, chegando ao quantitativo da relação agrotóxico-Kg/área-hectare.

As informações sobre prevalência das intoxicações em áreas urbanas ou rurais foram adquiridas mediante cálculo dos coeficientes de incidência, representado pelo produto da quantidade de casos de intoxicação por agrotóxico de uso agrícola dividido pela população rural/urbana (IBGE, 2010) e multiplicado por 100.000 habitantes. Assim como o coeficiente de mortalidade foi calculado por meio da relação entre o total de óbitos decorrentes do uso de agrotóxicos, 2007 a 2014, no Espírito Santo, dividido pela população do estado segundo o censo demográfico do IBGE (2010).

Nesse contexto, buscou-se apresentar as informações levantadas na forma de mapas, gráficos e tabelas.

Os produtos mapas foram: "2: Espírito Santo - frequência absoluta e relativa das intoxicações por agrotóxico segundo microrregião e "3: Espírito Santo - frequência absoluta e relativa das intoxicações por agrotóxico segundo município".

Enquanto os gráficos abarcaram "1: frequência absoluta de casos notificados de intoxicação por agrotóxico de uso agrícola", "2: frequência absoluta de casos notificados de óbitos por agrotóxico", "3: frequência absoluta de casos notificados de tentativa de suicídio com agrotóxico", "4: frequência absoluta de casos notificados de intoxicação de bebês e crianças por agrotóxico, "5: frequência

absoluta e relativa de casos notificados de intoxicação por agrotóxico segundo princípio ativo, "6: frequência absoluta e relativa de casos notificados de intoxicação por agrotóxico segundo grupo químico". Dessa maneira, convém ressaltar que para a elaboração dos gráficos 5 e 6 não foram computados 154 casos de intoxicação em que as variáveis princípio ativo e grupo químico não foram preenchidas. Desse modo, contabilizou-se um total de 5011 casos como base de cálculo.

As tabelas demonstraram, "1: comparativo entre consumo de agrotóxico, pessoal ocupado, área dos estabelecimentos e intoxicação por agrotóxico, "2: principais agrotóxicos responsáveis por intoxicações nos municípios polos de suas microrregiões", "3: principais agrotóxicos responsáveis por intoxicações nas microrregiões do Espírito Santo".

Os produtos elaborados, em conjunto, acompanhados das análises consumadas, procuraram denunciar o processo de patogenização espacial referente ao uso de agrotóxicos no estado do Espírito Santo, de 2007 a 2014.

O Espírito Santo como arquétipo: um estímulo à interpretação da realidade patogênica do Brasil

É certo que muito se deve percorrer, poder público, academia, movimentos populares e demais entidades vinculadas ao setor ambiental e de saúde, na direção de uma apreensão real da problemática que envolve o objeto de estudo desse artigo. Nesse sentido, o Espírito Santo desponta como referência para que se avance na compreensão efetiva da abrangência das intoxicações e mortes por agrotóxico em todo território nacional.

No estado do Espírito Santo, de 2007 a 2014, segundo dados do Toxcen, verifica-se um total de 5165 casos notificados de intoxicação por agrotóxico. Desses, 0,2% foram relacionados a substâncias utilizadas na saúde pública, 6,8% no uso doméstico, e 93% no agrícola.

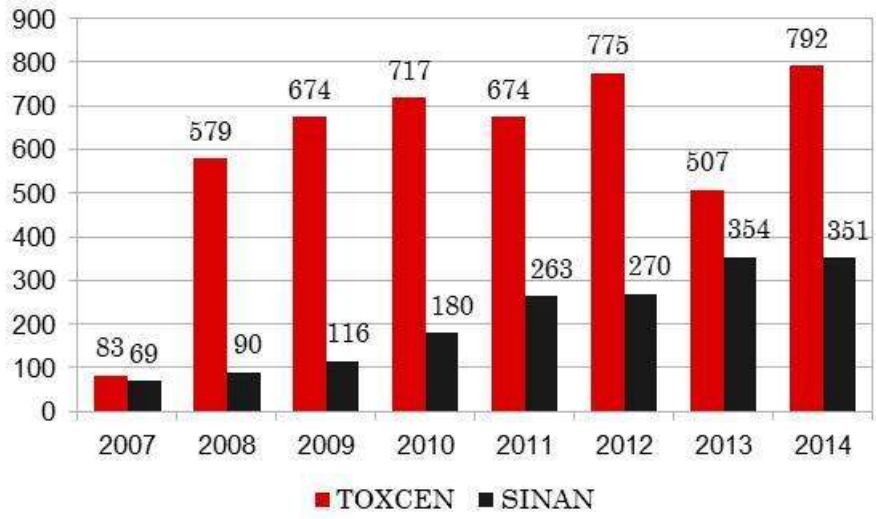
Comparando tais dados com as já alarmantes informações sobre intoxicações e mortes por uso de agrotóxico divulgadas por Bombardi (2017), em sua tese de pós-doutorado intitulada, "A Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia" e estudo "Geografia da assimetria: o ciclo vicioso de pesticidas e colonialismo na relação comercial entre o Mercosul e a União Europeia", referência para esta pesquisa, parece não ser exagero supor que o que se apresenta é um crime contra a saúde pública.

A referida autora utiliza dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), para aferir o quantitativo de casos notificados de intoxicação por agrotóxico de uso agrícola no Brasil. Esses dados foram espacializados em mapas qualitativos e quantitativos após tratamento, a fim de compor o atlas do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia. Dentre os quais, fazem parte mapas de frequências absolutas e relativas, referentes aos casos notificados de intoxicações, segundo circunstância, faixa etária, sexo, evolução, ocupacional, tipo, entre outros.

Nessa perspectiva, quando se toma como referência os dados do Toxcen, que é vinculado à Secretária de Estado da Saúde do Espírito Santo (Sesa), desponta a pertinência e urgência do presente artigo, uma vez que há profunda discrepância entre as informações

obtidas pela referida fonte e as disponibilizadas pelo Sinan, atingindo a proporção aproximada de 3 para 1. Isso significa que enquanto o Toxcen notificou uma frequência absoluta de 4801 casos de intoxicação por agrotóxico de uso agrícola, no Espírito Santo, o Sinan apresentou apenas 1693 para o mesmo período, conforme gráfico 1 comparativo das intoxicações notificadas pelo Sinan e Toxcen.

Gráfico 1: Frequência absoluta de casos notificados de intoxicação por agrotóxico de uso agrícola Espírito Santo (2007 2014)



Fonte : Autor (org.), 2021, base de dados Toxcen (2007 – 2014) e Sinan (2007 – 2014).

Sabe-se que no período de 2005 a 2013, vigorou no estado o projeto busca ativa como mecanismo de apreensão de dados sobre intoxicações. Essa ferramenta de vigilância dos agravos de intoxicação consistia em cruzar as informações do Sinan com as do

Toxcen, além de utilizar da investigação direta (consulta aos prontuários médicos) para reduzir as subnotificações. Como resultado, o quantitativo de intoxicações apresentou números expressivos, de 2005 a 2013, período em que a busca ativa esteve em vigor. Com base no exposto e nas informações de Itho et al. (2012), é possível sinalizar a busca ativa como um fator explicativo da discrepância entre os dados do Sinan e do Toxcen, referente ao Espírito Santo.

A importância do estado como arquétipo nacional notabiliza-se quando em comparação com estados como Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, que estão entre os maiores produtores de soja, milho e cana de açúcar, cultivos que consomem um total de 72% dos agrotóxicos comercializados em todo território nacional. Com destaque para a soja que sozinha engloba 52%, além de estarem entre os estados que mais possuem pessoas ocupadas em atividades agrícolas e com as maiores quantidades de toneladas de agrotóxicos utilizadas na agricultura (BOMBARDI, 2017).

Nessa lógica, considerando que há uma equivalência quanto ao cumprimento das normas de segurança e uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) em território nacional, a suposição patente seria de que quanto maior o consumo de agrotóxico e quanto mais pessoas atuando diretamente nas atividades agrícolas, maior seria o quantitativo dessas intoxicações, ainda que haja distinção nas técnicas de aplicação (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007). Todavia, adotando os dados do Toxcen, o Espírito Santo desponta como emblemático, visto que mesmo utilizando quantidades expressivamente inferiores de agrotóxicos e empregando um número

consideravelmente menor de pessoas, em comparação com a maior parte dos estados citados, destaca-se em 2° no ranking de intoxicações. Como se pode aferir na tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Comparativo entre consumo de agrotóxico, pessoal ocupado, área dos estabelecimentos e intoxicação por agrotóxico;

	Quilograma de agrotóxico utilizado por ano (média)	Área dos estabelecimentos agrícolas (ha)	Pessoal ocupado nas atividades agrícolas	Relação agrotóxico/área(Kg/ha)	Intoxicações por agrotóxico agrícola (2007 - 2014) comparativo Toxcen para ES e Sinan demais estados
Espírito Santo (ES)	6706000	3246763	357258	2,1	4801 (2°)
São Paulo (SP)	110774000	16512145	833195	6,7	3228 (4°)
Minas Gerais (MG)	69626000	38168688	1836353	1,8	3431 (3°)
Rio Grande do Sul (RS)	92697000	21684558	992413	4,3	815 (6°)
Paraná (PR)	112955000	14741967	846642	7,7	4975 (1°)
Goiás (GO)	90090000	26275245	490612	3,4	1480 (5°)
Mato Grosso do Sul (MS)	51534000	30549179	254971	1,7	543 (8°)
Mato Grosso (MT)	191439000	54922850	422453	3,5	777 (7°)

Fonte : Autor (org.), 2021, base de dados SINDIVEG (2016), IBGE (2017), Sinan e Toxcen (2007 a 2014).

Para ficar mais nítido, enquanto no Espírito Santo utilizou-se 6.706.000 Kg de agrotóxico (SINDIVEG, 2016) e empregou-se 357.258 pessoas (IBGE, 2017), os estados citados utilizaram em média um quantitativo de 8 a 13 vezes maior, de modo que, em comparação com Mato Grosso, essa discrepância chega a ser de quase 29 vezes. Em relação à mão de obra utilizada nas atividades agrícolas, todos os referidos estados empregam um maior número de trabalhadores, exceto Mato Grosso do Sul.

Situação que pode também ser analisada sob o prisma da relação entre consumo de agrotóxico e área dos estabelecimentos agrícolas, onde se percebe que o Espírito Santo encontra-se entre aqueles que fazem uso dos menores montantes (Kg/ha).

Logicamente, as variáveis consumo total (Kg) e relativo (Kg/ha), relacionado ao número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas são essenciais para que uma região desponte com alto quantitativo de casos de intoxicação por agrotóxico (LARA et al., 2019).

Se assim for, pode-se aplicar a proporção da diferença entre os dados do Toxcen e do Sinan, verificada para o caso capixaba, também para os demais estados, para então aproximar as medidas de sua realidade, ainda que as variações quanto às particularidades de cada estado e região sejam largas. O que se pretende com isso é denunciar ao poder público, em suas diversas esferas e responsabilidades, algo que não pode mais ficar minimizado.

Aplicada a referida proporção, apresentar-se-á um panorama caótico, evidenciando um verdadeiro escândalo de saúde pública, com um total de cerca de 80 mil casos de intoxicações, entre 2007 e 2014, no Brasil. Com destaque para os estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo que alcançariam cifras aproximadas de 15.000 e 10.000 casos, respectivamente.

Inversamente, estados com dados (notificações) ínfimos de intoxicação, mesmo que apresentem intenso consumo de agrotóxico e grande quantitativo de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, continuarão discrepantes, ainda que aplicada a regra da proporcionalidade. Como se sucede com os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que estão entre os maiores produtores de soja,

cana de açúcar e milho, valendo-se para isso de um total de cerca de 243.000.000 Kg anuais de agrotóxico e empregando 677.424 pessoas, o correspondente a cerca de 359 Kg de agrotóxico por pessoa. Contudo, esses estados apresentaram, na devida ordem, apenas 777 e 543 casos notificados de intoxicação por agrotóxico de uso agrícola, em 8 anos.

Além disso, deve-se considerar para o contexto acima as particularidades das monoculturas da soja e do milho, como sistema produtivo dominante nos estados citados. Para alcançar as altas taxas de produtividade por hectare, valem-se de um regime de intensiva utilização de insumos externos[5] em grandes extensões de terras. Empregando, para tanto, sementes transgênicas que permitem o incremento no consumo de agrotóxico[6] (CARNEIRO et al., 2015). Os cultivos transgênicos abarcam, no Brasil, cerca de 96,5% da soja e 88,4% do milho, correspondendo a uma área aproximada de 48,4 milhões de hectares, boa parte desses cultivos tolerantes ao glifosato, princípio ativo mais comercializado em todo território nacional (BOMBARDI, 2017).

De modo oposto, em território capixaba faz-se uso de uma média de 6.706.000 Kg de agrotóxico por ano, empregando cerca de 357.258, equivalente a cerca de 19 Kg por pessoa e, ainda assim, os dados de intoxicação se apresentam mais robustos.

Nessa perspectiva, compreende-se que para aferir a real situação epidemiológica dos estados brasileiros é necessário

[5] O termo se refere a um conjunto de objetos adquiridos no mercado e utilizados no processo produtivo, como o trabalho assalariado, o maquinário agrícola, os fertilizantes químicos e os agrotóxicos.

[6] Sobre o assunto ler artigo "Uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos no Brasil: cultivando perigos" de Almeida et al. (2017).

interpelar sobre as inter-relações entre salubridade ambiental[7] e saúde, o que indica um possível universo de intoxicações subnotificadas, bem como de processos patológicos crônicos que ficam à margem das estatísticas oficiais.

A comparação entre os dados do Toxcen sobre casos notificados de intoxicação por agrotóxico, no Espírito Santo, com os obtidos através do Sinan para os estados do território brasileiro em geral, sugere um cenário de excessivas subnotificações, que mascaram os dados, negligenciando o teor da situação.

De modo mais incisivo, com base ainda em estudos que demonstram que para cada caso notificado existem outros 50 não notificados (BOCNHER, 2007), somados aos amplos custos das intoxicações para o Sistema Único de Saúde (SUS) (SOARES e PORTO, 2012) e aos adoecimentos crônicos (SOARES, 2010), tudo aponta para um possível quadro ainda mais nefasto.

Tal verificação conduz a um dos questionamentos condutores deste artigo, a saber, quais substâncias (princípio ativo e grupo químico) estão frequentemente vinculadas às intoxicações, no Espírito Santo, bem como, quais são seus perigos à saúde humana?

O uso dos dados do Toxcen como ferramenta para compreensão do processo de patogenização espacial referente ao uso de agrotóxicos no Espírito Santo

[7] Refere-se à capacidade de prevenir ou impedir a ocorrência de doenças veiculadas pelo ambiente, para assim mensurar as condições de saúde e bem estar que das populações (BRASIL, 2004).

O caráter progressivo dos adoecimentos ligados às intoxicações por agrotóxico, como característica espacial preeminente da atualidade, causa profunda preocupação, visto que seguem *ad eternum*, concomitantemente ao avanço da liberação desses produtos. Dessa maneira, o aspecto agudo das intoxicações se sobressai, ainda que muito aquém de sua real dimensão, ao passo que o aspecto crônico se revela subestimado.

Sobre o assunto, os dados sobre as intoxicações por agrotóxico, no Espírito Santo, de 2007 a 2014, demonstram que somente 4,6% do total de casos notificados são referentes às intoxicações crônicas e agudas sobre crônicas[8] (TOCANTINS, 2016).

Novamente, esse panorama aponta para o excessivo número de subnotificações, uma vez que, como alerta Bochner (2007), as intoxicações crônicas certamente são mais numerosas do que as agudas. As subnotificações, nesse sentido, impõem a priori, uma crítica ao aspecto visível das intoxicações, pois absolutizá-lo como medida da realidade seria pressupor o real enquanto fábula. Por conseguinte, deve-se ter clareza que a medida oficial (notificações) abarca somente a "ponta do iceberg", que inevitavelmente leva a um todo ocultado (subnotificações) que assombra concretamente muitas famílias.

Situação agravada pela permissividade da legislação brasileira no que tange os Limites Máximos de Resíduos (LMR) de substâncias tóxicas, admitidas na água e nos gêneros agrícolas. Para o princípio ativo glifosato, no Brasil (BR), em comparação com a

[8] O tipo de exposição aguda sobre crônica refere-se aos casos de intoxicação aguda em que a exposição crônica, ao mesmo agente em determinado tempo, já se fazia presente.

União Europeia (UE), admite-se um limite 10 vezes maior no café (0,1mg/kg UE – 1mg/kg BR), 20 na cana de açúcar (0,05mg/kg UE – 1mg/kg BR), 200 na soja (0,05mg/kg UE – 10mg/kg BR) e 5000 vezes mais resíduos na água potável (0,1mg/kg UE – 500mg/kg BR), como relata Bombardi (2017).

Ademais, a atualidade tem apresentado uma crescente liberalização de novos agrotóxicos. Somente de 2016 a 2020, justamente no período em que se consolidou o golpe político-jurídico-parlamentar-midiático (2016) e posteriormente com o atual governo de Jair Messias Bolsonaro (PL), foram autorizados o registro de 2009 produtos agrotóxicos novos, ao passo que nos 5 anos anteriores, 2010 a 2015, foram liberados para registro pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 815 produtos (FRIEDRICH et al., 2021). Uma média/ano de 401 produtos (2016-2020) contra 163 (2010-2015), segundo dados do Ministério da Agricultura (MAPA).

Cifras que demonstram a força do setor ruralista e empresarial, sobretudo ligado ao circuito global (produção, circulação, comercialização e consumo) dos agrotóxicos, dentro do estado brasileiro (executivo e legislativo). Além disso, esse estado beneficia diretamente o setor através do subvencionamento de seus produtos, com redução do "Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)" em 60% e "Programa de Integração Social (PIS)", "Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)" e "Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)" em 100% para produção e comércio de agrotóxicos (BOMBARDI, 2017).

Os pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Wagner Lopes Soares, Lucas Neves Cunha e Marcelo Firpo de Souza

Porto, publicaram um relatório, em 2020, intitulado "Uma política de incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável", onde demonstram que esses incentivos anualmente reduzem a receita pública em quase 10 bilhões de reais, e agem contraditoriamente de modo a potencializar os danos decorrentes do uso dessas substâncias. Nessa linha, o estudo aponta que o custo social com os agrotóxicos no Brasil pode equivaler ao custo nos EUA, em que se gasta aproximadamente 11,6 bilhões de dólares todo ano, o que corresponderia a um montante de mais de 60 bilhões de reais, considerando o valor atual da moeda norte americana. Essas contas, aparentemente simples, por si, demonstram não haver justificativa razoável para as referidas desonerações.

Considerando que o discurso do combate a fome, ainda nos dias de hoje, utiliza como artifício o mito da necessidade do uso de agrotóxico para a produção de alimento, cabe em primeiro lugar desconstruir essa falácia, uma vez que conforme esclarece Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017), a produção do alimento presente na mesa do povo brasileiro provém, fundamentalmente, da agricultura de base familiar. Em segundo, reforçar a proposição dos referidos pesquisadores, que qualquer subsídio que se preste a essa nobre necessidade se consolide diretamente ao consumo das famílias. Isso configuraria um duplo ganho social; primeiro, com a possível redução do uso de agrotóxicos, uma vez que retirada as isenções o produto terá seu valor comercial elevado e isso fará com que agricultores repensem esse uso. Segundo, presumivelmente, essa redução no uso de agrotóxicos significará redução das intoxicações, consequentemente, dos custos socioambientais com as mesmas. Como resultado e como necessidade imediata apresentará um

quantitativo de recursos possíveis de serem aplicados, por exemplo, na promoção da agricultura de base agroecológica, seja em assistência técnica, aquisição de equipamentos, como também outras linhas de crédito para a produção de alimentos livre de venenos.

O vigor da via química na agricultura brasileira pode ser compreendido por meio da preeminência da bancada ruralista no parlamento, composta por 241 deputados e 39 senadores, defendendo os interesses do agronegócio por meio da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA)[9], juntamente com a atual ministra da agricultura - Tereza Cristina Correa da Costa Dias (DEM) - que já esteve à frente da FPA (FRIEDRICH et al., 2021).

Esse contexto contribui para o crescimento das subnotificações, de modo que a relação de interesses entre governantes, setores do agronegócio, empresariado e latifundiários, conduz a política brasileira para a flexibilização das legislações regulamentares, coadunando assim, com o lapso de informação quantitativa, por conseguinte, qualitativa sobre os agrotóxicos.

Sobre o assunto, Camus (2018), em "A peste", observou com apuro quando disse que os homens acometidos por aquilo que até então desprezavam, se depararam, por sua prepotência, com o flagelo da peste. Como resultado, suas crenças e representações, assim como seu presente, foram colocadas em interrogação, tal como seu futuro em suspensão. Essa condição que "a peste" impõe ao homem provoca a reflexão sobre a sua suposta intocabilidade, que o leva por descuido, fatalmente, ao encontro de seu maior medo, a morte.

[9] Disponível em https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/

Convém dialogar com a provocação de Camus e questionar essa pretensa intocabilidade humana frente ao massivo e indiscriminado uso de agrotóxicos. É disso que se trata o artigo, o custo social e o bônus particularizado – essa assimetria na distribuição dos proveitos e rejeitos do agronegócio é irrefutavelmente inaceitável, principalmente como política de estado. Fere os princípios fundamentais do estado democrático de direito, a saber, II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; visto que ataca o Art. 196. e 225., da constituição federal da república. Como exercer a cidadania plena sem a garantia dos direitos fundamentais? Como viver uma vida digna, uma vez que o ambiente (flora, fauna, água, ar, solo e alimento) apresenta-se potencialmente contaminado?

A constituição federal deixa claro que a saúde é um direito do povo e dever do Estado que deve ser garantida por meio de políticas que procurem minimizar as oportunidades de adoecimento da população, assim como o ambiente ecologicamente equilibrado igualmente é um direito essencial ao exercício da vida sadia. Ora, ao que parece, em virtude de uma série de evidências que ligam os agrotóxicos à contaminação ambiental e à intoxicação humana, as políticas recentes de liberalização desses produtos afrontam a Constituição da República Federativa do Brasil.

Nessa linha de reflexão, percebe-se uma pretensa suavização ou negação do problema que envolve os agrotóxicos, o que assinala para uma vertente da questão, que consiste na individualização do adoecimento e todo ônus por ele gerado. Comumente, há de se considerar que boa parte dos lesados por essas substâncias são aqueles que com elas lidam diretamente,

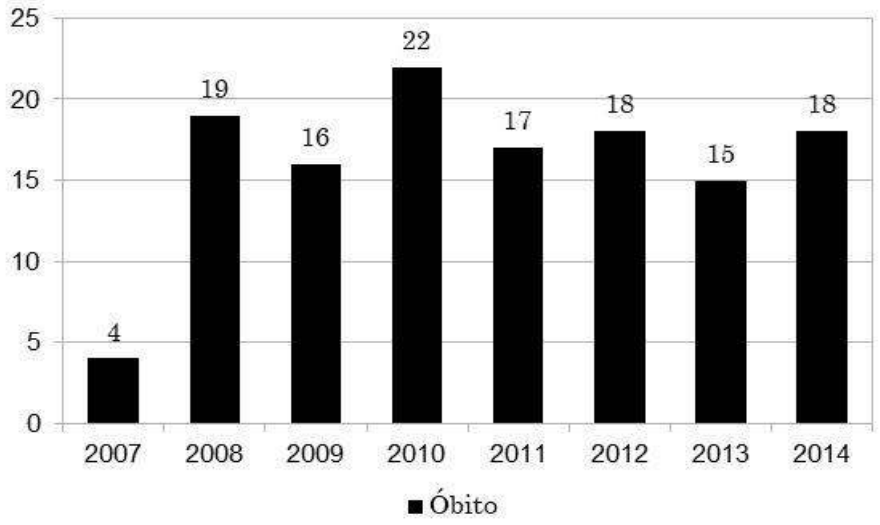
trabalhadores e trabalhadoras, furtados de qualquer ensejo precaucional. Soma-se a isso, uma política explícita que vigorou durante a segunda metade do século XX, no Brasil, que procurou espoliar o agricultor de qualquer saber-fazer distinto ao da dependência de insumos externos (quimificação, principalmente). Certamente, essa é outra característica preeminente na política brasileira – a dependência que se irradia em escalas diversas, assumida como projeto político de governos e governantes.

Paradoxal por um lado, porque expõe a apropriação privada dos proventos ligados a todo circuito dos agrotóxicos em oposição à coletivização dos agravantes socioambientais, compartidos por toda sociedade. Absurdo por outro, em termos camusianos, pois expõe o percurso de criação do mundo, tal como se conhece, contraditório e complexo. Na busca para decifrá-lo, depara-se o homem com sua incompreensão e com sua criação que lhe hostiliza. O espaço, no sentido geográfico, como totalidade, que ao mesmo tempo em que é criado pelo homem, cria-o de modo singular, acaba por desencobrir parte do próprio homem e daquilo que ele busca compreender. Tal a profundidade da ligação entre ambos, homem-espaço, cuja assimilação supostamente possível pós desencobrir, pode levar a uma rejeição visceral do próprio mundo, ao vê-lo como sua imagem e semelhança. Assim, a morte desponta em sua dupla face, de um lado como condição imposta por esse mundo hostil, contraditoriamente criatura e criador, de outro como opção própria em negá-lo, despedindo-se dele.

Dessa maneira, conforme se observa mediante o gráfico 2, os 123 óbitos por agrotóxico no Espírito Santo, de 2007 a 2014, expressam a supracitada primeira face, cujo agrotóxico

compreendido como elemento desse mundo hostil, representa a foice da morte.

Gráfico 2: Frequência absoluta de casos notificados de óbitos por agrotóxico Espírito Santo (2007 2014)



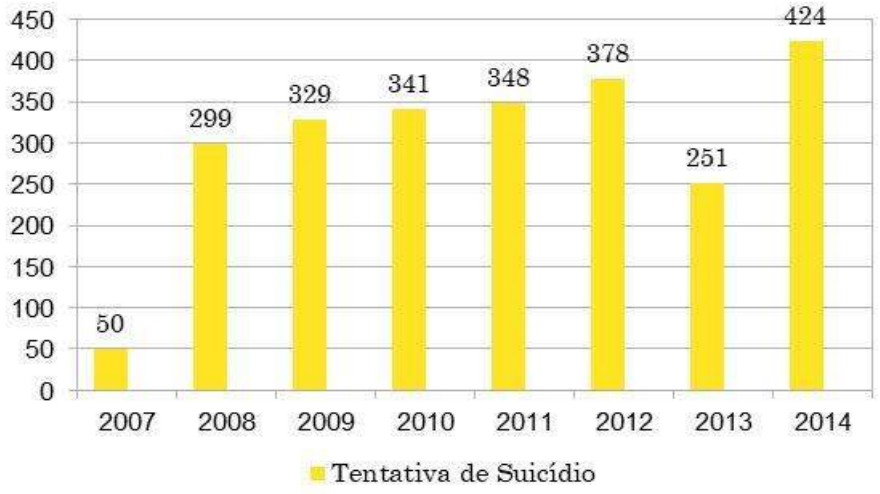
Fonte: Autor (org.), 2021, base de dados Toxcen (2007 – 2014).

A segunda é representada pelas 2421 tentativas de suicídio que expõem a fragilidade humana frente a incompreensão de si e do mundo que lhe impõe obstáculos dos mais variados.

A tentativa de suicídio ressalta-se no quantitativo das notificações, em função da gravidade e jurisprudência que a ela se liga. Assim sendo, os adoecimentos vinculados a essa circunstância mais facilmente tornam-se parte da estatística oficial (BOMBARDI, 2017). Para tanto, deve-se considerar ainda, estudos que demonstram a relação entre efeitos crônicos dos agrotóxicos e as tentativas de suicídio (PIRES; CALDAS; RECENA, 2005).

Cabe salientar que agrotóxico, qualquer que seja, ainda que ocultada sua essência pelo discurso dominante, interessado em sua massificação para fins de lucratividade comercial, manifesta intimamente sua característica de destruição da vida. Além disso, a facilidade em sua aquisição possibilita seu uso como arma para atentar contra a própria vida, como se pode averiguar por meio do gráfico 3 que apresenta as tentativas de suicídio com agrotóxico.

Gráfico 3: Frequência absoluta de casos notificados de tentativa de suicídio com agrotóxico Espírito Santo (2007 2014)



Fonte: Autor (org.), 2021, base de dados Toxcen (2007 – 2014).

Em paralelo, as informações contidas nesse gráfico alertam toda população sobre os retrocessos atuais no que se refere à proteção e prevenção no âmbito da saúde pública, acarretado, sobretudo, pelas ações daqueles governantes que se desdobram para ampliar a liberalização de tais substâncias, até mesmo algumas proibidas em

seus países de origem, conforme PL n.º 6.299/2002, conhecido popularmente como "Pacote do Veneno", como denuncia o "Dossiê contra o pacote do veneno e em defesa da vida!" publicado pela Abrasco, juntamente com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (FRIEDRICH et al., 2021).

À vista disso, as informações que compõem este trabalho, acompanhadas das reflexões aportadas na teoria crítica (Geografia e Epidemiologia), buscam evidenciar alguns aspectos da patogenização do espaço, especificamente no Espírito Santo, e como bem colocado por Bombardi (2017), o lugar do Brasil e, acrescenta-se, do Espírito Santo na Divisão Internacional-Ambiental-Geográfica do Trabalho.

Desse modo, o primeiro aspecto que se proclama é a disposição espacial das intoxicações; quando em termos absolutos, destacam-se, no Espírito Santo, os municípios de Vitória 427 (8,5%), Serra 425 (8,4%), Cariacica 377 (7,5%) e Vila Velha 362 (7,2%) casos. A maior parte das intoxicações nesses municípios são decorrentes de agrotóxicos de uso agrícola, aproximadamente 87%, prevalecendo, ainda, a tentativa de suicídio, cerca de 51% dos casos notificados.

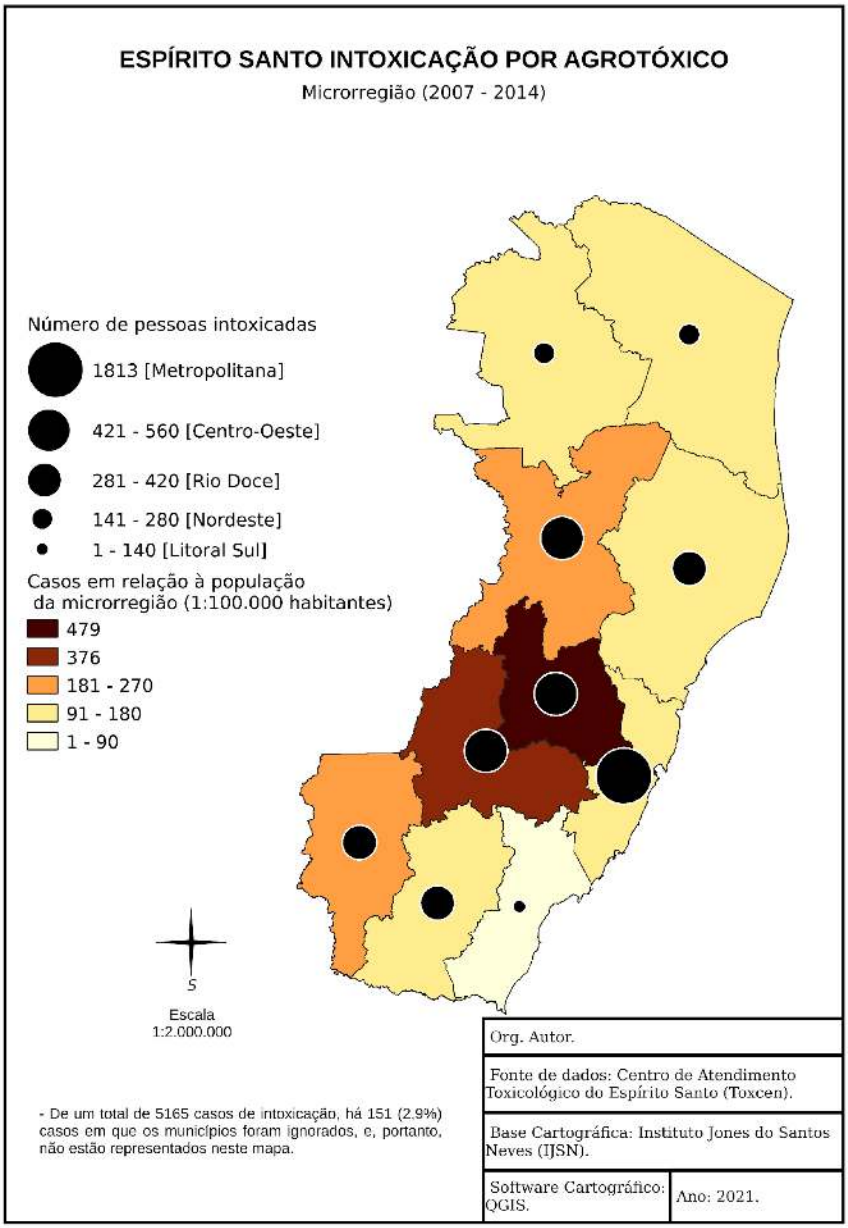
Esses municípios, localizados no mapa 1 a diante, compõem a microrregião metropolitana (número 1, conforme legenda do mapa 1), que se destaca por concentrar aproximadamente 50% da população (IBGE, 2010), e 35% do total de casos de intoxicação por agrotóxico, no Espírito Santo, no período de 2007 a 2014.

Mapa 1: Localização dos municípios e suas respectivas microrregiões, do Espírito Santo. Fonte : IJSN.

A prevalência das intoxicações nas áreas urbanas chama atenção, pois conforme alerta os estudos de Oliveira-Silva e Meyer (2003) e Peres e Moreira (2003), as áreas rurais ao consumirem a maior parte desses produtos deveriam despontar com o maior

quantitativo de casos. Além disso, Bochner (2007), salienta que os coeficientes de incidência são geralmente menores nas áreas urbanas, atingindo a ordem de cerca de 4 vezes para agrotóxico agrícola e aproximadamente 2 para geral. Para o contexto capixaba, esse coeficiente representa um perigo 3,2 vezes maior de uma pessoa da zona rural intoxicar-se por algum agrotóxico; quando em específico, para o de uso agrícola, a proporção chega a 3,8 vezes. Em outros termos, de 2007 a 2014, no estado, verificou-se uma média de 330 intoxicações em áreas urbanas contra 226 nas áreas rurais, considerando uma população urbana de 2931472 e rural de 583480 habitantes (IBGE, 2010), afere-se, portanto, uma incidência de intoxicação de 11,2 para cada 100.000 habitantes nas áreas urbanas, ao passo que nas áreas rurais a incidência chega a 38,7.

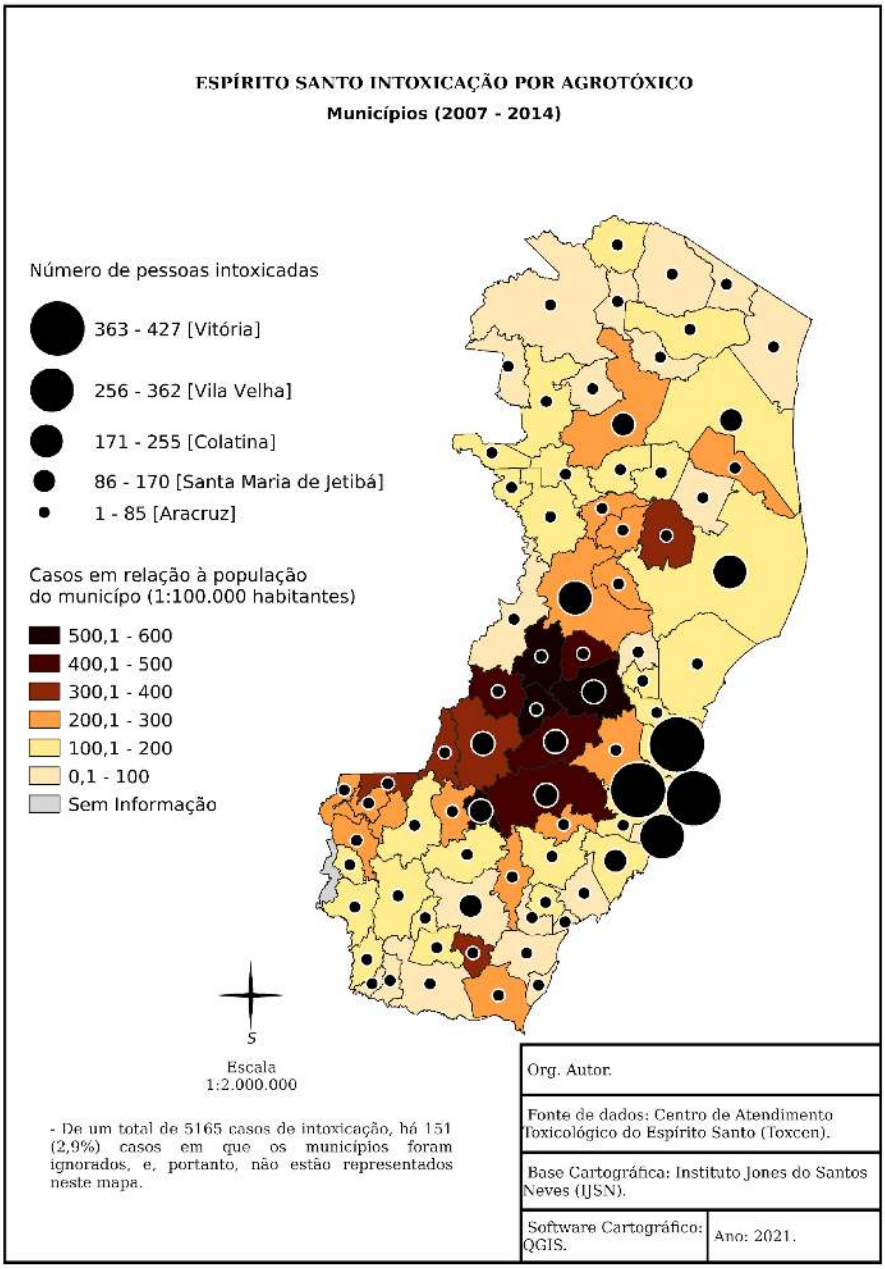
Nessa linha de análise, a frequência relativa dos dados apresenta um quadro espacialmente distinto do manifestado pelos valores absolutos, visto que o elevado quantitativo de casos por 100.000 habitantes localiza-se nas microrregiões central e sudoeste serrana, que alcançam cifras de mais de 375 casos por 100.000 habitantes. Por conseguinte, a microrregião metropolitana desloca-se para a 7ª posição, apresentando 107 casos por 100.000 habitantes, na frente apenas das microrregiões nordeste e litoral sul. Conforme demonstra no mapa 2, as frequências absoluta e relativa das intoxicações por agrotóxico segundo microrregião.



Mapa 2: Espírito Santo - frequência absoluta e relativa das intoxicações por agrotóxico segundo microrregião. Fonte : Autor (org.), 2021, base de dados Toxcen (2007 – 2014).

Essas informações validam as suposições anteriores de um escândalo de saúde pública, de forma que os estudos nessa linha destacam a preocupação para com frequências relativas inferiores (BOMBARDI, 2017).

Seguindo esse raciocínio, alguns municípios do estado ganham destaque polarizando suas microrregiões, dentre os quais, Colatina na centro-oeste, Linhares na rio doce, Cachoeiro de Itapemirim na central sul, São Mateus na nordeste, Nova Venécia na noroeste, Santa Maria de Jetibá na central serrana, Domingos Martins na sudoeste serrana – todos com uma frequência absoluta de mais de 100 casos de intoxicação para cada 100.000 habitantes, como se pode averiguar no mapa 3 que apresenta as frequências absoluta e relativa das intoxicações por agrotóxico segundo município.



Mapa 3: Espírito Santo - frequência absoluta e relativa das intoxicações por agrotóxico segundo município. Fonte : Autor (org.), 2021, base de dados Toxcen (2007 – 2014).

O estudo de Neto (2012), permite correlacionar a produção agropecuária capixaba com os princípios ativos causadores de intoxicação. Segundo o autor, Colatina, Nova Venécia e Cachoeiro de Itapemirim, situam-se em áreas onde se verifica o predomínio da cafeicultura e das pastagens. Em São Mateus e Linhares prevalece a produção de cana de açúcar, eucalipto e fruticultura para abastecimento das agroindústrias, além de relevantes áreas de pastagens. Por sua vez, em Santa Maria de Jetibá e Domingos Martins a produção de gêneros alimentícios é dominante, com presença marcante da cafeicultura.

Por conseguinte, com base na tabela 2, verifica-se o predomínio dos princípios ativos aldicarb, glifosato, 2,4-D, metamidofós, clorpirifós, carbofuran, paraquate, cipermetrina, deltametrina, responsáveis pela maior parte das notificações de intoxicação nos municípios analisados.

Tal correlação permite apontar que há uma prevalência no uso dessas substâncias na produção agropecuária capixaba. Não obstante, a variação no tipo de produção, incidirá em distinções profundas no que diz respeito aos impactos dos agrotóxicos na saúde da população local. Isso quer dizer que, apesar dos impactos dos agrotóxicos possuírem um caráter sistêmico e poder alcançar uma escala global, é na escala local que sua ação é efetivamente aterradora.

Tabela 2: Principais agrotóxicos responsáveis por intoxicações nos municípios pólos de suas microrregiões

Pólo - Microrregião	Princípio Ativo	Grupo Químico	Classe de Uso	Percentual	Total % (3 maiores)
Colatina – Centro Oeste	Aldicarb	Carbamato	Raticida	28	56
	Glifosato	Glicina	Herbicida	16,1	
	Metamidofós	Organofosforado	Inseticida	11,9	
Linhares - Rio Doce	Aldicarb	Carbamato	Raticida	21,5	42,5
	Glifosato	Glicina	Herbicida	15,4	
	Carbofuran	Carbamato	Inseticida	5,6	
Cachoeiro - Central Sul	Aldicarb	Carbamato	Raticida	48,7	62
	Glifosato	Glicina	Herbicida	8,2	
	Deltametrina	Piretróide	Inseticida	5,1	
São Mateus - Nordeste	Aldicarb	Carbamato	Raticida	33,3	52,5
	Glifosato	Glicina	Herbicida	14,2	
	Deltametrina	Piretróide	Inseticida	5	
Nova Venécia – Noroeste	Aldicarb	Carbamato	Raticida	28,1	55,3
	Glifosato	Glicina	Herbicida	19,4	
	Clorpirifós	Organofosforado	Inseticida	7,8	
Santa Maria de Jetibá – Central Serrana	Glifosato	Glicina	Herbicida	14,5	35,8
	Paraquat	Bipiridilo	Herbicida	11,3	
	Aldicarb	Carbamato	Raticida	10	
Domingos Martins-Sudoeste Serrana	Glifosato	Glicina	Herbicida	24,1	39,4
	Carbofuran	Carbamato	Inseticida	8	
	Aldicarb	Carbamato	Raticida	7,3	
Iúna – Caparaó	Glifosato	Glicina	Herbicida	19,2	46,1
	Aldicarb	Carbamato	Raticida	16,6	
	Carbofuran	Carbamato	Inseticida	10,3	
Itapemirim – Litoral Sul	Aldicarb	Carbamato	Raticida	38,5	76,9
	Glifosato	Glicina	Herbicida	26,9	
	2,4-D	Fenoxiacético	Herbicida	11,5	
Vitória – Metropolitana	Aldicarb	Carbamato	Raticida	46,4	59
	Hidrametilnone	Hamidinohidrazona	Inseticida	6,8	
	Deltametrina	Piretróide	Inseticida	5,8	

Fonte: Autor (org.), 2021, base de dados Toxcen (2007 – 2014).

Nesse sentido, verifica-se a prevalência dos princípios ativos aldicarb e glifosato como responsáveis pelo maior percentual das intoxicações por agrotóxico nas microrregiões. Ademais, possuem grande relevância o 2,4-D, a cipermetrina, o carbofuran, o clorpirifós, a deltametrina, o paraquate e o metamidofós, como princípios ativos majoritariamente vinculados aos processos de adoecimentos.

Exceção a regra, na microrregião metropolitana o aldicarb impõe-se frente aos demais princípios ativos, totalizando 56,7% das notificações de intoxicação. Sendo que 35% dos acometidos por essa

substância foram crianças (0 – 14 anos), das quais aproximadamente 1/3 eram bebês (0 a 12 meses).

Cumpre observar que nessa microrregião, onde se encontram os maiores centros urbanos do estado, o referido princípio ativo, destaca-se ligado de modo amplo às tentativas de suicídio (72%).

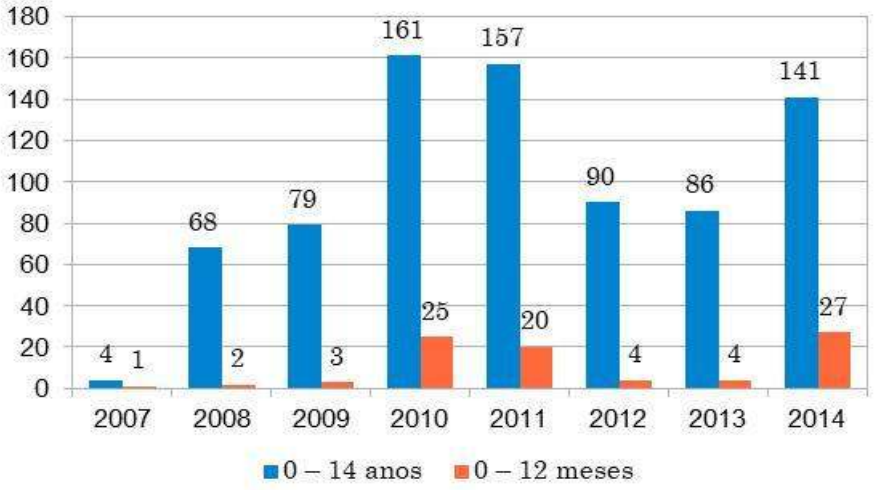
Do total de intoxicações nessa microrregião, 23% acometeram crianças (0 – 14 anos), de modo que 12% desse valor são relativos a bebês (0 – 12 meses). A maior parte desses casos, 71%, ocorreu dentro de residências. Fato que denota a periculosidade dessas substâncias, muitas vezes concebidas equivocadamente como seguras.

Singularmente, o grupo etário de 0 a 12 meses apresenta-se como caso alarmante, pois 86 bebês foram intoxicados por agrotóxico em todo estado. Nesse contexto, para a faixa etária de 0 a 14 anos, as cifras totalizam 786 casos, aproximadamente 15% do universo de intoxicações. Esses números significam que a cada ano cerca de 11 bebês e 99 crianças são intoxicadas.

Agregando as faixas etárias de 0 a 14 (crianças) com a de 15 a 19 (adolescentes) anos, totaliza aproximadamente 25% do conjunto de intoxicações e cerca de 9% dos óbitos por agrotóxico. Isso ratifica as preocupações elencadas ao longo deste artigo, pois até mesmo crianças e bebês sem instrumentos individuais de discernimento sobre perigos, são afetados por essas substâncias. Situação que unida à complacência da conjuntura política brasileira atual, corrobora com a afirmação de Bombardi (2017) de que se vivencia no Brasil um verdadeiro infanticídio. Ao que tudo indica é seguro dizer que não há

segurança quando o assunto é uso de agrotóxico, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4: Frequência absoluta de casos notificados de intoxicação de bebês e crianças por agrotóxico Espírito Santo (2007 2014)



Fonte : Autor (org.), 2021, base de dados Toxcen (2007 – 2014).

Espacialmente, a microrregião metropolitana e a centro-oeste despontam, concentrando, respectivamente, 58,3% e 8,9% dos casos notificados de intoxicação de crianças.

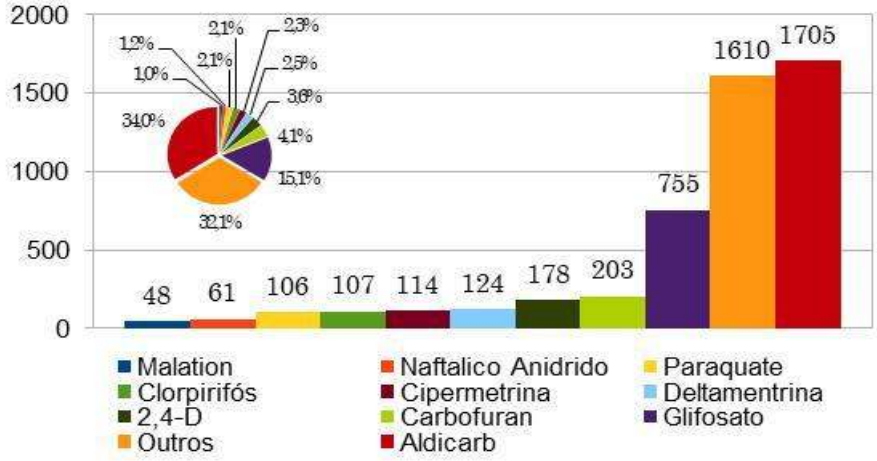
Nessa perspectiva, alerta-se para a necessidade de as famílias se precaverem perante o perigo dessas substâncias, principalmente dentro de residências com crianças.

Em relação ao sexo, no âmbito estadual, os homens somam aproximadamente 59%, predominância que se verifica também na escala microrregional, onde o sexo masculino desponta com cifras de mais de 60%, exceto na metropolitana em que o feminino manifesta-se circunscrevendo 55,8% dos casos de intoxicação. Nos municípios,

observa-se o mesmo padrão, salvo Ecoporanga, Mucurici, Nova Venécia, Pinheiros, Piúma, Presidente Kennedy, Serra, Viana, Vitória, Vila Velha, Cariacica e Guarapari, em que as mulheres representam a maioria, e Água Doce do Norte e Alegre, nos quais os dados apresentam-se parelhos. O conjunto de municípios da microrregião metropolitana, exceto Fundão, evidencia um perfil de intoxicações predominantemente feminino, de modo que destoa das demais microrregiões e provoca uma reflexão específica sobre o caráter das intoxicações por agrotóxico em municípios e, por conseguinte, regiões de preeminência urbana e correlações com a questão de gênero.

Em vista disso, para o estado de modo geral, verifica-se que as principais circunstâncias que levaram à intoxicação foram: "tentativa de suicídio" (46,9%), "acidental" (30,4%) e "ocupacional" (17,2%). Sendo o aldicarb e o glifosato responsáveis por aproximadamente 50% da totalidade de intoxicações. Os princípios ativos carbofuran, 2,4-D, deltametrina, cipermetrina, clorpirifós, paraquate, naftalico anidrido e malation também apresentaram percentuais expressivos no cômputo das intoxicações, conforme demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5: Frequência absoluta e relativa de casos notificados de intoxicação por agrotóxico segundo princípio ativo Espírito Santo (2007 2014)



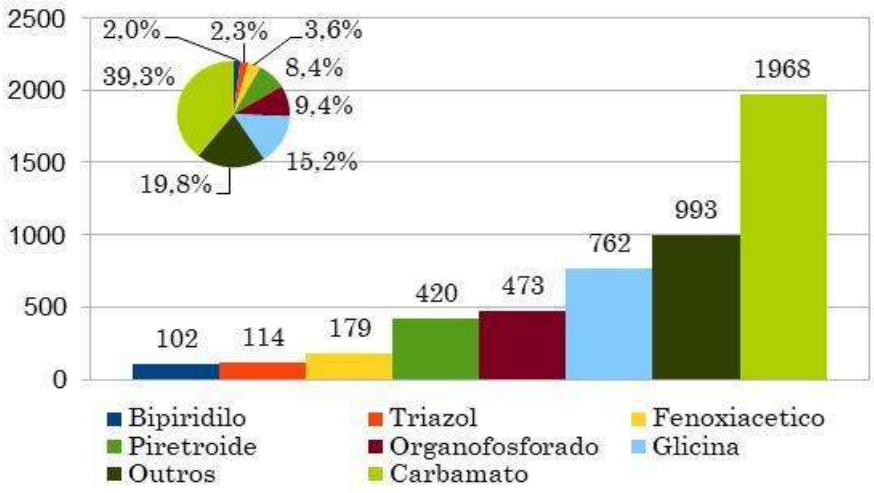
Fonte : Autor (org.), 2021, base de dados Toxcen (2007 – 2014).

Nesse ínterim, o coeficiente de mortalidade por agrotóxico, no cômputo geral do estado, apresenta 3,7 óbitos para cada 100.000 habitantes, somado os óbitos de 2007 a 2014. Em todo caso, alguns municípios como Irupi, Itarana, Marilândia, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Venda Nova do Imigrante apresentam números que ultrapassam 20 óbitos. Além disso, deve-se ressaltar que a letalidade irá variar conforme a vulnerabilidade do grupo ou situação em questão (SOARES, 2001). Entende-se aqui vulnerabilidade como um "conjunto de fatores de natureza biológica, epidemiológica, social e cultural, cuja interação amplia ou reduz, o risco [perigo] ou a proteção de uma pessoa ou população frente a uma determinada doença, condição ou dano." (BRASIL, 2004, grifo nosso, p.106).

Importa sublinhar que além dos princípios ativos destacados, outras substâncias proibidas na União Europeia, como acefato, reconhecido como citotóxico e genotóxico, e atrazina associado ao desenvolvimento de malformações congênitas/teratogênese e parkinson, aparecem como causadores de intoxicação (HESS et al., 2021).

Com base no gráfico 6, constata-se que, aproximadamente, 80% dos casos de intoxicação concentram-se em sete grupos químicos. Dado que alguns, como os organofosforados e carbamatos, neurotóxicos, são amplamente conhecidos por seus numerosos perigos à saúde humana e ao ambiente[10], conforme será explanado em sequência.

Gráfico 6: Frequência absoluta e relativa de casos notificados de intoxicação por agrotóxico , segundo grupo químico Espírito Santo (2007 2014)



[10] Para mais detalhes sobre o assunto ver Dossiê Abrasco "Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde" (CARNEIRO et al., 2015, p. 61).

Fonte: Autor (org.), 2021, base de dados Toxcen (2007 – 2014).

Os princípios ativos destacados e seus respectivos grupos químicos associam-se a uma série de adoecimentos, de acordo com vasta bibliografia técnica e científica.

O aldicarb ou aldicarbe (Carbamato), interferente endócrino, inibidor da enzima acetilcolinesterase (AchE) e agente abortivo, foi banido na União Europeia em 2003[11] e no Brasil em 2012. Seu amplo uso esteve associado à tentativa de homicídio e suicídio por envenenamento, assim como sua aplicação irregular como raticida[12].

O glifosato (Glicina) vem sendo objeto de uma gama de críticas devido à constatação de seu efeito como desregulador endócrino em células hepáticas (HESS e NODARI, 2015) e sua provável carcinogenicidade para humanos, segundo a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC), Monographs 112 (INCA, 2015). Esse produto, campeão de comercialização no Brasil, vincula-se também a problemas de infertilidade e renais crônicos, manifestação de linfoma não hodgkin, e causa danos às células embrionárias, placentárias, umbilicais, entre outros (MOSTAFALOU e ABDOLLAHI, 2017) (HESS e NODARI, 2018). Ademais, a referida substância é responsável por 15% das intoxicações e 10% das mortes no estado do Espírito Santo, no período estudado.

[11] Regulamento 2003/199/EC.

[12] Ver nota técnica de reavaliação aldicarbe, disponível em http://antigo.anvisa.gov.br/documents/111215/117797/aldicarbe.pdf/1e2e3d0b-cfe5-4d5c-ad4d-f3bc58dca316

O carbofuran ou carbofurano (Carbamato), proibido no Canadá (2010), na Costa Rica (2014), nos Estados Unidos (2009), e na União Europeia (2010), foi banido em 2017[13] no Brasil, por possuir evidências quanto à sua toxicidade reprodutiva e para o desenvolvimento, além de apresentar características de desregulador endócrino, mutagenicidade e imunotoxicidade. Ademais, a nota técnica de reavaliação (n°18/2017 GGTOX/Anvisa)[14], ratificou o pronunciado perigo neurotóxico dessa substância para humanos, considerando o consumo regular de água e alimentos que contenham resíduos do produto.

O 2,4-D[15] (Fenoxiacético) responsável por 3,5% das intoxicações no estado (2007-2014), é classificado pela IARC como possível cancerígeno e ligado, conforme demonstram Hess et al. (2021), ao desenvolvimento de linfoma não hodgkin, esclerose lateral amiotrópica, infertilidade, mal de alzheimer e de parkinson.

A deltametrina (Piretróide), conforme alertam Abass, Turpeinen e Pelkonen (2009) causa danos a células hepáticas. De modo similar, a cipermetrina demonstrou acarretar alterações neurocomportamentais no sistema reprodutivo de ratos (FRIEDRICH, 2012).

O princípio ativo clorpirifós (Organofosforado), proibido em 2009 na União Europeia, possui relação com linfomas não hodgkin, leucemias, câncer de cérebro, de pulmão e de colorretal, mal de alzheimer e de parkinson, infertilidade, disfunções sexuais,

[13] Resolução n° 185, de 18 de outubro de 2017.
[14] PARECER TÉCNICO DE REAVALIAÇÃO Nº 18 GGTOX/Anvisa, de 05 de junho de 2017.
[15] Nota técnica n°24/2018/SEI/CREAV/GEMAR/GGTOX/DIARE/ANVISA.

malformações congênitas/teratogênese, além de se apresentar como neurotóxico e se associar ainda a diversas outras doenças, como denunciam a IARC[16]", Rathish et al. (2018) e Mostafalou e Abdollahi (2017).

Em relação ao parquate (Bipiridilo), evidências científicas o relacionam a uma série de perigos, sobretudo vinculados à exposição ocupacional, como sua associação com o mal de parkinson, mutagenicidade, desregulação endócrina, carcinogênese, toxicidade reprodutiva e teratogênese, conforme disposto em nota técnica da Anvisa[17]. Esse ingrediente ativo foi banido da Suécia (1983), União Europeia (2009)[18], China (2016) e, no Brasil sua proibição estava prevista para setembro de 2020, conforme dispõe a Resolução RDC nº 177 de 2017. No entanto, a permissividade da conjuntura política brasileira atual e a forte influência política dentro do órgão regulador, fez com que se admitisse a utilização dos estoques remanescentes de posse dos agricultores para uso na safra 2020/2021.

O anidrido naftálico (Naftaleno) teve sua monografia excluída em 2002, devido à inexistência de produtos técnicos e/ou formulados registrados[19]. No entanto, esse ingrediente ativo associa-se a intoxicações por meio da ingestão de substância denominada naftaleno. Essa substância, segundo a IARC, é um possível carcinogênico para humanos e está associada a diversos outros agravos à saúde, conforme consta na ficha de informações

[16] https://www.inca.gov.br/en/node/1909
[17] Parecer técnico de reavaliação nº 08/GGTOX/Anvisa, de 13 de junho de 2016.
[18] Regulamento 1107/2009/EC.
[19] Resolução ANVISA nº 347, de 16-12-2002.

toxicológicas (FIT)[20]. Cerca de 97% das pessoas intoxicadas por essa substâncias tiveram exposição via oral, sendo que todos os casos, exceto um, são referentes a acidentes envolvendo crianças menores de 14 anos, às quais 75% eram bebês com 1 ano ou menos de idade. A espacialidade dessas intoxicações alerta para a microrregião metropolitana que concentra 85% desses casos. Como o referido ingrediente ativo não possui monografia ativa na Anvisa, supõem-se que as intoxicações decorrentes do uso do mesmo estejam associadas a situações onde o produto possa ter sido contrabandeado para o estado e adquirido nos comércios locais, ou estar em circulação em função de ser estoque remanescente (BASTOS e ESQUIEL, 2017)

A malationa (Organofosforado), classificada pelo INCA como provável carcinogênico para humanos, pode acarretar a manifestação do linfoma não hodgkin, desordem do déficit de atenção, hiperatividade (ADHD) e atrasos no desenvolvimento, câncer de próstata e de tireóide (MOSTAFALOU e ABDOLLAHI, 2017).

Apesar de todas as evidências apresentadas, nos dias de hoje, muitas dessas substâncias permanecem com seus registros para uso mantidos e outras tantas vêm ganhando lugar nas prateleiras dos "mercados" de agrotóxicos. Uma liberalização generalizada desses produtos que contraditoriamente passam a ganhar cada vez mais espaço. O espaço da vida, do alimento, vem se transformando em espaço patogênico, de mercadorias hostis que se passam por indispensáveis. Essa face técnica que é uma face

[20]https://cetesb.sp.gov.br/laboratorios/wpcontent/uploads/sites/24/2020/07/Naftaleno.pdf

sociopolítica demonstra o curso desse processo de patogenização espacial, tratado no artigo.

Em face do exposto, fica manifesto que a crítica ao agrotóxico, que por sua vez vincula-se a um conjunto de processos de adoecimentos, trata-se em essência de uma crítica ao modo de produção capitalista no campo conhecido popularmente como agronegócio e sua qualidade fundamental de ser patogênico, como já dissera Breilh (1991) em "Epidemiologia: Economia, Política e Saúde".

Considerações finais

A cada dia que se passa, percebe-se uma fusão entre o viver moderno e uma gama de objetos nocivos à própria vida. Dessa maneira, o agrotóxico como um desses objetos, que pode vir a tirar a vida das pessoas, revela-se onipresente. Ele está na água que se bebe, no alimento que se come, no solo que se planta, no ar que se respira. Essa contradição radical impõe à humanidade a urgência de repensar suas ações.

Seja dentro das residências ou no ambiente de trabalho, as pessoas são expostas a perigos que em muitas ocasiões elas desconhecem. Ao utilizar um produto que supostamente resolverá um problema com mosquitos em uma residência ou ao manusear uma mistura de agrotóxicos para uso na produção agrícola, as pessoas podem estar em contato com substâncias que guardam consigo a capacidade de causar danos à saúde e contaminar o ambiente.

O estado do Espírito Santo como arquétipo permite aproximar o olhar sobre a verdadeira face desse problema. Uma

epidemia silenciosa e negligenciada de intoxicações por agrotóxicos aflige a população brasileira, com média de cerca de 3000 casos de intoxicação por ano, conforme regra de proporcionalidade proposta no artigo. O Espírito Santo, em especial, como referencial analítico, evidencia algumas das particularidades que se rebatem sobre suas escalas regionais e locais. Esse olhar focalizado e a depuração reflexiva apresentam as microrregiões central e sudoeste serrana do estado como áreas de interesse estratégico para a promoção da transição agroecológica, bem como para a tomada de decisão no âmbito da saúde pública, visando ações de prevenção e mitigação dos impactos dos agrotóxicos. Ademais, desponta, a partir do presente estudo, a necessidade de estudos específicos sobre cada microrregião e suas particularidades, a exemplo da microrregião metropolitana que concentra cerca de 35% dos casos notificados de intoxicação de todo estado.

A contraposição ao modelo do veneno, passa pela crítica à conjuntura político-institucional, onde se verifica que os setores hegemônicos instrumentalizam o estado em prol de seus interesses, a exemplo da tentativa de aprovação do PL 6299 de 2002, conhecido como "Pacote do Veneno".

Esse projeto de lei, defendido pelos representantes da indústria de agrotóxicos e da bancada ruralista, visa alterar a Lei de agrotóxicos n° 7.802 de 1989, conferindo dentre outras coisas, a mudança de nomenclatura de agrotóxicos para pesticidas, a retirada dos órgãos de Saúde e Meio Ambiente do processo decisório de autorização dos agrotóxicos e a liberação do registro de produtos com potencial de causar câncer e mutação, por exemplo, desde que o risco seja considerado "aceitável". São alterações inadmissíveis que

possivelmente colocarão as populações expostas a essas substâncias, em especial trabalhadores do campo, em condições de extrema vulnerabilidade.

Importa sublinhar que essas substâncias perigosas possuem um vasto espectro de impacto. Dessa maneira, não somente aqueles diretamente envolvidos em seu manuseio estão sob perigo, como também todos que de maneira direta ou indireta acabarão em contato com os resíduos dessas substâncias.

O referido PL segue orientação contrária aos postulados adotados internacionalmente de redução do uso de agrotóxicos e adoção de medidas precaucionais e protetivas à vida e ao ambiente. Caso aprovado, apresentar-se-á como verdadeiro retrocesso à sociedade brasileira.

De modo geral, a multiexposição aos perigos dos agrotóxicos, como pronunciado, alerta para a capacidade humana de transformar o ambiente de modo negativo, numa verdadeira patogenização espacial como característica do tempo presente, regido por um sistema socioeconômico que visa o lucro a qualquer custo.

Ao que tudo indica, a depender das esferas legislativa e executiva federal, o processo de patogenização espacial, decorrente do ampliado uso de substâncias químicas na agricultura se aprofundará. O que requer especial atenção do poder judiciário, da sociedade civil organizada e da população em geral, de modo a denunciar os disparates políticos que ferem as leis nacionais, assim como, buscar coalizões nas escalas locais e estaduais para que se possam criar legislações específicas de redução de uso de agrotóxicos e promoção da agroecologia, com vistas a garantir, primordialmente, a saúde da população e ambiental.

Referências bibliográficas

ABASS, Khaled; TURPEINEN, Miia; PELKONEN, Olavi. An evaluation of the cytochrome P450 inhibition potential of selected pesticides in human hepatic microsomes. **Journal of Environmental Science and Health**, Part B, 44 (6), 53-563, 2009. doi: 10.1080/03601230902997766

BASTOS, Geíza Nepomuceno e ESQUIEL, Carla Liliane Waldow. O contrabando de agrotóxicos e a violação do direito fundamenrtal à saúde: estudo de caso na região oeste do Paraná. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR** - v.17 - n. 33 - 2º sem.2017 - p 170 a 191 - ISSN 1982-3037.

BOCHNER, Rosany. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva [online].** 2007, vol.12, n.1, pp.73-89.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.** São Paulo: FFLCH – USP, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Glossário do Ministério da Saúde: projeto de terminologia em saúde** / Ministério da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 142 p.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia: economia, política e saúde.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista: Fundação de Desenvolvimento da UNESP: HUCITEC, 1991.

CARNEIRO, Fernando Ferreira. Uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos no Brasil: cultivando perigo. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 22, núm. 10, octubre, 2017, pp. 3333-3339.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. **Dossiê Abrasco – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte. 98p.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. **Dossiê Abrasco: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: Epsjv, 2015. 2ª Parte. 623 p.

CAMUS, Albert, 1913-1960. **A peste.** 7ª edição – Rio de Janeiro: Bestbolso, 2018.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** São Paulo: Gaia, 2010, 305p.

COMUNIDADE EUROPEIA. **Directive 2009/128/EC** of the European Parliament and of the Council of 21 October 2009.

FRIEDRICH, Karen. **Câncer e resíduos de agrotóxicos nos alimentos.** Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS/FIOCRUZ, 2012.

FRIEDRICH, Karen et al. **Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida!.** Or. – 1. ed. -- Porto Alegre: Rede Unida, 2021. 336 p. (Série Saúde, Ambiente e Interdisciplinaridade, v.2).

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da geografia.** São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1972.

HAESBAERT, Rogério e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova desordem mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HESS, Sonia Corina e NODARI, Rubens Onofre. **Parecer técnico n°. 01/2015: análise técnica acerca dos riscos associados ao glifosato, agrotóxico com uso autorizado no brasil.** 2015.

HESS, Sonia Corina e NODARI, Rubens Onofre. Glifosato, o maior dos venenos. In: Hess, S. C. (Org.). **Ensaios sobre poluição e doenças no Brasil.** São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 151-164.

HESS, Sonia Corina et al. Agrotóxicos: críticas à regulação que permite o envenenamento do país. **Desenvolv. e Meio Ambiente**, Edição especial - Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas. Vol. 57, p. 106-134, jun. 2021. DOI: 10.5380/dma.v56i0.76169. E-ISSN 2176-9109.

INCA. **Posicionamento do instituto nacional de câncer josé alencar gomes da silva acerca dos agrotóxicos.** 10. ed. Brasil: Ministério da Saúde, 2015. 5 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos.** Brasília: IBGE, 2019b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo.** In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011a.

ITHO, Sony de Freitas et al. Importância dos "registros paralelos" como incremento das notificações ao SINAN no Espírito Santo. In: IV Congresso brasileiro de toxicologia clínica e 1° Simpósio brasileiro de toxicologia analítica, 2012, Águas de Lindóia. **Revista Brasileira de Toxicologia**, 2012. v. 25.

LARA, Stephanie Sommerfeld de et al. A agricultura do agronegócio e sua relação com a intoxicação aguda por agrotóxicos no Brasil. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 15, n. 32, p. 1-19, 22 out. 2019.

MACHADO, Paulo. **Um avião contorna o pé de jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade: história da reportagem**. – Brasília : Anvisa, 2008. 278 p. : il.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Hérick de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do CENSO agropecuário 2006. **Revista Pegada**, v.18, n.3, setdez 2017. P 7 – 77.

MOSTAFALOU, Sara e ABDOLLAHI, Mohammad. Pesticides: an update of human exposure and toxicity. **Archives of Toxicology**, 91(2), 549-599, 2017. doi: 10.1007/s00204-016-1849-x.

NETO, Jaime Bernardo. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo: estudos comparativos entre os domínios da pecuária do extremo norte e as de pequena propriedade no centro-sul.** Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. 2012.

OLIVEIRA-SILVA, Jeferson José e MEYER, Armando. O sistema de notificação das intoxicações: o fluxograma da joeira. In: Peres F,

Moreira JC, organizadores. **É veneno ou é remédio?** Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 317-326.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA; Estevan Leopoldo; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. O "passar a boiada" na questão agrária brasileira em tempos de pandemia. **Revista NERA.** jan-abr2021, Vol. 24 Issue 56, p8-23. 16p.

PERES, Frederico e MOREIRA, Josino Costa. O desafio interdisciplinar da avaliação da exposição humana a agrotóxicos. In: Peres F, Moreira JC, organizadores. **É veneno ou é remédio?** Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 347-366.

PIGNATI, Wanderley Antonio; MACHADO, Jorge Mesquita Huet.; CABRAL, James Frank. Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde - MT. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 12, n. 1, p. 105-114, 2007.

PIRES, Dario Xavier; CALDAS, Eloísa Dutra; RECENA, Maria Celina Piazza. Uso de agrotóxicos e suicídios no Mato Grosso do Sul. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(2):598-605, mar-abr, 2005.

RATHISH, Devarajan; AGAMPODI, Suneth; JAYASUMANA, Channa. Acetylcho-linesterase inhibitor insecticides related acute poisoning, availability and sales: trends during the post-insecticide-banperiod of Anuradhapura, Sri Lanka. **Environmental Healthand Preventive Medicine**, 23 (1), 27, 2018. doi: 10.1186/s12199-018-0716-1.

SINDIVEG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal. **Dados de Mercado**. 2016.

Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. **Tabulação de dados: a partir de 2007: intoxicação exógena.** Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2013.

SOARES, Darli Antônio; ANDRADE, Selma Maffei de; CAMPOS, João José Batista de. Epidemiologia e indicadores de saúde. In: ANDRADE, Selma Maffei de; SOARES, Darli Antônio; CORDONI JUNIOR, Luiz (Org.). **Bases da saúde coletiva.** Londrina: Editora UEL, 2001. Cap. 10, p. 183-210.

SOARES, Wagner Lopes. **Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura.** 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, Wagner Lopes e PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Uso de agrotóxicos e impactos econômicos sobre a saúde. **Rev. Saúde Pública [online]**. 2012, vol.46, n.2, pp.209-217.

SOARES, Wagner Lopes; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; CUNHA, Lucas Neves. **Uma política de Incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é Injustificável e insustentável.** Abrasco - GT Saúde e Ambiente; 2020.

TESSLER, Marga Inge Barth. A vigilância sanitária e os princípios da precaução e da prevenção. IV Encontro Internacional dos Profissionais em Vigilância Sanitária- ABPVS, 2004, Foz do Iguaçú/PR, **Palestra**.

TOCANTINS. Adriane Feitosa Valadares. Secretaria de Estado da Saúde. **Instrutivo comentado da ficha de notificação/investigação: intoxicação exógena.** Palmas, 2016. 19 p.

Submetido em: 31 de agosto de 2021.
Devolvido para revisão em: 26 de setembro de 2021.
Aprovado em: 10 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

AGUIAR JUNIOR, P. C. O Processo de patogenização espacial referente ao uso de agrotóxicos no Espírito Santo. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 649-700, Jan.-Jun./2021.

HIDRELÉTRICAS E REASSENTAMENTO: ENSAIO SOBRE A TEMPORALIZAÇÃO DOS IMPACTOS LIGADOS A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS EM SANTA RITA, RONDÔNIA

HYDROELECTRIC AND RESETTLEMENTS: TEST ON THE TEMPORALIZATION OF IMPACTS RELATED TO (DE) TERRITORIALIZATION OF FAMILIES RESETTED IN SANTA RITA, RONDÔNIA

HIDROELÉCTRICA Y REASENTAMIENTOS: PRUEBA SOBRE LA TEMPORALIZACIÓN DE IMPACTOS RELACIONADOS CON LA (DES) TERRITORIALIZACIÓN DE FAMILIAS RESTABLADAS EN SANTA RITA, RONDÔNIA

LAILA CÍNTIA MOTA BELFORTE
Mestranda em Geografia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
E-mail: lailabelforte@gmail.com

MARIA MADALENA DE AGUIAR CAVALCANTE
Prof.ª Dr.ª na Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
E-mail: mada.geoplan@gmail.com.br

Resumo:
O objetivo do artigo é identificar e temporalizar os impactos gerados aos moradores (des)territorializados do assentamento Joana D'arc I, II e III, reassentados em Santa Rita, devido à construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira/RO. A metodologia é composta pela pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo. O conceito norteador é o território, pois auxilia no entendimento das relações de poder e na discussão do processo de territorialização, devido a apropriação de uma parte do rio Madeira, pela empresa Santo Antônio energia (SAE), com a finalidade de gerar energia elétrica. Os resultados apresentam que antes mesmo da usina ser implantada, ela causa mudanças, quanto a incerteza do futuro da população que será afetada, denominados de impactos especulativos. No momento de sua materialização tem-se o impacto imediato, o que significa a (des)territorialização das comunidades nas confluências do reservatório e, consequentemente, após a sua construção, ocorrem os impactos processuais, o que no caso em tela, as tentativa de (re)territorialização foco das observações e análises. Ao temporalizar os impactos, evidenciam-se sobreposições de interesses e conflitos referentes ao uso dos recursos naturais, os quais se estendem até os dias atuais.

Palavras-chave: Amazônia, Território, Impactos Hidrelétricos, Reassentamento.

Abstract:
The objective of the article is to identify and temporalize the impacts generated on the (de)territorialized residents of the Joana D'arc I, II and III settlement, resettled in Santa Rita, due to the construction of the Santo Antônio hydroelectric plant, on the Madeira river/RO. The methodology consists of bibliographical, documental and fieldwork research. The guiding concept is territory, as it helps in understanding power relations and in discussing the territorialization process, due to the appropriation of part of the Madeira river by the Santo Antônio Energy (SAE) company, with the purpose of generating electricity. The results show that even before the plant is implemented, it causes changes, regarding the uncertainty of the future of the population that will be affected, called speculative impacts. At the moment of its materialization, there is the immediate impact, which means the deterritorialization of the communities at the confluences of the reservoir and, consequently, after its construction, the procedural impacts occur, which in this case, the attempts to reterritorialization focus of observations and analyses. By temporalizing the impacts, overlays interests and conflicts regarding the use of natural resources are evidenced, which extend to the present day.

Keywords: Amazon, Territory, Hydroelectric Impacts, Resettlement.

Resumen:
El objetivo del artículo es identificar y temporalizar los impactos generados en los pobladores desterritorializados del asentamiento Joana D'arc I, II y III, reasentados en Santa Rita, debido a la construcción de la central hidroeléctrica Santo Antônio, en el río Madeira/RO. La metodología está compuesta por la investigación bibliográfica, documental y de trabajo de campo. El concepto orientador es territorio, pues ayuda a comprender las relaciones de poder y a discutir el proceso de territorialización, debido a la apropiación de una parte del río Madeira por parte de la empresa Santo Antônio Energía (SAE), con el propósito de generar electricidad. Los resultados muestran que incluso antes de que se implemente la planta, ella provoca cambios, en cuanto a la incertidumbre del futuro de la población que se afectará, denominados impactos especulativos. En el momento de su materialización, se da el impacto inmediato, lo que significa la desterritorialización de las comunidades en las confluencias del embalse y, en consecuencia, luego de su construcción, ocurren los impactos procesales, que en este caso, los intentos de reterritorialización foco de observaciones y análisis. Al temporalizar

los impactos se evidencian superposiciones de intereses y conflictos en torno al uso de los recursos naturales, que se extienden hasta la actualidad.

Palabras-clave: Amazonas, Territorio, Impactos hidroeléctricos, Reasentamiento.

Introdução

A construção de usinas hidrelétricas – UHEs, na Amazônia, é uma das principais ações para o atendimento à demanda energética nacional. Embora a geração de energia elétrica seja imprescindível ao desenvolvimento econômico do país, os impactos decorrentes dessas grandes obras de infraestrutura ocasionam impactos diversos ao ambiente, alterações na biota e nas relações sociais e econômicas.

Um dos impactos mais conflituoso e polêmico ocasionado pela instalação de hidrelétricas está relacionado à (des)territorialização da população afetada que ocorre com a saída compulsória das famílias residentes na área de influência direta do reservatório e canteiro de obras, resultando em alguns casos, no processo de reassentamento (CAVALCANTE, 2012; FEARNSIDE, 2016).

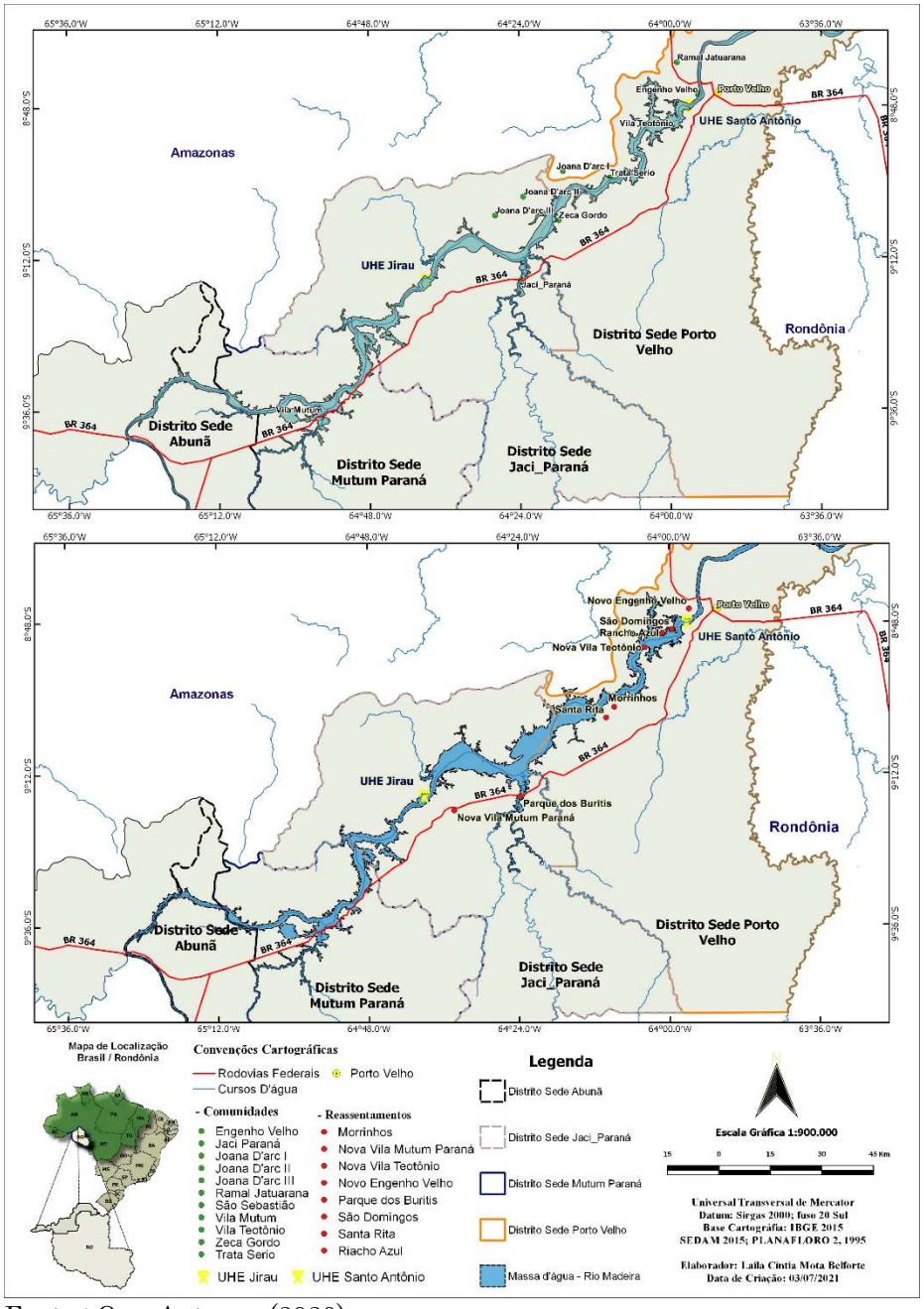
Os impactos sobre as populações atingidas pela implantação de usinas hidrelétricas não ocorrem apenas no momento da desapropriação da área, se dão antes mesmo da materialização da obra, como diria Santos (2005), no campo da psicosfera, ou seja, existe na idealização, porém, já é incorporado pela sociedade e, neste momento de prospecção, traz incertezas e inseguranças às populações a serem atingidas. Segundo Cavalcante (2012) para que os impactos ocasionados por hidrelétricas sejam melhor compreendidos, podem ser analisados numa perspectiva temporal (especulativo, imediatos e processuais), identificando o que ocorre

antes, durante e depois da implantação da obra, contribuindo de forma mais eficiente no planejamento das ações mitigadoras.

Diante da problematização exposta, o objetivo do artigo é apresentar a análise sobre a temporalidade dos impactos ocasionados às famílias (des)territorializadas nos assentamentos Joana D'arc I, II e III e reassentas em Santa Rita, em decorrência da instalação da usina hidrelétrica de Santo Antônio, município de Porto Velho, estado de Rondônia.

As duas usinas hidrelétricas de Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.568 MW), no rio Madeira, entraram em funcionamento entre os anos de 2013 e 2014, sendo responsáveis por (des)territorializar cerca de 5.000 famílias de sua área de influência (MAB, 2013). Parte da população afetada optou pelas indenizações e buscou outras localidades para residir. Uma outra parcela da população foi reassenta pelas empresas construtoras resultando em 08 (oito) reassentamentos, dos quais 07 (sete) ficaram sob a supervisão da Usina de Santo Antônio e 01 (um) pela Usina de Jirau, conforme expressa a Figura 01, com a localização das comunidades (des)territorializadas e as áreas de reassentamentos.

Figura 01 - Mapa de localização das comunidades (des)territorializadas e reassentamentos, Porto Velho – Rondônia

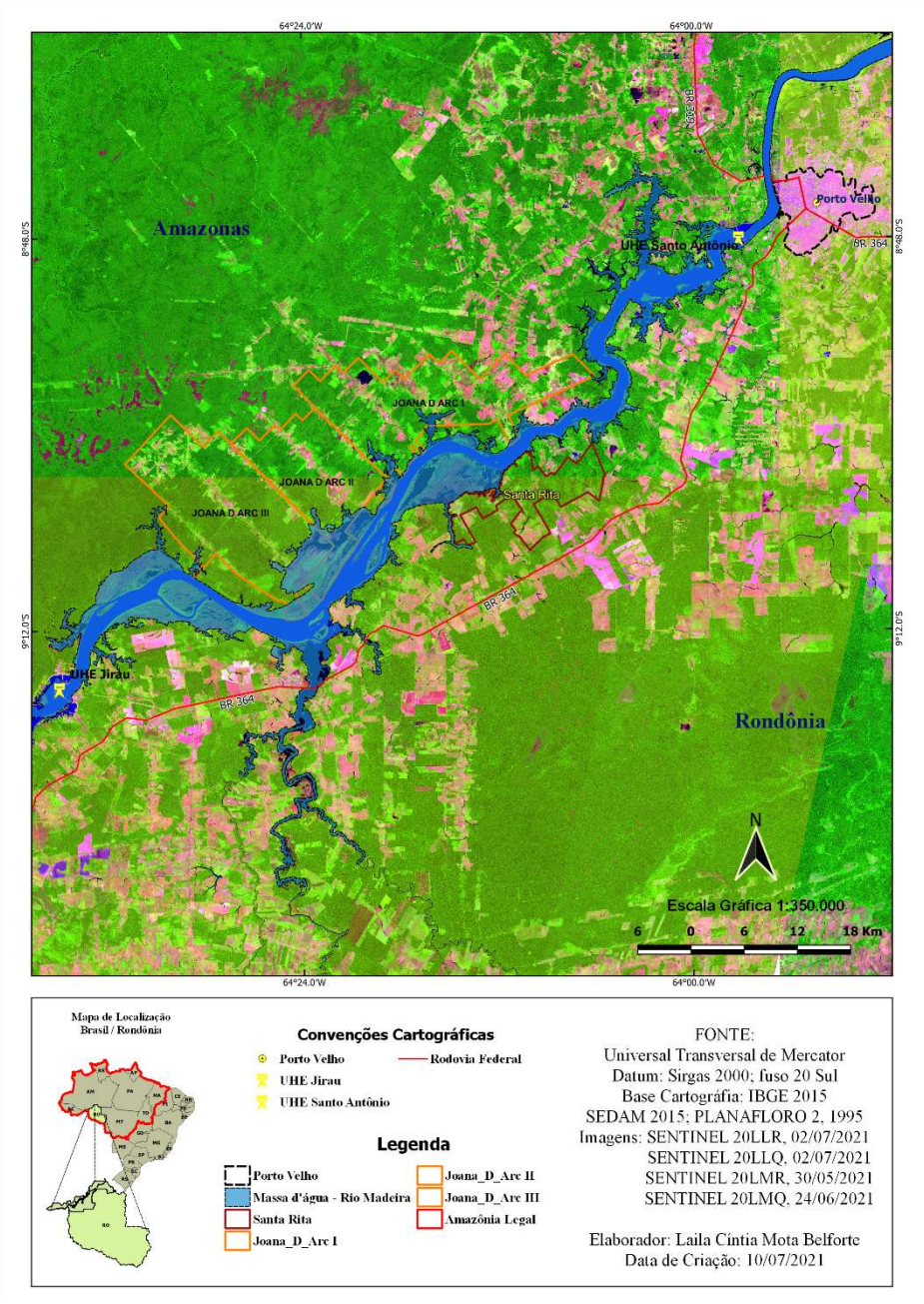


Fonte : Org. Autores, (2020).

A área de estudo é um dos reassentamentos construídos pela hidrelétrica de Santo Antônio, denominado Santa Rita, construido em 2011 para reassentar a população atingida pelo reservatório da usina. A população, hoje residente em Santa Rita, foi (des)territorializada de uma parte de Assentamentos de reforma agrária denominados Joana D'arc I, II e III, efetivados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) uma área de 60.714,9032 ha, na margem esquerda do rio Madeira, localizados nos limites dos estados de Rondônia e Amazonas (ADAMY; IZA; OLIVEIRA, 2013).

O reassentamento Santa Rita está localizado a 54km da cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia. A área designada ao reassentamento equivale a 2.300 ha, seu acesso se dá através da BR-364. A Figura 02 apresenta o contexto da localização, tanto as áreas dos assentamentos Joana D'arc I, II e III em que parte foi atingida pelo reservatório, quanto a área do reassentamento Santa Rita, onde parte dessa população foi realocada.

Figura 02 - Mapa de localização do Assentamento Joana D'arc I, II e III e Reassentamento Santa Rita – Rondônia



Fonte : Org. Autores, (2020).

Para que os impactos temporais sejam compreendidos e, sobretudo, sejam previstos ou melhor atenuados, a temporalidade torna-se um elemento importante a ser considerado nos estudos de impactos hidrelétricos. Cavalcante (2011-2012), ao explicitar a sistematização em três momentos, sendo eles: (1) os *impactos especulativos* ocorrem antes da implantação da usina; (2) os *impactos imediatos* decorrem no momento da implantação e materialização da usina; e, (3) os *impactos processuais* ocorrem após a implantação das usinas hidrelétricas, permite um ensaio de como conceber esse processo relacionado à (des)territorialização das famílias atingidas pela usina de Santo Antônio, no rio Madeira, e que foram reassentas em Santa Rita.

Deste modo, esse artigo traz uma abordagem sobre o Território e, em especial, sobre o processo de (des)territorialização que se dá quando o domínio territorial é perdido, incluindo o sentimento de perda afetiva e desvinculação com a terra, trazendo a fragmentação e enfraquecimento das relações intra e intergrupais, além de afetar individualmente os sujeitos (HAESBAERT, 1997) e a perspeciva dos Impactos Temporais aos estudos sobre hidrelétricas e deslocamento de pessoas, demonstrando a partir da realidade encontrada no reassentamento Santa Rita, sem as generalidades e políticas pré-estabelecidas amparadas pela legislação e órgãos licenciadores que não atendem às especificidades locais.

Território e impactos temporais e possíveis aplicações: ensaios sobre o Reassentamento Santa Rita

A abordagem tem como leitura teórica o conceito de Território, que de acordo com Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, sendo então o território uma parte apropriada do espaço onde se

projeta as ações exercidas por pessoas ou grupos, fenômeno inerente a todas as relações sociais e, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

> Ao se estudar a distribuição de poder entre os diversos grupos da sociedade, impõe-se o recurso a uma problemática do poder, de influência e de análise dos processos de tomada de decisão nas escalas adequadas [...]. Essa perspectiva tem consequências imediatas quando o objeto do estudo é a territorialidade do poder e aponta a necessidade de diferenciar suas características em escalas diferentes, ou seja, a pertinência da medida deve ser, mais que nunca considerada (CASTRO, 2006, p. 128).

Neste artigo, este processo é observado na medida em que, ao se apropriar de uma parte do rio para geração de energia e promover a (des)territorialização da população na área inundada pelo reservatório da usina, evidencia a relação de poder imposta e expressa as escalas geográficas de atuações em um mesmo território, uma vez que a construção das hidrelétricas no rio Madeira foi uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, e adicionou novas tramas sociais e econômicas ao estado de Rondônia, sobretudo ligado à infraestruturas de transporte e energia elétrica. Contudo, na escala local, evidencia-se os impactos ambientais negativos, a (des)territorialização de comunidades locais, atribuindo novas funções e formas de organizações (CAVALCANTE *et al.*, 2011-2012).

A sobreposição das relações de poder é explicita quando parte das famílias do assentamento Joana D'arc I, II e III é (des)apropriada e reassentada em um novo local (Santa Rita). Uma das principais ações dessa sobreposição de interesses apoia-se em Haesbaert (2004) quando utiliza o termo *desterritorialização* ao relacionar à

precarização do controle territorial, seja no sentido concreto, ou simbólico:

> Desterritorialização, [...] nunca "total" ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural. (Haesbaert, 2004, p. 312).

A retirada das famílias para dar lugar aos canteiros de obra e reservatórios demonstra as distintas relações de poder que sobrepõem à lógica de organização territorial local, acirrando processos de tensões e conflitos entre hidrelétricas e comunidades amazônicas, onde, segundo Silva (2016):

> Na Amazônia esse processo é conflituoso devido as relações de poder desiguais existentes relacionadas ao uso dos recursos naturais, pois é na (des)territorialização que ocorre à retirada das populações das áreas de influência do canteiro de obras e do reservatório, nestas áreas residiam pescadores e agricultores de subsistência, cuja (des)territorialização representa o rompimento na forma de organização social, costumes e acordos estabelecidos ao longo de anos. (SILVA, 2016 p. 39).

As relações de poder são evidenciadas, bem como as duas escalas geográficas, de um lado, comunidades locais representadas por parte dos moradores de Joana D'arc I, II e III, e de outra, a hidrelétrica de Santo Antônio como causadoras da (des)territorialização. Desvela-se, assim, o caráter multidimensional do uso do território que dinamizam, desestabilizam e estabelecem novas formas de uso, de modo que o território é construído e

desconstruído, com intervenções das mais diversas escalas, ou como afirma Souza (2006), os territórios podem ter caráter permanente, mas também, podem ter uma existência periódica ou cíclica.

Essa multiplicidade de territórios é formada ou descontruída de acordo com os interesses diversos e escalas distintas. Pode resultar na restrição de usos, causar ruptura nas principais atividades de subsistência entres os moradores que antes dependiam do uso de determinado território com aquele a qual teve seu poder privilegiado. Nesse sentido, o represamento das águas causou a (des)territorialização de comunidades, o que não trouxe benefícios às populações atingidas, pois trata-se de um projeto energético que não tem o propósito de atender a população local.

Os impactos sociais e ambientais decorrentes da implantação da usina de Santo Antônio, mesmo tendo instrumentos normativos garantidos no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 1986), o qual define e estabelece os requisitos e condições para o desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), não foram capazes de atender as especificidades dos impactos locais, a exemplo de considerar em seus estudos toda a bacia hidrográfica atingida, ou especificidades socioeconômicas, especialmente as atividades econômicas vinculadas ao uso dos recursos naturais, culturais, e simbólicos que têm gerado questionamentos e intervenções do Ministério Público até os dias atuais.

Deste modo, são necessários estudos sobre os impactos decorrentes de implantação de Usinas Hidrelétricas. Vainer (1992) contribui ao afirmar que as usinas hidrelétricas são obras que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território. Desvelando-se sob a

lógica estritamente econômica, respondendo às decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

Sobre essa lógica, o Reassentamento Santa Rita seguiu a lógica do mercado global, já que o rio Madeira dispunha do recurso natural necessário e o potencial para contribuir com o sistema elétrico nacional, tendo como protagonista a Santo Antônio Energia (SIQUEIRA, 2016). Nesta esteira, o movimento 'pró-usinas' fomentou e fez a mobilização social em favor da implantação da usina, utilizado a alusão às vantagens da geração de empregos, melhoria da qualidade de vida, entre outros discursos que demonstram o que Santos (2005) apontava como um discurso de alienação do território, que é uma das características comuns que ocorre anterior à materialização e efetivação de grandes obras de infraestrutura.

Percursos metodológicos e uma breve nota sobre a particularidade do reassentamento Santa Rita

A abordagem empírica trazida nesse artigo pautou-se em reconhecimento de campo para a escolha da área de estudo e entrevistas com famílias que foram (des)territorializadas na área do Joana D'arc I, II e III e que foram reassentadas em Santa Rita, no município de Porto Velho.

Santa Rita apresenta uma particularidade que se destaca entre as oito áreas de assentamentos. Trata-se de famílias remanescentes de um projeto de assentamento do INCRA afetado pelo reservatório da Usina hidrelétrica de Santo Antônio, ou seja, são famílias que possuem um perfil de agricultores.

Para melhor evidenciar a metodologia, a mesma foi dividida em três etapas operacionais, revisão bibliográfica e documental; trabalho de campo e sistematização dos produtos analíticos (gráficos, tabelas e mapas).

Na primeira etapa foi realizada a revisão bibliográfica sobre o conceito de território e temporalidade dos impactos a partir da instalação da Usina de Santo Antônio. Assim como a pesquisa documental em documentos públicos oficiais, tais como: Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e Projeto Básico Ambiental (PBA, 2008). A leitura e análise documental possibilitaram a coleta de dados secundários e fundamentação para identificar impactos gerados até a fase da implantação da usina hidrelétrica.

Na segunda etapa foi realizado o trabalho de campo, o qual possibilitou o reconhecimento da área de estudo, a compreensão da nova dinâmica existente no reassentamento e as entrevistas com base na amostra aleatória simples (AAS), o que permitiu a obtenção dos dados de 38 proprietários a partir de um Formulário de Coleta de Dados Geográficos (FCDG) – com questões pré-elaboradas sobre auxilio financeiro e sobre as principais atividades econômicas desempenhadas no assentamento Joana D'arc I, II e III, e em Santa Rita, bem como a adaptabilidade ao novo local.

O formulario utilizado foi estruturado em quatro blocos divididos por temas: o primeiro trata-se sobre o perfil da família; o segundo é uma comparação entre as principais atividades econômicas da família; e o terceiro é sobre o uso do rio ou reservatório e o quarto trata sobre a organização social e política da população.

Assim sendo, pode ser possível verificar os seguintes passos; traçar o perfil dos reassentados, identificar o tempo médio de

residência no reassentamento Santa Rita e de quais localidades os moradores são oriundos ; reconhecer as atividades anteriormente e na ocasião exercidas, temporalizar os impactos na comunidade e analisar quais os projetos implementados para o estabelecimento das atividades anteriormente desenvolvidas. Como trata-se de uma ampla coleta de informações, para este artigo optou-se tratar da identificação e temporalização dos impactos gerados aos moradores (des)territorializados do assentamento Joana D'arc I, II e III reassentados em Santa Rita.

Na terceira etapa foi realizada a tabulação dos formulários seguida da construção dos produtos analíticos (gráficos, quadros e mapas). No caso da elaboração dos mapas, utilizou-se a vetorização da base de dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM, 2018). O vetor de drenagem utilizado para identificar os cursos d'água e demonstrar os assentamentos e reassentamentos que estão ao longo do rio Madeira para melhor compreensão da representação gráfica foi o *software* Quantum Gis 2.18, lançado em 21 de outubro de 2016, disponível no site https://download.qgis.org. As imagens utilizadas foram *Sentinel* 20LLQ, 20LLR, 20LMR e 20LMQ do ano 2021, e comparação nas bandas 11, banda 8A e banda 4, adquiridas do site *Land Viewer*, posteriormente reprojetadas para o Datum Sirgas 2000, UTM 31980, 20S.

No decorrer da cada etapa, foi possível sistematizar os impactos numa perspectiva temporal dos efeitos causados pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio às famílias reassentadas em Santa Rita entre o "antes usinas" e no "pós-usina".

De assentados a reassentados: Impactos Temporais da Hidrelétrica

A Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, exerce um papel de agente modificador, essas mudanças carecem de uma sistematização para ser melhor compreendida.

No primeiro momento, a perspectiva de implantação de uma grande usina hidrelétrica fomenta expectativas que trazem inseguranças para o futuro da população diretamente atingida. Para alguns, a expectativa pode ser positiva, dado a possibilidade de emprego, atraindo um contingente populacional, aquecimento do mercado imobiliário, dentre outros, o que caracteriza o **impacto especulativo**.

Em um segundo momento, ao iniciar a concretização da obra, tem-se o **impacto imediato**, neste, a (des)territorialização da população é um dos mais conflituoso, onde são retiradas para dar lugar ao reservatório.

Já, em um terceiro momento, em que a obra se encontra em pleno funcionamento, os **impactos processuais** ocorrem após a concretização das obras, é quando as populações já foram assentadas ou estão aguardando a conclusão do processo de reassentamentos, como é o caso de Santa Rita, projeto executado pela UHE Santo Antônio Energia, cuja execução e responsabilidade compreendiam moradia e infraestrutura econômica e social.

A compreensão dos impactos temporais observados em uma escala local, ou seja, a partir das comunidades, permite um melhor entendimento do que significa uma grande obra de usina hidrelétrica às comunidades Amazônicas. No caso em tela, as famílias que residiam no Joana D'arc, ao serem reassentadas em Santa Rita, o processo de (des)territorialização foi acompanhado de muitas

tensões, lutas e conflitos que iniciam em abril de 2011, até a data de levantamentos, em 2017.

A (des)territorialização iniciou com a desapropriação da área onde o reservatório da Usina Hidrelétrica poderia atingir depois do enchimento do lago. Os assentamentos Joana D'arc I, II e III foram atingidos parcialmente em razão do reservatório da usina. De acordo com a Santo Antônio Energia (SAE, 2012), foram remanejadas para Santa Rita 130 famílias, (des)territorializadas do Joana D'arc I, II e III (CONTAG). Contudo, no processo de (des)territorialização, havia indefinição e informações imprecisas quanto à população atingida.

Os critérios utilizados pela construtora responsável por reassentar a população não eram claros, havia indefinição sobre a identificação das propriedades, especialmente para as famílias que tiveram a informação que sua moradia e cultivo no Joana D'arc não seria atingida pelo reservatório, mas a área do plantio de suas culturas ficou inviável.

Os *impactos especulativos,* **especificamente às famílias que foram assentadas em Santa Rita,** iniciam quando ainda residiam em Joana D'arc I, II e III, ilustrado a partir da foto 3 (A), quando o projeto hidrelétrico foi mencionado, o que gerou expectativas sobre os possíveis impactos em áreas a serem inundadas, repercutindo nas mudanças sociais, empregos temporários, alusões comuns nesta fase.

Na fase de implantação de projeto, os *impactos imediatos*, os mais evidenciados se deram com a perda de áreas produtivas no ato da implantação das usinas hidrelétricas e, consequentemente, os impactos sociais, como o deslocamento compulsório na área do assentamento Joana D'arc que, além de uma parte comprometida pelo reservatório, a elevação do lençol freático gerou perda na produção, conforme pode ser observado na figura 3 (B).

Os impactos não cessaram após a construção e funcionamento da hidrelétrica, embora tenham se diferenciado das etapas anteriores. Cavalcante (2012) chamou de impactos processuais, por decorrerem posteriores ao funcionamento da usina, mesmo não tendo uma relação causa-efeito direta, como também indireta, e não apresentar um período certo para acabar. Para efeito prático de tal compreensão, no caso analisado, foi constatado, por meio das reivindicações de cerca de 250 famílias do assentamento Joana D'arc que ficaram acampadas por cerca de dois meses em frente à sede da UH Santo Antônio Energia, em Porto Velho, em busca das indenizações decorrentes da perda de áreas produtivas que tinham em Joana D'arc, mesmo as que já estavam reassentadas em Santa Rita, devido o prejuízo à produção agrícola e pecuária nos assentamentos, conforme ilustra a Figura 3(C).

Figura 03 - Impactos da instalação da hidrelétrica Santo Antônio aos moradores na área de influência indireta do assentamento Joana D'arc I, II e III



Fonte : A –Santo Antônio Energia, (2011). B –FETAGRO, (2013).
C - FETAGRO, (2013). Org. Autores, (2020).

Evidenciados alguns dos impactos ligados à (des)territorialização, um ensaio e classificação na perspectiva de impactos processuais podem ser observados a partir das reinvindicações da população, bem como apontamentos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), somados às constatadas *in loco*, junto aos moradores de Santa Rita, conforme dispõe o Quadro 01:

Quadro 01 - Impactos Processuais no reassentamento Santa Rita

Principais Impactos Processuais identificados no Reassentamento Santa Rita	
Impactos Processuais constados no Relatório de vistoria técnica IBAMA.	Impactos Processuais constados no FCDG.
Existência de entulho nos lotes (restos de desmate).	Ainda permanecem.
Dificuldades de algumas famílias para o restabelecimento das atividades produtivas.	Os moradores ainda reclamam da dificuldade em plantar por causa da baixa qualidade do solo.

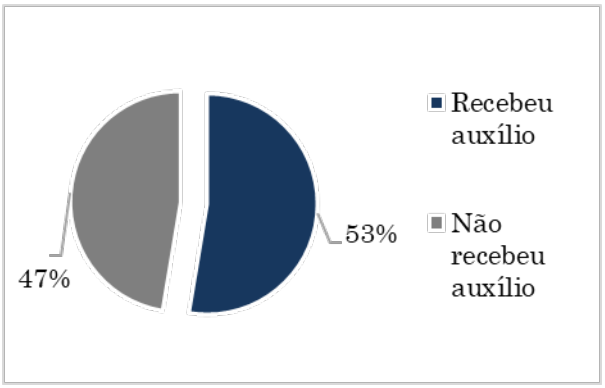
Há reclamações a respeito da estrutura das casas, são comuns os relatos sobre rachaduras no piso e no forro, mau cheiro produzido pelas fossas que ficam muito próximas à porta lateral das casas, além de vazamento do esgoto.	As estruturas são as mesmas e sem nenhum tipo de manutenção.
A escola Flor do Cupuaçu encontra-se com vários problemas em sua infraestrutura.	A escola, além dos mesmos problemas, encontra-se por vezes alagada e com ausência de aulas.

Fonte: Dados extraídos do relatório de Vistoria Técnica do IBAMA e do Formulário de Coletas de Dados Geográficos. Org. Autores, (2020).

O Relatório de vistoria técnica (IBAMA, 2011) e os levantamentos realizados apontam as dificuldades de produção no novo local, como também, baixa fertilidade do solo, por isso, para produzir, precisam de insumos. O Ibama ainda relata sobre o desmate realizado pelo consórcio Santo Antônio, que foi feito de forma inadequada, pois, nas propriedades há restos da supressão, como tocos, galhos e raízes, e de troncos de árvores sem valor comercial que acabam ocupando a área produtiva. A retirada da camada de solo orgânico, indica, por parte da Santo Antônio Energia, a negligência ao reassentar a comunidade sem as condições necessárias à produção imediata.

A assistência técnica e extensão rural do estado de Rondônia (EMATER) foram insuficientes. De acordo com os depoimentos dos entrevistados, cerca de 47% afirmam que não receberam auxílio, e os demais, 53% o receberam, conforme o Gráfico (01), o que evidência, apos cinco anos de reassentados, que muitas famílias não tiveram o apoio para o reestabelecimento de suas atividades.

Gráfico 01 - Auxílio recebido pelos moradores de Santa Rita

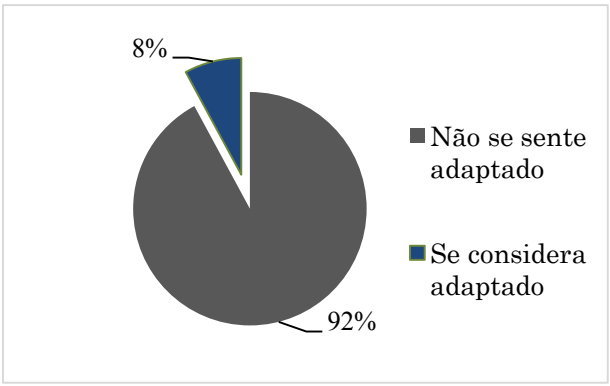


Fonte: Formulário de Coleta de Dados Geográficos.
Org. Autores, (2020).

Os auxílios relatados pelos entrevistados dizem respeito à capacitação de cursos (manejos de pastagens, culturas anuais e perenes, entre outros); equipamentos (tratores), e insumos (adubo e calcário), sendo ainda relatado que, dos que haviam recebido, cerca de 87% estavam ligados a auxílio, este que é parte da indenização que fazia parte do programa da Santo Antônio Energia e 13% da EMATER, instituição contratada para prestar assistência técnica ao produtor reassentado pela Santo Antônio Energia, no entanto, esses subsídios só foram disponibilizados apenas nos primeiros seis meses, após o remanejamento.

Ademais, no que se refere à adaptação dos moradores no reassentamento, conforme o Gráfico (02) foi possível verificar que apenas 8% dos entrevistados se sentem adaptados ao novo local e 92% relatam a não adaptação no reassentamento, demonstrando um descontentamento ligado à dificuldade em produzir suas plantações, energia com valor alto, por não morarem perto de amigos e familiares como, anteriormente, por não haver oferta de aulas na escola, pela alta incidência de mosquitos, dentre outros.

Gráfico 02 -
Adaptação dos moradores ao reassentamento Santa Rita



Fonte: Formulário de Coleta de Dados Geográficos.
Org. Autores, (2020).

Observa-se nos relatos um processo de reconstrução de sua rotina diária. Na transcrição do depoimento, o morador diz que não se sente adaptado no reassentamento, pois, antes da (des)territorialização, trabalhava como agricultor, a terra era fértil, vejamos:

> A terra no assentamento Joana D´arc era produtiva, vivia da agricultura, produzia melancia, pepino, macaxeira, ali tinha lavoura temporária e permanente. Aqui a situação é muito difícil, não dá para produzir, a terra é ruim e no período chuvoso se torna um lago. A energia é muito cara. (Morador do reassentamento Santa Rita. FCDG, 2017).

Com esse discurso, o morador deixa evidente o descontentamento com a nova localidade, a em relação à prática da agricultura em Joana D'arc, onde não havia a necessidade de adubar a terra para plantar, e após ser (des)territorializado, passou a não conseguir desempenhar seu principal meio de subsistência, a agricultura.

Considerando os resultados apresentados, a compreensão dos impactos, em uma perspectiva temporal, torna-se importante identificar, e quando possível, classificar os impactos, de modo a subsidiar os estudos de impactos ambientais aos órgãos ambientais

e aos gestores públicos sobre os danos causados no processo de (des)territorialização de modo a anteverem na organização social dos atingidos e, ao mesmo tempo, como estes podem ser harmonizados como forma de planejamento.

Os agentes públicos carecem de tal entendimento para que se atentem aos impactos temporais, uma vez que, na fase processual, recai sobre ele atuar e atenuar os impactos decorrentes dessas grandes obras de infraestruturas que geralmente estão marcadas por conflitos e impactos de natureza social e ambiental. Tais sinalizações são importantes de serem observadas para que as lições sejam aprendidas, sendo de extrema importância o papel do gestor local em compreender esses aspectos gerais para que possa planejar para lidar com suas especificidades na gestão de seus territórios.

Deste modo, por meio da abordagem do conceito de território e da abordagem dos impactos na perspectiva espaço-temporal, possibilita a compreensão de como a implantação de uma usina hidrelétrica reorganiza, desestabiliza e desestrutura todo o processo de organização territorial. Tais estudos são pertinentes à gestão pública para que ajam com responsabilidade, planejamento, visto que é seu dever dar condições de desenvolvimento local minimizando os efeitos predominantes das grandes obras serem excludentes às comunidades atingidas no processo decisório de gestão, onde os interesses se contrapõem aos das comunidades atingidas.

Considerações finais

Objetivou-se, neste artigo, identificar e temporalizar os impactos gerados aos moradores (des)territorializados do assentamento Joana D'arc I, II e III, reassentados em Santa Rita,

devido à construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira/RO, e mediante ao que fora constado, evidenciou-se que a implantação de uma Usina Hidrelétrica de Santo Antônio representou problemas às comunidades atingidas, não apenas os causados por ela diretamente, mas também, aqueles já existentes foram potencializados, como no caso do assentamento Joana D'arc I, II e III que já oferecia problemas na qualidade do solo e, com a implantação de barragens, houve a elevação do lençol freático, o que deixou impraticável a prática da agricultura.

As famílias reassentadas, em sua maioria entrevistadas, afirmam que tiveram significativa redução de sua renda após o reassentamento, uma vez que tiveram que iniciar toda a plantação. Além disso, ao serem reassentadas, a relação de vizinhança foi quebrada, levando ao reestabelecimento das relações sociais, de modo à influenciar na melhoria da qualidade de vida no âmbito local e uma vida digna que foi completamente alterada.

Recomenda-se às pesquisas futuras, a análise do perfil das comunidades atingidas para que seja designado um reassentamento adequado ao seu perfil, como é o caso do reassentamento Santa Rita, que necessita de maior atenção e de estudos para que se possa conhecer as potencialidades do solo para fins agrícolas; que respeite a relação de vizinhança para que os danos sejam minimizados.

Referências

ADAMY, A.; IZA, E.R.H.F; OLIVEIRA, C.E.S. **Relatório das atividades de campo desenvolvidas no assentamento rural Joana D'arc, município de Porto Velho-RO**. Serviço Geológico do Brasil (CPRM), 2013. Disponível em: http://dspace.cprm.gov.br/bitstream/doc/15375/3/Visita_tecnica_JoanaDArc.pdf. Acesso em: 06 de dez. de 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: **Resolução CONAMA n°001/86**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/Conama/res/res86/res0186.html. Acesso em: 29 de maio de 2020.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E., *et. al*, **Geografia**: Conceitos e temas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAVALCANTE, M. M. de A. **Hidrelétricas do rio Madeira-RO**: território, tecnificação e meio ambiente. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG. – Curitiba, 2012.

CAVALCANTE, M. M. de A. *et al.*, "Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das Hidrelétricas no rio Madeira (Rondônia/Brasil)", **Revista franco-brasileira de geografia Confins [Online],** 11/2011, Disponível em: http://confins.revues.org/6924 . Acesso em: 30 de nov. de 2020.

CONTAG. **Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares**. Disponível em: http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=9005&mt=1&nw=1&ano=&mes= Acesso em: 14 de dez. de 2020.

FEARNSIDE, P.M. 2016. Hidrelétricas na Amazônia brasileira: Questões ambientais e sociais. p. 289-315 In: D. Floriani & A.E. Hevia (Eds.) **América Latina Sociedade e Meio Ambiente**: Teorias, Retóricas e Conflitos em Desenvolvimento. Editora da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná. 348 p.

FETAGRO. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia, 2013. **Relatório do INCRA comprova impactos e adoção de critérios prejudiciais aos atingidos do Joana D'arc,** (foto C). Disponível em: http://www.fetagro.org.br/noticias/446-relatorio-do-incra-comprova-impactos-e-adocao-de-criterios-prejudiciais-aos-atingidos-do-joana-darc. Acesso em: 25 de nov. de 2020

FETAGRO. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia, 2013. **Ouvidor agrário solicita que vistoria do INCRA no Joana D'arc, analise da inviabilidade do assentamento**, (foto B). Disponível em: http://fetagro.org.br/noticias/310-ouvidor-agrario-solicita-que-vistoria-do-incra-no-joana-darc-analise-inviabilidade-do-assentamento . Acesso em: 26 de nov. de 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói-Rio de Janeiro. Eduf, 1997. p.98.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2011. **Relatório de vistoria técnica n°011/2011**. IBAMA. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/auditorias/relatorio_gestao/2011-ibama-relatorio-gestao.pdf. Acesso em 19 de ago de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geociências, imagens do Território. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em: 03 de jul. de 2021.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragem, 2013. Sobre Santo Antônio. Disponível em: https://mab.org.br/2013/05/03/sobre_a_barragem_santo-antonio/. Acesso em: 11 de dez. 2020.

PBA. Projeto Básico Ambiental. **Programa de Remanejamento da População Atingida. Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio**. Vol.III. Seção 22. fev. 2008.

RAFFESTIN, C. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993. Pag. 140 - 145.

RIMA. **Relatório de Impacto Ambiental das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau**, 2014. Disponível em: https://www.cemig.com.br/ptbr/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Documents/RIMA%202014%20%20Relat%C3%B3rio%20de%20Impacto%20Ambiental.pdf. Acesso em: 27 de nov. de 2020.

SAE. Santo Antônio Energia, 2012. **Plano Básico Complementar Alternativo sobre otimização energética da Hidrelétrica Santo Antônio**. Disponível em: https://www.santoantonioenergia.com.br/plano-basico-complementar-ambiental/. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

SAE. Santo Antônio Energia. **Santo Antônio gera energia, sonhos e mudanças sócias para várias gerações**. 2011, (foto A). Disponível em: https://livrozilla.com/doc/1470638/santo-antonio-gera-energia--sonhos-e-mudancas-socias-para. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

SANTOS. M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2005.

SEDAM. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, 2018. Coordenadoria de Geociências (COGEO). Acervo Técnico. Disponível em: http://cogeo.sedam.ro.gov.br/acervo-tecnico/. Acesso em: 03 de jul. de 2021.

SILVA, G. V. L. **Hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira-Rondônia e a (des)territorialização da comunidade de Teotônio**: é possível uma (re)territorização? Porto Velho, Rondônia, 2016.106f. Disponível em: http://www.got-amazonia.unir.br/arquivo. Acesso em 11 de dez. de 2020.

SIQUEIRA, E. M. de. **"Mudamos Outra Vez": mulheres atingidas pela Usina Santo Antônio contam sua história**. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais Amazônicos) – Departamento de História, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2016.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., *et. al*, **Geografia**: Conceitos e temas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VAINER, C. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992, 82 e 86 p.

Submetido em: 20 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 29 de setembro de 2021.

Aprovado em: 15 de outubro de 2021.

Como citar este artigo:

BELFORTE, L. C. M.; CAVALCANTE, M. M. de A. Hidrelétricas e reassentamento: ensaios sobre a temporalização dos impactos ligados a (des)territorialização das famílias reassentadas em Santa Rita, Rondônia. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 701-726, Jan.-Jun./2021.

RESENHA: A EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA À LUZ DA OBRA GEOGRAFIA E MODERNIDADE

REVIEW: THE EPISTEMOLOGY OF GEOGRAFY IN THE LIGHT OF THE WORK GEOGRAPHY AND MODERNITY

RESEÑA: LA EPISTEMOLOGÍA DE LA GEOGRAFÍA A LA LUZ DE LA OBRA GEOGRAFÍA Y MODERNIDAD

Luara Martins de Oliva Santos

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

E-mail: luaramartinsoliva@gmail.com

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.

Paulo César da Costa Gomes é professor de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor pela Universidade de Sorbonne em Paris, França. Sua contribuição para a Geografia brasileira é vasta, publicou diversos trabalhos dentre os quais é possível destacar o livro Geografia e Modernidade, no qual o autor discorre sobre as principais contribuições da Geografia nos dois últimos séculos e busca associar as transformações ocorridas na ciência geográfica à proposta da modernidade. Nesse sentido, a seguinte resenha se ocupa em analisar a obra Geografia e Modernidade e destacar a sua importância no entendimento da epistemologia da Geografia (CNPQ, 2021).

O livro é organizado em três partes e uma das questões centrais que o autor apresenta consiste nos antagonismos que marcam a trajetória da ciência geográfica como geografia geral/geografia regional, cosmografias/corografias. Na Parte I o autor menciona as correntes de pensamento vigentes na formação do pensamento geográfico e traz o debate sobre a modernidade. Na Parte II é discutido o dualismo presente no processo de evolução da Geografia enquanto ciência (um polo epistemológico que valoriza a razão como argumentação para explicar o mundo e um segundo polo epistemológico que considera a subjetividade e utiliza a observação e o empírico como elementos de análise). Na última parte é discutido o advento dos tempos modernos e as três correntes que predominaram no pensamento geográfico: o horizonte lógico-formal, o horizonte da crítica radical e o horizonte humanista.

No início do livro são elencadas as principais características da modernidade, que conferiu um novo lugar à ciência, um novo pensar no saber científico. A ciência, nesse momento, apresentou um

caráter duplo: de um lado tem-se o domínio da razão, um saber metódico e normativo e, de outro, contracorrentes que contestavam tal domínio. Sendo a modernidade, portanto, um campo de tensões. Nessa perspectiva, há a formação de dois polos epistemológicos: no primeiro a ideia central é a universalidade da razão, advém do projeto de ciência fundado no Iluminismo, tendo a crítica como o seu princípio fundador, e no segundo polo as contracorrentes que apontavam que a razão não é matriz única na produção do saber, valorizando o particular, a subjetividade.

Os principais sistemas filosófico-epistemológicos característicos da modernidade são os de Kant, de Hegel, de Comte e de Marx e suas respectivas bases filosóficas são: o racionalismo, criticismo, empirismo, idealismo, positivismo e o materialismo histórico-dialético. Como características da modernidade pode-se elencar a valorização da razão, a sua capacidade crítica, não se considera mais a vontade dos deuses como único elemento que define os propósitos e o sentido das ações humanas no mundo, surge o ceticismo com relação a crenças antigas e o cientificismo que afirma a superioridade da ciência frente outras formas de compreensão da realidade (destacam-se estudiosos como Newton e Galileu).

No período moderno havia a busca por novos códigos de representação, mas sempre prezando pela inteligibilidade, pensando o papel mediador da razão e da lógica na representação das significações e dos conteúdos. De acordo com o autor, a modernidade começou no momento em que um novo código de valorização interveio em diversas esferas da vida social, sendo esta, uma mudança sutil e gradual que assumiu diferentes formas e apresentou uma dinâmica

espaço-temporal muito complexa para ser objeto de uma localização precisa na história.

Quando a racionalidade da modernidade passou a ser questionada, os primeiros sinais do período pós-moderno foram identificados. "Questiona-se a ciência, seus métodos, seu poder hegemônico e a refutação desse modelo é tida como uma primeira condição para a superação que conduz do moderno ao pós-moderno" (GOMES, 1996, p. 13).

As bases filosóficas identificadas na pós-modernidade são o irracionalismo, antifundacionismo e o relativismo. Nesse período o espaço-tempo é fenomenal, incerto, fundado sobre um acontecimento que possui uma essência única e sem uma ordem preestabelecida.

Como oposição ao modelo racionalista clássico surgiram contracorrentes dentre as quais é possível citar Filosofia da Natureza, Romantismo, Hermenêutica e Fenomenologia. Essas correntes da oposição tinham como premissa o uso do raciocínio para todo conhecimento válido e o tempo e o espaço eram categorias abstratas em que a ordem cronológica é substituída por uma ordem lógica. O espaço era entendido como um campo isotrópico, marcado por posições relativas, funcionais ou proporcionais.

Na modernidade a racionalidade exigia o enfrentamento objetivo do sujeito frente ao objeto, a explicitação do método científico, normas precisas para a condução do pensamento que produzem o conhecimento. O sujeito e o objeto do conhecimento são segmentados, separados. O sujeito e o objeto são opostos na relação de conhecimento. Para que se alcance a objetividade, o sujeito do conhecimento foi reprimido, não há espaço para sentimento e imaginação, o conhecimento pode ser alcançado apenas pelo uso da

razão. Na pós-modernidade, há uma aproximação entre o sujeito e o objeto, relação que permite a pluralidade de enfoques e interpretações para os fatos.

Alguns elementos dão sentido e identidade aos movimentos modernos nos diversos campos da criação social. Três elementos são recorrentes no discurso que apresenta o fato moderno: o caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade. O moderno substitui algo do passado, alguma coisa obsoleta e nesse contexto, se o novo se impõe no lugar do tradicional ou antigo, o primeiro mecanismo dessa substituição é a ruptura. A partir da negação do tradicional, o novo se firma. Ao proceder por rupturas e ao propor algo novo, o moderno participa de um sistema global com toda uma lógica a redefinir e essa generalização que se liga à pretensão de totalidade que o novo busca impor ao tradicional.

Para Gomes (1996), a modernidade se renova tal qual um mito, sempre que a disputa entre o novo e o tradicional se constitui em um discurso sobre a realidade. Tal discurso reatualiza essa disputa, demonstra as rupturas, a superioridade do novo e impõe uma nova totalidade, tomada como definitiva e final.

A modernidade e a pós-modernidade enquanto períodos de transformação na ciência também influenciaram o pensamento geográfico ao trazerem avanços nos estudos espaciais elencando diferentes formas de análise da superfície terrestre e dos fenômenos que ali se desenvolvem, bem como reflexões acerca das relações que o homem estabelece com o meio. Nessa perspectiva, nos períodos moderno e pós-moderno a reinterpretação das tradições culminou em descobertas intelectuais que deram suporte a diversas áreas do conhecimento, inclusive a geografia.

Na segunda parte da obra, o autor aborda a Geografia Clássica e a dualidade presente nos discursos dos geógrafos desse período. A Renascença trouxe as seguintes inovações para a geografia: fez nascer a necessidade de um outro modelo cosmológico para substituir o sistema geocêntrico e, ao adotar a Antiguidade Clássica como fonte de inspiração, fez com que a geografia também baseasse seus principais modelos nesse período. Assim, a renovação da geografia se deu com a redescoberta de antigos filósofos gregos como Ptolomeu e Estrabão.

Na geografia moderna o racionalismo se apresenta como um método científico geral, objetivo e experimental em que a razão é tida como argumentação lógica sistematizada para a explicação do mundo, e a crítica é o princípio fundador. O determinismo é uma noção central para a ciência racionalista e não é definido apenas como metodologia que busca a verdade, mas também como instrumento de previsão. Antecipando os resultados, o determinismo possibilita uma ação no mundo, e nesse contexto, a ciência se torna o meio essencial de intervenção.

O autor reforça que o determinismo se organiza sob quatro princípios metodológicos: verificabilidade que é a capacidade de demonstração; generalidade ou condição de abstração; positividade, que consiste no poder de afirmar qualquer coisa provido de uma legitimidade metodológica e a objetividade para indicar que se apreende da realidade suas manifestações regulares e gerais. Na visão determinista, todo acontecimento é produto direto de causas externas que atuam sobre o meio.

Na geografia identifica-se a oposição entre o determinismo, que se atém à questão homem-meio, e outra posição teórica, o

possibilismo. Na linha de raciocínio do determinismo geográfico é destacada a influência do meio natural sobre os grupos humanos, o homem submetido às condições naturais. Já no possibilismo, é evidenciada a probabilidade de haver influências recíprocas entre o homem e o meio natural. Dessa forma, para o possibilismo, o homem age sobre o meio ambiente e ao mesmo tempo sofre sua ação, ou seja, para as ações humanas existem diversas possibilidades pois essas não obedecem a uma relação causal. Se no determinismo o homem era apenas um elemento entre tantos outros, para o possibilismo o homem exerceria o domínio sobre esses outros elementos, posto que se adapta à natureza e a transforma a fim de se beneficiar.

Segundo Gomes (1996), o objeto de estudo da geografia é a superfície da Terra e os fenômenos que nela se desenvolvem, e uma das formas de percebê-los em conexão seria através das categorias sintéticas presentes nos estudos de Vidal De La Blache, para quem a descrição era uma forma de esclarecer os fatores responsáveis por cada paisagem. Essa metodologia de Vidal De La Blache, que é voltada para as monografias regionais, foi considerada como a mais apropriada para a geografia até a década de quarenta do século XX. O objetivo maior nesse período era alcançar uma geografia universal a partir do método regional, da descrição acerca do conjunto de regiões conhecidas.

Ao longo de sua obra, Gomes (1996) cita os antagonismos que permearam a formação do pensamento geográfico: geografia geral/geografia regional, geografia física/geografia humana, cosmografias/corografias. A geografia geral ou sistemática descende da física de Newton e das ciências naturais a partir do século XVIII. É marcada por um certo empirismo racionalista, preocupando-se em

estudar o espaço em sua totalidade, modelo que, na Renascença, foi denominado cosmografia e voltou-se para questionamentos acerca da criação do mundo, a forma da Terra e temas relacionados à física do globo. A geografia regional se ancora na Filosofia da natureza, nos estudos de Herder e nas concepções de Ritter. Preza pelo estudo de eventos particulares, de regiões da Terra e anteriormente era chamada de corografia, muito inspirada no humanismo. Seguindo esse mesmo princípio de dicotomia, destacam-se ainda a abordagem física e a abordagem humana. A geografia física se aproxima mais das ciências naturais e adota um método objetivo e de generalização, já "a geografia humana não pode fugir das relativizações no que concerne à cultura; ela é então às vezes tomada na trama de uma certa subjetividade e particularismo" (GOMES, 1996, p.131).

Dentre as contribuições para a geografia no século XVIII, se destacaram os estudos de Kant, Ritter e Humboldt. Kant é considerado o primeiro pensador a constituir um discurso científico da geografia e boa parte dos geógrafos concordam que o primeiro sistema filosófico capaz de definir o papel e o valor da geografia moderna apareceu em sua obra. O autor salienta que a maioria dos historiadores da geografia aponta Humboldt como o primeiro a de fato estabelecer as novas regras do pensamento geográfico moderno. Reuniu à observação direta e à descrição detalhada a preocupação de realizar comparações e raciocínios gerais evolutivos, descrevia cada fenômeno em sua relação com os outros, e análises eram tecidas acerca de regiões pouco conhecidas sendo observado o meio físico e a sociedade local. Buscou reunir as tradições das narrativas de viagens e das cosmografias num só conjunto lógico e, nesse contexto, a geografia que propôs engloba uma reflexão sobre o homem e uma

reflexão sobre a natureza, as duas tomadas sob um mesmo patamar de compreensão. Ao lado de Humboldt, Ritter também figura como fundador da geografia moderna e científica e deu grande enfoque à questão da aplicação da matemática à geografia. Para Ritter, a geografia devia ser capaz de estabelecer associações entre os diversos tipos de ambientes e os níveis de cultura respectivos.

A renovação crítica da Geografia ocorreu nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, um período em que é gerada uma reação crítica às monografias regionais. Baseado em um novo racionalismo ressurge o positivismo crítico em que a filosofia e o conhecimento deviam se associar à lógica e à matemática no intuito de evitar a subjetividade e o positivismo irrestrito. A geografia do início do século era fortemente marcada por um caráter descritivo, tinha como principal foco as monografias regionais e sofreu repercussões dessas críticas e transformações de perspectivas metodológicas. Pensadores como Carl Sauer, Richard Hartshorne e Fred Schaefer apresentaram esse período de transformação em seus trabalhos e propuseram vias para a renovação da geografia. O método proposto por Sauer era fundamentado na análise da organização sistemática das formas que estão na base de toda estrutura espacial. A partir desse método Sauer acreditava que a geografia seria capaz de estabelecer um conhecimento sistemático e geral abarcando todo o leque da diversidade espacial. Sauer foi o primeiro a afirmar que a diferenciação regional constituía o objeto fundamental da geografia e que, ao escolher corretamente uma metodologia, a geografia poderia ultrapassar as suas dicotomias.

Hartshorne em seu criticismo buscou a generalização através do estabelecimento de conceitos claros e objetivos, em

especial, o de região. A partir da definição do conceito de região seria possível à geografia desenvolver um método regional baseado na análise comparativa das estruturas espaciais. Para Hartshorne a geografia deveria sempre proceder à análise racional da realidade organizando categorias gerais e tipologias funcionais explicativas. Sauer e Hartshorne reivindicavam a ideia de uma geografia geral e a necessidade de generalização e de objetivação da ciência moderna, mas, ao mesmo tempo, proclamavam a importância do singular no objeto de estudo da geografia.

Schaefer contestava a interpretação da ciência geográfica proposta, seu conteúdo e sua conduta, dirigindo sua crítica principalmente à Hartshorne. A crítica de Schaefer era contra o classicismo do pensamento geográfico, que impedia, de acordo com ele, o surgimento de uma disciplina de fato moderna, bem como considerava que a geografia, enquanto ciência, não teria produzido nenhuma teoria. A legitimidade advinda da tradição deveria ser substituída por uma identidade metodológica partilhada por todas as disciplinas. Schaefer atribuiu ainda uma importância à forma do discurso científico, entendendo a linguagem das ciências como elemento fundamental do método científico e que deveria, assim, ser clara, lógica e objetiva.

Na última parte do livro, "O advento dos tempos modernos" o autor apresenta uma renovação na Geografia e discute as principais correntes vigentes no pensamento geográfico. A visão sistêmica, a utilização de modelos e a submissão à lógica matemática adentraram nas ciências naturais e sociais a partir dos anos cinquenta e, nesse contexto, se fez a passagem de uma geografia clássica para uma geografia moderna. No século XX foi possível

identificar um elo entre a Geografia Clássica e a Geografia Moderna devido à procura por uma sistematicidade e objetividade, atingindo a análise de ciência, adotando o conceito de região, reunindo o campo de pesquisas físicas e humanas. A região tornou-se um modelo para a análise espacial, deixou de ser uma unidade territorial e passou a ser entendida como uma classe espacial que integra um sistema hierarquizado. A refutação das tradições geográficas foi um primeiro elemento de justificação e de imposição do novo. Nesse contexto, a tradição dos estudos qualitativos ou monográficos deveria, pois, ser descartada para que pudesse ser alcançada uma geografia científica e teórica, sendo valorizadas posições que se aproximavam do procedimento racionalista.

A Filosofia Analítica, outra denominação para positivismo lógico, estabeleceu-se primeiro sobre os domínios da matemática e da física, em seguida às outras disciplinas (psicologia, biologia, economia, sociologia). A origem da filosofia analítica se situa na crítica das correntes neo-hegelianas vigentes principalmente na Inglaterra no início do século XX. A noção de sistemas substituiu a noção de objeto e somente a linguagem matemática pode ser legítima como instrumento de conhecimento, pois só ela sabe restringir a sua importância aos limites impostos pela lógica. Como consequências imediatas da filosofia analítica se destacam a valorização das ciências matemáticas como o novo paradigma metodológico e a universalização dos procedimentos para a ciência e a unificação do método que se referem sempre aos princípios lógicos.

Os procedimentos metodológicos descritivos da Geografia Tradicional e o tecnicismo quantitativo da Geografia Teorética não

conseguiam explicar a nova realidade posta após a Segunda Guerra Mundial e, frente a isso, passaram a ser criticados.

As críticas à Nova Geografia (Geografia Teorética ou Geografia Quantitativa) podem ser divididas em dois grupos: o primeiro grupo girava em torno do caráter teórico-metodológico, com modelos econômicos de inspiração neoliberal que pressupunham uma conduta social centrada na busca pela satisfação máxima de suas necessidades, a partir de uma via analítica, racional e objetiva. Para o autor, a maioria desses modelos supunha ainda uma concorrência perfeita, uma difusão igualitária da informação e um espaço isomórfico. No segundo grupo encontravam-se as críticas que consideravam o domínio prático e ideológico da Nova Geografia. Essas críticas apreciavam os resultados práticos e o papel político da revolução quantitativa. Desses dois grupos de críticas sucederam duas associações que marcaram a perspectiva radical: a primeira ~~associação~~ relaciona o modelo da ciência teórica e o idealismo.

Os conceitos para serem válidos não podiam partir de ideias abstratas, deviam se referir a situações historicamente definidas, tinham que corresponder ao real. Nessa perspectiva, é evidenciada a diferença entre um procedimento que parte de uma idealização para compreender a realidade, e outro que parte da realidade material para construir conceitos explicativos. A segunda associação apresenta os métodos positivistas como procedimentos que reproduziam de forma eficaz os modelos de desigualdade social e espacial e, a ciência em sua forma dominante, como um instrumento de alienação social.

Os radicais se posicionavam contra a Geografia Tradicional e a Geografia Teorética, simultaneamente, e queriam fundar uma

nova ciência de acordo com as bases de uma nova sociedade. A revolução radical buscava uma posição científica calcada sobre um conhecimento objetivo, um saber para realizar uma transformação social e, as categorias de análise, por mais que fossem ainda abstratas e formais, partiam de situações históricas concretas e não de premissas e pressupostos ideias.

Um dos métodos de análise da Geografia Crítica Radical é o materialismo histórico-dialético de Karl Marx que valorizava um discurso político comprometido com a ciência. Marx almejava elaborar um saber objetivo e racional. Objetivo porque representa a observação do real/ histórico e racional, pois é guiado por demonstrações e deduções lógicas. O materialismo histórico e dialético foi o método que permitiu a passagem da imagem desordenada do real para uma estrutura racional, organizada em um sistema de pensamento. Dentre as características do materialismo histórico e dialético é possível destacar a definição de um novo papel político do saber e a formulação de um modelo nomotético (caráter geral) para as ciências sociais.

A obra de Reclus foi reapropriada pelos geógrafos radicais como um exemplo de ciência geográfica militante e consciente de seu papel social e, nesse contexto, diversos trabalhos abordaram a ação política desse autor. A reaparição da geopolítica se mostrava como uma reabilitação do campo original da geografia e, através dela, os geógrafos poderiam alcançar novamente a análise política do espaço.

Sob a influência do marxismo, a geografia radical propôs um novo modelo de análise espacial que pretendia, ao mesmo tempo, ser rigorosamente científico e revolucionário. Na análise marxista, o espaço deveria ser considerado como um produto social, só poderia

ser explicado recorrendo aos aspectos fundamentais que organizam a sociedade: as relações de produção e as forças produtivas que compõem o modo de produção. Uma dinâmica social está inscrita no espaço que é, simultaneamente, reprodutor de desigualdades e a condição de sua superação, o reflexo de uma ordem e um dos meios capazes de transformar essa mesma ordem. A geografia radical muito contribuiu para a análise espacial, mas, na verdade, não chegou a recolocar o objeto da geografia dentro de uma teoria, se voltou paulatinamente para o tratamento de questões referentes à economia espacial e à geopolítica.

Para que servia a geografia era a questão fundamental da geografia crítica na França e a resposta girava em torno de dualismos: aparência e essência, ideologia e prática, geografia dos professores e dos estados-maiores. Deve-se frisar que, desde o começo, os geógrafos radicais franceses penetraram no terreno da análise política, ao contrário dos geógrafos radicais anglo-saxões que valorizaram *a priori*, a questão econômica.

A partir dos anos oitenta a influência do marxismo na geografia apresentou novos aspectos e a crítica radical tomou outras direções. Os geógrafos sentiram a necessidade de acrescentar uma verdadeira dimensão espacial à análise marxista e Henri Lefèbvre teve um papel fundamental para a constituição desta transformação, mostrando a construção social da realidade fundada sobre a dinâmica da própria espacialidade, a produção do espaço como uma dimensão essencial dessa construção.

Com o conceito de desenvolvimento espacial desigual, a região, que era um elemento associado à formação socioeconômica, voltou a ser considerada como relevante, o modelo centro-periferia,

muito utilizado, foi criticado devido ao fetiche espacial que produziu, e os grupos sociais concretos ressurgiram nas análises para substituir as abstrações muito gerais focadas nas classes sociais nos primeiros tempos.

Os geógrafos definiram o estudo do capitalismo como sendo uma análise da sociedade dentro de um espaço preciso, para, assim, encontrar um lugar para a análise geográfica. O materialismo histórico redescobriu a reflexibilidade de toda ação social e a importância de uma análise que se voltasse para o valor e o antropocentrismo da vida social. O humanismo se desvinculou do subjetivismo e do idealismo, recolocando a importância material no centro das interpretações. Deve-se evidenciar que o materialismo histórico e o humanismo partiram de uma mesma crítica, a recusa da ciência positivista.

A ausência de um programa unitário marca o trabalho dos geógrafos que se baseavam em ideias humanistas, eram utilizadas diversas referências. Assim, é difícil encontrar no humanismo uma uniformidade, no que tange o plano filosófico-metodológico, o que permite inferir que existem vários humanismos e que esses apresentam alguns pontos em comum. Os autores humanistas estão de acordo em reconhecer que a forma e o conteúdo da ciência geográfica praticada até os anos setenta são inadequadas e insuficientes. Das diferentes análises feitas acerca da crise do modelo científico surgem as diferenças de posição no humanismo. Para uns o problema se encontrava na ciência positivista-lógica, com sua estrutura ideológica e seu formalismo mecanicista. Para outros, a questão era a racionalidade, seus métodos, sua objetivação

generalizadora e a sua impossibilidade de interpretar os fatos da cultura.

No discurso humanista o uso da tradição se mostrou como uma valorização do estudo dos costumes e hábitos marcados no tempo e que sustentam a importância primordial da cultura, comumente esquecida pela ciência de caráter racionalista. Algumas características do humanismo foram retomadas pela geografia e a visão antropocêntrica do saber é uma delas. Desta concepção antropocêntrica ~~que~~ surge a subjetividade do saber, um traço marcante do humanismo. Outra característica marcante é uma posição epistemológica holística, ou seja, o todo não é a soma das partes e análise dos fenômenos apenas sob alguns aspectos não permite alcançar a totalidade fenomenológica.

Os humanistas consideravam o homem como produtor de cultura, que só podia ser interpretada a partir dos códigos dos grupos que a criaram, enquanto atribuição de valores às coisas que nos cercam. A relação entre a ciência e a arte é outra questão considerada por boa parte dos geógrafos humanistas. O que a ciência não reconhecia, devido aos limites impostos pelo método, por um meio não-racional a arte o conseguia e é, pois, considerada como o elemento de mediação entre a vida e o universo das representações. Com relação à modernidade, para os humanistas é o período que marca a libertação do homem pela descoberta dos valores morais e intelectuais.

No que diz respeito ao espaço, elemento que adquiriu grande importância a partir da geografia teorética, esse era considerado ao mesmo tempo como resultado concreto de um processo histórico e, dessa forma, possuía uma dimensão real e física, ou era tido como

uma construção simbólica que reunia sentidos e ideias. Na visão humanista, o espaço e suas propriedades, distância, fluxo, hierarquia apresentam um sentido que vai além das medidas numéricas e, assim, é sempre uma extensão carregada de significações variadas, um lugar. Nesse contexto, o geógrafo tem o papel de interpretar os valores, analogias, representações e identidades que fazem parte desse espaço. A representação espacial é, para os humanistas, mais do que uma indicação da localização dos fenômenos, ela permite resgatar a inteligibilidade que os fatos espaciais adquirem quando são apreendidos a partir de seus próprios contextos.

Outro ponto da concepção humanista da geografia é o método. No humanismo, a hermenêutica era o método eficaz, pois somente um procedimento que considerasse os contextos próprios e específicos a cada fenômeno poderia ser visto como eficiente. O método hermenêutico tem origem, em Geografia, através da interpretação de seus textos fundamentais e, assim, houve uma nova valorização dos estudos monográficos e os humanistas, bem como adeptos de outras correntes de pensamento, buscaram no passado da geografia fontes de inspiração.

O autor menciona que questionamentos surgiram acerca do caráter inovador do humanismo e que a corrente fenomenológica passou a ser vista mais como uma remodelagem da ciência objetiva, e não como uma forma de estabelecer uma base autônoma para a geografia. A fenomenologia se integra, pois, ao movimento de ruptura recorrente na modernidade, um intervalo crítico que dá indícios de uma outra renovação. Com críticas direcionadas às suas ambiguidades, a fenomenologia apresentou sinais de esgotamento e

uma outra contracorrente começou a se organizar, o pós-modernismo.

Paulo César da Costa Gomes finaliza sua obra mencionando que a epistemologia da ciência geográfica sempre esteve ligada à dualidade e que na busca pelo novo, por ultrapassar as dicotomias, a tradição era revisitada e, portanto, faz parte desse novo ciclo. Geografia e Modernidade é uma obra fundamental no entendimento da epistemologia da Geografia, uma vez que apresenta toda a trajetória de formação do pensamento geográfico até alcançar a modernidade e evidencia os principais estudiosos que participaram dessa construção, com suas críticas, métodos e novas formas de pensar essa ciência e o seu objeto de estudo.

Referências bibliográficas

CNPQ. **Currículo do sistema de Currículos Lattes.** Informações sobre Paulo César da Costa Gomes. Disponível em: < http://lattes.cnpq.br/8018472707325963>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Submetido em: 30 de agosto de 2021.

Devolvido para revisão em:.13 de outubro de 2021.

Aprovado em: 21 de dezembro de 2021.

Como citar esta resenha:

MARTINS, De O. S. L. **Resenha: A epistemologia da Geografia à luz da obra Geografia e Modernidade**. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 727-745, Jan.-Jun./2021.

REVISTA TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço http://publicações.agb.org.br/ .

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser submetidos de acordo com o layout disponibilizado no link: https://drive.google.com/file/d/1pjvPkM4FN_Zc4gsiGePqFDM40TSJXo6V/view .

Caso os textos não sejam submetidos nesse formato, serão automaticamente arquivados.

4. Os textos devem ser apresentados com o mínimo de 5.000 e máximo de 10.000 palavras, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 1,5 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Century, tamanho 11, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

5. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

5.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

6. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s)

nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

7. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

8. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

9. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

10. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (OLIVEIRA, 1991) ou (OLIVEIRA, 1991, p. 25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (SANTOS, 1985a), (SANTOS, 1985b).

10.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

11. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.

Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

12. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

13. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s)

autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.

14. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.

15. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.

16. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.

17. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivreagb@gmail.br

TERRA LIVRE JOURNAL STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum lenght of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.
7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.
8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Example: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.
9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.
a) For a book:
LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.
Example:
Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis:Vozes, 1985.
b) In the case of book chapter:
LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.
E.g.:
Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:
LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.
E.g.:
SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.
d) In the case of dissertations and theses:
LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution Where it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).
E.g.:
SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).
10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.
11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).
12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, rejectorreturnthe originaltotheauthor(s) withsuggestionsforeditorialchanges. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.
13. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website or by photocopy, with proper citation of the source. Each published

work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).
14. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.
15. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.
16. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas,

en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.

6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y com subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.

7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necessário y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.

8. Las citaciones textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir um párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: "A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)". Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.

9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.

a) En el caso de libro:

APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.

Ej.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.

c) En el caso de artículo:

APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.

Ej.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografía(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.

d) En el caso de disertaciones y tesis: APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).

Ej.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).

10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionários de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.

11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).

12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los

autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.

13. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).

14. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.

15. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.

16. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial através de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil